

O presente livro é resultado de contribuições feitas ao 1º Seminário "ANARQUISMO: PENSAMENTO E PRÁTICAS INSURGENTES", realizado na cidade do Rio Janeiro em 2015, bem como de trabalhos de pesquisa do Núcleo de Estudos do Poder (NEP).

O seminário discutiu a crise contemporânea do Estado, do capitalismo e as insurgências e resistências anticapitalistas. O objetivo foi desenvolver uma reflexão crítica sobre as condições objetivas e subjetivas desse processo de crise e insurgências, indicando como saberes e práticas de resistência podem ajudar a descolonizar epistemologicamente as ciências sociais e liberar as vozes subalternas. As vozes e práticas que questionam a representação, a organização e a burocratização típicas da sociedade (pós) moderna-industrial não foram compreendidas adequadamente, seja a partir da ótica marxista ou liberal, e é preciso um mergulho na análise de situações concretas, da história em movimento, para alcançarmos uma visão satisfatória.

O seminário pensou as insurgências contemporâneas, bem como a contribuição da teoria anarquista clássica na interpretação e crítica da atual crise do capitalismo, do Estado e dos movimentos sociais. Determinante para isso foi a conjuntura brasileira pós-junho de 2013. O presente livro está imerso nas questões e determinações, objetivas e subjetivas, dessa conjuntura, o que fica refletido nas diferentes contribuições aqui reunidas, que dialogam entre si ao refletirem sobre o problema das insurreições, das autonomias e do lugar no anarquismo nesses eventos.

"A ciência exige a insurreição do pensamento"

Pierre-Joseph Proudhon

*Coleção Pensamento Insurgente
Volume II*



Andrey C. Ferreira (Org.)

Pensamento e práticas insurgentes

Pensamento e práticas insurgentes

Anarquismo e autonomias nos levantes e resistências do capitalismo no século XXI

Andrey Cordeiro Ferreira (Org.)



O estudo dos regimes autônômicos, ou autonomias no Estado e contra o Estado, são parte do enfoque da relação das insurgências com o sistema político; o estudo das autonomias como processos organizativos multicentrados e descentralizados são parte do enfoque da insurgência sobre organização social e identidade; ambos exigem uma reflexão sobre a relação das insurgências sobre o simbolismo, cultura e os modos de subjetividade reconfigurados por tais processos políticos e situação histórica.

O presente livro aborda temas "tabu" nas ciências sociais: as insurgências e insurreições de grupos marginalizados, como os trabalhadores precarizados urbanos (precariado, subproletariado, proletariado marginal) e dos camponeses-indígenas e como esta ação se relaciona à dinâmica *reforma versus revolução* e aos conceitos de autonomia e anarquismo. A análise das situações de insurgência e seus desdobramentos como um tipo de processo político constitui assim um caminho para recolocar o debate sociológico sobre autonomia, reforma e revolução no quadro da história concreta do século XXI.

Os processos autônômicos desencadeiam o avanço de formas de luta por reformas/revolução e são, por isso mesmo, um dos motores da transformação histórica. Qual o impacto da existência ou inexistência dos regimes autônômicos estatais para os processos autônômicos e as insurgências? Eis uma pergunta fundamental. Mas somente a análise concreta poderá trazer respostas satisfatórias.

**Pensamento e práticas
insurgentes:
anarquismo e autonomias nos levantes
e resistências do capitalismo no século XXI**

VOLUME II – COLEÇÃO PENSAMENTO INSURGENTE

Pensamento e práticas insurgentes:

anarquismo e autonomias nos levantes e resistências do capitalismo no século XXI

Andrey Cordeiro Ferreira (Org.), Dolores Camacho Velázquez,
Kathia Zamora Márquez, Lucien van der Walt, Mario Ney Rodrigues Salvador,
Pierre-Joseph Proudhon, Rômulo de Souza Castro, Selmo Nascimento da Silva,
Wallace dos Santos de Moraes



Niterói, 2016

Copyright © 2016 by Andrey Cordeiro Ferreira (Org.)

Alternativa Editora e Produção Cultural Ltda.

Rua Maestro Felício Toledo, 495 - sala 303 - Centro - Niterói - RJ - CEP 24030-105

Tel.: (21) 3903-5340

Site: www.alternativaeditora.com.br

E-mail: alternativaeditora@gmail.com

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora.

Catálogo: Maria Lúcia Gonçalves

Direção editorial: Andrey Cordeiro Ferreira

Projeto gráfico: Augusto da C. Rosa e Marcello Kennedy

Diagramação: Marcos Antonio de Jesus e Marcello Kennedy

Fotografia da capa: Ruy Barros

Capa: Marcello Kennedy

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P418 Pensamento e práticas insurgentes: anarquismo e autonomias nos levantes e resistências do capitalismo no século XXI / Andrey Cordeiro Ferreira... [et al].
– Niterói : Alternativa, 2016.
388p. : il. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-63749-30-7

1. Anarquismo. 2. Manifestações populares. 1. Ferreira, Andrey Cordeiro.

CDD 335.83



Sumário

Apresentação	7
---------------------------	----------

Introdução: por uma sociologia das insurgências	9
--	----------

Andrey Cordeiro Ferreira

PARTE I – ANARQUISMO: TEORIA, SABER E PRÁTICA DA INSURGÊNCIA

1 - Poderes científicos, Saberes Insurgentes: rumo a uma ciência social dialética e antissistêmica	37
--	----

Andrey Cordeiro Ferreira

2 - Da criação da ordem na humanidade ou Princípios de organização política	71
---	----

Pierre-Joseph Proudhon

3 - Revolução Mundial: para um balanço dos impactos, da organização popular, das lutas e da teoria anarquista e sindicalista em todo o mundo	81
--	----

Lucien van der Walt

4 - Fora das Sombras: a base de massas, a composição de classe e a influência popular do anarquismo e do sindicalismo	119
---	-----

Lucien van der Walt

5 - Greves e insurreição: da teoria bakuninista à socialdemocracia contemporânea	159
--	-----

Selmo Nascimento da Silva

6 - Industrialismo e Agrarismo: o eurocentrismo no marxismo e a crítica coletivista	203
---	-----

Rômulo de Souza Castro

**PARTE II – AUTONOMIAS E INSURGÊNCIAS CAMPONESAS-INDÍGENAS
NA PERIFERIA DO CAPITALISMO**

- 7 - A construção da autonomia no Movimento Zapatista de Chiapas:
discursos e práticas 251
Dolores Camacho Velázquez
- 8 - A justiça comunitária na gestão do Autogoverno Indígena Originário-
Camponês na Bolívia: balanço de sua aplicação271
Kathia Zamora Márquez
- 9 - A “HánaitiHo’ Únevo Têrenoe” (Grande Assembleia Terena): o
protagonismo indígena e suas reformulações etnopolíticas 293
Mario Ney Rodrigues Salvador

PARTE III – INSURREIÇÕES E AUTONOMIAS NOS CENTROS E PERIFERIAS URBANAS

- 10 - Luta de classes e insurgências no Brasil:
o mito da classe média, a aristocracia operária e o proletariado
marginal no capitalismo flexível 311
Andrey Cordeiro Ferreira
- 11 - A revolta dos governados do inverno-primavera de 2013
no Brasil e suas interpretações 353
Wallace dos Santos de Moraes

SOBRE OS AUTORES

Apresentação¹

Andrey Cordeiro Ferreira

O presente livro é resultado de diversas contribuições feitas ao primeiro seminário “Anarquismo: pensamento e práticas insurgentes”, realizado na cidade do Rio Janeiro em 2015,² bem como de trabalhos de pesquisa do Núcleo de Estudos do Poder.

O seminário discutiu a crise contemporânea do Estado, do capitalismo e as insurgências e resistências anticapitalistas. O objetivo do seminário foi desenvolver uma reflexão crítica sobre as condições objetivas e subjetivas desse processo de crise e insurgência, indicando como saberes e práticas de resistência podem ajudar a descolonizar epistemologicamente as ciências sociais e liberar as vozes subalternas (e sua crítica prático-teórica do capitalismo e dos diferentes tipos de socialismo de Estado). As vozes e práticas que questionam a representação, a organização e a burocratização típicas da sociedade (pós) moderna-industrial (nas suas variantes estatista, neoliberal e socialista de Estado) não foram compreendidas adequadamente, seja a partir da ótica marxista ou liberal (na sua vertente weberiana, durkheimiana, funcionalista e etc.), e é preciso um mergulho na análise de situações concretas, da história em movimento, para alcançarmos uma visão satisfatória.

O seminário pensou as insurgências contemporâneas, bem como a contribuição da teoria anarquista clássica na interpretação e crítica da atual crise

1 O presente livro é o segundo volume da Coleção Pensamento Insurgente.

2 O seminário foi realizado nos dias 30 de junho, 1 e 2 de julho de 2015 na UERJ, organizado pelo Núcleo de Estudos do Poder/NEP-UFRJ (grupo de pesquisa registrado no CNPq) com apoio: FAPERJ, por meio do edital Apq2/2014; do Departamento de Sociologia do Colégio Pedro II; do Departamento de Sociologia do CEFET; do OTAL-UFRJ. Registramos nosso agradecimento especialmente ao professor Luiz Felipe Bon, do Colégio Pedro II, pelo apoio na organização do evento. O seminário faz parte de uma linha de pesquisa do NEP intitulada “Anarquismo, Pensamento e Práticas Insurgentes”.

do capitalismo, do Estado e dos movimentos sociais. Determinante para isso foi a conjuntura brasileira pós-junho de 2013, que possibilitou a reflexão sobre as revoltas populares no mundo e sobre alternativas antissistêmicas. O presente livro está imerso nas questões e determinações, objetivas e subjetivas, dessa conjuntura, o que fica expresso nas diferentes contribuições aqui reunidas, que dialogam entre si ao refletirem sobre o problema das insurreições, das autonomias e do lugar no anarquismo nesses processos.

Introdução: por uma sociologia das insurgências

Andrey Cordeiro Ferreira

A crise do Estado (de sua representatividade, legitimidade e autoridade) e as insurgências anticapitalistas estão colocando sérios desafios às ciências sociais no Brasil e no mundo. As revoltas das periferias francesas (2005), depois da Grécia (2007-2008), Turquia (2011), Espanha e Chile (2012), Brasil (2013) e México (2014), sem contar as revoltas camponesas e indígenas no final do século XX e início do XXI (México 1994, Equador 1998-1999, Bolívia 1999-2000 e 2003-2005) podem ser consideradas como parte de um ciclo mundial de ofensivas capitalistas e resistências anticapitalistas. Pontos em comum de todas essas resistências foram a luta contra os efeitos do neoliberalismo, o questionamento do papel do Estado no processo de emancipação social e a busca por formas horizontais de organização.

Em meio aos protestos ressurgiu o fantasma do “anarquismo”. O apelo ao anarquismo nesses momentos de crise se dá em razão da contribuição histórica do anarquismo (como atividade de resistência e subcultura subalterna e como teoria anarquista, representação e legitimidade do poder político), não sendo apenas um efeito da “criminalização”, mas um movimento interno, de baixo para cima, que questiona a forma de organização centralizada e a representação política mediada pelo Estado. O grau em que tal fenômeno se expressa no desenvolvimento do anarquismo como identidade e forma de tradição organizativa é muito variado de contexto a contexto.

Algumas advertências são necessárias para podermos compreender a abordagem do livro. Em primeiro lugar, o livro questiona o uso de uma categoria de anarquismo “frouxa” (VAN DER WALT, 2016) ou a-histórica (FERREIRA, 2014), característica de uma literatura libertária e anarco-

comunista que, mesmo sendo simpática, promoveu um grande desserviço à historiografia da classe trabalhadora. Questiona também os anticonceitos do marxismo e do liberalismo que consideram o anarquismo como uma patologia pré-moderna. Nesse sentido, o livro adota uma posição da historiografia crítica do anarquismo, realizada em países como Brasil, Irlanda (MCLAUGHLIN, 2002; CORRÊA, 2013; FERREIRA, 2014) e África do Sul, Holanda, (VAN DER WALT, 2016; HIRSCH, VAN DER WALT, 2010). Ao mesmo tempo, o livro realiza a apropriação do método e das teses da teoria anarquista clássica para interpretação de problemas sociológicos e teórico-políticos contemporâneos, posição especialmente desenvolvida no Brasil, mas também nos EUA (SCOTT, 2013) e África do Sul (VAN DER WALT, 2016). Por isso, são reunidas aqui dois tipos diferentes de contribuições: 1) aquelas que partem de teses e métodos da teoria anarquista; 2) abordagens críticas do tema da autonomia, mas que são discutidas de pontos de vista teóricos diversos.

Destacamos aqui três problemas que organizam todas as reflexões do presente livro: as insurgências; o significado da autonomia (e sua relação com a dialética reforma/revolução x reação); o anarquismo. Esses problemas sempre se encontram inter-relacionados, de forma que os sentidos da autonomia são determinados em parte pela forma de governo para a qual o conceito de autonomia contribui e como se coloca na dinâmica reforma versus revolução.

O livro está organizado em três partes, refletindo os diferentes objetos e/ou posicionamentos teóricos apontados acima. A primeira parte, **“ANARQUISMO: TEORIA, SABER E PRÁTICA DA INSURGÊNCIA”** apresenta reflexões sobre saberes insurgentes político-científicos e suas experiências. Reúne os textos “Poderes Científicos, Saberes Insurgentes – rumo a uma ciência social dialética e antissistêmica”, de Andrey Cordeiro Ferreira; “Da Criação da Ordem na Humanidade- Fragmento”, de Pierre-Joseph Proudhon; “Revolução Mundial” e “Fora das Sombras”, de Lucien van der Walt; “Greves e insurreição: da teoria bakuninista à socialdemocracia contemporânea”, de Selmo Nascimento da Silva; e “Industrialismo e Agrarismo: o eurocentrismo no marxismo e a crítica coletivista”, de Rômulo Castro.

O texto de minha autoria, “Poderes científicos, saberes insurgentes”, apresenta uma reflexão crítica sobre os diferentes paradigmas científicos e como o paradigma dialético da teoria anarquista clássica engendrou um saber crítico dos sistemas cognitivos e dos sistemas de poder. Termina apresentando uma definição das regras do método sociológico “anarquista” a partir das referências da dialética serial proudhoniana, do materialismo sociológico bakuninista e da dialética empírico-realista de Gurvitch (que é, em grande medida, a forma assumida pelas teses do anarquismo clássico

na sociologia do século XX). O texto de Proudhon, um clássico, trata dos fundamentos de um método que não é nem empirista, nem racionalista, mas sim dialético. Este fragmento de uma das obras mais importantes de Proudhon delinea sua crítica da religião e da filosofia, bem como anuncia o método da dialética serial. Ele questiona aqui os conceitos de absoluto e ordem, pedras fundadoras da filosofia e ciência modernas.

O texto de Lucien van der Walt é uma redefinição da abordagem aplicada aos estudos do movimento operário e do sindicalismo. Ele aponta que, ao contrário do que os estudos históricos anteriores afirmavam, o sindicalismo espanhol hegemônico pelos anarquistas não era uma exceção. O anarquismo e o sindicalismo revolucionário se constituíram na Ásia, África colonial e América pós-colonial como forças hegemônicas. Porém, as teses científicas dominantes concorreram para invisibilizar esse fato ao atribuir ao anarquismo um caráter pré-moderno, pertinente ao mundo dos artesãos, quando os estudos históricos recentes mostram que esse anarquismo se desenvolveu efetivamente nas grandes cidades industriais da periferia do capitalismo. A ampla tradição anarquista, longe da tese do excepcionalismo espanhol, foi hegemônica ou estratégica para a formação da classe trabalhadora em diversos países, no centro e na periferia. Ele argumenta também contra uma tendência comum na historiografia: a de identificar o anarquismo com uma condição de classe “pequeno-burguesa/artesã” (supostamente condenada ao desaparecimento pelo avanço do capitalismo). Ao contrário, ele demonstra que na ampla tradição anarquista tivemos o predomínio de algumas categorias ou frações de classe: 1) o proletariado industrial; 2) assalariados rurais; 3) pequenos agricultores/camponeses. Dessa forma, a ampla tradição anarquista tinha como base as frações de classe que estavam sendo alvo da expansão da segunda revolução industrial, os trabalhadores industriais subordinados pelo taylorismo e os agricultores e assalariados rurais submetidos pelo avanço da expropriação e do colonialismo.

Outro aspecto fundamental é o impacto da ampla tradição anarquista sobre a formação de subculturas de classe ou populares. Ou seja, não se pode reduzir a história dos trabalhadores e das lutas sociais a uma história dos índices de densidade sindical. De acordo com a nova história do trabalho, é possível ver, como aconteceu no caso da Itália, que, apesar de não existir uma organização anarquista ou sindical formal, a ampla tradição anarquista foi decisiva para a formação da classe trabalhadora, suas formas de consciência e organização. Relações ambíguas e fronteiriças entre a teoria anarquista e as experiências locais de luta também foram frequentes.

Podemos dizer que esse encontro entre uma teoria anarquista e as experiências locais de luta deu nascimento a um fenômeno que podemos cha-

mar de populismo.¹ Esse populismo pode ser considerado então como um produto de um processo de hibridação entre a ampla tradição anarquista e experiências e saberes locais de luta, que mesmo não sendo parte da ampla tradição anarquista, são incompreensíveis sem fazer referência a ela. Assim, ele nos mostra casos na África do Sul, na Nicarágua e em Cuba em que o anarquismo teve um duplo impacto, um direto e outro indireto: 1) direto, sobre a formação da classe trabalhadora, das organizações revolucionárias e organizações sindicais; 2) indireto, sobre a formação desse populismo anti-imperialista que levou à criação de diferentes tipos de nacionalismo (e podemos incluir inclusive o moderno zapatismo nessa categoria).

O texto de Selmo Nascimento é uma história escrita da periferia sobre o movimento operário no centro do capitalismo. Aplicando o método do materialismo sociológico dialético, ele analisa as relações entre centralistas e federalistas/coletivistas na Associação Internacional dos Trabalhadores, mostrando como a prática e a teoria das greves foi o campo de desenvolvimento de um saber científico-conceitual e político-racional das lutas e insurgências, que marcou o surgimento do bakuninismo enquanto fenômeno. O texto recupera o fato de que a partir da crise de 2008 tivemos a oportunidade de ver o uso de dois principais instrumentos de luta: a greve geral e os movimentos insurgentes. Mas, como o autor aponta de forma muito pertinente, a característica principal desse período é que, em razão de uma série de fatores, as greves gerais foram mantidas à margem dos movimentos insurgentes (característicos do movimento antiglobalização e das revoltas das periferias brasileira, árabe e grega). Nesse sentido, ao recuperar o debate sobre as greves na AIT, ele mostra que ela legou uma reflexão sobre as condições de oportunidade e legitimidade da greve, criando também a vinculação entre as greves e determinadas instituições, especialmente as sociedades de resistência e as caixas de resistência. Essas instituições visavam atuar sob o aspecto político, através da organização, e econômico, pois a caixa de resistência era uma instituição mutualista adap-

1 Populismo é um termo com muitos usos. Devemos advertir que não estamos usando o termo como a ciência política normalmente usa, como uma ideologia proselitista de elites que faz concessões ao “povo”. Na realidade estamos usando o termo populismo tomando como modelo o populismo russo, que no século XIX foi um movimento político-cultural de crítica do absolutismo e do capitalismo ocidental. O populismo russo, influenciado a princípio pelas ideias liberais, acabou incorporando em seu interior ideias do anarquismo e marxismo, realizando hibridações e misturas e apelando ao elemento popular-nacional (o camponês) como o principal sujeito. Esse caráter híbrido e de massa do populismo russo é que nos interessa aqui, de forma que podemos pensar vários populismos como fruto desse protagonismo local que reinterpreta tradições ideológicas e organizativas, realizando sínteses inconcebíveis no contexto original de surgimento destas ideologias.

tada às condições de guerra social, ou seja, um “mutualismo de guerra” (que possibilitou que os trabalhadores enfrentassem as demissões e evitassem a gestão da mão de obra pelo capital). Assim, na teoria e prática da AIT, a greve geral era um instrumento que deveria ser combinado com a ação insurrecional e o anarquismo foi um dos maiores articuladores dessa política.

O texto de Rômulo Castro analisa as relações entre sindicalismo e a questão agrária na teoria da socialdemocracia internacional, mostrando o papel de um saber político na formação de uma estratégia de desenvolvimento capitalista que, por assumir o que denomina de industrialismo e uma aliança campo-cidade mediada pelo Estado e pelas coalizações partidárias, conduz a uma justificativa para a subordinação do campesinato e das lutas ecológicas em face das necessidades de crescimento econômico. Ele mostra como os coletivistas e anarquistas formularam uma visão crítica sobre o papel do campesinato, recusando o industrialismo modernizador e o agrarismo tradicionalista, apresentado assim uma teoria da luta pela terra do ponto de vista anarquista. Esse texto então encerra a parte que trata da teoria anarquista clássica e da experiência anarquista e sindicalista nos séculos XIX e XX. Todos os textos dialogam, cada um à sua maneira, com a conjuntura da globalização neoliberal atual, trazendo elementos para compreender a mesma.

A segunda parte do livro trata das **“AUTONOMIAS E INSURGÊNCIAS CAMPONESAS-ÍNDÍGENAS NA PERIFERIA DO CAPITALISMO”**, em particular na América Latina, que tiveram um importante impulso na década de 1990. É importante observar que um fenômeno pouco considerado hoje em dia joga um papel fundamental na estruturação de organizações e movimentos indígenas: as festas pelos 500 anos de “descoberta” da América. Essas festas foram realizadas pelos Estados nacionais e profundamente questionadas pelos movimentos e organizações indígenas. Na América Latina tal processo coincidiu com a difusão do multiculturalismo constitucional sob o neoliberalismo e reformas jurídicas que asseguraram direitos constitucionais a povos indígenas. Assim, a Insurreição Zapatista de 1994 está inserida num contexto mais amplo de transformações das sociedades indígenas e Estados nacionais latino-americanos. O mesmo podemos dizer das reformas na Bolívia, que se realizam na sequência de grandes manifestações populares.

A insurreição zapatista de primeiro de janeiro de 1994 resultou numa guerra de guerrilhas de curta duração. Essa guerra gerou um impasse militar e político que resultou no acordo de San Andrés, em que o Estado mexicano assumiu compromissos de realizar reformas em favor dos direitos indígenas. Esses acordos, entretanto, não tiveram grande efetividade. Mesmo depois da derrota do PRI nas eleições de 2000, os zapatistas aprofundaram sua política de oposição, consolidada com a Outra Campanha (2005-2006). O zapatismo

deslocou suas atividades do plano militar para o de uma política de construção de municipalidades autônomas e defesa territorial, combinada com uma diplomacia internacional própria, organizando encontros com povos indígenas, movimentos sociais e organizações de esquerda.

As chamadas Guerra da Água e Guerra do Gás tiveram lugar na Bolívia, respectivamente em 1999-2000 e 2002-2003. Elas começaram como lutas contra o neoliberalismo, especialmente a privatização da água na cidade de Cochabamba (terceira maior cidade da Bolívia) e que se alastraram pelo país no ano 2000, alcançando a capital La Paz. A Guerra do Gás, por sua vez, teve início da Cidade de El Alto, quando o presidente Gonzalo Lozada tentou realizar uma obra transnacional de construção de um gasoduto que levaria o gás boliviano para um porto chileno (sendo que existe um conflito nacional histórico já que a Bolívia perdeu para o Chile o acesso ao mar numa guerra). A revolta popular teve como resposta um Estado de emergência, com a prisão de vários líderes de movimentos sociais e o uso de violência civil não letal contra o aparelho de Estado. Em 2003, as lideranças cocaleras como Evo Morales irão se destacar e as manifestações irão ter como resposta o uso da violência armada letal do Exército (que resultou na morte de civis). Esse fato foi o estopim para a intensificação dos protestos que resultaram na renúncia do presidente boliviano.

Aqui temos uma diferença substancial da insurgência na Bolívia: dos combates de rua e do uso da violência civil não-letal, tivemos um processo de deslocamento da insurgência, que se institucionalizou em torno do Movimento ao Socialismo (MAS) e da figura de Evo Morales. Em 2005 Evo Morales foi eleito presidente da Bolívia para um mandato de cinco anos e a instabilidade política que antes se apresentava na forma de um movimento de oposição fora do Estado passou se manifestar dentro da Estrutura do Estado boliviano. Em 2009 foi elaborada a nova Constituição Política da Bolívia (pensada como grande avanço e inovação institucional) que declarou o país como um Estado Plurinacional. Essa constituição criou a figura das autonomias (unidades territoriais em que seria praticado o autogoverno indígena-originário-campesino ou AIOC²).

Dessas duas experiências, mexicana e boliviana, decorrem questões fundamentais para o debate teórico sobre autonomia. O texto de Dolores Camacho reflete sobre a experiência e o conceito de autonomia no zapatis-

2 É preciso advertir ao leitor brasileiro que AIOC então é um conceito: Indígena-Originário-Campesino são diferentes nomenclaturas para povos e nacionalidades que se autodenominam por meio destas categorias. As autonomias são unidades administrativas do Estado em que a autoridade IOC seria reconhecida. As autonomias são unidades territoriais em que os povos indígenas-originários-campesinos exercem o autogoverno e em que a autoridade estatal é compartilhada, daí o AIOC.

mo. Enquanto autonomia, a experiência zapatista foi construída na guerra contra o Estado em Chiapas, no Sul do México, e sobre as lutas indígenas na América Latina, elaborando reflexões críticas sobre os limites das histórias centradas nos Estados. O debate sobre autonomia resultou no caso zapatista na criação dos Municípios Autônomos, depois da guerra e das tentativas dos diálogos de paz. Esse processo foi marcado pela incorporação do conceito de autonomia pelo zapatismo, fato que não estava dado a priori. Esse processo foi expresso em diferenças do EZLN em relação a organizações indígenas de Chiapas. O EZLN formulou um conceito de autonomia que resultou nos municípios autônomos; o movimento indígena chiapaneco defendia a proposta de construção de Regiões Autônomas Pluriétnicas (RAP), que seriam formas territoriais autônomas no quadro do Estado mexicano, pela construção de uma representação eleitoral e disputa das políticas públicas. Um ponto destacado é, como no diálogo entre o zapatismo e o movimento indígena e social no México, ficou claro que existiam duas e a princípio irreconciliáveis visões da autonomia: para os zapatistas a autonomia se dava fora e contra o Estado mexicano, enquanto para diferentes movimentos sociais esta deveria se dar nos quadros sociais do Estado mexicano. Para os ativistas pró RAP, a autonomia era uma atividade dos dirigentes; para os zapatistas, era um processo direção-base. E a autonomia para os zapatistas se confunde com o direito de acesso a condições materiais de existência, como saúde e educação sem subvenções estatais. Tal confrontação não foi apenas externa, dos zapatistas com outras organizações. Eles iniciaram uma transformação interna, sendo obrigados a modificarem uma prática tradicional da autoridade do “Conselho dos Anciãos”, comum nas comunidades Maia-zapatistas. Assim, as Juntas de Bom Governo e o conceito de autonomia zapatista foram uma ruptura em relação a determinadas tradições indígenas e aos movimentos sociais tradicionais. Essa situação mostra que não se pode supor que a base cultural dos povos originários produza conceitos unívocos de “autonomia”. Camacho termina refletindo sobre como a teoria da autonomia de Castoriadis pode ajudar a compreender tal experiência.

O texto da professora Kathia Zamora analisa o conceito de autonomia construída “através do Estado”, possibilitada especialmente pelas reformas conduzidas por Evo Morales. Sua reflexão é extremamente relevante pois mostra como a autonomia mediada pelo Estado boliviano tem engendrado novas hierarquias de classe permeadas por clivagens étnicas e aponta para a necessidade de pensar sobre o pluralismo jurídico na experiência do autogoverno indígena. O autogoverno é entendido “como capacidade política para exercer autoridade estatal”, ou seja, e uma concepção de autoridade no Estado. Mas esse processo é permeado por ambiguidades. Existem conflitos entre os indígenas e Estado na interpretação do processo autonômico. Outro

fator é a disjunção entre o reconhecimento das autonomias e seu poder real, uma vez que tais autonomias não recebem recursos e tem sérias restrições na exploração dos recursos naturais em seu território. Ao fazer um balanço do funcionamento do autogoverno na AIOC na Bolívia, especialmente a partir do funcionamento do poder judiciário e das justiças comunitárias, ela mostra o dilema vivido pelas lideranças indígenas ligadas ao partido no Governo, o MAS, de forma que não sabemos se as AIOC “*são uma rota autônoma a partir de suas práticas e procedimentos de bases inovadoras, e/ou processo que está sendo acomodado com as diretrizes do partido do governo MAS*”. Tomando o caso específico da organização da justiça ela mostra que “*A execução da justiça indígena-origina-camponesa na gestão das AIOC e das autoridades das nações e povos indígenas parece não ter avançado. Enquanto a justiça comunitária baseada no princípio do pluralismo jurídico para o sistema judicial não demonstrou qualquer aplicação*”. Ela nos mostra como esse reconhecimento esvazia o poder real da justiça indígena, que não pode julgar nenhuma matéria vital aos interesses do Estado, como o tema dos hidrocarbonetos. O Estado Plurinacional boliviano tem então entrado numa via de esvaziamento do poder insurgente que lhe fundou.

O texto de Mário Ney Rodrigues Salvador (intelectual indígena e que escreve assim uma teoria de “dentro”) analisa a experiência recente das organizações indígenas no Brasil, especialmente da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, e as contradições entre diferentes visões de autonomia que permeiam as organizações indígenas: uma autonomia “no Estado” e outra autonomia “contra o Estado”. Ele nos conta como na sucessão da violência militar e etnocídio dos anos 1970, os indígenas brasileiros tomaram parte em processos transnacionais e nacionais que hoje se refletem num levante indígena, expresso especialmente nas formas de luta pela terra. Estas por sua vez se expressam em diferentes estratégias organizativas, especialmente o surgimento dos “Conselhos Indígenas” e as “Assembleias Indígenas”, formas de reelaboração etnopolítica que colocam em ação e contradição as diferentes estratégias de autonomia no Estado e autonomia contra o Estado. A ambiguidade das organizações indígenas no Brasil assim mostra a complexidade das formas de insurgência e resistência, que podem conter diferentes combinações concretas desses conceitos de autonomia e assumir formas e abrangências irregulares (por exemplo, as lutas indígenas no Brasil assumem o caráter de insurgência no Mato Grosso do Sul e Bahia). Essa dualidade reflete as dinâmicas específicas de segmentação e organização social dos povos indígenas.

Assim temos no caso mexicano e boliviano a expressão de duas experiências e conceptualizações de autonomia; uma “autonomia no Estado” e outra “autonomia contra o Estado”, que se institucionalizaram em diferentes formas territoriais. No caso brasileiro, essas diferentes formas de

autonomia se expressam na ambiguidade das estratégias das organizações indígenas (como o Conselho Terena), que podem oscilar entre formas de “autonomia contra o Estado” e “autonomia no Estado”.

A terceira parte do livro, **“INSURREIÇÕES E AUTONOMIAS NOS CENTROS E PERIFERIAS URBANAS”**, analisa levantes da periferia do capitalismo, partindo do que chamamos de insurreição invisível (MORAES, FERREIRA, et al., 2015) ou ciclo de lutas de classes de 2013 no Brasil. Então, para entender os protestos no Brasil de 2013 devemos levar em consideração que eles apresentam propriedades de um tipo particular de processo político, a insurgência. Para compreender essa insurgência, pelo menos na forma como ela é tratada aqui, é importante recuperar a história dos acontecimentos de Junho.

Os protestos de junho de 2013 se iniciaram contra o aumento das tarifas de ônibus no início de junho e também contra os efeitos dos megaeventos, como a Copa das Confederações da FIFA. Porém, eles tinham antecedentes muito diretos: na região sul, em Porto Alegre, e depois no Centro-Oeste, em Goiânia, com protestos realizados entre março e maio. No final do mês de maio protestos se realizam no Nordeste, na cidade de Natal, e depois finalmente, as manifestações dos dias 06 e 07 de junho em São Paulo e Rio de Janeiro desencadeiam uma verdadeira comoção nacional. A partir do dia 16 de Junho essas mobilizações confluíram com outras agendas, especialmente os protestos contra os gastos da Copa do Mundo, a privatização do Maracanã e dos estádios de futebol, sendo exatamente nesse momento que elas adquiriram o caráter nacional e insurgente, de forma que existe uma relação direta entre a festa da Copa do Mundo e a Revolta (FERREIRA, 2015). Em Brasília, o ato contra a abertura da Copa das Confederações foi marcado por intensa repressão e violência policial, assim como o ato do Rio de Janeiro, gerando muitas críticas. A repressão estatal contribuiu para aumentar a adesão às mobilizações. Se até o dia 16 de junho a tônica foi a Repressão policial a partir do dia 17 de junho essa dinâmica irá ser transformada. Os atos no Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo e Belo Horizonte passaram a ser marcados por ações de enfrentamento e formas de resistência à violência policial que terminaram com as tentativas de tomada da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, da Prefeitura de São Paulo, do Congresso Nacional e Ministérios. A partir de então, do dia 17 ao dia 20 de junho, inúmeras ações em dezenas de cidades envolveram milhões de pessoas: manifestações de rua, bloqueios de rodovias e acessos a aeroportos, resistência às operações de dispersão e de prisão, uso generalizado da violência civil não-letal.

No dia 20 de junho esses atos alcançaram seu ápice com a manifestação na cidade do Rio de Janeiro reunindo mais de 1,5 milhão de pessoas e com protestos em dezenas de cidade do país, inclusive as principais capitais,

com ações coletivas de resistência e desobediência civil.³ Talvez as imagens mais representativas do processo sejam a da resistência contra o blindado da polícia no Rio de Janeiro e a Cavalaria em Belo Horizonte e Fortaleza. As imagens dos manifestantes tentando parar o “Caveirão”⁴ em nada devem ao jovem chinês que parou a fila de tanques na Praça da Paz Celestial em 1989. O dia 20 de junho de 2013 pode ser considerado como o ápice dos protestos, já que foi o dia em que o maior número de cidades envolvidas, com grandes mobilizações simultâneas e com múltiplas formas de ação coletiva. Os protestos continuaram de forma intensa em escala nacional até o dia da final da Copa das Confederações (30 de junho), em que cerca 15 mil manifestantes marcharam até as imediações do Maracanã até serem dispersos pela repressão policial, mas oferecendo resistência.

Por sua vez, os desdobramentos dos atos foram extremamente importantes. Organizados de forma descentralizada, com uma multiplicidade de lideranças locais e grupos formais e informais, os protestos apresentaram uma eficácia claramente reconhecida: sem mediadores, negociadores e interlocutores, as manifestações reduziram o aumento da passagem e obrigaram ainda, indiretamente, o arquivamento de projetos de lei de diferentes naturezas, explicitando sua eficácia concreta. Dessa maneira, esse conjunto de protestos pode ser considerado como um marco que nos permite realizar alguns apontamentos teóricos.

Qual o significado sociológico desses acontecimentos? Para alcançar esse significado é preciso, em primeiro lugar, distinguir as modalidades de ação coletiva empregada nos diferentes protestos no Brasil. Para além de toda a descrição que já foi realizada devemos considerar aqui que os protestos populares podem ser classificados em algumas modalidades de ação coletiva: 1ª) as passeatas, em que milhares e mesmo milhões de pessoas tomaram parte; 2ª) dentro ou na sequência das passeatas, as ações de resistência às ordens de dispersão e desobediência civil, acompanhadas de bloqueio de ruas e avenidas com inúmeras formas de auto-organização (desde o uso de escudos contra balas de borracha até táticas de neutralização das bombas de gás lacrimo-

3 A controvérsia sobre o número de participantes estimados é sempre importante, mas nesse caso é mais significativo ainda. Existe uma clara subestimação da participação e adesão aos protestos. Esse procedimento de subestimar a participação está sendo contraposto pela produção de mídias independentes, de coletivos e indivíduos que mostram o caráter de massa dos atos, que no Rio de Janeiro alcançou milhões de pessoas.

4 Termo utilizado para designar o Blindado do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar, BOPE, cujo símbolo é uma caveira e foi apelidado pelos próprios policiais de Caveirão. O termo foi depois generalizado para os carros blindados da polícia em geral.

gêneo); 3ª) bloqueios de rodovias e acessos a aeroportos, comprometendo assim o processo de circulação pessoas e mercadorias; 4ª) a destruição de propriedade privada de grandes empresas (bancos, concessionárias de veículos, pedágios), associada à destruição de veículos da grande mídia e de unidades policiais para compor barricadas ou como retaliação à violência; 5ª) a tomada das sedes do poder legislativo e executivo municipais, estaduais e federal.

Essas diferentes modalidades de ação coletiva envolveram dezenas de milhares e mesmo milhões de pessoas. Além da representatividade social e geográfica, elas demarcam um conjunto de antagonismos muito claros. Essas modalidades de ação coletiva obviamente escapam aos parâmetros do sistema político-jurídico e consequentemente ideológico dominante. Considerados em seu conjunto, as modalidades de ação coletiva realizaram: 1) o confronto com as instituições capitalistas através das ações destrutivas de capitais e patrimônios corporativos, expressando o descontentamento popular com o poder econômico; 2) o confronto com os principais símbolos e mecanismos repressivos e representativos do poder político estatal (a polícia, o poder legislativo e executivo), expressando o descontentamento com os governos e o sistema político. Uma lógica similar é perceptível nas pautas ou reivindicações. Estas dizem respeito especialmente aos serviços públicos e equipamentos coletivos e ao custo de vida do qual o transporte é um item destacado. Mas essas reivindicações econômicas são todas elas de um tipo “coletivo” e “universalista”, distinta de reivindicações econômicas de natureza “corporativa” e “particularista”. A multiplicidade de pautas e reivindicações não exclui assim uma esfera de integração econômica, na qual predomina o caráter coletivo das mesmas. Dessa maneira, existiam dois tipos de pautas: uma que caminhava na direção da multiplicidade, expressa pela diversidade expressiva dos cartazes, faixas e palavras de ordem; outra que caminhava na direção da unidade, expressa pela prática antagônica e pelas reivindicações econômicas. Essas modalidades de ação e reivindicação coletiva/universalista delimitam um perfil específico para Junho de 2013. As ações de massas explicitaram as estratégias de ação e também as aspirações diferenciadoras e unificadoras.

O levante popular, pelo menos na forma que se apresentou, mostrou um conteúdo antineoliberal (de crítica aos efeitos do modelo de desenvolvimento econômico neoliberal, especialmente a privatização e precariedade dos serviços públicos) e antiestatista (crítico das instituições de representação e repressão) e por isso um potencial antissistêmico (de contestação às instituições do Estado capitalista e ao próprio capital). Junho de 2013 pode ser considerado como uma insurgência, fenômeno do mesmo tipo que as insurreições indígena-camponesas, como veremos adiante. Essa caracterização sociológica é ponto de partida das análises aqui apresentadas.

O texto de Wallace Moraes “A Revolta dos Governados” analisa Junho de 2013 do ponto de vista da teoria política, tentando explicitar como as análises sobre o papel do Estado e as ações coletivas foram permeadas pelas concepções hegemônicas, afirma ser necessária uma ruptura e uma apropriação das formas surgidas em junho para uma renovação do pensamento político. Nesse sentido, ele mostra como o epistemicídio de uma série de saberes populares foi realizado pelas diferentes interpretações sobre a revolta. Essa tentativa de criar um paradigma anarquista para análise da política se contrapõe então aos parâmetros da análise hegemônica. Moraes, ao refletir sobre as diferentes abordagens e a luta epistemológica pela interpretação dos protestos de 2013, emprega o conceito de epistemicídio (formulado por Boaventura de Souza Santos) para mostrar como tais poderes científicos levam a uma anulação sistemática de saberes oriundos das lutas e sobre as lutas.

O texto de Andrey Cordeiro Ferreira, “Luta de Classes e Insurgências no Brasil” é uma aplicação do materialismo sociológico dialético, uma crítica das teses liberal e marxista sobre os acontecimentos, especialmente do mito da classe média e do fetiche do proletariado industrial. Assentada sobre uma pesquisa etnográfica e sociológica de caracterização das dinâmicas sociais, fazemos uma crítica da interpretação da situação do desenvolvimento capitalista no Brasil, mostrando como as contradições de classe permeiam a pluralidade de grupos sociais e culturais, e ajudam a explicar a explosão dos protestos e seus possíveis efeitos. No artigo, atacamos uma das principais formas de realizar esse epistemicídio, que foi a utilização do mito da classe média e do fetiche do proletariado industrial para desqualificar o acontecimento e os atores de Junho. Argumentamos que as tentativas de identificar os protestos com uma classe média ou o precariado/lumpemproletariado estabeleceu uma narrativa que negava as condições de opressão e exploração que davam sentido e racionalidade à Junho. Demonstramos que, na realidade, Junho colocou em ação uma contradição característica de todas as insurgências: a luta entre aristocracia de trabalhadores e organizações representativas profundamente comprometidas com a defesa do sistema capitalista e um proletariado marginal em vias de se constituir num agente por si.

Nos estudos de Moraes e Ferreira temos uma reflexão sobre a relação entre os sistemas cognitivos, no caso, os poderes e discursos das ciências sociais, e os sistemas repressivos, que operaram para invisibilizar e negar as insurgências no Brasil em 2013, tendência recorrente nas ciências sociais.

Daí a necessidade de uma sociologia das insurgências.

INSURGÊNCIA: OS LEVANTES INDÍGENA-CAMPONESES E URBANOS DO SÉCULO XXI

O conjunto de textos acima então tem em comum um objeto determinado que, frequentemente ignorado pelas ciências sociais ou por elas tratado de forma extremamente precária, constitui aspecto central da política e geopolítica internacional: as insurgências. A insurgência como processo real tem sido analisada e teorizada pelos poderes político-militares imperiais. Os EUA têm publicado uma série de manuais e documentos para gerar um saber repressivo e uma prática de governo. É exatamente no terreno das relações de poder que podemos observar a emergência de um fato social ou processo real:

A Insurgência será um elemento importante e crescente dos desafios de segurança enfrentados pelos Estados Unidos no século 21. Embora a possibilidade de um conflito convencional continue a existir, o fato é que, no momento, as principais potências do sistema internacional estão profundamente relutantes em se envolver nela. (U.S. GOVERNMENT COUNTER INSURGENCY GUIDE, 2009)

A prática imperial e imperialista distingue dentre os conflitos possíveis o conflito convencional (envolvendo a guerra regular, diplomacia, sistema interestatal) e uma outra categoria agrupada nas insurgências. Essa última tem características particulares e distintas do conflito tradicional:

Insurgência, na sua forma mais básica, é uma luta pelo controle e influência, geralmente de uma posição de fraqueza relativa, fora das instituições estatais existentes. Insurgências podem existir para além, antes, durante ou depois de um conflito convencional. Elementos de uma população frequentemente crescem insatisfeitos com o status quo. Quando uma população ou grupos em uma população estão dispostos a lutar para mudar os termos a seu favor, através de meios violentos e não-violentos para provocar mudanças na autoridade vigente, eles muitas vezes iniciam uma insurgência. Uma insurgência é o uso organizado de subversão e violência para tomar, anular, ou desafiar o controle político de uma região. Insurgência também pode se referir ao próprio grupo em si (INSURGENCIES AND COUNTERING INSURGENCIES, MARINES FORCE, 2014).

As insurgências são, em si mesmas, nessa teoria da contrainsurgência, historicamente diversas: das insurgências conduzidas por exércitos guerrilheiros à “moderna insurgência, reconhecidamente complexas matrizes de atores irregulares com objetivos amplamente diferenciados. Eles frequentemente carecem de um comando e estrutura centralizados, porém são tipicamente vinculadas por redes horizontais”. Além disso, a noção de insurgência está associada a uma multiplicidade de “estágios” e formas de manifestação, que dão um sentido relativamente ambíguo à formulação:

Toda insurgência se desenvolve de forma diferente, porém alguns padrões podem ser observados. Insurgências podem envolver alguns ou todos os estágios da subversão e radicalização, agitação popular, desobediência civil, atividade de guerrilha localizada, ampla guerra de guerrilhas até o conflito semi-convencional armado. Um ou mais estágios podem aparecer simultaneamente em um país ou região afetado pela insurgência (INSURGENCIES AND COUNTERING INSURGENCIES, MARINES FORCE, 2014).

Essas definições são parte de uma teoria nativa da contrainsurgência, ou seja, um modo específico de exercício do poder. Mas ao mesmo tempo manifesta e ajuda a criar um processo real: a insurgência. A centralidade desses processos na política internacional mostra a dimensão e significado do fenômeno. É preciso então transformar esse processo real num objeto sociológico.

Para isso é preciso apontar algumas características da definição acima: elas são formas ideologicamente orientadas de leitura, mesmo tendo um alto grau de objetividade, elas estão situadas numa estrutura repressiva; elas apresentam uma grande ambiguidade, de forma que a ideia de insurgência está principalmente aplicada a formas de guerra de guerrilha na Ásia e Oriente Médio, supostamente “descentralizadas”. Bom, essa imagem está profundamente arraigada na teoria do choque de civilizações e na teoria da fragmentação da globalização e emergência do “tribalismo”. Eles induzem assim a uma visão restritiva e valorativa da insurgência, mesmo quando apontam para uma definição mais ampla.⁵

Essas contribuições nos permitem então dar uma definição sociológica para tal objeto. Podemos definir a insurgência como um tipo de processo político que apresenta um conjunto de propriedades reais: 1º) é um processo que tem como centro das ações o uso da violência coletiva (violência civil não-lethal, ou VCNL - como usaremos - que aparece fundida nas formas cotidianas de resistência como saques, ocupações, sabotagem, incêndios, roubos e que por isso mesmo se colocam para anular relações de propriedade e apropriação econômica), e a violência militar (sob a forma de guerra de guerrilhas ou guerra regular) sendo esta violência o principal instrumento para alcançar os fins políticos ou expressar visões e antagonismos; 2º) é um processo político em que uma força social relativamente mais fraca se desenvolve fora das estruturas estatais, visando desafiar ou anular um governo e mudar as condições sociais dos grupos dominados por ele; 3º) é um processo em que uma multiplicidade

5 Também discordamos do apontamento que fala das insurgências como conflitos predominantes. Na realidade as situações insurrecionais se desenvolvem numa dialética histórica com as guerras convencionais, como nos mostram os casos da Comuna de Paris, Revolução Russa e todo o ciclo de lutas de descolonização do entreguerras do século XX.

de atores não centralizados se articulam por cooperação antagônica, sua forma aparenta ser descentralizada e desorganizada, quando na realidade é multicentrada e regida por dialéticas e estruturas sociais específicas; 4º) é um processo político que neutraliza o poder de governo sobre regiões – sob tempos determinados – criando formas específicas de relações ou sistemas políticos, dualidades de poderes, que podem ser estatais ou não e durarem mais ou menos tempo; 5º) por fim, é um processo que surge de uma prática, consequentemente, reversível e sujeita às opções estratégicas dos atores.

A insurgência então não é apenas uma modalidade de ação coletiva (protesto ou manifestação) violenta. Passeatas, greves, piquetes, ocupações podem estar dentro de diferentes processos políticos, como processos eleitorais, processos de segmentação de sociedades etnicamente organizadas e insurgências. A insurgência é um processo político que tende à insurreição e à revolução como resultado (mesmo que essas tendências possam ser anuladas por outras contratendências). A insurreição é o evento culminante da insurgência como processo, uma situação na qual essa insurgência toma a ofensiva contra o poder a que se opõe. A insurreição como evento, é o momento de decisão para a insurgência como processo político, pois é onde se dá a redistribuição do poder e reorganização do sistema político (assim como as eleições são o ponto culminante do processo eleitoral).

Essa definição nos permite escapar dos regimes de enunciação que invisibilizam ou minimizam revoltas populares, duas estratégias cognitivas que impedem que um fato social seja apreendido em toda a sua dimensão, distribuição e significado. A negação das insurgências, seja sob a forma de criminalização (MATIN, 2012), seja de minimização (EISDENSTADT, 2012; GARLAND, 2012; SERBULO, 2012; SHANT'Z, 2012), é um elemento recorrente, dentro do aparelho de Estado e dos sistemas cognitivos das ciências sociais que atuam como sistemas repressivos. As ciências sociais, seguindo uma longa tradição dos paradigmas da ordem, tendem a negar o conflito e, por isso, uma das formas mais recorrentes e incômodas do mesmo, que são os conflitos que, por lançarem mão da violência coletiva, questionam o próprio conceito de Estado e sua ideia de monopólio do uso legítimo da violência. O marxismo, pelo menos aquele oficializado como doutrina de instituições partidárias e sindicais cumpre um papel análogo em relação à representação da classe trabalhadora, tentando exercer um monopólio similar da representação legítima. Assim, as ciências sociais incorrem nas formas de epistemicídio, ao desqualificar as formas de resistência e corroborar com a minimização, criminalização e invisibilização. Exatamente por isso, negar as insurgências como processo político real equivale hoje às tentativas do reducionismo positivista e cientificista de explicarem os conflitos sociais pela determinação biológico-racial e à abstração da situação colonial para o estudo das Américas, África e Ásia.

É para romper com tal postura que podemos afirmar que estamos entrando numa era das insurgências, marcada pela crise do Estado (provocadas por movimentos de baixo) e acirradas pela crise econômica mundial (provocada por movimentos de cima, do capital e dos regimes de acumulação e sistema interestatal). Visibilizar as insurgências na sua dimensão e significado, identificar esses processos, qualificá-los e teorizá-los é uma tarefa que está posta, uma vez que como a própria política de contrainsurgência coloca, possivelmente estes serão os modos predominantes de processos políticos e conflitos geopolíticos no século XXI. É por isso que é possível situar o levante zapatista, o argentinazzo, a Guerra do Gás e da Água, as revoltas das periferias francesas, e várias ações do movimento antiglobalização, bem como “as jornadas de junho brasileiras”, dentro da categoria de insurgência. Por isso é possível pensá-las comparativamente e a partir delas iluminar uma série de outras questões.

AUTONOMIAS, REFORMA E REVOLUÇÃO NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

É nesse sentido que aqui falamos das insurgências como objeto. Estamos analisando um processo político real que pode ser observado em diferentes contextos e formas. Não há dúvida de que são historicamente processos fundamentais. Aqui tomamos como ponto de partida dois tipos de insurgência recorrentes, mas invisibilizadas, sob o neoliberalismo e seu regime de saber-repressão: as insurreições urbanas de grupos marginalizados e insurreições camponesas-indígenas da periferia do capitalismo. Elas são representativas desses processos.

As insurgências repercutem de forma sistemática sobre as múltiplas escalas e formas da estrutura social global, mas devemos levar em consideração três aspectos sob as quais elas podem e devem ser estudadas:

- 1) O da transformação dos sistemas políticos, formas de governo e sistemas jurídicos e econômicos: estes são incompreensíveis se não remetemos às insurgências e insurreições como processos políticos macro e micro, pois elas definem o campo e sentidos possíveis para as estruturas governamentais, formas de representação e políticas públicas, bem como de mundos sociais alternativos. Quando levamos em conta os casos da Bolívia (mas também outros como Equador) nos anos 2000, podemos observar como as estruturas dos Estados “plurinacionais” são essencialmente constituídas como resultados complexos de insurgências; essas estruturas estatais ficam então oscilando entre dois polos de forças, as forças insurgentes que os instituíram e as forças do Estado (e do Sistema Interestatal) que promovem a contrainsurgência, desarticulando e resignificando os efeitos políticos, gerando assim a atualização do dualismo inerente aos regimes

autoritários (que exaltam a liberdade mas aprofundam o autoritarismo). Assim, as autonomias no Estado não são compreensíveis sem que levemos em consideração as insurgências e insurreições que as tornaram possíveis;

- 2) O da transformação da organização social e estrutura dos grupos (grupos amplos como as classes sociais, grupos particulares de diferentes naturezas como grupos étnicos, territoriais, grupos profissionais, movimentos sociais, partidos políticos e etc.). Estes são todos ressignificados em função do impacto das insurgências nos contextos locais, nas relações de poder e no sistema político/forma de governo. A atividade insurgente gera campos políticos fora do Estado e modifica o status das organizações e seu sentido, de forma que se reflete nos projetos e conceitos (como os de autonomia). As desigualdades e contradições latentes ou candentes na estrutura social tendem a intensificar os processos de fissão/divisão entre os próprios grupos dominados, o que se expressa na formação de novos tipos de grupos ou cisões de grandes organizações em organizações menores. Esse processo se reflete numa espécie de luta de classificações pela legitimidade da ação coletiva, sob os aspectos político e epistemológico, se agregando assim ao impacto sobre o sistema político e jurídico. Esse processo foi visível no caso do zapatismo, em que ocorreu uma cisão em relação ao movimento indígena de Chiapas, e também ocorreu em Junho de 2013, com a cisão entre direções (de organizações sindicais e partidárias) e as “bases”. As insurgências fragmentam e reunificam as organizações.
- 3) O da transformação das identidades e culturas, que são profundamente remodeladas, uma vez que a insurgência e a contra-insurgência geram uma espiral ascendente político-militar de ação/repressão, que tende a reforçar uma visão de mundo centrada na oposição “*Nós versus Eles*”, de modo que os símbolos e os processos de fusão e unificação tornam-se possíveis, contrastando assim com a situação de descentralização e fragmentação que é o ponto de partida de grande maioria das insurgências. Isso possibilita a formulação de narrativas e símbolos coletivos e a constituição de identidades englobantes (nacionais e transnacionais, como ocorre com os povos indígenas que se unificam em torno de políticas anti-imperialistas e dos movimentos antiglobalização); da mesma forma as políticas de Estado pós-insurgências tentam induzir à fragmentação dos grupos e identidades e/ou a unificação delas “no, por e para” o Estado – daí as formas de reação fascista, nacionalista que tentam unificar as identidades em torno das autoridades e seus símbolos. Essa polarização que tende a criar as condições de contrabalanceamento da tendência de fragmentação anterior, se expressa nas ontologias e identidades correspondentes que passam a disputar as formas de saber-poder. Essa transformação cultural pode

ser vista por exemplo, no caso da Bolívia, em que o Estado Plurinacional reforçou o modelo “unitário” de Estado, ou inversamente, no caso do México, a ideia de Nação foi usada para construir uma relação horizontal entre diferentes povos indígenas, ou ainda no Brasil, com a formação da identidade Black Bloc e sua contrapartida pós-Junho de 2013, o fortalecimento de identidades policiais e militares.

Aqui então abordamos as insurgências sobre essa tripla ótica; 1) dos sistemas políticos e jurídicos; 2) das formas organizativas e ações coletivas; 3) dos sistemas cognitivos, identidades e cultura. Nesse sentido, as insurgências nacionais em grandes centros urbanos têm um efeito muito variado, mas o principal tem sido o fortalecimento lento e progressivo de organizações informais, muitas delas passando da violência civil não-letal a formas de guerrilha urbana, como na França; no Brasil levou a formações de grupos informais de autodefesa centrados no uso da VCNL, conhecidos como Black Bloc e de oposições sindicais de novo tipo.

As insurgências indígena-camponesas tiveram efeitos diferentes, especialmente sobre a construção do conceito de Estados plurinacionais e/ou de autonomias regionais. Isso porque essas insurgências resultaram em insurreições que reorganizaram o sistema político. Foram as insurreições camponesas-indígenas da América Latina as primeiras formas de oposição sistemática ao neoliberalismo e à ordem da globalização. Na Bolívia as chamadas “Guerra do Gás” e Guerra da Água” resultaram na formação de um bloco nacional-reformista, organizado em torno do MAS e levaram uma experiência de reforma do Estado que tentou dar autonomia e autogoverno aos indígenas; a insurreição zapatista de 1994 dirigida pelo EZLN, que a princípio se colocou como um reformismo armado visando influenciar a estrutura do Estado mexicano, depois dos anos 2003-2005 vem se desenvolvendo numa autonomia contra o Estado, baseado na construção de um sistema político centrado nos municípios autônomos que coexistem mas rivalizam com a estrutura do estado Mexicano - numa espécie de trégua temporária, mantendo uma série de relações de polaridade e complementaridade dialética, no estilo dos sistemas políticos *gumla* e *gumsao* descritos em *Sistemas Políticos da Alta Birmânia* (LEACH, 1995).

Assim, as insurgências não necessariamente se desenvolvem no sentido da formação de uma situação revolucionária clássica, elas podem ser reintegradas no sistema político ou se desenvolver de forma paralela num antagonismo latente, sempre passível de retomada de um conflito aberto.

Todavia é necessário situar as insurgências em relação a outro tema, o das autonomias, uma vez que como observam diversos autores, existe uma polissemia característica e, poderíamos mesmo dizer, ambiguidade, do con-

ceito de autonomia. O conceito de autonomia tem surgido numa pluralidade de experiências. Por exemplo, diversos autores (GONZÁLEZ, 2010, CAMACHO, 2016) tem apontado para existência de duas grandes formas da autonomia, temos chamado de “autonomia no Estado” x “autonomia contra o Estado”. Além disso, se pode distinguir dois gêneros de autonomia, a autonomia como regime (de governo) e autonomia como processo (organizativo). Na primeira categoria encontram-se as experiências de construção de Estados plurinacionais com os chamados regimes autonômicos e outras experiências como as autonomias territoriais (como dimensões da descentralização do Estado sem uma necessária reforma constitucional). São regimes em que a autonomia foi reconhecida como parte do sistema constitucional, expressando assim uma mudança na estrutura do Estado; as autonomias territoriais seriam formas de reconhecimento de territórios étnicos, como no Equador e Bolívia até 2009 (sendo que este país introduziu na sua constituição daquele ano a figura do regime autonômico). A partir dessas reflexões da ciência social latino-americana, poderíamos distinguir então a autonomia como 1) sistema político ou regime de governo (institucional e territorial); 2) como processo organizativo marginal em relação às instituições estatais que abrange gestão de ações, participação de coletividades (de sindicatos, uniões, associações, cooperativas e movimentos) na política e relação com o Estado e as instituições capitalistas.

Os processos organizativos são parte de uma infraestrutura e logística das formas de governo e sistemas políticos. Por isso, os processos organizativos são componentes fundamentais das insurgências e dos próprios regimes autonômicos, pois eles moldam o produto da combinação desses dois processos políticos, a autonomia como processo e as insurgências.

Por fim, uma importante observação sobre as autonomias é realizada por Gonzales (feita para as autonomias afroindígenas da América Latina, mas passível de generalização). Sejam os processos autonômicos, sejam os regimes autonômicos que resultam deles, as autonomias não existem no ar, mas sim sobre uma base material e são confrontadas com estratégias de Estado, modelos de acumulação e forças transnacionais (como o narcotráfico). Com relação ao Estado, o neoliberalismo e o multiculturalismo neoliberal são componentes fundamentais para entendermos como esses regimes enfrentam desafios; por outro lado, os regimes de acumulação extrativos e exportadores destroem a base material da autonomia que é o território.

Assim nos vemos novamente diante de um dilema clássico, as reformas constitucionais do Estado, ao não transformarem o sistema econômico e as relações internacionais, tendem a se desintegrar progressivamente pelas pressões oriundas delas.

A relação entre as insurreições indígenas-camponesas e as insurreições urbanas poderia ser meramente tipológica, por serem colocadas num mesmo tipo, a insurgência, que os levantes urbanos que se seguiram. Mas na realidade existem conexões mais diretas e mais fortes. Em primeiro lugar, a construção dos chamados movimentos antiglobalização passou pela evocação do sul global, pela denúncia do neocolonialismo e por uma profunda simpatia pelos novos movimentos anti-imperialistas (KATSIAFICAS, 1997; STARR, 2005; THOMPSON, 2010). Assim, um dos lemas do movimento antiglobalização é “não começou em Seattle”. Na genealogia dos movimentos antiglobalização são colocadas lutas de grupos autonomistas na Europa (Itália, França e Alemanha) e revoltas no Sul global como Índia, Brasil, Colômbia, Equador, mas especialmente a insurreição zapatista de 1994.

Um papel central é jogado pela política internacional do zapatismo, que levou ao surgimento da Ação Global dos Povos (APG) em 1999, que revela o impacto internacional das insurgências indígenas e camponesas sobre os novos e variados internacionalismos, especialmente sobre o movimento antiglobalização. O terceiro encontro da APG, por exemplo, foi na Bolívia em 2001, ou seja, em meio a situação insurrecional do país. O movimento antiglobalização pode ser entendido então como um tipo de internacionalismo que tinha como foco a luta contra a Organização Mundial do Comércio e outros organismos internacionais. Nessa luta, do encontro de tais movimentos com as políticas das insurreições indígenas e camponesas, surgiu a APG, que manteve uma profunda relação com as insurreições indígenas e camponesas, simbólica e organizativamente.

Uma última proposição que realizamos é que os movimentos antiglobalização, as insurreições indígena-camponesas e as revoltas das periferias, provocaram o que podemos chamar de reviravolta anarquista ou *anarchist turn*.⁶ Não obstante, devemos colocar advertências adicionais. Tanto o zapatismo, quanto o próprio movimento antiglobalização, ajudaram a constituir *anarchist turn*, que significa uma reviravolta da política internacional para o anarquismo entendida como: a) guinada da repressão em direção às organizações anarquistas como alvo; b) guinada em direção a ideias, conceitos e símbolos do anarquismo; c) guinada dos grupos e organizações anarquistas para um papel mais importante no centro de debates e processos políticos - processo que também ocorreu no Brasil em 2013, em certa medida. Nesse sentido, uma tentação seria ou qualificar de forma simples e direta fenômenos como o zapatismo e o movimento antiglobalização como anarquistas. Isso seria

6 Em inglês é comum falar de *decolonial turn*, *cultural turn*, *feminist turn*, para demarcar deslocamentos radicais em formas de pensamento ou processos históricos. Creemos que tais movimentos provocaram exatamente uma *anarchist turn*, mas com um sentido muito específico que tratamos criticamente.

fácil, mas enganoso. Em primeiro lugar, seria um método arbitrário e a-histórico que induz a uma série de incompreensões e equívocos, especialmente, de não caracterizar propriamente os fundamentos ideológicos e a diversidade política destes movimentos, bem como suas consequências sobre a experiência e o fazer concreto.

Entendemos que a melhor caracterização para tais fenômenos, e para compreender sua relação com o anarquismo e outras ideologias, é considerá-los como parte de uma longa tradição de populismos, entendido aqui como *o produto do encontro de tradições teóricas e/ou organizativas mundiais com interpretações locais, que passam a formar saberes críticos do capitalismo e a desenvolver práticas de resistência heterogêneas centrados na ideia do Povo-Nação*. O movimento zapatista (Exército Zapatista de Libertação Nacional) e a própria Ação Global dos Povos, estão organizadas em torno dos conceitos de Povo-Nação e constituem suas identidades *sobre o aspecto negativo: por isso* anti-imperialismo, anticolonialismo e antiglobalização como centro da prática política (que em tese permite um amplo arco de unidade numa grande diversidade, e por outro lado não tem um elemento positivo que o qualifique, daí sua grande instabilidade e variabilidade histórica e suas contradições). Logo, essas formas de populismo como o zapatismo e o movimento antiglobalização são heterogêneas e complexas. Elas também expressam esse encontro entre grandes tradições teóricas e organizativas mundiais (como o anarquismo, o marxismo) e interpretações locais, que modificam ideias e estratégias dessas tradições mundiais.

É preciso então qualificar o que entendemos por *anarchist turn*. Podemos falar então de três componentes que dão sentidos muito diferentes ao conceito de anarquismo dentro de tais processos de insurgências e autonomias na era da globalização; 1) o anarquismo/anarquista é uma categoria da prática repressiva, funcionando como um tipo ideal de “patologia” na sociedade de controle; 2) o anarquismo é uma referência ou elemento ideológico que fornece modos de ação e/ou princípios para coletividades; 3) o anarquismo como uma ampla tradição teórica e organizativa, dotada de uma teoria, política e instituições próprias. Todos esses sentidos se constituem numa complexa dialética do concreto, mas são fenômenos sociologicamente distintos. No nosso entendimento, grande parte do *anarchist turn* está relacionado ao fato do Estado, polícia, instituições judiciárias, elites, terem iniciado a produção de um tipo ideal de sujeito desviante pela repressão. Por outro lado, a retomada, pelo zapatismo e movimento antiglobalização, de determinadas ideias e instituições características do anarquismo (especialmente os conceitos de ação direta, de organização horizontal ou antiautoritária e a instituição das milícias de autodefesa ou Black Bloc⁷) foi muito importante, mas estas fazem

7 É importante observar essa apropriação muitas vezes representa quase uma nega-

parte de um circuito amplo de formas de organização social. O lugar da grande tradição anarquista, das organizações e redes e do sindicalismo revolucionário tem sido muito ampliado, mas não pode ser superdimensionado, nem subestimado. Temos então três tipos de temas de estudo do anarquismo, inter-relacionados, mas distintos. Dissolver essa complexidade numa ideia genérica de anarquismo empobrece teoricamente e engana politicamente.

Entender como as insurgências provocaram um *anarchist turn* como uma de suas principais consequências é uma tarefa essencial de qualquer sociologia séria. Eventos como a insurreição zapatista, a Batalha de Seattle, a Batalha de Gênova, a Guerra da Água e a Guerra do Gás, as revoltas das periferias francesas e gregas, o levante da Turquia e do Brasil, estão todos conectados, e em grande parte em razão disso.

As insurgências e as autonomias de fato, consequentemente, não são formas puras nem podem ser entendidas como categorias isoladas. A reviravolta em direção ao anarquismo é complexa e o fato de várias insurgências terem resultado em processos de reformas que fortaleceram os Estados nacionais mostra isso. Por isso, podemos aqui dar o aporte do materialismo sociológico para uma teoria contemporânea das insurgências e autonomias.

Em primeiro lugar, precisamos reconhecer o caráter dialético da relação entre insurgências/processos insurrecionais e a constituição dos processos e regimes autônômicos, das autonomias “no e contra o Estado”. A insurgência como categoria dialética se coloca como processo político negativo-destrutivo, enquanto a autonomia se coloca como polo positivo-construtivo. As insurgências e autonomias, então, como polos negativo e positivo, não adquirem sentido em si, mas sim da sua relação de complementaridade, ambiguidade e polaridade dialética na história. Essa relação depende em grande medida se a dimensão positiva da autonomia como processo é “no Estado” ou “contra o Estado” e aqui se coloca uma rica contradição. Daí a importância da definição clara do conceito de anarquismo; a teoria e grande tradição anarquista orientam para uma autonomia contra o Estado, enquanto diversas formas de populismo-nacionalismo (mesmo dos movimentos antiglobalização) apontam para uma autonomia “no Estado”. A multiplicidade de atores e seus objetivos, permite que os mesmos oscilem entre reforma e revolução,

ção do que a própria teoria anarquista clássica formulou ou mesmo que as práticas de organizações e instituições como os sindicatos revolucionários. Na prática e discurso do movimento antiglobalização ação direta e descentralização são exemplos de uma apropriação pela negação dos conceitos originais; ação direta é entendida como violência coletiva (quando no anarquismo e sindicalismo significavam uma concepção de mundo e de política) e a descentralização é entendida não como uma divisão do poder com unidade organizativa, mas descentralização das estruturas em si que levam normalmente à fragmentação.

“autonomia no” e “contra o Estado” e que sempre possam entrar em fluxo e refluxo histórico. Ao mesmo tempo, seu impacto sobre os sistemas políticos e desenvolvimento capitalista, a estrutura e organização social, e as identidades e cultura populares, nos obriga sempre a nos situarmos em relação a tais processos políticos. Assim, podemos considerar a dialética entre dois tipos de processo político, as insurgências e as autonomias (como regime e processo organizativo) como condicionantes históricos dos sistemas políticos e regimes, de forma que essa dialética é essencial à interpretação dos mesmos. As insurgências são nexos históricos fundamentais para explicar as dinâmicas das sociedades nacionais, das formas de governo e dos sistemas políticos. Existe um processo dialético subjacente entre autoridade-centralização *versus* liberdade-descentralização que se apresenta hoje sob a forma de luta entre a “Autonomia no Estado” *versus* “Autonomia contra o Estado”.

Da mesma forma que existe uma dialética entre insurgência e autonomias, existe uma dialética entre reforma e revolução. Por um lado, quando os projetos de “autonomias no Estado” se constituem por meio de processos autonômicos “contra o Estado”, eles inauguram uma forma transitória de insurgência. E as reformas nacionais (como na Bolívia, Equador, Nicarágua) parecem caminhar de forma mais significativa quando as insurgências se generalizam. Isso se reflete em duas formas de autonomia, a autonomia no Estado (como projeto de emancipar os trabalhadores emancipando o Estado do capitalismo ou do imperialismo) e a autonomia contra o Estado. Mas quanto mais essas insurgências avançam mais elas criam as condições para uma revolução, de forma que no processo de institucionalização das reformas, estas precisam desarticular as insurgências que lhes serviram de base e sustentação, aí surgindo o paradoxo: a reforma desarticula tanto a revolução como a si mesma. A reação (ou a tentativa de reconstruir os poderes anteriormente vigentes ou novos poderes hierárquicos) se vale dessa fragilidade, da ausência dessa insurgência para se institucionalizar. O efeito-ilusão é de que a violência do fraco leva a uma resposta do mais forte que aprofunda o “autoritarismo”, criando uma leitura simplista e mecânica e o mito da invencibilidade do poder do Estado. Nem a violência civil não-letal, nem a violência militar (tipo guerrilha) necessariamente levam à revolução, nem necessariamente às ditaduras. Assim, a insurgência como processo político qualifica a relação entre reforma x revolução.

Quando um movimento de reforma se constitui por meio das insurgências, ele se coloca como parte de um processo que pode resultar numa revolução; quando ele se coloca contra as insurgências ou as desarticula ele faz parte da reação, ou seja, da reconstituição dos poderes que tentava destruir. Assim, mais uma vez, a dialética destrói todos os simplismos. É por isso que as reformas podem ser num determinado momento um progresso

e em outro um retrocesso histórico. Isso pode ajudar a responder à questão levantada por Gonzáles se os regimes autonômicos contribuíram para democratizar e melhorar os Estados latino-americanos ou para frear e desmobilizar o processo de empoderamento afroindígena e camponês.

Poderíamos dizer que tais sistemas políticos/regimes de governo, como resultados de processos autonômicos, foram um progresso na medida em que liberaram a dialética insurgência-autonomia; se convertem em um retrocesso no momento em que como regimes desorganizam a dialética ascendente insurgência-autonomia.

O mesmo raciocínio poderíamos aplicar para os casos aqui debatidos. Na Bolívia e no México, a dialética insurgência-autonomia conduziu a transformações no Sistema Político e no Estado, no sentido da derrubada de governos autoritários. No caso do Brasil levou a uma profunda mudança na vida política nacional, especialmente na estruturação de organizações de classe de novo tipo em processos autonômicos que tem como contrapartida a militarização e repressão (que por sua vez não são simplesmente efeito das insurgências). As insurgências nacionais e urbanas de países como Brasil, Grécia e França não tiveram o mesmo impacto sobre a estrutura dos Estados nacionais que os casos da Bolívia e do México, mas sim sobre os processos organizativos, identidade e cultura. No caso, as insurgências que resultam em insurreições nacionais, centradas no uso da violência civil não-letal apresentam como características: 1) evoluírem para guerrilhas 2) institucionalizarem-se e com isso perderem seu caráter de insurgência; 3) descentralizarem-se e retornarem ao estado latente de insurgência. É nesse sentido, que tais insurgências mostram seu valor para o estudo dos processos políticos. Logo, as insurgências podem em determinado momento aparentar deixar como resultado o fortalecimento do Estado, num primeiro momento, quando na verdade, elas estão provocando uma revolução cultural que tende a minar o poder de Estado no médio e longo prazo, pois das insurreições fracassadas difundem-se formas organizativas e subculturas de resistência que, invisibilizadas, são os sujeitos de novas explosões sociais e formas de resistência.

Podemos concluir que as insurgências indígena-camponesas resultaram em regimes autonômicos e os levantes nacionais urbanos estão resultando em diferentes processos autonômicos. Os processos autonômicos desencadeiam o avanço de formas de luta por reformas/revolução e são, por isso mesmo, um dos motores da transformação histórica. Qual o impacto da existência ou inexistência dos regimes autonômicos estatais para os processos autonômicos e as insurgências é uma pergunta fundamental, mas que só a análise concreta poderá trazer respostas satisfatórias. Assim, a dialética reforma/revolução, bem como entre estas e a reação, tem uma interação complexa e não podemos assumir um determinismo unilinear.

A dialética insurgências-autonomias é uma demonstração de como o método do materialismo sociológico pode contribuir para a análise de problemas cruciais das ciências sociais contemporâneas.

O estudo dos regimes autonômicos, ou autonomias no Estado e contra o Estado, são parte do enfoque da relação das insurgências com o sistema político; o estudo das autonomias como processos organizativos multicentrados e descentralizados são parte o enfoque da insurgência sobre organização social e identidade; ambos exigem uma reflexão sobre a relação das insurgências sobre o simbolismo, cultura e os modos de subjetividade reconfigurados por tais processos políticos e situação histórica.

O presente livro, então, aborda temas “tabu” nas ciências sociais: as insurgências e insurreições de grupos marginalizados, como os trabalhadores precarizados urbanos e dos camponeses-indígenas, e como esta ação se relaciona à dinâmica *reforma versus revolução* e aos conceitos de autonomia e anarquismo. A análise das situações de insurgência e seus desdobramentos como um tipo de processo político constitui assim um caminho para recolocar o debate sociológico sobre autonomia, reforma e revolução no quadro da história concreta do século XXI.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, F. Problemáticas teóricas e histórias dos estudos de referência do anarquismo. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB*, São Paulo, n. 76, 2. sem. 2013. (Publicada em julho de 2015).

EISDENSTADT, N. Policing the “Summer of Rage”: maintaining the Post-politics against the spectrus of dissensus. In: SHANTZ, J. (Ed.). *Protest and Punishment: The Repression of Resistance in the Era of Neoliberal Globalization*. Durham, North Carolina: Carolina Academic Press, 2012.

FERREIRA, A. C. Anarquismo, pensamento e práticas insurgentes. In: FERREIRA, A. C.; TONIATTI, Tadeu Bernardes de Souza (Orgs.). *De baixo para cima e da periferia para o centro: textos políticos, filosóficos e de teoria sociológica de Mikhail Bakunin*. Niterói: Editora Alternativa, 2014. v. 1. p.21-61

_____. *A festa e a revolta: confrontando as leituras de junho de 2013 com uma antropologia política das rebeliões populares*. Rio de Janeiro: Núcleo de Estudos do Poder - UFRRJ, 2015.

GARLAND, C. Illuminated in its LuridLigth. In: SHANTZ J. (Ed.). *Protest and Punishment: The Repression of Resistance in the Era of Neoliberal Globalization* Durham, North Carolina: Carolina Academic Press, 2012.

GONZÁLEZ, M. *La autonomía a debate: autogobierno indígena y Estado plurinacional en América Latina*. Quito: FLACSO, 2010.

HIRSCH, S.; VAN DER WALT, L. *Anarchism and syndicalism in the colonial and postcolonial world, 1870-1940: the praxis of national liberation, internationalism, and social revolution*: Brill, v.6. 2010.

KATSIAFICAS, G. *The subversion of politics*: European autonomous movements and the decolonization of everyday life. Atlantic Highlands, NJ: Humanities Press, 1997.

LEACH, E. R. *Sistemas políticos da Alta Birmania*. São Paulo: EDUSP. 1995.

MATIN, B. Protest in Liberal Democracy. In: SHANTZ, J. (Ed.). *Protest and Punishment: The Repression of Resistance in the Era of Neoliberal Globalization*. Durham, North Carolina Carolina Academic Press, 2012.

MCLAUGHLIN, P. *Mikhail Bakunin: the philosophical basis of his theory of anarchism*. Algora Publishing, 2002.

MORAES, W., C. A. FERREIRA, et al. *A insurreição invisível: uma interpretação anti-governista da rebelião de 2013/14 no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, UFRRJ, UERJ: 2015. 25 p.

SCOTT, J. *Elogio del anarquismo*. Barcelona: Editorial Critica, 2013.

SERBULO, L. This is Not a Riot: minimization, criminalization and the policing of protest in Seattle prior to the 1999 WTO Shutdown. In: SHANTZ, J. (Ed.). *Protest and Punishment: The Repression of Resistance in the Era of Neoliberal Globalization* Durham, North Carolina: Carolina Academic Press, 2012.

SHANTZ, J. *Protest and Punishment: The Repression of Resistance in the Era of Neoliberal Globalization*. Durham, North Carolina: Carolina Academic Press, 2012. 294 p.

STARR, A. *Global revolt: A guide to the movements against globalization*. Zed books, 2005.

THOMPSON, A. K. *Black bloc, white riot: anti-globalization and the genealogy of dissent*. AK Press, 2010.

VAN DER WALT, Lucien. *Back to the Future: Revival, Relevance and Route of an Anarchist/Syndicalist Approach to 21st Century Left, Labour and National Liberation Movements*. Journal of Contemporary African Studies, 2016.

VAN DER WALT, Lucien. Anarchism, Syndicalism and Marxism. In: JUN, N. (org.), *The Brill Companion to Anarchist Philosophy*, Brill, 2016.

Parte I

Anarquismo: teoria, saber e prática da insurgência

Poderes científicos, saberes Insurgentes: rumo a uma ciência social dialética e antissistêmica

Andrey Cordeiro Ferreira

“A ciência exige a insurreição do pensamento”

Pierre-Joseph Proudhon

INTRODUÇÃO

O presente livro constitui um protesto epistemológico, teórico e metodológico aos poderes científicos. Entendemos que, como indica Proudhon, a ciência exige a insurreição do pensamento, ou seja, o contraponto da autoridade que engessa o saber pela liberdade da crítica. A relação entre saber-poder tem sido sistematicamente problematizada nas últimas décadas (GURVITCH, 1969; FOUCAULT, 2000; 2003; 2008; 2009), mas pouco se reflete sobre como a integração do saber nas estruturas de poder tende a comprometer a propriedade da cientificidade, de forma que a ciência progressivamente legitima-se mais pelo poder da autoridade do que pela autoridade do saber, o que implica um progressivo e radical descolamento dos planos reais e concretos. A insurreição do pensamento é assim um ato de ruptura com o poder e busca pela ciência, que longe de adquirir sua cientificidade da neutralidade, produz essa cientificidade pela sua relação de antagonismo/engajamento ou não nas estruturas de poder e regimes de verdade que esta estrutura impõe ou invisibiliza, e com os planos do real e do vivido que apreende e no qual se institui.

Podemos dizer que esse movimento de insurreição do pensamento se direciona contra duas formas de saber-poder aparentemente antagônicas, que constituem os paradigmas e matrizes disciplinares hegemônicas nas ciências naturais e sociais: os paradigmas da ordem e os paradigmas da desordem, que, independentemente de seu antagonismo particular, compartilham o mesmo pressuposto: o conceito de absoluto, ou seja, da existência de uma

ordem ou desordem absoluta no universo, natureza e sociedade. A unidade dialética na base da relação de complementaridade precisa ser elucidada para que possamos delinear uma estratégia insurgente de crítica.

A nossa proposição aqui é relativamente simples e acompanha os pressupostos gerais da sociologia do conhecimento: o saber e a ciência não podem ser concebidos fora dos quadros e estruturais sociais, de forma que a posição dos diferentes paradigmas e matrizes disciplinares das ciências não é definida apenas por um jogo de enunciados rivais e procedimentos técnicos de verificação, mas pelas posições e relações de força na sociedade global. Nesse sentido, nossa tese é que o conceito de ordem, sendo esta uma categoria central de diferentes sistemas cognitivos, adquiriu uma expressão central no campo das ciências a partir do desenvolvimento capitalista concorrencial, alcançando seu auge nos sistemas do “capitalismo organizado ou Estado Planificador/Comunista”. Sem atribuir nenhuma relação de causalidade singular ou linear, a emergência do conceito de Desordem no Universo surge integrado num processo de crise desses sistemas/modelo de Estado, suas estruturas sociais e emergência do “Capitalismo Desorganizado ou Flexível”, com suas estruturas e relações sociais. É isso que discutiremos a seguir.

O DOMÍNIO DO ABSOLUTO NAS CATEGORIAS DE ORDEM/DESORDEM

Uma sociologia do conhecimento, produzida na/através/em antagonismo com a modernidade (capitalista e socialista de Estado), é uma sociologia apenas parcial de toda a diversidade cognitiva possível, por isso advertimos que estamos selecionando apenas as frações hegemônicas e anti-hegemônicas no campo do conhecimento.

Podemos falar que os diferentes paradigmas científicos baseavam-se em distintas concepções de universo, de forma que suas análises da natureza e sociedade dependiam desse conceito. Mas todo o seu sistema teórico era assentado sobre as concepções de ordem/desordem, que produziam diferentes categorias de tempo, espaço, ser e vir-a-ser. Abaixo apresentamos um quadro com as respostas historicamente observadas para como o universo era organizado de acordo com os paradigmas e algumas escolas que se constituíram nos séculos XIX e XX.

Esses paradigmas estão materializados em escolas de pensamento e prática científica que constituíram as matrizes disciplinares de quase todas as ciências sociais. É importante observar que o paradigma empirista e o paradigma racionalista não são paradigmas exclusivos das ciências sociais, mas sim constitutivos das ciências naturais e das técnicas. O irracionalismo da teologia é um importante componente pois constituiu o saber hegemônico da estrutura social global do complexo Igreja-Estado (por mais de cinco séculos), que jamais desapareceu e continuou exercendo influência sobre os

REPOSTAS ELABORADAS PELAS <i>ESCOLAS</i> NO SÉCULO XIX-XX			
Paradigmas	Universo centrado no conceito de ordem	Universo centrado no conceito de desordem	Universo centrado no conceito de ordem/desordem relativas
Irracionalismo (metafísica)	Pensamento católico, Protestantismo	Niilismo	
Paradigma Racionalista (Descartes, Kant, Rousseau)	Positivismo, Dialética hegeliana	Anarco comunismo, kropotkiniano	Autonomismo
Paradigma Empirista-utilitarista (Locke, Hobbes, Hume)	Liberalismo econômico e psicológico	Liberalismo weberiano, Elitismo clássico (Pareto, Mitchels)	
Irracionalismo (metafísica)	Pensamento católico, Calvinismo (livre-arbítrio)	Niilismo	
Dialético-Materialista	Escola marxista		Escola Coletivista

Quadro 1

diferentes gêneros de conhecimento. Outras formas de irracionalismo surgiriam com o niilismo, por um determinado tipo de negação da religião. A escola marxista e a escola coletivista surgem no século XIX, como campo de crítica às ciências então praticadas. O anarco comunismo seria uma abordagem desenvolvida por Piotr Kropotkin e outros que tentariam conciliar a crítica da autoridade dos coletivistas da geração anterior com os pressupostos do comunismo e do evolucionismo, de base racionalista; o “autonomismo” é um paradigma surgido dentro do marxismo e por oposição a ele, desenvolvido por Cornelius Castoriadis. Esses paradigmas foram escolhidos por considerarmos os mesmos como representativos de questões estratégicas da ciência, especialmente da articulação do saber científico com o saber político. Para entender essa articulação, devemos entender a história desses saberes.

No final do século XVIII e início do XIX, o conhecimento filosófico e o conhecimento religioso ocupavam as posições mais destacadas na estrutura social global; as universidades e o desenvolvimento científico e técnico eram pautados pelos debates nesses campos. A religião era integrada ao poder po-

lítico. Enquanto o racionalismo identificava nas impressões sensíveis a causa de enganos e erros de verificação (daí a ênfase sobre o método dedutivo), o empirismo considerava que as categorias do entendimento humano vinham da experiência sensível individual (sendo mais determinante o componente individual do que o experiencial).¹ Nesse sentido, devemos ressaltar o lugar da escolástica religiosa, cristã, como saber filosófico dominante dentro da Idade Média, que forneceu as bases para o desenvolvimento do racionalismo e empirismo da modernidade capitalista. Por mais racionalizada, ou seja, filosófica que a teologia pretendesse ser, ela dependia do complexo Igreja-Estado para o estabelecimento de seus pressupostos, procedimentos operatórios de análise e conceitos. Em toda a teologia temos uma ambiguidade: ao conceito de Deus (Causa Primeira e Absoluta, ordenadora, criadora) se tenta conciliar a “razão”, mas a razão é sempre submetida à *autoridade* religiosa. Essa contradição explica, em parte, a tendência à cisão que caracterizou a reforma: a teologia é um sistema de verdades fechado e monopólico. Em última instância, os fenômenos sociais e naturais são explicados por uma causa sobrenatural, metafísica, o Ser-Deus, que, como causa absoluta e primeira, está fora da apreensão humana, e logo os fenômenos estão fora de qualquer explicação ou “razão”.

O irracionalismo teve uma transformação com a filosofia niílista do final do século XIX, já que nessa escola de pensamento a irracionalidade do mundo deriva da negação de Deus. Começando com a crítica da religião, os niílistas concluem pela inexistência de um Ser-Deus gerador da ordem, e, por isso, pela ausência da autoridade exterior (sobrenatural, metafísica), afirmando assim a desordem absoluta no universo. Podemos dizer que os acontecimentos que transformaram tal situação foram, especialmente, a Reforma religiosa (e a luta entre o Estado e a Igreja), a revolução inglesa, a revolução de independência americana, a revolução francesa e a revolução industrial. Mas o que nos interessa aqui é demarcar a emergência de uma estrutura social como quadro balizador de sistemas cognitivos que criaram as condições de existência dos diferentes paradigmas e escolas (e sua articulação contraditória em matrizes disciplinares).²

1 O “irracionalismo” é aqui considerado como toda abordagem que tende a buscar explicações para o mundo natural e social fora desses planos reais, ou seja, em relações sobrenaturais ou metafísicas (no sentido aristotélico de metafísica, de estudo do ser enquanto “ser”)

2 Roberto Cardoso de Oliveira, renomado antropólogo brasileiro, elaborou a partir de Kuhn, em um de seus artigos, a ideia de que uma matriz disciplinar é composta por diferentes paradigmas ou escolas que fornecem os problemas e métodos de uma disciplina científica. Na antropologia, o evolucionismo, a escola histórico-cultural e o funcionalismo constituíram, por suas oposições e debates, sua matriz

Foi a reforma religiosa, a revolução inglesa e a americana que permitiram uma pluralização das ideias religiosas e filosóficas, criando o quadro social no qual emergiu o debate entre “racionalismo e empirismo”, como métodos adequados à filosofia e à ciência, que deveriam se distinguir e suplantam cada vez mais a teologia e o pensamento religioso. Devemos observar, contudo, que as grandes categorias da filosofia racionalista e toda sua construção dependem da teologia e da metafísica religiosa: “Gênio Maligno”, “Leviatã”, “estado de natureza” e “espírito”³ são todas categorias fundadoras da filosofia que estão assentadas sobre o complexo Igreja-Estado (WHITE, 2007; 2008).⁴

O racionalismo e o empirismo são então desenvolvimentos da própria teologia no sentido da racionalização e, em certa medida, uma reação ao irracionalismo da filosofia cristã católica, cada vez mais fragilizada frente aos avanços e descobertas científicas. O racionalismo e o empirismo emergem com a desagregação interna do complexo Igreja-Estado da Idade Média, e não correspondem, em termos políticos, a uma posição particular. Por exemplo, o empirismo foi compartilhado por conservadores absolutistas como Hobbes e por monarquistas constitucionais como Locke; o racionalismo pode se associar à proposta republicana (Rousseau) ou monárquica. Hobbes, autor do livro “Leviatã”, e Locke, compartilham o mesmo método empirista e a base religiosa do seu pensamento. Entre-

disciplinar. Estamos estendendo o argumento para o conjunto das ciências sociais e iremos, então, apontar quais paradigmas constituem essas matrizes nas ciências sociais.

- 3 A ideia de “Gênio Maligno”, como uma tendência da experiência sensível a enganar a razão é a tradução da luta entre Bem/Mal e Verdade/Falsidade, de forma que a busca pela verdade no sentido moral é a base da busca pela verdade científica. “Leviatã”, outra figura religiosa, é usada por Thomas Hobbes para encarnar o papel do Estado como autoridade necessária, “mal-maior” capaz de conter as tendências individualistas do homem; estado de natureza identifica-se em alguma medida com o paraíso ou com a natureza depois da queda do homem do paraíso, que está presente na obra de diversos filósofos, como John Locke, Jean Jacques Rousseau e outros; e, por fim, a categoria “espírito”, presente em obras como “O Espírito das Leis”, de Montesquieu, e “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, de Max Weber, indicam como se concebia um espírito pré-existente e independente da matéria com a qual se relaciona *a posteriori*.
- 4 Leslie White, no seu livro *Modern Capitalist Culture*, apresenta a ideia de que, assim como na física os conceitos de espaço e de tempo como unidades em si foram superados, era preciso, para uma correta análise histórica, conceber o complexo Igreja-Estado, assim como o complexo espaço-tempo. É nesse sentido que usamos os conceitos de Igreja-Estado e Mercado-Estado pois, dentro dos seus respectivos contextos, as fronteiras entre estas instituições são absolutamente relativas.

tanto, Hobbes considera que o estado de natureza é um estado de guerra/desordem, que só pode ser superado pela intervenção da autoridade. Nesse sentido, o Estado é uma transformação sociopolítica do conceito de Deus na filosofia, na medida em que cumpre esse papel de autoridade ordenadora. Locke, ao contrário, reconhece uma ordem espontânea na sociedade com base no autointeresse dos indivíduos, sendo o Estado uma forma de dar maiores garantias aos direitos fundamentais, especialmente de propriedade. A autoridade não constitui a sociedade, mas é necessária para sua manutenção. Dessa forma, do conceito de desordem absoluta chega-se ao poder absoluto do Estado, e da ordem (no universo dos proprietários) ao Estado constitucional. De toda forma, a ordem e o Estado são necessários.

O fato é que a combinação de posicionamentos filosóficos com políticos produziu resultados historicamente diversificados. Mas se a reforma religiosa, a revolução científica e a revolução industrial permitiram associações diversas entre sistemas cognitivos aparentemente contraditórios, podemos dizer que a experiência das revoluções americana e francesa, e das rebeliões populares das Américas e da Europa modificariam substancialmente esse quadro. Isso porque podemos falar que esses sistemas foram confrontados por saberes subalternos de diferentes naturezas: saberes de povos colonizados em luta; saberes experimentais sobre a natureza que demonstravam tanta eficácia técnica quanto as modernas técnicas “científicas”; saberes políticos que se manifestavam em rebeliões populares nas Américas e na Europa.

Foi dessa confrontação entre experiências insurgentes, tradições populares rebeldes⁵ e sistemas cognitivos que surgiu o caráter inovador das revoluções americana e, especialmente, francesa. Essas experiências legaram uma reflexão da necessidade do apoderamento da ciência pelas massas, prometida pelo liberalismo, mas contida pela contrarrevolução que se seguiu à revolução francesa e à derrota de Napoleão Bonaparte. É importante lembrar da restauração monárquica na França e da constituição da “Santa Aliança”, que relegou basicamente o republicanismo radical (insurrecional) a um plano marginal na história francesa, de forma que a burguesia francesa republicana aceitou a coexistência do racionalismo iluminista com diversas formas de monarquia.

Na Alemanha, Hegel iria fundir a tese da necessidade e inevitabilidade do Estado (anteriormente dada pela identidade da autoridade política com a ordem religiosa, de Deus com o Estado) com a história da filosofia e da razão: o Estado deixa de ser uma necessidade metafísica, supranatural para

5 Thompson (1998) observou que a cultura ou tradições populares, ante as revoluções tecnológicas e econômicas, assumiram um caráter rebelde por se colocaram na defesa de direitos e costumes contra o desenvolvimento capitalista. O anarquismo surge em grande medida dessas tradições e em diálogo com as mesmas.

ser uma necessidade “racional”, ou seja, inelutável da história humana, com causas particulares, que seria um aperfeiçoamento progressivo do espírito e da ordem política. Desta forma, o conceito de Estado adentra o universo das categorias da filosofia tornando-se análogo ao conceito de Deus, Espírito e etc. A dialética hegeliana permanece submetida e domesticada pelo seu racionalismo: a dialética é comandada não pelo movimento dialético da realidade, mas pelo *a priori* da razão que institui o ser e vir-a-ser.

Augusto Comte, na França, que iria pavimentar o caminho para criação da sociologia como disciplina, estabelece um pressuposto que, pretendendo ser realista, na realidade era ultra-racionalista. De forma similar a Hegel, Comte considerava o universo como ordenado. Para Comte, a ordem e o progresso, a estática e a dinâmica eram o motor do universo, mas o movimento era apenas um momento da instituição da ordem. Na sociedade, a ordem deveria se manifestar pela racionalização do Estado, que seria sinônimo do governo dos sábios ou “sociocracia” (Governo dos Sociólogos), expressando o domínio da razão sobre a autoridade da política.

O marxismo (e por hora iremos falar apenas dessa forma de crítica) foi parte de uma rebelião mais ampla contra os paradigmas racionalista e empirista, e seu aparecimento, ao acionar o paradigma materialista, fundou uma nova escola de pensamento. O marxismo estava assentado numa nova premissa: o homem é parte do mundo material; logo, analisar a história é analisar o mundo material humanizado. O homem e o mundo material se integram através da produção, uma vez que para “ser”, o homem precisa “produzir” suas condições sociais de existência e produzir-se enquanto espécie. A ideia de produção, como categoria ontológica, está ligada a toda a analítica histórica estabelecida no marxismo e seus principais conceitos e hierarquias, tais como relações de produção, modo de produção, infraestrutura e superestrutura (MARX; ENGELS, 2007). A contradição principal derivada desse princípio entre a tendência coletiva da produção e a apropriação privada da mesma denominava-se de “anarquia capitalista da produção”, contra a qual o Estado (elemento de síntese transcendente dos interesses particulares e do interesse geral) era chamado a ordenar, por meio da planificação econômica. A determinação econômica em última instância é, por isso, uma declaração a favor da ideia de ordem que só é introduzida no capitalismo através da combinação da luta de classes (ordenada pelo Partido, proto-Estado) e intervenção do Estado.

O anarco comunismo deve ser considerado porque, especialmente em países de língua inglesa, a ele se atribui uma continuidade em relação ao coletivismo. Essa posição é equivocada, pois Kropotkin se opõe a todos os fundamentos da concepção coletivista. Em primeiro lugar, ele entende por anarco comunismo a negação do trabalho como categoria ontológica organi-

zadora da sociedade, ao contrário de Bakunin.⁶ Além disso Kropotkin irá seguir uma estratégia completamente distinta: em primeiro lugar o anarquismo é definido como uma categoria em si a-histórica “negação da autoridade”, e não como uma categoria histórica que adquire diversos sentidos, inclusive o de uma teoria da revolução e da sociedade, como em Proudhon e Bakunin (FERREIRA, 2014). Ao mesmo tempo, o anarco comunismo irá manter uma relação de adesão às escolas dominantes, como acontece com o evolucionismo spenceriano assumido por Kropotkin, que nega a concepção de natureza como luta e ordem-desordem. Para Kropotkin, o conceito de harmonia ou equilíbrio na natureza fazia com que formas de autoridade fossem dispensáveis na sociedade que, por sua vez, tenderia à auto-regulação. Assim a evolução da sociedade se daria pela intervenção da razão/educação e pela tendência imanente da harmonia, sem intervenção de qualquer força ordenadora. Essa ideia de uma desordem absoluta que é resolvida pela ordem imanente ou equilíbrio foi o que permitiu a identificação do anarco comunismo com o evolucionismo e depois com o pós-modernismo.

A integração dessas correntes nos planos da realidade era complexa, não podendo se supor que as filosofias “expressavam” ou “representavam” uma realidade política de forma linear, mas que estavam complexamente integradas numa totalidade histórica sem a qual não possuíam sentido pleno. O empirismo e o racionalismo foram métodos, no sentido amplo, e modos de articular essa busca pela cientificidade no conhecimento do mundo real. Eles estiveram permeando a cultura e a sociedade em todos os países capitalistas, de diferentes maneiras. O materialismo, da escola marxista, desenvolveu-se especialmente na Alemanha e nas áreas de influência da socialdemocracia internacional no século XIX, tendo um impulso efetivamente mundial depois da revolução russa e com a divisão do mundo em dois blocos (capitalista e socialista). O anarco comunismo difundiu-se de formas bem distintas pelo mundo, assim como o coletivismo sob a forma de saber político dentro do sindicalismo revolucionário.

É o momento então de apontar o elemento fundamental de nosso argumento: o conhecimento filosófico, até a primeira metade do século XIX, esteve assentado sobre uma concepção centrada num conceito de ordem, derivada em grande medida do conceito de Deus ou Espírito Absoluto, que foi a base da formação de todas as escolas filosóficas desse contexto. O conceito de Deus foi então tomado como sinônimo de causa necessária, ordenadora e criadora, ou seja, como absoluto. A emergência do capitalismo concorrencial e da ciência não foi linear nem implicou na desapareição do pensamento religioso e do poder da Igreja, por mais enfraquecido que este estivesse quando

6 Para o lugar do conceito de trabalho em Bakunin, ver Ferreira (2010, 2013, 2014a).

comparado à Idade Média, mas criou as condições para uma revolução científica ou inversão do sistema cognitivo. Essa tradução do conceito de Deus como ordem criadora passou por um movimento de “laicização”, de forma que progressivamente o conceito de Deus/Absoluto deu lugar ao conceito de Espírito/Absoluto e logo ao de “Razão/Ordem Absoluta” e de Estado como ente da razão. A solução para a ambiguidade da filosofia cristã, de buscar as explicações em relações sobrenaturais, conduzia ao limiar do irracionalismo; o empirismo e o racionalismo, nas suas diferentes escolas, apresentaram como solução transformar o conceito de Deus num ente da razão, não mistificando a razão, mas racionalizando a mistificação. A consequência foi que o conceito de ordem foi considerado como um Absoluto eterno e imutável, ou seja, um conceito que retinha todas as propriedades do conceito de Deus. Na política, associou-se essa racionalização ao Estado, laicizado ou regulado pela sociedade, uma vez que cognitivamente não existia fundamento para o poder absoluto. Por fim, na ciência correspondeu ao de causa unitária ou ordem absoluta.

Mas o que nos interessa aqui é exatamente observar como o conceito de ordem absoluta foi passando por diversas transmutações dentro de escolas de pensamento, de forma que assumiu em escolas mesmo antagônicas, como o marxismo e o positivismo, a forma de reificação do Estado como encarnação da “ordem” contra a “desordem imanente da sociedade ou economia”, e, através dessas escolas, moldou as matrizes disciplinares. Iremos nos restringir aqui a apontar essas escolas nas matrizes disciplinares constitutivas das ciências sociais: 1) na sociologia, podemos dizer que se articulam o positivismo, o sociocentrismo corporativista da escola sociológica francesa, o marxismo e o liberalismo weberiano (essas escolas e suas relações de complementaridade e antagonismo constituem a matriz disciplinar da sociologia, mas certamente o marxismo, pelo menos nos países Ocidentais, tendeu a ocupar uma posição subalterna dentro da matriz disciplinar); 2) a antropologia, por sua vez, foi constituída pelo evolucionismo,⁷ que se dividiu, no século XX, em estrutural-funcionalismo, historicismo-culturalista⁸ e estruturalismo (que tenderam muito mais a se colocar por relações de complementaridade do que antagonismo), e posteriormente iriam pulverizar-se em inúmeras “microescolas” ou “comunidades”; 3) a ciência política foi dominada pelo liberalismo psicologizante e econômico, no qual a política aparecia como extensão, sendo que posteriormente essas abordagens foram compartilhar o espaço com o elitismo, o pluralismo e, por fim, o marxismo funcionalista. Dessa forma, podemos dizer que as matrizes disciplinares das ciências sociais ficaram

7 É importante observar que o evolucionismo assumiu em grande medida os pressupostos de Augusto Comte e sua concepção linear-cumulativa de tempo-progresso.

8 A ideia de uma escola histórico-cultural abrange especialmente a tradição boasiana.

restritas a um número determinado de escolas de pensamento. O fato é que todas essas disciplinas, tomando por base o paradigma racionalista, empirista e materialista, assumiam a identidade do conceito de ordem com o conceito de absoluto/causa primeira, que parecia ser confirmada pela experiência histórica. A formação dessas matrizes disciplinares se deu no momento em que a filosofia, enquanto sistema de conhecimento, recuou, dando lugar a um sistema científico profissionalizado que, por sua vez, se integrou numa nova realidade histórica: a das revoluções anticoloniais do século XX e das insurgências socialistas, especialmente da revolução russa e de expansão do capitalismo, crise da ordem liberal e emergência do capitalismo organizado.

A ILUSÃO DA DESORDEM: CRISE DO CAPITALISMO E TRANSFORMAÇÃO DOS SISTEMAS COGNITIVOS

A crise do capitalismo organizado dependeu de uma pluralidade de fatos e crises que foram colocados de forma descontínua e irregular, mas que produziram, por sua integração histórica, um fenômeno aparentemente inesperado: a negação do conceito de ordem absoluta como base do pensamento científico. Esse processo de transformação do sistema cognitivo se iniciou na década de 1920, com o impacto da teoria geral da relatividade sobre o conjunto da Física, que modificou os conceitos de tempo e espaço como unidades independentes, substituindo-os pelo de complexo espaço-tempo. Mas seria a crise do capitalismo organizado e planejado, e do socialismo de Estado, agudizada nos anos 1970, que teria como corolário o anúncio de uma metanarrativa que pretendia negar a si própria como metanarrativa: a teoria da “pós-modernidade”.

Primeiramente devemos definir claramente o que consideramos aqui como pós-modernidade: no nosso entendimento a pós-modernidade não é uma condição histórica, da mesma forma que a modernidade não é. Também não se trata de uma teoria ou conjunto de posições teóricas coerentes. A pós-modernidade, assim como a própria modernidade, é um enunciado regulador dentro de um sistema de saber-poder constituído especificamente como parte da realidade da crise do capitalismo organizado e da emergência do “capitalismo flexível”. Essa premissa geral retira da ideia de pós-modernidade ou de pós-modernismo a autoridade hiper-realista ingênua com a qual pretende, na maioria dos casos, se revestir. Uma das premissas do pós-modernismo é: “[...] a de que o saber muda de estatuto ao mesmo tempo que as sociedades entram na idade dita pós-industrial e as culturas na idade dita pós-moderna. Esta passagem começou desde pelo menos o final dos anos 50, marcando para a Europa o fim de sua reconstrução”(LYOTARD, 1988, p. 3). No argumento de Lyotard existe uma correspondência linear entre desenvolvimento tecnológico (no caso, ilustrado pela passagem da sociedade industrial à sociedade informacional) que condiciona o saber, e é exatamente esse fator, ou

seja, o domínio da economia e do mercado e a transformação do saber numa mercadoria, que leva ao imperativo do declínio das metanarrativas:

Se se quer tratar do saber na sociedade contemporânea mais desenvolvida, deve-se primeiramente decidir qual a representação metódica que dela se faz. Simplificando ao extremo, pode-se dizer que durante o último meio século, pelo menos, esta representação dividiu-se, em princípio, entre dois modelos: a) a sociedade forma um todo funcional; b) a sociedade divide-se em duas partes. Pode-se ilustrar o primeiro com o nome de Talcott Parsons (pelo menos, o do pós-guerra) e sua escola; o segundo pela corrente marxista (todas as escolas que o compõem, por mais diferentes que sejam, admitem o princípio da luta de classes e a dialética como dualidade trabalhando a unidade). Convenhamos que os dados do problema da legitimação do saber estejam hoje suficientemente desembaraçados para o nosso propósito. O recurso aos grandes relatos está excluído; não seria o caso, portanto, de recorrer nem à dialética do Espírito nem mesmo à emancipação da humanidade para a validação do discurso científico pós-moderno. Mas, como vimos, o 'pequeno relato' continua a ser a forma por excelência usada pela invenção imaginativa, e antes de tudo pela ciência. (LYOTARD, 1988, p. 20)

Em suma, podemos dizer que a condição pós-moderna e o pensamento pós-moderno se confundem em Lyotard e por isso parece que o pensamento pós-moderno é o pensamento único do capitalismo flexível, pois todos os demais são desqualificados como “pré-pós-modernos”, e composto pelos seguintes enunciados: 1) a pós-modernidade representa o declínio da “verdade”, o reconhecimento do relativismo/desordem⁹ absoluta como base da ciência;¹⁰ 2) a sociedade deixou de ser industrial para ser pós-industrial ou informacional, predominando o setor de serviços em relação ao industrial; 3) a cultura passou a ser “integrada”, “mundial” e dominada por jogos de linguagem.

9 Devemos observar que a pós-modernidade, e seu entusiasmo, apenas acompanha a hierarquia do campo científico, a saber, o poder das ciências naturais sobre o conjunto das ciências, e a constituição de um conceito de desordem/absoluta: “Da segunda lei da termodinâmica à teoria da catástrofe de René Thom; do simbolismo químico às lógicas não-denotativas; da teoria dos quanta à física pós-quântica; do uso do paradigma cibernético-informático no estudo do código genético ao ressurgimento da cosmologia de observação; da crise da tese newtoniana à recuperação da noção de “acontecimento”, “acaso “na física, na biologia, na história, o que temos é a crise de uma noção central nos dispositivos de legitimação e no imaginário modernos: a noção de ordem. E com ela assistimos à rediscussão da noção de “desordem”, o que, por sua vez, torna impossível submeter todos os discursos (ou jogos de linguagem) à autoridade de um metadiscurso...” (BARBOSA apud LYOTARD, 1988, p.x).

10 Podemos citar caso do EUA, em que o fundamentalismo religioso cristão acionou a ideia de inexistência de “verdade” para poder reinstituir o ensino religioso e questionar o ensino das teses de Darwin.

A pós-modernidade é uma categoria que, confluindo de dois domínios, da arte e da filosofia, retrata um posicionamento mais generalizado de negação da ordem e afirmação da desordem, que remete aos debates do núcleo duro da ciência, a Física. Como podemos observar acima, não foi a ideia de “pós-moderno” que produziu o capitalismo flexível (até mesmo porque a ideia de pós-modernidade surge durante o capitalismo organizado); o pós-modernismo foi, por uma série de convergências, colocado como enunciado regulador das verdades dentro de um novo sistema cognitivo. E isso se deu, no nosso entendimento, por diversas razões, tanto em termos de procedimentos operatórios quanto pelas suas implicações políticas. Por isso nossa radical crítica à pós-modernidade como uma das formas do pensamento hegemônico do capitalismo flexível, que retoma elementos do paradigma irracionalista e das escolas liberal psicológica e econômica. Esta baseia-se nos seguintes pontos: 1) o pós-modernismo é entusiasta do progresso tecnológico, mostrando um grande grau de adesismo à ideologia da “modernidade”. A diferença crucial é sua apologia do conhecimento/informação como mercadoria estratégica, como valor de troca, e a subordinação da ciência a essa condição e, consequentemente, ao mercado. Há assim um “determinismo informacional”; 2) a negação das metanarrativas (reduzidas de uma pluralidade à dualidade funcionalismo/marxismo) oculta o fato que o próprio pós-modernismo se coloca como uma meta-narrativa oculta e, por isso, acima de qualquer questionamento; 3) a negação da verdade e defesa da complexidade se dá por meio de processos operatórios simplificadores: questionando as totalidades universais, se fala “do filósofo”, “da ciência”, sem qualificar ou justificar esses usos, reduzindo a diversidade de práticas e concepções a uma unidade simplificadora; 4) por fim, questionando os projetos de legitimação racionalista (da busca pela verdade em si) e da emancipação, reduz-se as possibilidades de legitimação dos “relatos” ao mercado, lugar de produção e troca do saber-mercadoria, e lugar da verdade. Consequentemente, tal posicionamento apenas reifica o poder do mercado, que é tratado como um “pequeno relato”.

O pós-modernismo não assenta sua força nem no argumento de Lyotard, nem no grau de apreensão da dinâmica da realidade, mas sim no fato de que se constituiu como um enunciado regulador dentro de um sistema de saber-poder do capitalismo flexível. A Identidade do pós-modernismo (como abordagem) e da “condição pós-moderna” é a identidade com o capitalismo flexível, da mesma forma que a ide/ologia da modernização identificou-se com o capitalismo concorrencial e depois organizado, fazendo a ligação do sistema cognitivo com os sistemas de poder do complexo Mercado-Estado. Assim chegamos ao domínio da desordem ou relatividade/absoluta.

Longe de considerar as teses pós-modernas como inovadoras, devemos observar que vários de seus elementos estão presentes nas escolas que identificamos com a modernidade; elas retomam, de um lado, a concepção de desordem absoluta de escolas do irracionalismo e empirismo, assim como elementos idealistas e individualistas do liberalismo psicologizante e econômico, além do seu anti-marxismo (que perpassa quase todas as escolas de pensamento das ciências sociais). Daí a facilidade com que várias escolas se adaptaram ao regime cognitivo-coercitivo do qual o enunciado pós-moderno passou a ser um critério de validação, pois existe identidade de procedimentos e posições assentada sobre a história da guerra de saberes. Por fim, esse sistema, como todo sistema cognitivo hegemônico precedente, não prescinde da autoridade (nisso retomando elementos da escolástica da Idade Média); ela apenas a deslocou: o complexo Mercado-Estado¹¹ passou a ser o lugar de produção e legitimação da verdade, sendo o recurso à autoridade desse complexo o fundamento do sistema de verdades que lhe confere uma qualidade cognitiva-coercitiva, característica do saber hegemônico. Por isso, todos os paradigmas e escolas que não estivessem legitimados no complexo Mercado-Estado seriam então ilegítimos. Isso constituiu o que podemos chamar de teoria da modernização científica, lugar-comum que orienta o exercício da autoridade científica e se expressa na ideia de que paradigmas, escolas e conceitos estão “superados”, “ultrapassados”, etc.¹² É como se a realidade do desenvolvimento econômico-tecnológico se expressasse de forma linear no campo do conhecimento, retomando assim os pressupostos típicos da concepção de tempo positivista-evolucionista comandada pelo complexo ciência-técnica.

11 “O que eu queria dizer, a que procurei designar, era uma coisa que é, a meu ver, de uma natureza e de um nível um pouco diferentes. O princípio dessa conexão que eu procuro identificar, essa conexão entre prática de governo e regime de verdade, seria isto: [...] haveria, portanto, uma coisa que no regime de governo, na prática governamental dos séculos XVI-XVII, já da Idade Média também, tinha constituído um dos objetos privilegiados da intervenção da regulação governamental, uma coisa que havia sido o objeto privilegiado da vigilância e das intervenções do governo. E é esse lugar mesmo, e não a teoria econômica, que, a partir do século XVIII, vai se tornar um lugar e um mecanismo de formação de verdade. E, em vez de continuar a saturar esse lugar de formação da verdade com uma governamentalidade regulamentar indefinida, vai-se reconhecer – e aí que as coisas acontecem – que se deve deixá-lo agir com a mínima possível de intervenções, justamente para que ele possa formular a sua verdade e propô-la como regra e norma à prática governamental. Esse lugar de verdade não é, evidentemente, a cabeça dos economistas, mas o mercado”(FOUCAULT, 2008, p. 42).

12 Temos exemplos recentes no Brasil, em que existe uma luta de autoridade, como no caso da criação de um regimento para regulação da “ética na ciência e na pesquisa”.

Dessa forma não é possível romper com o pensamento hegemônico sem fazer, simultaneamente, uma sociologia da ciência que permita situar os paradigmas científicos uns em relação aos outros, em termos de conteúdo, e em relação à estrutura social e sua forma de integração na multiplicidade de planos concretos. Por isso, para fazer uma sociologia da ciência que escape ao pensamento hegemônico e mesmo aos paradigmas convencionais das ciências sociais, devemos romper com a visão da história da ciência tal como concebida pela teoria da modernização científica, que a escreve como epopeia da evolução e aperfeiçoamento da técnica. A história do conhecimento não pode ser senão a história da guerra dos saberes e de sua economia.

GUERRA DE SABERES: VERDADE COMO SISTEMA COGNITIVO-COERCITIVO VERSUS VERDADE COMO SUBVERSÃO DA AUTORIDADE

Como já foi observado na obra de diversos autores (Kuhn, Foucault), pode ser extremamente enganosa uma história da ciência baseada na ideia de acumulação e substituição progressiva de paradigmas, assim como uma história da ciência como “refinamento da verdade” e substituição do “erro”.¹³ A “obsolescência” das teorias não as desqualifica enquanto saber científico, mas mostra que na realidade o que um parâmetro pode conceber como erro ou forma não-científica pode ter sido produzido pelos mesmos métodos e obedecendo às mesmas regras que o conhecimento dito “científico”. Ou seja, a ciência não produz a verdade e elimina o erro; a verdade é uma “relação” que se impõe aos objetos e sujeitos por meio de condições complexas e não uma realidade exterior apreendida e interiorizada. A própria obsolescência e descarte, no caso das ciências sociais, têm condições sociais e políticas, tratando-se muito mais de perguntar quais condições produziram essa desqualificação (enquanto ciência) e descarte (de uso e aplicação). Logo,

13 Kuhn (1997, p. 21) afirma: “Talvez a ciência não se desenvolva pela acumulação de descobertas e invenções individuais. Simultaneamente, esses mesmos historiadores confrontam-se com dificuldades crescentes para distinguir o componente “científico” das observações e crenças passadas daquilo que seus predecessores rotularam prontamente de “erro” e “superstição”. Quanto mais cuidadosamente estudam, digamos, a dinâmica aristotélica, a química logística ou a termodinâmica calórica, tanto mais certos tornam-se de que, como um todo, as concepções de natureza outrora correntes não eram nem menos científicas, nem menos o produto da idiossincrasia do que as atualmente em voga. Se essas crenças obsoletas devem ser chamadas de mitos, então os mitos podem ser produzidos pelos mesmos tipos de métodos e mantidos pelas mesmas razões que hoje conduzem ao conhecimento científico. Se, por outro lado, elas devem ser chamadas de ciências, então a ciência inclui conjuntos de crenças totalmente incompatíveis com as que hoje mantemos. Dadas essas alternativas, o historiador deve escolher a última. Teorias obsoletas não são a-científicas em princípio, simplesmente porque foram descartadas”.

essa condição de marginalidade não impede por si mesmo a constituição de paradigmas e sua aplicação, nem sua validade para construção de novos problemas.

Aqui então chegamos a um ponto fundamental. Kuhn retrata a história das ciências como revoluções, mas basicamente como revoluções tecnológicas baseadas em inovações. Essas inovações sofrem resistência da parte da comunidade que sustenta os paradigmas dominantes. Mas, no nosso entendimento, a detenção da “verdade” é um instrumento de autoridade (interna ao campo científico e externa a ele) enquanto a exclusão dos paradigmas não é apenas um atraso ou adiamento, mas uma ação de exclusão-repressão de visões alternativas e de problemas alternativos. O fato é que assim se constitui toda uma gama de saberes subalternos,¹⁴ dentre os quais podemos considerar como exemplo o paradigma anarquista de análise da realidade.

No nosso entendimento, as revoluções científicas não são apenas revoluções tecnológicas; elas podem ser também insurreições/revoluções sociais, no sentido que saberes subalternos se transformam em saberes insurgentes, negando os saberes e poderes científicos dos paradigmas dominantes para libertar novas formas de visão de mundo e projetos de sociedade e ciência. O saber insurgente assim é também um fator de revolução científica.

Cabe então problematizar como saberes insurgentes podem se constituir enquanto paradigmas da análise da realidade. A primeira questão a colocar é: o que é um paradigma? Como afirma Kuhn (1998, p.13) “considero ‘paradigmas’ as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”. Dessa maneira, as pré-condições para o reconhecimento de um paradigma são: existência de problemas de pesquisa; que o método para investigá-lo seja compartilhado por uma comunidade determinada; que sejam colocadas respostas para questões fundamentais de toda a pesquisa científica. Nesse sentido, Kuhn argumenta:

A pesquisa eficaz raramente começa antes que uma comunidade científica pense ter adquirido respostas seguras para perguntas como: quais são as entidades fundamentais que compõem o universo? Como interagem essas entidades umas com as outras e com os sentidos? Que questões podem ser legitimamente feitas a respeito de tais entidades e que técnicas podem ser empregadas na busca de soluções? (KUHN, 1998, p. 23)

Dessa maneira, o saber científico exige dois elementos fundamentais: uma ontologia ou teoria do universo/realidade; um método que indique um

14 Estamos usando a ideia de saber subalterno/sujeitado e insurreição dos saberes tomando por base Michel Foucault (2005).

conjunto de problemas (indagações ou questões) e algumas soluções (teses e conceitos) para explicar os problemas que levanta. Aqui está a questão-chave: descartada na história ou não, rebaixada ou desqualificada como saber pré ou não-científico (e faz parte da própria “ciência normal” desqualificar suas antecessoras), um paradigma que consiga apresentar essas duas propriedades, uma ontologia e um método sempre poderá ser apropriado e reativado para fins de análise da realidade.

Então porque reativar um paradigma? Exatamente porque os paradigmas e escolas da “ciência normal” tendem a reprimir o desenvolvimento de novas teses e problemas. Como a ciência se desenvolve na interação saber-poder, essa repressão não é nunca meramente cognitiva ou por razões internas ao campo científico, mas também essencialmente política. Se, como na visão de Kuhn, a emergência do paradigma explicita a própria aquisição/acumulação (segundo o referido autor, “a existência de um paradigma expressa o desenvolvimento e acumulação de maturidade no campo científico”), podemos considerar também que os paradigmas alternativos representam não somente acumulação, mas a oposição, o dissenso e a existência de vias alternativas de prática científica. Assim, a retomada do paradigma anarquista se dá pelo fato de oferecer uma ontologia radicalmente diferente dos paradigmas do materialismo histórico, do racionalismo e do empirismo, além de um método igualmente específico, que coloca luz em problemas novos ou marginalizados pelos demais métodos e paradigmas.

Assim, para estabelecer os quadros sociais do conhecimento devemos distinguir entre os gêneros e formas de conhecimento. Gurvitch (1969) faz a distinção entre *gêneros de conhecimento* (modos de particularização do conhecimento em função de seus modos de ação e dos objetos de cognição) e as *formas de conhecimento*, que ele define basicamente por seu valor posicional frente a tensões sociocognitivas que adquirem significado específico de acordo com seu posicionamento na estrutura social global. Os sistemas cognitivos são uma articulação hierárquica de gêneros, formas de saber, paradigmas e escolas, em diferentes posições de poder.

Gurvitch fala de diversos gêneros de saber dos quais iremos destacar aqui alguns: conhecimento perceptivo, técnico, científico, filosófico, político. Esses gêneros são perpassados por tensões que caracterizam as formas de conhecimento: empírica x conceitual, mística-teológica x racional, positivo x especulativo, coletivo x individual. Desse modo, o saber científico pode assumir uma forma positiva ou especulativa, empírica ou conceitual, não existindo uma ciência em si mesma posicionada de forma eterna e imutável numa dessas formas. O mesmo pode-se dizer do saber técnico, filosófico ou político. Podemos adicionar aqui uma outra forma de tensão interna do conhecimento, que diz respeito à sua posição nas hierarquias parciais e globais dos sistemas

cognitivos, bem como na estrutura social global: a forma hegemônica-dominante-central x forma subalterno-periférica-insurgente deste saber. Essa propriedade é extremamente importante pois ela diz respeito tanto ao conteúdo conceitual e teórico quanto à sua articulação com as posições sociais.

Esse procedimento combinatório permite apreender a multiplicidade concreta de possibilidades de integração dos saberes nos planos reais. Desse modo, um gênero de conhecimento não esgota duas propriedades reais; é possível que um conhecimento político, ou perceptivo, adquira forma racional e positiva, enquanto o conhecimento científico adquira formas místico-teológicas e especulativas. Ou seja, o conhecimento “em si” não é suficiente, é preciso saber a forma pela qual este se realiza e objetiva historicamente.

Assim uma sociologia do conhecimento que não situe um gênero de saber em relação à sua forma história irá apreender apenas a camada superficial do seu sentido. Chegamos então em um momento em que é possível interpretar a relação entre os paradigmas e escolas dentro dos sistemas cognitivos e sugerir algumas hipóteses para explicar sua integração na estrutura social global do capitalismo flexível. Podemos dizer que o paradigma empirista e o paradigma racionalista foram, em um determinado contexto, uma forma de saber subalterno em relação à teologia. A sua cientificidade derivava da guerra que tinha que travar em diversos domínios contra os elementos da escolástica religiosa. Mas, enquanto gênero de saber filosófico e científico, esses paradigmas mantinham em si a contradição entre a forma positiva x especulativa e místico-teológica x racional. A sua posição na guerra de saberes exigia que a positividade e a racionalidade prevalecessem sobre a especulação e mistificação. Esse caráter subalterno fazia com que as descobertas científicas fossem atos de subversão do sistema cognitivo, substituindo verdades absolutas dentro desses sistemas de poder-saber e cognição-coerção. Inovação e subversão são duas formas de materialização da revolução científica.

Mas essa condição foi transformada com a mudança na estrutura social global e a consolidação do capitalismo como sistema mundial. Esses paradigmas foram alçados à posição de saber dominante dentro dos sistemas cognitivos vigentes (pelo menos nos países centrais), subalternizando o saber religioso, sem, contudo, fazê-lo desaparecer. Essa inversão modificou substancialmente as formas assumidas (de insurgência, positividade e racionalidade) pelos paradigmas racionalista e empirista que se institucionalizaram como saberes hegemônico-dominantes. É nesse sentido que devemos entender o surgimento do positivismo francês e do hegelianismo como escolas de pensamento, na medida em que encarnaram a transformação das formas dos saberes filosóficos e científicos anteriores que lograram alcançar uma posição dominante, abrindo caminho para a constituição do evolucionismo.

nismo como escola de pensamento e como ideologia da modernidade e dando maior ênfase aos conceitos teológicos e ao pensamento religioso. O materialismo e a dialética foram então uma reação a esta institucionalização dos paradigmas anteriores sob forma hegemônica. Vinculados às experiências das tradições populares rebeldes, assentados sobre saberes perceptivos, saberes políticos e saberes técnicos do mundo da produção, o paradigma materialista e dialético antagonizou a hegemonia do paradigma racionalista e empirista. O marxismo, por sua vez, teve sua própria história de institucionalização, ocupando por vezes a condição de saber hegemônico dentro de determinados sistemas cognitivos (como na ex-URSS) ou de determinadas disciplinas, mas permanecendo como saber subalterno num grande número de casos.

Dessa forma, no quadro do capitalismo organizado, tínhamos uma multiplicidade de posições possíveis para os gêneros de saber, paradigmas e escolas. O reducionismo pós-moderno simplificou essa multiplicidade a uma unidade, como se o marxismo e o racionalismo fossem sempre idênticos. A emergência do capitalismo flexível, desse modo, foi concomitante ao questionamento desse sistema de coerção-cognição e a proposta pós-moderna representou não uma ruptura com o pressuposto compartilhado de uma ordem absoluta no universo, mas sim uma inversão: a instituição da ideia de desordem absoluta que reforça a proeminência do saber técnico-experimental sobre as formas filosófico-científicas-conceituais, pois um componente do capitalismo flexível é a naturalização das bases da sociedade capitalista em geral. Assim, o pós-modernismo converge com essas crenças do capitalismo flexível e as reforça; sua tendência à negação das totalidades e à afirmação da impossibilidade da explicação que não seja uma unicausalidade linear simples converge com o sistema cognitivo hegemônico anterior. A substituição da ordem absoluta pelo relativismo/desordem absoluta, na verdade, é apenas uma renovação do conceito de absoluto, de forma que o pós-modernismo apresenta-se não como uma ruptura mas sim um prolongamento do modernismo. A diferença é que trata-se de um tipo de saber conceitual, especulativo e místico que retoma elementos do paradigma do irracionalismo cristão e desloca o lugar de produção da verdade da 'guerra de saberes' para o complexo 'Mercado-Estado', tentando instituir o monopólio das verdades científicas por meio da teoria da modernização científica.

Hoje nas ciências sociais, no Brasil e no mundo, podemos dizer que esses paradigmas e escolas que compõem as matrizes disciplinares constituem poderes científicos que operam para preservar sua posição no sistema de cognição-coerção. Seja o absoluto da ordem, seja o absoluto da desordem, essas abordagens convergem na crença do absoluto na busca por fundar seu

poder na autoridade do complexo Mercado-Estado. A tentativa de manter uma unidade monopolizadora e hierárquica tem tido como consequência a fragmentação em escolas cada vez menores que tentam criar um monopólio compulsório dos temas e problemas ao criar tantas ciências quanto grupos de pesquisa. O poder científico dessas abordagens reprime o desenvolvimento de novas teses e problemas, criando um sistema de cognição-coerção.¹⁵

No nosso entendimento é preciso uma ruptura com o sistema de cognição-coerção, com o conceito de absoluto, assim como com as promessas da modernidade e da pós-modernidade. É necessário um saber científico, positivo, racional. Mas para ter essas propriedades ele precisa ser, acima de tudo, um saber insurgente, anti-hegemônico. Por isso, para libertar a possibilidade de novas interpretações e novos problemas, recuperamos os pressupostos e problemas colocados pela abordagem coletivista (termo que empregamos para definir o método de análise da realidade crítica do poder/autoridade desenvolvido por Mikhail Bakunin, talvez o maior adversário político e crítico de Marx no século XIX dentro do campo socialista). Aqui cabe colocar duas considerações. Em primeiro lugar: existe um paradigma anárquico de análise da realidade? Em segundo lugar: caso exista, porque seria útil ou necessário reativá-lo e o que ele produziria em termos de conhecimento?

Historicamente, a resposta dada pelos representantes de diversas escolas que se debruçaram sobre o tema, como a escola histórico-individualista liberal e a escola marxista, foi negar veementemente a existência de um paradigma anarquista de análise da realidade. Mas como já demonstraram diversos autores, como Georges Gurvitch para Pierre-Joseph Proudhon e

15 Uma característica às vezes exaltada, às vezes denunciada como um mal, é a fragmentação científica. Essa fragmentação identificada com a multiplicação de sociologias e antropologias temáticas em contraposição às divisões “sub-disciplinares” (sociologia da educação, antropologia da religião, etc.), na realidade é um desenvolvimento da própria divisão disciplinar e subdisciplinar. A elevação desse princípio no Brasil recentemente assumiu a forma de divisão dos cursos de ciências sociais em algumas universidades, que passaram a ter cursos de graduação em antropologia, sociologia e relações internacionais. Essa fragmentação, assim como a fragmentação temática, foi condicionada muito mais por determinações de política pública e disputas de recursos de programas governamentais para a universidade, do que propriamente de um “projeto”. A divisão disciplinar ou temática não são em si mesmas mais ou menos adequadas para a ciência, mas elas têm se dado sempre comandadas pelos interesses do complexo Mercado-Estado que induz aos micro-monopólios disciplinares ou temáticos e formação de comunidades científicas fechadas em si mesmo, uma em relação às outras e em relação à realidade à sua volta. Essa tendência é que constitui o verdadeiro problema a ser enfrentado, e não suas formas de manifestação na organização científica.

mais recentemente Paul McLaughlin para Mikhail Bakunin, o anarquismo foi não somente um movimento político e social, mas uma filosofia e teoria da realidade. A “negação” do estatuto desse paradigma, como observa Robert Kuhn, não é em nada estranha à dinâmica das comunidades e escolas que se apegam a seus próprios “paradigmas”. Com relação à segunda questão, ela é mais complexa, pois diz respeito à própria relação entre os paradigmas e a constituição daquilo que Kuhn denominou “ciência normal. É disso que trataremos agora.

A DIALÉTICA DOS SABERES POLÍTICOS E DO SABER CIENTÍFICO: A TEORIA ANARQUISTA CLÁSSICA

O paradigma da teoria anarquista clássica¹⁶ compreende dois sistemas, a dialética proudhoniana e o materialismo bakuninista. Essa teoria se desenvolveu não somente sob a forma de saber científico, mas de saber político e saber perceptivo do mundo exterior.¹⁷ As experiências das tradições populares rebeldes, das revoluções e das opressões foram fundamentais para a constituição da teoria anarquista clássica como um tipo de saber científico. Essa escola ou abordagem é coletivista em dois sentidos: 1) em função da centralidade do conceito de coletivo para a análise sociológica; 2) e do fato de ter se desenvolvido dentro de unidades coletivas reais de mobilização, constituindo um sistema cognitivo periférico em relação ao sistema cognitivo-repressivo da ciência da sociedade moderna. Do ponto de vista da diferenciação do paradigma coletivista e da dialética serial em relação ao racionalismo, ao empirismo e também ao materialismo histórico, podemos

16 Devemos observar que a relação entre a obra de Proudhon e Bakunin não se assemelha em nada à de Marx e Engels. Bakunin fez parte de uma geração russa influenciada pelas ideias proudhonianas (BERLIN, 1960), que seria uma das referências fundamentais do populismo russo (influência que continuaria a se expressar, como veremos no caso de Gurvitch). Em Proudhon, podemos dizer que a dialética engloba o realismo e o mundo material; em Bakunin, o materialismo engloba a dialética. Essa diferença de ênfase não pode obscurecer o fato do compartilhamento de pressupostos, nem da diferença de implicação política.

17 É importante observar aqui que, no caso de Proudhon, a conjugação do saber perceptivo do mundo exterior operário, da produção, da sua experiência de exploração e frustração com as condições políticas foi fundamental para a formação do seu saber político, o qual Proudhon elevou ao nível de saber científico-conceitual por meio de sua obra. Bakunin, por sua vez, teve principalmente por base do saber perceptivo do mundo exterior de um segmento específico, os militares desertores (FERREIRA, 2010), uma mnemotécnica que deu origem a um saber político insurrecional que qualificou seu saber filosófico-conceitual e seu saber político. Nos dois casos o saber político aparece intimamente relacionado ao saber científico, sendo este um dos critérios de “des-legitimação” dos mesmos pela ciência hegemônica.

dizer que a abordagem coletivista se diferencia dos demais por algumas características que aparecem como pressupostos e procedimentos do seu método: 1) uma ontologia naturalista (que concebe a natureza numa relação de continuidade e descontinuidade com a sociedade); 2) uma dialética negativa e serial (categorias que se englobam e acumulam pela negação das anteriores); 3) uma posição crítica frente aos poderes científicos e político-econômicos, representado no plano do saber pelo anti-idealismo, que aparece como a negação da religião e metafísica (criacionismo, contratualismo ou qualquer explicação anti-naturalista e anti-histórica para a origem da sociedade).

Proudhon, no livro “Da criação da ordem na humanidade”, formula alguns desses pressupostos, demonstrando em primeiro lugar o caráter relativo e produzido da “ordem”:

Considerando a criação segundo as três categorias de substância, causa, relação, chegamos ao resultado que os seres perceptíveis para nós pelas relações que sustentamos com eles nos permanecem impenetráveis em sua substância; que as causas, inapreensíveis em seu princípio e sua origem, nos deixam entrever apenas a sucessão de seus efeitos. As relações das coisas, a ordem e a desordem, o belo e o feio, o bem e o mal, eis aí tudo o que cai sob a observação do homem tudo o que é objeto de sua ciência. “Não podemos nem penetrar as substâncias, nem apreender as causas: o que percebemos da natureza é sempre, no fundo, lei ou relação, nada mais. Todos os nossos conhecimentos são definitivamente percepções da ordem ou da desordem, do bem ou do mal; todas as nossas ideias de representações de coisas inteligíveis, portanto, elementos de cálculo e de método (Proudhon, Da Criação da Ordem na Humanidade).

Logo, o universo não é nem ordem absoluta, nem desordem absoluta: a ordem e a desordem são apenas formas de transformação do movimento, daí seu caráter produzido. O universo e a natureza são assim permanentemente ordenados/desordenados. A natureza não é estática e não tem uma ordem imanente, ou seja, a ordem é concebida como produto de ações-reações entre realidades particulares que constroem a natureza e englobam a história e sociedade humana. A natureza é assim a permanente transformação.

É claro que a solidariedade universal, explicada desse modo, não pode ter o caráter de uma causa absoluta e primeira; não é, ao contrário, mais que um efeito, produzido e reproduzido sempre pela ação simultânea de uma infinidade de causas particulares, cujo conjunto constitui precisamente a causalidade universal, a unidade composta, sempre reproduzida pelo conjunto indefinido das transformações incessantes de todas as coisas que existem e, ao mesmo tempo, criadora de todas as coisas; cada ponto atuando sobre o todo (eis aí o universo produzido), e o todo atuando sobre cada parte (eis aí o universo produtor ou criador). Tendo-a explicado assim, posso dizer agora, sem medo de dar lugar a algum mal entendido, que a causalidade universal, a natureza, cria os mundos. Foi ela que determinou a configuração mecânica, física, química, geológica e geográfica de nossa Terra, e que, depois de ter coberto sua superfície com todos os esplendores da vida vegetal e animal, continua criando, ainda, no mundo humano, a

sociedade com todos seus desenvolvimentos passados, presentes e futuros. Compreende-se que, no universo assim entendido, não se pode falar de ideias anteriores, nem de leis preconcebidas e preordenadas. As ideias, inclusive a de Deus, só existem na Terra na medida em que foram produzidas pelo cérebro. [...] Essa palavra, natureza, exclui, portanto, toda ideia mística ou metafísica de substância, de causa final ou de criação providencialmente combinada e dirigida. (BAKUNIN, 2014, p. 340)

Mais uma vez o tema volta a ser colocado no plano da filosofia e da ontologia através de um problema: o centralismo. A crítica do centralismo não se resume à política; ela expressa uma nova ontologia social, pois o que se critica é, de um lado, o conceito de um “centro” na natureza, de uma ordem real que deriva de um conceito; e, de outro lado, a ideia de uma causa primeira, de uma pré-determinação. É essa a raiz da verdadeira e radical diferença entre o materialismo de Bakunin e do coletivismo *versus* a concepção de Marx e Engels que, considerando a economia como determinante em última instância, expressa a ideia de que na natureza existe uma pré-determinação que leva à necessidade de um centro organizador. Ao contrário do materialismo histórico, o conceito de natureza no materialismo sociológico não é a produção, mas sim ação e transformação.¹⁸ A natureza não é uma causa primeira, mas produto e produtora de causas e efeitos particulares. A relação entre o particular e o geral não é concebida como um particular que é manifestação do universal, mas de um universal que é produzido pela combinação de causas particulares e vice-versa. A natureza, nesse sentido, é que cria a sociedade

18 “Todas as coisas são apenas aquilo que fazem: seu fazer, sua manifestação exterior, sua ação incessante e múltipla sobre todas as coisas que estão fora dela, é a exposição completa de sua natureza, de sua substância, ou daquilo que os metafísicos, e o sr. Littré com eles, chamam de seu ser íntimo. Ela não pode ter nada em seu suposto interior que não seja manifesto em seu exterior: numa palavra, a sua ação e o seu ser são um. Poderão ficar surpresos com o que digo sobre a ação de todas as coisas, até as aparentemente mais inertes, de tanto que estamos habituados a só ligar o sentido desta palavra a atos que sejam acompanhados de certa agitação visível, de movimentos aparentes, e, principalmente, da consciência, animal ou humana, daquele que age. Mas não há, na natureza, nenhum ponto que esteja, em algum momento, em repouso propriamente dito; cada ponto está, a todo momento, na parte infinitesimal de cada segundo, agitado por uma ação e uma reação incessantes. O que chamamos de imobilidade, o repouso, são apenas aparências grosseiras, noções completamente relativas. Na natureza, tudo é movimento e ação: ser não significa nada além de fazer. Tudo o que chamamos de propriedades das coisas: propriedades mecânicas, físicas, químicas, orgânicas, animais, humanas, não são nada além de diferentes modos de ação. Toda coisa é uma coisa determinada ou real apenas pelas propriedades que ela possui; e ela as possui apenas enquanto as manifesta, já que as propriedades determinam as suas relações com o mundo exterior; disto resulta que toda coisa só é real enquanto se manifesta, enquanto age. A soma das suas ações diferentes, eis aí todo o seu ser” (BAKUNIN, 2014, p.429).

com todos os desenvolvimentos passados, presentes e futuros. Dessa proposição é que são sistematizados os conceitos de *natureza*, *mundo social* e *mundo natural* (natureza exterior). O mundo natural, ou natureza exterior, é o mundo com o qual o mundo social humano se relaciona. O homem extrai sua vida e realiza a luta pela vida contra a natureza exterior (ambiente, ecossistema) e não contra a “natureza em si”, da qual nunca sai. Desta forma, o homem cria o seu mundo social que é diferente das sociedades animais em razão de duas capacidades formais: o pensamento-fala e o trabalho.

Em segundo lugar, a natureza é caracterizada por uma múltipla manifestação no mundo material, na matéria físico-química e orgânica (vegetal-animal), sendo que o mundo humano é tido como o desenvolvimento do mundo inorgânico e orgânico. A sociedade humana, por sua vez, não é considerada como surgindo por uma ruptura absoluta com a natureza, mas sim por extensão e negação relativa dessa natureza. O que qualifica a relatividade da ruptura é o desenvolvimento da capacidade de pensar e falar (abstração/simbolização), que irá elevar o trabalho humano a um caráter progressivo e cumulativo. Por isso, essa negação relativa da natureza permite o desenvolvimento histórico-social, a criação das instituições sociais. Essa construção começa com o reconhecimento de leis gerais que regem a natureza e a sociedade, sendo estas: a lei geral da atração material e do movimento (gravidade) no mundo orgânico e inorgânico (da qual as demais leis são transformações); e no mundo orgânico, a lei da nutrição, que na sociedade humana se apresenta sob a forma da questão alimentar e da economia social. No mundo animal, as propriedades da sensibilidade e irritabilidade produzem a lei da autoconservação e reprodução que é também uma lei de socialização (atração social), racionalização-subjetivação. Essa lei da socialização é em grande medida uma transformação da lei de atração geral dos corpos.

[...] de fato, a lei fundamental da vida imprime em cada animal, inclusive o homem, essa tendência fatal a realizar por si mesmo todas as condições vitais de sua própria espécie, quer dizer, a satisfazer todas as suas necessidades. Como organismo vivo, dotado dessa dupla propriedade de sensibilidade e de irritabilidade, e, como tal, experimentando às vezes o sofrimento, às vezes o prazer, todo animal, inclusive o homem, é forçado, por sua própria natureza, a comer e a beber antes de tudo e a colocar-se em movimento, tanto para buscar seu alimento, como para obedecer a uma necessidade irresistível de seus músculos; é forçado a se conservar, a se abrigar, a se defender contra tudo o que o ameaça em seu alimento, em sua saúde, em todas as condições de sua vida; obrigado a amar, a se reproduzir; obrigado a raciocinar, na medida de suas capacidades intelectuais, sobre as condições de sua conservação e de sua existência; obrigado a querer todas essas condições para si; e, dirigido por uma espécie de previsão, fundada na experiência, e da qual nenhum animal é absolutamente desprovido, obrigado a trabalhar, na medida de sua inteligência e de sua força muscular, a fim de assegurá-las para si, para um amanhã mais ou menos longínquo. (BAKUNIN, 2014, p. 371)

Uma das leis consideradas como centrais no mundo orgânico, especialmente no mundo animal, é o da luta pela vida e pela existência. Essa luta marca a constituição da vida e da natureza. A luta pela existência na natureza é a luta pela autopreservação individual e preservação da espécie. Ela se realiza em leis específicas de nutrição (busca pelo alimento, conservação individual), de reprodução (garantir alimentação e condições mínimas de reprodução do grupo/espécie) e socialização (necessidade do contato e do aprendizado coletivo, da existência coletiva para atender às necessidades anteriores e necessidades subjetivas, como afeto e sensibilidade). Logo, a afirmação de que não existe ruptura da sociedade com a natureza implica em reconhecer que essas mesmas “leis” operam em todas as formas de coletividade e vida, mudando apenas a sua complexidade, sendo transformações da lei, geral e fundadora, da atração e movimento dos corpos.

Na natureza e sociedade, a luta pela existência pode ser entendida de duas maneiras: como a luta pela produção e pelo trabalho contra a natureza exterior (o desenvolvimento de saberes, técnicas, tecnologias e processos de transformação do meio ambiente); a luta dentro do mundo social, lutas de classes contra a dominação e exploração das classes dominantes e do Estado. A luta pela existência é no mundo natural a luta contra as coerções do ecossistema e no mundo social a luta de classes contra a coerção econômico-política. A luta pela existência na sociedade se manifesta sob três formas principais: 1) a luta contra a dominação da natureza exterior (ou a pressão objetiva que o meio ecológico exerce); 2) a luta contra a dominação interior (contra as restrições impostas por sua capacidade de pensamento e trabalho ou assimilação das ideias dos dominadores); 3) a luta contra a dominação da sociedade (dominação exercida pelas classes sociais). A luta contra essas formas de dominação são assim constitutivas da sociedade humana. Logo, também no aspecto da luta, não existe uma ruptura absoluta com a natureza; a luta na sociedade é uma transformação da luta pela vida na natureza, adquirindo nela maior complexidade.

Por outro lado, a negação da ideia de um centro, ou categoria de absoluto, como elemento gerador do universo e da história se expressa num método que Bakunin e Proudhon denominavam “de baixo para cima”, ou seja, dos elementos particulares concretos para os elementos gerais, vindo como o geral é produzido pela ação-reação de causas particulares, não existindo causa “primeira ou absoluta” nem uma forma geral pura. A síntese da realidade objetiva não se confunde com a síntese ideal; a unidade no pensamento nunca apreende a totalidade da unidade objetiva que sempre se materializa na multiplicidade. Daí a limitação e a parcialidade do próprio conhecimento científico.

Essa abordagem foi então aplicada por Proudhon para estudo da propriedade. A ideia de dialética serial expressa esse conjunto de procedimentos aplicados à análise da economia e da política. Proudhon para chegar ao que chamou de teoria do sistema das contradições econômicas começou pela compreensão crítica de uma unidade, a propriedade, para enfim chegar a teorias particulares de instituições particulares e à teoria geral do sistema econômico:

Progressão, série, associação das ideias por grupos naturais, este é o último passo da filosofia na organização do senso comum. Todos os outros instrumentos dialéticos se conduzem a este: o silogismo e a indução não passam de instrumentos destacados de séries superiores e considerados em sentido diverso; a antinomia é como a teoria de dois polos de um pequeno mundo, abstração feita dos pontos médios e dos movimentos interiores. A série abrange todas as formas possíveis de classificação das ideias, é unidade e variedade, verdadeira expressão da natureza, forma suprema da razão. [...] Para tornar tudo isso mais transparente, vamos fazer sua aplicação à própria questão que é objeto deste capítulo, a propriedade. A propriedade é inteligível fora da série econômica, dissemos no sumário deste parágrafo. Isso significa que a propriedade não se compreende e não se explica de maneira suficiente nem por uns a priori quaisquer, morais, metafísicos ou psicológicos (fórmula do silogismo); nem por uns a posteriori legislativos ou históricos (fórmula da indução); nem mesmo pela exposição de sua natureza contraditória, como fiz em minha memória sobre a propriedade (fórmula da antinomia). Deve se reconhecer em que ordem de manifestações, análogas, similares ou adequadas, se classifica a propriedade, deve-se numa palavra, encontrar sua série. De fato, tudo o que se isola, tudo o que se afirma em si, por si e para si, não goza de uma existência suficiente, não reúne todas as condições de inteligibilidade e duração; é necessária também a existência no todo, pelo todo e para o todo; é necessário, numa palavra, unir as relações internas às relações externas. (PROUDHON, 2007, 190)

Ou seja, a dialética serial se opõe ao racionalismo e ao empirismo por não somente buscar uma explicação interna, em si, para os fenômenos econômicos particulares, por exemplo, mas por explicar suas relações dentro de uma série ou sistema:

De igual modo, para chegar à plena compreensão da propriedade, para adquirir a ideia de ordem social, temos de fazer duas coisas: 1º) determinar a série das contradições das quais faz parte a propriedade; 2º) dar por uma equação geral a fórmula positiva desta série. [...] A propriedade é um dos fatos gerais que determinam a oscilação do valor; é parte desta longa série de instituições espontâneas que começa com a divisão do trabalho e termina com a comunidade. (PROUDHON, 2007, p. 195)

Logo, as teses sobre a propriedade apresentadas no livro “O Que é a Propriedade” só foram plenamente acabadas no livro seguinte, “Sistema das Contradições Econômicas”. A característica fundamental dessa dialética é a ênfase sobre o aspecto da “antítese”, da negação e não da síntese. Para resu-

mir, podemos dizer que essa dialética é estruturada em função de uma série de categorias ou oposições centrais que ajudam a explicar o funcionamento da sociedade, dentre as quais as principais são: 1) a dialética natureza/sociedade; 2) a dialética simbolização/trabalho ou pensamento/ação; 3) a dialética estagnação/progresso; 4) a dialética propriedade/expropriação; 5) a dialética do político ou autoridade/liberdade; 6) a dialética entre política e economia. Essas categorias dialéticas servem para pensar a sociedade e a história como um processo permanente de transformação, luta e progresso/retrocesso.

Bakunin (2014), retomando a dialética autoridade-liberdade,¹⁹ vai formular uma análise da história humana como um processo de negação da natureza exterior que leva à formação das instituições de forma progressiva, de maneira que as instituições sociais e formas de governo nas suas primeiras manifestações históricas tenderam a ser fundadas no princípio da autoridade (ou da dominação) como fonte de legitimação social. Mas essa negação não é absoluta. A sociedade engloba as leis da natureza em geral e cria suas próprias “leis” específicas e suas formas de determinação concretas. Essa negação relativa da natureza se dá pela capacidade natural e material do homem de pensar/falar/simbolizar, que qualifica seu trabalho e sua ação de transformação do mundo. É essa capacidade criativa (sociologicamente falando) e produtiva (de produzir meios de satisfação das necessidades e domínio relativo da natureza exterior pelo trabalho) que permite a formação das instituições sociais e da história humana. Dentre as instituições, no processo histórico, as famílias e comunidades patriarcais engendraram formas mágico-religiosas como expressão da sociedade e alienação do seu poder criativo, e, logo, estas instituições transformaram-se em instituições centralizadas/centralizadoras. Essas instituições foram a Igreja e o Estado, que tinham como base a família patriarcal e as comunidades patriarcais, que serviram de modelo de autoridade para o Estado teocrático. A sociedade humana, regida pelas leis naturais, transformou não somente a natureza exterior pelo trabalho, como também criou, através da simbolização, um processo de objetivação que levou à formação da religião. O desenvolvimento das religiões implicou, por sua vez, a formação de classes sacerdotais e essa criação social explica a origem do Estado antigo, como agregação de coletividades nacionais que só foram unificadas pela força e pela religião.²⁰ O Império Romano cumpriu

19 Para uma análise da dialética autoridade-liberdade e como Bakunin emprega a mesma, ver o texto “Teoria do poder, da reciprocidade e a abordagem coletivista” e “Anarquismo, pensamento e Práticas Insurgentes” (FERREIRA, 2014b; 2014a).

20 “Ao instituir a família fundada sobre a propriedade e submetida à autoridade suprema do esposo e do pai, Deus tinha criado o germe do Estado. O primeiro governante foi necessariamente despótico e patriarcal. Mas, à medida que o número de famílias livres aumentava em uma nação, os laços naturais que os

um papel fundamental na antiguidade para a constituição do Estado e unificação de pequenos Estados religiosos, fato que possibilitou a formação de outro conceito, isto é, o de “Deus-Absoluto”. Esse processo criou parte das condições necessárias para o aparecimento do Estado moderno através da centralização e do desenvolvimento da religião nacional unificada em torno de um conceito de Deus-Absoluto, tendo como grupo dominante uma classe sacerdotal-militar.

Outro grande *turning point* na história, que marca o nascimento da modernidade, é exatamente o momento em que esse conceito de Deus-Absoluto se transforma e o Estado deixa de ser teológico para ser um Estado republicano. Esta mudança implicou na transformação da ideia de Deus, sendo o Estado então elevado à posição central, e na mudança das classes dominantes, a burguesia alçada à posição de poder mundial. A instituição-conceito de Estado Moderno e razão de Estado correspondem à formação da propriedade privada e às novas relações de classe, especialmente a nova forma de contradição dominante da economia calcada na existência da pro-

tinham agrupado, bem no início, como uma só família, sob a direção patriarcal de um chefe único, se afrouxaram, e esta organização primitiva teve que ser substituída por uma organização mais estudada e mais complicada do Estado. Foi, no início da história, em todo lugar, a obra da teocracia. À medida que os homens, saindo do estado selvagem, chegavam à primeira consciência, naturalmente muito grosseira, da Divindade, uma casta de intermediários, mais ou menos inspirados, entre o céu e a terra, ia se formando. Foi em nome da Divindade que os sacerdotes dos primeiros cultos religiosos instituíram os primeiros Estados, as primeiras organizações políticas e jurídicas da sociedade. Fazendo abstração de diferenças secundárias, encontramos, em todos os Estados antigos, quatro castas: a casta dos sacerdotes, a dos nobres guerreiros, composta de todos os membros masculinos e, principalmente, dos chefes das famílias livres, estas duas primeiras castas constituindo propriamente a classe religiosa, política e jurídica, a aristocracia do Estado; depois, a massa mais ou menos desorganizada dos moradores, dos refugiados, dos clientes e dos escravos alforriados, pessoalmente livres, mas privados de direitos jurídicos, que só participam do culto nacional de uma maneira indireta, e que constituem, juntos, o elemento propriamente democrático, o povo; enfim, a massa dos escravos, que nem sequer eram considerados como homens, mas como coisas, e que ficaram nessa condição miserável até o advento do cristianismo. Toda a história da antiguidade, que, desenrolando-se à medida que os progressos tanto intelectuais quanto materiais da civilização humana se desenvolviam e se apagavam ainda mais, sempre foi dirigida pela mão invisível de Deus – que não intervinha pessoalmente, sem dúvida, mas por meio de seus eleitos e inspirados: profetas, sacerdotes, grandes conquistadores, políticos, filósofos e poetas – toda esta história nos apresenta uma luta incessante e fatal entre estas diferentes castas, e uma série de triunfos, obtidos inicialmente pela aristocracia contra a teocracia, e mais tarde pela democracia contra a aristocracia” (BAKUNIN, 2014, p. 319).

priedade privada. Tentando resguardar a propriedade, o capitalismo gera a expropriação generalizada. Da mesma forma, a concorrência, que seria o princípio característico do capitalismo, produz na verdade o seu contrário, ou seja, o monopólio.²¹ Nesse *turning point*, as mudanças nas formas de governo são concebidas como parte dessa dialética luta-dominância e autoridade-liberdade que, não sendo fenômenos meramente ideais, passam a ser também determinantes para os processos de transformação em geral.

Da mesma forma que na antiguidade, a unidade imposta pela estrutura patriarcal foi rompida por processos de divisão, depois sucedidos pela unificação imposta pelo Estado. Na evolução da sociedade moderna um processo similar ocorreu dentro da formação religiosa dominante, isto é, a Igreja Católica. O protestantismo cumpriu um papel histórico negativo e progressivo, representando a oposição ao papado (sendo então o polo da liberdade contra o polo da autoridade) e desestabilizando o poder centralizado da Igreja Católica em escala internacional. Contudo, depois de destruir esse poder, criou a centralização em estados nacionais monárquico-constitucionais.²² O protestantismo dialeticamente descentralizou num primeiro momento para centralizar no seguinte; representou a liberdade contra o autoritarismo para gerar um autoritarismo próprio; fez progredir os direitos individuais e coletivos para negá-los em seguida. Um processo similar aconteceu com a Revolução Francesa. Nessa transformação, a classe sacerdotal e nobiliárquica que controlava o Estado foi alvo de uma luta desencadeada pela burguesia para conquistar o Estado. A Revolução Francesa foi o produto da ação de diferentes classes e diferentes determinações: o protesto filosófico, o protesto político e econômico. A transformação definitiva do Estado se dá com a mudança global na estrutura de classes, com a emancipação da burguesia e sua constituição como classe dominante.²³ A burguesia, depois de cumprir

21 Essa concepção é essencialmente proudhoniana e foi incorporada por Bakunin.

22 “O triunfo do protestantismo teve como consequência não somente a separação entre Igreja e Estado, mas ainda, em muitos países, até países católicos, a absorção real da Igreja no Estado, e, conseqüentemente, a formação dos Estados monárquicos absolutos, o nascimento do despotismo moderno. Tal foi o caráter que tomaram, a partir da segunda metade do século dezessete, todas as monarquias, no continente da Europa” (BAKUNIN, 2014).

23 “Ao lado desta opressão política das classes inferiores, havia outro jugo que recaía pesadamente sobre o desenvolvimento de sua prosperidade material. O Estado tinha liberado os indivíduos e as comunidades da dependência senhorial, mas não tinha emancipado o trabalho popular duplamente subjugado: no campo, pelos privilégios que ainda continuavam ligados à propriedade, assim como pelas servidões impostas aos cultivadores da terra; e nas cidades, pela organização corporativa dos ofícios: privilégios, servidões e organização que, datando da Idade Média, entravavam a emancipação definitiva da classe burguesa. A burguesia suportou este duplo

esse papel progressista na luta contra o autoritarismo, passaria a representar um polo de autoridade e estagnação histórica.

Desse modo, o Estado não surgiu nem se desenvolveu, exclusivamente, em função das forças produtivas. As classes sociais não são fenômenos meramente econômicos, mas são produzidas por causas múltiplas, inclusive pela objetivação histórica das ideias, como das ideias religiosas. A luta pela existência, como princípio geral, é transformada historicamente na dialética luta-dominação (constitutiva da dimensão material, individual e social),²⁴ sendo a luta pela existência e a luta contra as formas de opressão e exploração os elementos-chave da análise histórica e da política. Por fim, temos a dialética entre política e economia (ou política e sociedade), em que as instituições políticas têm sempre um fundamento “social” e/ou econômico e vice-versa, ou seja, uma gênese em instituições religiosas e culturais que são o ponto de partida e de negação dos processos posteriores de ruptura política, de maneira que é preciso identificar esse ponto de negação que impacta o regime político e vice-versa.

A análise da história e sociedade parte então de um método dialético, em que a negação do princípio de autoridade e afirmação do princípio de liberdade foi essencial. A dialética política entre autoridade e liberdade (entre centralização e descentralização, dominação e resistência) permite uma análise da história em que não existem regimes políticos “puros”, nem progressos absolutos, mas sim um permanente processo de luta entre autoridade e liberdade, centralização e descentralização, sendo as formas de governo o resultado de alguma transação ou equilíbrio prático determinado pela luta de classes. Dessa maneira, o método exige sempre uma descrição desses componentes: 1) da história como dialética autoridade-liberdade e da dialética entre pensamento e ação; 2) a dialética resistência-dominação em alguma de suas três formas principais dentro de cada estrutura de classes; 3) a descrição da dialética entre política e

jugo, político e econômico, com uma crescente impaciência. Ela tinha se tornado rica e inteligente, muito mais rica e muito mais inteligente que a nobreza que a governava e que a desprezava. Com a força destas duas vantagens, e apoiada pelo povo, a burguesia sentia-se chamada a tornar-se tudo, e ainda não era nada. Daí a Revolução. Esta Revolução foi preparada por esta grande literatura do século dezoito, em meio à qual o protesto filosófico, o protesto político e o protesto econômico, unindo-se numa reclamação comum, poderosa, imperiosa, enunciada ousadamente em nome do espírito humano, criaram a opinião pública revolucionária, um instrumento de destruição muito mais formidável que os chasses-pots, os fuzis de agulha e os canhões aperfeiçoados de hoje. A esta nova potência nada pôde resistir. A Revolução se fez, engolindo, ao mesmo tempo, privilégios nobiliárquicos, altares e tronos” (BAKUNIN, 2014, p. 326).

- 24 A dialética luta-dominação ou dominação-resistência é uma transformação da dialética autoridade-liberdade e da dialética centralização/descentralização.

economia/sociedade. Esse método se diferencia do racionalismo cartesiano e kantiano, do empirismo humano e do materialismo marxista porque não reconhece centros difusores e determinadores da história.²⁵ Aos primeiros se opõe em geral por não conceber a realidade como uma manifestação normativa de uma ordem contratual ou de sujeitos individuais, ou como produto de uma revelação racional ou sensível. Aproximando-se assim do paradigma marxista, se diferencia dele, pois não considera as forças de produção e a produção econômica como centros geradores da história, mas como causas relativas ao lado das causas políticas e sociais, como o Estado e a religião, de maneira que o determinismo “econômico” não é possível nesse paradigma, por uma série de motivos. O primeiro deles é a preocupação com o poder, com a centralização e a luta; o segundo, com os fundamentos sociais da política e os fundamentos políticos da economia (que também surgem no paradigma marxista, mas que são rebaixados a efeitos e não a causas). A dialética entre política e economia/sociedade (sendo o econômico um elemento destacado do “social” aplicado à análise da história)²⁶ é outra diferença em relação ao marxismo que, ao conceber o econômico como determinante em última instância, na prática, tende a reconhecer sua dominância em todas as instâncias.

Dessa maneira, essa ontologia provoca uma ruptura: não existe nem a tese do individualismo primitivo, nem do comunismo primitivo, nem do criacionismo, bases do liberalismo, do comunismo e do absolutismo-conservadorismo e, conseqüentemente, do sociocentrismo, do culturalismo e do economicismo. Sendo uma ciência que nega a centralização ontologicamente e reconhece a centralidade da luta-dominação, ela resulta na crítica da dominação e centralização. Isso permite a recuperação dos saberes de grupos dominados, sua valorização e a destruição de uma série de ideias pré-concebidas geradas pelas ontologias centralizadoras e seus respectivos métodos. Esse paradigma nos permite romper com a história centrada no Estado (como um fenômeno inevitável e necessário da história humana), pensando a relação natureza-sociedade como luta pela existência e a história como dialética. Ao fazer isso nos liberamos das teses dominantes oriundas dos paradigmas racionalista, empirista e materialista-histórico.

25 Essa perspectiva contrasta com a tendência a buscar centros difusores de cultura e civilização, como acontece com a antropologia evolucionista e depois com as teorias da modernização. No marxismo, a ideia de que o capitalismo surgiu num centro (a Inglaterra) e depois se difundiu para o mundo, representa essa forma de centralismo ontológico.

26 Esses conceitos e abordagens, apesar de ricos, não chegam a levantar de forma articulada os temas e as críticas que o paradigma anarquista levanta. Daí a necessidade de integrá-los numa teoria geral para operarem em outra dimensão e articulá-los dentro de outro paradigma.

AS REGRAS DO MÉTODO DIALÉTICO EM SOCIOLOGIA

A teoria anarquista clássica forneceu os elementos da abordagem coletivista. Fato pouco sabido ou reconhecido é que tal abordagem foi desenvolvida e aperfeiçoada por um dos maiores expoentes da sociologia do século XX, o sociólogo russo Georges Gurvitch. Gurvitch, partindo da concepção proudhoniana da dialética serial, realiza uma crítica antecipatória dos impasses dos paradigmas racionalista, empirista e materialista, e mesmo das virtuais contradições e limitações de um relativismo absoluto que se realizaria no pós-modernismo, tanto no seu livro “Dialética e Sociologia” como em uma de suas obras mais importantes, “Determinismos Sociais e Liberdade Humana”. Ele contrapõe ao determinismo absoluto a dialética pluralista, relativista e realista. A seguir, o autor define os objetivos gerais do método dialético:

A inspiração primeira da dialética autêntica é a demolição de todos os conceitos adquiridos, com vistas a impedir a sua “mumificação”; essa mumificação provém de sua incapacidade de captar as totalidades reais “em movimento”. Da mesma forma, a conceituação estática não consegue dar conta, simultaneamente, das totalidades e de suas partes. Ela não chega nunca a penetrar profundamente nas riquezas inesgotáveis do real, de que um dos setores importantes – o da realidade humana (social e histórica, em particular) – é captado, por sua vez, em um movimento dialético. (GURVITCH, 1987, p. 9)

Desse modo, Gurvitch atualiza, de forma sistemática, os pressupostos da abordagem anarquista-coletivista clássica, ou seja, a negação da ideia de absoluto e a dialética como um triplo movimento, isto é, do método ou pensamento, do real e da relação entre real e pensamento. A dialética é a negação do absoluto, do imutável. Outro aspecto é que a dialética nega a dissolução, seja da totalidade, seja da particularidade, seja da unidade, seja da multiplicidade:

Toda dialética, quer se trate do movimento real ou do todo, visa simultaneamente aos conjuntos e a seus elementos constitutivos às totalidades e a suas partes. O que a interessa é o movimento de uns e outros e, em particular, o movimento entre uns e outros. As diferentes interpretações podem insistir mais na totalidade ou nas partes, na unidade ou na multiplicidade, ou, em resumo, neste ou naquele procedimento de dialetização. Entretanto, toda dialética autêntica recusa-se a aniquilar a unidade na multiplicidade ou a multiplicidade na unidade, já que o movimento simultâneo dos conjuntos e de suas partes pressupõe estes dois aspectos. (GURVITCH, 1987, p. 28)

Nesse sentido, uma primeira e fundamental regra do método sociológico dialético é que ele opera pela totalização e destotalização. Ademais, o objeto pensado nunca é uma realidade completamente externa ao sujeito de conhecimento (ilusão hiper-realista) que o método apenas apreende, nem

uma realidade discursiva/subjetiva sem objetividade exterior (ilusão subjetivista), mas sim um movimento de objetivação/subjetivação que constitui o sujeito pensante como parte implicada na realidade pensada. Ou seja, existe um mundo real, é possível apreendê-lo, mas o sistema de pensamento nunca é uma expressão total e última da realidade. Ele é parte da realidade e precisa sempre ser explicado, como ela própria.

Essas regras são transformadas numa regra sociológica e em conceitos específicos: a sociedade e a história são materializadas sempre na pluralidade dos grupos e seu caráter real, ou seja, em grupos particulares, classes sociais e estrutura social global. Logo, a destotalização exige uma microsociologia que, necessariamente, conduz à macrosociologia, numa permanente articulação de escalas e sociologia das partes e da totalidade. Nesse sentido, o método de Gurvitch se expressa aqui em alguns procedimentos: na análise de determinações aestruturais e na análise das determinações estruturais. Uma sociologia dialética não pode nem perder a análise microsociológica dos grupos, indivíduos, etc., nem a dimensão macrosociológica da estrutura social global e das classes sociais. Esse método é assim anti-hegemônico exatamente porque ele nega a lógica do absoluto da ordem, da desordem e o impulso de ambos de negar as contradições de classes.

As determinações aestruturais são aquelas para as quais é praticamente impossível estabelecer relações estáveis ou regulares, leis de qualquer natureza. São determinações de caráter instável e variável. Nessa dimensão estão o que o autor denomina de determinações morfológico-ecológicas, simbólicas, psicológicas, dentre outras. Às determinações aestruturais deve ser adicionada a análise das determinações estruturais, ou seja, a das classes sociais, dos grupos particulares e da estrutura social global, que compreendem então uma multiplicidade de coletividades reais que se entrecruzam, se polarizam e se complementam. Nesse sentido, a descrição e compreensão da alteridade e multiplicidade de grupos particulares não deve fazer com que se perca a compreensão da dinâmica da totalidade, ou seja, do que Gurvitch denomina estrutura social global, que abrange a caracterização precisa do funcionamento da economia, da política e sua relação com o plano morfológico-ecológico:

Expliquemos o que entendemos por estrutura social – expressão de que se usa e abusa muito, neste momento, nas ciências humanas. Esta precisão nos permitirá, igualmente, esclarecer o que compreendemos falando de a estrutural na realidade social. As estruturas sociais (parciais ou globais) são equilíbrios precários entre uma multiplicidade de hierarquias no interior de um fenômeno social total de caráter macrosociológico. Com efeito, elas não surgem senão como substitutos das unidades coletivas reais que recobrem: os grupos, as classes sociais, as sociedades globais. As estruturas sociais são sempre elementos intermediários entre o fenômeno social total, ele próprio, e suas expressões nas regulamentações sociais, suas manifestações no que se chama as instituições, suas

exteriorizações nos aparelhos organizados; são intermediários entre o fenômeno social total e as significações humanas variadas que se enxertam sobre ele; são intermediários entre disposição e certos equilíbrios, da mesma forma que entre atos e obras coletivas; são, enfim, intermediários, entre a maneira de ser de uma unidade coletiva real e sua maneira se apreciar e representar. [...] Toda estrutura social é um equilíbrio precário, sem cessar a se refazer por um esforço renovado, entre uma multiplicidade de hierarquias, no âmbito de um fenômeno social total, de caráter macrosociológico, de que ela representa um substituto aproximado: entre hierarquias específicas de planos em profundidade, de manifestações da sociabilidade, de regulamentações sociais, de tempos sociais, de matizes do mental, dos modos de divisão do trabalho e da acumulação, e, dando-se o caso, de agrupamentos funcionais, de classes e suas organizações; este equilíbrio de hierarquias múltiplas é armado e cimentado, pelos modelos, sinais, símbolos, papéis sociais, valores e ideias [...]. (GURVITCH, 1968, 107-108)

Podemos dizer que Gurvitch aponta um caminho para dar mais consistência conceitual a determinadas elaborações da teoria coletivista clássica. A ideia de uma distinção entre mundo natural e mundo social aparece na necessidade de descrever as determinações estruturais (plano morfológico-ecológico, demografia, etc., pertencentes ao mundo natural ou natureza exterior) e o mundo social (a análise das classes, da estrutura social global, dos grupos particulares e do Estado). As teses sobre a propriedade, a comunidade (como política econômica), o monopólio, o Estado aparecem em sua caracterização dos diferentes tipos de estrutura social global e o diferentes sistemas cognitivos. A sociologia aqui não pode ser mais que ciência que estuda a precariedade e relatividade dos equilíbrios, reconhecendo a precariedade e relatividade das suas próprias proposições que são intermediárias entre a dialética do real e a dialética do pensamento, sem substituir ou eliminar qualquer uma delas.

Assim não estamos no terreno da identificação das coletividades exclusivamente com a consciência coletiva durkheimiana, nem com a consciência de classe (marxista, reduzida à consciência do proletariado industrial), nem com a consciência racional-universal dos diferentes tipos de liberalismo, nem da identidade particular absoluta da cultura que exclui todas as demais. Estamos no domínio da pluralidade relativista em que diferentes tipos de grupos se entrecruzam, polarizam, complementam. A unidade não exclui a multiplicidade, as partes se ligam no todo e pelo todo. Dessa forma estamos no terreno não da modernidade, nem da pós-modernidade, mas da “antimodernidade”.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, A. C.; TONIATTI, Tadeu Bernardes de Souza (Orgs.). *De baixo para cima e da periferia para o centro: textos políticos, filosóficos e de teoria sociológica de Mikhail Bakunin*. Niterói: Alternativa, 2014. (Coleção Pensamento Insurgente, v. 1)

FERREIRA, A. C. *Trabalho e ação*: o debate entre Bakunin e Marx e sua contribuição para uma sociologia crítica contemporânea. Em *Debate*, n.4, p.1-23, 2010.

_____. *Tutela e resistência indígena*: etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado brasileiro. São Paulo: Edusp, 2013.

_____. Anarquismo, pensamento e práticas insurgentes. In: FERREIRA, A. C.; TONIATTI, Tadeu Bernardes de Souza (Orgs.). *De baixo para cima e da periferia para o centro*: textos políticos, filosóficos e de teoria sociológica de Mikhail Bakunin. Niterói: Editora Alternativa, 2014a. v. 1.

_____. *Teoria do poder, da reciprocidade e a abordagem coletivista*: Proudhon e os fundamentos da ciência social no anarquismo. Rio de Janeiro: UFRJ 2014b.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2000.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 2003.

_____. *Nascimento da Biopolítica*: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes. 2008.

_____. *Nacimiento de la biopolítica*: Curso del Collège de France (1978-1979). México: Fondo de Cultura Económica 2009.

GURVITCH, G. *Determinismos sociais e liberdade humana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. *Os quadros sociais do conhecimento*. 1969.

LYOTARD, J. F. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1988.

MARX, K.; F. ENGELS. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

PROUDHON, P. J. *Sistema das contradições econômicas ou filosofia da miséria*. São Paulo: Escala, 2007. t. 2.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WHITE, L. A. *The evolution of culture*: the development of civilization to the fall of Rome. Left Coast Press, 2007.

_____. *Modern capitalist culture*. Left Coast Press, 2008.

Da criação da ordem na humanidade ou Princípios de organização política

Pierre-Joseph Proudhon

Traduzido por Tadeu Bernardes de Souza Toniatti¹

DEFINIÇÕES²

1. Chamo de ORDEM qualquer disposição seriada ou simétrica.
A ordem supõe, necessariamente, divisão, distinção, diferença. Nenhuma coisa indivisa, indistinta, não diferenciada, pode ser concebida como ordenada: estas noções se excluem reciprocamente.³
2. As ideias de *inteligência* e de *causa final* são estrangeiras à concepção de ordem. Efetivamente, a ordem pode nos aparecer como resultado não previsto das propriedades inerentes às diversas partes de um todo: a inteligência só pode, neste caso, ser delimitada como princípio de ordem. – Por outro lado, pode existir na desordem uma tendência ou um fim secreto: a finalidade não saberia melhor ser pega como caráter essencial da ordem.
Sendo assim, a consideração do universo, do ponto de vista em que o tomaram Bossuet, Fénelon, Cícero, não é um argumento da existência de Deus; assim como a desordem social, tal que nos é apresentada pela história, não é prova contra a Providência.

1 Tadeu Bernardes de Souza Toniatti é graduado em Ciências Sociais e mestrado em Estudos da Tradução, ambos pela Universidade de Brasília (UnB), e membro do NEP.

2 Trata-se de um fragmento do primeiro capítulo da obra “Da criação da ordem na humanidade ou Princípios de organização política”, cuja primeira edição é em 1843.

3 Segundo os ecléticos, a ordem é a *unidade na multiplicidade*. Esta definição é correta: entretanto, parece-me que pode ser criticada porque traduz a coisa, mas não a define. O que é que produz a unidade na multiplicidade? a série, a simetria. (Nota do autor)

3. A ordem é a condição suprema de toda persistência, de todo desenvolvimento, de toda perfeição.
4. A ordem, em suas manifestações diversas, sendo série, simetria, relação, está submetida a condições nas quais pode ser decomposta, e que são como seu princípio imediato, sua forma, sua razão, seu metro. Estas condições são o que é chamado de *leis*. – Assim, tomando o círculo como um todo ordenado, a igualdade fixa do raio gerador será a lei. Na série aritmética 3,5,7,9,11....., a lei ou razão é 2.
5. A expressão de uma lei, ou sua descrição, é uma *fórmula*.
6. Toda lei verdadeira é absoluta e não excetua nada: a ignorância ou a inépcia dos gramáticos, moralistas, juristas e outros filósofos, foi a única a imaginar o provérbio: *Nada de regra sem exceção*. A mania de impor regras à natureza, em lugar de estudar as dela, confirmou mais tarde este aforismo da ignorância. – Nas ciências matemáticas e naturais, é admitido que toda lei que não abraça a universalidade dos fatos é uma lei falsa, uma lei nula: é da mesma forma para todas as outras ciências.
7. A ordem não é algo de *real*, mas somente de *formal*: é a ideia inscrita na substância, o pensamento exprimido sob cada coleção, série, organismo, gênero e espécie, como a palavra na escrita.
8. A ordem é tudo o que o homem pode saber do universo.

Considerando a criação segundo as três categorias de substância, causa, relação, chegamos ao resultado que os seres perceptíveis para nós pelas relações que sustentamos com eles nos permanecem impenetráveis em sua substância; que as causas, inapreensíveis em seu princípio e sua origem, nos deixam entrever apenas a sucessão de seus efeitos. As relações das coisas, a ordem e a desordem, o belo e o feio, o bem e o mal, eis aí tudo o que cai sob a observação do homem tudo o que é objeto de sua ciência.

Das três faces do universo, então, apenas uma nos é inteligível: as duas outras são, da nossa parte, objeto de uma fé cega, fatal. A ontologia, enquanto ciência das substâncias e das causas, é impossível.⁴

9. Nós conhecemos dos seres apenas as suas relações: entretanto, como é necessário, para as demandas da ciência, distinguir sob cada uma de suas

4 Os animais estão abaixo da condição do homem; eles não percebem as relações entre as coisas, eles não sabem nada. O que se passa neles que tomamos por inteligência é apenas um instinto aperfeiçoado pelo hábito, uma espécie de sonho provocado pelo meio ambiente, e que não supõe nem meditação nem ciência. Como para o sonâmbulo, o pensamento nos animais não conhece a si mesmo; é orgânico e espontâneo, mas não consciente nem refletido.

faces este grande todo que nomeamos UNIVERSO, demos nomes especiais às coisas conhecidas e às desconhecidas, às visíveis e às invisíveis, àquelas que sabemos, e àquelas que acreditamos.

Assim, chamamos *substância* a matéria, seja qual for, de qualquer série, de qualquer organização; o princípio de toda inércia ou resistência. Em um relógio, por exemplo, a substância é o ferro, o cobre, numa palavra, os materiais diversos de que este relógio é composto.⁵

10. Entendemos por *causa* a força primitiva que determina uma mudança de estado, uma produção de ordem ou de desordem, numa palavra, um movimento. — Os filósofos, por extrapolação, considerando os diferentes termos de uma sequência móvel como causa uns dos outros, acreditaram poder, com a ajuda destas pretensas causas segundas, elevar-se até o conhecimento das primeiras. Mas é fácil ver quanto, tomando relações por causas, eles se iludiam. A causa que faz andar a agulha de um relógio, segundo sua maneira de ver, é uma roda que gira; a causa que faz girar a roda é uma corrente enrolada em um eixo; a causa que faz a corrente se desenrolar é um peso que a puxa; a causa que faz cair o peso é a atração; a causa da atração..... é desconhecida. Ora, todas estas causas são termos de uma sequência mecânica produzida no domínio da força, como um poliedro de cera ou de marfim é uma ordem geométrica produzida no domínio da substância. Assim como a matéria não muda com os formatos que lhe damos e os usos aos quais a empregamos; da mesma forma a força não varia, ou seja, não se classifica, segundo as séries das quais pode ser o *substratum*, o sujeito. O erro não é, pois, nomear a substância e a causa,⁶ mas somente aspirar a conhecê-las, e pretender explicá-las.
11. *Propriedade, qualidade, modo e fenômeno* são expressões correlativas de substância e de causa, e servem⁷ para designar aquilo em que uma e outra são perceptíveis, ou seja, a ordem ou a desordem que apresentam.
12. Há uma ordem, ou sistema natural dos corpos celestes, demonstrada por Newton;

5 *Essência* relaciona-se mais com a disposição e o objetivo do que com a matéria, e entende-se do conjunto das partes, e não dos elementos constituintes da coisa. A substância de um relógio pode ser a mesma do que a de um espeto giratório*: mas a essência da primeira consiste numa combinação cujo objetivo é marcar as divisões do tempo; a essência do segundo é simplesmente produzir um movimento de rotação contínuo, sem periodicidade. (*) N. do T.: antigamente, os espetos giratórios funcionavam à base de um mecanismo de relojoaria.

6 Ver mais embaixo, cap. III, parágrafo 7. (N.d.A)

7 No original, “servant” [servindo]. Supõe-se erro de digitação na palavra “servent” [servem]. (Nota do tradutor)

Um sistema das plantas, reconhecido por de Jussieu;

Um sistema de zoologia, do qual Cuvier é o principal inventor;

Um sistema de química, que Lavoisier formulou mais ou menos completamente;

Um sistema de numeração reconhecido desde a mais alta antiguidade;

Sistemas de composição molecular, de reprodução orgânica, de cosmogonia, de gramática, de arte e de literatura, ainda pouco conhecidos, mas que tendem, todos, a se descobrir dos véus que os cobrem, e a se constituir de uma maneira absoluta.

Da mesma forma, existe um sistema natural de economia social, entrevisto ou pressentido pelos legisladores, que se esforçaram para conformar a ele suas leis: sistema que a cada dia a humanidade realiza, e que me proponho a reconhecer.

13. A ordem se produz, nos seres inorganizados ou privados de razão, em virtude de forças inconsistentes, cegas, infalíveis, e segundo leis desconhecidas por eles próprios; - nos seres razoáveis, em virtude de forças que sentem a si mesmas, e que, por esta razão, estão sujeitas a desviar, e segundo leis que estes seres são chamados a conhecer.

Em outros termos, os seres brutos obedecem às suas leis sem ter a inteligência disto: a Humanidade só se organiza através do conhecimento reflexivo, e, se posso dizê-lo assim, através da elaboração que ela própria faz de suas leis.

Ora, esta inteligência de nossas leis, não a obtemos de uma maneira instantânea, e através de uma percepção maquinal; mas por um longo esforço de contemplação, de pesquisa, e de método. Daí, três grandes épocas na formação do conhecimento humano, a Religião, a Filosofia, a Ciência.

14. Chamo de RELIGIÃO a expressão instintiva, simbólica e sumária, pela qual uma sociedade nascente manifesta sua opinião sobre a ordem universal.

Em outros termos, a Religião é o conjunto das relações que o homem, no berço da civilização, imagina existir entre ele, o Universo e DEUS, o Ordenador supremo.

De um ponto de vista menos geral, a Religião é em todas as coisas o pressentimento de uma verdade.

O princípio de qualquer religião é o sentimento; seu caráter essencial, a espontaneidade; suas provas, aparições e prodígios; seu método, a fé. A demonstração analítica e a certeza racional são o oposto do espírito religioso.

Segue-se daí que a Religião é de natureza imóvel, sonhadora, intolerante, antipática à pesquisa e ao estudo, que tem horror da ciência assim como das novidades e do progresso. Pois duvidar ou filosofar, aos olhos da religião, é colocar-se voluntariamente na disposição próxima de não mais crer; raciocinar é pretender descobrir os segredos de Deus; especular é abolir em si os sentimentos de admiração e de amor, de candura e de obediência, que são o que define o crente; é taxar de insuficiência a revelação primitiva, enfraquecer as aspirações da alma em direção ao infinito, desconfiar da Providência, e substituir à humilde oração de Filemon a revolta de Prometeu.

15. Entendo por FILOSOFIA esta aspiração a conhecer, este movimento do espírito em direção da ciência, que sucede à espontaneidade religiosa, e se coloca como antítese da fé: aspiração e movimento que não são ainda nem ciência nem método, mas investigação de uma e do outro. Daí o nome de *filosofia*, amor ou desejo da ciência: daí também a sinonímia primitiva das palavras *filósofo* e *cético*, ou seja, pesquisador.

O princípio da Filosofia é a ideia de causalidade; seu caráter especial, a superstição; seu procedimento, a sofística: explicarei seu mecanismo e seu mistério.

16. A religião e a filosofia têm em comum o fato de abraçarem o universo em suas contemplações e suas pesquisas, o que lhes retira qualquer especialidade, e por isto mesmo qualquer realidade científica; que em suas elocubrações ou suas fantasias elas procedem *a priori*, descendo sem cessar, por certo artifício retórico, das causas aos efeitos, ou subindo dos efeitos às causas, e fundindo-se constantemente, uma sobre a ideia hipotética e indeterminada de Deus, de seus atributos, de seus desígnios; a outra sobre generalidades ontológicas, desprovidas de consistência e de fecundidade.

Mas a religião e a filosofia diferem na medida em que a primeira, produto da espontaneidade, obra algumas vezes de um instante, é por natureza imutável e só recebe modificação pela influência de causas estranhas: enquanto que a outra, produto da curiosidade e da reflexão, varia segundo os objetos, muda ao sabor da experiência, e sempre estendendo o círculo de suas ideias, retificando seus procedimentos e seus métodos, acaba por se esvanecer na ciência.

17. Chamo CIÊNCIA a compreensão, clara, completa, certa e arrazoada da ordem.

O caráter próprio da Ciência, ao contrário da religião e da filosofia, é ser especial, e, segundo esta especialidade, ter um método de invenção e de demonstração que exclua a dúvida e não deixe nada para a hipótese.

Relativamente à religião e à filosofia, a Ciência é a interpretação dos símbolos da primeira, a solução dos problemas colocados pela segunda. Em algumas partes de seu vasto domínio, a Ciência ainda está apenas despontando; em outras, está se elaborando; em quase todas, não nos é dado acabá-la. Mas, tal como a podemos adquirir, a Ciência basta ao exercício de nossa razão, ao cumprimento de nossa missão terrestre, às imortais esperanças de nossas almas.

Em todo lugar em que a Ciência ainda não cravou suas primeiras estacas, há religião ou filosofia, ou seja, ignorância ou decepção.⁸

18. Chamarei de METAFÍSICA a teoria universal e suprema da ordem; os métodos próprios às diversas ciências são todas aplicações especiais desta teoria. Assim, a geometria e a aritmética são duas dependências da Metafísica, que dá a cada uma delas a certeza, e as abraça em sua generalidade. O objeto da Metafísica é, 1) dar métodos para os ramos de estudos que carecem deles, e consequentemente criar a ciência ali onde a religião e a filosofia a chamam;

2) Mostrar o critério absoluto da verdade;

3) Fornecer conclusões sobre o fim comum das ciências, ou seja, sobre o enigma deste mundo, e o destino ulterior do gênero humano.

19. Entendo por Progresso a marcha ascensional do espírito em direção à Ciência, pelas três épocas consecutivas da Religião, Filosofia, e Metafísica ou método.

Em consequência disto, o Progresso não se trata da acumulação das descobertas que o tempo traz em cada especialidade, mas da constituição e da própria determinação das ciências.

A observação do Progresso, em muitos casos, é indispensável para a descoberta da Ordem: por isto faremos anteceder nossos elementos de metafísica de uma revista sumária da religião e da filosofia; por isto, mais tarde, a ciência social só andarará com a ajuda da legislação comparada e da história.⁹

8 O estatutário, entre os antigos, escrevia em suas obras a palavra *faciebat*, trabalhava, para indicar que ele não os via nunca como acabados: assim, o amigo da verdade, sempre em alerta contra o sofismo e a ilusão, pode se dizer filósofo; sábio, nunca. Mas a vaidade moderna tornou a denominação de filósofo ambiciosa, e a de sábio, modesta: os sábios de hoje só se estimam na medida em que se acreditam filósofos: o mais puro da ciência, eles o chamam de filosofia.

9 Quando, durante esta obra, me sirvo das palavras *sacerdotes*, *filósofos*, *homens do poder*, etc., não estou designando, sob estes nomes, classes de cidadãos, e não estou fazendo nenhuma categoria de pessoas. Entendo por eles personagens abstratos, que considero unicamente do ponto de vista de seu estado, dos preconceitos que lhe

COROLÁRIOS DAS DEFINIÇÕES.

1. Não podemos nem penetrar as substâncias, nem apreender as causas: o que percebemos da natureza é sempre, no fundo, lei ou relação, nada mais. Todos os nossos conhecimentos são definitivamente percepções da ordem ou da desordem, do bem ou do mal; todas as nossas ideias de representações de coisas inteligíveis, portanto, elementos de cálculo e de método. Até mesmo nossas sensações são apenas uma visão mais ou menos clara de relações, sejam elas exteriores, sejam interiores, sejam simpáticas. Ver e sentir são uma única e mesma coisa: temos uma prova percutante disto nos sonhos. De forma que, como o eu não possui realmente nada, de qualquer modo que se aproxime dos objetos através dos sentidos; como não penetra e não assimila nada, a felicidade para nós, o gozo, o mais alto contentamento, se reduzem a uma visão. Faça o homem o que fizer, sua vida é toda intelectual; o organismo e o que acontece nele são apenas o meio que torna esta visão possível.

Em nossa condição atual, a energia demasiado fraca de nossas faculdades nos permite apenas em parte suplementar pelo entendimento as sensações: mas quem sabe se, num outro sistema de existência, o pra-

são próprios, do caráter e dos hábitos que ele dá ao homem: não estou descrevendo realidades, nem processando indivíduos.

Assim, apesar de o espírito religioso ser contrário à ciência, à caridade e ao progresso, sei que há sacerdotes muito sábios, muito tolerantes, e singularmente progressivos: ousa até dizer que o clero, nem que seja para a defesa de suas doutrinas, é de todas as corporações a mais curiosa por ciência, e que a maior parte de nossos sacerdotes começam a não ser mais sacerdotes.

Igualmente, a despeito da ontologia e da sofística, que eles são encarregados de ensinar, não faltam filósofos para rir da filosofia, e sábios para além de palavras: afirmo até que hoje todo filósofo homem de bem não é nada filósofo.

Direi que os agentes do poder, apesar de seu caráter oficial de conservadores e de dinásticos estão, pelo espírito e pela tendência de suas funções, bem perto da democracia e da igualdade? Confesso, quanto a mim, que sou daqueles que, certos ou errados, não puderam se desfazer, com relação ao governo de julho, de algumas precauções ou desconfianças: reconheço de bom grado, entretanto, que muitas coisas acontecem ali num sentido completamente reformista, e que em muitos casos o governo pode se dizer mais progressivo do que seus adversários.

Enfim, para completar esta apologia, será preciso convir que há sábios de hábitos detestáveis e de um odioso caráter? Mas qual é a necessidade de lembrar o mal quando há tanto bem a se dizer? Não, não preciso me desculpar frente aos homens, já que só estou fazendo a guerra aos preconceitos. Os homens são bons, benévolos, excelentes; eles nunca me querrão mal: só temo suas máscaras e seus costumes.

Neste tempo de poderes mal definidos, de instituições falhas, de leis equívocas e de ciências falsas, eu precisava fazer esta declaração.

zer e a dor não seriam coisas puramente inteligíveis, e cuja percepção, não precisando de nenhuma excitação orgânica, dependeria apenas de um ato da vontade?

Mas descartemos a *psicologia*.

2. Concebemos um momento em que o Universo seja apenas um todo homogêneo, idêntico, indiferenciado, um *caos*, para dizer tudo: a Criação nos aparecerá sob a ideia de separação, distinção, circunscrição, diferença; a Ordem será a série, ou seja, a figura, as leis e as relações, segundo as quais cada ser criado se separará do todo indiviso. Sejam quais forem, então, a Natureza divisora e a Natureza dividida, a causa eficiente e a matéria, o agente e o paciente, não podemos negar nada, afirmar nada de um nem do outro. O espírito involuntariamente os supõe, e se lança até eles: este impulso de inteligência nos revela uma realidade substancial e uma realidade causadora, e veremos mais tarde como, sem nunca as conhecer, podemos adquirir a certeza destas duas qualidades. Mas nossa ciência não permanece menos limitada, por isso, à observação da ordem, das relações e das leis: conseqüentemente toda disputa sobre a eternidade da matéria ou sua extração do nada; sobre a eficácia da causa primeira para produzir esta extração, e o modo do ato criador; sobre a identidade ou a não-identidade da força produtora e da coisa produzida, da causa e do fenômeno, do eu e do não-eu, deve ser banida da ciência, e abandonada à religião e à filosofia.

Para nossa inteligência, numa palavra, criar é produzir ordem: neste sentido, podemos dizer que a criação não se limitou aos seis dias de Moisés, e que a obra do sétimo dia, o maior dos trabalhos do eterno Poeta, a ordem na sociedade, está-se cumprindo.

A produção da ordem: tal é o objeto da *metafísica*.

3. Colocado frente às coisas, e posto em relação com a Ordem universal ou o Mundo, primeiro o Homem se espanta e adora; pouco a pouco sua curiosidade se desperta, e ele se põe a detalhar o grande todo cujo aspecto, no primeiro momento, o subjuga, e lhe tira a reflexão e o pensamento.

Logo o sentimento de sua atividade pessoal lhe tendo feito distinguir a força da substância, e o fenômeno da causa, depois de ter adorado a Natureza, o Homem se diz que o mundo que admira é apenas um efeito; que não é esta causa inteligente que procuram o seu coração e o seu pensamento; e é então que sua alma se lança para além do visível, e mergulha nas profundidades do infinito.

A ideia de Deus, no homem, é objeto de um incansável trabalho, incessantemente retificado, incessantemente retomado. Este Ser supremo, o

homem o trata como todos os outros seres submetidos ao seu estudo: ele quer penetrá-lo tanto em sua substância quanto em sua ação, ou seja, naquilo que as próprias criaturas têm de mais impenetrável. Daí esta multidão de monstros e de ídolos que o espírito humano decorou com o nome de divindades, e que a tocha da ciência deve fazer esvanecer para sempre.

Determinar através do método universal, sobre os dados de todas as ciências, e segundo as reformas sucessivas que terá sofrido a ideia de Deus ao passar pela religião e a filosofia, o que a razão pode afirmar do Ser soberano que a consciência crê e distingue do mundo, mas que nada faz perceber, eis o que deve o que pode ser uma *teodiceia*.

4. Religião, Filosofia, Ciência; a fé, o sofismo e o método: tais são os três momentos da consciência, as três épocas da educação do gênero humano.

Consulte a história: toda sociedade começa por um período religioso; interrogue os filósofos, os sábios, aqueles que pensam e que raciocinam: todos lhe dirão que foram, numa certa época, e por mais ou menos tempo, religiosos. Viu-se nações se imobilizarem em suas crenças primitivas; quanto a estas, nenhum progresso. – Encontramos todos os dias homens teimosos em sua fé, mesmo que muito esclarecidos de resto: quanto a eles, nada de ciência política, nada de ideias morais, nada de inteligência do homem. Sentimentos, contemplações, terrores e medos: eis o seu quinhão.

Outros, depois de terem dado alguns passos, param nos primeiros lampejos filosóficos; ou então, atemorizados pela imensidão da tarefa, se desesperam de caminhar e se repousam na dúvida: é a categoria dos iluminados, dos místicos, dos sofistas, dos mentirosos e dos covardes.

Revolução Mundial: para um balanço dos impactos, da organização popular, das lutas e da teoria anarquista e sindicalista em todo o mundo¹

Lucien van der Walt

Traduzido por Vanessa Hacon²

A ampla tradição anarquista tem recebido mais atenção nos últimos anos graças ao papel proeminente dos anarquistas no movimento “antiglobalização”, ao ressurgimento de correntes sindicais expressivas que incluem os “comitês de base” (COBAS) espanhóis e italianos³, à expansão global de

-
- 1 O material aqui apresentado baseia-se em vários de meus trabalhos, dentre os quais se encontram: Lucien van der Walt 2011, “The Global History of Labour Radicalisms: The Importance of Anarchism and Revolutionary Syndicalism,” nota para discurso em “Labour Beyond State, Nation, Race: Global Labour History as a New Paradigm,” University of Kassel, Germany, 26 November; 2011, “Counterpower, Participatory Democracy, Revolutionary Defence,” *International Socialism*, 130: 193–207; *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870-1940: The Praxis of National Liberation, Internationalism, and Social Revolution* (2010/2014, Brill, with Steve Hirsch); 2014, “Reclaiming Syndicalism: From Spain to South Africa to Global Labour Today,” *Global Labour Journal* 5 (2): 239-25; 2014, “Varieties of Anarchism: Anarchist Projects and the Struggles that Define Them,” public lecture, International Dissidence Research Group: Normative Orders Cluster of Excellence, Johann Wolfgang Goethe-Universität Frankfurt am Main, 7 August; 2016, “Global Anarchism and Syndicalism: Theory, History, Resistance,” *Anarchist Studies* 24 (1): 85-106; (no prelo) “Back to the Future: Revival, Relevance and Route of an Anarchist/Syndicalist Approach to 21st Century Left, Labour and National Liberation Movements,” *Journal of Contemporary African Studies*; e (no prelo), “Anarchism, Syndicalism and Marxism,” N. Jun, (org.), *The Brill Companion to Anarchist Philosophy*, Brill.
 - 2 Vanessa Hacon é doutoranda em Ciências Sociais pelo CPDA – UFRRJ e pesquisadora do NEP.
 - 3 I. Ness, (org.), 2014, *New Forms of Worker Organisation: The Syndicalist and Autonomist*

grupos e publicações anarquistas, à visibilidade dos anarquistas e dos sindicalistas em lutas que vão do Brasil à Grécia e do Egito à Grã-Bretanha, ao crescimento dos “Black Blocs”, ao papel dos anarquistas no Occupy Wall Street⁴, ao impacto do anarquismo em outros movimentos, marcadamente no Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) em Rojava, na Síria, e à crise de outras correntes da esquerda.⁵

Ainda que a influência e a coerência contemporâneas do anarquismo e do sindicalismo⁶ não devam ser exageradas, o início do século XXI marca um retorno do anarquismo à posição de destacado veículo de revolta; os anarquistas são fundamentais nos “mais determinados e combativos movimentos” que combatem a globalização capitalista.⁷ Hoje, num momento em que o nacionalismo anti-imperialista e os programas socialdemocratas parecem ter fracassado, num mundo em que “há poucos lugares onde partidos comunistas sérios continuam a existir”, não é “difícil encontrar, em várias regiões do mundo, grupos autointitulados anarquistas (ou sindicalistas) bem vigorosos, ainda que sejam comumente pequenos (mas não sempre)”.⁸

No entanto, suas ideias e história, ainda hoje, não são bem conhecidas. Em muitos casos, a apreciação adequada das ideias e atividades deste movimento foi obscurecida pela antipatia de estudiosos e da imprensa, mas o

Restoration of Class Struggle Unionism, PM Press.

- 4 Ver: M. Bray, 2013, *Translating Anarchy: The Anarchism of Occupy Wall Street*, Zero Books/John Hunt.
- 5 C. Ross, 2015, “Power to the People: A Syrian Experiment in Democracy,” *Financial Times*, 23 October.
- 6 Alguns termos utilizados nesta tradução demandam esclarecimento prévio. Ao longo do texto, a tradução de *worker* aparece, em determinadas situações, como “trabalhador” e, em outras, como “operário,” refletindo a intenção original do autor e a polissemia do termo em língua inglesa. Mantivemos também o uso de “movimento trabalhista” (*labour movement*), mas é importante observar que “trabalhismo,” em língua inglesa, tem o sentido de uma atividade feita pelos trabalhadores e não para os trabalhadores, como é usual em português. Traduzimos *syndicalist unions* por “organizações sindicalistas.” Em português, sindicalismo tem um sentido amplo que na língua inglesa melhor corresponde ao *unionism*, enquanto *syndicalism* representa uma corrente específica do unionismo dos trabalhadores, uma corrente construída pelos anarquistas, de caráter radical e revolucionário. Para demarcar a diferença, empregamos “organizações sindicalistas” para indicar grupos integrantes da “ampla tradição anarquista.” (N. T.)
- 7 G. Meyer, 2003, “Anarchism, Marxism and the Collapse of the Soviet Union,” *Science and Society* 67(2): 218.
- 8 B. Anderson, 2014, “Preface,” S.J. Hirsch e L. van der Walt, (orgs.), *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870-1940: The Praxis of National Liberation, Internationalism and Social Revolution*, Brill, xiii.

problema apresenta-se de modo ainda mais profundo. Mesmo considerações simpáticas muitas vezes equivocam-se em relação às ideias centrais e subestimam o alcance histórico da ampla tradição anarquista.

O principal objetivo deste capítulo é promover uma compreensão mais efetiva das ideias, do papel e da história do anarquismo e do sindicalismo. Envolvendo-se criticamente numa gama de questões, ele examina esta tradição em variados termos: suas ideias centrais, sua gênese, sua composição social, sua influência, seu papel num conjunto determinado de lutas e movimentos, suas intersecções com outras correntes políticas. Ele estabelece uma crítica substancial de grande parte da literatura e apresenta um quadro alternativo, que enfatiza a coerência intelectual e o poder social desta tradição, assim como seu caráter global e seu engajamento com questões que incluem capitalismo, classe, opressão nacional/racial, gênero, imperialismo e guerra. Sustenta que ampla tradição anarquista teve um enorme impacto na história do movimento operário e camponês, bem como em da esquerda em geral, e, finalmente, sugere que uma compreensão desta tradição pode ser importante para inspirar lutas progressistas contra o neoliberalismo contemporâneo.

O movimento anarquista e sindicalista contemporâneo baseia-se, algumas vezes irregularmente, num rico campo de teoria e prática em movimentos trabalhistas, de esquerda, anti-imperialistas, pelos direitos civis, os quais remetem aos anos 1860. Esquece-se facilmente que, ainda nos anos 1950, o anarquismo e o sindicalismo constituíam movimentos de massa em muitos países, algumas vezes mais fortes que seus rivais marxistas. Benedict Anderson, num escrito recente, nos recorda que ambos foram frequentemente “o elemento dominante da esquerda radical internacionalista e autoconsciente”, assim como “o principal veículo de oposição global ao capitalismo industrial, à autocracia, ao latifundiarismo e ao imperialismo”.⁹ Eric Hobsbawm, de maneira alguma um observador simpático, notou que

[...] em 1905-1914, a esquerda marxista esteve, em muitos países, na franja do movimento revolucionário, visto que o principal contingente de marxistas identificava-se com uma socialdemocracia realmente não revolucionária; ao mesmo tempo, a maior parte da esquerda revolucionária era anarcossindicalista, ou ao menos muito mais próxima das ideias e do espírito do anarcossindicalismo do que do marxismo clássico.¹⁰

Ao rejeitar o “pressuposto frequente de que o socialismo revolucionário esgota-se no termo ‘marxismo-leninismo’”, torna-se possível redescobrir tradições alternativas, socialistas libertárias, como, por exemplo, o anarquis-

9 B. Anderson, 2006, *Under Three Flags: Anarchism and the Anti-Colonial Imagination*, Verso, 2, 54.

10 E. Hobsbawm, 1993, *Revolutionaries*, Abacus, 72–73.

mo e o sindicalismo.¹¹ Arif Dirlik sustenta que “relembrar o anarquismo que o marxismo-leninismo suprimiu” é repensar o significado e as possibilidades da tradição socialista e “recordar os ideais democráticos para os quais o anarquismo [...] serviu de repositório”.¹² Num mundo em que o nacionalismo e o preconceito racial parecem endêmicos, o internacionalismo consistente da ampla tradição anarquista é também digno de redescoberta.

Compreender o anarquismo e o sindicalismo é indispensável para entender a história moderna. Sem levar a sério o anarquismo e o sindicalismo, simplesmente não é possível apreender adequadamente a história, por exemplo, dos sindicatos e das mobilizações rurais na América Latina, das lutas camponesas e anti-imperialistas na Ásia Oriental, dos movimentos anticoloniais e antirracistas na África Austral, do movimento trabalhista e da esquerda na Europa. Por este motivo, a tradição anarquista e sindicalista deve ser compreendida nos termos de seu caráter de classe e de seu papel nas lutas sindicais, camponesas, comunitárias, de desempregados, libertação nacional, emancipação das mulheres e igualdade racial. É também essencial destacar que a ampla tradição anarquista foi um movimento internacional e que não pode ser adequadamente entendida por meio de um foco quase exclusivo no anarquismo ocidental, o que é frequente na maioria das abordagens existentes.

A história da ampla tradição anarquista é uma parte integral, ainda que muitas vezes esquecida, da história popular e socialista. Ademais, ela conta com um acúmulo fascinante de conhecimentos, que podem contribuir relevantemente aos campos da ciência social e da teoria.

INTERPRETANDO MAL O ANARQUISMO: A QUESTÃO DO ANTIESTATISMO

Tipicamente, o anarquismo é apresentado na literatura de maneira bastante enganosa. Algumas vezes, ele é definido como uma forma de individualismo extremo, de relativismo intelectual e moral ou de violência arbitrária. Esta definição não possui bases substantivas e não consegue explicar por que dezenas de milhões de pessoas razoáveis organizaram-se, por gerações, para lutar pelo anarquismo, ou por que a grande maioria dos processos organizativos e militantes anarquistas foi pacífica, envolvendo protestos, organização por local de trabalho, iniciativas no campo da educação, da teoria, das publicações e das relações sociais cooperativas e igualitárias.

Outra posição, comum na literatura acadêmica, é que o aspecto que de-

11 D. Schechter, 1994, *Radical Theories: Paths beyond Marxism and Social Democracy*, Manchester University Press, 1-2.

12 A. Dirlik, 1991, *Anarchism in the Chinese Revolution*, University of California Press, 3-4, 7-8.

fine o anarquismo e a oposição ao Estado.¹³ O principal texto que difunde esta posição é o livro de Paul Eltzbacher *Anarquismo: expoentes da filosofia anarquista*, de 1900¹⁴, cujos argumentos “foram incorporados em quase todos os estudos sobre o assunto até o presente”.¹⁵ De acordo com Eltzbacher, os anarquistas eram aqueles “que negavam o Estado para nosso futuro”.¹⁶

Entretanto, tal posição fracassa manifestamente para distinguir o anarquismo de outras ideologias. Karl Marx, Friedrich Engels, V. I. Lênin, Leon Trotsky, Joseph Stalin e Mao Tsé-Tung, todos insistiram que o Estado “desapareceria” com o fim da sociedade de classes.¹⁷ A teoria liberal reivindica a máxima redução das funções do Estado e a liberdade individual, sendo o grande mérito do livre mercado o fato de limitar o poder de Estado.¹⁸ A definição de Eltzbacher fracassa também no que tange à observação dos elementos que habitualmente estiveram associados ao anarquismo, como o anticapitalismo.

Esta definição de anarquismo coincidiu com a tendência de muitos anarquistas e sindicalistas de inventar mitos sobre sua própria história. Piotr Kropotkin (1842-1921), grande figura do movimento anarquista, não estava sozinho na construção de uma pré-história imaginária do anarquismo: uma suposta genealogia das ideias e movimentos anarquistas que remontam à antiguidade da Ásia e da Europa.¹⁹ Essas mitologias anarquistas, que ainda

-
- 13 Por exemplo: F. Engels, [1872] 1972, “Letter to C. Cuno in Milan,” N.Y. Kolpinsky, (org.), Marx, Engels, Lenin: Anarchism and Anarcho-Syndicalism, Moscow: Progress Publishers, 71; R. Kedward, 1971, *The Anarchists: The Men who Shocked an Era*, New York: Library of the Twentieth Century, 6; M. Statz, introdução do M. Statz, (org.), 1971, *The Essential Works of Anarchism*, New York: Bantam, xiii.
 - 14 P. Eltzbacher, [1900] 1960, *Anarchism: Exponents of the Anarchist Philosophy*, London: Freedom Press.
 - 15 M. Fleming, 1979, *The Anarchist Way to Socialism: Elisée Reclus and Nineteenth Century European Anarchism*, Croom Helm, 19.
 - 16 Eltzbacher, *Anarchism*, 189, 201.
 - 17 N. Bukharin, [1922] 1966, *The ABC of Communism*, University of Michigan Press/Ambassador Books, 74–75; V. I. Lenin, [1917] 1975, “The State and Revolution,” *Selected Works in Three Volumes*, Moscow: Progress Publishers, 257, 281; Mao Tse-tung, [1949] 1971, “On the People’s Democratic Dictatorship,” *Selected Readings from the Works of Mao Tse-tung*, Peking: Foreign Languages Press, 372; K. Marx e F. Engels, [1848] 1954, *The Communist Manifesto*, Henry Regnery Company, 56–57; J.V. Stalin, 1942, *Leninism: Selected Writings*, New York: International Publishers, 119–21, 267–68, 468–73.
 - 18 Por exemplo: M. Friedman, 1982, *Capitalism and Freedom*, Chicago University Press, 23–36; F.A. Von Hayek, 1944, *The Road to Serfdom*, Routledge, 14–16, 52–53, 57.
 - 19 Mais notavelmente em um célebre artigo sobre anarquismo escrito para a *Ency-*

são comuns, buscaram em listar uma série de atores e ideias que supostamente compartilhavam os interesses básicos do movimento anarquista, indo desde Lao-tzu (o fundador do Taoísmo), na China Antiga, passando pelos anabatistas do final da Idade Média europeia, e chegando até Mikhail Bakunin (1814-1876), o anarquista mais conhecido da Europa no século XIX. O objetivo evidente desta produção de mitos era legitimar o anarquismo, fornecendo-lhe uma longa linhagem, que reivindicava muitas figuras famosas e respeitadas. O estudo mais importante realizado no âmbito do movimento, isto é, os nove volumes de história do anarquismo de Max Nettlau (1865-1944), dedicou o primeiro volume para lidar com eventos ocorridos antes da década de 1860, começando pela China e Grécia antigas.²⁰

Essa tendência de projetar o anarquismo em toda a história humana possui problemas. Ela exige definições vagas do anarquismo, como a de Eltzbacher, para que sejam obscurecidas as enormes diferenças entre correntes e indivíduos apropriados nesta mitologia de uma história anarquista remota e universal. Por um lado, nenhum exame sério de Lao-tzu, dos anabatistas e de Bakunin pode sustentar que eles compartilhavam os mesmos pontos de vista e objetivos; logo não está claro por que eles deveriam ser agrupados numa mesma categoria. Por outro lado, se o anarquismo é um traço universal da sociedade, então se torna realmente muito difícil explicar por que ele surge ou situá-lo em seu contexto histórico, delinear seus limites e analisar seu caráter de classe e seu papel num período de tempo específico. A alegação da universalidade do anarquismo é um mito legitimador útil para um movimento “entrincheirado”; levar esta afirmação a sério, no entanto, contribui pouco para avançar na análise e nas atividades deste movimento.

A tentação óbvia é refugiar-se em explicações psicológicas. Peter Marshall, por exemplo, afirma que o anarquismo está radicado na natureza humana, em “uma luta eterna” baseada num “ímpeto para a liberdade,” numa “necessidade humana profundamente sentida”.²¹ O ambientalista radical e socialista libertário Murray Bookchin apoiou-se neste mesmo argumento, acrescentando um toque freudiano: o anarquismo é um “grande movimento libidinal da humanidade destinado a sacudir o aparelho repressivo criado pela sociedade hierárquica” e tem origem no “eterno impulso” dos oprimidos para a liberdade.²²

clopaedia Britannica; P. Kropotkin, [1905] 1970, “Anarchism,” R. N. Baldwin, (org.), *Kropotkin's Revolutionary Pamphlets*, Dover Publications.

20 Sobre a pesquisa de Nettlau, ver notas do editor em M. Nettlau, [1934] 1996, *A Short History of Anarchism*, London: Freedom Press.

21 P. Marshall, 1994, *Demanding the Impossible: A History of Anarchism*, London: Fontana, xiv, 3–4.

22 M. Bookchin, 1977, *The Spanish Anarchists: The Heroic Years, 1868-1936*, Harper Col-

No entanto, não há nenhuma evidência real nesta linha de argumentação, que não consegue explicar por que o anarquismo foi significativo em alguns períodos e quase inteiramente ausente em outros, ou por que ele atraiu algumas classes e não outras. Se o anarquismo é uma pulsão humana, por que seu destino variou tão dramaticamente ao longo do tempo? Apenas uma análise histórica e social pode explicar realmente os fluxos e refluxos do anarquismo, e isso exige que se recorra à ciência social e não à psicologia. A abordagem de Eltzbacher, que agrupou numa mesma categoria uma ampla gama de pensadores com pouco em comum, e a produção própria de mitos por parte dos anarquistas impossibilitam qualquer análise da tradição anarquista.

O NASCIMENTO DO ANARQUISMO E DO SINDICALISMO NA PRIMEIRA INTERNACIONAL

As posições fundamentais do anarquismo devem ser deduzidas de sua história real. Um “conhecimento geral da posição ‘anarquista’ não existiu antes da aparição de seus representantes no fim dos anos 1870”, sendo que o anarquismo “pareceu inicialmente a seus contemporâneos um novo fenômeno”.²³ O anarquismo surgiu, pela primeira vez, “como uma força política organizada”²⁴, na Primeira Internacional (Associação Internacional dos Trabalhadores, 1864-1877), um agrupamento internacional de sindicatos, cooperativas e grupos radicais, que possuíam, num momento ou noutro, seções na Europa, na Ásia central, no norte da África, na América Latina e na América do Norte. Ele teve seu cerne em Mikhail Bakunin e em seus partidários da Internacional²⁵; surgiu simultânea e transnacionalmente, sendo criado por militantes relacionados na Europa, na América Latina, no norte da África e na Ásia central, e reforçado por um “internacionalismo informal” que envolvia publicações, redes e migrações de militantes.²⁶

Discordo da posição de que a ampla tradição anarquista é uma corrente “atemporal” e mesmo a proposição de um retorno atávico ao mundo pré-capitalista. Para mim, ela foi uma resposta à ascensão do capitalismo e do Estado moderno, encontra suas origens na década de 1860 e emergiu no

ophon, 17.

23 Fleming, *The Anarchist Way to Socialism*, 16.

24 J. Joll, 1964, *The Anarchists*, Methuen and Co., 58, 82; D. Miller, 1984, *Anarchism*, J.M. Dent & Sons, 4, 45.

25 Por exemplo: G. Woodcock, 1975, *Anarchism: A History of Libertarian Ideas and Movements*, Penguin, 136, 170.

26 L. van der Walt e S.J. Hirsch, 2014, “Rethinking Anarchism and Syndicalism: The Colonial and Post-Colonial Experience, 1870-1940,” Hirsch e van der Walt, (orgs.), *Anarchism and Syndicalism*, liv.

interior e como parte integrante dos movimentos socialista e da classe trabalhadora modernos.

Se o marxismo clássico contou com Marx e Engels, o anarquismo e o sindicalismo foram formulados principalmente por duas de suas imponentes figuras: Bakunin e Kropotkin. Se examinarmos as ideias do movimento anarquista tomando em conta suas origens na Primeira Internacional, seus aspectos centrais mostrar-se-ão bastante claros.

Em vez de entender a ampla tradição anarquista como expressão de uma espécie de anseio vago, como “uma luta eterna”²⁷, quero destacar sua inovação e suas raízes relativamente recentes. Contrariamente à visão de que o anarquismo “não era um movimento político ou filosófico coerente”, e encontrava-se cheio de “contradições e inconsistências”, desprovido de um “corpo doutrinário fixo baseado em uma visão de mundo particular”, enfatizo a coerência de suas ideias.²⁸ Crucialmente, é essencial para o anarquismo e o sindicalismo a oposição ao capitalismo e ao latifundiarismo, assim como uma política classista: o Estado certamente é um alvo da crítica anarquista, mas as opiniões que sustentam que os anarquistas veem o Estado como “responsável por toda a desigualdade e injustiça” ou “como a raiz de todo o mal” distorcem seriamente a posição anarquista e expurgam-na de seu conteúdo e origem socialista.²⁹ A noção de “anarcocapitalismo”, utilizada por alguns escritores, é uma contradição em termos.³⁰

ANARQUISMO COMO UM TIPO DE SOCIALISMO

Sendo assim, “todo anarquista é um socialista, mas nem todo socialista é um anarquista”.³¹ Desde o seu surgimento, o socialismo foi dividido em duas tendências principais: o socialismo libertário, que rejeita o Estado e a hierarquia de forma geral; e o socialismo político, que defende “uma batalha política travada contra o capitalismo por meio de [...] partidos operários centralizados com o objetivo de apreender e utilizar o poder do Estado para inaugurar o socialismo”.³² O anarquismo é um exemplo da primeira corrente;

27 Marshall, *Demanding the Impossible*, xiv, 3-4.

28 Joll, *The Anarchists*, 173, 275; Marshall, *Demanding the Impossible*, 3.

29 Kedward, *The Anarchists*, 6; Statz, introdução do *The Essential Works*, xiii.

30 Ver, por exemplo, Marshall, *Demanding the Impossible*, 53-54, 422, 443, 544-45, 500-01, 559-65; T. M. Perlin, 1979, *Contemporary Anarchism*, New Brunswick, NJ: Transaction Books, 109.

31 A. Fischer, [1887] 1971, “Adolph Fischer,” A. R. Parsons, (org.), *Anarchism: Its Philosophy & Scientific Basis*, New York: Kraus Reprint, 78.

32 W. Thorpe, 1989, *The Workers Themselves: Revolutionary Syndicalism and International Labour 1913-23*, Kulwer Academic Publishers/ International Institute of Social

o marxismo clássico é um exemplo de socialismo político revolucionário, enquanto a socialdemocracia corresponde a um socialismo político pacífico e gradual.

O marxismo clássico está associado a Marx, Engels, o primeiro Karl Kautsky, Lênin, Trotsky, Stalin, Mao, Fidel Castro, Samora Machel e outros. Para este socialismo, o Estado capitalista deve ser destruído e substituído por um Estado revolucionário, durante “um período de transição política, em que o Estado não pode ser nada mais que a *ditadura revolucionária do proletariado*”, uma “organização centralizada da força, da violência”, de um “poder indiviso”.³³

A “revolução social pela qual trabalha o proletariado não pode ser realizada até que ele tenha tomado o poder político” e isso requer um “partido muito organizado”.³⁴ Este regime controlaria os meios de produção e seria dirigido por um partido revolucionário. A “ditadura revolucionária de um partido proletário” era, supostamente, uma “necessidade objetiva”, devido à “heterogeneidade da classe revolucionária”.³⁵ E “sem o partido, paralelamente ao partido, por cima do partido, ou com um substituto para o partido, a revolução proletária não poderia triunfar”.³⁶ Uma pessoa que se recusa a reconhecer que a “liderança do Partido Comunista e o poder de Estado da ditadura popular” são necessários para a transformação revolucionária “não é comunista”.³⁷

Distintamente, a socialdemocracia – ou o socialismo parlamentar, a corrente moderada do socialismo político associada a organismos como o Partido Trabalhista na Grã-Bretanha e o Partido Socialista na França – visou um “acordo gradual por meio da organização e da legislação” em vez de uma “expropriação universal, instantânea e violenta”.³⁸ Em teoria, ela busca o socialismo, mas somente por meios reformistas, centrados na utilização do Estado capitalista. Tratou de abraçar, de 1930 em diante, a teoria do capitalismo organizado de John Maynard Keynes, e esteve associada com a implementação de *welfare states* abrangentes nos países ocidentais.

History, 3.

33 K. Marx, [1875] 1922, *The Gotha Programme*, New York: Socialist Labour Party, 48; Lenin, “The State and Revolution,” 255.

34 K. Kautsky, 1909, *The Road to Power*, Chicago: Samuel Bloch, 5-6, 64.

35 L. Trotsky, 1975, *Writings of Leon Trotsky, 1936–37*, New York: Pathfinder Press, 2a edição, 513–14.

36 L. Trotsky, [1924] 1987, *The Lessons of October*, London: Bookmarks, 72.

37 Mao, [1949] 1971, “On the People’s Democratic Dictatorship,” 371.

38 E. Bernstein, [1899] 1993, *The Preconditions for Socialism*, Cambridge University Press, 158.

Por outro lado, o socialismo libertário sempre rejeitou a ideia de que uma transformação social fundamental poderia se dar com a utilização do aparelho de Estado ou de que o socialismo poderia ser constituído de cima para baixo. Sua rejeição ao capitalismo é parte de uma oposição mais ampla à hierarquia em geral e de uma compreensão mais extensa de liberdade e de desenvolvimento do indivíduo como objetivos do socialismo. O marxismo clássico, inicialmente, era um tipo de socialismo político, mas é importante notar que havia também marxistas libertários, que são parte da tradição do socialismo libertário. Estes incluíram os comunistas conselhistas como Herman Gorter (1864-1927), Anton Pannekoek (1873-1960), e Otto Rühle (1874-1943), que eram abertamente hostis ao bolchevismo de Lênin.³⁹ Mais recentemente, surgiu um marxismo “autonomista,” cuja perspectiva é, frequentemente, antiautoritária.

Acima de tudo, porém, o socialismo libertário foi representado pela ampla tradição anarquista, que conciliou a visão de que os indivíduos devem ser livres – desde que tal liberdade não comprometa a liberdade dos outros – com a crítica das desigualdades econômicas e sociais que impediam esta liberdade de ser exercida. A liberdade, argumentava Bakunin, exigia “igualdade social e econômica” e deveria ser “estabelecida no mundo pela organização espontânea do trabalho e da propriedade coletiva, levada a cabo por associações de produtores livremente organizados, e pela igualmente espontânea federação de comunas, para substituir o Estado dominador e paternalista”, “de baixo para cima”.⁴⁰ Kropotkin rejeitava o “esforço socialdemocrata de fazer as massas participarem de sua própria exploração” e argumentava que “a emancipação dos trabalhadores deve ser realizada pelos próprios trabalhadores”⁴¹, na luta tanto contra o Estado quanto contra o capital.

No anarquismo, a liberdade individual e a individualidade são extremamente importantes, e podem ser melhor desenvolvidas num contexto de democracia e igualdade. No entanto, no âmbito dos atuais sistemas capitalista e latifundiário, os indivíduos encontram-se divididos em classes baseadas na

39 Ver J. Gerber, 1989, *Anton Pannekoek and the Socialism of Workers' Self-Emancipation, 1873–1960*, Kluwer Academic Publishers; R. Gombin, 1978, *The Radical Tradition: A Study in Modern Revolutionary Thought*, Methuen; M. Shipway, 1987, “Council Communism”; M. Rubel e J. Crump, (orgs.), *Non-Market Socialism in the Nineteenth and Twentieth Centuries*, Macmillan; O. Rühle, [1939] 1981, *The Struggle against Fascism Begins with the Struggle against Bolshevism*, London: Elephant Editions.

40 M. Bakunin, [1871] 1971, “The Paris Commune and the Idea of the State,” S. Dolgoff, (org.), *Bakunin on Anarchy: Selected Works by the Activist-Founder of World Anarchism*, George Allen & Unwin, 262- 63.

41 Peter Kropotkin, [1892] 1990, *The Conquest of Bread*, London: Elephant Editions, 13, 21.

exploração e no poder. Para pôr fim a esta situação, é necessário engajar-se na luta de classes e na revolução, criando uma sociedade socialista livre baseada na propriedade comum, na autogestão, no planejamento democrático “de baixo para cima” e na produção de acordo com a necessidade e não com o lucro. Apenas uma ordem social deste gênero torna possível a liberdade individual.

Bakunin e Kropotkin insistiram que a “liberdade de todos os seres humanos” é o maior bem e o centro de uma boa sociedade.⁴² Mas a verdadeira liberdade exige a igualdade social e econômica, a qual deve remover as barreiras para o desenvolvimento individual e para a participação por um sistema de propriedade comum; exige, também, uma democracia participativa que deve estruturar-se por meio de assembleias, delegados e de uma federação global de conselhos de trabalhadores e comunais, e abarcar o planejamento econômico participativo de uma economia que vise atender às necessidades – e não à exploração, ao lucro ou à guerra.

Os anarquistas buscam, disse Bakunin, “organizar a sociedade de maneira que todo indivíduo, homem ou mulher, encontre, ao iniciar a vida, meios aproximadamente iguais para o desenvolvimento de suas diversas faculdades e para utilizá-las em seu trabalho”.⁴³ A “liberdade”, escreveu ele, é “acima de tudo, eminentemente social, porque ela só pode realizar-se em sociedade e por meio das mais estritas igualdade e da solidariedade entre os homens” e as mulheres.⁴⁴

Nessa nova ordem, não haveria capitalismo, exploração, classes, mercados ou mercadorias; não haveria Estados e nem outras organizações centralizadas e hierárquicas fundamentadas em regras forçadas e determinadas por minorias. Seria finalmente possível, para todos os indivíduos, desenvolver todo seu potencial e, por meio da cooperação com os outros, uma “verdadeira individualidade”, disse Kropotkin, a qual seria desenvolvida “por meio da prática da mais alta sociabilidade comunista”.⁴⁵

Por sua vez, o Estado, seja ele simbolizado por estrelas e listras ou por uma foice e um martelo, foi considerado, pelos anarquistas, como parte do problema. Ele concentra poder nas mãos de poucos que se encontram no

42 M. Bakunin, [1871] 1971, “God and the State,” Dolgoff, (org.), *Bakunin on Anarchy*, 236–37.

43 M. Bakunin, [1871] 1993, *The Capitalist System*, Champaign, IL: Libertarian Labor Review (sem números de página).

44 Bakunin, “God and the State,” 238.

45 P.A. Kropotkin, [1902] 1970, “Letter to Nettlau,” M.A. Miller, (org.), *Selected Writings on Anarchism and Revolution: P.A. Kropotkin*, M.I.T. Press, 296–97.

cume da hierarquia estatal e defende o sistema que beneficia uma classe dominante de capitalistas, latifundiários e gestores públicos. Ele não pode ser usado para a revolução, uma vez que ele mesmo cria elites dominantes – precisamente o sistema de classes que os anarquistas pretendem abolir. Para os anarquistas, a nova sociedade não terá classes, será igualitária, participativa e criativa, sendo todos estes elementos incompatíveis com o aparelho de Estado.

A AMPLA TRADIÇÃO ANARQUISTA, O SINDICALISMO E O IWW

Redescobrir o anarquismo também implica pensar o que o anarquismo abarcou e como ele relacionou-se com outras tradições. Um ponto central a ser destacado é que o “sindicalismo” – termo aqui utilizado para incluir tanto o anarcossindicalismo como o sindicalismo revolucionário – sempre foi um elemento absolutamente central no anarquismo. Os sindicalistas sustentavam a posição de que os sindicatos – construídos por meio de lutas cotidianas, de uma prática radicalmente democrática e de educação popular – são alavancas fundamentais da revolução e podem até mesmo servir como o núcleo de uma ordem socialista livre. Por meio de uma greve geral revolucionária, com base na ocupação dos locais de trabalho, os trabalhadores podem assumir o controle da produção e reorientá-la no sentido da necessidade humana, em vez do lucro. O sindicalismo vislumbra um associativismo radicalmente democrático que prefigure um novo mundo, que tenha por objetivo uma organização para além das fronteiras e que promova uma contracultura popular revolucionária. Ele rejeita formas burocráticas de sindicalismo, bem como a noção de que os sindicatos só devem preocupar-se com questões econômicas ou em eleger partidos políticos pró-trabalhistas.

O anarcossindicalismo e o sindicalismo revolucionário constituem uma parte muito importante da história do anarquismo. Assume-se, equivocadamente e com frequência, que este sindicalismo surgiu pela primeira vez na década de 1890 na França e que constituía uma nova doutrina, desenvolvida naquele momento e derivando em grande medida do marxismo.⁴⁶ Muitos apresentaram o sindicalismo como um movimento distinto ou mesmo hostil ao anarquismo. Nesse sentido, muitas obras apontam Georges Sorel (1847-1922) – um engenheiro francês aposentado e outrora marxista – como “o teórico do anarco-sindicalismo”, “o principal teórico do sindicalismo revolucionário” e “o maior expoente teórico do sindicalismo”.⁴⁷

46 Por exemplo: R. Darlington, 2009, “Syndicalism and the Influence of Anarchism in France, Italy and Spain,” *Anarchist Studies*, 17 (2): 46-47.

47 Joll, *The Anarchists*, 207; Schechter, *Radical Theories*, 28, 25; J. Jennings, 1991, “The CGT and the Couriau Affair: Syndicalist Responses to Female Labour in France

Isso não é verdade; o sindicalismo sempre fez parte da ampla tradição anarquista. Foi Bakunin, nas décadas de 1860 e 1870, e não Sorel, 40 anos mais tarde, o principal teórico do sindicalismo, e todas as principais ideias do sindicalismo – luta de classes, internacionalismo, prefiguração, autogestão, prática sindical revolucionária – foram centrais no programa e na prática dos anarquistas na Primeira Internacional.⁴⁸ Bakunin, o fundador do anarquismo, disse a respeito dos sindicatos: “a libertação séria e final dos trabalhadores será possível somente sob uma condição: aquela da apropriação do capital, ou seja, das matérias primas, e de todas as ferramentas de trabalho, incluindo a terra, por todo o corpo de trabalhadores”, e os sindicatos devem estar cientes de que “eles também carregam em si os germes vivos da nova ordem social, que deverá substituir o mundo burguês. Eles estão criando não apenas as ideias, mas também os fatos do próprio futuro.”⁴⁹ Os primeiros sindicatos que se ajustavam ao modelo sindicalista surgiram não durante os anos 1890, mas durante os anos 1870 e 1880: a Federação Operária da Região Espanhola (FORE, fundada em 1870, a maior seção da Primeira Internacional), o Congreso Geral de Trabajadores Mexicanos (fundado em 1876), o Sindicato Operário Central, dos Estados Unidos (CLU, fundado em 1884) e o Círculo de Trabajadores de Havana, de Cuba (fundado em 1885).

O sindicalismo, em essência, é uma *estratégia* anarquista e não um rival do anarquismo. Quando utilizo o termo sindicalismo sem prefixos ou qualificações, refiro-me a todas as variantes do sindicalismo. Ao mesmo tempo, quando utilizo o termo “ampla tradição anarquista”, refiro-me, com ele, ao anarquismo somado a todas as formas de sindicalismo. Assim, o sindicalismo é uma *variante* do anarquismo e o movimento sindicalista faz parte da ampla tradição anarquista.

Isso se aplica a todas as principais variantes do sindicalismo: o anarcosindicalismo (que se situa explicitamente na tradição anarquista), o sindicalismo revolucionário (que não explicita tão claramente sua conexão com o anarquismo, por ignorância ou negação tática), o De Leonismo (uma forma de sindicalismo revolucionário que se reivindica marxista) e o sindicalismo de base (uma forma de sindicalismo que constitui grupos de base independentes que atuam junto a sindicatos ortodoxos, mas o fazem de forma autônoma). E inclui, além disso, o *Industrial Workers of the World* (IWW ou “Wo-

before 1914,” *European History Quarterly* 21 (3): 326.

48 R. Berthier, 2015, *Social-Democracy and Anarchism: In the International Workers' Association, 1864-1877*, London: Merlin Press; I. McKay, 2012, “Another View: Syndicalism, Anarchism and Marxism,” *Anarchist Studies*, 20 (1): 89-105; Thorpe, ‘*The Workers Themselves*’, 2-22.

49 Citado em R. Rocker, [1938] 1989, *Anarcho-syndicalism*, Pluto, 77-78.

bbles”), uma corrente sindical radical surgida em 1905 nos Estados Unidos, que se espalhou pelo mundo. São falsas as noções de que a história do IWW encontra-se dissociada da história do sindicalismo e que o IWW surgiu a partir de tradições radicais endógenas norte-americanas ou do marxismo.⁵⁰ O IWW histórico era sindicalista em termos de perspectiva, tendo sido altamente influenciado pelo sindicalismo anterior e, de maneira mais geral, pela ampla tradição anarquista dos Estados Unidos; ele foi criado no contexto de um ressurgimento do sindicalismo, que ocorreu em diversas regiões a partir dos anos 1890.⁵¹

Em 1908, a IWW cindiu-se em duas grandes correntes: em primeiro lugar, o conhecido “IWW Chicago”, que foi importante nos Estados Unidos, na Austrália, no Chile e em outros países, e foi associado a figuras como William “Big Bill” Haywood (1869-1928) e opôs-se estritamente a qualquer participação em eleições governamentais; em segundo lugar, o mais modesto “IWW Detroit”, que teve influência na África do Sul, na Grã-Bretanha e outros países, e foi associado a Daniel De Leon (1852-1914) e James Connolly (1868-1916) e defendeu um uso condicional das eleições. Ambas as correntes são sindicalistas e, portanto, fazem parte da ampla tradição anarquista. O fato de alguns destes sindicalistas considerarem-se marxistas ou rejeitarem o rótulo de anarquista não invalida seu lugar na ampla tradição anarquista. Não utilizo a autoidentificação, mas as ideias como base para a inclusão na ampla tradição anarquista.

Muitos escritores estabeleceram uma suposta distinção entre “comunismo anarquista [...], talvez a doutrina anarquista mais influente”, e “outra doutrina de importância comparável, o anarco-sindicalismo.”⁵² Discordo desta distinção, visto que ela fornece uma análise enganosa da ampla tradição anarquista. Tal alegada distinção não apenas se encontrava ausente da maior parte dos escritos anarquistas até bem recentemente, como simplesmente não funciona como uma descrição das diferentes tendências da ampla tradição anarquista. Além disso, a grande maioria das pessoas descritas na lite-

50 Uma versão sofisticada desta opinião pode ser encontrada em M. Dubofsky, 1966, “The Origins of Western Working-Class Radicalism,” *Labour History* 7 (2): 131–54; M. Dubofsky, 1969, *We Shall Be All: A History of the IWW*, Chicago: Quadrangle Books, 5, 19–35, 73, 76–77. Foi também aceito por alguns anarquistas; ver, por exemplo, Rocker, *Anarcho-Syndicalism*, 136.

51 Uma excelente visão geral e crítica dessa abordagem pode ser encontrada em S. Salerno, 1989, *Red November, Black November: Culture and Community in the Industrial Workers of the World*, State University of New York Press.

52 R. Graham, prefácio ao R. Graham, (org.), 2005, *Anarchism: A Documentary History of Libertarian Ideas, Volume 1: From Anarchy to Anarchism, 300 CE to 1939*, Montréal: Black Rose, 2005, xiii.

ratura como “comunistas anarquistas” ou “anarco-comunistas” defendia o sindicalismo, incluindo Kropotkin, Alexander Berkman (1870-1936), Ricardo Flores Magón (1874-1922) e Shifu / Liu Sifu (1884-1915). Por outro lado, a maioria dos sindicalistas endossou o “comunismo anarquista” no sentido de uma sociedade socialista sem Estado baseada no princípio comunista de distribuição de acordo com a necessidade. É difícil identificar uma estratégia ou tendência “anarcocomunista” que possa ser aplicada como uma categoria útil ao anarquismo.

ANARQUISMO INSURRECIONALISTA, ANARQUISMO DE MASSAS E SINDICALISMO

Também parece claro de que há muitos debates e diferenças no interior do anarquismo e do sindicalismo, mas há um núcleo de ideias suficientemente coerentes para serem concebidas como parte de uma “ampla tradição anarquista”. Se esta tradição compartilha princípios e objetivos comuns, ela também se caracteriza por uma ampla diversidade e por profundos debates acerca das táticas, das estratégias e das características da sociedade futura.

Para lutar no presente, aprender com o passado e criar o futuro, o anarquismo reivindica o racionalismo, o pensamento crítico e a ciência, conjugando-os a uma paixão pela justiça e pela criação de um único mundo e uma comunidade humana universal, livre das desigualdades e das hierarquias sociais e econômicas. Mas para compreender tais debates e diferenças, é especialmente útil realizar um exame das distinções de estratégia.

No anarquismo, apenas a luta da classe trabalhadora e do campesinato – ou seja, das “classes populares” – pode transformar fundamentalmente a sociedade. Anarquistas e sindicalistas sempre entenderam a “classe trabalhadora” em termos bem amplos, e sempre viram o campesinato como uma força revolucionária. Para eles, a classe trabalhadora inclui todos os trabalhadores assalariados sem controle de seu próprio trabalho, sejam eles empregados da agricultura, da indústria ou dos serviços, e também trabalhadores temporários e informais, assim como suas famílias e os desempregados. O campesinato inclui todos os pequenos agricultores que estão submetidos ao controle e à exploração de outras classes, incluindo meeiros e arrendatários. Estas duas classes, as massas trabalhadoras e pobres do globo, podem ser agrupadas e chamadas de “classes populares”.

Estas classes constituem a grande maioria da humanidade e são as únicas com um interesse essencial na mudança da sociedade e com o poder de realizá-la. Sua emancipação – e, conseqüentemente, a criação de uma sociedade livre e a emancipação de todos os seres humanos – deve ser realizada por elas mesmas. As lutas contra as injustiças econômicas, sociais e políticas

do presente devem ser travadas de baixo para cima, por pessoas “comuns”, organizadas democraticamente, e realizadas de fora e contra o Estado e os partidos políticos hegemônicos.

No coração da tradição do anarquismo está a posição de que é necessário construir um movimento popular revolucionário, centrado numa contracultura revolucionária e na formação de organismos de contrapoder, a fim de lançar as bases para uma nova ordem social capaz de substituir o capitalismo, o latifundiarismo e o Estado.

Ao ressaltar a liberdade individual, e acreditando que esta liberdade só se realiza por meio da cooperação e da igualdade, o anarquismo enfatiza a necessidade de organização das classes populares em movimentos participativos e democráticos, bem como a importância da ação direta. É fundamental construir movimentos capazes de desenvolver um contrapoder para enfrentar e suplantar o poder da classe dominante e do Estado. Ao mesmo tempo, é essencial criar uma contracultura popular revolucionária, que contraponha os valores da sociedade de classes e que esteja dotada de uma nova visão baseada na democracia, na igualdade e na solidariedade, uma “nova filosofia social” baseada na possibilidade de uma nova ordem social e na capacidade das pessoas comuns a criarem.⁵³

Mas como o contrapoder e a contracultura revolucionária podem ser criados? Há uma distinção central na ampla tradição anarquista entre as duas principais abordagens estratégicas: a do “anarquismo de massas” e a do “anarquismo insurrecionalista”. O anarquismo de massas salienta que apenas movimentos de massa podem criar uma transformação revolucionária na sociedade, que tais movimentos são tipicamente construídos por meio de lutas em torno de questões imediatas e de reformas (quer em matéria de salários, brutalidade da polícia, altos preços e assim por diante), e que os anarquistas devem participar de tais movimentos para radicalizá-los e transformá-los em alavancas de mudança revolucionária. O ponto crítico é que as reformas sejam conquistadas *de baixo para cima*: essas vitórias devem diferenciar-se das reformas realizadas de cima para baixo que, por sua vez, enfraquecem os movimentos populares.⁵⁴

A abordagem insurrecionalista, ao contrário, afirma que as reformas são ilusórias, que movimentos como, por exemplo, os sindicatos são baluartes, voluntária ou involuntariamente, da ordem existente, e que as organizações formais são autoritárias. Consequentemente, o anarquismo insurrecionalista enfatiza a ação armada, a “propaganda pelo fato”, como o mais importante meio de se evocar um levante revolucionário espontâneo. O que distingue o

53 M. Bakunin, [1871] 1971, “The Programme of the Alliance,” Dolgoff, (org.), *Bakunin on Anarchy*, 249-51.

54 R. J. Holton, 1980, “Syndicalist Theories of the State,” *Sociological Review* 28 (1): 5.

anarquismo insurrecionalista do anarquismo de massas não é necessariamente a violência em si, mas o seu lugar na estratégia adotada: para o anarquismo insurrecionalista, a propaganda pelo fato, levada a cabo por anarquistas conscientes, é vista como um meio de gerar um movimento de massas; para a maioria do anarquismo de massas, a violência opera como um meio de autodefesa para um movimento de massas *já existente*.

O anarquismo insurrecionalista é *impossibilista*, pois vê nas reformas algo impossível e inútil, e, por isso, busca criar contracultura e contrapoder direta e espontaneamente, por meio da propaganda pelo fato. Em contrapartida, o anarquismo de massas é *possibilista* e acredita que não apenas é possível como também desejável obter, ou melhor, *arrancar* reformas das classes dominantes, sustentando que tais concessões redundam no fortalecimento, e não na debilidade, dos movimentos e lutas populares, além de melhorarem as condições do povo. Por meio da ação direta, por exemplo, podem-se reivindicar e conquistar mudanças progressivas nas leis, sem a necessidade de tomar parte no aparelho de Estado. Ainda assim, no anarquismo de massas, entende-se que a luta por reformas deve ter por objetivo constituir as bases para uma nova sociedade no seio da antiga, uma nova ordem social incipiente que finalmente destruiria e substituiria a antiga.

O sindicalismo é uma poderosa expressão do anarquismo de massas, sendo os sindicatos concebidos como órgãos de contrapoder e bastiões da contracultura revolucionária. Historicamente, foi, principalmente, este sindicalismo que proporcionou à tradição anarquista uma base e um apelo de massas. Contudo, nem todos os anarquistas de massas foram sindicalistas. Alguns apoiavam o sindicalismo, mas com reservas, geralmente em torno da “hipótese embrião”: a visão de que as estruturas sindicais constituem uma base adequada para uma sociedade pós-capitalista.⁵⁵ Houve outros anarquistas de massas que foram antissindicalistas, pois não acreditavam que os sindicatos pudessem fazer uma revolução. Vemos aqui duas variantes principais: aqueles que rejeitavam as lutas no local de trabalho em favor das lutas comunitárias e aqueles que favoreciam a ação no local de trabalho com certa independência dos sindicatos.

O sindicalismo é caricaturado como uma forma de unionismo economicista ou restritamente obreirista por marxistas como Lênin e Nicos Poulantzas.⁵⁶ Mas as organizações sindicalistas históricas constituíram movimentos sociais que nunca reduziram a classe trabalhadora ao conjunto dos assalariados ou as aspirações da classe trabalhadora às lutas salariais. Por isso, economicismo e obreirismo restritos são rótulos inadequados para o sindicalismo.

55 Nettleau, *A Short History of Anarchism*, 277–78.

56 Ver Holton, “Syndicalist Theories,” 5–7, 12–13, 18–19.

RELACIONANDO LUTA DE CLASSES, LIBERTAÇÃO NACIONAL, IGUALDADE RACIAL E LIBERDADE DAS MULHERES

Parece evidente que o anarquismo e o sindicalismo historicamente opuseram-se à exploração e a todas as formas de dominação, ainda que tenham sempre enfatizado a questão de classe. No entanto, conforme apontado, esta ênfase não deve ser interpretada como um obreirismo grosseiro.

Por que classes? Uma razão é que as classes oprimidas e exploradas constituem a grande maioria da humanidade: estes bilhões são, para os anarquistas e sindicalistas, os grandes sujeitos da história. A moderna classe trabalhadora cresceu enormemente, em parte, devido à industrialização e à proletarianização de grandes partes do Leste Europeu e da Rússia, da Ásia Oriental, da África Austral e América Latina. Existem atualmente mais trabalhadores industriais na Coreia do Sul do que havia em todo o mundo quando Marx e Friedrich Engels escreveram o *Manifesto Comunista* em 1848, sem contar que os trabalhadores industriais respondem apenas por uma parte da classe trabalhadora.⁵⁷ Com talvez mais de três bilhões de membros, a classe trabalhadora é hoje, sem dúvida, a maior classe que já existiu na história humana, seguida de perto pelo campesinato, que ainda predomina em grandes partes do mundo. Enormes pressões sobre o campesinato, em particular a transformação dos latifundiários em um empresariado capitalista rural, levaram a uma urbanização maciça e sem precedentes; pela primeira vez na história, a população mundial tornou-se predominantemente urbana.

Em segundo lugar, classe envolve uma forma única de opressão, visto que *somente* as classes são exploradas e dominadas. Mesmo quando não há outras formas de opressão – de nacionalidade, de raça, de gênero etc. –, os membros das classes populares são sistematicamente desempoderados, oprimidos e empobrecidos; a riqueza que é deles extraída sem pagamento, a exploração de classe, é a principal fonte de renda da classe dominante, o combustível que alimenta o capitalismo e o Estado. A opressão de classe é um dos aspectos mais importantes e irremovíveis da sociedade moderna, não apenas pelo fato de que a exploração é essencial para as classes dominantes, que dominam a sociedade por meio do capitalismo e do Estado. Isso também significa que *somente* as classes populares exploradas podem criar uma nova sociedade, visto que só as classes exploradas não precisam da exploração; e somente elas têm o poder de destruir a exploração e derrubar o sistema de classes.

Uma luta contra o capitalismo e o Estado que possua base classista é condição necessária para a abolição de todas as desigualdades e a criação de

57 C. Harman, 1999, *A People's History of the World*, London: Bookmarks, 614-15.

uma comunidade humana universal. Entretanto, ela é uma condição adequada *apenas* quando se baseia na oposição explícita e ativa a todas as formas de opressão, na oposição à hierarquia em geral e no compromisso com um comunismo de autogoverno.

A unidade e o internacionalismo classistas só são possíveis por meio desta *ativa oposição* às opressões específicas, que não podem ser reduzidas a opressões de classe, tais como as de gênero, nacionais e raciais. Estas formas de opressão estão em completo desacordo com o anarquismo. As classes populares não podem unificar-se sem lidar com essas desigualdades e devem, por exemplo, contrapor os sistemas de salários, o planejamento urbano e a brutalidade policial, todos eles racistas, e mobilizar o poder de classe para atacar esta opressão, por exemplo, com greves.

Ainda que essas formas específicas de opressão não sejam redutíveis à opressão de classe, o sistema de classes do capitalismo e do Estado tem um papel fundamental em sua criação e em sua reprodução, como, por exemplo, no caso dos cercamentos de terra e do sistema de trabalho negro barato, que continuam a caracterizar a África do Sul pós-*apartheid*. A abolição completa de todas as formas de opressão e a redistribuição radical de riqueza e poder necessária para erradicá-las – assim como seus legados, como aquele do *apartheid* na África do Sul – exige a abolição das classes, a qual é impossível sem uma revolução classista.

Não apenas a oposição ativa à opressão nacional e racial, a opressão das mulheres e a luta contra o colonialismo e o imperialismo foram historicamente centrais no projeto anarquista, com o movimento tendo tido, por exemplo, um papel fundamental nas lutas anticoloniais e anti-imperialistas.⁵⁸ Mas os anarquistas e os sindicalistas insistiram que estas lutas não deveriam terminar na criação de novos Estados ou de novas elites dominantes, visto que todos os Estados, incluindo os novos Estados-nação independentes, são instituições que servem às classes dominantes.

O que se exige é a abolição das classes, incluindo, dentre as raças e nacionalidades oprimidas, a criação de formas de autogoverno livres do Estado e uma perspectiva classista e internacionalista que estabeleça e unifique todas as lutas contra a opressão numa luta universal pela liberdade. A abordagem anarquista e sindicalista não justapõe luta de classes e luta contra outras formas de opressão, nem abandona a questão de classe, mas vê a luta contra todas as formas de opressão como parte *central* da luta de classes para transformar radicalmente a sociedade.

O poder das classes oprimidas resulta de seu número, de sua capacida-

58 Ver, por exemplo: Hirsch e van der Walt, (orgs.), *Anarchism and Syndicalism*.

de organizativa e de seu poder na produção. Uma luta classista é, por sua própria natureza, internacionalista, e oferece um fundamento para a máxima unidade dos oprimidos, independente das divisões de língua, de raça, de gênero, de nacionalidade e outras, para uma revolução socialista. Modificar a nacionalidade, a raça ou o gênero de capitalistas, juizes, políticos, oficiais de alta patente e gerais não modificará o sistema básico de exploração e opressão.

ANARQUISTAS, MARXISTAS E ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA

O anarquismo e o marxismo são “muito próximos” em vários aspectos e possuem “preocupações idênticas”; contudo, eles também possuem diferenças importantes em suas análises e premissas, as quais conduzem a “conclusões muito diferentes”.⁵⁹ Daniel Guérin (1904-1988) compreendeu lucidamente esta situação, descrevendo a relação entre anarquismo e marxismo como aquela entre “irmãos gêmeos e inimigos”⁶⁰, ou seja, como uma divisão dentro do movimento moderno e socialista da classe trabalhadora.⁶¹ Foi na Primeira Internacional que ocorreu a grande cisão entre o marxismo clássico e o anarquismo.⁶²

Bakunin, por exemplo, começou a tradução de *O Capital* para o russo nos anos 1870 e foi responsável pela primeira tradução em russo do *Manifesto Comunista* nos anos 1860.⁶³ Kropotkin desprezava Marx, mas sua compreensão acerca da exploração e das crises de superprodução era, em muitos aspectos, praticamente a mesma de Marx.⁶⁴

Apesar disso, anarquistas e sindicalistas rejeitaram a “ditadura do proletariado” marxista como um modelo de transição ao socialismo. Marx insistiu, em seu conflito com Bakunin na Primeira Internacional, que “o proletariado só pode agir como classe transformando-se num partido político” e visando a “conquista do poder de Estado” e a “ditadura do proletariado” baseada na

59 Berthier, *Social-Democracy and Anarchism*, 162-63.

60 D. Guérin, 1970, *Anarchism: From Theory to Practice*, New York: Monthly Review Press, 35.

61 D. Guérin, 1989, “Marxism and Anarchism,” D. Goodway, (org.), *For Anarchism: History, Theory, and Practice*, Routledge, 119.

62 Joll, *The Anarchists*, 84.

63 K. Marx e F. Engels, [1882] 1989, “Preface to the Second Russian edition of the *Manifesto of the Communist Party*,” *Marx-Engels Collected Works*, volume 24, Moscow: Progress Publishers, 425.

64 Por exemplo: Kropotkin, *The Conquest of Bread*, 56, 58, 139, 168.

“centralização” e na “força”.⁶⁵ Com Engels, ele enfatizou que este Estado nacionalizaria a economia e o trabalho.⁶⁶ Esta concepção básica funcionou como um guia para todo o marxismo clássico e foi central em todo Estado revolucionário marxista.

Bakunin e Kropotkin insistiram que os Estados não poderiam desfazer as relações sociais de classe. Eles necessariamente concentrariam poder nas mãos de poucos, defenderiam sistemas classistas e exigiriam a exploração. Um Estado revolucionário, no máximo, criaria uma nova classe dominante minoritária: “toda dominação do Estado, todos os governos estando, por sua própria natureza, fora do povo, deve necessariamente buscar submetê-lo a costumes e propósitos completamente estranhos a ele”.⁶⁷ Se todo o proletariado fosse realmente alçado para “o topo do governo”, argumentou Bakunin, “não haveria mais governo, não haveria Estado”.⁶⁸

A rejeição, por parte do movimento anarquista e sindicalista, da “ditadura do proletariado” marxista nunca se baseou na rejeição da necessidade de defesa da revolução com base no uso da força. Esta rejeição surgiu da noção de que a “ditadura do proletariado” do marxismo clássico seria, simplesmente, uma “ditadura sobre o proletariado”. Ao envolver as corporações e o latifundiário, fundidos ao Estado, numa única unidade, por meio da nacionalização e da planificação centralizada, ela iria “apenas perpetuar aquilo que supostamente deveria destruir”⁶⁹, criando um “capitalismo de Estado centralizado”.⁷⁰ Assim, para Kropotkin, era essencial “atacar o poder central, despojá-lo de suas prerrogativas, descentralizar e dissolver a autoridade [...], ou seja, promover uma revolução verdadeiramente popular”.⁷¹

A experiência dos Estados revolucionários marxistas do século XX, deve-se dizer, corroborou tragicamente as previsões anarquistas e sindicalistas. Na prática, independente das intenções ou dos objetivos emancipató-

65 H. Gerth (org.), 1958, *The First International: Minutes of the Hague Conference of 1872*, University of Wisconsin, 216-17, 285-86.

66 Marx and Engels, [1848] 1954, *The Communist Manifesto*, 40, 55-56.

67 M. Bakunin, [n.d.] 1990, “Appendix,” K.J. Kenafick, (org.), *Marxism, Freedom and the State*, London: Freedom Press, 63.

68 Bakunin, [1873] 1971, “Statism and Anarchy,” Dolgoff, (org.), *Bakunin on Anarchy*, 330.

69 Bakunin, [1870] 1971, “Letters to a Frenchman on the Current Crisis,” Dolgoff, (org.), *Bakunin on Anarchy*, 193-94.

70 P.A. Kropotkin, [1912] 1970, “Modern Science and Anarchism,” Baldwin, (org.), *Kropotkin's Revolutionary Pamphlets*, 170, 186.

71 P.A. Kropotkin, [1885] 1992, “Representative Government,” G. Woodcock, (org.), *Words of a Rebel: Peter Kropotkin*, Montréal: Black Rose, 143.

rios do marxismo clássico, essas políticas proporcionaram a *rationale* básica para as ditaduras de partido único do antigo bloco soviético. A posição de que o “socialismo de Marx era simultaneamente antiestatista e contrário ao mercado”⁷² é relativamente enganadora. Há muitas tensões e ambiguidades no pensamento de Marx, mas o elemento predominante, que constitui o registro histórico do marxismo na prática, tem se mostrado extremamente autoritário e estatista; de longe, a corrente mais ampla do marxismo histórico foi o marxismo clássico.

A criação do sistema de *gulag* na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que colocou dezenas de milhões de pessoas em campos de concentração com base no trabalho forçado, por exemplo, era parte integrante do sistema soviético, mas provavelmente não estava nos planos de Marx.⁷³ As duras circunstâncias nas quais se deram a Revolução Russa e a criação da URSS, obviamente, também deixaram nisso uma profunda marca. Nesse sentido, as características da URSS e dos regimes marxistas posteriores não podem ser simplesmente reduzidas à política marxista.

No entanto, isso não exige o marxismo clássico de uma boa dose de responsabilidade pela opressão e pelas desigualdades do antigo bloco soviético. A ideologia marxista exerceu uma influência fundamental sobre estes regimes e a ênfase profunda que Marx e seus sucessores deram à necessidade de um Estado altamente centralizado – dirigido por um partido comunista, responsável pelo controle do trabalho e de outras forças de produção e reivindicando ser o único repositório da verdade “científica” – foi absolutamente determinante na evolução que o marxismo do século XX teve chegando a uma ideologia que sustentaria sucessivas ditaduras. Marx e o marxismo não podem ser isentados deste fato sob a alegação de que o caráter consistentemente repressivo do marxismo no poder deveu-se à força das circunstâncias ou a uma interpretação inadequada dos textos de Marx por parte de “sucessores mais ou menos infelizes”.⁷⁴

A história do marxismo em um terço do mundo, outrora governado por regimes marxistas, constitui uma parte, a parte mais importante, da história do marxismo, e há um vínculo direto entre a estratégia de Marx de uma ditadura centralizada encabeçada por um partido de vanguarda como agente da revolução e as ditaduras de partido único estabelecidas na Rússia, na China e em outros países. Mesmo Trotsky, quando era oficial, insistiu no

72 Como alegado por D. McNally, 1993, *Against the Market: Political Economy, Market Socialism, and the Marxist Critique*, Verso, 3.

73 Ver G. M. Ivanova, 2000, *Labor Camp Socialism: The Gulag in the Soviet Totalitarian System*, New York: M. E. Sharpe.

74 Guérin, “Marxism and Anarchism,” 109, 125.

“socialismo” autoritário, com relações militarizadas de trabalho (sendo os “desertores” colocados em “campos de concentração”), salários desiguais, uma forte burocracia e banimento dos partidos rivais.⁷⁵ No exílio, ele defendeu os regimes de partido único e insistiu que eles eram “transicionais” ao socialismo, sendo marcados por grandes “conquistas sociais” e relações sociais revolucionárias.⁷⁶ O movimento comunista marxista fracassou em sua tentativa de emancipar a humanidade e levou o socialismo ao descrédito para centenas de milhões de pessoas; sua ascensão e sua queda são fundamentais para os problemas atuais enfrentados pela esquerda.

Como organização centralizada que controla o território, o Estado, invariável e deliberadamente, centraliza o poder nas mãos das classes dominantes: sua lógica hierárquica, divisora e elitista, assim como os interesses de classe que ele promove, são completamente incompatíveis com o projeto anarquista de democracia radical, propriedade comum e abolição da exploração e do governo de classe. Isso significa, ainda, que uma sociedade anarquista não pode emergir sem uma revolução social, que seja feita de baixo para cima e pelas classes populares – tanto contra o Estado quanto contra o capital, e fundamentando-se no mais firme internacionalismo e numa luta global, visto que, como argumentou Bakunin, “a questão da revolução [...] só pode ser resolvida com base na internacionalidade”.⁷⁷

CONTRA OS MERCADOS E A SUPOSTA NECESSIDADE DE UM ESTÁGIO CAPITALISTA DA HISTÓRIA

Os anarquistas concordaram com a insistência liberal nos direitos humanos inalienáveis e com sua suspeição do Estado⁷⁸, mas rejeitaram completamente sua fé nos livres mercados: segundo os anarquistas, estes mercados promovem a competição, a desigualdade, a privatização e a exclusão.

O capitalismo, sob qualquer forma, não se caracteriza pela competição e pela inovação, mas pelo oligopólio, pelo consumo elitizado e pelo desperdício; em vez de ser eficiente, insistia Kropotkin, ele sistematicamente subproduz bens essenciais e desperdiça vidas humanas.⁷⁹ Assim, não há qualquer

75 I. Deutscher, 1954, *The Prophet Armed: Trotsky, 1879-1921*, Oxford University Press, 498-503, 508-09.

76 L. Trotsky, [1937] 1983 *The Revolution Betrayed: What is the Soviet Union and Where is it Going?* Pathfinder Press, 47, 254-55.

77 M. Bakunin, [1869] 1985, “Geneva’s Double Strike,” R.M. Cutler, (org.), *Mikhail Bakunin: From out of the Dustbin: Bakunin’s Basic Writings, 1869-1871*, Ardis, 14.

78 Ver, por exemplo: Rocker, *Anarcho-Syndicalism*, 21-24.

79 J. Bekken, 2009, “Peter Kropotkin’s Anarchist Economics for a New Society,” F. Lee e J. Bekken (orgs.), *Radical Economics and Labour: Essays in Honour of the IWW*

sentido em ver o capitalismo como um estágio necessário do desenvolvimento histórico e, menos ainda, em insistir, como fizeram muitos marxistas, que ele possui condições de estabelecer as fundações de um futuro socialista. Ademais, as teorias do livre mercado, hoje expressadas no neoliberalismo, oferecem uma liberdade oca. Elas justificam o “direito ilimitado de explorar o proletariado”⁸⁰ e o “individualismo burguês misantrópico”.⁸¹

Os anarquistas não viram a liberdade individual em termos de competição, mas de algo que expressa e depende de uma apropriação das obrigações comuns por meio da cooperação, das decisões democráticas e da igualdade econômica e social. Para eles, a liberdade não deveria ser encontrada fora da sociedade, na competição com outros indivíduos ou no capitalismo e no Estado, mas numa revolução social, que instituisse a propriedade comum, a democracia descentralizada e participativa, e que acabasse com a pobreza e outros males sociais. Bakunin insistiu que a sociedade “longe de diminuir [...] a liberdade, ao contrário, cria a liberdade individual de todos os seres humanos”, visto que “a sociedade é a raiz, a árvore, e a liberdade é seu fruto”.⁸²

A sociedade anarquista promoveria a liberdade em relação às fontes externas de opressão, mas também a liberdade positiva e substantiva, por meio da distribuição igualitária e democrática do poder e dos produtos do trabalho. Visto que o anarquismo opõe-se à desigualdade econômica e social, a qual destrói significativamente a liberdade individual, ele rejeita o capitalismo, o Estado e as classes dominantes. Pelo mesmo motivo, ele rejeita as opressões de gênero, raciais, nacionais e outras.

Uma grande realização do projeto anarquista foi conciliar a preocupação liberal com a liberdade individual e a preocupação socialista com a igualdade socioeconômica, numa ordem social profundamente democrática chamada de socialismo libertário, “comunismo anarquista” ou socialismo sem Estado. A nova sociedade conscientemente erradicaria a pobreza e acabaria com as hierarquias de classe, de raça, nacionais e de gênero; promoveria uma visão de mundo racionalista, a inovação tecnológica e criaria, finalmente, uma comunidade humana universal.

Tal como os marxistas, os anarquistas e os sindicalistas defendem a necessidade de uma revolução classista, mas possuem uma concepção alternativa de seu caráter e de suas tarefas. Para os últimos, esta revolução tem como projeto um socialismo plural, autogerido e radicalmente democrático, em

Centennial, Routledge.

80 Bakunin, “Letters to a Frenchman,” 216–217; Kropotkin, “Modern Science and Anarchism,” 182–83.

81 Kropotkin, “Letter to Nettlau,” 296–97.

82 Bakunin, [1871] 1971, “God and the State,” 236–37.

que as classes populares estejam realmente no controle, sem a usurpação de seu poder por parte de qualquer regime autodeclarado revolucionário.

Esses ideais e práticas anarquistas e sindicalistas foram conscientemente projetados para evitar o destino que se abateu sobre o marxismo clássico. Ao enfatizar valores antiautoritários, promover a democracia e valorizar a auto-gestão, a ampla tradição anarquista procurou impedir que novas elites dominantes emergissem do seio das lutas populares. Bakunin e Kropotkin advertiram que a estratégia do marxismo clássico poderia, independentemente de suas boas intenções, culminar na perpetuação da desigualdade econômica e social e da opressão. O Estado, insistiu Kropotkin, “tendo sido a força à qual as minorias recorreram para estabelecer e organizar o seu poder sobre as massas, não pode ser a força que servirá para destruir esses privilégios.”⁸³

LEVANDO A SÉRIO A HISTÓRIA GLOBAL DO ANARQUISMO E DO SINDICALISMO

A noção bastante sustentada de que o anarquismo e o sindicalismo “tornaram-se um movimento de massas na Espanha a um ponto jamais observado em qualquer outro lugar”⁸⁴ – ou seja, a noção da “excepcionalidade espanhola” – é falsa. Historicamente, o anarquismo e o sindicalismo tiveram um papel fundamental nas lutas populares. Anarquistas insurrecionalistas foram algumas vezes importantes, ainda que sempre tenham constituído uma pequena minoria num movimento que encontrou seus grandes sucessos no anarquismo de massas. Os insurrecionalistas concederam ao anarquismo sua fama pela violência, com ações armadas que ocorreram entre os anos 1890 e 1920. Mas sua campanha esporádica foi bem modesta: entre 1880 e 1914, os anarquistas foram responsabilizados por, aproximadamente, 160 mortes e 500 feridos.⁸⁵ Na ampla tradição anarquista, os movimentos de massas desenvolveram-se em muitos países e o movimento espanhol não foi, de modo algum, o maior deles.

UM MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO DE TRABALHADORES

Os anarquistas conformavam, de longe, a maioria da Primeira Internacional quando ocorreu a cisão de 1872 entre marxistas e anarquistas: não havia sequer “uma federação nacional agrupada para apoio” da seção marxista,

83 Kropotkin, “Modern Science and Anarchism,” 170.

84 Joll, *The Anarchists*, 224.

85 R.B. Jensen, 2009, “The International Campaign Against Anarchist Terrorism, 1880–1930s,” *Terrorism and Political Violence*, 21 (1): 90.

que logo entrou em “completa decadência”.⁸⁶ O setor liderado pelos anarquistas durou até 1877 e, em sua existência, agregou mais seções europeias, assim como outras da África (Egito), da Ásia Central (Turquia) e da América Latina (Argentina, Bolívia, México e Uruguai).

As associações sindicais espanholas do século XX, que representavam metade dos trabalhadores organizados daquele país, quando comparadas ao tamanho da classe trabalhadora e do movimento trabalhista organizado, foram *menores* do que os movimentos na Argentina, no Brasil, no Chile, em Cuba, na França, no México, no Peru, em Portugal e no Uruguai, onde a ampla tradição anarquista dominou quase todo o movimento trabalhista. Além disso, houve poderosas minorias sindicalistas em países como África do Sul, Alemanha, Austrália, Bolívia, Bulgária, China, Egito, El Salvador, Equador, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Guatemala, Irlanda, Itália, Japão, Moçambique, Nova Zelândia, Paraguai e Polónia.

JORNAIS, ESCOLAS E MILÍCIAS POPULARES

Os sindicatos foram centrais para o movimento anarquista, mas outras instituições centrais devem também ser destacadas: os jornais, as escolas e milícias populares.

Surgiram jornais anarquistas diários, a partir dos anos 1880, na Argentina, nos Estados Unidos, na Itália e em outros países; eles faziam parte de uma vasta imprensa independente. Milhares de escolas e livrarias populares funcionaram em todo o mundo, dentre as quais se encontram: uma densa rede de centros comunitários e escolas na Espanha, as “centenas de reuniões educacionais e fóruns abertos realizados aos domingos” pelo IWW nos Estados Unidos⁸⁷, a Universidade Popular Livre em Alexandria, no Egito, administrada por anarquistas e nacionalistas⁸⁸, o Instituto de Formação do Movimento Trabalhista e a Universidade Trabalhista Nacional na China⁸⁹, as escolas anarquistas no México⁹⁰ e em Cuba⁹¹, as “escolas livres, as universidades populares, os grupos de teatro social” e um trabalho “educacional

86 G.M. Stekloff, 1928, *History of the First International*, Martin Lawrence, 266, 271.

87 P.S. Foner, 1965, *The Industrial Workers of the World, 1905-17*, New York: International Publishers, 146-151.

88 A. Gorman, 2005, “Anarchists in Education: The Free Popular University in Egypt (1901),” *Middle Eastern Studies* 41(3): 306-07, 311-12.

89 Dirlik, *Anarchism in the Chinese Revolution*, 262-269, 290.

90 Ver J. Hart, 1978, *Anarchism and the Mexican Working Class, 1860-1931*, Texas University Press, 32-42, 113-15

91 J. Casanovas, 1994, “Labour and Colonialism in Cuba in the Second Half of the Nineteenth-Century,” PhD diss., State University of New York, 303-05.

intenso” do movimento brasileiro⁹², e “as creches, os cursos literários, os numerosos eventos culturais” da Federação Operária Feminina, organização sindicalista da Bolívia.⁹³ Muitas décadas antes de Antonio Gramsci, os anarquistas e os sindicalistas lutaram para criar um contrapúblico de oposição.

Poucos sindicalistas tiveram esperança numa revolução sem qualquer derramamento de sangue e a maioria dos anarquistas reconheceu que uma revolução exige uma defesa militar efetiva. Bakunin, por exemplo, queria que o “exército, [...] o sistema judiciário, [...] a polícia” fossem substituídos pelas “barricadas permanentes”, coordenadas por delegados, “sempre com mandatos rotativos”, e promovendo a “ampliação da força revolucionária” a todos os “países rebeldes”.⁹⁴

Milícias e forças irregulares anarquistas e sindicalistas (assim como milícias e forças irregulares conduzidas por anarquistas e sindicalistas ou por eles coorganizadas) tornaram-se evidentes desde os anos 1870. Alguns exemplos incluem as unidades de defesa de trabalhadores e sindicais: nos Estados Unidos (nos anos 1870), na Irlanda (1913-1916), no México (1915-1916), na Argentina (1919), na Itália (1920), na Alemanha (1929-1933), na Polónia (1940-1944); as Guardas Negras na Rússia revolucionária e o Exército Insurgente Revolucionário na Ucrânia a partir de 1918; as milícias camponesas no México (1867-1869, 1878, 1879-1881, 1911, 1915-1916), na Coreia (muitas, desde 1919 até os anos 1940), na China (a partir de 1926); e as milícias anarquistas criadas na Espanha em 1936, baseadas dos antigos “comitês de defesa”.⁹⁵

A visão de que a insurreição era algo que “os sindicatos nunca pareciam organizar” também não pode ser associada à história do sindicalismo.⁹⁶ As organizações sindicalistas estiveram envolvidas em greves gerais que assumiram um caráter insurrecional no México, em 1916; na Espanha, em 1917, 1919 e 1936; no Brasil e em Portugal, em 1918; na Argentina, em 1919; e na Itália, em 1920.

Anarquistas e sindicalistas estiveram ativos em outros levantes, por exemplo: na França (1870), na Espanha (1873, 1909, 1932-33), na Itália

92 E. Rodrigues, R. Ramos e A. Samis, [1999] 2003, *Against all Tyranny! Essays on Anarchism in Brazil*, Kate Sharpley Library, 4.

93 M. Stephenson, 1999, *Gender and Modernity in Andean Bolivia*, University of Texas Press, 12.

94 M. Bakunin, [1869] 1971, “The Policy of the International,” Dolgoff, (org.), *Bakunin on Anarchy*, 152-54.

95 A. Guillamón, 2014, *Ready for Revolution: The CNT Defense Committees in Barcelona, 1933-1938*, AK Press.

96 J. Krikler, 2005, *Rand Revolt: The 1922 Insurrection and Racial Killings in South Africa*, Cape Town: Jonathan Ball, 153.

(1877-1878, 1914), no Egito (1882)⁹⁷, (no México (1867, 1878, 1911), na Macedônia/Trácia (1903), no Brasil (1918), na Argentina (1922) e na Bulgária (1923). Em alguns destes levantes – como nos casos da Macedônia em 1903, do México em 1911 e da Espanha em 1932 – elementos do programa construtivo anarquista de coletivização e democratização foram parcialmente implementados. Tais revoltas anteciparam as três grandes revoluções anarquistas, tendo as duas primeiras surgido de revoltas anticoloniais: Ucrânia (1917-1921), Coreia/Manchúria (1929-1931) e Espanha (1936-1939).

CONTINUIDADE REVOLUCIONÁRIA AO LONGO DO SÉCULO XX

Em vez de ter declinado severamente a partir de 1914 (ou 1917), como foi afirmado por alguns, a ampla tradição anarquista cresceu rapidamente depois disso: a maioria das organizações sindicalistas tiveram seu auge nos anos 1920 e muitos movimentos tornaram-se cada vez mais fortes durante os anos 1930; uma internacional sindicalista iniciou-se em 1922, uma Liga Anarquista Oriental de massas foi fundada em 1927, abarcando o leste e o sul asiático, seguida, dois anos depois, pela Associação Continental Americana de Trabalhadores, na América Latina.

O movimento certamente recuou a partir dos anos 1940, mas continuou a ser relevante em muitos outros contextos, que incluíram a Bulgária e a Itália posteriores à guerra; as ações clandestinas soviéticas e espanholas; a luta cubana dos anos 1950; os sindicatos argentinos, brasileiros, bolivianos, chilenos e cubanos nos anos 1960; o movimento de trabalhadores e estudantes uruguaios nos anos 1970; além disso, o anarquista Chu Cha-peí promoveu uma guerrilha no sul de Yunnan, na China, contra o regime maoísta.⁹⁸ As revoltas globais de 1968 estimularam uma retomada do interesse nas ideias anarquistas e sindicalistas em muitos países (e no socialismo libertário de maneira mais ampla), ao passo que o colapso da ditadura espanhola em 1975 ajudou a inspirar uma nova geração de militância sindicalista.

GUERRA, QUESTÕES DE GÊNERO E ANTI-IMPERIALISMO

Embora a ampla tradição anarquista tenha historicamente estado vinculada à questão de classe, ela também se engajou em outras questões, relacionadas às opressões sociais que não necessariamente se reduzem àquela de classe. Conformando um movimento internacional e internacionalista,

97 Anarquistas Italianos se juntou, por um tempo, a revolta de Urabi Pasha: A. Gorman, 2014, “Diverse in Race, Religion and Nationality ... but United in Aspirations of Civil Progress”: The Anarchist Movement in Egypt 1860–1940, Hirsch e van der Walt, (orgs.), *Anarchism and Syndicalism*, 28-29.

98 P. Avrich, 1988, *Anarchist Portraits*, Princeton University Press, 214 *et seq.*

esta tradição, rejeitando o nacionalismo e o Estado, e opondo-se consistentemente à opressão nacional e ao preconceito racial, esteve na vanguarda das tentativas de organizar as classes populares superando as barreiras de nacionalidade e raça.

Ela desenvolveu-se como um grande movimento que teve respaldo de quase todas as nacionalidades e raças do mundo, e de organizações do mundo todo; desempenhou um papel fundamental: nas lutas pela igualdade de direitos e contra a segregação (por exemplo, em Cuba, no Japão, no México, nos Estados Unidos e na África do Sul); nos países coloniais e pós-coloniais, em lutas contra o imperialismo e a opressão nacional (por exemplo, na África do Sul, na Argélia, na Bulgária, na China, na Coreia, em Cuba, no Egito, na Geórgia, na Irlanda, na República Checa, na Macedônia, no México, na Nicarágua, em Porto Rico, Polônia, em Taiwan e na Ucrânia)⁹⁹; na oposição ao militarismo e à guerra entre povos e Estados.

Anarquistas e sindicalistas anti-imperialistas como Hristo Botev (1848-1876, Bulgária), Ricardo Flores Magón (México), Har Dayal (1884-1939, Índia), Shin Chae'Ho (1880-1936, Coreia) e Kim Jwa-Jin (1889-1930, Coreia), Nestor Makhno (1888-1934, Ucrânia) e James Connolly (Irlanda) têm sido, todos eles, oficialmente homenageados em seus respectivos países.

Ademais, o antimilitarismo foi uma característica central na história da ampla tradição anarquista e incluiu revoltas massivas no âmbito de nações poderosas contra a agressão imperialista, como, por exemplo, nos casos: da ocupação japonesa da Coreia, da Manchúria e da China; das guerras coloniais da Espanha contra Cuba, Marrocos e Filipinas; dos ataques italianos à Abissínia, Líbia e Albânia. Em 1914, a Internacional Socialista (Segunda Internacional) entrou em colapso com a deflagração da Primeira Guerra Mundial, com todos os principais partidos apoiando os esforços de guerra de seus respectivos Estados.¹⁰⁰ Contrariamente à visão de que Lênin e poucos outros marxistas, sozinhos, promoveram a oposição à guerra, considero que a oposição radical a ela restringiu-se, em grande medida, aos anarquistas e sindicalistas.

99 Ver, por exemplo: Balkanski, 1982, *Liberation Nationale et Revolution Sociale: A L'exemple de la Revolution Macedonienne*, Paris, Volonte Anarchiste; I. Birchall (ed), 2012, *European Revolutionaries and Algerian Independence 1954-1962*, London: Merlin Press; Hirsch e van der Walt, (orgs.), *Anarchism and Syndicalism*; A. Paz, 2000, *La Cuestión de Marruecos y la República Española*, Fundación Anselmo Lorenzo.

100 A Internacional Socialista (Segunda Internacional), fundada em 1889, foi dominada pelo marxismo clássico e pela socialdemocracia; seu principal membro era o grande bastião marxista da época, o Partido Social Democrata [PSD] da Alemanha, que Marx e Engels ajudaram a fundar em 1875.

A questão de gênero foi outra preocupação importante. A tendência de muitos autores em rotular mulheres anarquistas e sindicalistas como “anarquistas feministas” ou “anarcofeministas” é questionável. Não há dúvida que as mulheres desempenharam um papel crucial na promoção das análises feministas no anarquismo, mas penso ser problemático assumir que as mulheres militantes eram necessariamente feministas ou que elas deveriam ser definidas especialmente em função do feminismo.

Os elementos feministas do anarquismo e do sindicalismo não eram domínio exclusivo das mulheres, nem tampouco as atividades das mulheres na ampla tradição anarquista devem ser reduzidas à defesa do feminismo. Esta tradição, em seu conjunto, defendeu a igualdade de gênero, rejeitou o modelo da família patriarcal e buscou meios de articular as preocupações feministas com um projeto mais amplo, classista e revolucionário. Anarquistas e sindicalistas discordaram entre si acerca das implicações relativas à emancipação das mulheres e certamente houve muitos anarquistas e sindicalistas cujas posições e vidas contradisseram a igualdade de gênero. O ponto mais importante é que esta igualdade constitui um princípio da ampla tradição anarquista.

Mulheres anarquistas e sindicalistas como Choi Seon-Myoung, Luisa Capetillo (1880-1922), Voltairine de Cleyre (1866-1912), Elizabeth Gurley Flynn (1890-1964), Emma Goldman (1869-1940), He Zhen (1884-1920), Petronila Infantes (1920-?), Lucy Parsons (1853-1942) e Itō Noe (1895-1923) não devem ser reduzidas a militantes de gênero. Elas desempenharam uma grande variedade de funções no movimento, como escritoras, sindicalistas, líderes de greves, organizadoras comunitárias e milicianas, e viam-se como parte de um movimento mais amplo das classes populares que superava as fronteiras de gênero. Tal como seus companheiros do sexo masculino, elas argumentavam que o sistema de classes e outras formas de opressão estavam integralmente relacionados, e que apenas um movimento popular universal e unificador contra toda forma de dominação e exploração poderia dar origem uma nova ordem social.

DUALISMO ORGANIZACIONAL

Um dos grandes debates entre anarquistas e sindicalistas é se eles precisam de grupos políticos dedicados à promoção das ideias da ampla tradição anarquista e, em caso afirmativo, que forma estes grupos devem tomar.

Quando os editores do jornal anarquista *Dielo Truda* (“Causa Operária”), editado em Paris, publicaram a “A Plataforma Organizacional da União Geral dos Anarquistas”, em 1926, foram recebidos por uma tempestade de

controvérsias.¹⁰¹ Alguns anarquistas identificaram, na defesa realizada pelos editores de uma organização política anarquista unificada com disciplina coletiva, uma tentativa de “bolchevizar” o anarquismo e acusaram seus principais autores, Piotr Arshinov (1887-1937) e Makhno, de terem aderido ao marxismo clássico. Entretanto, a *Plataforma* e o “plataformismo” – assim como o “especificismo” da Federação Anarquista Uruguiaia (fundada em 1956) – não constituíram uma ruptura com a tradição anarquista, mas uma *reafirmação* bastante ortodoxa de posições bem estabelecidas.

Desde a época de Bakunin – o qual era membro da organização anarquista Aliança Internacional da Democracia Socialista que, por sua vez, operava dentro da Primeira Internacional –, a grande maioria dos anarquistas e sindicalistas defendia a necessidade de formação de grupos políticos especificamente anarquistas para além das organizações de massas, tais como as organizações sindicalistas. Exemplos incluem: a Aliança Internacional da Democracia Socialista dentro da FORE espanhola, e sua sucessora, a Federação Anarquista Ibérica (FAI, fundada em 1927), a Liga de Educação Sindicalista Industrial na Grã-Bretanha (fundada em 1910), a Liga Socialista Internacional na África do Sul (fundada em 1915), o grupo Luz/Lucha no México (fundado em 1912), a Sociedade dos Camaradas Anarco-Comunistas (fundada em 1914 por Shifu / Liu Sifu), a Liga Sindicalista da América do Norte (fundada em 1912).

Em outras palavras, a maioria apoiou este dualismo organizacional: as organizações de massa, de contrapoder, tais como os sindicatos, deveriam trabalhar em conjunto com organizações políticas especificamente anarquistas e sindicalistas. Além disso, a maioria sustentou que esses grupos deveriam ter estratégias, táticas e princípios homogêneos, bem como alguma forma de disciplina organizativa.

OUTROS LEGADOS

As ideias anarquistas e sindicalistas também influenciaram uma gama de outras importantes correntes radicais, tomando parte destacada em iniciativas que envolveram ecléticas misturas de ideias. Exemplos relevantes incluem: as forças zapatistas em Morelos, no México (que surgiram em 1911); o Partido Ghadar indiano e anticolonial (fundado em 1913); o Sindicato de Trabalhadores Industriais e Comerciais da África (fundado em 1919, e que teve atividade na Namíbia, na África do Sul, na Zâmbia e no Zimbábue); e as forças sandinistas na Nicarágua (a partir de 1927).

101 P. Archinov, N. Makhno, I. Mett *et al*, [1926] 2001, *The Organisational Platform of the Libertarian Communists*, Dublin: Workers Solidarity Movement.

COMPOSIÇÃO DE CLASSE E BASE SOCIAL

Discordo do estereótipo que apresenta o anarquismo como um movimento e uma religião seculares, voltados para uma pequena burguesia de artesãos e camponeses arruinados pela modernidade; “classes sociais que estavam fora de sintonia com a tendência histórica dominante”, “postas de lado pelo [...] progresso industrial” e “ameaçadas” pela “indústria e a mecanização”, lideradas por burgueses e pequeno-burgueses arruinados e compostas por camponeses decadentes e artesãos raramente “envolvidos na centralização ou na industrialização” e que aspiravam um retorno a um passado pré-moderno.¹⁰² Ao contrário disso, o movimento anarquista foi historicamente baseado predominantemente na moderna classe trabalhadora, ou seja, no proletariado.

Foi, sobretudo, entre a classe operária urbana e os trabalhadores rurais que a ampla tradição anarquista encontrou seus recrutas; e encontrou-os aos milhões. Contrariamente ao senso comum de que o sindicalismo era um movimento composto por artesãos qualificados, as organizações sindicalistas foram essencialmente constituídas por grupos de pessoas como, por exemplo, trabalhadores ocasionais e sazonais, estivadores, trabalhadores rurais, operários, mineiros e ferroviários, e, em menor medida, funcionários administrativos e profissionais liberais, em especial professores. Processos de desespecialização e reestruturação produtiva desempenharam um papel importante para atrair alguns para o sindicalismo, mas o movimento como um todo atraiu um grande número de trabalhadores não qualificados e semiquualificados.

A ampla tradição anarquista também teve um apelo significativo para o campesinato e houve grandes movimentos camponeses anarquistas – que combateram o poder dos latifundiários, os capitalistas rurais e do Estado, em especial onde começava a ocorrer a comercialização –, mais notavelmente na Coreia/Manchúria, no México, na Espanha e na Ucrânia. Mas os movimentos anarquistas e sindicalistas mais duráveis conformaram-se em torno da classe trabalhadora, incluindo a classe trabalhadora rural, vinculada à agricultura e às florestas.

102 Por exemplo: C.M. Darch, 1994, “The Makhnovischna, 1917-1921: Ideology, Nationalism, and Peasant Insurgency in Early Twentieth Century Ukraine,” PhD diss., University of Bradford, 57; E. Hobsbawm, 1971, *Primitive Rebels: Studies in Archaic Forms of Social Movement in the 19th and 20th Centuries*, Manchester University Press; Hobsbawm, *Revolutionaries*, capítulo 8; Kedward, *The Anarchists*, 24-26; Stekloff, *History of the First International*, 312; Woodcock, *Anarchism*, 444-45; E. Yaroslavsky, [? 1937], *History of Anarchism in Russia*, Lawrence & Wishart, 26, 28, 41, 68-69.

REPENSANDO O CÂNONE ANARQUISTA E SINDICALISTA

Algumas das consequências desses argumentos são bastante surpreendentes e forçam uma reconsideração do cânone da ampla tradição anarquista. Seguindo uma tradição estabelecida por Eltzbacher e as obras mais conhecidas sobre o anarquismo e o sindicalismo, é comum a referência aos “sete sábios” do movimento: William Godwin (1756-1836), Max Stirner (1806-1856), Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), Benjamin Tucker (1854-1939) e Liev Tolstói (1828-1910), Bakunin e Kropotkin.¹⁰³ Para Eltzbacher, estes sábios poderiam ser “considerados equivalentes a todo o corpo de ensinamentos reconhecidamente anarquistas”.¹⁰⁴ Ele estava ciente de que “a negação do Estado” tinha “significados totalmente diferentes” para seus sábios.¹⁰⁵ Entretanto, todos aqueles que sustentavam uma posição antiestatista eram considerados anarquistas, mesmo que discordassem em questões fundamentais como a natureza da sociedade, o direito, a propriedade ou os meios para se transformar a sociedade.¹⁰⁶

Pelas razões acima colocadas, esta abordagem é insatisfatória; uma definição mais precisa, menos vaga, é necessária. Isso foi feito anteriormente, com base na análise daquilo que defendia o movimento anarquista e sindicalista histórico, que surgiu na Primeira Internacional e que foi representado por figuras como Bakunin e Kropotkin – os únicos dentre os “sete sábios” que fazem parte da ampla tradição anarquista. Utilizando esta definição mais precisa, é possível destacar os aspectos da ampla tradição anarquista, que envolvem suas ideias e sua história, assim como apresentar uma análise bastante completa e sistemática dos debates e dos desenvolvimentos do anarquismo e do sindicalismo. Nessa análise, o anarquismo é apresentado como um conjunto definido e claro de posições. Ao examinar a história da ampla tradição anarquista, sacrificamos uma suposta amplitude das histórias míticas do anarquismo, com suas genealogias milenares inventadas, em favor de uma profundidade real que começou há 150 anos. Muitos relatos dependem uma grande quantidade de tempo discutindo figuras como Stirner, Tolstói, os anabatistas etc. Considero-os extrínsecos e, em grande medida, irrelevantes para uma explicação da ampla tradição anarquista.

Termos como “anarquismo filosófico” (muitas vezes usado em referência a Godwin), “anarquismo individualista” (muitas vezes usado em referência a Stirner, mas algumas vezes também para Proudhon e Tucker),

103 Eltzbacher, *Anarchism*; Fleming, *The Anarchist Way to Socialism*, 19.

104 Eltzbacher, *Anarchism*, 188.

105 Eltzbacher, *Anarchism*, 189, 191.

106 Ver Eltzbacher, *Anarchism*, 184-96.

“anarquismo cristão” (para Tolstói) ou “anarquismo de estilo de vida” (às vezes usado para se referir a formas contemporâneas de individualismo) são enganosos: estas correntes não fazem parte da ampla tradição anarquista. Não se trata de rejeitar outras ideias libertárias e uma ampla gama de ideias antiautoritárias que se desenvolveram em muitas culturas, mas de sugerir que precisamos diferenciar o anarquismo e o sindicalismo de outras correntes, inclusive as libertárias, de modo a melhor compreender tanto o anarquismo quanto essas outras tendências. O anarquismo “classista”, às vezes chamado de anarquismo revolucionário ou comunista, não é um tipo de anarquismo; é o único anarquismo. Esta abordagem do significado do anarquismo não é arbitrária e nem somente uma questão de opinião: o registro histórico demonstra que existe um conjunto sólido de postulados e uma linhagem distinta histórica e organizacional que constitui a ampla tradição anarquista.

Sem desconsiderar a importância dos movimentos relativamente bem conhecidos na Itália, na França, na Espanha e nos Estados Unidos, é necessário sublinhar a centralidade dos movimentos na Ásia, na África, no Leste Europeu, na América Latina e no Caribe, afirmando que uma história verdadeiramente global do anarquismo e do sindicalismo deve oferecer uma correção crucial às abordagens eurocêntricas e demonstrar que a noção de que o anarquismo “não foi mais do que uma atração das minorias” tem pouca base em evidências.¹⁰⁷

Essa linha de argumentação levanta questões sobre o cânone anarquista e sindicalista. Tendo rejeitado os “sete sábios”, assim como a tendência ao eurocentrismo, não pretendo propor um novo cânone, senão sugerir que ele deve centrar-se em Bakunin e Kropotkin e incluir figuras destacadas da ampla tradição anarquista e sindicalista dentro e fora do Ocidente. Se Godwin, Stirner e Tolstói não têm lugar neste cânone, pessoas como Arshinov, Juana Belém Gutierrez de Mendoza (1875-1942), Camillo Berneri (1897-1937), Luisa Capetillo (1880-1922), Noam Chomsky (1928-), Connolly, Christian Cornelissen (1864-1942), de Cleyre, De Leon, Flynn, Guérin, Praxedis Guerrero (1882-1910), Goldman, He, Infantes, Itō, Kōtoku Shūsui (1893-1911), Li Pei Kan (1904-2005, também conhecido pelo pseudônimo Ba Jin), Maria Lacerda de Moura (1887-1944), Liu Sifu / Shifu, Errico Malatesta (1853-1932), Flores Magón (1874-1922), Makhno, Juan Carlos Mechoso (1935-), Louise Michel (1830-1905), Ferdinand Domela Nieuwenhuis (1861-1919), Ōsugi Sakae (1885-1923), José Oiticica (1882-1957), Albert Parsons (1848-1887), Lucy Parsons, Fernand Pelloutier (1867-1901), Enrique Roig de San Martín (1843-1889), Juana Rouco Buela (1888-1968), Yu Rim (1898-1961), Rudolph Rocker (1873-1958), Lucia Sanchez Saornil (1895- 1970), Shin, Er-

107 Kedward, *The Anarchists*, 120.

vin Szabó (1877-1918) dentre outros, são todos sérios candidatos a militantes que tiveram contribuições intelectuais significativas para o movimento. Esta lista não é exaustiva, mas apenas indicativa das possibilidades.

EM CONCLUSÃO: RELEVÂNCIA PARA AS BATALHAS DE HOJE

O mantra dos anos 1990 “não há alternativa ao capitalismo neoliberal”¹⁰⁸ foi, na esteira de Seattle e outras lutas, substituído pelo slogan mais otimista “Um outro mundo é possível”. Mas de que tipo de mundo estamos falando e como é que ele deverá ser criado? Acredito que as ideias e a história da ampla tradição anarquista têm muito a contribuir para os movimentos progressistas dos anos vindouros. Trata-se de um movimento multirracial e internacional com um profundo impulso feminista, um movimento com um importante lugar nas lutas sindicais, operárias e camponesas, valorizando a razão sobre a superstição, a justiça sobre a hierarquia, a autogestão sobre o poder do Estado, a solidariedade internacional sobre o nacionalismo, a comunidade humana universal sobre o paroquialismo e o separatismo – o anarquismo e o sindicalismo são isso e muito mais.

O século XXI é um mundo de extremos. Uma de suas características mais marcantes é um aumento espiral da desigualdade dentro dos países e entre eles. Em 1996, a riqueza combinada das 358 pessoas mais ricas do mundo, todas estas bilionárias, era equivalente à renda total de 45% da população mundial, em torno de 2,3 bilhões de pessoas.¹⁰⁹ A parcela da renda mundial detida pelos 20% mais ricos passou de 70% em 1960 para 85% em 1991.¹¹⁰ Os Estados Unidos, o Estado e economia industrial mais poderosos da história, possuem um nível de desigualdade mais alto do que a Nigéria, e a desigualdade de renda está em seu nível mais alto desde 1920.¹¹¹

Em 1996, quase um bilhão de pessoas estavam desempregadas ou subempregadas em todo o mundo; o desemprego era mais elevado nos países exportadores de bens primários e semi-industriais, mas muitas economias altamente industrializadas tinham taxas de desemprego superiores a 10%.¹¹²

108 No Brasil, esta máxima exprimiu-se nas expressões “fim da história” e “fim das ideologias,” em alusão a Francis Fukuyama. (N. T.)

109 United Nations Development Programme, 1996, *Human Development Report*, New York: United Nations, 13.

110 K. Moody, 1997, *Workers in a Lean World: Unions in the International Economy*, Verso, 54.

111 M. D. Yates, 2004, “Poverty and Inequality in the Global Economy,” *Monthly Review* 55 (9): 38.

112 Moody, *Workers in a Lean World*, 41.

Enormes pressões sobre o campesinato, em particular a transformação dos latifundiários em um empresariado capitalista rural, levaram a uma urbanização maciça e sem precedentes; pela primeira vez na história, a população mundial tornou-se predominantemente urbana. Pelo menos um terço dos três bilhões de habitantes urbanos do mundo vivem atualmente em favelas, com talvez 250 mil favelas em todo o mundo, sob estimativas de que, até 2020, metade da população urbana total possa estar vivendo em condições de pobreza extrema em um “planeta favela”.¹¹³

Subjacente às crescentes divisões de classe encontra-se em curso um conjunto maior de processos de reestruturação internacional. A partir de meados da década de 1970, com força maior nas décadas de 1980 e 1990, todas as regiões do mundo começaram a convergir em torno de um único modelo de acumulação capitalista, conhecido como neoliberalismo. No contexto da crise econômica mundial, iniciada a partir dos anos 1970, da crescente integração das distintas economias nacionais, da crise da esquerda decorrente do declínio do bloco soviético e da incapacidade da socialdemocracia e do modelo de industrialização por substituição de importações em restaurar o crescimento econômico, o neoliberalismo tornou-se um modelo de política econômica dominante no mundo inteiro.

A importância da ampla tradição anarquista nesse contexto é clara. É estarrecedor observar que nenhuma alternativa radical coerente e popular ao neoliberalismo tenha surgido até o momento. A expectativa era que o impacto do neoliberalismo sobre as classes populares e a polarização social em massa, conjugada ao enorme crescimento da classe trabalhadora e da população urbana associada a este processo, conduzissem a uma luta de classes generalizada e uma política popular radical e até mesmo revolucionária. Mas isso não ocorreu. Mas, desde o início, o neoliberalismo implicou oposição popular. Tais protestos demonstram um crescente desencanto pelo atual estado do mundo e apontam cada vez mais para uma oposição visceral ao capitalismo sem paralelo em décadas. Contudo, eles não se encontram vinculados a um projeto sistemático voltado para substituir o neoliberalismo ou o capitalismo subjacente a este por uma ordem social alternativa.

O colapso de grande parte do então Segundo Mundo, o bloco soviético, oferece uma explicação parcial para uma política popular sem substância. Este fato sacudiu toda uma geração que identificava o socialismo com o modelo soviético. Ao mesmo tempo, a socialdemocracia sofreu um duro golpe frente à incapacidade manifesta dos *welfare states* keynesianos em restaurar o crescimento econômico, reduzir o desemprego ou efetivamente financiar

113 M. Davis, 2004, “Planet of Slums: Urban Involution and the Informal Proletariat,” *New Left Review* 26: 5, 13-14, 17.

a política de bem-estar social, ocasionando o desvio da maioria dos partidos socialdemocratas para o neoliberalismo na década de 1990. Em todo o mundo pós-colonial, o modelo de substituição de importações começou a ruir a partir da década de 1970. Incapazes de gerar empregos e prover um mínimo de bem-estar social, os antigos regimes nacionalistas e populistas ou entraram em colapso ou adotaram o ajuste estrutural do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Por um lado, a crise das políticas progressistas populares permitiu a aceleração contínua da agenda neoliberal, quando uma política radical efetiva poderia ter sido capaz de interrompê-la fundamentalmente desde o seu princípio. Por outro lado, significou que as lutas antineoliberais tenderam a ser essencialmente defensivas e dirigidas contra os efeitos do neoliberalismo, em vez de serem direcionadas às suas causas e capazes de desenvolver uma solução eficaz e duradoura. Assim, estas lutas tenderam a ser limitadas, esporádicas e, na melhor das hipóteses, desviadas para reformas moderadas (ainda que importantes), que não contiveram o neoliberalismo, como, por exemplo, os movimentos pró-democracia.

O lado sombrio da crise geral das políticas populares progressistas tem sido o aumento assustadoramente rápido dos movimentos de massa de direita, tanto nacionalistas quanto religiosos, como, por exemplo, o fundamentalismo cristão e hindu, o islamismo radical e o neofascismo. De orientação antidemocrática, antimoderna e antissecular, estes movimentos podem proporcionar nada mais do que infindáveis conflitos étnicos e raciais, regimes autoritários e uma época de reação comparável aos anos mais obscuros de meados do século XX. A ascensão de tais movimentos foi possível justamente em virtude do colapso de alternativas progressistas; o fato de alguns esquerdistas assumidos defenderem e até mesmo trabalharem com estas correntes reacionárias, descrevendo-as como “anti-imperialistas”, é por si só um sinal do nível da crise da esquerda.

É aqui que a ampla tradição anarquista pode fazer uma contribuição real. Ela fornece um rico repertório de ideias e ações que são particularmente adequadas para o presente período. Em particular, ela pode desempenhar um papel fundamental na renovação do projeto socialista. A ampla tradição anarquista surgiu como um movimento da classe operária e do campesinato, conforme mencionado anteriormente, e há muito a ser aprendido pelas lutas contemporâneas contra o neoliberalismo a partir do exame de sua história. Sem uma alternativa progressista de esquerda, as lutas contemporâneas contra o neoliberalismo serão, inevitavelmente, incapazes de desafiar fundamentalmente o sistema capitalista que deu origem ao neoliberalismo.

Muitos dos ideais e das práticas associados à ampla tradição anarquís-

ta – ação direta, democracia participativa, a visão de que os meios devem corresponder aos fins, a solidariedade, o respeito pelo indivíduo, a rejeição à manipulação, a ênfase sobre a importância da liberdade de expressão e da diversidade, e uma oposição à opressão de raça, de nacionalidade e de gênero – são precisamente aqueles reivindicados por milhões de pessoas na era pós-soviética.

Mas o que a história anarquista e sindicalista vem mostrando é que, se os anarquistas não se organizarem sobre as bases de um programa claro e de uma organização unitária – com posições teóricas e táticas compartilhadas, e com responsabilidade coletiva – ele perderá as oportunidades surgidas para rivais melhor organizados, muitos dos quais apoiados pelos Estados e pelos capitalistas. Assim como o plataformismo e o especificismo enfatizam

*O anarquismo não é uma bela fantasia retirada da imaginação de um filósofo, mas um movimento social das massas trabalhadoras. Por isso mesmo, ele deve reunir suas forças em uma organização geral que atue constantemente, segundo as exigências da realidade e da estratégia da luta social de classes.*¹¹⁴

114 P. Arshinov, N. Makhno *et al*, [1926], 2001: 4.

Fora das Sombras: a base de massas, a composição de classe e a influência popular do anarquismo e do sindicalismo

Lucien van der Walt

Traduzido por Ian Caetano de Oliveira¹

Este capítulo examina o caráter de classe e o impacto popular da ampla tradição anarquista, com foco no período entre os anos 1870 e 1950, estabelecendo alguns argumentos fundamentais². Ele demonstra que o anarquismo e o sindicalismo tiveram um significativo impacto na classe trabalhadora, sendo esta entendida de maneira ampla e incluindo trabalhadores assalaria-

-
- 1 Ian Caetano de Oliveira é estudante de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás e membro do Programa de Pesquisa sobre Ativismo e Movimentos Antir-regime em Perspectiva Comparada/PROLUTA (proluta.blogspot.com.br). Email: ian_gyn@hotmail.com.
 - 2 O material aqui apresentado baseia-se em vários de meus trabalhos, dentre os quais se encontram: Lucien van der Walt, 2007, "Anarchism and Syndicalism in South Africa, 1904-1921: Rethinking the History of Labour and the Left," PhD, University of the Witwatersrand, especialmente o capítulo 2; 2011, "The Global History of Labour Radicalisms: The Importance of Anarchism and Revolutionary Syndicalism," nota para discurso em "Labour Beyond State, Nation, Race: Global Labour History as a New Paradigm," University of Kassel, Germany, 26 November; 2013, "Makhan Singh's (1914-1973) Legacy for Kenyan and African Trade Unions: Learning from the IWW, the Ghadar Party, and the East African Trade Union Congress," Makhan Singh Memorial Lecture, Nairobi, Kenya, 5 December; 2014, "One Great Union of Skilled and Unskilled Workers, South of the Zambezi: Garveyism, Liberalism and Revolutionary Syndicalism in the Industrial and Commercial Workers Union of Africa, 1919-1949," European Social Science History Conference, Vienna, Austria, 23-26 April; *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870-1940: The Praxis of National Liberation, Internationalism, and Social Revolution* (2010/2014, Brill, com Steve Hirsch); e 2016, "Global Anarchism and Syndicalism: Theory, History, Resistance," *Anarchist Studies*, 24 (1): 85-106.

dos sem controle de seu próprio trabalho, suas famílias e desempregados. Um dos maiores indicadores desta influência é o papel que o anarquismo teve no movimento sindical: anarquistas e sindicalistas não somente foram relevantes em sua formação, mas o próprio sindicalismo tornou-se a principal ideologia das mais importantes federações sindicais em um significativo número de países do mundo todo.

A noção de que foi somente na Espanha que o anarquismo e o sindicalismo converteram-se em movimentos de massa é comprovadamente falsa, especialmente quando se faz referência aos países do mundo colonial e pós-colonial. Contrapondo esta tese da “excepcionalidade espanhola,” o anarquismo e o sindicalismo foram hegemônicos no movimento trabalhista na Argentina, no Brasil, no Chile, em Cuba, na França, no México, nos Países Baixos, no Peru, em Portugal e no Uruguai, desde meados dos anos 1890 até meados dos anos 1920.³

3 Alguns termos da tradução precisam de esclarecimento prévio. Ao longo do texto, a tradução de *worker* aparece, em determinadas situações, como “trabalhador” e, em outras, como “operário”, refletindo a intenção original do autor e a polissemia do termo em língua inglesa. Mantivemos também o uso de “movimento trabalhista” (*labour movement*), mas é importante observar que “trabalhismo”, em língua inglesa, tem o sentido de uma atividade feita pelos trabalhadores e não para os trabalhadores, como é usual em português. As categorias comuns na sociologia industrial, tais como “trabalhador qualificado”, “semiquualificado”, “não qualificado” e “semiprofissional”, indica posições na estrutura das relações de trabalho. De maneira geral, os trabalhadores não qualificados ocupavam a base da pirâmide da divisão do trabalho, ganhando menores salários. Os trabalhadores semiprofissionais, especialmente os professores e artistas, são, no período estudado, que vai do final do século XIX ao início do XX, indivíduos que sobrevivem apenas parcialmente do seu salário, obtendo outras fontes de rendimento não oriundas do exercício da sua profissão (muitas vezes rendas de propriedade, mas não necessariamente). Traduzimos *syndicalist unions* como “organizações sindicalistas”. Em português, sindicalismo tem um sentido amplo que na língua inglesa melhor corresponde ao *unionism*, enquanto *syndicalism* representa uma corrente específica do unionismo, uma corrente construída pelos anarquistas, de caráter radical e revolucionário. Para demarcar a diferença, empregamos “organizações sindicalistas” para indicar grupos integrantes da “ampla tradição anarquista”. A mesma lógica é aplicada na tradução do termo *syndicalist unionism*, que traduzimos como “associativismo sindicalista”, para designar um tipo específico de associativismo. Substituímos o termo “unionismo” por “associativismo”, pois é o que corresponde em português à ideia de uma união (no sentido de organização da sociedade civil). Por fim, traduzimos o termo *farmer* como “agricultor”, pois em português o termo fazendeiro (tradução literal) é normalmente aplicado a grandes proprietários de terras e quebra o sentido da construção original do autor que, ao empregá-lo, refere-se aos camponeses pobres ou médios. (N.T.)

Mesmo nas localidades em que o anarquismo e o sindicalismo constituíram correntes minoritárias, eles constantemente tiveram um papel relevante, tanto como bloco organizado quanto em termos de influência em círculos mais amplos. Mesmo onde esta tradição foi minoritária no movimento trabalhista organizado, ela exerceu uma importante influência nos trabalhadores e na esquerda em geral, especialmente em função da promoção de uma contracultura revolucionária. Por exemplo, na Itália, onde não houve organizações nacionais anarquistas ou sindicalistas desde a Primeira Internacional até 1912, o movimento anarquista e sindicalista, ainda assim, exerceu uma poderosa influência local, particularmente na região central da Itália⁴.

Os trabalhadores que constituíram a maior parte das organizações sindicalistas não eram, como algumas vezes foi afirmado, trabalhadores qualificados de pequenas oficinas à margem da indústria moderna; eram, ao contrário, trabalhadores manuais da mineração, das manufaturas, dos transportes e da agricultura. Trabalhadores manuais qualificados, funcionários administrativos e profissionais liberais, sem dúvida estiveram presentes, mas constituíram uma minoria dentro dos batalhões do movimento sindical.

Apesar do estereótipo popular, a influência anarquista entre os camponeses foi modesta, se comparada com sua influência entre a classe trabalhadora moderna. Movimentos anarquistas massivos de camponeses – sendo estes últimos, aqui, entendidos como os pequenos agricultores que dependem do trabalho familiar e que se encontram subordinados a propriedades ou senhores – certamente existiram na Ásia (Coreia/Manchúria), na Europa (Ucrânia e Espanha) e na América Latina (México). Houve também inúmeras iniciativas organizativas locais deste tipo.

Os movimentos camponeses anarquistas de larga escala foram incomuns e, em geral, tiveram curta duração. Eles tenderam a emergir somente em circunstâncias históricas bem específicas, que envolveram pressões relacionadas à terra, reestruturação das relações de classe, impacto dos estímulos externos e papel de estruturas de militância anarquista nos povoados. Em termos gerais, os principais avanços do movimento anarquista histórico nos campos deram-se, não com os camponeses, mas com os trabalhadores assalariados rurais das fazendas e florestais.

O anarquismo também teve uma influência importante na *intelligentsia* ou, ao menos, em intelectuais “tradicionais”, que tiveram um alto nível de educação em instituições como as universidades. Sem dúvida, esta camada foi relevante para o movimento anarquista e sindicalista, embora sempre tenha constituído uma pequena minoria, tanto em relação à *intelligentsia* em

4 C. Levy, 1989, “Italian Anarchism, 1870-1926,” D. Goodway, (org.), *For Anarchism: History, Theory and Practice*, Routledge, 34-35.

geral, quanto em relação ao próprio movimento. Deve-se mencionar aqui a importância dos intelectuais “orgânicos” da classe trabalhadora e do campesinato na conformação do anarquismo e do sindicalismo, na articulação e na disseminação das ideias anarquistas e sindicalistas e no desenvolvimento das doutrinas, dos temas e das teorias do movimento.

É, ainda, relevante considerar um último indicador da influência do movimento anarquista e sindicalista: determinados movimentos populares aproximaram-se do anarquismo e do sindicalismo, mas os combinaram, de modo distinto e inovador, com outras ideias e abordagens, criando abordagens únicas e nem sempre coerentes. Exemplos destes movimentos “sincréticos” incluem: o Partido Ghadar (fundado em 1913, visando a independência da Índia); os zapatistas de Morelos, no México dos anos 1910, reunidos em torno de Emiliano Zapata (1879-1919); o Industrial and Commercial Workers Union of Africa (Sindicato de Trabalhadores Industriais e Comerciais da África, ICU), na África do Sul e no sul da Rodésia (agora Zimbábue), dos anos 1910 aos anos 1950; o movimento de Augusto César Sandino (1895-1934), líder do Exército Defensor da Soberania Nacional da Nicarágua (EDSNN), organização camponesa formada em 1927. O ICU espalhou-se pela África Austral nas décadas de 1920 e 1930; sua ideologia foi influenciada pelo sindicalismo do Industrial Workers of the World (IWW)⁵ e seu apoio foi amplamente conquistado entre trabalhadores do campo e camponeses. Por estes movimentos “sincréticos”, a ampla tradição anarquista marcou profundamente as vidas de milhões de pessoas simples.

ANARQUISMO E SINDICALISMO NA LITERATURA

O anarquismo e o sindicalismo escassamente aparecem em muitas das pesquisas que abordam os movimentos revolucionários, de esquerda, da classe trabalhadora e do campesinato. A *magnum opus* de Chris Harman, *A People's History of the World* [História Popular do Mundo] reduziu a história da esquerda global à socialdemocracia e ao marxismo; apenas 20 das 729 páginas mencionam a ampla tradição anarquista e a única discussão substancial tem como foco a Espanha do fim dos anos 1930⁶. Em *Forging Democracy: The History of the Left in Europe, 1850-2000* [Estabelecendo a Democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000], de Geoff Eley, esta tradição foi mencionada em 22 das 722 páginas, e também de passagem; ela foi descartada por estar em descompasso com o presente, por constituir uma corrente “permanen-

5 Sindicato de origem estadunidense fundado em 1905. Apesar da origem localizada, a organização tem caráter internacionalista. (N.T.)

6 C. Harman, 1999, *A People's History of the World*, London: Bookmarks, 400, 402, 407, 436-37, 500-09, 665.

temente marginalizada e ineficaz, exceto em partes da Itália e da Espanha”⁷.

A noção de que a ampla tradição anarquista, em toda parte, “não foi mais do que uma atração das minorias,” com exceção da Espanha, e que foi somente neste país que ela tornou-se “um grande movimento social” capaz de “ameaçar o Estado”⁸, é bastante defendida. Ela levou à produção de toda uma literatura que buscou explicar esta aparente anomalia: Por que a Espanha? Várias respostas foram apresentadas⁹, dentre elas, a de que a Espanha era um país economicamente atrasado da “franja feudal da Europa”¹⁰, no qual a fracassada modernização, o atraso e o isolamento relativo do mundo moderno supostamente teriam criado as condições para o desenvolvimento do anarquismo¹¹. Em anos mais recentes, tais assertivas ganharam uma aura de respeitabilidade, em função da análise do anarquismo espanhol feita por Hobsbawm, que retratou os anarquistas como “rebeldes primitivos” envolvidos em uma revolta quase religiosa contra o mundo moderno, conformando um movimento irracional, utópico e, ao mesmo tempo, condenado¹². Esta análise conta com todos os clichês: o anarquismo foi uma revolta milenar contra a modernidade, baseou-se em forças sociais em decadência e caracterizou-se por ser inútil e incoerente.

Tais clichês, entretanto, possuem raízes profundas num certo tipo de marxismo, que procurou apresentar o anarquismo e o sindicalismo como expressões de forças de classe não proletárias –especialmente de forças de classe que, de acordo com a visão marxista do desenvolvimento histórico, constituem detritos abandonados na esteira do avanço capitalista ou forças de classe reacionárias, pertencentes a um passado pré-capitalista em decadência. Para Marx e Engels, a base de classe do anarquismo encontrava-se entre os intelectuais pequeno-burgueses “frustrados” ou arruinados e os aldeões

7 G. Eley, 2002, *Forging Democracy: The History of the Left in Europe, 1850-2000*, New York: Oxford University Press, 26, 39, 43, 62, 64-65, 72-73, 85-87, 95-97, 111, 273-74, 320, 351, 418, 424, 494.

8 P. Marshall, 1994, *Demanding the Impossible: A History of Anarchism*, Fontana, 453. Ver também: M.M. Breitbart, 1979, “Spanish Anarchism: An Introductory Essay,” *Antipode*, 10/ 11 (3/ 1): 1; R. Kedward, 1971, *The Anarchists: The Men who Shocked an Era*, New York: Library of the Twentieth Century, 120.

9 Uma visão geral pode ser encontrada em: J. Romero Maura, 1971, “The Spanish Case”, D. Apter e J. Joll, (orgs.), *Anarchism Today*, Macmillan.

10 Kedward, *The Anarchists*, 5.

11 E. Hobsbawm, 1993, *Revolutionaries*, Abacus, capítulo 8.

12 E. Hobsbawm, 1971, *Primitive Rebels: Studies in Archaic Forms of Social Movement in the 19th and 20th Centuries*, Manchester University Press.

isolados¹³. Para Lênin, em 1918, “o anarquismo e o anarcossindicalismo eram tendências *burguesas* [...] irreconciliavelmente opostas [...] ao socialismo, à ditadura do proletariado e ao comunismo”¹⁴. Bukharin descreveu o anarquismo como o socialismo do lumpemproletariado¹⁵. Contudo, foi mais comum entre os marxistas clássicos o retrato do anarquismo como um movimento pequeno-burguês; o anarquismo seria a teoria dos movimentos camponeses anticapitalistas e antiestatistas e o anarcossindicalismo uma “expressão ideológica pequeno-burguesa, produzida por trabalhadores de pequenas fábricas e de oficinas de artesanato,” que existem “isolados das companhias de amplas massas, sem o menor contato com as indústrias médias e de larga-escala”¹⁶.

E. Yaroslavsky combinou estas várias alegações, argumentando que os camponeses nasciam anarquistas e, ainda, que os anarquistas eram recrutados entre “os descendentes da pequena burguesia arruinada, os intelectuais pequeno burgueses, o lumpemproletariado e, em alguns casos, entre verdadeiros criminosos”¹⁷. Subsidiando todas estas argumentações em certo sentido inconsistentes sobre o caráter de classe do anarquismo e do sindicalismo, está a clássica presunção marxista, de que é somente ele que representa a autêntica ideologia da revolução proletária: por definição, todas as outras ideias *devem ser obrigatoriamente* não proletárias em essência.

Este capítulo questiona tais afirmações e sugere que esses pesquisadores subestimaram seriamente a enorme influência popular da ampla tradição anarquista; eles não compreenderam que sua base se desenvolveu principalmente entre a classe trabalhadora. Contrariando a visão de que movimento anarquista constituía uma revolta das classes amaldiçoadas pela modernidade, um movimento “reacionário” e “pequeno burguês” de artesãos e camponeses arruinados, que encaravam o anarquismo como uma religião secular utópica que prometia a salvação ante a modernidade, sustento que este mo-

13 F. Engels [1877] 1972, “In Italy,” *Marx, Engels, Lenin: Anarchism and Anarcho-sindicalism*, Moscow: Progress Publishers, 155-6, 159.

14 V.I. Lenin, [1918] 1975, “The Immediate Tasks of the Soviet Government,” *Selected Works in Three Volumes*, Moscow: Progress Publishers, 599, grifos no original.

15 “*Socialismo lumpenproletário (anarquismo)* ... Eles não representam, para a maior parte, os interesses e as aspirações da classe trabalhadora; eles representam aqueles que denominados o lumpemproletariado, o proletariado-vadio; eles representam os interesses daqueles que vivem em más condições sob o capitalismo, mas que são algo incapazes no trabalho criativo independente”; N. Bukharin, [1922] 1966, *The ABC of Communism*, University of Michigan Press/ Ambassador Books, 77-78.

16 Astrogildo Pereira, citado em E.A. Gordon, 1978, “Anarchism in Brazil: Theory and Practice, 1890-1920,” PhD diss., Tulane University, 33.

17 E. Yaroslavsky, [? 1937], *History of Anarchism in Russia*, Lawrence & Wishart, 26, 28, 41, 68-69.

vimento estabeleceu-se primeira e principalmente entre a classe trabalhadora urbana, seguida pelos trabalhadores do campo e, então, pelo campesinato¹⁸.

Ademais, no “período glorioso,” entre os anos 1890 e 1920, o apelo do sindicalismo foi particularmente acentuado entre os trabalhadores afetados pela segunda revolução industrial iniciada na década de 1890, a qual envolveu o crescimento das indústrias químicas e elétricas, juntamente com a expansão das técnicas de produção de massa tayloristas e fordistas; entre o campesinato, na maior parte dos casos o anarquismo florescia onde o capitalismo – ou a intrusão imperialista, ou a formação do Estado – rompia as relações tradicionais agrárias. Há uma importante história de camponeses que foram recrutados em organizações sindicalistas e pelo trabalho de base anarquista em importantes áreas camponesas.

Embora seja bastante enfatizado que há uma espécie de afinidade especial entre o anarquismo e as culturas e interesses camponeses¹⁹, conforme apontado, revoltas ou movimentos camponeses anarquistas amplos e duradouros são mais raros, se comparados ao movimento operário anarquista. Tal relação entre o anarquismo e o campesinato tem sido muito obscurecida, em função dos escritores que classificam diversas classes populares rurais como camponesas (utilizo o termo camponês, aqui, no estrito sentido de pequenos agricultores familiares). Isso tem feito com que os trabalhadores sem-terra anarquistas e sindicalistas, assim como outros trabalhadores rurais, sejam categorizados como camponeses anarquistas.

CLASSE TRABALHADORA DO MUNDO: ANALISANDO O SINDICALISMO GLOBALMENTE

Uma perspectiva global da história do anarquismo e do sindicalismo fornece um importante corretivo ao argumento da excepcionalidade espanhola – de que foi somente na Espanha, em função de razões peculiares, que o anarquismo e o sindicalismo tornaram-se potentes movimentos de massa –, pois permite conhecer uma série de movimentos de massa anarquistas e sindicalistas fora da Espanha.

A Federación Obrera Argentina (FOA)²⁰, fundada em 1901, esteve sob controle dos anarquistas e, em 1904, foi transformada na Federación Obrera Regional Argentina (FORA)²¹ anarquista, inquestionavelmente o centro

18 Yaroslavsky, *History of Anarchism in Russia*, 26, 28, 41, 68-69

19 P. E. B. McCoy, 1972, “Social Anarchism: An Atavistic Ideology of the Peasant,” *Journal of Inter-American Studies and World Affairs*, 14 (2): 133-149.

20 Organização de trabalhadores argentinos fundada em 1901. (N.T.)

21 Nome adotado pela anterior FOA a partir de seu quarto congresso em 1904. (N.T.)

do movimento operário do país. Uma central rival menor e mais moderada, controlada pelos socialistas políticos, a Unión General de Trabajadores (UGT)²², foi logo reestruturada na Confederación Obrera Regional Argentina (CORA)²³, sindicalista revolucionária, em 1909, que foi mais tarde absorvida pela FORA anarquista, precipitando a cisão entre uma Federación Obrera Regional Argentina do quinto congresso (FORA-V)²⁴ “anarquista-comunista” linha dura, e a Federación Obrera Regional Argentina do nono congresso (FORA-IX)²⁵ de um sindicalismo mais convencional.

O impacto das influências anarquistas e sindicalistas nas organizações sindicais da Argentina tem sido disputado por autores que apontam fragmentação e enfraquecimento sindical, e autores que sublinham as atividades sindicais cotidianas focadas majoritariamente em objetivos pragmáticos como aumentos salariais²⁶. Perde-se de vista, contudo, que os grandes batalhões do movimento trabalhista eram todos dominados pelo anarquismo e pelo sindicalismo, e que militantes do sindicalismo bem sucedidos sempre se mobilizaram em torno tanto de questões imediatas quanto de objetivos revolucionários. A Argentina é um caso em que a influência anarquista e sindicalista era tão substancial que as principais divisões no trabalhismo organizado centraram-se nas táticas internas da ampla tradição anarquista, mais do que nas questões que dividiam anarquistas e sindicalistas, de um lado, e outras tradições sindicais, de outro.

Se a Argentina constitui um grande exemplo, isso não significa de forma alguma que ela conformava a única instância de massas anarquista ou sindicalista na região. No Brasil, a Confederação Operária Brasileira (COB)²⁷ era anarquista desde sua concepção; esta era a principal central operária e, até a década de 1920, a maioria dos sindicatos brasileiros permaneceram sindicalistas revolucionários em sua orientação²⁸. A Federación Obrera Regional

22 Central sindical argentina fundada em 1902. (N.T.)

23 Central sindical argentina fundada em 1909; originada da fusão da anterior UGT com outros sindicatos autônomos. (N.T.)

24 Federação trabalhista dissidente da anterior FORA, fundou-se em 1915. (N.T.)

25 Federação trabalhista originária da cisão da anterior FORA, fundou-se em 1915 (N.T.)

26 R. Thompson, 1984, “The Limitations of Ideology in the Early Argentinian Labour Movement: Anarchism in the Trade Unions, 1890-1920,” *Journal of Latin American Studies*, 16 (1): 81-99.

27 Criada em 1906. (N.T.)

28 Gordon, “Anarchism in Brazil,” 155-63; P. Avrich, 1988, *Anarchist Portraits*, Princeton University Press, 255.

Uruguaya (FORU)²⁹ também foi uma das principais federações sindicais e adotou um programa anarquista desde seu início. Anarquistas eram as principais figuras nos primórdios do movimento trabalhista mexicano das décadas de 1870 e 1880 no Congreso Geral de Trabajadores Mexicanos, e em seus sucessores do século XX, a Casa del Obrero Mundial e a Confederação Geral do Trabalho (CGT), que eram também as principais centrais; o maior corpo sindical fora destas centrais era o IWW mexicano, especialmente forte na crescente indústria petroleira³⁰. No Peru, os anarquistas formaram os primeiros sindicatos e organizaram a central sindical nacional, a Federación Obrera Regional del Peru (FORPe)³¹, organização sindicalista fundada em 1919.

Desde a década de 1880, os anarquistas cubanos defenderam a criação de um sindicato nas linhas da Federación Regional Española (FORE, fundada em 1870, a maior seção da Primeira Internacional), com sucessos que incluem a Junta Central de Artesanos, o Círculo de Trabajadores de Havana, a Federación dos Trabajadores do Tabaco e a Alianza Obrera, seguidas pela Central de Trabajadores de Cuba (CTC)³², fundada em 1895³³. Apesar da aparente desintegração da CTC após a independência, os anarquistas continuaram a desempenhar papéis centrais em greves e outras lutas trabalhistas, ajudando a formar a Federación Obrera de la Habana em 1921, seguida, em 1925, pela Confederación Nacional Obrera de Cuba (CNOC)³⁴, na qual eles foram hegemônicos por anos³⁵. Durante a erupção da Revolução Cubana em 1952, os militantes anarquistas desempenharam um papel destacado, tanto em sindicatos legais quanto clandestinos.

No Chile, os anarquistas, que já eram uma força substancial no movimento trabalhista na virada do século XX, formaram a Federación de Trabajadores de Chile, em 1906. Esta organização foi seguida, em 1913, pela Fede-

29 Fundada em 1905. (N.T.)

30 N. Caulfield, 1995, "Wobblies and Mexican Workers in Petroleum, 1905-1924," *International Review of Social History*, 40: 51-75.

31 Organização sindical. (N.T.)

32 Organização sindical cubana. (N.T.)

33 J. Casanovas, 1994, "Labour and Colonialism in Cuba in the Second Half of the Nineteenth-Century," PhD diss., State University of New York, especialmente capítulos 6-9.

34 Central proletária cubana. (N.T.)

35 Ver K.R Shaffer, 1998, "Purifying the Environment for the Coming New Dawn: Anarchism and Counter-cultural Politics in Cuba, 1898-1925," PhD diss., University of Kansas, especialmente capítulos 1, 4, 7 e 8.

ración Obrera Regional Chile (FORCh)³⁶, sindicalista. Ambas as federações não conseguiram adquirir proporções verdadeiramente nacionais, mas eram a principal força do movimento trabalhista, e o anarquismo e o sindicalismo tiveram uma grande influência em outros sindicatos; por volta desta época, o IWW chileno controlava as docas e tinha um significativo papel entre os marinheiros³⁷. No Japão, os sindicalistas que estavam em torno do sindicato dos tipógrafos de *Shinyukai*, do círculo *Rōdō Undō* [Movimento Operário], do sindicato de jornalistas de *Seishinkai* e de outros grupos desempenharam inicialmente um importante papel na federação de Sodomei. Na China, onde os anarquistas e os sindicalistas fundaram os primeiros sindicatos operários modernos, havia pelo menos 40 sindicatos liderados por anarquistas no Cantão em 1921, e a “hegemonia anarquista” dos sindicatos no Cantão e em Hunan durou até meados de 1920; houve ainda significativa influência sindical anarquista em Shanghai durante muitos anos³⁸.

Esse enfoque global mostra que houve vários movimentos de massa anarquistas e sindicalistas fora da Espanha. A citada tese da excepcionalidade espanhola surge, na realidade, a partir de algumas referências comparativas: Europa Ocidental e Estados Unidos são o foco da análise e é em contraposição a outros movimentos nestas áreas que o anarquismo espanhol é mensurado. Movimentos em outras partes do mundo – África, Ásia, Caribe, Oriente Médio e América Latina – não são realmente levados em conta. Seria muito generoso referir-se a esta perspectiva como eurocêntrica, pois ela ignorou, inclusive, a Europa Oriental.

Essa ideia da excepcionalidade espanhola não dá atenção suficiente mesmo a vários casos importantes dentro da própria Europa Ocidental. Na França do início do século XX, a Confederação Geral do Trabalho (CGT), sindicalista revolucionária, era a única central trabalhista e abarcava todos os principais sindicatos. Nos Países Baixos, a Nationaal Arbeids-Secretariaat (Secretaria Nacional do Trabalho, NAS), com uma plataforma sindicalista revolucionária, era a “mais ativa e influente organização entre os sindicatos holandeses” de 1893 a 1903³⁹. Esta era a maior das várias centrais sindicais holandesas e atingiu seu ápice com nove mil membros. Em Portugal, a

36 Organização sindical chilena. (N.T.)

37 P. de Shazo, 1983, *Urban Workers and Labour Unions in Chile 1902-1927*, University of Wisconsin Press, 24, 76, 91-117, 129-41, 146-74, 180-88, 194-210.

38 A. Dirlik, 1991, *Anarchism in the Chinese Revolution*, University of California Press, 15, 27, 170; A. Dirlik, 1989, *The Origins of Chinese Communism*, Oxford University Press, 214-15

39 G. Woodcock, 1975, *Anarchism: A History of Libertarian Ideas and Movements*, Penguin, 413.

Confederação Geral do Trabalho (CGT)⁴⁰, que derivou da União Operária Nacional (UON)⁴¹, ela mesma estando eventualmente sob controle dos anarquistas, era a única central trabalhista entre 1919 e 1924⁴².

Se utilizarmos o critério, um pouco limitado, de influência no movimento sindical para aferir a influência da ampla tradição anarquista sobre a classe trabalhadora, Argentina, Brasil, Chile, Cuba, França, México, Peru, Portugal e Uruguai são países em que o anarquismo e o sindicalismo foram a força política predominante entre os trabalhadores organizados; os Países Baixos constituem um caso de influência central também. Além disso, é possível argumentar que estes movimentos foram, quando considerados em relação ao movimento sindical como um todo, *maiores* que a Confederación Nacional del Trabajo (CNT)⁴³ espanhola: enquanto a CNT espanhola representava apenas metade dos trabalhadores sindicalizados (a moderada Unión General de Trabajadores, UGT⁴⁴, representava a outra metade), os movimentos anarquistas e sindicalistas da Argentina, do Brasil, do Chile, de Cuba, da França, do México, do Peru e de Portugal representavam quase a totalidade do movimento sindical.

Contudo, em termos *numéricos*, a CNT espanhola, que tinha 1,7 milhão de membros à época do congresso de Zaragoza, em maio de 1936, foi a maior organização sindicalista já vista⁴⁵. Em termos *relativos*, quando se compara esta organização com o tamanho da classe trabalhadora e com a estrutura do movimento sindical, esta não foi de modo algum a maior das organizações sindicalistas. Na verdade, ela foi relativamente menor que suas predecessoras espanholas, a FORE, a Federación de Trabajadores de la Región Española (FTRE)⁴⁶ e o Pacto de União e Solidariedade, que não conviveram com centrais sindicais concorrentes; mesmo com 1,7 milhão de membros, a CNT, frente a uma UGT igualmente grande, era relativamente menor que a CGT portuguesa, que tinha aproximadamente 100 mil membros, mas sem sin-

40 Criada a partir das deliberações do 2º Congresso Operário Nacional de 1919. (N.T.)

41 Construída em março de 1914, a partir do Congresso de Tomar. (N.T.)

42 Para visões gerais, ver J. Freire, 2001, *Freedom Fighters: Anarchist Intellectuals, Workers, Soldiers in Portugal's History*, Montréal: Black Rose; B. Bayerlein e M. van der Linden, 1990, "Revolutionary Syndicalism in Portugal," M. van der Linden e W. Thorpe, (orgs.), *Revolutionary Syndicalism: An International Perspective*, Scholar / Gower.

43 Confederação de sindicatos autônomos, fundada em 1910. (N.T.)

44 Fundada em 1888, partilhando origem histórica com o Partido Socialista Operário Espanhol. (N.T.)

45 V. Richards, 1983, *Lessons of the Spanish Revolution*, London: Freedom Press, 163.

46 Organização anarquista fundada no Congreso Obrero de Barcelona, em 1881. (N.T.)

dicatos rivais. As noções de que “o anarquismo esteve fora dos principais eventos,” e de que em “nenhuma classe, ou agrupamento econômico, fora da Espanha, o anarquismo era regra,” é simplesmente incorreta.⁴⁷ A história do trabalho e da esquerda em muitas partes do mundo não pode ser adequadamente compreendida se suas correntes anarquistas e sindicalistas forem ignoradas ou tratadas como insignificantes.

O IMPACTO E A IMPORTÂNCIA DAS CORRENTES ANARQUISTAS E SINDICALISTAS MINORITÁRIAS

Mesmo onde a ampla tradição anarquista foi menos influente que o unionismo ortodoxo ou que o socialismo político, seu impacto foi ainda assim considerável; um status minoritário não deve ser confundido com insignificância. Algumas das organizações sindicalistas minoritárias eram extremamente grandes, ao menos em termos numéricos; a Unione Italiana Sindicale (USI)⁴⁸ italiana contava com 800 mil filiados em 1920, expressamente metade do tamanho da dominante Confederazione Generale di Lavoro (CGL)⁴⁹; a Freie Arbeiter Union Deutschlands (União Livre de Trabalhadores da Alemanha, FAUD)⁵⁰ germânica, sempre foi ofuscada pelos sindicatos ligados ao Sozialdemokratische Partei Deutschlands (Partido Social-Democrata da Alemanha, SPD)⁵¹, mas com possivelmente 150 mil membros, ela pode ser legitimamente considerada como um movimento de massa⁵². No Japão do entreguerras o sindicalismo revolucionário não era, de forma alguma, insignificante. A *Nihon roo Sodomei* (abreviada *Sodomei*)⁵³, o maior sindicato de trabalhadores, rachou em 1925. Este reteve 20 mil membros, sendo que a dissidência, de liderança comunista, *Nihon Rodo Kumiai Hyogikai* tinha 12,5 mil membros e a anarcossindicalista *Zenkoku Jiren*, fundada no ano seguinte, tinha 15 mil membros⁵⁴.

47 Kedward, *The Anarchists*, 28, 117-18.

48 Criada em 1912 a partir da dissidência com a Confederazione Generale di Lavoro (CGL), rompimento em defesa do sindicalismo de inspiração anarquista. (N.T.)

49 Organização centralista criada em 1906. (N.T.)

50 Sindicato anarcossindicalista surgida em 1919. (N.T.)

51 Fundado em 1875. (N.T.)

52 G. Williams, 1975, *A Proletarian Order: Antonio Gramsci, Factory Councils and the Origins of Italian Communism 1911-21*, Pluto Press, 194-95; W. Thorpe, 2000, “Keeping the Faith: the German Syndicalists in the First World War,” *Central European History*, 33 (2): 18, 18n76.

53 Fundada em 1918. (N.T.)

54 J. Crump, 1993, *Hatta Shuzo and Pure Anarchism in Interwar Japan*, St. Martin's Press, 42, 78.

Além disso, dever-se tomar o cuidado de não medir a influência anarquista e sindicalista puramente em termos do número de membros nas organizações sindicais. Como as grandes formações unitárias estabelecidas pela ampla tradição anarquista, as organizações sindicais e as federações sindicais indubitavelmente fornecem uma indicação crucial de força, mas apenas uma indicação imperfeita. Uma avaliação puramente numérica do movimento não capta elementos suficientes do anarquismo e do sindicalismo nos termos de uma contracultura proletária radical, que teve um impacto muito além das fronteiras das estruturas formais do movimento, além de ignorar movimentos fora do local de trabalho. Tratarei da questão dos movimentos camponeses anarquistas adiante.

A Itália nos oferece um importante exemplo da necessidade de levar em conta o impacto cultural e informal da ampla tradição anarquista. A ausência de uma organização nacional anarquista ou sindicalista dos tempos da Primeira Internacional até o surgimento do USI em 1912 é facilmente interpretada como um indicador da insignificância da ampla tradição anarquista. Tal abordagem vem da tradição da “Velha História do Trabalho”, com sua ênfase nas organizações formais e nas lideranças. A “Nova História do Trabalho,” que enfatiza a história social das classes populares e a necessidade de se examinar os movimentos de baixo para cima, oferece uma correção necessária a essas perspectivas, por sua atenção direta às formas culturais e às organizações informais⁵⁵.

Usando uma abordagem da história social, o trabalho pioneiro de Carl Levy sobre o anarquismo italiano sugere que o movimento teve um grande impacto na cultura da classe trabalhadora e da esquerda em nível local, fornecendo-lhe muito de suas linguagens, símbolos e táticas, enquanto influenciava as seções do PSE e da CGL⁵⁶. Acadêmicos marxistas têm tendido a enaltecer o papel de figuras como Gramsci nas agitações populares que abalaram a Itália na década de 1910, tais como a Semana Vermelha insurrecional e o *biennio rosso* [biênio vermelho] de 1919-1920, culminando no movimento de ocupações de fábricas de 1920 que envolveu centenas de milhares de trabalhadores. Um escritor chega a descrever Gramsci como o líder do movimento de ocupações de fábricas e o “mais capaz dos revolucionários de Turim”⁵⁷.

55 M. van der Linden, 1999, “Transnationalising American Labor History,” *Journal of American History*, 86 (3): 1078-1092.

56 Levy, “Italian Anarchism”, 26, 29-30, 34-35, 44-45, 49.

57 “Sob a liderança de Gramsci os trabalhadores em Turin empreenderam em construir um movimento conselhistas de trabalhadores... um experimento no ‘puro’ socialismo conselhistas”; D. Gluckstein, 1985, *The Western Soviets: Workers’ Councils*

Como Levy demonstra, contudo, a Semana Vermelha emergiu de uma greve geral liderada pelos anarquistas e pela USI, e mostrou a habilidade do amplo movimento anarquista para crescer de modo extremamente rápido. Ele adiciona que o Gramsci de 1920 não era de modo algum leninista; suas visões eram próximas do anarquismo, as principais figuras de seu círculo que se agrupavam em torno do quinzenal *L'Ordine nuovo* [Nova Ordem] eram anarquistas, e suas ideias, à época libertárias, tinham apelo precisamente por sua ressonância com a cultura popular italiana⁵⁸. Deve-se adicionar a isso que os anarquistas e os sindicalistas revolucionários foram considerados os “mais consistentes e totalmente revolucionários grupos da esquerda” em 1920⁵⁹. De fato, o *ordinovisti* de Gramsci era um “pequeno grupo de socialistas selecionados ao longo de vários meses” em Turim, e o jornal deles era quinzenal e com circulação de 5 mil cópias⁶⁰. Em contraste, a USI aproximava-se da casa de 1 milhão de membros, a União Anarquista Italiana (UAI), fundada em 1912, estava crescendo rápido como organização nacional, e o periódico anarquista de Malatesta *Umanita Nova* [Nova Humanidade] tinha tiragem de 50 mil cópias em seu ápice.

A atração do sindicalismo por parte de figuras como Connolly, De Leon e Haywood também trouxeram diversos desafios importantes às visões existentes sobre a história anarquista. É tentador, embora equivocado, assumir que a Segunda Internacional foi nada mais que um posto avançado do socialismo político. A relação entre a ampla tradição anarquista e este agrupamento é vista em termos simplórios: com o retorno ao anarquismo de massas, um significativo número de anarquistas e de sindicalistas revolucionários compareceram aos primeiros congressos desta associação, mas foram expulsos em 1891, e então excluídos, por mudanças nas regras em 1893 e 1896; porta-vozes anarquistas foram fisicamente atacados no congresso de 1896. Em muitos estudos, este é o fim da história, sem “qualquer questão posterior de união” entre socialistas libertários e políticos, e sem “qualquer tentativa posterior” por parte de anarquistas e sindicalistas “de invadir a Segunda Internacional”⁶¹.

Entretanto, meus estudos sugerem algo diferente. As correntes sindicalistas continuaram a surgir em muitos dos partidos da Segunda Internacional durante o século XX. Exemplos incluem: a facção sindicalista no Partito

versus Parliament, 1915-1920, London: Bookmarks, 162.

58 Levy, “Italian Anarchism,” 54-58, 61, 70-71.

59 Williams, *A Proletarian Order*, 194-95.

60 Gluckstein, *The Western Soviets*, 239.

61 Woodcock, *Anarchism*, 248.

Socialista Italiano (PSI)⁶² na Itália, o IWW no Socialist Party of America (Partido Socialista da América, SPA)⁶³ nos Estados Unidos, a transformação do SLP em um grupo sindicalista, a evolução da CORA na Argentina para uma organização sindicalista. A CGT francesa também era afiliada ao braço sindical da Internacional. Kotoku, fundador do Partido Social Democrata no Japão, tornou-se uma figura anarquista central japonesa; ele foi apenas um de uma série de anarquistas japoneses proeminentes que vieram da social democracia ou do marxismo clássico. O Partido Trabalhista Independente irlandês chegou até a adotar uma plataforma sindicalista⁶⁴. Seções do Partido Socialista australiano defenderam o IWW⁶⁵. Os socialistas políticos tiveram de promover uma contínua batalha para manter tais correntes fora da Internacional e de seus organismos afiliados; esta batalha certamente não foi ganha em 1896. Foi apenas no Congresso Sindicalista Internacional de 1913 em Londres, que objetivava a criação de uma nova Internacional, que se assinalou a ruptura final com a Segunda Internacional.

O CARÁTER DE CLASSE E O CONTEXTO DAS ORGANIZAÇÕES SINDICALISTAS

O caráter de classe das maiores organizações formadas pela ampla tradição anarquista, as organizações sindicalistas, rapidamente demonstram o equívoco de determinados argumentos que foram anteriormente apresentados.

Dois grupos eram particularmente bem representados no sindicalismo a partir da década de 1890: primeiro, os trabalhadores sazonais e temporários, como os trabalhadores da construção, os estivadores, os trabalhadores do campo, os marinheiros e os trabalhadores dos setores de combustível, que viviam marcados pela instabilidade, pela frequente mudança de emprego e pela mobilidade na busca de trabalho; em segundo lugar, os trabalhadores do setor elétrico e da indústria pesada, tais como trabalhadores fabris, mineiros e trabalhadores do setor ferroviário⁶⁶. Além destas categorias, havia tam-

62 Partido de linha marxista fundado em 1892. (N.T.)

63 Partido de orientação socialista-democrática fundado em 1901. (N.T.)

64 B. Ransome, 1980, *Connolly's Marxism*, Pluto Press, 67-68; ver também K. Allen, 1987, *The Politics of James Connolly*, Pluto Press, 106-13.

65 V. Burgmann, 1995, *Revolutionary Industrial Unionism: The IWW in Australia*, Cambridge University Press, 35, 44, 83.

66 Ver M. van der Linden e W. Thorpe, 1990, "The Rise and Fall of Revolutionary Syndicalism," van der Linden e Thorpe, (orgs.), *Revolutionary Syndicalism*, 7-12; L. Peterson, 1983, "The One Big Union in International Perspective: Revolutionary Industrial Unionism, 1900-1925," J. E. Cronin e C. Sirianni, *Work, Community, and Power: The Experiences of Labor in Europe and America*, Temple University Press, 68-

bém, nas organizações sindicalistas, pequenas quantidades de trabalhadores e profissionais liberais, marcadamente jornalistas, professores, enfermeiros e médicos.

Casos nacionais demonstram consistentemente esta tendência. Na Alemanha, a Freie Vereinigung deutscher Gewerkschaften [Associação Livre dos Sindicatos Germânicos, FVdG]⁶⁷ era largamente baseada em trabalhadores do setor da construção, enquanto a FAUD era predominantemente baseada em trabalhadores da indústria metalúrgica e das minas da região de Ruhr⁶⁸. Na Grã-Bretanha, incluindo a Irlanda, o sindicalismo também pareceu ter uma ressonância particular entre os trabalhadores da construção, metalúrgicos, mineiros e trabalhadores dos transportes⁶⁹. No Peru, para dar outro exemplo, o anarquismo e sindicalismo estavam principalmente baseados nos “trabalhadores fabris semiquualificados que defendiam ações coletivas pragmáticas”⁷⁰. O sindicalismo mexicano teve significativo apoio dos trabalhadores qualificados de pequenas unidades produtivas, mas também teve uma base de massas entre os trabalhadores fabris (notavelmente do setor têxtil), os trabalhadores petroleiros e mineiros⁷¹. Na África do Sul, as pequenas organizações sindicalistas dos anos 1910 eram majoritariamente compostas de trabalhadores de cor semiquualificados e não-qualificados, trabalhadores das manufaturas e do setor de serviços, tais como estivadores, trabalhadores do setor de vestuário das grandes *sweatshops*⁷² e trabalhadores das fábricas de processamento de alimentos⁷³.

75. Ver também M. Davis, 1984, “The Stop Watch and the Wooden Shoe: Scientific Management and the Industrial Workers of the World,” J. Green, (org.), *Workers’ Struggles, Past and Present: A Radical America Reader*, Temple University Press.

67 Organização sindical fundada em 1897. (N.T.)

68 H. M. Bock, 1990, “Anarchosyndicalism in the German Labour Movement: A Rediscovered Minority Tradition,” van der Linden e Thorpe, (orgs.), *Revolutionary Syndicalism*, 67-70.

69 Ver, por exemplo, J. White, “Syndicalism in a Mature Industrial Setting: The Case of Britain,” van der Linden e Thorpe, (orgs.), *Revolutionary Syndicalism*, 105-08.

70 S.J. Hirsch, 1997, “The Anarcho-Syndicalist Roots of a Multi-Class Alliance: Organised Labour and the Peruvian Aprista Party, 1900-1933,” PhD diss., George Washington University, 13, 15, 27, 30, 34, 47, 59, 169.

71 J. Hart, 1990, “Revolutionary Syndicalism in Mexico,” van der Linden e Thorpe, (orgs.), *Revolutionary Syndicalism*, 192-98.

72 *Sweatshop* é um termo anglófono para designar fábricas e oficinas, notavelmente as de roupas, bastante precarizadas. Levam esse nome por, pela falta de ambiente adequado, literalmente virarem “saunas”, dada a quantidade de suor e vapor (*sweat*). (N.T.)

73 Van der Walt, “Anarchism and Syndicalism in South Africa,” 524-25, 589-91.

Muito do apelo do sindicalismo repousa precisamente em sua habilidade de responder às preocupações da classe trabalhadora. Aos trabalhadores sazonais que trabalhavam em vários empregos, o projeto que preconizava Um Grande Sindicato [One Big Union] era mais prático que do que o unionismo de categorias, os laços de lealdade com os empregadores eram mínimos e a ação direta era a melhor estratégia, dados os limitados períodos de emprego⁷⁴. Os trabalhadores da indústria pesada estavam enfrentando várias mudanças trazidas pela segunda revolução industrial dos fins do século XIX e início do XX, que incluíam o crescimento das linhas de montagem de produção em massa, a desqualificação dos trabalhadores qualificados, a mecanização, o crescente aumento dos trabalhadores semiquualificados e as técnicas de “administração científica” tayloristas⁷⁵. Essas mudanças criaram uma série de agravos, tais como intensificação, desqualificação, supervisão intensificada e crescente precarização, o que desencadeou um conjunto de lutas em torno da produção, ao mesmo tempo em que quebravam tradicionais divisões entre os trabalhadores. Isso também facilitou uma guinada rumo ao sindicalismo, mesmo quando a emergência de corporações gigantescas⁷⁶ favorecia poderosamente a criação de sindicatos gigantescos.

De 1909 a 1913, por exemplo, o IWW estadunidense liderou uma onda de greves entre os trabalhadores semiquualificados das “indústrias que estavam sendo racionalizadas pela administração científica e pela introdução de técnicas das novas linhas de montagem de massa,” incluindo as grandes fábricas de automóveis da Ford em Detroit⁷⁷. Os Wobblies⁷⁸ incorporaram uma massa de trabalhadores industriais não qualificados e semiquualificados – os quais eram ignorados pela American Federation of Labor (Federação Americana do Trabalho, AFL)⁷⁹, em função de seu unionismo de categorias e de suas práticas excludentes em termos étnicos e raciais – e revoltaram-se contra as práticas de administração científica, tais como pagamentos por eficiência, trabalho por peça, racionalização e aceleração das linhas de montagem. Era precisamente contra tais práticas que se direcionava a maior parte da defesa do IWW à “sabotagem” industrial⁸⁰.

Seria um erro reduzir a emergência do sindicalismo durante o período glorioso à mudança do processo de trabalho em conjunto com a crescente

74 Van der Linden e Thorpe, “The Rise and Fall,” 7-12.

75 Ibid., 7-12; Peterson, “The One Big Union,” 68-75.

76 Aqui se traduzindo de “*corporations*”, em sentido de “indústrias gigantescas”. (N.T.)

77 Davis, “The Stop Watch and the Wooden Shoe,” 86-87.

78 Termo que designava os membros do IWW.

79 Federação de sindicatos estadunidense criada em 1886. (N.T.)

80 Davis, “The Stop Watch and the Wooden Shoe,” 91-95.

concentração e centralização do capital em enormes fábricas, embora tais fatores tenham certamente desempenhado um importante papel. O sindicalismo também era atrativo num contexto de crescente radicalização popular, em parte expressado por uma onda de greves de massa internacional durante a década de 1910, que foi, talvez, apenas superada por aquela de 1968-1974⁸¹. Facilitada pelo aumento de grandes locais de trabalho e de enormes bairros da classe trabalhadora, esta radicalização foi reforçada por ideias sindicalistas e correspondeu ao crescente desencantamento com a burocracia e a moderação dos sindicatos ortodoxos e dos partidos trabalhistas, ganhando um novo impulso com o crescimento de categorias de trabalhadores suficientemente amplas e organizadas para deflagrarem greves gerais com êxito⁸². Nesse contexto, o sindicalismo “ofereceu uma poderosa [...] resposta” às “questões fundamentais da política socialista e democrática,” ao mesmo tempo em que apresentou uma alternativa radical⁸³.

Foi crucial à emergência do sindicalismo a existência de estruturas anarquistas e sindicalistas, com uma política clara e uma base classista, que tiveram condições de promover suas posições políticas. Grupos formais, baseados na necessidade do dualismo organizacional – grupos especificamente anarquistas ou sindicalistas que trabalhavam dentro e fora dos sindicatos – foram comuns: exemplos incluem a Aliança Internacional da Democracia Socialista dentro da FORE espanhola, e sua sucessora, a Federação Anarquista Ibérica (FAI, fundada em 1927), a Liga de Educação Sindicalista Industrial na Grã-Bretanha (fundada em 1910), a Liga Socialista Internacional na África do Sul (fundada em 1915), o grupo Luz/Lucha no México (fundado em 1912), a Sociedade dos Camaradas Anarcocomunistas (fundada em 1914 por Shifu / Liu Sifu, 1884-1915), a Liga Sindicalista da América do Norte (fundada em 1912). Mesmo os sindicalistas que vociferavam contra a necessidade da organização dualista frequentemente e na prática articularam tais estruturas, ainda que informalmente. Muitos sindicalistas franceses, por exemplo, adotaram a ideia de “minoría militante” para “propagar ideias revolucionárias, padronizar suas políticas, instigar movimentos de greve e organizar seus ataques a forças conservadoras nos sindicatos” e formaram “grupos, *noyaux*, dentro dos amplos sindicatos”⁸⁴.

81 Van der Linden e Thorpe, “The Rise and Fall,” 7-12; Peterson, “The One Big Union,” 68-75.

82 Van der Linden e Thorpe, “The Rise and Fall,” 7-12; Peterson, “The One Big Union,” 68-75.

83 D. Howell, 2000, “Taking Syndicalism Seriously,” *Socialist History*, 35-36.

84 E. C. Ford e W. Z. Foster, [1912] 1990, *Syndicalism*, Chicago: Charles H. Kerr, 44; P.S. Foner, 1965, *The Industrial Workers of the World, 1905-17*, New York: International Publishers, 417.

Ademais, como atesta a influência do sindicalismo em contextos como Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos, este era um movimento perfeitamente capaz de operar nos países industrialmente mais avançados. Se o anarquismo e seu produto, o sindicalismo, emergiram no crescente movimento da classe trabalhadora representado pela Primeira Internacional, então, também é fato que a maioria das pessoas organizadas pela ampla tradição anarquista era de trabalhadores assalariados comuns.

Ao mesmo tempo, é válido ter em mente que a Espanha do século XX dificilmente era a “água estagnada” da economia ou o “rincão feudal da Europa” que as explicações para o não existente mistério da excepcionalidade espanhola sugerem⁸⁵. A economia espanhola cresceu massivamente da década de 1910 em diante, em particular como resultado da habilidade espanhola, como país neutro, para vender suprimentos a todas as forças beligerantes na Primeira Guerra Mundial; uma massiva expansão industrial ocorreu, enquanto as indústrias da segunda revolução industrial (metalurgias, indústrias de químicos e do setor de energia) eram estabelecidas em larga escala; Barcelona tornou-se uma das cidades com mais rápido crescimento na Europa⁸⁶. O rápido crescimento da CNT nesse período deu-se não no contexto das peculiaridades espanholas, mas das condições que eram bem similares àquelas que fomentaram o sindicalismo em outras regiões; portanto, não é surpreendente ver que a CNT organizou tanto as grandes fábricas como as pequenas companhias. Falando do caso espanhol, J. Romero Maura argumenta que o apelo da CNT foi obscurecido pela visão de que o anarcossindicalismo era uma doutrina irrealista e messiânica, inadequada para as condições industriais modernas. Ao contrário, sugere ele, foi a habilidade da CNT em mobilizar trabalhadores, principalmente industriais, em torno de reivindicações imediatas e de práticas militantes, bem como de objetivos revolucionários, que permitiu a existência da federação⁸⁷.

Essa habilidade de relacionar as preocupações dos trabalhadores ao objetivo final da revolução parece ser a receita necessária a qualquer movimento sindicalista exitoso; isso porque ele requer a habilidade de uma relação com a classe trabalhadora no aqui e agora. O dramático crescimento do sindicalismo em seu apogeu testemunha o fato de que ele não apenas recrutava membros entre a classe trabalhadora moderna, mas que o fez precisamente porque era um tipo efetivo e relevante de associativismo para os trabalhadores na agricultura, na indústria e no setor de serviços. Em função da centralidade

85 Kedward, *The Anarchists*, 5.

86 N. Rider, 1989, “The Practice of Direct Action: The Barcelona Rent Strike of 1931,” Goodway, (org), *For Anarchism*, 80-83.

87 Maura, “The Spanish Case”, 71-80.

da influência anarquista no sindicalismo, não faz qualquer sentido dizer que o anarquismo e o sindicalismo são, de algum modo, atávicos, condenados ou não proletários.

Por um lado, os trabalhadores qualificados tiveram um papel considerável no movimento sindicalista. Trabalhadores qualificados da metalurgia, por exemplo, eram críticos do sindicalismo britânico. Por outro, as estruturas das associações de categorias não eram sempre repudiadas; diferente do IWW e da CNT espanhola, por exemplo, a FORA argentina e a CGT francesa incluíam diversas associações de categoria. O que se destaca como algo impressionante é a habilidade que o sindicalismo teve para unir trabalhadores qualificados, semiqualeificados e não qualificados, num movimento trabalhista unificado. O sindicalismo trouxe os trabalhadores qualificados, sempre que possível, para sindicatos mais gerais ou industriais⁸⁸, e ligou diferentes categorias e indústrias, assim como associações de categorias, gerais e industriais em estruturas territoriais como o IWW local ou as Bourses du Travail francesas⁸⁹. Isso significa que os “artesãos” [artisans] que se juntaram aos anarquistas e militantes do sindicalismo não eram artesãos [craftworkers] autônomos, mas assalariados qualificados. Foram eles que engrossaram as fileiras do sindicalismo; como movimento associativo, o sindicalismo oferecia pouco aos artesãos autônomos [craftworkers].

TRABALHADORES E CAMPONESES ANARQUISTAS NO CAMPO

A ampla tradição anarquista sublinhou enfaticamente a importância da união das classes populares tanto nas cidades quanto nos campos. Ademais, ela acreditou no potencial revolucionário do campesinato de um modo que não era feito pelo marxismo clássico, ao menos antes de Mao. Dois caminhos principais foram tomados nos campos: associativismo sindicalista entre os trabalhadores da agricultura, particularmente aqueles empregados em grandes propriedades e fazendas comerciais, mas também, algumas vezes, entre camponeses; e organização anarquista nos vilarejos. Dadas as diferentes condições das duas classes, as organizações anarquistas para trabalhadores e para

88 Na Espanha, o CNT organizou um único corpo sindical em cada local-de-trabalho, assim impondo “a militância da maioria dos trabalhadores não-qualificados sobre a aristocracia operária”; Maura, “The Spanish Case”, 75.

89 “A real importância da *Bourse*, contudo, repousa no senso de solidariedade que este estabelecia no distrito ao qual pertencia. Ele unia em ação comum trabalhadores de diferentes categorias, com diferentes interesses, que poderiam, de outra forma, permanecer divididos em seus vários *syndicates* [sindicatos]”; F.F. Ridley, 1970, *Revolutionary Syndicalism in France*, Cambridge University Press, 75. *A palavra “*syndicates*” foi mantida pelo autor, o colchete seguido desta também é original do autor, mas vinha com a palavra “*unions*” inserida dentro dele. (N.T.)

camponeses eram bastante diferentes⁹⁰.

Um exemplo inicial de sindicalismo rural ocorreu na Espanha com a FORE, que ganhou apoio massivo entre os *braceros*, os “sem-terra, proletários rurais” das grandes fazendas e das maiores propriedades, ou *latifúndios*⁹¹. A FORE era uma organização sindicalista precursora, mas não um movimento exclusivamente urbano. Ela contava com uma boa quantidade de trabalhadores industriais e artesãos, mas seu rápido crescimento iniciado a partir de 1872 foi, parcialmente, um reflexo de sua disseminação nas áreas rurais de Andaluzia e Catalunha⁹². A FORE teve diversas seções entre os agricultores a partir de 1870 e, em 1872, ajudou a fundar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais⁹³. Curiosamente, este recrutava não apenas trabalhadores do campo, mas também camponeses – os primeiros em torno da reivindicação de maiores salários e os segundos de menores valores de arrendamentos –, os quais devem ter composto entre um quarto e metade do total de membros da FORE. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais foi, mais tarde, retomado pela FTRE, seguindo uma abordagem similar, e foi notável em seu papel em unir os trabalhadores espanhóis e os portugueses migrantes contratados⁹⁴. A CNT espanhola foi menos bem sucedida que seus predecessores neste sentido; a maioria dos trabalhadores do campo e dos pequenos camponeses ingressou na UGT e não na CNT⁹⁵.

Na Itália, o Comitê Nacional de Resistência (CNR), predecessor da USI, encarou seu primeiro grande desafio em 1908, quando donos de terras articularam-se para destruir a Câmara do Trabalho de Parma, um baluarte sindicalista que organizava os trabalhadores do campo⁹⁶. Os sindicalistas responderam com uma greve geral de dois meses, mas perderam a batalha, que

-
- 90 Por exemplo, é um infortúnio que algumas fontes tratem os trabalhadores rurais e os camponeses como um único grupo; vejamos, por exemplo, M. Molnár e J. Pekmez, 1974, “Rural Anarchism in Spain and the 1873 Cantonalist Revolution”, H.A. Landsberger, (org.), *Rural Protest: Peasant Movements and Social Change*, Macmillan, 161.
- 91 M. Bookchin, 1977, *The Spanish Anarchists: The Heroic Years, 1868-1936*, Harper Colophon, 89-110.
- 92 Molnár e Pekmez, 1974, “Rural Anarchism in Spain,” 167.
- 93 Ibid., 172-84.
- 94 T. Kaplan, 1977, *Anarchists of Andalusia, 1868-1903*, Princeton University Press, 143-55.
- 95 Richards, *Lessons of the Spanish Revolution*, 52-53.
- 96 T.S. Sykes, 1976, “Revolutionary Syndicalism in the Italian Labour Movement: The Agrarian Strikes of 1907-1908 in the Province of Parma,” *International Review of Social History*, 21: 186-211.

foi vista pelos empregadores como a última grande batalha contra o sindicalismo⁹⁷. O IWW estadunidense organizou uma aliança multirracial de trabalhadores da madeira no Texas e em Louisiana⁹⁸. Em 1913, o IWW organizou uma greve com 20 mil trabalhadores de serralheria no noroeste do Pacífico⁹⁹. Sua Organização dos Trabalhadores Agrícolas, formada por volta de 1915 e sucedida pelo Sindicato Industrial dos Trabalhadores Agrícolas, contava com 50 mil membros em 1918, constituindo expressamente metade de todo o IWW¹⁰⁰. A CGT francesa organizava trabalhadores das fazendas e dos vinhedos da província de Aude, no sul, tendo impulsionado mais de 143 greves entre 1902 e 1914¹⁰¹. A CGT também montou um setor camponês em 1902.

No Peru, os anarquistas e os sindicalistas tentaram, com algum sucesso, organizar os trabalhadores rurais, particularmente os trabalhadores dos campos de algodão e açúcar em Chancay¹⁰². No início do século XX, os anarquistas cubanos começaram a se organizar na indústria açucareira¹⁰³. Em 1911, uma Central de Trabalhadores foi organizada em Cruces, uma central de produção açucareira, seguida pelo Congresso de Trabalhadores do Campo e Camponeses de Cruces, além de várias campanhas organizativas que se estenderam por esta década. Em 1924 e 1925, greves explodiram no setor, em parte organizadas pelo Sindicato Ferroviário Nortenho e apoiada pela CNOC. Anarquistas também foram centrais no Sindicato Geral do Trabalho de San Cristóbal, majoritariamente rural. Na Bolívia, os anarquistas influenciaram fortemente a Federação Departamental Agrária, que se organizava predominantemente entre trabalhadores do campo e camponeses indígenas, no início da década de 1930; antes disso, a organização era selvagemmente reprimida¹⁰⁴.

97 W. Thorpe, 1989, *'The Workers Themselves': Revolutionary Syndicalism and International Labour 1913-23*, Kulwer Academic Publishers/ International Institute of Social History, 36-37.

98 Ver, por exemplo, J.R. Green, 1973, "The Brotherhood of Timber Workers, 1910-1913: A Radical Response to Industrial Capitalism in the Southern U.S.A.," *Past and Present*, 60: 161-200.

99 M. Dubofsky, 1987, *'Big Bill' Haywood*, Manchester University Press, 102.

100 Ibid., 81, 95, 101.

101 L. Frader, 1985/6, "Socialists, Syndicalists, and the Peasant Question in the Aude," *Journal of Social History* 19 (3): 457-58.

102 Hirsch, "The Anarcho-Syndicalist Roots," 13, 15, 27, 30, 34, 47, 59, 169.

103 F. Fernandez, 2001, *Cuban Anarchism: The History of a Movement*, See Sharp Press, capítulo 2.

104 CNT, 1999, "The Libertarian Ideal in Bolivia," *Freedom: Anarchist Fortnightly*, 12 de Junho.

Mesmo que o anarquismo e o sindicalismo argentinos pareçam ter inicialmente ignorado o campo, eles “fizeram verdadeiras incursões no trabalho rural durante os inícios do século XX,” recrutando membros entre trabalhadores do campo e empregados das fábricas de empacotamento e processamento¹⁰⁵. Em 1920, a FORA-IX formou uma aliança com a Federação Agrária da Argentina, uma organização camponesa vinculada ao Partido Socialista dos Trabalhadores, e começou a sistematicamente organizar o campo, em alguns casos articulando pequenas revoltas locais e diversas greves de longa duração. Em 1922, um pacto de unidade sindical firmado na Patagônia radicalizou-se para uma greve geral regional, que rapidamente se transformou numa série de convulsões em fazendas e vilarejos. A rebelião patagônica foi brutalmente esmagada, tendo como resultado entre 500 e 1000 trabalhadores mortos¹⁰⁶.

Houve tentativas anarquistas e sindicalistas sistemáticas e continuadas de mobilizar o campesinato, mas isso usualmente não resultou em movimentos de massa camponeses; a militância tendeu a restringir-se a algo local, quase sempre um tanto informal, e algumas vezes bastante isolado. Houve, claro, muitas iniciativas importantes. Na China, por exemplo, os anarquistas enfatizaram a centralidade do campesinato e tentaram organizar vilarejos modelo e milícias rurais, com sucesso variado. No Japão, a Zenkoku Jiren incitou um movimento unificado de operários e camponeses, e uma seção dos “anarquistas puros” formou a Jovem Associação de Vilarejos Agrícolas (Noson Seinen Sha); ambos se defrontaram com um sucesso limitado¹⁰⁷.

Os anarquistas foram também ativos em dramáticas, ainda que curtas, lutas camponesas. Um caso em questão foi o dos violentos protestos camponeses gregos nas regiões do Peloponeso e de Tesaly, de 1895 em diante. Os camponeses, majoritariamente trabalhadores dos vinhedos, organizaram repetidas manifestações (muitas delas armadas); vários vilarejos foram ocupados. A hostilidade camponesa era diretamente contra os prestamistas, os coletores de impostos e as grandes companhias mercantis. Os anarquistas de Patras, agrupados em torno do jornal *Epi ta Proso* [Indo Adiante], trabalharam ativamente nos vilarejos, assim como os anarquistas de Pyrgos, organizados em torno do jornal *Neo Fos* [Nova Luz]. Nenhuma organização camponesa anarquista emergiu, contudo, e muito da energia acabou canalizada em apelos por proteção tarifária. Os camponeses, majoritariamente pro-

105 R.A. Yoast, 1975, “The Development of Argentine Anarchism: A Socio-ideological Analysis,” PhD diss., University of Wisconsin-Madison, 226-30.

106 Ibid., 229.

107 Crump, *Hatta Shuzo and Pure Anarchism*, 62-63, 78-79, 91-92, 104-05, 112-23, 141-51, 157, 159-60, 172-80.

dutores de uvas secas, a principal colheita de exportação do país, e a indústria estavam arruinados pela entrada de competidores maiores no mercado e pela imposição de tarifas por parte da França¹⁰⁸.

Contudo, apesar de inúmeros esforços, organizações ou movimentos camponeses anarquistas de massa foram pouco usuais: os casos mais importantes foram os da Macedônia, da Manchúria, do México, da Espanha e da Ucrânia. No México, houve uma longa história de levantes camponeses muito sérios liderados por anarquistas, que datam das décadas de 1860 e 1870. O primeiro foi a sublevação de Julio Chávez López entre 1867 e 1869. Filho de camponeses pobres, Chávez López foi educado no anarquismo por militantes como Zalacosta e Rhodokanaty. Ele organizou uma milícia camponesa em Chalco, Puebla e Texaco, que atacou fazendas antes de ser suprimida¹⁰⁹. Ela foi seguida pela revolta camponesa de Zalacosta em 1878, e pelo levante, que teve influência anarquista, do general Miguel Negrete (ativamente auxiliado por Chávez López e Zalacosta) entre 1879 e 1881¹¹⁰. Em 1911, o Partido Liberal Mexicano (PLM) comprometeu-se com um projeto similar, organizando uma revolta armada no estado de Baja California. O PLM já havia tentado organizar sublevações em 1906 e 1908. A revolta de 1911 – inicialmente planejada por Praxedis G. Guerrero, que foi morto um ano antes de seu início, e auxiliada por um destacamento do IWW estadunidense – intentava estabelecer uma zona do PLM sob princípios anarquistas¹¹¹. Guerrero, rebento de uma abastada família latifundiária e educado à moda clássica, juntou-se ao movimento revolucionário, trabalhou na indústria e organizou sindicatos, morrendo aos 28 anos.

A revolução anarquista ucraniana de 1917-1920, associada a figuras como Nestor Makhno, foi majoritariamente estruturada por camponeses, embora contasse com uma substantiva presença de operários, a qual não pode ser negligenciada. Na Espanha, a influência anarquista entre o campesinato, como dito, remonta aos tempos da Primeira Internacional, e o campesinato foi uma das grandes forças da Revolução Espanhola.

108 A. L. Olmstead, P. W. Rhode e J. Morilla Critz, 1999, “‘Horn of Plenty’: The Globalisation of Mediterranean Horticulture and the Economic Development of Southern Europe, 1880-1930,” *Journal of Economic History* 59 (2): 316-18, 325-29, 337-38.

109 J. Hart, 1978, *Anarchism and the Mexican Working Class, 1860-1931*, Texas University Press, 32-42.

110 Ibid., 70-71, 81-82.

111 Ibid., 100-3; C.M. MacLachlan, 1991, *Anarchism and the Mexican Revolution: The Political Trials of Ricardo Flores Magón in the United States*, University of California Press, 32-47. Sobre Guerrero, ver também W. S. Albrow, 1996, *To Die on Your Feet: The Life, Times, and Writings of Praxedis G. Guerrero*, Texas Christian University Press.

A revolução anarquista na Coreia / Manchúria (1929-1931) foi também primordialmente um fenômeno camponês. A Coreia, já crescentemente sujeita ao controle japonês nos fins do século XIX, foi formalmente anexada em 1910. Influenciadas pelo anarquismo chinês e japonês, as correntes anarquistas emergiram e o movimento desempenhou um papel importante na massiva sublevação de 1919 contra a ocupação japonesa, chamado Movimento do 1º de Março. Ele foi seguido por uma onda de atividades e protestos radicais e anticoloniais, incluindo o estabelecimento de um governo coreano provisório em Shanghai, na China, e pela formação, em 1919, do Bando dos Heróis (Uiyoltan), por parte de anarquistas e nacionalistas. Foi nesse período que o anarquismo realmente tornou-se uma força social na Coreia. O Uiyoltan foi influenciado pelo anarquista Yu Cha-myong (1891-1985), sua “liderança teórica,” bem como por Shin Chae’Ho¹¹². Esta iniciativa foi seguida por uma série de grupos anarquistas, incluindo a Federação Anarquista Coreana (KAF)¹¹³. A KAF também estabeleceu seções na China (a KAF-C) e na Manchúria (KAF-M) em 1929; surgiu também a Federação Anarcocomunista Coreana (KACF) neste mesmo ano.

Muitas das atividades dos anarquistas coreanos ocorreram fora da Coreia peninsular, particularmente na China e em Manchúria – esta última tinha mais de um milhão de coreanos no início da década de 1930¹¹⁴. Na Coreia, após um breve período de liberalização no início da década de 1920, a esquerda e os nacionalistas de linha dura eram pesadamente reprimidos, e as tentativas de lançar um Partido Comunista Coreano (KCP) dentro do país, para tomar um exemplo, rapidamente colapsaram. Uma das consequências parece ter sido que a esquerda desempenhou, no melhor dos casos, um papel limitado nos movimentos camponeses e de pequenos ofícios na própria Coreia¹¹⁵. Mesmo os nacionalistas moderados encontraram dificuldades para operar abertamente, especialmente após o estabelecimento de uma ditadura semifascista no Japão em 1931. O significado da Manchúria para a resistência coreana não é surpreendente, também, porque a demarcação da fronteira era pouco clara e contestada; uma importante corrente do pensamento coreano, que incluía Shin (antes de ele tornar-se anarquista), considerava Manchúria

112 Seo Dong-shin, 2007, “Korean Anarchists Pursuing Third Way,” *Korea Times*, 26 de Janeiro.

113 Organização coreana formada na década de 1920. (N.T.)

114 A. Buzo, 2002, *The Making of Modern Korea*, Routledge, 36.

115 Ver, inter alia, Youn-tae Chung, 2001, “The Spread of Peasant Movement and Changes in the Tenant Policy in the 1920’s Colonial Korea,” *International Journal of Korean History*, 2; Gi-Wook Shin, 1996, *Peasant Protest and Social Change in Colonial Korea*, University of Washington Press.

parte de uma Coreia Maior¹¹⁶. As condições de agitação e a guerra na China e na Manchúria criaram o espaço para a oposição radical que faltava à Coreia, e vale mencionar que o anarquismo coreano parece ter sido primariamente um movimento baseado em coreanos emigrados.

A partir dos fins da década de 1920, o KCP era ativo principalmente na Manchúria, onde se dividia em grupos de guerrilha que lutavam independentemente ou em unidades coreanas das forças do Partido Comunista Chinês (CCP); um veterano notável do último grupo era Kom Il-Sung, mais tarde ditador da Coreia do Norte¹¹⁷. Outra força armada importante foi o Exército Independente da Coreia (KIA), que era ligado ao governo provisório exilado coreano. Um dos primeiros sucessos do KIA foi a derrota de uma brigada do exército imperial japonês na Manchúria em outubro de 1920, durante a batalha de Ch'ing-Shan (Ch'uongsan-ri). A principal figura no KIA era o simpatizante anarquista Kim Jao-jin (Kim Jwa-Jin ou Kim Chua-chin, 1889-1930), algumas vezes chamado o “Makhno coreano”. Nascido de uma abastada família em Hongseong County, província de Chungcheong, na Coreia, ele rompeu com seu passado quando, contando 18 anos, libertou os escravos da família e mais tarde lançou-se na luta pela independência.

Os anarquistas estavam envolvidos na administração da província de Kirin no sudeste de Manchúria, uma área efetivamente sob controle do KIA a partir de 1925. Neste ano, com a cobertura de Kim Jao-jin, os anarquistas da KAF-M e da KACF, notavelmente Yu Rim (1894-1961), estabeleceram a Associação do Povo Coreano na Manchúria, também conhecida como Liga Geral dos Coreanos (Hanjok Chongryong Haphoi). Era uma estrutura de conselhos baseada em delegados, similar às estruturas dos soviets da revolução ucraniana. A associação fornecia educação, serviços sociais e defesa militar, e também promovia cooperativas camponesas. A revolução de Kirin foi atacada por forças japonesas, o CCP e o KCP, e também por autoridades chinesas, pressionados pelo Japão. Kim Jao-Jin foi assassinado em 1930 enquanto consertava um moinho de arroz construído pela KAF-M, e as invasões e os assassinatos devastaram as forças anarquistas. Em meados de 1932, Kirin foi invadida e o movimento anarquista levado à ilegalidade, tendo de exilar-se no norte ou na China.

Um exame dos grandes movimentos camponeses anarquistas revela diversas características cruciais de sua emergência. Esses movimentos camponeses anarquistas de massa emergiram tipicamente em condições de aguda

116 Ver A. Schmid, 1997, “Rediscovering Manchuria: Sin Ch'ae-ho and the Politics of Territorial History in Korea,” *Journal of Asia Studies*, 56 (1): 26-46; H. H. Em, 1999, “Nationalism, Post-Nationalism, and Shin Ch'ae Ho,” *Korea Journal*, 39 (2): 295.

117 Buzo, *The Making of Modern Korea*, 45-47.

instabilidade e conflito sociais. Fora de situações revolucionárias, organizações ou movimentos camponeses anarquistas de massa prolongados têm sido mais exceção do que regra. Sob estas condições, contudo, o anarquismo camponês articulou-se para formar organizações de massa que pudessem rivalizar com estruturas como os partidos agrários “populistas” ou os partidos camponeses da Europa Oriental nos fins do século XIX e no século XX; mas, diferente destes partidos, os anarquistas não buscaram se sustentar em tempos de paz social. Os movimentos de massa anarquistas discutidos aqui desenvolveram-se paralelamente às sublevações populares com um caráter resolutamente anti-imperialista (Coreia e Ucrânia) ou em situações de guerra de classes (México e Espanha).

Em condições de agitação e sublevação bastante difundidas, os movimentos de massa camponeses em que os anarquistas eram centrais podiam emergir com incrível rapidez, organizando conselhos de vilarejos e sovietes, assim como milícias camponesas. Geralmente assumindo proporções e formas insurrecionais, a sobrevivência de tais movimentos camponeses anarquistas foi moldada, acima de tudo, pela habilidade destes em mobilizar forças armadas. Em parte, esse caráter insurrecional estava ligado à natureza de classe dos camponeses. Trabalhadores assalariados estão envolvidos em ciclos de produção razoavelmente curtos, e aptos a interromper a produção com efeitos dramáticos e rápidos. Camponeses podem recusar-se a vender sua produção, atrasar as colheitas e boicotar arrendamentos e impostos, mas o ciclo de produção é definido pelas estações, e uma interrupção da produção corre o risco de ocasionar uma perda catastrófica de culturas e rendimentos. Os partidos camponeses da Europa Oriental eram parcialmente capazes de se sustentar concentrando-se na política eleitoral¹¹⁸. Os anarquistas camponeses lutavam para construir movimentos por meio da ação direta continuada, exceto em períodos revolucionários, quando a ordem social cambaleava e os possíveis ganhos de uma revolta aberta pareciam dramaticamente prevalecer sobre os prováveis custos de uma derrota.

Um exame mais próximo dos maiores movimentos camponeses anarquistas que foram aqui identificados ajuda-nos a entender as condições sob as quais estes movimentos floresceram. Um fator crítico na emergência do movimento camponês anarquista de massa foi o rompimento com as relações agrárias feudais e semifeudais, na medida em que o capitalismo penetrava no campo, e a produção era reestruturada em caminhos que conduziam ao lucro e à produção de mercadorias. Por um lado, esta situação criou um crescente volume de camponeses empobrecidos que lutavam para ter seu

118 G. D. Jackson, 1974, “Peasant Political Movements in Eastern Europe,” H. A. Landsberger, (org.), *Rural Protest*, 271, 283-309.

sustento; por outro, sistemas de compromisso feudais e semifeudais, nos quais se esperava que grandes latifundiários provessem alguma medida de caridade e apoio aos pobres, acabaram.

No México, a emergência do anarquismo camponês no século XIX estava “profundamente enraizada” na história da “polarização de terras,” que colocou “vilarejos empobrecidos,” quase todos indígenas, contra “as grades fazendas,” as grandes propriedades ou latifúndios¹¹⁹. Em meados do século XIX, “contratos livres e vendas em mercado aberto” estavam substituindo os sistemas tradicionais de direitos e compromissos, enquanto a ascensão da agricultura comercial orientada à exportação intensificava o crescimento das grandes terras e das fazendas comerciais possuídas pela burguesia, ameaçando comunidades vilarejas. Massivas transferências de terra – algumas vezes pelo mercado, algumas vezes pela fraude e algumas vezes pela força – ocorreram, e os aldeões camponeses lutaram desesperadamente para evitar serem rebaixados ao proletariado rural. A centralização de terras combinada com o crescimento populacional camponês criou imensas tensões. Foi “dentro deste meio social de grandes propriedades onnipresentes e de crescimento da população empobrecida e desterrada do campo que o tumulto agrário se desenvolveu”¹²⁰.

Nos inícios do século XX, a Ucrânia colonial era a mais rica região agrícola do império russo, contando com 40% da terra cultivada¹²¹. Em 1914, este país produzia em torno de 20% do trigo do mundo; enquanto “um terço das importações de trigo da Europa Ocidental vinham do império russo,” “quase 90% das exportações do império” vinham da Ucrânia¹²². Da década de 1880 em diante, a agricultura na Ucrânia foi crescentemente comercializada, e outras culturas agrícolas comerciais produzidas na região incluíam álcool destilado, açúcar e tabaco. A agricultura comercial era incentivada pelo Estado, que provia empréstimos e posse de terras reformadas, e a terra foi crescentemente concentrada nas mãos dos fazendeiros comerciais emergentes [kulaks] e dos capitalistas rurais. “Embora os camponeses mais pobres possuíssem 57% das fazendas na Ucrânia, eles ocupavam apenas 12% das terras,” e “um camponês a cada seis não tinha terra alguma”¹²³. A província

119 Hart, “Revolutionary Syndicalism in Mexico,” 13-15, 35-37, 61-63, 85-87.

120 Ibid., 13-15, 35-37, 61-63, 85-87; ver também J.D. Cockcroft, 1968, *Mexico: Class Formation, Capital Accumulation, and the State*, Monthly Review Press, capítulo 3.

121 C.M. Darch, 1994, “The Makhnovschina, 1917-1921: Ideology, Nationalism, and Peasant Insurgency in Early Twentieth Century Ukraine,” PhD diss., University of Bradford, 136.

122 Ibid., 136, 138-39.

123 Ibid., 141.

de Ekaterinoslav, a principal localidade do movimento Makhnovista, era caracterizada por grandes propriedades, crescimento da classe capitalista e dos *kulaks*, e por condições “extremadamente duras” para muitos camponeses¹²⁴. Isso, em grande medida, explica a longa história de rebeliões camponesas violentas naquela região.

Antes da ocupação japonesa, a polarização rural já era acentuada na Coreia feudal, que contava com numerosas revoltas camponesas. O crescente comércio com o Japão e o desenvolvimento endógeno da agricultura coreana proveram alguns aspectos contextuais do levante camponês de Donghak [Aprendizado oriental] em 1894¹²⁵. Sob a ocupação japonesa, as áreas rurais foram crescentemente utilizadas para gerar receitas fiscais, os sistemas de posse de terra foram reformados e várias manobras oficiais levadas a cabo para modernizar a agricultura; um nível de cultivo destinado à venda [cash-cropping] forçada foi executado e o campo foi crescentemente comercializado, na medida em que atraía investimentos da elite coreana e do um número crescente de fazendeiros japoneses¹²⁶. Arrendamentos, quase sempre pagos em arroz, subiram acentuadamente, proprietários de terras intervinham cada vez mais na produção e custos com tributação (agora calculada por terra, não mais por colheita) eram frequentemente repassados aos arrendatários. Milhões de pessoas emigraram para o Japão e para a Manchúria¹²⁷/ Como resultado da repressão, da pobreza ou da conscrição trabalhista, em 1945, quase 4 milhões de coreanos, em torno de 16% da população, estavam trabalhando no exterior para o império japonês¹²⁸.

Na Espanha, o anarquismo fincou profundas raízes nas vilas camponesas de Andalusia e no levante na década de 1870 sob o contexto de “sublevação social crônica” no campo. Em tempos anteriores, o acesso às terras comunais ajudou a compensar a falta de terras, assim como “as pretensões aristocráticas e o paternalismo da nobreza tradicional”. Na década de 1860, contudo, tanto a Igreja quanto as “terras herdadas”, que eram “a maioria mantida comunalmente por aldeões e pela municipalidade”, foram vendidas, perturbando “o equilíbrio tradicional entre as classes dominantes e oprimidas na região”. Compromissos tradicionais estavam crescentemente sendo

124 Ibid., 146-48.

125 Ha Ki Rak, 1986, *A History of Korean Anarchist Movement*, Taegu, South Korea: Anarchist Publishing Committee, 10-18.

126 Chung, “The Spread of Peasant Movement,” 160-62; Buzo, *The Making of Modern Korea*, 19-21, 26-27.

127 Ha, *A History of Korean Anarchist*, 33-34; ver também Chung, “The Spread of Peasant Movement,” 160-62.

128 Buzo, *The Making of Modern Korea*, 38.

suspensos pelos *ethos* de uma “burguesia gananciosa”¹²⁹.

Dado o contexto de reestruturação e polarização, não é surpreendente que o programa agrário anarquista, com seu destaque à redistribuição fundiária e à criação de um autogoverno aldeão democrático, tivesse um poderoso apelo à maioria dos camponeses. As revoltas camponesas anarquistas no México envolveram milhares de camponeses; testemunho disso era a política da terra arrasada na supressão da revolta de Chávez López. Com a primeira fase da Revolução Ucraniana em 1917, a quantidade de terras sob controle dos camponeses cresceu nitidamente de 56% para 96% do total, administradas pelo corpo aldeão tradicional, o *mir* ou a comuna¹³⁰. Em Kirin, o veterano anarquista coreano Ha Ki Rak (1912-1997) relembra que a proposta para uma Associação do Povo Coreano na Manchúria encontrou “calorosas boas-vindas” das populações locais em toda parte¹³¹. Nem é também surpreendente que no mínimo 2 mil coletivos rurais auto-organizados tenham se formado durante a Revolução Espanhola, com mais de 15 milhões de acres de terra tendo sido expropriados entre julho de 1936 e janeiro de 1938, e com entre 7 e 8 milhões de pessoas direta e indiretamente afetadas pela coletivização, nos quase 60% de terras espanholas afetadas por este processo¹³².

Contudo mudanças estruturais na sociedade rural não podem prover uma explicação adequada dos movimentos camponeses anarquistas de massa. Revoltas camponesas têm sido um aspecto recorrente da história moderna, e apenas em alguns momentos elas estão entrelaçadas com o anarquismo. Muitos camponeses buscavam a salvação em movimentos conservadores, que buscavam recriar uma ordem feudal idealizada. Por exemplo, na Espanha, o campesinato empobrecido das províncias nortenhas agrupava-se sob as bandeiras dos monarquistas “Carlistas” conservadores; na Europa Oriental, camponeses forneceram apoio massivo a movimentos fascistas como a Guarda de Ferro [Iron Guard] na Romênia. Além disso, revoltas camponesas tipicamente careciam dos projetos sistemáticos de reconstrução social empreendidos na Ucrânia nos fins da década de 1910, na Coreia/Manchúria nos fins da década de 1920 e na Espanha nos fins da década de 1930.

Dois outros fatores são cruciais. O primeiro é a existência de uma camada dos militantes anarquistas estabelecida dentro do campesinato, apta a promover seu socialismo libertário e revolucionário, e a mobilizar e reunir o campesinato. Tais camadas desenvolveram-se a partir do trabalho anarquista

129 Bookchin, *The Spanish Anarchists*, 92-104; ver também Molnár e Pekmez, “Rural Anarchism in Spain,” 168-71.

130 Darch, “The Makhnovischna,” 149.

131 Ha, *A History of Korean Anarchist*, 82.

132 Breitbart, “Spanish Anarchism”, 60.

realizado entre os camponeses. A segunda importante questão para transformar a frustração e o descontentamento camponeses em ação revolucionária é o aparecimento de um período de sublevação e instabilidade. Onde estes dois elementos eram combinados, os resultados podiam ser explosivos. Este foi o contexto no qual figuras ligadas ao anarquismo como Chávez López, Zalacosta, Makhno, Kim Jong-jin (?-1931) da KAF-M, Kim Jwa-Jin destacaram-se. Levantes camponeses poderiam ter acontecido de qualquer forma; no entanto, sem os anarquistas, a história destes movimentos camponeses teria sido bastante diferente; uma onda massiva de confisco de terras camponesas varreu o império russo em 1917, mas foi na Ucrânia que uma importante revolução anarquista ocorreu.

Transformações agrárias estáveis e contínuas parecem nunca ter sido suficientes para ser o estopim da revolta camponesa de massas anarquista; uma mudança súbita era vital. Lutas por terra no México e na Espanha, por exemplo, haviam sido contínuas durante o século XIX, mas grande parte deste período contava com apelações legais e com esporádicos surtos de violência, e quase sempre um clima de fatalismo e aceitação passiva prevalecia. Da mesma forma, a comercialização agrícola estava espalhada na Ucrânia na década de 1880 e, ainda assim, a maior revolta camponesa anarquista só ocorreu quase 40 anos mais tarde. A “maioria dos aldeões” na Espanha “nunca estavam ativamente ocupados com o movimento anarquista [...] e, em tempos comuns, eles ocupavam-se com seus negócios diários com bem pouco interesse nos princípios anarquistas”. Era apenas em tempos de “aflição” ou “esperança” que os aldeões hispânicos podiam ser “despertados para a ação” *de massas* na esteira dos núcleos anarquistas¹³³. Na Espanha, finalmente, a tentativa do golpe de Franco contribuiu com a revolução de 1936.

Algumas vezes o estopim era uma disputa local. A revolta de Chávez López no México, por exemplo, teve lugar após uma grave disputa de terras entre uma única vila e uma fazenda [hacienda]. Algumas vezes uma súbita mudança na economia era a faísca. As revoltas camponesas gregas de 1895 seguiram-se diretamente após o rápido declínio do preço da mais importante cultura, as uvas-passas, que levou ao desemprego em massa de trabalhadores e à ampla execução hipotecária de fazendas. Algumas vezes uma revolta camponesa emergia de condições de guerra e invasão. A economia da Rússia e da Ucrânia colapsou como resultado direto da Primeira Guerra Mundial, e famílias camponesas foram prejudicadas com a conscrição de milhões de homens ao exército. A produção caiu, assim como as exportações, a inflação subiu, e os camponeses sofreram, além disso, com as requisições do governo por produtos pecuários e pelas depredações realizadas pelas forças invaso-

133 Bookchin, *The Spanish Anarchists*, 91-92.

ras¹³⁴. Isso ajudou a gerar um clima de radicalização entre o campesinato, que respondeu entusiasticamente à Makhno e aos anarquistas em 1917. A transferência subsequente da Ucrânia às forças germânicas pelo Tratado de Brest-Listovsk, seguida pela invasão do reacionário Exército Branco e dos nacionalistas, mais as forçadas demandas do “Comunismo de Guerra” bolchevique, ajudaram a manter o ímpeto da luta camponesa de massas.

O caso da Coreia/Manchúria deve ser situado no amplo contexto da guerra e da instabilidade do leste asiático nas décadas de 1910 a 1940. O Movimento 1º de Março de 1919 inaugurou um período de agitação de massas, frequentemente violento – a resistência armada pioneira dos anos 1910 havia sido impiedosamente esmagada, mas, naquele momento, novos grupos como Uiyoltan travavam uma luta armada e a KIA e outras forças emergiam –, ao passo que a aceleração do expansionismo japonês e a guerra civil na China fortaleciam as condições de instabilidade. Isso também abriu um período de lutas camponesas de larga escala na própria Coreia, quase sempre centradas em greves de arrendatários em torno dos arrendamentos, da segurança dos arrendamentos e das taxações¹³⁵. Isso se desenvolveu nos sindicatos “camponeses vermelhos” dos inícios da década de 1930¹³⁶. A pronunciada queda no preço do arroz nos fins da década de 1920, somada aos custos crescentes, contribuiu diretamente com um aumento das lutas camponesas¹³⁷. Juntamente com a crescente repressão na Coreia, estes desenvolvimentos, sem dúvida, contribuíram para o apelo do projeto da Associação do Povo Coreano na Manchúria entre a considerável população coreana emigrante.

OS ANARQUISTAS E A INTELLIGENTSIA

Até aqui, enfatizei o caráter do anarquismo e do sindicalismo históricos como um movimento da classe trabalhadora e do campesinato. Não há dúvida que muitos dos principais militantes e ideólogos do anarquismo e do sindicalismo tiveram algum tipo de educação superior¹³⁸ ou foram recrutados entre a *intelligentsia* da classe média (ou mesmo da dissidência da classe dominante): Bakunin, Ervin Batthyány (1877-1945) da Hungria, John Creagh (1841-1920) na Argentina e na Grã-Bretanha, Guillaume, De Leon, Galleani, Guerrero, Hatta, Ito, Kropotkin, Flores Mágon, Malatesta, Michel, Osugi, Reclus, Shifu, Shin e Zalacosta, bem como Pietro Gori (1865-1911) na Itália, Fábio Luz e Neno Vasco (1878-1920) no Brasil, Juan Francisco Moncaleano

134 Darch, “The Makhnovischna,” 154.

135 Chung, “The Spread of Peasant Movement,” 162-68.

136 Ver, em particular, Shin, *Peasant Protest*.

137 Buzo, *The Making of Modern Korea*, 13-14.

138 No sentido de educação para além dos níveis elementares, “*tertiary education*”. (N.T.)

na Colômbia e no México, González Prada no Peru e Thibedi e S. P. Bunting (1873-1936) na África do Sul.

Nesse aspecto, a ampla tradição anarquista não foi (e não é) muito diferente de outras correntes da esquerda radical. Não obstante, isso não diminui o aspecto básico de que a ampla tradição anarquista foi, historicamente, fundamentalmente um movimento da classe trabalhadora e do campesinato, e que muitos de seus grandes militantes foram oriundos das classes populares, incluindo grandiosas figuras como Arshinov, Berkman, Connolly, Durruti, Foster, Goldman, Infantes, Makhno, Mann, Speras e Peirats. E, independentemente de sua origem de classe, a maioria das lideranças anarquistas e sindicalistas teve vidas de privação e morreu antes de sua hora: exilados, encarcerados, executados, em barricadas ou prostrados pelas doenças da pobreza excruciante.

Ainda que o anarquismo nunca tenha tido uma presença significativa entre os intelectuais tradicionais e nas universidades, se comparado, por exemplo, ao marxismo, deve-se dizer que houve períodos em que sua influência nestes campos foi notável. Na Europa, por exemplo, grandes figuras anarquistas como Kropotkin, um russo que se exilou principalmente na Grã-Bretanha, e Reclus, na França, foram internacionalmente reconhecidos como acadêmicos – Kropotkin foi, inclusive, apontado como “uma das primeiras celebridades internacionais e modernas do mundo”¹³⁹. Seu trabalho acadêmico, ainda que relativamente negligenciado, continua a chamar a atenção¹⁴⁰. O anarquismo teve, também, certa presença nas grandes correntes das ciências sociais, tendo sido criticado por Karl Marx, defendido por Max Weber e, surpreendentemente, exercido influência em Emile Durkheim¹⁴¹.

Olhando globalmente, é claro que na Ásia, na África e na América Latina, assim como na Europa Oriental, o anarquismo e o sindicalismo atraíram notavelmente acadêmicos e escritores. Dentre eles, é possível citar figuras como: Isabelo de los Reyes (Filipinas), João Dos Santos Albasini (Moçambique), Har Dayal (Índia), Manuel González Prada (Peru), Li Pei Kan (Ba Jin) (China), Salama Musa (Egito), Shibli Shumayyil (sírio) e Shin (Coreia);

139 L.A. Dugatkin, 2011, “The Prince of Evolution: Peter Kropotkin’s Adventures in Science and Politics,” *Scientific American Online*, 13 de Setembro.

140 S. Jones, 2007, *Coral: A Pessimist in Paradise*, Little, Brown and Company; S.J. Gould, 1997, “Kropotkin Was No Crackpot,” *Natural History*, 106: 12-21; J. O. Berkland, 1979, “Elisée Reclus: Neglected Geologic Pioneer and First(?) Continental Drift Advocate,” *Geology*, 7 (4): 189-192.

141 C. Levy, 1999, “Max Weber, Anarchism and Libertarian Culture,” S. Whimster, (org.), *Max Weber and the Culture of Anarchy*, Macmillan; J. Prager, 1981, “Moral Integration and Political Inclusion: A Comparison of Durkheim’s and Weber’s Theories of Democracy,” *Social Forces*, 59 (4): 918-950.

Cai Yuanpei, chanceler da Universidade de Beijing a partir de 1917, era anarquista¹⁴². Da Europa Oriental, podemos mencionar importantes pensadores como Ervin Szabó da Hungria¹⁴³.

Shin, por exemplo, continua a ser amplamente conhecido “tanto por sua militância política quanto por suas contribuições historiográficas,” dentre as quais se encontram as obras pioneiras da história nacionalista coreana¹⁴⁴, ainda que narrativas posteriores tenham minimizado o papel do anarquismo pelo qual ele morreu numa prisão japonesa; isso constitui parte de uma “amnésia histórica,” “que diz respeito ao apelo do anarquismo para os coreanos”.¹⁴⁵ Isso também se passou com Albasini, que não era anarquista, mas que foi influenciado pelo anarquismo, e que foi o mais destacado intelectual de Lourenço Marques, em Moçambique, no início do século XX – um membro da pequena elite *assimilada* de africanos negros¹⁴⁶.

INFLUÊNCIAS DIFUSAS: ANARQUISMO, SINDICALISMO E MOVIMENTOS “SINCRÉTICOS”

Por fim, também é válido mencionar que as ideias anarquistas e sindicalistas penetraram em movimentos que não eram, estritamente falando, anarquistas ou sindicalistas. Por exemplo, os países que hoje compreendem Bangladesh, Índia e Paquistão eram, até 1947, uma única gigantesca colônia, a Índia Britânica. Uma grande diáspora indiana ocorreu globalmente, envolvendo a África e a América, e contou com correntes revolucionárias. Migrantes operários e marinheiros foram grandes canais de ideias radicais¹⁴⁷. O radical e anticolonial Partido Ghadar foi fundado nos Estados Unidos em 1913: havia quase 10 mil sul asiáticos na América do Norte naquele momen-

142 J.M. Allen, 1999, “History, Nation, People: Past and Present in the Writing of Sin Ch’ae-ho,” PhD diss., University of Washington; B. Anderson, 2006, *Under Three Flags: Anarchism and the Anti-Colonial Imagination*, Verso; E.C. Brown, 1975, *Har Dayal: Hindu Revolutionary and Rationalist*, University of Arizona Press; Dirlik, *Anarchism in the Chinese Revolution*, 156-57, 172-3; Em, “Nationalism, Post-Nationalism and Shin”; J.M. Penvenne, 1996, “João Dos Santos Albasini (1876-1922): The Contradictions of Politics and Identity in Colonial Mozambique,” *Journal of African History*, 37 (3): 428, 443, 458.

143 For example, S. Goldberger, 1985, “Ervin Szabó, Anarcho-syndicalism and Democratic Revolution in Turn-of-the-Century Hungary,” PhD diss., Columbia University.

144 Allen, 1999, “History, Nation, People,” 4.

145 Allen, 1999, “History, Nation, People,” 263-64.

146 Penvenne, 1996, “João Dos Santos Albasini,” 428, 443-44, 449-51, 458.

147 J. Hyslop, 2009, “Steamship Empire: Asian, African and British Sailors in the Merchant Marine c.1880-1945,” *Journal of Asian and African Studies*, 44 (1): 49-67.

to¹⁴⁸. Em seu jornal, *The Ghadar*, “declaração de guerra” do partido, ele convocava “bravos e abnegados guerreiros que possam promover a revolta”¹⁴⁹:

Salário: morte;

Recompensa: martírio;

Pensão: liberdade;

Campo de batalha: Hindustão [Índia]...

Este agrupamento operou em muitos países do mundo e suas principais conexões na Índia eram na região de Punjab. O movimento Ghadar buscava não somente a independência do Império Britânico, mas uma Índia radicalmente transformada, sem divisões de classes ou comunais¹⁵⁰. Ele via a luta indiana como parte de uma luta anti-imperialista mundial, que era parte de uma luta mais ampla contra o capitalismo e outras formas de opressão.

Nestes aspectos, ele foi profundamente influenciado pelo anarquismo e pelo sindicalismo, especialmente do IWW: uma figura central foi um militante que viveu na América, Har Dayal, “o primeiro e decisivo teórico e propagandista”¹⁵¹, fundador do partido e editor de *The Ghadar*. Ele foi secretário do IWW de San Francisco a partir de 1911 e fundador, em 1912, do Instituto Bakunin na Califórnia. Ele defendeu o “estabelecimento do comunismo, a abolição da propriedade privada da terra e do capital por meio da organização industrial e da greve geral” (ou seja, por meio do sindicalismo), o “estabelecimento de uma cooperação fraterna e livre e a última abolição da organização coercitiva do governo,” “a abolição do patriotismo e dos sentimentos raciais” e das “instituições baseadas na escravidão das mulheres”¹⁵². Em 1915, o Partido Ghadar promoveu um levante armado na Índia, que fracassou e foi esmagado. Ele sobreviveu durante os anos 1940 de várias formas, inclusive por meio do *Kirti Kisan Lehar* (o Partido dos Operários e Camponeses, fundado em 1928). O Partido Ghadar não era uma estrutura puramente anarquista: outras influências centrais foram o nacionalismo indiano, o siquismo e, a partir dos anos 1920, o marxismo¹⁵³. Entretanto, sua

148 M. Ramnath, 2011, *Haj to Utopia: How the Ghadar Movement Charted Global Radicalism and Attempted to Overthrow the British Empire*, University of California Press.

149 Ramnath, *From Haj to Utopia*, 1.

150 Ramnath, *From Haj to Utopia*, 41, 52-53, 60, 62-69, 120, 134-35, 155-56, 162-65; B. Singh, 2011, “The Anti-British Movements from Gadar Lehar to Kirti Kisan Lehar, 1913-1939,” PhD diss., Punjabi University, capítulo 6.

151 Ramnath, *From Haj to Utopia*, 8; Brown, *Har Dayal*.

152 Citado em M. Ramnath, 2012, *Decolonising Anarchism: An Antiauthoritarian History of India's Liberation Struggle*, AK Press, 94-95.

153 Ramnath, *From Haj to Utopia*, 12.

política não pode ser compreendida sem um entendimento da marca nele deixada pelo anarquismo.

O ICU, formado em 1919 em Cape Town, na África do Sul, entre os estivadores africanos e de cor, constitui um importante exemplo. Ele não apenas espalhou-se rapidamente pela África do Sul em 1920, chegando a, talvez, 100 mil membros, mas se tornou um movimento transnacional na África Austral. Em 1920, uma seção foi formada nas proximidades do sudoeste da África (atual Namíbia), seguida por seções na Rodésia do Sul (atual Zimbábue) em 1927 e na Rodésia do Norte (atual Zâmbia) em 1931. Embora tenha começado como uma associação urbana, o ICU conseguiu uma crescente parte de seu apoio, em particular na África do Sul e na Rodésia do Sul, de trabalhadores africanos do campo e de agricultores arrendatários, que sofriam duros golpes com os cercamentos de terras para fazendeiros comerciais brancos¹⁵⁴. Com isso, os dois maiores ICUs tornaram-se um dos mais importantes movimentos rurais de seu tempo.

O ICU, encabeçado pelo carismático Clements Kadalie (1896-1954), foi notavelmente influenciado pelo sindicalismo ao estilo do IWW¹⁵⁵, assim como o ICU Yase Rodésia no Zimbábue e suas grandes figuras, como Masotsha Ndhlovu. Ele tinha como objetivo, em 1920, “formar um grande sindicato de trabalhadores qualificados e não qualificados da África do Sul, sul de Zmavesi”¹⁵⁶, “para unir todas as classes de trabalhadores, qualificados e não qualificados, em todas as esferas da vida, quaisquer que sejam eles”¹⁵⁷. Em 1921, o ICU incorporou a seção da Cidade do Cabo da organização sindicalista Trabalhadores Industriais da África e, em 1925, adotou uma versão do *Preâmbulo* do IWW de Chicago¹⁵⁸:

Visto que o interesse dos trabalhadores e aquele dos patrões são opostos um ao outro [...], sempre haverá luta pela divisão dos produtos do trabalho humano, até que os trabalhadores, por meio de sua organização industrial, tomem da classe capitalista os meios de produção, que devem ser possuídos e controlados pelos trabalhadores para o benefício de todos, e não para o lucro de poucos. Sob tal sistema, aquele que não trabalha não deve, também, comer [...]. Este é o objetivo que o ICU pretende atingir, juntamente com todos os outros trabalhadores organizados ao redor do mundo...

154 Ver Van der Walt, “One Great Union.”

155 Van der Walt, “Anarchism and Syndicalism in South Africa,” capítulos 8 e 9.

156 Adição do próprio autor ao corpo do excerto. (N.T.)

157 Citado em P. L. Wickens, 1973, “The Industrial and Commercial Workers’ Union of Africa,” PhD diss., University of Cape Town, 145-46.

158 “Revised Constitution of the ICU,” *From Protest to Challenge: A Documentary History of African Politics in South Africa, 1882-1964*, volume I, 325-26.

Embora o ICU tenha definitivamente sido influenciado por ideias, imagens e pelo anticapitalismo sindicalistas, e mesmo que preconizasse uma greve geral que deveria devolver as terras de domínio branco às comunidades africanas, seria um exagero descrevê-lo como uma organização verdadeiramente sindicalista. Sua estrutura era vaga, diversas vezes antidemocrática, e suas lideranças eram em muitos casos estranhas ao restante dos membros. Isso contribuiu com o dramático colapso do movimento na África do Sul, que reivindicava ter mais de 100 mil membros em 1927 e que terminou reduzido a pequenos grupos locais no início dos anos 1930 – ainda que tenha continuado a ser uma importante força no Zimbábue até os anos 1950. Mesmo que importante, sua ideologia era eclética e instável, montada não apenas sobre o sindicalismo, mas também sobre o cristianismo, o liberalismo, o marxismo e o pan-africanismo de Marcus Garvey. Mas, ainda assim, o ICU não pode ser propriamente explicado sem que seu impulso sindicalista seja reconhecido.

Ainda que o PLM tenha ajudado a iniciar a Revolução Mexicana (1910-1920) com o seu levante na Baixa Califórnia, seu impacto na revolução, se ela for considerada de maneira mais ampla, foi limitado. Várias forças opostas surgiram, dentre elas a dos constitucionalistas de Venustiano Carranza, aquela de Francisco (Pancho) Villa e as milícias de Zapata, que surgiram em 1910 reivindicando uma reforma agrária radical. Os grupos do PLM continuaram ativos e a COM, que era sindicalista, manobrou com as diferentes facções, aliando-se controversamente aos constitucionalistas contra os zapatistas em 1915.

O Exército Libertador do Sul zapatista teve Morelos sob controle, uma província que havia passado por uma enorme mudança com a expansão do cultivo comercial de açúcar. Zapata era simpático ao PLM e alguns aspectos do pensamento zapatista vieram do anarquismo. Antonio Díaz Soto y Gama (1880-1967), veterano do PLM e fundador da COM, foi um importante zapatista. Parte do “agrarismo” zapatista era “essencialmente trabalho dele”¹⁵⁹. O “agrarismo” zapatista também incorporou influências anarquistas dos primeiros levantes mexicanos¹⁶⁰.

O movimento de Sandino na Nicarágua constitui outro exemplo. Sandino é hoje um ícone do anti-imperialismo nicaraguense, e mais particularmente do nacionalismo radical. Mas ele não é, de modo algum, um nacionalista puro e simples. Criado na Nicarágua, Sandino trabalhou primeiro em Honduras como mecânico, depois como trabalhador rural na United Fruit na Guatemala; começou a trabalhar em 1923 como almoxarife e mecânico

159 J. Womack, 1970, *Zapata and the Mexican Revolution*, Vintage, 194.

160 Hart, *Anarchism and the Mexican Working Class*, 72-73.

no porto petrolífero mexicano de Tampico, um bastião do IWW e da CGT do México. Sandino “combinou princípios patrióticos e anti-imperialistas, dirigindo-os majoritariamente contra a intervenção estadunidense na Nicarágua e com uma grande preocupação pelo conjunto das classes camponesa e operária latino-americanas”¹⁶¹.

Suas forças tremulavam a bandeira vermelha e negra, associada ao anarquismo mexicano e espanhol, e sua política incorporava uma “marca peculiar de anarcocomunismo” e um “comunismo anarquista radical,” enraizado nas ideias de Proudhon e Flores Magón¹⁶². Esta tendência misturava-se com ideias nacionalistas e religiosas.¹⁶³ Sua “educação política, realizada na ideologia sindicalista, também conhecida por anarcossindicalismo, socialismo libertário ou comunismo racional,” foi sempre “enquadrada no orgulho étnico tão característico da revolução mexicana e nesta nova geração de latino-americanos”¹⁶⁴. Como Kadalie, Sandino é um exemplo do quão longe as ideias anarquistas chegaram e do quão amplo seu apelo podia ser.

Ocupada pelas tropas estadunidenses desde 1909, a Nicarágua foi lugar de numerosas revoltas lideradas pelos liberais modernizadores. Tendo retornado em 1926, Sandino estava consternado, quando os liberais estabeleceram um acordo em 1927, que garantia às forças estadunidenses inúmeros direitos políticos e militares. Sandino foi primordial ao reunir uma força guerrilheira, o EDSNN¹⁶⁵, que começou atacando as guarnições do exército, e estabeleceu uma base de operações da região de Las Segovias. Ele liderou a mais duradoura revolta anti-imperialista do país, que foi de 1927 a 1933. Em 1932, as tropas estadunidenses foram retiradas e o EDSNN chegou a um acordo de paz com o novo governo nicaraguense. Este exército foi amplamente desmobilizado, mas à sua região no país, na província de Jinotega, foi garantido um status de autônoma; ali, Sandino estabeleceu inúmeros co-

161 R. E. Conrad, 1990, “Translators’ Introduction,” S. Ramírez e R. E. Conrad, (orgs.), *Sandino: The Testimony of a Nicaraguan Patriot, 1921-1934*, Princeton University Press, 17n39.

162 D. Hodges, 1986, *Intellectual Foundations of the Nicaraguan Revolution*, University of Texas Press, 19, 49, 137.

163 R. E. Conrad tem debatido a extensão na qual o anarquismo influenciou Sandino, argumentando a ausência de referências explícitas a figuras-chave do anarquismo nos escritos de Sandino. A ausência de tais nomes não, contudo, demonstra que as ideias anarquistas não tiveram impacto no pensamento de Sandino; compare em Conrad, “Translators’ Introduction”, 17n39.

164 A. Bendana, 1995, “A Sandinista Commemoration of the Sandino Centennial: Speech Given on the 61 Anniversary of the Death of General Sandino,” Managua: Centre for International Studies.

165 Fundado em 1927. (N.T.)

letivos. A Guarda Nacional assassinou Sandino em 1934, e a zona autônoma, que tinha similaridades com a Morelos que era administrada pelos zapatistas, foi destruída nos três anos seguintes. O programa anti-imperialista de Sandino, somado à sua experimentação com a redistribuição de terras e às cooperativas camponesas nos estágios iniciais da guerra, e seguido por seu projeto Las Segovias, assegurou-lhe apoio das massas¹⁶⁶.

EM CONCLUSÃO: LUTA DE CLASSES, BASE E PODER DE CLASSE

Argumentei neste capítulo que duas formas principais de movimentos de massa emergiram da ampla tradição anarquista: organizações sindicalistas e movimentos anarquistas camponeses. Revoltas ou movimentos camponeses anarquistas de massas – contrariamente à visão de que o anarquismo era primordialmente “pequeno-burguês” ou de que o campesinato tinha uma afinidade natural com o anarquismo – foram, na verdade, realmente raros. Primordialmente, a mais importante e influente forma de organização de massas da ampla tradição anarquista foi o associativismo sindicalista, que dominou os movimentos trabalhistas na Argentina, no Brasil, no Chile, em Cuba, na França, no México, nos Países Baixos, no Peru, em Portugal, na Espanha e no Uruguai, em diferentes momentos. Contrariamente à tese da excepcionalidade espanhola, o anarquismo e o sindicalismo tornaram-se “um grande movimento social,” que podia “ameaçar o Estado,” em diversos países¹⁶⁷. Mesmo as correntes sindicalistas minoritárias (tais como aquelas na Alemanha, na Grã-Bretanha, no Japão, na Itália e nos Estados Unidos) converteram-se em forças sociais perigosas; mesmo os movimentos menores (por exemplo, na África do Sul) desempenharam papéis destacados.

A organização rural conformou uma parte crucial do sindicalismo – o sindicalismo rural provavelmente mobilizou mais pessoas no campo que o anarquismo camponês – mas os centros da força sindicalista estavam, em geral, nas áreas urbanas. Isso se deu, provavelmente, em função da concentração da classe trabalhadora em locais de trabalho e bairros; os campos não são normalmente fáceis de organizar. O grande baluarte do poder sindicalista e anarquista eram, assim, os centros industriais urbanos. Se Barcelona foi a “rosa flamejante” do anarquismo, esta deveria ser vista como uma de várias importantes cidades vermelhas e negras, que incluem entre suas representantes bastiões como: Buenos Aires, Chicago, Havana, Lima, Lisboa, Montevideu, Cidade do México, Rio de Janeiro e São Paulo, as quais são seguidas por um segundo grupo de cidades, em que os anarquistas e sindicalistas não eram necessariamente majoritários, mas que eram, ainda assim, relevantes; dentre

166 Bendana, “A Sandinista Commemoration”.

167 Marshall, *Demanding the Impossible*, 453.

elas, podemos incluir: Cantão, Glasgow, Hamburgo, Hunan, Johannesburg, Santiago, Shanghai e Tóquio.

A ampla tradição anarquista deve ser historicizada e não tratada como um tipo de fenômeno universal. O material discutido neste capítulo dá suporte a esta perspectiva. Esta tradição surgiu e tornou-se uma poderosa força social em momentos sociais e históricos particulares. Ela não foi o produto de um impulso universal da natureza humana, de “uma luta sem fim” ou de uma “profunda necessidade humana”¹⁶⁸; mas floresceu no capitalismo moderno do período da Primeira Internacional, e desenvolveu um caráter de massas em conjunturas históricas e lutas de classe específicas. Movimentos camponeses anarquistas de massa emergiram sob circunstâncias particulares também – a penetração capitalista no campo, a quebra das antigas relações agrárias, crises e guerra, e a existência de estruturas anarquistas – e foi central às revoluções anarquistas na Ucrânia, na Manchúria e na Espanha. Do mesmo modo, o sindicalismo extraiu muito de sua força de sua habilidade em dar respostas às necessidades da classe trabalhadora moderna em períodos específicos.

A visão de que o anarquismo estava à margem dos principais eventos e era simplesmente uma atração das minorias constitui uma concepção equivocada da história das lutas trabalhistas e da esquerda. Ao contrário, é simplesmente impossível entender adequadamente grande parte da história e da política dos movimentos revolucionários, de esquerda, da classe trabalhadora e do campesinato, sem levar o anarquismo e o sindicalismo a sério.

168 Marshall, *Demanding the Impossible*, xiv, 3-4.

Greves e insurreição: da teoria bakuninista à socialdemocracia contemporânea

Selmo Nascimento da Silva

No final de 2012 os trabalhadores de diversos países europeus, a saber, Portugal, Espanha, Grécia, Itália, França e Bélgica, deflagraram uma greve geral de 24 horas, realizando passeatas e protestos onde, via de regra, entraram em confronto com as forças de repressão dos vários governos. O objetivo das paralisações e mobilizações era a resistência às medidas de recrudescimento das políticas neoliberais de reestruturação estatal, chamadas de “política de austeridade”, que segundo os governos europeus e os organismos supranacionais, o FMI, o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia – *Troika*, *seriam* fundamentais para conter os efeitos da *crise econômica*.

A greve geral europeia e as manifestações foram convocadas a partir da articulação das inúmeras entidades sindicais de base nacional e de caráter geral, tais como confederações, confederações gerais, uniões gerais, centrais sindicais, e pela *Confédération Européenne des Syndicats* (CES). Na verdade, antes da convocação dessa greve geral europeia, as entidades sindicais nacionais, desde 2009, organizavam greves gerais para enfrentar às “políticas de austeridade” implementadas pelos vários governos do velho continente.

As greves gerais também ocuparam o cenário político da América Latina: no Chile, em 2011, na Argentina, em 2012, no México, em 2012, mostrando que os anos de 2010 apontam para um ciclo global de lutas, onde as greves gerais retomaram um lugar de destaque nas lutas dos trabalhadores. Mas não somente as greves gerais marcaram os últimos anos da luta de classes em escala global, pois as insurreições também modificaram significativamente o cenário de lutas nos últimos anos, conforme observa **Immanuel Wallerstein**:

O levante, agora persistente, na Turquia foi seguido por uma revolta ainda maior no Brasil que, por sua vez, foi acompanhada por manifestações menos noticiadas, mas não menos reais, na Bulgária. Obviamente, estes protestos não foram os primeiros, e muito menos os últimos, em uma série realmente mundial de revoltas, nos últimos anos. (WALLERSTEIN, 2013).

Assim, num curto espaço de tempo, duas estratégias de luta da classe trabalhadora se conjugam num contexto que crise econômica global, em alguns casos assumiram as feições de um único movimento de insurgência, como ocorreu no estado mexicano de Oaxaca, em maio de 2006, quando uma greve de professores se converteu numa insurreição popular. Ou ainda no Chile em agosto de 2011, quando as manifestações estudantis contra a “Reforma do Ensino Universitário” tomaram as proporções de um levante popular generalizado. Ainda é importante destacar que as lutas insurgentes no Egito, no contexto e como desdobramento das revoltas do Norte da África e Oriente Médio, a chamada Primavera Árabe (2010-2011), contaram com a convocação de greves gerais contra o governo de Hosni Mubarak. Da mesma forma que as inúmeras greves gerais gregas, convocadas no final de 2009 e que se estenderam durante todo o ano de 2010, foram acompanhadas de revoltas e manifestações de insurgência em Atenas. Entretanto, a tendência das lutas, aqui apresentadas muito resumidamente, não foi da confluência entre greve geral e movimento insurgente. A questão central, na verdade, é o afastamento, via de regra, das greves gerais com os movimentos de insurgência. Um trecho do texto *La crise: la réponse des syndicats européens*, de Bernadette Ségol, secretária geral da CES, é uma pista para entender o porquê dessa distância:

Nestas circunstâncias terríveis, a resposta oferecida pelos líderes europeus é resserrer les boulons [apertar os parafusos]. Em 30 de janeiro de 2012, uma reunião de cúpula finalizou um novo tratado internacional que estabelece a disciplina fiscal de ferro, correspondente a sanções. A CES se opõe ao tratado, que não satisfaz os crescentes problemas do desemprego e da precariedade do emprego. O tratado aborda estas questões a partir de um ponto de vista contabilístico, nenhuma visão política. Sabemos, é claro, que temos de restaurar o equilíbrio fiscal sustentável. Mas estaríamos nos enganando se pensássemos que os orçamentos seriam equilibrados e que a confiança vai voltar com estas medidas de austeridade. (SÉGOL, 2012, p. 4)

A sindicalista francesa explicita sua posição de conciliação de classe ao aceitar a necessidade de “restaurar o equilíbrio fiscal sustentável”. Certamente, sua posição não pode ser confundida com o conjunto das organizações sindicais europeias que participaram da organização das diversas greves gerais, muito menos de todas as lideranças sindicais e organizações dos trabalhadores da Europa, todavia, expressa a concepção hegemônica: trata-se de modelo de sindicalismo social-democrata do movimento operário na sua variante reformista, tal qual definida por Alain Bihr (1998).

É nesse sentido que hoje, depois de um ciclo histórico de lutas em que as greves gerais não se articulam com os movimentos insurgentes e vice-versa, torna-se oportuno e mesmo imperativo refletir sobre tal problemática. No caso, é fundamental observar como a greve geral social-democrata é um movimento de pressão, ou seja, tende a ajudar capitalismo a resolver sua crise restaurando um equilíbrio econômico anterior; na teoria e prática do anarquismo a greve geral é instrumento revolucionário, e por isso, se articula diretamente com os movimentos insurrecionais.

1 – AÇÃO E REVOLUÇÃO: A DIALÉTICA DAS GREVES

O estudo da história da constituição do movimento dos trabalhadores, de suas concepções e práticas, tendo como marco da fundação da Associação Internacional do Trabalho (AIT) em 1864 é fundamental para o entendimento das origens das noções de greve geral e insurreição como práticas da luta emancipatória da classe trabalhadora. Portanto, o objetivo do presente artigo é desenvolver uma análise sobre os debates sobre as estratégias e concepções de movimentos grevistas que ocorreram no interior da AIT, a partir dos estudos das correntes e tendências políticas que convergiram para a formação dessa associação internacional de trabalhadores, principalmente das divergências entre as correntes bakuninista e marxista.

As greves fazem parte das estratégias de luta e resistência da classe trabalhadora contra a exploração e a opressão impostas pelo sistema capitalista. O antagonismo entre as classes sociais, resultante da exploração burguesa sobre a força de trabalho da classe trabalhadora, gera não só as disparidades sociais e econômicas entre as classes, mas sobretudo o antagonismo político entre burgueses e trabalhadores. Portanto, a luta de classes é a principal expressão do antagonismo entre as classes sociais na sociedade capitalista, pois explicita as contradições sociais, econômicas e políticas entre burgueses e trabalhadores, entre capital e trabalho.

Para Mikhail Bakunin (1988, p. 57, 62) a vida e a dinâmica social são resultantes da dialética entre a *ação* e a *reação* perpétuas, “que se combinando num único movimento constituem o que chamamos de solidariedade, vida e causalidade universais”. A dialética *ação-reação* também permite que Bakunin entenda a vida social não só como o produto de múltiplas combinações, mas também como uma totalidade. “A ação e a reação incessante do todo sobre cada ponto e de cada ponto sobre o todo constituem, como já dissemos, a vida” Portanto, pode-se, a partir dessa perspectiva bakuninista, entender a contradição entre *capital* e *trabalho* e, conseqüentemente, a luta de classes como resultantes da dialética da totalidade dos fatores sociais e históricos, em diferentes combinações numa série ininterrupta de *ações* e *reações*. Assim, o sistema capitalista e suas contradições são o

produto histórico e social da pluralidade de combinações do movimento contínuo das ações e reações e da multicausalidade dos fenômenos sociais.

Todas as contradições e conflitos entre a classe trabalhadora e a burguesia, para Bakunin, são resultantes da dialética *ação-reação* e, ao mesmo tempo, são responsáveis pelo desenvolvimento de outras séries de contradições da dialética *criação-destruição*: *resistência-dominação*, *ruptura-assimilação*, *revolução-contrarrevolução*, que se combinam e se anulam, assumindo os contornos e os conteúdos das diversas formas de luta e organização da classe trabalhadora que entram em choque as com diversas formas de repressão e controle desenvolvidas pela classe burguesa.

As séries de contradições que se desenvolvem a partir da dialética *ação-reação* e da dialética *criação-destruição* podem ser melhor entendidas analisando a dialética bakuninista do trabalho.

O Homem só se emancipa da pressão tirânica, que sobre todos exerce a natureza exterior, pelo trabalho coletivo; isso porque o trabalho individual, impotente e estéril, nunca poderia vencer a natureza. O trabalho positivo, aquele que cria todas as riquezas e toda a nossa civilização, sempre foi um trabalho social, coletivo; apenas, até o presente, ele foi iniquamente explorado por indivíduos em detrimento das massas operárias. (BAKUNIN, 2008, p. 76)

O trabalho é, portanto, *ação* humana *criadora*, eminentemente *emancipatória*, entretanto, a exploração do trabalho é a *reação destrutiva* das classes dominantes, que converte o trabalho coletivo em escravidão, em fonte de privilégio e riqueza de poucos e em fonte de opressão e miséria de muitos.

Como se vê, o anarquista russo recorre à dialética serial antinômica de Proudhon que, segundo Georges Gurvitch (1987, p. 100), é uma dialética que se opõe à dialética hegeliana, uma vez que se trata de uma “*dialética anti-nômica, negativa, antitética*, que rejeita qualquer síntese”, “um método dialético que procura buscar *a diversidade em todos os seus detalhes*”. A filiação da dialética bakuninista à dialética proudhoniana fica ainda mais explícita quando Gurvitch explica a dialética do trabalho do anarquista francês, para qual o trabalho

[...] pode ser, segundo as circunstâncias, a maior alegria ou o maior sofrimento; o trabalho é a libertação do homem, mas igualmente a ameaça constante de sua escravidão. [...] A dialética inerente ao trabalho torna-se trágica, quando a organização do trabalho é imposta de cima aos trabalhadores, seja pela vontade dos proprietários ociosos (senhores feudais e padres), dos patrões privados ou do Estado e seus funcionários. (GURVITCH, 1987, p. 103)

É sobre esses marcos que Bakunin, e também Proudhon, analisam a luta de classes, os conflitos e contradições entre *capital* e *trabalho*. As greves, portanto, são produtos desse movimento incessante de *ação-reação* que se combina à dialética *criação-destruição*. Portanto, as greves, ao lado dos motins, das

sabotagens, das revoltas, das barricadas, das insurreições, das diversas formas de ação direta e de resistência, são reações, respostas da classe trabalhadora diante da exploração e da opressão do regime capitalista. Constituem rupturas com a ordem vigente, uma vez que questionam e suspendem, mesmo que temporariamente, o contrato de trabalho.

Como não poderia ser diferente, os movimentos grevistas são considerados parte da estratégia revolucionária. Isso fica explícito no texto de Bakunin intitulado *A Dupla greve de Geneve*, publicado em 1869 no Jornal *L'Egalité*.

As notícias relativas ao movimento operário europeu podem resumir-se numa palavra: greves. Na Bélgica, greve dos tipógrafos em várias cidades, greve dos fiandeiros em Gande, greve dos tapeceiros em Bruges; na Inglaterra, greve iminente dos distritos manufatureiros; na Prússia, greve dos mineiros de zinco; em Paris, greve dos pedreiros e pintores; na Suíça, greves em Basileia e em Genebra. À medida que avançamos as greves multiplicam-se. Que quer dizer isto? Que a luta entre o trabalho e o capital se aguça cada vez mais, que a anarquia econômica é cada vez mais profunda, e que caminhamos a passos largos para o fim inevitável a que nos conduz esta anarquia: a revolução social. (BAKUNIN, 1979, p. 10-11)

É importante ressaltar que a dupla greve de Genebra e as demais greves destacadas por Bakunin ocorreram num contexto de expansão da Associação Internacional do Trabalhadores (AIT), enquanto alternativa de organização e de luta da classe trabalhadora. A multiplicação das greves fazia parte da estratégia da própria AIT. Assim, Bakunin (1979, p. 11) recorre mais uma vez à teoria proudhoniana, para afirmar que as greves pressupõem o desenvolvimento da força coletiva dos trabalhadores, isto é, pressupõem a organização e o desenvolvimento de estratégias de resistência e de ruptura com a ordem capitalista.

As greves assumem a dimensão de “guerra social”, ou seja, de conflitos entre classes antagônicas. Portanto, na dialética antinômica bakuninista, as greves cumpriam uma dupla função: intensificariam as contradições entre a classe trabalhadora e a burguesia e, simultaneamente, fortaleceriam os laços de solidariedade entre os trabalhadores. A série dialética iniciada por essa dupla função das greves produziria uma dupla ação: a negação da ordem burguesa e afirmação de uma nova ordem social.

A greve é o início da guerra social do proletariado contra a burguesia, mesmo dentro dos limites da legalidade. As greves são uma rota valiosa num duplo aspecto, em primeiro lugar, elas eletrificam as massas, reforçam sua energia moral, e despertam nelas um sentimento de profundo antagonismo entre seus interesses e os da burguesia, mostrando-lhes cada vez mais o abismo que separa irrevogavelmente as classes sociais; e, em seguida, elas contribuem imensamente para provocar e criar entre todos os trabalhadores de todos os ofícios, de todas as comunidades e de todos os países, a consciência e

o próprio ato de solidariedade: dupla ação, uma negativa e outra positiva, o que tende a formar diretamente o novo mundo do proletariado, contrastando com uma forma quase absoluta ao mundo burguês. (BAKUNIN, 1910, p. 438-439)

A partir da dialética serial antinômica, a teoria bakuninista pressupõe que os movimentos grevistas podem assumir formas e conteúdos revolucionários. Entretanto, o caráter revolucionário das greves depende do desenvolvimento das forças coletivas do proletariado. Por essa razão, Bakunin considerava que a organização da Internacional era central para a luta emancipacionista dos trabalhadores.

A Internacional, colocando, assim, o proletariado fora do estado político e mundo burguês é um novo mundo, o mundo da solidariedade do proletariado de todos os países. Este é o mundo do futuro; é de um lado o herdeiro legítimo, mas também a demolição e o enterro de todas as civilizações históricas, de todos os privilegiados, e como tal completamente exauridas e condenadas à morte; consequentemente forçou a criação de uma nova civilização baseada na ruína de todas as autoridades divinas e humanas, de toda escravidão e todas as desigualdades. Esta é a missão, e, portanto, este é o verdadeiro programa da Internacional, não oficial – todos os deuses pagãos e paraíso cristão nós mantemos! – Mas implícita, inerente à sua organização. Seu programa oficial, vou repeti-lo mil vezes, é simples e, aparentemente, muito modesto: é a organização para além da solidariedade internacional para a luta econômica do trabalho contra o capital. A partir desta base exclusivamente o material surge, depois o novo modelo social, intelectual e moral. (BAKUNIN, 1910, p. 437)

Na tese bakuninista, as formas de organização e luta dos trabalhadores são partes constitutivas das forças coletivas dos trabalhadores, uma força destrutiva ao se colocar em oposição inconciliável com a ordem burguesa. Porém, dialeticamente, as forças coletivas também são construtivas, pois estabelecem um programa revolucionário de construção de uma nova sociedade, ou seja, da sociedade socialista. Entretanto, se as organizações e as formas de luta não assumirem um caráter efetivamente classista, uma ação política própria da classe trabalhadora, podem, contraditoriamente, ser convertidas em obstáculos para a luta dos trabalhadores, como resultante da ação das forças conservadoras que aponta para a assimilação sistêmica das organizações e das lutas proletárias.

Assim, o desenvolvimento da ação política da classe trabalhadora pressupõe a luta política ideológica no interior do próprio movimento e das organizações proletárias, combatendo as ideologias e práticas políticas burguesas, ou seja, as ideologias conservadoras e de caráter conciliatório. “Que teve de fazer a Internacional? Teve primeiramente de afastar as massas operárias da política burguesa, teve de eliminar do seu programa todos os programas políticos burgueses” (BAKUNIN, 1979, p. 56).

Assumindo então como pressupostos que; a dialética entre ação/reação, ou seja, que a classe trabalhadora não é apenas um polo passivo, determinado pelo desenvolvimento das forças produtivas, mas é também ativo, e por meio de sua ação associativa e resistência, são elementos de transformação e determinação social; essa agência dos trabalhadores deve ser colocada num quadro geral de contradições e relações dialéticas, especialmente entre revolução e reação, centralização e descentralização, que condicionam a evolução e significado da sua ação, que iremos debater os significados da teoria das greves.

Esse pressuposto é fundamental tendo em vista que, na tradição marxista e social-democrata, a greve é vista como uma forma limitada e parcial de ação, que não poderia jamais estar relacionada à prática revolucionária. Essa ideia, sistematizada por Engels, expressa a ideia da incapacidade relativa da classe de emancipar-se por si, Engels formulou a tese de que o nível de organização para uma greve insurrecional seria impossível de ser atingido e se fosse possível a insurreição seria desnecessária. Este é o fundamento teórico-político da greve geral como forma oposta à insurreição, que orienta a prática contemporânea e explica em grande medida a fragilidade do poder associativo dos trabalhadores. Assim cria-se uma cisão entre a greve geral e capacidade de emancipação por si da classe trabalhadora. É contra essa teoria que a teoria da greve coletivista e o materialismo sociológico de Bakunin será empregado, mostrando como ele pode ajudar a entender melhor a contradição das lutas e insurgências contemporâneas.

2. O DEBATE SOBRE AS GREVES NO INTERIOR DA PRIMEIRA INTERNACIONAL: A CONTRIBUIÇÃO ANARQUISTA

A relevância das greves na estratégia da AIT poder ser encontrada nas resoluções do seu congresso realizado em Bruxelas no ano de 1868:

O Congresso declara que a greve não é um meio de libertar completamente o trabalhador, mas que é com frequência uma necessidade na situação atual de luta entre o trabalho e o capital;

Que é conveniente submeter a greve a certas regras, as condições de organização, oportunidade e legitimidade;

Que, do ponto de vista da organização da greve, é oportuno, nas profissões que ainda não têm sociedades de resistência [...], criar essas instituições, em seguida solidarizar entre elas as sociedades de resistência de todas as profissões e de todos os países [...]; que, em resumo, é preciso prosseguir nesse sentido a obra empreendida pela Internacional e esforçar-se para fazer o proletariado entrar em massa nessa Associação;

Que, do ponto de vista da oportunidade e da legitimidade, é conveniente nomear na federação grupos de resistência de cada localidade uma comissão formada por delegados

desses diversos grupos, que constituiria um conselho de arbitragem, para julgar sobre a oportunidade e a legitimidade das eventuais greves; de resto, que é necessário deixar, para o modo de formação desse conselho de arbitragem, uma certa liberdade às deferentes Seções, segundo os costumes, os hábitos e as legislações particulares. (GUILLAUME, 2009, p. 160-161)

Como se vê, o congresso da AIT de 1868 concluiu que as greves estão incluídas entre as formas de luta da classe trabalhadora, resultante do conflito entre *capital* e *trabalho*, são parte, portanto, da luta pela emancipação dos trabalhadores. Entretanto, a organização dos trabalhadores para a deflagração de movimentos grevistas aparece como fundamental e, essa organização, passaria necessariamente pelas *sociedades de resistência*, enquanto instrumento para garantir a solidariedade política e econômica, não só entre os trabalhadores de uma determinada categoria em greve, mas também e principalmente entre os trabalhadores de todos os países, reforçando a perspectiva *internacionalista*. No congresso seguinte, realizado em Basileia em 1869, há orientação para a criação das *caixas de resistência* por todos os trabalhadores em todos os países, deixando mais explícita a solidariedade econômica. Além disso o Conselho Geral passaria a servir, se necessário, de intermediário para a união das *sociedades de resistência* de todos os países (COMPÈRE-MOREL, 1912, 509-510).

Outro destaque é a proposta de organização do movimento grevista a partir de uma federação dos grupos de resistência e a constituição de um Conselho, cujas funções seriam a orientação da direção do movimento, respeitando a pluralidade das diferentes seções. Sobre essa estrutura de organização e a preocupação com a legitimidade das greves, o historiador Victor García (2003, p. 51) narra que os delegados presentes ao Congresso de Bruxelas estavam preocupados em garantir o caráter classista para impedir influências externas à classe trabalhadora, uma vez que as câmaras sindicais, especialmente na França, eram compostas pelos trabalhadores e pelos representantes dos empresários.

O relato de Oscar Testut (1870, p. 69), em sua obra *Association Internationale des Travailleurs*, publicada em 1870, reforça o papel da AIT na expansão das greves naquele período. Depois de enumerar diversos movimentos grevistas do ano de 1869, inclusive aqueles movimentos citados por Bakunin no seu referido artigo de 1869. Considerando o relato de Testut, a AIT logrou, no mínimo, relativo sucesso na aplicação da sua política para a estratégia das greves dos trabalhadores, constituindo uma rede de solidariedade e cooperação econômica para financiar os movimentos grevistas, bem como a constituição de uma articulação política que significou a presença de lideranças sindicais para auxiliar na deflagração e manutenção das greves. Outra política fundamental do internacionalismo da classe tra-

ballhadora foi o esforço para impedir a contratação de trabalhadores para substituir os grevistas. O modelo de organização das federações de trabalhadores também teve êxito, como afirma Jacques Droz (1977, p. 716).

É fundamental, para a tese aqui defendida, destacar que a política da AIT sobre as greves aprovada no congresso de 1869 é o resultado da sistematização e do esforço de internacionalizar práticas e estratégias de luta e organização dos trabalhadores desenvolvidas ao longo do século XIX na Europa. Diversas experiências concretas contribuíram para a construção da linha política da AIT sobre as greves. A já citada dupla greve de Genebra é um bom exemplo de como as experiências concretas de luta se converteram em linha política. O relato feito por James Guillaume, professor e militante anarquista da seção suíça da AIT e companheiro de Bakunin, mostra a importância dessa greve:

Na primavera de 1868 foi deflagrada em Genebra (março) a famosa greve dos operários da construção civil, que teve tão grande repercussão. Essa greve foi a ocasião de um belo élan de solidariedade: as Seções genebresas da “fábrica” apoiaram as corporações da construção civil, e serviram-se generosamente de seu fundo de greve para ajudar os grevistas; nas outras localidades da Suíça francesa abriram-se subscrições, e somas mais ou menos importantes foram reunidas. Um delegado genebrês, Graglia, operário gravador, foi enviado a Paris e a Londres; os operários de Paris, respondendo ao apelo caloroso da Comissão parisiense (apelo assinado por Varlin, publicado em 5 de abril), participaram amplamente das despesas da greve; entretanto, Graglia fala com amargura, em suas cartas, da atitude egoísta das Trade Unions inglesas, “verdadeiras fortalezas”, das quais ele não pôde obter nenhuma ajuda. (GUILLAUME, 2009, p. 147-148)

Como se vê no relato de Guillaume, a AIT, a partir das políticas aprovadas em seu terceiro congresso, converteu em política internacional dos trabalhadores experiências de luta e de organização que tiveram êxito e marcaram aquele contexto do conflito entre as classes.

Uma análise superficial poderia levar à conclusão de que todas as correntes e tendências do movimento dos trabalhadores que confluíram para a formação e constituição da AIT tinham o mesmo entendimento sobre a noção de greve, seu significado e seu lugar na luta de classes. Mas um estudo um pouco mais aprofundado mostra que as diferentes correntes e tendências não só tinham entendimentos distintos sobre as greves, mas também divergiam significativamente sobre o papel das greves na luta dos trabalhadores contra a exploração burguesa.

A própria resolução denuncia essas divergências, uma vez que a definição das greves é feita na forma de ressalva, isto é, afirmando que as greves não são o instrumento para a emancipação completa dos trabalhadores, mas sim uma necessidade da luta de classes. De fato, essa formu-

lação parece ser um esforço para conciliar o movimento grevista com o objetivo final da AIT, isto é, com a luta pela emancipação econômica dos trabalhadores.¹

Entre as tendências fundadoras da AIT estavam os mutualistas proudhonianos da França, cuja liderança mais expoente era Henri Tolain, cinzelador do setor de bronze de Paris. Diversos pesquisadores e historiadores² defendem que os mutualistas constituíram a tendência que hegemonizou a política da AIT na sua fundação e nos seus primeiros congressos. E a concepção dos mutualistas sobre as greves é interpretada por determinados pesquisadores como uma posição de contrariedade aos movimentos grevistas. Jacques Droz está entre aqueles que defendem a tese de que os mutualistas seriam contrários às greves. Ele escreve no seu clássico *História Geral do Socialismo*:

No Congresso de Genebra (3-8 de Setembro de 1866), o primeiro congresso real, o tom dos debates foi dado pela delegação francesa, toda ela proudhoniana, ou quase toda. Dirigida por Tolain, defende a ideia da emancipação operária pela generalização do “mutualismo”: é preciso estabelecer “a troca baseando-se na reciprocidade, pela organização de um sistema de crédito mútuo e gratuito, primeiro nacional e depois internacional; não é destruir a sociedade existente, mas sim ordená-la”. Não à revolução, não à greve. (DROZ, 1977, p. 837)

Droz (1977, p. 837) desenvolve seus argumentos apontando para certa evolução na política da AIT nos congressos seguintes, Congresso de Lausanne, em 1867, e, no já citado, Congresso de Bruxelas, onde a prática sistemática das greves pelos trabalhadores teria superado as concepções das tendências que seriam contrárias aos movimentos grevistas.

G. M. Stekloff (2012, p. 40, 53) é outro historiador que defende a tese de que os mutualistas proudhonianos seriam contrários aos movimentos grevistas. Em sua argumentação, Stekloff afirma que o programa dos proudhonianos apontava para as organizações de apoio mútuo e cooperativas, através da organização de crédito gratuita e de troca equitativa entre os produtores,

1 Assembleia Geral realizada em setembro de 1864, em Londres, aprovou o regulamento provisório para a fundação da AIT que define o objetivo político da Associação Internacional: “Que l’émancipation économique des travailleurs et conséquemment le grand but auquel tout mouvement politique doit être subordonné comme moyen” (TESTUT, 1870, p. 4). E mesmo essa formulação dos objetivos da AIT gerou interpretações divergentes e disputas entre anarquistas e comunistas, como indica o historiador G. D. H. Cole (1974, p. 102-103).

2 Entre os pesquisadores estudados estão: Édouard Dolléans (2003), Georg Douglas H. Cole (1974), Jacques Droz (1977), Jean Maiton (1975), Victor Garcia (2003) e G. M. Stekloff (2012).

como o caminho para a emancipação dos trabalhadores a lutar por libertação, portanto, não seria uma luta efetivamente pela política, mas sim por métodos econômicos corporativistas. E conclui que os proudhonianos seriam radicalmente contrários às greves, mantendo-se presos às formas de luta e organização pré-modernas e o fundamento das concepções proudhonianas seria de origem pequeno-burguesa, “Os proudhonistas eram horrorizados pelo desenvolvimento do movimento grevista”, afirma.

Mas se é possível afirmar que é um equívoco a suposição de que todas as correntes e tendências da AIT tinham o mesmo entendimento sobre as greves, também são equívocadas as conclusões de Dorz e Stekloff de que simplesmente a corrente proudhoniana seria contrária aos movimentos grevistas.

Primeiramente, deve-se considerar que existiam ao menos duas tendências proudhonianas francesas, a tendência mutualista, formada por Tolain e seus correligionários, e a tendência coletivista, formada por Louis-Eugène Varlin – encadernador que se tornaria uma das principais lideranças da insurreição de 1871, a comuna de Paris –, e seus aliados, também denominada de coletivista antiautoritária (MATRION, 1975). Georg Douglas H. Cole explica as diferenças entre as correntes de Tolain e Varlin da seguinte maneira:

Todavia, estavam divididos entre si em dois grupos, os moderados, dirigidos por Tolain, que desejava organizar um movimento político operário na base dos sindicatos e lutar pelas eleições com independência completa da classe média, e a ala esquerda dos sindicatos, dirigida por Eugène Varlin, que não tinha fé na ação parlamentar e esperava converter os sindicatos, através de federações locais e regionais, em uma força revolucionária independente, forte o suficiente para arrebatar a direção da revolução dos radicais da classe média. (COLE, 1974, p. 107)

A posição “moderada” de Tolain e dos mutualistas se expressou no episódio das “candidaturas operárias”, cuja posição de participação operária nas eleições burguesas foi defendida no *Manifesto dos Sessenta*, do qual ele é um dos signatários, publicado em 1864 por ocasião das eleições parisienses do mesmo ano. Édouard Dolléans (2003, p. 220-222) destaca o debate entre Proudhon e os sessenta operários signatários do manifesto, onde o anarquista francês critica a política de participação operária nas eleições, considerando um grande erro a via eleitoral como estratégia do movimento operário. Dolléans também afirma que o *Manifesto dos Sessenta* é um desdobramento das posições políticas de Tolain presentes no seu texto *Quelques vérités sur les élections de Paris*, publicado um ano antes.

De fato, o *Manifesto dos Sessenta* tinha um teor efetivamente reformista, entretanto, o aprofundamento sobre as concepções de Tolain e dos demais mutualistas, permite o entendimento de que eles não seriam necessariamente

contrários aos movimentos grevistas. Para uma melhor compreensão da concepção da corrente mutualista sobre as greves deve-se considerar o seu programa e sua ação prática diante da deflagração das várias greves dos trabalhadores e seu posicionamento durante os debates sobre as greves no interior da AIT.

Georg Douglas H. Cole procurou sintetizar o programa dos mutualistas da seguinte maneira:

Tolain e seu grupo eram mutualistas. Na sociedade a que eles aspiravam todo homem seria proprietário e receberia todo o fruto de seu próprio trabalho, seja o que realizasse individualmente ou como membro de uma cooperativa de produção. Os proudhonistas confiavam, como o meio para chegar a este fim, em um sistema de “crédito gratuito”, quer dizer, adiantamentos de capital livres de interesse, que se concederiam aos produtores, individualmente ou em grupo, através de um banco de crédito popular que seria uma instituição pública autônoma, incluída na constituição mas que em nenhum sentido estaria sob o controle do Estado. (COLE, 1974, p. 95-96)

Seguramente, o aspecto central do programa mutualista estava na constituição de um sistema de apoio mútuo que permitisse a distribuição equânime dos bens produzidos em sociedade. Isso distingue, entre outros aspectos, o programa mutualista do programa coletivista- anarquista e que pressupunha também a coletivização dos meios de produção. E durante as intervenções dos mutualistas nos movimentos dos trabalhadores, inclusive nas greves, eles tentavam implementar seu programa, como ocorreu no caso da greve dos trabalhadores do setor de bronze, categorial a qual pertencia Tolain, quando em 1865, depois de uma greve, eles criaram uma sociedade de crédito mútuo e tentaram gerar pequenos produtores independentes (DOLLÉANS, 2003, p. 238).

Além do caso da greve dos trabalhadores do setor de bronze seguida pelos esforços de implementação de uma sociedade de apoio mútuo, Dolléans também relata a intervenção dos mutualistas franceses em outros movimentos grevistas, como das duas greves sucessivas dos mineiros de carvão Fuveau (Bouches-du-Rhône) e da greve dos trabalhadores da fábrica de tecidos Roubaix. Em ambos os casos, os mutualistas Tolain e Fribourg assinaram juntamente com Varlin, representantes da Seção da AIT em Paris, notas de apoio às greves dos trabalhadores (DOLLÉANS, 2003, p. 236-238).

Oscar Testut reuniu na obra *Le livre blue de l'Internationale*, publicada em 1871, diversos documentos e relatórios das várias seções da AIT referentes aos congressos da Associação, onde se encontra o seguinte posicionamento de Tolain sobre as greves, em que afirma que a greve é uma coalizão operária assim como os burgueses tinha sua coalizão e que era uma guerra santa (TOLAIN *apud* TESTUT, 1871, p. 221). Analisando esse trecho do posicionamento de Tolain pode-se considerar que o sindicalista francês não condena

a greve em si, porém encontrava-se preocupado com os limites dos movimentos de greve e com as possíveis contradições de uma luta por aumento salarial, uma vez que os mutualistas tinham por objetivo final a construção de *uma sociedade sem salários*, construída a partir das *relações de mutualidade*. Porém, o centro de suas preocupações são as questões morais, de justiça e legitimidade. Além disso, a perspectiva mutualista não foi capaz de elaborar a articulação entre as lutas resultantes das demandas e reivindicações dos trabalhadores com seus objetivos finalistas a partir das relações de mutualidade, sendo assim, a via eleitoral é defendida como uma alternativa estratégica.

Outras correntes e tendências da AIT estavam preocupadas com os limites das greves e da sua articulação com a luta pela emancipação da classe trabalhadora. O próprio posicionamento de Tolain reproduzido anteriormente trata de um comentário sobre o documento da Seção de Bruxelas, redigido por César De Peape,³ tipógrafo e proudhoniano de orientação coletivista, no qual a liderança belga desenvolveu uma longa análise sobre o lugar das greves na luta emancipatória dos trabalhadores e concluiu que “a greve, nós confessamos, só é útil como uma medida temporária; perpetuar a greve seria a perpetuação do trabalho assalariado, e queremos que a abolição do trabalho assalariado” (DE PEAPE apud TESTUT, 1871, p. 216-217).

Varlin também considerava que as greves poderiam se converter num “ciclo vicioso”, um paliativo para melhorar temporariamente os salários e as condições de trabalho. O lugar das greves na luta dos trabalhadores segundo Varlin pode ser entendido a partir da análise do seu artigo *Greve e resistência*, publicado no jornal *Le Travail*, nº 22, 31 de outubro de 1869.

Hoje, perante a obstinação com que os detentores dos capitais defendem os seus privilégios, a greve não passa de um círculo vicioso, no qual os nossos esforços parecem não levar a parte nenhuma. O trabalhador pede um aumento de salário para responder à carestia causada pela especulação; os especuladores respondem ao aumento do preço da mão-de-obra mediante uma nova subida do valor dos produtos. E assim por diante, os salários e os [preços dos] produtos aumentando sem parar. (VARLIN apud BERNARDO, 2000, p. 95)

Eugène Varlin interveio e organizou importantes movimentos grevistas, com destaque para as greves dos encadernadores de 1864 e 1865. De acordo como João Alberto da Costa Pinto (2011, p. 97), a greve de 1865 marcou um avanço em termos organizativos, uma vez que Varlin organizou um comitê

3 O tipógrafo César De Paepe exerceu enorme influência sobre a organização dos trabalhadores na Bélgica e foi colaborador dos jornais *La Tribune du Peuple* e do parisiense *La Rive Gauche*. De Paepe era partidário das ideias proudhonianas e durante o Congresso de Bruxelas passou a atuar explicitamente no campo coletivista da Internacional (DROZ, 1977, p. 738).

de greve, responsável pela direção do movimento que significou uma ruptura com o “antigo modelo corporativista das associações que reuniam patrões e empregados”.

Em retaliação à intensa militância política e às mobilizações dos trabalhadores, o governo do Imperador Napoleão III moveu processos criminais contra os dirigentes da AIT, incluindo Tolain, e o fechamento da seção de Paris. Na sequência dos acontecimentos, Tolain e os demais dirigentes optam pela renúncia com o objetivo de que os trabalhadores elessem uma nova comissão para dirigir a Seção da AIT. Assim, Varlin e mais oito são escolhidos para formar a nova comissão e mantêm a seção de Paris, que será novamente fechada pelo governo, restando aos trabalhadores a filiação à AIT a partir da Seção de Londres (GUILLAUME, 2009, p. 150-151). A partir de então, Varlin e os coletivistas parisienses se tornam a força política hegemônica da AIT na França (DOLLÉANS, 2003, p. 242).

Seguindo a estratégia insurrecionalista, oposta à via eleitoral, Varlin considerava que as greves funcionavam como instrumento de aglutinação e de desenvolvimento da solidariedade entre os trabalhadores, ou seja, pré-requisitos para a insurreição e a revolução social.

Em todas as greves o que nos preocupa não é tanto o insignificante aumento salarial, a pequena melhoria das condições de trabalho. Tudo isso é apenas secundário; são paliativos que servem enquanto se espera por alguma coisa melhor. Mas o supremo objetivo dos nossos esforços é o agrupamento dos trabalhadores e a sua solidariedade. Até agora fomos maltratados e explorados impiedosamente porque estávamos divididos e sem força. Hoje já se começa a contar conosco, já podemos defender-nos. É a época da resistência. Em breve, quando todos estivermos unidos, quando nós pudermos apoiar uns aos outros, então, como somos os mais numerosos e como, afinal, toda a produção resulta do nosso esforço, poderemos exigir, tanto na prática como legalmente, a totalidade do produto do nosso trabalho, como é justo. (VARLIN apud BERNARDO, 2000, p. 95-96)

De fato, as tendências coletivistas de atuação no interior da Primeira Internacional encontravam-se diante de um grande desafio: atender as demandas e reivindicações dos trabalhadores por melhores salários e condições de trabalho, pela redução da jornada de trabalho, contra a exploração do trabalho infantil e feminino, contra a insalubridade e a insegurança nos locais de trabalho, e ao mesmo tempo construir os meios para a emancipação da classe trabalhadora. Na tentativa de responder a esse desafio, o relojoeiro Adhémarr Schwitzguébel, militante anarquista da seção suíça da AIT e companheiro de Bakunin e Guillaume, elabora o documento *A Tática da Greve*.

Considerando que as greves são verdadeiras guerras, Schwitzguébel argumenta que do mesmo modo que se desenvolveram táticas de guerra, é

necessário que os trabalhadores desenvolvam táticas para as greves . A tática da greve deve, segundo o anarquista suíço, entender o lugar dos movimentos paredistas no conflito entre capital e trabalho, suas contradições e seus limites e, principalmente, sua articulação com a luta pela emancipação dos trabalhadores (SCHWITZGUÉBEL, 1908, p. 83-84). Recorrendo à dialética serial antinômica de Proudhon e Bakunin, Schwitzguébel identifica quatro fatores que podem determinar o fracasso das greves e, dialeticamente, quatro fatores que podem determinar o sucesso das mesmas. Os quatro fatores responsáveis pelo fracasso seriam dialeticamente negados pelos quatro fatores que podem ser responsáveis pela vitória dos movimentos paredistas.

O primeiro fator que determinaria o fracasso das greves é a falta de organização dos trabalhadores. Para o anarquista suíço a capacidade de organização determina o poder de ação da classe trabalhadora. Apesar de reconhecer que, no momento da publicação do seu texto – 1874, os trabalhadores avançaram em termos organizativos, com associações, federações e, especialmente, com a AIT, milhões de trabalhadores ainda estavam desorganizados, destacando os trabalhadores camponeses (SCHWITZGUÉBEL, 1908, p. 85).

O segundo fator de fracasso identificado por Schwitzguébel foi a falta de recursos financeiros para a subsistência dos trabalhadores durante o movimento grevista. Os recursos materiais eram entendidos como complementares à organização dos trabalhadores, pois a organização seria insuficiente sem os recursos necessários para sustentar o movimento. (SCHWITZGUÉBEL, 1908, p. 85-86).

O terceiro foi a falta de solidariedade moral entre os trabalhadores e a falta de convicções fortes. Ele afirmava que a solidariedade moral era o esforço comum realizado por todos os trabalhadores em nome da causa coletiva. Schwitzguébel atribui à ausência de solidariedade as orientações políticas voltadas exclusivamente para os interesses materiais, negligenciando as dimensões intelectuais e morais do trabalho e ignorando as questões sociais (SCHWITZGUÉBEL, 1908, p. 86-87).

O quarto fator foi a deflagração prematura dos movimentos grevistas, ou seja, sem a devida preparação, considerando os três primeiros fatores identificados e sem a devida análise da conjuntura econômica. A deflagração de uma greve numa conjuntura desfavorável para os trabalhadores pode facilitar a resistência dos capitalistas (SCHWITZGUÉBEL, 1908, p. 87).

Os quatro fatores que o anarquista suíço identificou como determinantes para o sucesso correspondem às ações da classe trabalhadora num esforço de superação dos quatro fatores responsáveis pelo fracasso dos movimentos paredistas. Sendo assim, para Schwitzguébel o primeiro pré-

-requisito para o sucesso de uma greve é a completa organização geral dos trabalhadores, isto é, não se trata simplesmente de uma organização limitada ao local de trabalho, mas sim a organização que agrupe os trabalhadores independentemente da categoria e em escala nacional e internacional. Outro aspecto fundamental da organização é a solidariedade econômica. (SCHWITZGUÉBEL, 1908, p. 87, 88).

A segunda condição identificada para a realização de uma greve com possibilidades de vitória foi a necessidade de enfraquecer o “inimigo”, ou seja, os capitalistas. A terceira condição foi o desenvolvimento das convicções socialistas entre os trabalhadores e o conhecimento das questões sociais. Na concepção defendida por Schwitzguébel as greves devem contribuir para a ampliação das relações de solidariedade de classe e, consequentemente, para a consciência da necessidade de ações para os interesses classistas (SCHWITZGUÉBEL, 1908, p. 89).

Para completar sua teoria sobre a tática da greve e seu lugar na luta pela emancipação da classe trabalhadora, o militante anarquista da seção suíça da AIT coloca a estratégia da greve geral. Schwitzguébel (1908, p. 90-91) apresenta a greve geral como a principal estratégia da corrente anarquista, incorporada também por outras correntes coletivistas, para a articulação entre as lutas reivindicativas dos trabalhadores com a ruptura revolucionária.

Portanto, na teoria anarquista a greve geral é um movimento insurrecional, isto é, de ruptura com a ordem burguesa. Assim, para o anarquismo o desenlace revolucionário é o resultado do desenvolvimento da organização dos trabalhadores levado às últimas consequências e da radicalização das formas de luta, do desenvolvimento da força coletiva dos trabalhadores a partir de experiências concretas de luta e de solidariedade classista. A solidariedade de classe deve romper as barreiras das categorias e as fronteiras nacionais.

Assim, ao contrário do marxismo que se desenvolve negando a capacidade de libertação por si das classes subalternas, essa teoria enfatiza a agência e o papel da elaboração de um saber político e teórico das lutas e a partir das lutas. A classe cria os mecanismos de organização (as sociedades de resistência, as sociedades de apoio mútuo, os sindicatos, as caixas de resistência, a AIT) e essas instituições microeconômicas e macropolíticas seriam, assim como a própria greve, parte dos fatores necessários à revolução social. Uma pluralidade de condições e determinações macro-micro são identificadas e a greve geral surge como um fator, ao lado do movimento insurrecional e do movimento associativo, que condensa e coordena esses processos num fato de poder.

3. AS GREVES NA TEORIA MARXISTA

Na tradição marxista é comum fazer referência aos estudos de Friedrich Engels sobre as condições de vida dos trabalhadores da Inglaterra publicado em 1845, sob o título de *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Nessa obra, Engels se debruça sobre as condições materiais de existência dos trabalhadores ingleses nas primeiras décadas do século XIX, analisando e descrevendo as condições de miséria e exploração a que estavam submetidos pelo desenvolvimento da indústria capitalista. Ao voltar sua análise para os movimentos operários, o comunista alemão destaca que a “revolta dos operários contra a burguesia seguiu de perto o desenvolvimento da indústria e atravessou diversas fases”. Sendo que as formas de revolta teriam evoluído do crime, passando pela destruição das máquinas, chegando à conquista do direito à livre associação operária em 1824 (ENGELS: 2008, p. 248-250), até alcançar uma forma superior de protesto do movimento operário, que para Engels seria o movimento cartista (ALVES, 2003, p. 25).

Em sua argumentação, Engels (2008, p. 251) destaca que os trabalhadores se organizavam em associações secretas que deflagraram greves antes da aprovação do direito de associação, mas seus resultados eram limitados. Os limites do movimento e das greves continuariam mesmo depois da liberdade de associação. “A história dessas associações é a história de uma longa série de derrotas dos trabalhadores, interrompida por algumas vitórias esporádicas”. Os limites seriam impostos pelas leis que regem a economia de mercado.

É natural que todos esses esforços não possam mudar a lei econômica segundo a qual o salário, no mercado de trabalho, é regulado pela relação entre a demanda e a oferta. As associações são impotentes diante de todas as grandes causas que operam sobre essa relação: durante uma crise comercial, a própria associação deve reduzir o salário que exige ou desagregar-se; e, no caso de um crescimento importante da demanda de trabalho, não pode fixar um salário mais alto que aquele determinado pela concorrência entre os capitalistas. No entanto, no que tange as causas de menor magnitude, sua ação é eficaz. (ENGELS, 2008, p. 251)

Engels (2008, p. 252, 253) defendia que, segundo as imposições da lei da oferta e da procura, os salários dos trabalhadores são determinados pela concorrência entre os trabalhadores, reduzidos a “coisas” pela exploração capitalista. Assim, o comunista alemão concluía que “a maior parte das greves termina mal para os operários”. Dessa conclusão resultou o questionamento do fato dos trabalhadores recorrerem constantemente aos movimentos grevistas. Engels procurou responder essa questão argumentando que as greves são protestos da própria condição dos operários e, principalmente, a experiência das lutas permitiria aos operários atingir o entendimento de que as associações de trabalhadores e as greves não são suficientes, mas são o primeiro passo para uma ação eficaz de maior magnitude.

É, pois, de se perguntar: por que os operários entram em greve, dada a evidente ineficácia de sua ação? Simplesmente porque devem protestar contra a redução do salário e mesmo contra a necessidade de uma tal redução; devem expressar claramente que, como homens, não podem adaptar-se às circunstâncias, mas, ao contrário, as circunstâncias devem adaptar-se a eles, os homens — porque sua omissão equivaleria à aceitação dessas condições de vida, ao reconhecimento do direito de a burguesia explorá-los durante os períodos de prosperidade e deixá-los morrer de fome nos períodos desfavoráveis. Os operários protestam porque ainda não perderam os sentimentos humanos — e protestam desse modo porque são ingleses, pessoas práticas, que expressam na ação o seu protesto; não são teóricos alemães, que, devidamente protocolado e posto ad acta seu protesto, vão para casa dormir o sono tranquilo dos contestatários. Ao contrário, o protesto concreto dos ingleses tem sua eficácia: mantém em certos limites a avidez da burguesia e estimula a oposição dos operários contra a onipotência social e política da classe proprietária, ao mesmo tempo em que leva os trabalhadores a compreenderem que, para destruir o poder da burguesia, é preciso algo mais que associações operárias e greves (ENGELS, 2008, p. 252-253)

Portanto, pode-se afirmar que na teoria desenvolvida por Engels as greves e as associações são definidas como as primeiras formas de protesto que objetivam combater a concorrência e seus efeitos sobre as condições de vida e dos salários dos operários, mesmo sendo ineficazes.

Entretanto, essas associações e as greves que elas organizam adquirem uma importância específica na escala em que representam a primeira tentativa operária para suprimir a concorrência — o que pressupõe a consciência de que o poder da burguesia se apoia unicamente na concorrência entre os operários, isto é, na divisão do proletariado, na recíproca contraposição dos interesses dos operários tomados como indivíduos. As associações, ainda que de modo unilateral e limitado, confrontam-se diretamente com a concorrência, o nervo vital da ordem social vigente, e por isso constituem uma grave ameaça a essa ordem. Esse é o ponto mais nevrálgico que o operário poderia encontrar para dirigir seus ataques à burguesia e à inteira estrutura da sociedade. Uma vez suprimida a concorrência entre os operários, uma vez que todos se decidam a não mais deixarem-se explorar pela burguesia, o reino da propriedade chegará ao fim. (ENGELS, 2008, p. 253)

Dessa forma, as greves teriam um papel eminentemente pedagógico na luta de classes. Sua ineficácia diante do sistema e do poder burguês seria compensada pela sua eficácia em ensinar e preparar os operários para a “grande batalha”.

Essas greves são em geral pequenas escaramuças de vanguarda e, às vezes, combates mais importantes; não solucionam nada definitivamente, mas são a prova mais segura de que se aproxima o confronto decisivo entre o proletariado e a burguesia. Elas são a escola de guerra na qual os operários se preparam para a grande batalha, agora inevitável; são os pronunciamentos das distintas categorias de operários, consagrando

sua adesão ao grande movimento proletário. [...] E as greves, como escola de guerra, têm uma eficácia insuperável – nelas se desenvolve a coragem própria dos ingleses. (ENGELS, 2008, p. 258-259)

Diante de movimentos grevistas de pouca eficácia na luta contra a burguesia, Engels destacou em sua obra a greve geral de 1842, resultante dos desdobramentos da crise comercial e da crise social provocada por ela a partir de 1834, que reivindicava a *Carta do Povo* e o aumento dos salários. Na argumentação do comunista alemão a greve geral de 1842 não teve grandes resultados, devido às contradições que seriam do próprio movimento, uma vez que os operários teriam sido compelidos à greve pela burguesia, que parte dos operários não teria plena consciência dos objetivos do movimento e eles não estariam suficientemente unidos em torno dos seus objetivos. Entretanto, a sublevação operária pelo aumento salarial teria sido fundamental para separar definitivamente os trabalhadores da burguesia. Engels ainda reconhece que os cartistas não tiveram participação direta na sublevação, mas se aproveitaram da situação de revolta popular (ENGELS, 2008, p. 259, 260, 267).

O fato realmente relevante para Engels teria sido o desenvolvimento do próprio cartismo como um movimento exclusivamente político e de caráter nacional, entendido por ele como um partido dos trabalhadores em oposição efetiva à burguesia, superando os limites das associações e das greves.

A proposta do proletariado é a Carta do Povo (People's Charter), cuja forma possui um caráter exclusivamente político e exige uma base democrática para a Câmara Alta. O cartismo é a forma condensada da oposição à burguesia. Nas associações e nas greves, a oposição mantinha-se insulada, eram operários ou grupos de operários isolados a combater burgueses isolados; nos poucos casos em que a luta se generalizava, na base dessa generalização estava o cartismo - neste, é toda a classe operária que se insurge contra a burguesia e que ataca, em primeiro lugar, seu poder político, a muralha legal com que ela se protege. O cartismo nasceu do partido democrático, partido que nos anos oitenta do século passado desenvolveu-se com o proletariado e, ao mesmo tempo, no proletariado. (ENGELS, 2008, p. 262)

A importância do cartismo será retomada por Marx na sua polêmica com a obra *O sistema das contradições econômicas* (2007 [1846]), de Proudhon.

Na Inglaterra, não se ficou nas coalizões parciais, que só objetivavam uma greve passageira e desapareciam com ela. Formaram-se coalizões permanentes, trade-unions que servem de baluarte aos operários em suas lutas contra os patrões. E, atualmente, todas estas trade-unions locais encontram um ponto de união na National Association of United Trades, cujo comitê central está em Londres e que já conta com 80.000 membros. A formação dessas greves, coalizões e trade-unions caminha simultaneamente às lutas políticas dos trabalhadores, que hoje constituem um grande partido político, sob a denominação de cartistas. (MARX, 1985, p. 158)

Antes de continuar com a argumentação, é importante destacar que a polêmica que Marx tenta estabelecer com Proudhon (2007, p. 131-132) nesse ensaio se refere às coalizões e greves, que para o anarquista francês eram limitadas e ineficazes, uma vez que a elevação dos salários seria acompanhada do aumento dos preços, anulando os ganhos salariais.⁴ Na verdade, essa é uma falsa polêmica, uma vez que na própria teoria marxista são apontados, como foi apresentado nas teses de Engels, limites das lutas salariais. Marx ([s.d.], p. 377) no seu pronunciamento nas sessões do Conselho Geral da AIT, em 1865, reforçou os limites das lutas econômicas: “a classe operária não deve exagerar a seus próprios olhos o resultado final destas lutas diárias. Não deve esquecer-se de que luta contra os efeitos e não contra as causas desses efeitos”.

Retornando às teses de Marx sobre as greves, vemos que o comunista alemão defendia, tal qual seu companheiro Friedrich Engels, que os movimentos grevistas constituem a primeira tentativa de resistência aos efeitos da concorrência entre os trabalhadores imposta pelo sistema capitalista e de oposição ao próprio sistema. As experiências resultantes dessas lutas de resistência possibilitariam o aprendizado para a “batalha futura” e a conversão do movimento num movimento político.

4 Marx procura polemizar com o seguinte trecho da obra de Proudhon: “[...] todo movimento de alta nos salários não pode deixar de ter outro efeito que aquele de uma alta do trigo, do vinho, da carne, do açúcar, do sabão, do carvão, etc., isto é, o efeito de uma carestia. De fato o que é o salário? É o preço de venda do trigo, do vinho, da carne, do carvão, etc.; é o preço integrado de todas as coisas. Vamos prosseguir: o salário é a proporcionalidade dos elementos que compõem a riqueza e que são consumidos reprodutivamente pela massa dos trabalhadores. Ora, duplicar os salários, no sentido que o povo entende, é atribuir a cada um dos produtores uma parte maior que seu produto, o que é contraditório; e se a alta incide somente num pequeno número de indústrias, é provocar uma perturbação geral nas trocas, numa palavra, uma carestia. Deus me livre das predições! Mas, apesar de toda minha simpatia pela melhoria da sorte da classe operária, é impossível, declaro, que as greves seguidas de aumento de salários não provoquem a um encarecimento geral: isso é tão certo como dois e dois são quatro” (PROUDHON, 2007, p. 131-132). Com o objetivo de contradizer essas afirmações, Marx recorre a argumentos retóricos, ou seja, afirma que o aumento dos preços na sequência do aumento dos salários só ocorre “em termos”: “Em primeiro lugar, não há *encarecimento geral*. Se o preço de toda coisa dobra ao mesmo tempo que o salário, não há alteração nos preços, mas apenas nos seus termos. De fato, uma elevação geral dos salários jamais pode produzir um encarecimento mais ou menos geral das mercadorias: se todas as indústrias empregassem o mesmo número de operários em relação ao capital fixo ou aos instrumentos de que servem, uma elevação geral dos salários produziria uma redução geral dos lucros e o preço corrente das mercadorias não sofreria nenhuma alteração” (MARX, 1985, p. 154).

Se o primeiro objetivo da resistência é apenas a manutenção dos salários, à medida que os capitalistas, por seu turno, se reúnem num mesmo pensamento de repressão, as coalizões, inicialmente isoladas, agruparam-se e, em face do capital sempre reunido, a manutenção da associação torna-se para elas mais importante que a manutenção do salário. Isto é tão verdadeiro que os economistas ingleses assombram-se ao ver que os operários sacrificam boa parte do salário em defesa das associações que, aos olhos destes economistas, só existem em defesa do salário. Nesta luta — verdadeira guerra civil — reúnem-se e desenvolvem-se todos os elementos necessários para uma batalha futura. Uma vez chegada a este ponto, a associação adquire um caráter político. (MARX, 1985, p. 159)

Portanto, a teoria marxista contribui para o entendimento da noção de greve e seu lugar na luta de classes considerando os movimentos grevistas como as primeiras formas de protesto de resistência da imposição da concorrência entre os trabalhadores pelo sistema capitalista, concorrência essa que determinaria o valor dos salários. Essa resistência, apesar de limitada e ineficaz, teria um papel pedagógico fundamental, uma “verdadeira escola de guerra para a grande batalha futura”. A luta seria levada a um patamar superior quando supera as reivindicações econômicas e assume um caráter especificamente político.

O papel pedagógico das greves e a passagem da luta econômica para luta política são retomados nas teorias de Vladimir Lênin, em especial no artigo intitulado *Sobre as greves*, escrito no final de 1899, quando a Rússia passava por um ciclo crescente de greves, nos “últimos anos, as greves operárias são extraordinariamente frequentes na Rússia. Não existe nenhuma província industrial onde não tenha havido várias greves. Quanto às grandes cidades, as greves não cessam”. Analisando esse período de ascenso das lutas operárias, Lênin defendia que as greves são resultantes das contradições do capitalismo, por isso significariam o início da luta de classes operárias contra as estruturas do sistema (LÊNIN, 2008, p. 99, 100).

Lênin também recorreu à imagem da “escola de guerra” para ressaltar o papel pedagógico das lutas grevistas.

A greve ensina os operários a compreenderem onde repousa a força dos patrões e onde a dos operários; ensina a pensarem não só no seu patrão e nos seus companheiros mais próximos, mas em todos os patrões, em toda a classe capitalista e em toda a classe operária. [...] Mas a greve abre os olhos dos operários não só quanto aos capitalistas, mas também ao que se refere ao governo e às leis. [...] Assim, as greves ensinam os operários a unirem-se; as greves fazem-nos ver que somente unidos podem aguentar a luta contra os capitalistas; as greves ensinam os operários a pensarem na luta de toda a classe patronal e contra o governo autocrático e policial. Exatamente por isso, os socialistas chamam as greves de “escola de guerra”, escola em que os operários aprendem a desfechar a guerra contra seus inimigos, pela emancipação de todo o povo e de todos os trabalhadores do jugo dos funcionários e do jugo do capital. (LÊNIN, 2008, p. 105-106)

Na teoria leninista a experiência das lutas grevistas, considerando que se trata de uma “escola de guerra”, é fundamental no processo de tomada de consciência dos trabalhadores enquanto classe, ou seja, a consciência dos interesses antagônicos com a burguesia e dos interesses comuns com o conjunto dos trabalhadores. Ao desenvolver sua teoria o comunista russo buscou recuperar algumas das concepções que nortearam os debates na AIT, como por exemplo, o entendimento de que as greves não são os únicos meios para a emancipação dos trabalhadores e ressalta que não podem ignorar os outros meios de luta, pois poderiam retardar o próprio desenvolvimento das lutas (LÊNIN, 2008, p. 106).

Assim, a teoria de Lênin reforça o caráter pedagógico das greves ao traçar as estratégias para o êxito dos movimentos grevistas. Ele estabelece três condições para o sucesso das greves, que na verdade são parte de processo cumulativo de aprendizagem que culminaria com a organização e as lutas dirigidas pelo “partido operário socialista”. A primeira condição apontada é a organização das caixas de resistência, sem as quais não seria possível a manutenção das greves. A segunda condição refere-se a um momento de avanço da consciência dos trabalhadores de maneira que eles saberiam discernir qual o melhor momento para deflagração das greves. A terceira e última condição é a passagem das lutas que seriam meramente econômicas para as lutas políticas.

Em terceiro lugar, as greves mostram aos operários, como vimos, que o governo é seu inimigo e que é preciso lutar contra ele. Com efeito, as greves ensinaram gradualmente à classe operária, em todos os países, a lutar contra os governos pelos direitos dos operários e pelos direitos de todo o povo. Como já dissemos, essa luta só pode ser levada a cabo pelo partido operário socialista, através da difusão entre os operários das justas ideias sobre o governo e sobre a causa operária. Noutra ocasião nos referiremos em particular a como se realizam na Rússia as greves e a como devem utilizá-las os operários conscientes. Por enquanto devemos assinalar que as greves são, como já afirmamos linhas atrás, uma “escola de guerra”, mas não a própria guerra; as greves são apenas um dos meios de luta, uma das formas do movimento operário. (LÊNIN, 2008, p. 107)

Lênin enfatiza o papel pedagógico das greves no processo das lutas dos trabalhadores contra a exploração capitalista. Na sua perspectiva, essa aprendizagem permitiria um ganho qualitativo quando as lutas assumem uma dimensão política, isto é, a percepção dos trabalhadores que sua luta não é exclusivamente contra a classe burguesa, mas também contra os governos. Aqui a teoria leninista aponta para um salto qualitativo também do ponto de vista organizativo e programático, uma vez que a luta política é travada pelo partido político.

A comunista alemã Rosa Luxemburgo, especialmente no texto *Greve de massas, partido e sindicato*, recoloca do debate acerca da relação e da diferenciação entre as lutas econômicas e políticas. Na tentativa de interpretar a suble-

vação proletária conhecida como Revolução Russa de 1905, desenvolveu uma tipologia das greves, greve geral, greve de massas, greve espontânea, greve não-espontânea, greve econômica e greve política, a partir das divergências entre marxistas e anarquistas sobre a estratégia da greve geral e da identificação e diferenciação dos movimentos de caráter econômico e político.

Greves econômicas e políticas, greves de massa e greves parciais, greves de protesto ou de combate, greves gerais abrangendo setores particulares, ou cidades inteiras, lutas reivindicativas pacíficas ou batalhas de rua, combates de barricadas — todas essas formas de luta se cruzam ou se tocam, se interpenetram ou deságuam umas nas outras: é um mar de fenômenos eternamente novos e flutuantes. E a lei do movimento desses fenômenos surge claramente: não reside na própria greve de massas, nas suas particularidades técnicas, mas na relação entre as forças políticas e sociais da revolução. A greve de massas é tão somente a forma adquirida pela luta revolucionária e qualquer deslocamento na correlação das forças em luta, no desenvolvimento do partido e na divisão das classes, na posição da contrarrevolução, influi imediatamente sobre a ação da greve por meio de inúmeros caminhos invisíveis e incontrolláveis. Entretanto, a própria ação da greve de massas não para um só instante. Adquire somente outras formas, modifica a sua extensão, os seus efeitos. Ela é a pulsação viva da revolução e ao mesmo tempo o seu motor mais poderoso. (LUXEMBURGO, 2010, p. 281)

Portanto, na teoria de Rosa Luxemburgo a greve de massas é entendida como o processo de luta de classes que caminha para a ruptura revolucionária; trata-se do longo processo indefinido das contradições entre capital e trabalho. “A greve de massas é antes um termo que designa globalmente todo o período da luta de classes que se estende por vários anos, às vezes decênios”. Na verdade, para Rosa Luxemburgo o processo revolucionário é responsável pela passagem da luta econômica para a luta política, “que se traduz na greve de massas”, sendo assim, “não é a greve de massas que produz a revolução, mas é a revolução que produz a greve de massas” (LUXEMBURGO, 2010, p. 281, 282, 288).

As greves de massas também cumprem, segundo a teoria da comunista alemã, o papel de complementaridade das lutas econômicas e das lutas políticas. As greves de luta seriam greves econômicas e, portanto, nasceriam espontaneamente, ao contrário das greves de protesto, que seriam greves políticas.

Todas as outras greves de massas parciais ou greves gerais não foram greves de protesto, mas de luta; como tais nasceram espontaneamente por ocasião de incidentes particulares, locais e fortuitos, e não a partir de um plano preconcebido e deliberado e, com o poder de forças elementares, adquiriram dimensões dum movimento de grande envergadura. (LUXEMBURGO, 2010, p. 282)

Rosa Luxemburgo coloca de um lado os movimentos espontâneos, notadamente lutas econômicas, e de outro lado os movimentos conscientes, notadamente de caráter político, que exigem a organização partidária, que assumiria o papel de direção política e ideológica.

Se considerarmos as coisas cronologicamente, nota-se o seguinte: as greves de protesto que, ao contrário das greves de luta, exigem um nível de disciplina partidária muito elevado, uma direção política e uma ideologia política conscientes e, portanto, parecem segundo o esquema como a forma mais elevada e mais refletida da greve de massas. (LUXEMBURGO, 2010, p. 283)

Entretanto, as greves de massa teriam a capacidade, enquanto processo revolucionário, de garantir a simbiose entre as greves de reivindicações econômicas e as greves de protesto político.

Em suma, a luta econômica apresenta uma continuidade, é o fio que une os diferentes nós políticos; a luta política é uma fecundação periódica que prepara o solo para as lutas econômicas. Causa e efeito sucedem-se, alternam-se incessantemente, e assim os fatores políticos e econômicos, longe de se distinguirem claramente ou de se excluírem reciprocamente como pretende o pretensioso esquema, constituem no período da greve de massas dois aspectos complementares da luta da classe proletária russa. É precisamente a greve de massas que dá forma à sua unidade. (LUXEMBURGO, 2010, p. 286)

Em resumo podemos afirmar o seguinte: na teoria marxista clássica as greves são pedagógicas no sentido que “ensinam” os trabalhadores a necessidade de uma luta política nacional pela conquista do Estado; elas são reduzidas assim ao papel de conscientização futura e, em si mesmas, não tem nenhuma relação institucional, nem organizativa, com a luta revolucionária. O marxismo assim teoriza e preconiza a limitação das greves, estas não devem se desenvolver em formas insurrecionais, mas sim seguindo o modelo cartista, em movimentos legais de reforma e conquista do poder político. Essa visão seria alterada por Lenin. Enquanto membro da oposição à direção da social-democracia internacional irá defender a associação das greves ao movimento insurrecional, retomando a prática do sindicalismo revolucionário e do anarquismo internacional. Mas tão logo depois da consolidação do poder de Estado do partido comunista, as greves tornam-se problemáticas. Desse modo, enquanto na tradição dominante da socialdemocracia e do marxismo a greve é separada da insurreição (supondo a incapacidade dos trabalhadores de se libertarem por si, sem recorrerem ao poder de Estado), ela só foi vinculada aos movimentos insurrecionais no anarquismo e em interpretações revolucionárias minoritárias no marxismo, que por sua vez tinham outras contradições. De maneira geral, as greves são em no marxismo uma resposta ao desenvolvimento das forças produtivas, o produto da imposição da concorrência e, logo, formas de reação determinadas e não-determinantes da transformação revolucionária (que estaria no desenvolvimento das próprias forças produtivas).

4. A POLÊMICA DA GREVE GERAL: MARXISTAS E ANARQUISTAS

Entre as divergências entre anarquistas e comunistas no interior do movimento dos trabalhadores, as polêmicas acerca da greve geral ocupam um lugar de destaque para o presente estudo, pois permitem o entendimento das diferenças ideológicas, teóricas, estratégicas e programáticas entre essas duas tendências do sindicalismo.

No interior da AIT a estratégia de uma greve geral foi pautada a partir dos debates sobre a guerra, ou seja, também foi no Congresso de 1868 que apareceu a primeira formulação da greve geral nos documentos da AIT. Os diversos delegados presentes ao III Congresso se pronunciaram contra a guerra e defenderam que a AIT se posicionasse. Os discursos mais inflamados e incisivos contra a guerra entre as nações eram aclamados pelos demais delegados presentes ao Congresso. O papel da delegação belga também merece destaque, pois foram principalmente os delegados da seção de Bruxelas que mais vezes se pronunciaram contra a guerra. Ao final dos debates, Tolain apresentou uma proposta que foi aprovada,⁵ segundo Dolléans (2003, p. 247-248), com o destaque inclusivo de Charles Longuet que estabeleceu a estratégia da greve geral contra a guerra: “O congresso recomenda aos trabalhadores cessarem todo o trabalho no caso de guerra”.⁶ Assim, a primeira elaboração da estratégia da greve geral, enquanto resolução da Primeira Internacional, teve um caráter eminentemente político, isto é, voltada contra a guerra, considerada um instrumento de dominação e exploração das classes dominantes.

Os debates sobre a guerra começaram no II Congresso da AIT, em Lausanne, onde “o pauperismo e a falta de equilíbrio econômico” foram considerados as causas primeiras da guerra e que suas consequências recaem “principalmente sobre a classe trabalhadora” (GUILLAUME, 2009, p. 101-102; CGT, 1913: 3). Portanto, os debates do Congresso de Bruxelas foram o resultado desse acúmulo de discussões, que mesmo ressaltando a dimensão política da oposição à guerra, não negligenciaram suas dimensões sociais e econômicas e culminaram na estratégia de greve geral.

Marx e seus partidários teriam discordado da estratégia da greve geral contra a guerra: “Esta decisão, que mais tarde todos os trabalhadores Congresso Internacional adotaram, chocou Marx. Em sua carta a Engels, 16 de setembro, ele brinca e fala da loucura belga em querer greve contra a guerra”

5 Ver a resolução final contra a guerra in CGT. Le prolétariat contre la guerre et les trois ans. Paris, Maison des Federations, 1913, pp. 4-5.

6 Conferir a redação final das resoluções sobre a guerra em CGT (1913, p. 5), Com-père-Morel (1912, p. 508-509) e Guillaume (2009, p. 159-160).

(DOLLÉANS, 2003, p. 248).⁷ Por sua vez, os anarquistas e os aliancistas procuram aprofundar a estratégia da greve geral e desenvolveram a estratégia da *greve geral insurrecional, ou seja, a conversão das lutas reivindicativas e de resistência em uma luta ofensiva contra o Estado e o capital*. Sendo assim, Bakunin foi o primeiro a sistematizar a teoria anarquista da greve geral em 1869:

Quando as greves se alargam, se interpenetram, é porque está próximo o momento da greve geral; e uma greve geral, com as ideias de libertação que reinam hoje no proletariado, só pode conduzir a um grande cataclisma que dará uma nova estrutura à sociedade. Não há dúvida que ainda lá não chegamos, mas tudo nos conduz a tal. Só é necessário que o povo esteja preparado, que não se deixe enganar pelos saladores e pelos sonhadores, como em 48, e para tal é necessário que se organize coerente e seriamente. (BAKUNIN, 1979, p. 11)

A greve geral na teoria bakuninista é sinônimo de insurreição. Trata-se de ofensiva da classe trabalhadora contra a ordem burguesa, onde a dialética criação-destruição estabelece a destruição do sistema capitalista e a criação da sociedade socialista. A tese da *greve geral insurrecional* se pauta no entendimento de que a luta revolucionária é uma luta eminentemente econômica, ou melhor dizendo, uma luta pela emancipação econômica da classe trabalhadora. Para os bakuninistas a emancipação econômica só é possível com a destruição simultânea da propriedade privada e do Estado (BAKUNIN, 1979: 62). Assim, a greve geral insurrecional tem objetivos programáticos definidos: a abolição da propriedade privada e a destruição do Estado, como condições necessárias para a emancipação dos trabalhadores. Ainda em termos programáticos, a proposta de organização da sociedade pós-revolução é a federação livre das comunas. Bakunin definiu com precisão esses objetivos programáticos numa carta endereçada ao companheiro Albert Richard, às vésperas da insurreição da Comuna de Paris:

Se Paris sublevar-se e triunfar, terá o dever e o direito de proclamar a completa liquidação do Estado político, jurídico, financeiro e administrativo – a bancarrota pública e privada, a dissolução de todos os poderes, de todos os serviços, de todas as funções e de todas as forças do Estado, o incêndio ou o júbilo pelo incêndio de todos os papéis, documentos privados e públicos. Paris apressar-se-á naturalmente a organizar-se por si mesma, bem ou mal, revolucionariamente, depois que os trabalhadores reunidos em associações tiverem se apoderado de todos os instrumentos de trabalho, capitais e todos os tipos de prédios. Permanecendo armados e organizados por ruas e por bairros, eles formarão a federação revolucionária de todos os bairros, a comuna federativa. (BAKUNIN, 2012, p. 96)

7 Sobre a posição dos marxistas sobre a estratégia da greve geral contra a guerra conferir também Bottomore (2001, p. 168) e Just (2012, p. 3).

Como já foi exposto anteriormente, os anarquistas desenvolveram a estratégia da greve geral insurrecional como uma resposta à necessidade do embricamento das lutas imediatas da classe trabalhadora como a ruptura revolucionária com o sistema capitalista. Portanto, a greve geral experimentada em vários países ao longo do século XIX foi apropriada pela teoria revolucionária anarquista e se converteu numa das principais contribuições da teoria bakuninista para o sindicalismo revolucionário do final do século XIX e do século XX.

As divergências ideológicas, teóricas, estratégicas e programáticas entre anarquistas e marxistas no interior da Associação Internacional dos Trabalhadores se intensificaram nos anos seguintes. Tanto no IVº Congresso, realizado em 1869 na Basileia, quanto no entendimento e na estratégia programática da Comuna de Paris (1871). As divergências atingiram seu ponto de ruptura definitiva no Vº Congresso, realizado em Haia no ano de 1872.

No ano de 1871 não foi realizado o congresso da AIT, em decorrência da Comuna de Paris. No lugar do congresso ocorreu uma conferência convocada pelo Conselho de Geral da AIT, sob hegemonia de marxistas e blanquistas. A conferência aprovou a política de fundação de partidos operários para disputar as eleições burguesas e aumentou os poderes do Conselho Geral e tais decisões acirraram os conflitos entre anarquistas e marxistas na Primeira Internacional (COLE, 1974, p. 188-190).

No ano seguinte, em 1872, no congresso de Haia da AIT, as tensões entre os marxistas e seus partidários e entre os aliancistas e seus aliados atingiram seu ponto inflexão, cujo resultado foi a cisão da Primeira Internacional. Por causa das dificuldades provocadas pelos desdobramentos da derrota da Comuna de Paris, o quinto congresso da AIT contou com baixa participação dos aliancistas, destacando a ausência das delegações da Itália e da França e do próprio Bakunin, assim os marxistas construíram uma maioria fictícia (COLE, 1974, p. 190). Os marxistas aprovaram a expulsão de Bakunin e James Guillaume e a transferência do Conselho Geral para os Estados Unidos. Entretanto, a maioria das seções não aceitou a decisão e, atendendo à convocação feita pelos anarquistas, realizaram um novo congresso ainda em 1872, em Saint Imier, que contou com a participação das seções italiana, espanhola, americana e francesa e a jurassiana (suíça). Posteriormente recebeu a adesão da seção belga. O congresso de Saint Imier não reconheceu as decisões de Haia, e decidiu manter a organização da Primeira Internacional (COLE, 1974, p. 193).

Mesmo depois dessa cisão, anarquistas e marxistas continuaram disputando a hegemonia do movimento dos trabalhadores e o embate entre essas tendências contribuiu para o desenvolvimento de diferentes concepções, estratégias e programas para o movimento da classe trabalhadora, como se

observa nos desdobramentos das divergências sobre a estratégia da greve geral. Assim, um dos debates mais conhecidos sobre essa divergência está presente no texto intitulado *Os Bakuninistas em Ação*, escrito pelo comunista alemão Friedrich Engels e publicado no jornal “Der Volksstaat” em novembro de 1873. Trata-se de uma análise crítica da estratégia traçada pelas lideranças bakuninistas da seção espanhola da AIT durante o levante popular espanhol de junho de 1873. Sobre a estratégia de greve geral, afirmou o comunista alemão:

No programa de Bakunin, a greve geral é o trampolim que leva à Revolução Social. Uma bela manhã, os operários de todas as associações de um dado país e até do mundo inteiro deixam o trabalho e em quatro semanas, no máximo, obrigam as classes dominantes a darem-se por vencidas ou a lançarem-se contra os operários, com o que ganham o direito de se defenderem e, aproveitando a ocasião, de derrubarem a velha organização social. A ideia não é nova: primeiro foram os socialistas franceses e logo em seguida os belgas, desde 1848, a tentar montar este esquema que é, sem dúvida, pela sua origem um cavalo de raça inglesa [...]. Também no congresso dos aliancistas celebrado em Genebra no dia 1 de setembro de 1873, desempenhou grande papel a Greve Geral, se bem que se tenha desde há bastante tempo reconhecido em todo o mundo que para realizá-la é necessário que a classe operária possua uma organização perfeita e uma boa “caixa de greve”. E reside aqui exatamente a dificuldade maior do problema. Por um lado, os governos nunca permitirão que a organização nem as caixas de greve cheguem a um grande nível de desenvolvimento, sobretudo se continuamente se prega o abstencionismo político e por outro lado, os acontecimentos políticos e os abusos das classes poderosas irão facilitar a emancipação dos operários muito tempo antes de o proletariado atingir a reunião simultânea dessa organização e desse fundo de reserva. Mas no caso de possuir ambos os requisitos certamente não precisariam utilizar a greve geral para atingir a sua meta. (ENGELS, 2012, p. 4)

Em sua argumentação, Friedrich Engels acusava de espontaneísta a tese bakuninista da greve geral, ironizando-a como uma ação dos trabalhadores que aconteceria “numa bela manhã”. Além disso, criticava a ausência de uma estratégia militar e, por último, considerava que a organização de um “fundo de greve” para uma greve geral exige um grau de organização tão elevado quanto a deflagração da ruptura revolucionária. Enfim, considerava a greve geral irrealizável nos termos da teoria anarquista.

A crítica de Engels à ação política dos bakuninistas na Espanha não se limitou à oposição à estratégia da greve geral insurrecional, mas se estendeu à posição anarquista de não participação dos trabalhadores nas eleições para o parlamento burguês.

É sabido que, na Espanha, ao produzir-se a cisão da Internacional, ficaram em vantagem os membros da Aliança Secreta; a grande maioria dos operários espanhóis aderiu a ela. Ao ser proclamada a República em fevereiro de 1873, os aliancistas

espanhóis viram-se em situação muito difícil. A Espanha é um país muito atrasado industrialmente e por esse fato não se pode falar de uma emancipação imediata e completa da classe operária. Antes que isso possa acontecer, a Espanha terá que passar por etapas prévias de desenvolvimento e deixar para trás uma série de obstáculos. A República oferecia a oportunidade para tornar mais curtas essas etapas para liquidar esses obstáculos. Mas esta oportunidade só podia aproveitar-se por intermédio da intervenção política, ativa, da classe operária. A massa do operariado pensou desse modo e em todas as partes pressionou para que houvesse intervenção nos acontecimentos, para que se aproveitasse a ocasião para agir, em vez de deixar o campo livre para as manobras e para as intrigas. O governo convocou eleições para as Cortes Constituintes. Que posição deveria adotar a Internacional? Os dirigentes bakuninistas estavam mergulhados na maior perplexidade. O prolongar da inatividade política tornava-se cada dia mais ridículo e mais insustentável; os operários queriam fatos. E, por outro lado, os aliancistas tinham durante anos seguidos, pregado que não se devia nunca intervir em nenhuma revolução que não fosse encaminhada para a emancipação imediata e completa da classe operária, que o fato de empreender qualquer ação política implicava no reconhecimento do Estado, a grande origem do mal e que, portanto, e, muito especialmente, a participação em qualquer classe de eleições era um crime que merecia a morte. (ENGELS, 2012, p. 1-2)

A argumentação de Friedrich Engels foi construída a partir de teses centrais da teoria da revolução do materialismo histórico: o desenvolvimento das forças produtivas e a revolução política. Engels identificava o atraso da industrialização espanhola como uma etapa a ser superada como condição necessária para o desenvolvimento de um contexto revolucionário. O regime político monárquico também foi identificado como um obstáculo à revolução proletária, portanto, a proclamação da república constituiria para ele outra condição fundamental para o avanço das lutas operárias.

No que diz respeito às condições objetivas e subjetivas da classe trabalhadora para a revolução, Engels destacou o desenvolvimento dos trabalhadores das indústrias, sua organização sindical e suas greves de caráter econômico e corporativo como a condição necessária inicial para o avanço da consciência de classe. Mas a organização político partidária e a participação nas eleições parlamentares, com a defesa de candidaturas operárias, permitiriam à consciência de classe alcançar um patamar superior. Por isso, ele condena a negação das eleições burguesas feita pela teoria anarquista. É possível afirmar que para Engels, bem como para os demais teóricos da escola marxista, a estratégia da greve geral na concepção bakuninista limitaria a ação da classe trabalhadora ao plano das lutas econômicas imediatas, uma vez que ela é indissociável do “abstencionismo político”. Stéphane Just sintetizou bem a crítica marxista à tese da greve geral bakuninista: “Anarquistas e anarco-sindicalistas vêem a greve geral como a melhor forma de resolver a “questão social” rejeitando a ação política,

incluindo a participação nas eleições e agitação parlamentar. Eles limitam a ação do proletariado a meios “puramente econômicos”(JUST, 2012, p. 7).

Portanto, a crítica marxista à concepção anarquista da greve geral tem uma dimensão estratégica, uma vez que a considera “economicista”⁸, mas também se estende ao plano programático, uma vez que procura reafirmar o programa da ditadura do proletariado para a organização social pós-revolução. Essas divergências também estão presentes na dimensão organizativa, pois, desde a Conferência de 1871, a linha política marxista é a organização de partidos políticos dos trabalhadores para a disputa das eleições burguesas, enquanto que a linha política anarquista é a reorganização do movimento dos trabalhadores como condição necessária para a retomada dos movimentos insurrecionais, isto é, para a deflagração da greve geral.

Os debates sobre a greve geral não ficaram restritos às divergências entre anarquistas e marxistas, mostra Étienne Buisson em sua obra *La Grève générale*, publicada em 1905. Buisson se propôs a desenvolver um balanço crítico das concepções de greve geral presentes no interior do movimento sindical na virada do século XIX para o século XX. Portanto, sua análise compreende um contexto bem diferente das décadas de 1860 e 1870, quando as formulações e debates sobre a estratégia da greve geral tiveram um lugar privilegiado no interior da Primeira Internacional, isto é, Buisson se debruça sobre a temática da estratégia da greve geral num contexto marcado pelos efeitos da dissolução da Primeira Internacional. A AIT com sede em Nova Iorque se autodissolve no Congresso da Filadélfia em 1876 e a AIT “Antiautoritária” manteve sua existência até 1881.

Sendo assim, a partir da década de 1880 o movimento dos trabalhadores passa por um processo de reorganização que se caracterizou pela constituição das confederações de trabalhadores em cada país, que começou com a fundação, em 1895 da confederação francesa, *Confédération Générale du Travail* (CGT francesa), constituída da fusão da *Fédération Nationale des Syndicats*, hegemonizada por sindicalistas socialistas, principalmente os guesdistas, e da *Fédération des Bourses du Travail*, hegemonizada por socialistas anarquistas. Posteriormente, foram fundadas as confederações italiana, *Confederazione Generale del Lavoro* (1906) e espanhola, *Confederación Nacional del Trabajo* (1910). No caso América do Norte a reorganização dos trabalhadores se deu a partir da fundação da *Federation of Organized Trades and Labor Unions of the United States and Canada*, em 1881, que passa a

8 É importante observar que a acusação de “economicismo” se dá porque o marxismo reduz o conceito de político à atividade de Estado e o anarquismo, preconizando toda uma série de instituições sociais macro e micro, escapa a este conceito limitado de ação política, de forma que estão numa zona em que o marxismo não reconhece. Por tanto, do ponto de vista marxista, essas ações socioculturais são rotuladas e reduzidas ao “econômico”.

ser denominada American Federation of Labor a partir de 1886, e no caso alemão foi fundada a Comissão Geral dos Sindicatos da Alemanha, em 1890.

Nesse contexto de reorganização, segundo Buisson (1905, p. 10), foram atribuídos diversos significados a noção de greve geral, produzindo, inclusive, dificuldades para o entendimento da estratégia da paralisação geral de todas as atividades de trabalho. Diante dessa diversidade, Buisson tenta encontrar o significado original da ideia de greve geral e identifica dois momentos da sua constituição: primeiro, as greves gerais teriam surgido como alternativas aos “lock-outs”, isto é, as greves patronais; em segundo lugar, sua primeira sistematização teria sido o texto de Bakunin publicado em 1869, no jornal *L’Egalité*, órgão da AIT. *E conclui que a greve geral, “na sua acepção mais ampla, na sua etimologia, pode ser definida como a paralisação de todo o trabalho em todos os ramos de atividade econômica – industrial, agrícola, comercial – de uma nação. É a sua definição de origem”* (BUISSON, 1905, 6, 7, 9).

As divergências que apareceram eram sobre o significado de greve geral e sobre os seus objetivos. Segundo Étienne Buisson (1905, p. 10), a noção de greve geral passou a ser utilizada para designar greves de determinados ramos da indústria e do comércio que se generalizavam, que na verdade teriam características de greves gerais corporativas. Assim, ele considera que a noção de greve geral deve ser usada somente para designar “la cessation de tout travail ouvrier dans un pays, ou dans tous les pays, ou même dans une province ou dans une ville”, pois essa seria sua concepção original, e os demais movimentos paredistas deveriam ser denominados de greves generalizadas ou de greves gerais corporativas.

Na década de 1880 a estratégia da greve geral teve destaque em momentos significativos para o movimento dos trabalhadores em reorganização que demarcaram bem as divergências quanto aos objetivos da greve geral. O primeiro caso foi a greve geral reivindicando jornada de trabalho de 8 horas por dia no 1º de maio de 1886 na cidade de Chicago. As correntes anarquistas que atuavam no interior da *American Federation of Labor* conseguiram aprovar a estratégia da greve geral em 1884 e a deflagraram em maio de 1886.⁹ Nesse caso e em outros, pode-se afirmar que a greve geral é utilizada como um objetivo reivindicativo, por ser considerada mais eficaz do que as greves parciais: “a greve geral apareceu como uma alternativa ao fracasso sistemático das greves parciais, greves localizadas em um só lugar e um ramo da produção. Se tratava, neste caso, de propor a generalização do conflito para forçar uma vitória” (GABRIEL, 1991, p. 17).

9 Nesse período as correntes anarquistas nos Estados Unidos se organizavam na *International Working People’s Association (IWPA)*, fundada em 1882. Sobre a atuação dos militantes anarquistas nas de lutas e greves pela jornada de 8 horas de trabalho ver Mella (2005).

O segundo caso foi a aprovação da estratégia da greve geral na França pelo congresso da *Fédération Nationale des Syndicats*, em 1888. A resolução aprovada estabeleceu uma diferenciação entre as greves parciais e a greve geral: “*Considérant que la grève partielle ne peut être qu’un moyen d’agitation et d’organisation; le Congrès déclare que, seule, la grève générale, c’est-à-dire la cessation complète de tout travail ou la Révolution sociale, peut entraîner les travailleurs vers leur émancipation*” (BUISSON, 1905, p. 15). Portanto, entre os trabalhadores franceses reunidos no congresso da *Fédération Nationale des Syndicats*, as greves parciais eram instrumentos de agitação e organização, enquanto que a greve geral era entendida como sinônimo de revolução social, ou seja, seu objetivo é a emancipação da classe trabalhadora.

Com a fundação da CGT francesa em 1895, a estratégia da greve geral passa a fazer parte da própria história da confederação dos trabalhadores franceses. Entretanto, as diversas correntes e tendências que confluíram para a sua fundação vão atribuir significados e objetivos diferentes para a greve geral (GABRIEL, 1991, p. 18-19).

Os desdobramentos dos debates sobre a estratégia das greves e a consolidação da CGT na França colocaram outro elemento na concepção de greve geral: o entendimento de que a organização geral dos trabalhadores passa a ter a responsabilidade pela deflagração de uma greve geral. Assim, os sindicatos seriam responsáveis pelas greves parciais, as federações pelas greves gerais corporativas e a confederação pela greve geral (BUISSON, 1905, p. 21).

O terceiro caso de destaque são as greves gerais na Bélgica, onde o objetivo do movimento era a conquista do sufrágio universal. Diferentemente dos exemplos anteriores, a temática da greve geral na Bélgica passou de maneira decisiva pelo debate político partidário, tendo a reivindicação do voto universal como centro das lutas dos trabalhadores impulsionado pelo Partido Operário Belga, o que gerou uma polarização com os defensores da ação direta e da greve geral.

A fundação do Partido Operário Belga em 1885 e a explosão de violência social desencadeada na região de Lieje no ano seguinte abrem um novo período na luta do trabalhismo belga caracterizado por certa polarização e subsequente contencioso entre os sectores partidários da ação direta e da greve geral e as marchas sobre Bruxelas e aqueles que colocavam, como objetivo político básico a luta pelo sufrágio universal. [...] A chamada greve geral se realizou em diversos territórios em particular entre os mineiros [...] A extensão do movimento obrigou a um funcionamento seletivo dos caixas de resistência e ao Conselho geral do partido a endurecer suas posições a respeito da demanda de sufrágio universal para não perder a iniciativa política. O congresso de dezembro de 1892 se dedicou somente ao tema da relação entre o sufrágio universal e

a greve geral, e se propôs a utilizar esta medida de forma imediata se Parlamento não assumisse aquela petição depois de realizar um referendo favorável ao sufrágio universal. (BONAMUSA, 1991, p. 70-71)

As lutas e as configurações que assumiram as concepções da greve geral no interior do movimento dos trabalhadores belgas, a partir da segunda metade da década de 1880, apontaram para a elaboração da noção de greve geral de protesto, ou seja, cujo objetivo não seria a revolução social, mas sim a conquista de determinadas reivindicações políticas ou econômicas. Inicialmente o foco dos partidários da concepção da greve geral de protesto é a luta pelo sufrágio universal, o que também ocorrerá na Áustria e na Alemanha (BONAMUSA, 1991, p. 67). É importante observar que esta elaboração foi realizada no interior do movimento operário e dos partidos operários, pelo choque de posições e como resposta a necessidade pragmáticas. A greve geral de protesto, assim, conciliou a greve geral postulada por anarquistas e coletivistas com os objetivos estratégicos dos partidos social-democratas. Na Alemanha os debates da estratégia da greve geral também passaram pelas organizações político partidárias, entretanto, foram delineados pelo conflito sobre a relação entre os partidos e as organizações sindicais, em especial com a Comissão Central de Sindicatos da Alemanha (BONAMUSA, 1991, p. 53).

Os desdobramentos dessas divergências de concepção apontaram para resoluções que separavam as atribuições dos sindicatos e dos partidos, onde as ações dos primeiros se limitariam às reivindicações e negociações de caráter econômico e corporativo e as ações políticas, por sua vez, seriam atribuições dos partidos (BONAMUSA, 1991, p. 55). No terreno do debate internacional do movimento dos trabalhadores, os sindicalistas alemães polemizaram com as concepções anarquistas da greve geral e com a ideia da greve geral de protesto. De acordo com Bonamusa, as lideranças sindicais da Alemanha foram contrárias às concepções que atribuíam à greve geral um caráter ofensivo para as lutas da classe trabalhadora “Assim no congresso de Paris da Segunda Internacional (1900) o dirigente sindical alemão Karl Legien se opunha ao francês Arístide Briand e quatro anos mais tarde, no congresso Amsterdã (agosto 1904), a delegação alemã somente aceitava a proposta da holandesa Henriette Roland-Holst no sentido de uma utilização defensiva da denominada greve de massas” (BONAMUSA, 1991, p. 55-56).

Ainda é relevante destacar os desdobramentos dos debates acerca da estratégia da greve geral na Espanha depois do movimento e das lutas de 1873, que motivaram as críticas de Engels à concepção anarquista da greve geral insurrecional. Segundo Angel Duarte (1991, p. 151-154), a ideia da greve geral perdeu força entre os trabalhadores espanhóis no período pós-levante de 1873, ficando restrita à setores mais intelectualizados. Entretanto, argumenta Duarte, que a Espanha vivia uma crise econômica no final da década de 1890,

e como resposta as classes dominantes partem para uma ofensiva contra a classe trabalhadora com a ampliação das formas de exploração, impondo a deterioração dos salários e das condições de trabalho, aumentando a jornada de trabalho e intensificando a exploração da mão de obra feminina e infantil. Diante dessa ofensiva, a classe trabalhadora espanhola retomou sua jornada de greves, primeiro com os operários das indústrias têxteis, organizados na Federação Têxtil Espanhola, e depois com a greve dos metalúrgicos, organizados na Unión Obrera Metalúrgica, em 1902. Essa greve dos metalúrgicos se enquadra no tipo de greve geral corporativa.

Esse contexto de crise econômica e retomada das lutas operárias constituiu um terreno propício para renovação da estratégia da greve geral entre os trabalhadores espanhóis. O trabalho de divulgação e defesa da greve geral foi responsabilidade das correntes anarquistas que, entre outras medidas, mantiveram um periódico de circulação no meio sindical intitulado *La Huelga General*, que tinha no militante anarquista Francesc Ferrer y Guardia um dos seus principais organizadores. (DUARTE, 1991, p. 155).

Assim, as correntes anarquistas reintroduziram a estratégia da greve geral enquanto instrumento insurrecional em meio às lutas sindicais na Espanha. O desdobramento desses debates e o amadurecimento das lutas culminaram com a greve geral de Barcelona de 1909,¹⁰ quando a *Solidaritat Obrera* deflagrou a greve contra o recrutamento de reservistas para reforçar a militarização do Marrocos, então colônia espanhola.

Étienne Buisson (1905, p. 83) conclui, depois de analisar as concepções e as experiências de greves gerais na Europa no final de século XIX e nos anos iniciais do século XX, que a estratégia da greve geral insurrecional não teria a possibilidade de obter o êxito desejado, ou seja, a Revolução Social. Ele chega a essa conclusão considerando, por um lado, que os trabalhadores não possuem a organização necessária para levar a cabo os objetivos revolucionários da greve geral e, por outro lado, que o Estado burguês se encontraria suficientemente forte para derrotar os movimentos insurrecionais.

Como Étienne Buisson publicou sua obra em 1905, certamente não incluiu a Revolução Russa de 1905 nas suas análises. Talvez a experiência russa pudesse contribuir para a elaboração de uma conclusão menos pessimista quanto à possibilidade de execução e êxito da estratégia da greve geral. De fato, a Revolução Russa colocou, ou melhor, recolocou o debate sobre a estratégia da greve geral noutro patamar, pois permitiu a reivindicação do seu caráter revolucionário. A importância da Revolução Russa de 1905 para o debate teórico e ideológico sobre a greve geral pode ser encontrada nas análises de Rosa Luxemburgo, que será a responsável por recolocar a teoria

10 Sobre a Greve geral de Barcelona de 1909, veja Rubí (2011, p. 243-268).

da greve geral no âmbito da tradição marxista, não para negá-la, mas sim numa tentativa de incorporá-la à teoria da revolução marxista. Assim, suas considerações sobre os diversos formatos das greves e a relação entre os diferentes formatos das greves são desenvolvidas a partir da crítica à teoria anarquista da greve geral, uma vez que a Revolução Russa de 1905 foi entendida como o resultado de uma greve geral. Portanto, as análises da comunista alemã tinham dois objetivos: reabilitar as teses de Marx e de Engels contra a teoria anarquista da greve geral e combater as concepções reformistas sobre a greve geral.

Hoje a Revolução Russa submeteu essa argumentação a uma revisão fundamental; permitiu, pela primeira vez na história da luta de classes, a grandiosa realização da ideia da greve de massas, e mesmo — explicá-lo-emos com mais detalhes — da greve geral, inaugurou assim uma nova época na evolução do movimento operário. Não deve concluir-se que Marx e Engels sustentaram erradamente a tática da luta política ou que a sua crítica ao anarquismo seja falsa. (LUXEMBURGO, 2010, p. 243)

No esforço de fazer a defesa da teoria marxista, a comunista alemã acusa os anarquistas de “revolucionários românticos” que se limitavam em fazer a propaganda da greve geral e, portanto, estariam presos às suas concepções idealistas, desconsiderando os processos históricos da luta de classes.

Os anarquistas concebem somente duas condições materiais preliminares nas suas especulações “revolucionárias”: em primeiro lugar, “o espaço etéreo”, e em seguida a boa vontade e coragem de salvar a humanidade do vale de lágrimas capitalista em que hoje geme. (LUXEMBURGO, 2010, p. 246)

Na verdade, a autora marxista considera que a greve geral não é o produto de uma ação consciente da classe trabalhadora, mas sim de condições externas a própria luta de classes:

É tão difícil “propagar” a greve de massas como meio abstrato de luta, como “propagar” a revolução. A “revolução” e a “greve de massas” são conceitos que não representam mais do que a forma exterior de luta de classes e só têm sentido e conteúdo quando referidas a situações políticas bem determinadas. (LUXEMBURGO, 2010, p. 250)

Rosa Luxemburgo procurou reafirmar as críticas de Engels à teoria anarquista da greve geral insurrecional classificando-a como uma teoria idealista e voluntarista, uma vez que são as condições econômicas e políticas objetivas que determinam os processos revolucionários, não a ação política da classe trabalhadora. Na verdade, a ação política dos trabalhadores seria espontânea, ou seja, não teria um planejamento e uma direção anteriores. Assim, ao destacar a dimensão espontânea da greve geral da Rússia de 1905, a comunista alemã tentava comprovar que a greve geral não poderia ser planejada, não poderia fazer parte de um plano estratégico para o desenlace revolucionário.

O elemento espontâneo desempenha, como vimos, um enorme papel em todas as greves de massas na Rússia, quer como elemento motor, quer como freio. Este fato não é motivado por a social-democracia russa ser ainda jovem e fraca, mas porque em cada ato particular de luta tomam parte uma infinidade de fatores econômicos, políticos e sociais, gerais e locais, materiais e psicológicos, de tal maneira que nenhum deles pode ser definido ou calculado como um exemplo aritmético. Mesmo se o proletariado, com a social-democracia na cabeça, desempenhar o papel de dirigente, a revolução não é uma manobra do proletariado, mas uma batalha que se desenrola enquanto à sua volta desmoronam e se deslocam sem cessar todos os alicerces sociais. Se o elemento espontâneo desempenha um papel tão importante na greve de massas na Rússia, não é porque o proletariado russo seja “deseducado”, mas porque as revoluções não se aprendem na escola. (LUXEMBURGO, 2010, p. 290)

A comunista alemã recoloca a tese de Marx de que as lutas sindicais e as greves são lutas apenas contra os efeitos do sistema capitalista, ou seja, contra os baixos salários, a pobreza, as péssimas condições de trabalho, não contra as causas, isto é, não contra o próprio sistema capitalista. Considerando essa tese marxista, a afirmação de Rosa Luxemburgo de que “não é a greve de massas que produz a revolução, mas sim a revolução que produz a greve de massas”, passa a ter um sentido pleno, ou seja, não seria possível falar em estratégia da greve geral insurrecional, pois a greve de massas só pode assumir um caráter de ruptura sistêmica num contexto pré-revolucionário ou revolucionário. E as condições de uma situação pré-revolucionária ou revolucionária independem dos movimentos grevistas sendo o resultado do desenvolvimento das forças produtivas. Assim, Rosa Luxemburgo tenta reafirmar o caráter da limitação dos trabalhadores e impossibilidade da libertação da classe por si.

As greves e as organizações sindicais têm, na teoria marxista, um papel eminentemente pedagógico, uma vez que, a partir das experiências concretas de luta contra as classes dominantes, ou melhor, contra os efeitos do capitalismo, possibilitam a elevação da consciência de classe dos trabalhadores para a organização política – o partido – e a luta política – a conquista do poder, como resume o sociólogo Giovanni Alves:

Para Marx, a política tinha o seu verdadeiro estatuto no movimento social da classe, das suas lutas econômicas, que tendiam a criar, quando generalizadas, uma consciência de classe. Essas lutas econômicas generalizadas é que dariam a condição moral para a criação de um partido político da classe operária, cuja meta fosse a conquista do poder político como meio de obter a total emancipação. (ALVES, 2003, p. 194)

A crítica marxista à teoria anarquista da greve geral insurrecional negligencia aspectos centrais presentes nas teses de Bakunin e de seus aliados, como Adhémar Schwitzguébel e James Guillaume. É interessante observar que tal postura de negar a elaboração dos anarquistas, substituindo as com-

plexas elaborações e saberes teóricos e políticos e parte de uma tradição mais ampla de negação da capacidade política da classe trabalhadora. A historiografia marxista tem uma grande dificuldade de estabelecer relatos objetivos das posições dos seus antagonistas, que são normalmente apresentados de forma caricatural. O exemplo de Rosa Luxemburgo é ilustrativo; diante de um fato histórico (a associação entre greve geral e insurreição/revolução), num contexto em que o sindicalismo revolucionário mundial defendia tal articulação, ela ignora essa experiência e elaboração e falseia os argumentos dos marxistas e dos anarquistas.

Primeiro, na concepção anarquista, a greve geral não ocorrerá numa “bela manhã”, na verdade a greve geral seria o resultado de um processo de luta, da preparação das organizações dos trabalhadores e do desenvolvimento da própria classe trabalhadora enquanto força coletiva, possibilitando o entrelaçamento dos vários movimentos grevistas que culminariam na deflagração da paralisação de todos os trabalhadores, impedindo a produção e a circulação de mercadorias. Nesse sentido, a teoria anarquista procura recorrer ao significado original da noção de greve geral, conforme argumentação de Étienne Buisson (1905). Por outro lado, a greve exigia uma tática, assim como a guerra, que pudesse identificar as condições práticas para sua realização e vitória.

CONCLUSÃO

Podemos conceitualizar três grandes formas de greve que foram elaboradas no interior da classe trabalhadora: 1) as greves locais ou parciais, que surgem da resistência imediata ao capital; 2) a greve geral defensiva, que tem um dupla função pedagógica e associativa, e demarca o aumento do poder associativo e de resistência dos trabalhadores (elaborada por mutualistas e coletivistas no interior da AIT e depois pelos debates entre anarquistas, social-democratas e comunistas no século XIX e XX); 3) a greve geral insurrecional da teoria bakuninista, que sintetiza a necessidade de um processo associativo, prevendo instituições microeconômicas, macropolíticas (as federações nacionais, associações internacionais e etc.) e a insurreição destrutiva. A dialética criação-destruição está posta nesta teoria, sendo o movimento associativo em múltiplas escalas o pólo construtivo e a insurreição o pólo destrutivo. No caso, marxistas e bakuninistas-coletivistas concordaram sobre a limitação das greves parciais e locais. Entretanto, a greve geral do bakuninismo e coletivismo tendia a evoluir das formas defensivas (por exemplo, contra a guerra), para as formas ofensivas ou insurrecionais e era expressão da capacidade política dos trabalhadores emanciparem-se por si, ou seja, de sua autonomia. A greve geral implicaria dois elementos: 1) paralisar a produção e serviços, em todos os seus ramos e setores; 2) paralisar a circulação

de mercadorias, através do estrangulamento dos meios de troca, transporte. A greve geral significaria a paralisação das principais cadeias de produção e acumulação da economia capitalista. Implicaria também que as ações de resistência e confronto com a ordem se intensificariam exatamente em razão das implicações econômicas de tal paralisação. Por isso, que na perspectiva bakuninista a greve geral pressupõe que as greves se multipliquem e se interpenetrem, produzindo a anarquia social, ou seja, a subversão da ordem estabelecida com os trabalhadores rompendo coletivamente o “contrato de trabalho” e mostrando seu poder sobre a produção e a circulação de mercadorias. A anarquia social na dialética serial é a negação da anarquia do capital.

Em segundo lugar, os marxistas ignoram o caráter insurrecional da greve geral na perspectiva anarquista, ou seja, a sua vitória da greve geral dependente da organização e da força militar da classe trabalhadora, organizando a violência revolucionária. A noção de insurreição pressupõe o povo em armas e, nesse caso, a Comuna de Paris será utilizada pelos anarquistas como sua principal referência de movimento insurrecional. Mas as experiências das greves gerais insurrecionais do século XX resolveram definitivamente o debate em favor dos anarquistas: nenhuma revolução se fez sem a greve geral insurrecional.

Outros aspectos da teoria anarquista são explicitados pelo anarco-comunista italiano Errico Malatesta, um dos principais teóricos do sindicalismo revolucionário, que, no texto *A greve geral*, publicado em 1922 no jornal *Umanità Nova*, faz um balanço da estratégia da greve geral desde sua formulação na Primeira Internacional, recuperando-a como estratégia da revolução social: “A ‘greve geral’ é, sem qualquer dúvida, uma arma poderosa nas mãos do proletariado; é ou pode ser o modo e a ocasião de desencadear uma revolução social radical (MALATESTA, 2010, p. 79). Partindo da sua experiência de luta na AIT,¹¹ o anarco-comunista italiano procura rebater as críticas marxistas à estratégia da greve geral:

Os marxistas puseram-se a dizer que “a revolução não se faz, surge”; diziam que o socialismo viria necessariamente seguindo “o curso natural e fatal das coisas” e que o fator político (a força, a violência posta ao serviço dos interesses econômicos) não tinha nenhuma importância, e o fator econômico determinava a vida social por completo. E, assim, a preparação da insurreição foi deixada de lado e praticamente abandonada. (MALATESTA, 2010, p. 81)

A teoria revolucionária anarquista não pressupõe um estágio específico de desenvolvimento da economia industrial capitalista ou um regime político determinado para as condições favoráveis à luta emancipacionista e

11 Malatesta participou da fundação da seção italiana da AIT na sua juventude. Também ingressou na Aliança militando ao lado de Bakunin.

para a ruptura sistêmica. As condições econômicas e políticas objetivas da revolução são as estruturas e relações de dominação e exploração de classe. Portanto, a teoria da revolução anarquista está centrada na teoria das forças coletivas do proletariado, isto é, a capacidade de luta e organização dos trabalhadores enquanto classe, enquanto sujeito coletivo e histórico. Apesar de circunscritas e pressionadas pelas estruturas econômicas e políticas, as forças coletivas teriam a capacidade de romper os obstáculos sistêmicos. Ou seja, na concepção da dialética serial antinômica, as forças coletivas são *criadoras* e *destruidoras*, como explica George Gurvitch:

Outro aspecto do movimento dialético próprio da realidade social é o das “forças coletivas”. Essas forças coletivas são irredutíveis às forças individuais e não consistem em absoluto na soma delas, pois em um grupo, em uma classe ou em uma sociedade, os esforços associativos produzem forças centuplicadas. Ora, essas forças coletivas podem tornar-se destrutivas, sombrias, opressoras e ameaçar a própria existência da sociedade e, sobretudo, seu impulso para a criação. (GURVITCH, 1987, p. 102)

Portanto, para os teóricos do anarquismo não só os movimentos grevistas podem assumir a condição de movimentos revolucionários, como também podem criar as condições para o desenlace revolucionário a partir da estratégia da greve geral, resultante dos desdobramentos da série dialética *criação-destruição*. Assim, os anarquistas defendem a greve geral como estratégia para a revolução e defendem o desenvolvimento da teoria e da tática para a construção da greve geral insurrecional. E, pode-se concluir, que na perspectiva anarquista, a teoria da greve geral permite a confluência das lutas econômicas da classe trabalhadora com a luta pela sua emancipação da exploração capitalista.

Malatesta destaca ainda que a estratégia da greve geral insurrecional foi lançada pelas correntes ou tendências do movimento dos trabalhadores contrárias à ação parlamentar, uma vez que entendem a participação no parlamento como sinônimo de integração ao sistema vigente. Entretanto, a não participação nas eleições burguesas não significaria “abstencionismo político”, pois o anarco-comunista não aceita a redução da ação política à ação parlamentar. Assim, as formas de organização dos trabalhadores e as lutas reivindicativas também são ações políticas da classe trabalhadora.

Foi então, diante deste estado de cousas e deste estado de espírito geral, que a ideia da greve geral foi lançada e acolhida com entusiasmo por aqueles que não tinham confiança na ação parlamentar e que viam na greve geral uma via nova e promissora que se abria à ação popular. (MALATESTA, 2010, p. 81)

Além de criticar o posicionamento das correntes marxistas, Malatesta também criticou as concepções reformistas da greve geral, que não só continuaram presentes no movimento sindical, mas se tornaram hegemônicas no

movimento sindical inglês, alemão, belga, austríaco e estadunidense, mesmo depois do impacto da importante Revolução Russa de 1905. Segundo Malatesta, para os reformistas a greve geral assumiria a forma e o conteúdo das greves de protesto, com reivindicações dentro da ordem capitalista. O anarco-comunista afirmava que as greves gerais de protesto seriam a negação da revolução social, porque teriam o objetivo de “apoiar reivindicações de ordem econômica e política compatíveis com o regime” e, na prática, substituiriam a insurreição pela greve geral, pois a greve geral teria um fim em si mesma” (MALATESTA, 2010, p. 82).

Os debates apresentados permitem concluir que as interpretações e concepções sobre a estratégia da greve geral se desenvolveram de acordo com as orientações teórico-ideológicas das diversas correntes e tendências do movimento sindical. Entre as correntes e tendências conservadoras e corporativistas predominaram a recusa ou o esvaziamento da greve geral. As correntes e tendências reformistas e social-democratas atribuíram o sentido das greves gerais de protesto, voltadas para reivindicações dentro da ordem. Os revolucionários desenvolveram a defesa da greve geral insurrecional, sendo que para os comunistas a greve geral seria parte do longo processo revolucionário, determinado por fatores econômicos e políticos específicos, e para os anarquistas a greve geral seria a ação política impulsionadora da ruptura revolucionária.

Nesse sentido, a oposição que se mostra nos movimentos contemporâneos entre greve geral e movimentos insurgentes não é “natural”. Elas são resultantes de uma estrutura social e pensamento construídos por décadas de confrontos capital-trabalho e debates dentro dos movimentos anti-capitalistas. Por outro lado, retomar a possibilidade de uma greve geral ofensiva é fundamental para podermos colocar as insurgências contemporâneas em outro patamar histórico.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. *Limites do sindicalismo: Marx, Engels e a crítica da economia política*. Bauru: Práxis, 2003.

BAKUNIN, Mikhail. Carta a Albert Richard. In: SAMIS, A.; TAVARES, M. (Orgs.). *Anarquismo e sindicalismo*. Rio de Janeiro: SINDSCOPE, 2012.

_____. *De baixo para cima e da periferia para o centro: textos políticos, filosóficos e de teoria sociológica de Mikhail Bakunin*. Organização de Andrey Cordeiro Ferreira e Tadeu de Souza Toniatti. Niterói: Alternativa, 2014.

_____. *Estatismo e anarquia*. São Paulo: Imaginário; Ícon, 2003.

_____. *Federalismo, socialismo, antiteologismo*. São Paulo, 1988.

_____. *O princípio do Estado e outros escritos*. São Paulo, Hedra, 2008.

_____. *O socialismo libertário*. São Paulo, 1979.

_____. *Oeuvres*. Paris, Stock Éditeur, 1910. t. 4. (Bibliothèque Sociologique, n. 42).

BERNARDO, João. *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores*. São Paulo: Boitempo, 2000.

BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

BONAMUSA, Francesc. ¿Reforma o revolución? La Huelga de masas en el primer debate socialista internacional (1889-1905). In: BONAMUSA, Francesc (Ed.). *La huelga general*. Madrid: Marcial Pons, 1991. p. 46-82.

BOTTOMORE, Thomas. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BUISSON, Etienne. *La grève générale*. Paris: Societe nouvelle de libraire et d'édition, 1905. (Bibliothèque Socialiste, n. 33).

COLE, Georg Douglas H. . *Historia del pensamiento socialista II: marxismo y anarquismo – 1850-1890*. Tercera reimpresión. México: Fondo de Cultura Económica, 1974.

COMPÈRE-MOREL, Adéodat. *Encyclopédie socialiste, syndicale et coopérative de l'Internationale ouvrière*. Paris: Librairie Aristide Quillet, 1912.

DOLLÉANS, Édouard. *Histoire du mouvement ouvrier: 1830-1871*. Québec: Édition électronique, 2003. t. 1.

DROZ, Jacques. *Historia Geral do Socialismo*. Lisboa: Horizonte Universitário, 1977. 3 v.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. *Os bakuninistas em ação*. Marxist Internet Archive. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1873/11/05.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

_____. Os sindicatos (I e II). In: AGUENA, Paulo (Org.). *O marxismo e os sindicatos*. São Paulo: Sundermann, 2008.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. Introdução: Anarquismo, pensamento e prática insurgentes: fenômeno da “Primeira internacional”? In: FERREIRA, Andrey Cordeiro e TONIATTI, Tadeu de Souza (orgs). *De baixo para cima e da periferia para o centro: textos políticos, filosóficos e de teoria sociológica de Mikhail*

Bakunin. Niterói, Editora Alternativa, 2014, pp. 21-61.

_____. Materialismo, anarquismo e revolução social: o bakuninismo como filosofia e como política do movimento operário e socialista. In *XXVII Simpósio Nacional de História*. ANPUH, Natal, 2013.

_____. Trabalho e ação: o debate entre Bakunin e Marx e sua contribuição para uma sociologia crítica contemporânea. *Em Debate*, Florianópolis (4): 1-23, 2010.

GABRIEL, Pere. Sindicalismo y huelga. Sindicalismo revolucionario francés e italiano. Su introducción en España. In: BONAMUSA, Francesc (ed.). *La huelga general*. Madrid, Marcial Pons, 1991. pp. 15-45.

GARCIA, Victor. *La internacional obrera. Breve recuento histórico del desarrollo de la Primera Internacional*. Segunda edición cibernética, Antorcha.Net, enero del 2003. Disponível em: http://www.antorcha.net/biblioteca_virtual/historia/internacional/caratula_internacional.html. Acessado em: 12 de agosto de 2012.

GUILLAUME, James. *A Internacional: documentos e recordações, volume I*. São Paulo, Imaginário, 2009.

GURVITCH, George. *Dialética e sociologia*. São Paulo, Vértice, 1987.

_____. *Proudhon e Marx*. Lisboa: Editorial Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1980.

JUST, Stéphane. La grève générale et la question du pouvoir. *La Vérité* n°592, juin 1980. Disponível em: http://www.marxistsfr.org/francais/just/greve_ge/index.htm. Acessado em 12 de agosto de 2012.

LÊNIN, V. I. A Internacional Comunista e a Internacional Vermelha: programa de ação da Internacional Comunista. In AGUENA, Paulo (org.). *O marxismo e os sindicatos*. São Paulo, Sundermann, 2008.

_____. *O Estado e a revolução*. Campinas, FE/UNICAMP, 2011.

_____. *O oportunismo e a falência da II Internacional*. 1916. *Marxist Internet Archive*. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/01/falencia.htm>>. Acesso em: ago. 2012.

_____. *O que fazer?* São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. *Sobre as greves*. In AGUENA, Paulo (Org.). *O marxismo e os sindicatos*. São Paulo: Sundermann, 2008.

LUXEMBURGO, Rosa. Greve de massas, partidos e sindicatos. In ADEMAR, Bogo (Org.). *Teoria da organização política*. São Paulo: Expressão Popu-

lar, 2010.

MAITRON, Jean. *Le mouvement anarchiste en France: des origines à 1914*. Paris: Gallimard Éditeur, 1975.

MALATESTA, Errico. *Escritos revolucionários*. Editora Humana, 2010.

MARX, Karl. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Global, 1985.

_____.; ENGELS. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, [s.d.]. v. 1.

MELLA, Ricardo. *Primeiro de maio dia de luto e luta: a tragédia de Chicago*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2005.

MUÑOZ, Manuel Morales. Historia de un conflicto social: Málaga, la huelga general del verano de 1872. *Baética: Estudios de arte, geografía e historia*, n. 14, p. 327-340, 1992.

PINTO, João Alberto da Costa. Louis-Eugène Varlin (1839-1871). *História Revista*, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 91-112, jul./dez. 2011.

PROUDHON, Pierre-Joseph. *De la Capacité politique des classes ouvrières*. Paris: Éditions du Trindent, 1889.

_____. *O que é a propriedade?* 2. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1975.

_____. *Sistema das contradições econômicas ou Filosofia da miséria*. São Paulo: Escala, 2007. t. 1, 2.

QUELLIEN, Jean. Le mouvement ouvrier dans l'agglomération rouennaise: Marcel Boivin, Le mouvement ouvrier dans la région de Rouen (1851-1876). In: ANNALES DE NORMANDIE, 42e année n.2, p. 229-232, 1992.

RUBÍ, Gemma. Protesta, desobediencia y violencia subversiva: La Semana Trágica de julio de 1909 en Cataluña. *Pasado y Memoria. Revista de Historia Contemporánea*, n. 10, p. 243-268, 2011.

SCHWITZGUÉBEL, Adhémar. *Quelques écrits*. Paris: Stock Éditeur, 1908. (Bibliothèque Sociologique, n. 40).

SÉGOL, Bernadette. La crise: la réponse des syndicats européens. In: PONS-VIGNON, Nicolas; NCUBE, Phumzile (Dir.). *Affronter la finance: mobiliser les 99 pour cent en faveur du progrès économique et social*. Genève: Bureau international du Travail, 2012. p. 3-7.

STEKLOFF, G. M. *History of the First International*. Londres: Martin Lawrence, 1928. Marxist Internet Archive. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/steklov/history-first-international>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

TESTUT, Oscar. *Association Internationale des Travailleurs*. Lyon: Aimé Vingtri-

nier, 1870.

_____. *Le livre bleu de l'Internationale*. Paris: E. Lachaud, 1871a.

TOLAIN, Henri-Louis. *Manifeste des soixante*. Paris, 17 février 1864. Marxist Internet Archive. Disponível em: <<https://www.marxists.org/francais/general/tolain/works/1864/soixante.htm>>. Acesso em: 11 ago. 2011.

VAN DER LINDER, Marcel. Greves. In: VARELA, Raquel, NORONHA, Ricardo; PEREIRA, Joana Dias (Coords.). *Greves e conflitos sociais em Portugal no século XX*. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. Novas revoltas globais: o sentido está em disputa. Revista Fórum, 15 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.revis-taforum.com.br/blog/2013/07/novas-revoltas-globais-o-sentido-esta-em-disputa/>>. Acesso em: jan. 2015.

Industrialismo e Agrarismo: o eurocentrismo no marxismo e a crítica coletivista

Rômulo de Souza Castro

Procuramos aqui estabelecer uma crítica anarquista da concepção industrialista e de aliança operária-camponesa mediada pelo Estado e pelas coalizões partidárias que na nossa compreensão tem justificado uma ação política sindical de apoio ao desenvolvimento capitalista, aliança que subordina o campesinato e as lutas ecológicas ao crescimento econômico. Neste sentido, a ação sindical do modelo de socialdemocrata/comunista (BIHR, 2010) é orientada por esta concepção, que em parte ajuda a compreender as escolhas políticas realizadas pelos sindicalistas e centrais sindicais vinculados a esta perspectiva. Procuramos demonstrar a gênese da evolução teórica e prática deste modelo e a crítica coletivista.

INDUSTRIALISMO E AGRARISMO: A CRÍTICA COLETIVISTA¹

A questão agrária e camponesa só penetra na doutrina marxista à custa de muitas contradições e entre muitas controvérsias. O desenvolvimento teórico marxista e a prática política da socialdemocracia alemã são dois pontos de importante confluência para se analisar a tensão entre a perspectiva industrialista, que se desenvolve a partir do movimento operário-socialista de inspiração marxista, do agrarismo de outras proposições políticas, desenvolvida por vertentes do populismo russo, e o anti-industrialismo e anti-agrarismo das proposições do coletivismo anarquista. Fundamentalmente a análise socialdemocrata se concentrou em analisar o processo de concentração de ca-

1 O presente texto é uma parte do trabalho de doutorado em andamento no programa de pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) do Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (DDAS) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) intitulada “Estado, Sindicalismo e Reforma Agrária: o papel da CUT no desenvolvimento capitalista 2002—2010.”

pital, a formação de grandes unidades de produção industrial que por sua vez precipitaria o fim da propriedade privada, a agricultura se desenvolvendo como ramo da indústria e a relação entre renda fundiária e concentração de capital. Todo esse tipo de análise desenvolveu uma política que passou a defender o industrialismo, a formação de grandes unidades industriais, como centro de sua ação.

Assim, as proposições políticas para o campesinato serão continuamente explicitadas no desenvolvimento dos conflitos políticos. Iniciando-se a partir da análise de Marx sobre o papel do campesinato no golpe de Estado de Napoleão III e sobre o papel regenerador do capitalismo na destruição sistemas arcaicos, como demonstra os textos sobre a ação do capitalismo na Índia. Posteriormente os conflitos com os bakuninistas no interior da primeira Associação Internacional dos Trabalhadores, seguindo no debate sobre a comuna rural russa e a disputa política com os populistas russos na década de 80 do século XIX e em um quarto e importante momento no interior da socialdemocracia alemã, russa e do socialismo francês na virada do século XIX para o século XX definiram a posição política da socialdemocracia e do marxismo. A abolição da servidão na Rússia, em 1861, cria o contexto para discussão sobre o Mir, a comuna rural russa, e o debate sobre as vias de desenvolvimento do capitalismo e do próprio socialismo.

Segundo Angedus (1984) a questão agrária no marxismo se apresenta em grande parte como análise das relações de propriedade e de produção vigente no modo de produção agrícola, mais ou menos diferentes da indústria, com base no pressuposto de que também o desenvolvimento da agricultura, como de toda a sociedade, ocorre sob o influxo de leis rigorosas que agem com a força das leis naturais, como a tendência a monopolização do capital e a proletarianização de grande parcela do campesinato. Por sua vez, Abramovay afirma que é

Impossível encontrar uma questão agrária formulada explicitamente nos escritos de Marx. Por mais que se tenha revestido de um aparato teórico imponente, esta célebre investigação (questão agrária) sempre correspondem, antes de tudo, à resposta de certas organizações políticas a determinadas situações circunstanciais. (ABRAMOVAY, 2012)

A impossibilidade de encontrar uma questão agrária nos escritos de Marx está estritamente ligada a sua formulação do conceito de trabalho e alienação, e lhes concebe um estatuto central. Neste sentido é do interior do próprio modo de produção capitalista, da mercadoria, que “emerge a forma particular de socialização cujo resultado é a necessária divisão da sociedade em classes sociais” (ABRAMOVAY, 2012) É do interior do próprio processo de trabalho que surge a propriedade privada, portanto do trabalho alienado. Nas palavras de Marx:

*Assim, graças ao trabalho alienado o trabalhador cria a relação de outro homem que não trabalha e está de fora do processo do trabalho, com o seu próprio trabalho. A relação do trabalhador com o trabalho também provoca a relação do capitalista (ou como quer que se denomine ao dono da mão-de-obra) com o trabalho. A **propriedade privada é, portanto, o produto, o resultado inevitável, do trabalho alienado, da relação externa do trabalhador a natureza e consigo mesmo.** A propriedade privada, pois, deriva-se da análise do conceito de trabalho alienado: isto é, homem alienado, trabalho alienado, vida alienada, e homem afastado. Está claro que extraímos o conceito de trabalho alienado vida alienada) da Economia Política, partindo de uma análise do movimento da propriedade privada. A análise deste conceito, porém, mostra que embora a propriedade privada pareça ser a base e causa do trabalho alienado, é antes uma consequência dele, tal e qual os deuses não são fundamentalmente a causa, mas o produto de confusões da razão humana. Numa etapa posterior, entretanto, há uma influência recíproca.*

O desenvolvimento do capitalismo traz em si o processo de alienação do trabalho e submissão de toda vida social a condição atomizada que é desenvolvida pelo capital através do processo de produção (ABRAMOVAY, 2012) O trabalho alienado traz consigo a propriedade privada. É a partir desta questão que se desenvolve toda a perspectiva teórica e política marxista.

Mas – e é neste sentido que Marx não faz um trabalho sociológico – o desfecho da batalha é dado de antemão, bem como seu sentido geral: a tendência a que os homens dependam cada vez mais um dos outros na reprodução de sua vida material, sem que entretanto possam ter um controle racional sobre essa sua dependência, a generalização do trabalho assalariado, mediatizado pelo capital, a constituição de um sujeito político responsável cada vez mais pela produção social, mas preso por sua submissão a proprietários privados, esse conjunto de contradições é resolvido quando essa nova espécie criada pelo capitalismo (o trabalhador coletivo) exerce a cooperação e a propriedade comum da terra e dos meios de produção produzidos pelo próprio trabalho e instaura portanto uma nova sociabilidade baseada antes de tudo na cooperação consciente e voluntária entre os indivíduos, mas sobre as bases das grandes técnicas que o capitalismo desenvolveu. (ABRAMOVAY, 2012)

Na proposição comunista-social democrata o socialismo é um reflexo das relações de produção, produto, reflexo, do capitalismo. A existência é dada pela produção, o centro do materialismo histórico está nas relações de produção e a contradição entre a produção coletiva, progressivamente desenvolvida pelo desenvolvimento tecnológico capitalista e a apropriação individual, é resolvida pela organização da classe em torno do partido com vista a tomada revolucionária do Estado para realizar a planificação, o que no campo da questão agrária significa a nacionalização das terras. Por isso a necessidade do Partido e do Estado, capaz de organizar e sistematizar a demanda da classe alienada, organizada pela sua posição no processo de produção.

Neste sentido há uma exigência do desenvolvimento econômico e político do capitalismo para se chegar ao socialismo. O desenvolvimento da luta de classes e seu desfecho, neste sentido, é dado de antemão.

Ao passo que para Bakunin o conceito de trabalho não está vinculado estritamente a teoria da alienação, mas como parte fundamental da luta do homem pela sua liberdade. Para Proudhon e Bakunin o trabalho pode ser a fonte de libertação do homem frente a natureza e a exploração. Assim, o fato do camponês trabalhar a terra e ser explorado (mesmo quando detentores de algum título de propriedade ou explorarem a terra individualmente), são trabalhadores por terem no trabalho o centro da sua existência material e manterem uma relação de antagonismo com os exploradores.

De que maneira as pessoas honestas podem modificar a vida material do povo? Elas não têm de forma alguma o poder, e o Estado, como tentaremos demonstrá-lo mais à frente, é incapaz de melhorar a condição material do povo; a única coisa que o Estado pode fazer em seu favor é dissolver-se, desaparecer, visto que sua existência é incompatível com a felicidade do povo, felicidade que só poderá ser criada pelo próprio povo. O que podem fazer seus amigos? Levá-lo a um movimento e a uma ação autônomos, antes de mais nada – afinal precisamente os defensores de boa fé da tendência da qual acabamos de falar –, indicar-lhe as vias e os meios que o conduzirão à emancipação.

Vias e meios podem ser de dois tipos: uns, puramente revolucionários e visando direto a organização de uma insurreição geral do povo; outros, mais pacíficos, abordando sua emancipação por uma transformação de forma sistêmica e lenta, mas, ao mesmo tempo, radical, de suas condições de existência.

Ora, o que podem fazer as pessoas honestas para levar nosso povo ao caminho de uma lenta mas radical transformação de suas condições materiais? Criar cátedras de sociologia no campo? Em primeiro lugar, o governo vigilante e paternal não o tolerará; em segundo, os camponeses, infelizmente, não compreenderão em absoluto nada e trocarão dos professores. [...]

Esta ação não pode ser outra coisa senão a formação de associações artesanais e de sociedades cooperativas de empréstimos, consumo e produção, sobretudo estas últimas, mais diretamente do que as outras indo no sentido do objetivo: a emancipação do Trabalho da dominação do Capital. (BAKUNIN, 2003)

É deste setor do movimento socialista internacional que surgirá as principais críticas a teoria e prática da socialdemocracia/comunismo, e de onde emergirá o campesinato como classe potencialmente revolucionária uma vez que as contradições de sua existência, a luta pela sobrevivência pelo trabalho em sua terra, traz uma necessidade de aliança com o operariado urbano, “o setor marginal da cidade em cada situação específica, mas nunca a aristocracia operária” (MOLINA; GUZMAN, 2005). Segundo Fernandes (2000, 1997):

“Fora do âmbito próprio do marxismo – mas nos marcos do movimento operário do século passado – cabe destacar, em primeiro lugar as críticas anarquistas (sobretudo as de Mikhail Bakunin) ao socialismo autoritário de Marx”.

Neste sentido, mesmo reconhecendo a teoria do valor trabalho, a teoria da alienação não ganha estatuto central na concepção de trabalho de Bakunin. Para o autor o trabalho em conjunto com o associativismo dos homens está no interior da emancipação, portanto em contraposição a dominação e exploração. Como desdobramento político dessa concepção teórica é necessário ampliar as associações para que se efetive a emancipação, com a revolução, derrubada violenta do estado e da propriedade privada. Ao passo que o desdobramento político prático da teoria de Marx é a necessidade de organização do partido político, capaz de formular o projeto de emancipação da classe operária alienada, para que articule o projeto de emancipação via tomada do Estado, e com isso superar a contradição entre o trabalhador coletivo e a apropriação individual. Historicamente as proposições anarquistas deram origem as confederações de trabalhadores, como a CGT francesa e a CNT espanhola, e a defesa da realização da greve geral, ao passo que as proposições socialdemocratas caminharam para a construção de partidos políticos socialistas e operários e a defesa da participação no processo eleitoral da democracia partidária.

Esse estatuto central da relação entre a teoria valor trabalho e da alienação na teoria marxista colocou a produção como *locus* central de sua análise e de sua proposição política. É neste sentido que o industrialismo assume posição central na proposição comunista/socialdemocrata e a questão agrária e do campesinato está ausente na obra de Marx, pelo fato de que a estrutura lógica de sua obra e sua explicação exigir uma pequena digressão teórica (ABRAMOVAY, 2012). Isso porque, é através do desenvolvimento industrial, da grande indústria, que se cria o trabalhador coletivo, que por outro lado se contrapõe ao atomismo das comunidades agrícolas, e por isso tem um caráter integrador, fundamental para se chegar ao socialismo.

Para Marx as comunidades camponesas, devido ao caráter da sua produção, não tem possibilidade de desenvolvimento e vivem isoladas, sem intercâmbio. O autor afirma, ainda em 1852, no “O 18 Brumário”

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. Esse isolamento é agravado pelo mau sistema de comunicações existente na França e pela pobreza dos camponeses. Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais. Cada família camponesa é quase autosuficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os

meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e outra família. (MARX, 1984)

Essa perspectiva sobre o campesinato significa a ideia de um “insulamento” da economia camponesa, ao mesmo tempo que sinalizava que o desenvolvimento, associado a industrialização, capitalista acabaria com o campesinato (FERREIRA, 2011). Por outro lado, a produção camponesa é assemelhada em certa medida a imagem da “comunidade primitiva”, arcaica, (propriedade tribal) como composta de unidades isoladas e insuladas, com base no trabalho agrícola, sendo que esta é visualizada no passado como uma unidade indivisível do trabalho no “reino da necessidade”, traçando um paralelo com a proposição política futura do comunismo, agora sim unidade indivisível geral, capaz de possibilitar a redistribuição coletiva da produção, no reino da liberdade, a partir do progresso técnico possibilitado pelo desenvolvimento das forças produtivas, na medida em que a divisão técnica do trabalho aumenta a individualização. A partir desta transformação, a evolução do campesinato é vista como “individualista” devido ao seu isolamento dentro da divisão do trabalho, tendo em vista sua propriedade individual da terra, restando a classe em desaparecimento duas opções: a sua proletarianização ou aburguesamento.

A questão camponesa para a socialdemocracia é, ao mesmo tempo, uma complementação da investigação sobre essa ideia de estrutura social e uma resposta das organizações políticas a determinado contexto político, como por exemplo o avanço eleitoral socialdemocrata e o debate sobre a comuna rural russa, o Mir, e as disputas com os anarquistas e populistas russos. Para Hegedus (1984), na abordagem marxista:

Os camponeses constituem uma classe de transição: por um lado, no sentido histórico da transitoriedade — ou seja, os camponeses são uma formação econômico-social já desaparecida no Ocidente, o elemento criador do feudalismo, mas continuam a existindo também no capitalismo, por outro, no sentido estrutural da transitoriedade, isto é, os camponeses constituem uma classe de transição entre as duas classes fundamentais do Capitalismo, a classe operária e a dos capitalistas. (HEGEDUS, 1984)

Neste sentido, o campesinato tem o status social de uma não classe, um não lugar na estrutura social capitalista. Assim, o marxismo “analisa a articulação estrutural interna da classe camponesa e define nesta base a relação da classe operária, ou do partido da classe operária, com os diferentes estratos da classe camponesa, formulando também os programas agrários dos partidos operários socialistas (ou socialdemocratas).” (HEGEDUS, 1984)

Ao passo que a política e teoria bakuninista está vinculado ao caráter positivo da construção descentralizada de associações políticas e econômicas

dos trabalhadores na sua luta pela existência contra o caráter dominador do Estado e explorador do capital. O campesinato neste sentido é entendido como agente político importante na luta contra a exploração e dominação do Estado e do Capital. Essa possibilidade de constituição de sujeito político está associado justamente ao fato de que o conceito de trabalho no coletivismo, a partir de Proudhon e Bakunin, não aponta para um papel determinista da alienação, mas para a luta pela existência e sua libertação. Essa diferença, influi na gênese da substituição do operariado e do campesinato como sujeitos pelo Partido/Estado, no caso da visão industrialista do marxismo.

Essa diferença se mostra mais clara, no caso da discussão sobre o Mir na Rússia. Os coletivistas destacavam o elemento associativo a ser desenvolvido dentro das comunas rurais, a possibilidade de ação coletiva de caráter revolucionário para superar sua miséria, sua situação e posição de explorados e dominados e a possibilidade de aliança com o operariado urbano (MOLINA; SEVILLA, 2005). Ao passo que na teoria de Marx, onde é impossível encontrar o conceito de camponês (ABRAMOVAY, 2012), a consequência política são proposições vinculadas as circunstâncias do desenvolvimento histórico-político da socialdemocracia, presa em uma tensão entre a sua vinculação teórica ortodoxa, e suas disputas políticas, seja no campo eleitoral da democracia parlamentar ou no movimento socialista revolucionário, como no caso da Rússia.

O desenvolvimento político e teórico da socialdemocracia no movimento operário e socialista europeu procurou responder a questão agrária a partir destes pressupostos, que incluía muito fortemente a análise sobre o desenvolvimento capitalista e o processo de modernização-industrialização. É dentro dessa questão, que se insere uma fundamental diferença entre a perspectiva bakuninista e marxista, e seus desdobramentos políticos. Ao passo que para o anarquismo é o Estado que possibilita o estabelecimento da propriedade privada, sendo está fruto não do desenvolvimento no interior do próprio processo de trabalho, mas da luta de classes, da luta pela existência, contra a centralização do poder. Por isso, o desenvolvimento e concentração das forças produtivas, o industrialismo, e o Estado não é o caminho tendencial para se atingir o socialismo. Neste sentido, se para Marx e, mais ainda para o marxismo ortodoxo, Engels e Kautsky, o desfecho da luta de classe é dado de antemão a partir do interior do processo de produção das mercadorias, para Bakunin a luta de classes é campo aberto de permanente disputa e desenvolvimento, dado pela rebeldia dos setores dominados e explorados diante da centralização do poder e do capital.

Em texto de 1842, sobre o desenvolvimento do capitalismo na Índia, Marx afirmava:

Todas as guerras civis, invasões, revoluções, conquistas, fomes, por mais complexa, rápida e destrutiva que pudesse parecer sua sucessiva ação sobre o Hindustão, não o haviam arranhado senão superficialmente. A Inglaterra destruiu os fundamentos do regime social da Índia, sem manifestar até o presente a menor veleidade de construir o que quer que seja. Esta perda de seu velho mundo, que não foi seguida pela obtenção de um mundo novo, confere à miséria atual dos Hindus um caráter particularmente desesperado e separa o Hindustão, governado pelos ingleses, de todas as tradições antigas, de todo o conjunto de sua história passada.”

Esta decadência das cidades indianas, célebres por seus produtos, não foi a pior consequência da dominação britânica. A ciência britânica e a utilização da máquina a vapor pelos ingleses haviam destruído, em todo o território do Hindustão, a ligação entre a agricultura e a indústria artesanal.

Estas pequenas formas estereotipadas de organismo social foram dissolvidas na maior parte e estão em vias de desaparecer não tanto por causa da intervenção brutal dos preceptores e soldados britânicos, mas sob a influência da máquina a vapor e do livre comércio ingleses. Estas comunidades familiares baseiam-se na indústria artesanal, aliando de um modo específico a tecelagem, a fição e a cultura do solo executados a mão, o que lhes assegurava a independência. A intervenção inglesa, estabelecida a partir a fição em Lancashire e da tecelagem em Bengala, ou mesmo fazendo desaparecer tanto o fição como a tecelagem indianas, destruiu essas pequenas comunidades semibárbaras, semicivilizadas, destruindo seus fundamentos econômicos e produzindo assim a maior e, na verdade, a única revolução social que jamais teve lugar na Ásia.

É verdade que a Inglaterra, ao provocar uma revolução social no Hindustão, era guiada pelos interesses mais abjectos e agia de uma maneira estúpida para atingir seus objetivos. Mas a questão não é essa. Trata-se de saber se a humanidade pode cumprir seu destino sem uma revolução fundamental na situação social da Ásia. Senão, quaisquer que fossem os crimes da Inglaterra, ela foi um instrumento da História ao provocar esta revolução.

É interessante notar o caráter positivo que o autor atribui às forças produtivas, “a influência da máquina a vapor e do livre comércio ingleses”, e seu caráter “revolucionário”, uma vez que a expansão do modo de produção capitalista, na visão do autor, possibilitava a destruição de formas de dominação pré-capitalistas. Tal perspectiva também não teve mudança substantiva a respeito da comuna russa, como veremos adiante.

A PROPOSIÇÃO POLÍTICA DA SOCIALDEMOCRACIA INTERNACIONAL PARA O CAMPESINATO: SUBORDINAÇÃO AO INDUSTRIALISMO

A vertente socialdemocrata, começando com Marx e Engels e passando por Kautsky, Lenin e Mao-Tse-Tung, mantém no geral a ideia de dispersão e

isolamento da população rural, e procura, mesmo sob a insígnia da aliança operária-camponesa, desenvolver a ideia de modernização-industrialização como processo inevitável do desenvolvimento das forças produtivas.

Neste sentido, a produção como centro da tese marxista, ou, comunista-social democrata, se refletiu em proposições pragmáticas, econômicas e políticas, para o campesinato, como forma de integração no mercado capitalista. O incentivo à proletarização por parte da política socialdemocrata ortodoxa e hegemônica a afastava da luta camponesa, ainda com grande peso na sociedade europeia. Assim, o programa político apresentado ao campesinato desta vertente política procura atender e equilibrar de um lado as demandas do campesinato na medida em que aumentava a sua inserção eleitoral e de outro manter a perspectiva teórica de proletarização camponesa, e desta maneira o “não lugar” do campesinato existente no modo de produção capitalista.

A política da socialdemocracia internacional dessa maneira incorporou os camponeses de duas formas: como objetos necessários de uma política de proletarização, e nesse sentido, se celebrava e incentivava a destruição da propriedade camponesa e por outro lado, como uma política mais pragmática derivada de vários países da Europa, que consideravam a necessidade do apoio eleitoral do campesinato e que levavam a tese da “difusão da tecnologia” para a pequena propriedade e sua capitalização.

Ainda no livro “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”, Marx aborda e define uma política para o campesinato. Depois de analisar a situação e condição do camponês afirma que estes “encontram seu aliado e dirigente natural no proletariado urbano, cuja tarefa é derrubar o regime burguês.” No mesmo texto, o autor dirige a crítica aos camponeses franceses em 1848 que não se uniram com os operários.

É preciso que fique bem claro. A dinastia de Bonaparte representa não o camponês revolucionário, mas o conservador; não o camponês que luta para escapar às condições de sua existência social, a pequena propriedade, mas antes o camponês que quer consolidar sua propriedade; não a população rural que, ligada às das cidades, quer derrubar a velha ordem de coisas por meio de seus próprios esforços, mas, pelo contrário, aqueles que, presos por essa velha ordem em um isolamento embrutecedor, querem ver-se a si próprios e suas propriedades salvos e beneficiados pelo fantasma do Império. Bonaparte representa não o esclarecimento, mas a superstição do camponês; não o seu bom-senso, mas o seu preconceito; não o seu futuro, mas o seu passado; não a sua moderna Cevènnes, mas a sua moderna Vendée. (MARX, 1988)

Se neste trecho existe na perspectiva de Marx uma possibilidade de ação do campesinato, a partir do entendimento de um campesinato revolucionário, no caso de Cevènnnes, contra um campesinato conservador, no caso de Vendée. Mas na mesma obra é apresentada a concepção de aliança su-

bordinada do campesinato ao operariado. Concepção que se amadurece na medida em que o autor desenvolve sua teoria.

A proposição, então, é de subordinação do camponês não ao poder executivo, no caso de Napoleão III, mas ao proletariado, uma vez que o campesinato, devido a sua não posição econômica, em extinção, teria uma propensão ao conservadorismo político. *“Por isso os camponeses encontram seu aliado e dirigente natural no proletariado urbano, cuja tarefa é derrubar o regime burguês.”*

Essa percepção política do texto de 1848 é aprofundada na medida em que escreve a obra da maturidade, O Capital, a categoria campesinato não encontra espaço. Mas ainda, a perspectiva marxista apresenta como tendência fundamental a ideia de concentração de capitais e de separação e divisão da sociedade em duas classes, de capitalistas e proletários, isso por estar o capitalismo fundado na propriedade privada dos meios de produção. Disso deriva a proposição socialdemocrata/comunista de nacionalização da terra e proletarianização do campesinato.

Essa perspectiva não se alteraria ao curso das disputas políticas e teóricas no interior do movimento operário internacional e da própria socialdemocracia. Pelo contrário, se agudizaram na medida em que as disputas políticas foram se acirrando. Segundo Hegedus (1984), Marx e Engels escrevem conjuntamente a proclamação de reivindicações do Partido Comunista na Alemanha, em 1848, que também aderem ao recém constituído comitê central das ligas dos comunistas. O programa está em harmonia com reivindicações democráticas burguesas e, em seu contexto, formulava-se o programa camponês. “As reivindicações mais importantes, do ponto de vista deste último tema tem este teor:

Todos os gravames feudais, todas as imposições, as frondas, os dízimos, etc., que até agora pesaram sobre a população rural, são abolidas sem nenhuma indenização.

As terras dos príncipes e as outras propriedades fundiárias feudais, todas as minas. Pedreiras, etc. serão transformadas em propriedades do Estado. Nessas terras a agricultura se exercerá em larga escala e com a ajuda dos meios mais modernos da ciência, no interesse da coletividade;

As hipotecas sobre as posses dos camponeses são declaradas propriedades do Estado, os juros das hipotecas serão pagos pelos camponeses ao Estado;

Nas regiões em que se difundiram o sistema de arrendamento, ou tributos agrícolas ou de renda, serão pagos pelos camponeses ao Estado.

O proprietário fundiário autêntico, que não é nem camponês nem rendatário, não tem nenhuma parte na produção. Seu consumo, portanto, é um abuso puro e simples. (HEGEDUS, 1984)

Esse programa será basicamente o apresentado pelos partidos operários e socialdemocratas no interior da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), nos anos 60 do século XIX, nas disputas com os proudhonistas e coletivistas, vinculados a Aliança para Democracia Socialista (ADS), que discordavam da transformação das grandes propriedades agrícolas em propriedades estatais com exercício da gestão econômica em larga escala e renúncia da divisão da terra.

Desde o início da primeira internacional o programa agrário suscitou fortes polêmicas, “em 1866 pelo I Congresso da Internacional, realizado em Genebra, e pelo segundo Congresso, ocorrido em Lausanne, em 1867. Estes encontros internacionais podem ser considerados como o terreno de confronto da cristalização dos pontos de vista marxista e proudhoniano” (HEGEDUS, 1984). Segundo o mesmo autor o ponto de vista marxista mantinha a questão da eficiência e eficácia da concentração de capital, nacionalização da terra e formação das grandes unidades produtivas. A essa proposição, se colocavam contrários os proudhonianos, com a defesa das pequenas unidades camponesas e a formação de uma federação agrária industrial com base na associação e redistribuição solidária da produção, enfatizando o caráter moral da associação e do trabalho na terra.

Marx parte da centralidade no desenvolvimento econômico com o industrialismo como componente fundamental deste processo, que geraria a classe revolucionária (o proletariado industrial). Entretanto, a abolição da servidão na Rússia em 1861 cria o contexto para a discussão sobre a comuna rural e o desenvolvimento do capitalismo. É neste sentido, que se estabelece o debate entre Marx e Vera Zaslitch a respeito do Mir russo. O autor primeiro enfatiza que o Mir está em crise econômica e ao mesmo tempo pode ser, hipoteticamente, a base para o desenvolvimento econômico no país desde que tenha uma relação com o capitalismo para o desenvolvimento de uma nova base sociotécnica. Na sua perspectiva as comunas rurais russas estavam em crise e, portanto, a única salvação seria o avanço do capitalismo para acabar com o isolamento dessas comunas rurais, destruir formas pretéritas de produção e salvar economicamente a comuna rural. Por sua vez, essa possibilidade estava associada a importância da Rússia no sistema interestatal europeu e ao grau de desenvolvimento do capitalismo no continente.

A centralidade do industrialismo e do desenvolvimento econômico é reafirmado por Engels no texto “Do Socialismo Utópico ao Científico”, também conhecido como “Antidhuring”, obra fundamental na consolidação do marxismo como teoria da socialdemocracia alemã e de combate a outras vertentes socialistas no interior do partido. Mantém assim a mesma direção do texto de Marx “A Dominação Britânica da Índia”, de 1853.

A perspectiva de nacionalização da terra parte do “pressuposto ético de que o terreno cultivável cabe a toda humanidade” (HEGEDUS,1984) e da necessidade, de acordo com a teoria Marxista da concentração de capital, da nacionalização e da formação de grandes unidades produtivas, mas também da perspectiva teórica do coletivo como indivisível. Para evocar o comunismo futuro e um projeto de emancipação do proletariado, Marx e Engels fazem referências a “comunidades” primitivas, comunistas, mas no reino da necessidade, sem desenvolvimento técnico suficiente para garantir o pleno desenvolvimento dos indivíduos.

Para Marx a relação com a propriedade está relacionada ao trabalho e seu desenvolvimento histórico. Neste sentido, o autor procura identificar nas comunidades primitivas uma visão positiva da negação da propriedade privada, como ponto de identificação com a proposta comunista, e ao mesmo tempo o surgimento histórico da própria privada a partir divisão do trabalho no interior da comunidade. A existência da comunidade comunista é mediada pela existência enquanto proprietários das terras que tem como objetivo a conservação da família e da comunidade. Uma vez que a comunidade está voltada para sua produção, se comportando como possuidor sem divisão do trabalho e separação dos meios de produção com força de trabalho. Ao mesmo tempo aprisionando o desenvolvimento das forças produtivas e do capital.

Essa coletividade, comunidade primitiva, tem uma relação coletiva de posse, não universal, e não orgânica, pela dependência da ação dos indivíduos em fazê-la existir. É do próprio desenvolvimento histórico da comunidade, da relação de propriedade, de posse do objeto, da terra, por exemplo, que deriva o sistema. Essa comunidade aprisiona as forças produtivas, e as contradições entre elas e as relações de trabalho que terão sua potencialidade liberada, primeiro com o próprio surgimento da propriedade imóvel e depois móvel. Com a divisão do trabalho no interior da família e da comunidade doméstica primitiva, através da divisão social do trabalho, primeiro entre gêneros e depois entre campo e cidade, é que a propriedade privada vai se desenvolvendo se libertando das amarras locais, e com isso liberalizando o capital. Mas ainda é importante perceber que a comunidade primitiva original, identificada como comunismo primitivo é na visão do autor idealizada como um todo indivisível, onde o trabalho é coletivo e controlado pela comunidade primitiva. É a diferenciação do trabalho no interior da comunidade primitiva, a contradição entre o desenvolvimento das relações de produção e das forças produtivas em desenvolvimento que destruiu esse comunismo primitivo, restrito a necessidades autossuficientes das comunidades comunistas primitivas.

Nos Manuscritos Econômicos Filosóficos Marx afirma:

A primeira anulação positiva da propriedade privada, o comunismo vulgar, é, portanto, apenas uma forma fenomenal da infâmia da propriedade privada representando-se como comunidade positiva.

(V) Assim, todo o desenvolvimento histórico, tanto a gênese real do comunismo (o nascimento de sua existência empírica) quanto sua consciência pensante, e seu processo entendido e consciente de vir-a-ser; ao passo que o outro, o comunismo ainda não desenvolvido procura, em certas formas históricas contrárias a propriedade privada, uma justificação baseada no que já existe e, com esse fito, arranca de seu contexto elementos isolados desse desenvolvimento (Cabet e Villegardelle destacam-se entre os que se dedicam a esse passatempo), apresentando-os como provas de seu pedigree histórico. Ao fazê-lo ele deixa claro que, de longe, a maior parte desse desenvolvimento contradiz suas próprias afirmações e que, se jamais existiu, sua existência pretérita refuta sua pretensão a entidade essencial. (MARX, 2013)

Este é um ponto importante, na medida em que Marx afirma que “a primeira anulação positiva da propriedade privada”, o comunismo primitivo, é uma forma fenomenal e não orgânica, tendo em vista que o coletivo indiviso, a propriedade privada da comunidade, neste caso, não é garantido pelo desenvolvimento das forças produtivas, e por outro lado sua existência enquanto coletividade só existe a partir da associação entre homens, e não pelo desenvolvimento produtivo, em certa maneira independente dos homens.

Neste sentido, é do próprio trabalho dentro das comunidades primitivas que surge a propriedade privada, e é sobre esse aspecto que Marx critica Proudhon, no passo que o autor anarquista indica o surgimento da propriedade pela ação política e econômica, que Marx identifica e crítica como extra econômica.

A perspectiva ontológica centralista de Marx o fez entender o surgimento da sociedade tribal realizada de forma original e espontânea. Sendo a finalidade de todas essas comunidades a conservação, e portanto, seu isolamento como comunidades comunistas primitivas autossuficientes, do ponto de vista da produção e do consumo. A propriedade da terra faz parte do desenvolvimento da contradição entre forças produtivas e relações de trabalho, e da separação contínua do homem dos seus meios de produção, e mais ainda, do homem com a natureza. O desenvolvimento posterior da propriedade privada é seu rompimento com a imobilidade da terra, que terá seu auge, no desenvolvimento da grande indústria moderna, praticamente autômata tendo em vista o uso energético do sistema industrial. Esse desenvolvimento das forças produtivas dissolveria as relações clientelistas e tradicionais. Sobre esse desenvolvimento Marx afirma:

A propriedade agrária (ou imobiliária) é a primeira forma de propriedade privada, e a indústria aparece pela primeira vez na história simplesmente em oposição a ela, como uma forma particular de propriedade privada (ou melhor, como o escravo libertado da propriedade agrária); essa seqüência se repete no estudo científico da essência subjetiva da propriedade privada, e o trabalho aparece, a princípio, apenas como trabalho agrícola, mas depois estabelece-se como trabalho em geral.

A propriedade agrária, ao contrário do capital, é propriedade privada, capital, ainda afligido por preconceitos locais e políticos; é capital que ainda não emergiu de seu envolvimento com o capital mundial não-desenvolvido. No decurso de sua formação numa escala mundial ela tem de alcançar sua expressão abstrata, isto é, pura. (MARX, 2011)

A dissolução dos modos de produção e das formas anteriores de comportamento do processo de formação do capital não está na agricultura pela sua imobilidade que não permite o pleno desenvolvimento técnico-científico, deixando a comunidade isolada e paralisada, uma vez que não se dissociou o trabalhador dos instrumentos do trabalho e da matéria-prima.

A formação original do capital está vinculada, portanto, a esse processo histórico que tem seu início no rompimento da comunidade doméstica, primeiro pela dominação do homem sobre a mulher e depois pela separação campo e cidade.

No caso das tribos pastoris nômades, a comunidade está de fato sempre unida; a sociedade migratória, caravana, borda, e as formas de dominação e subordinação desenvolvem-se a partir das condições desse modo de vida. Nesse caso, só o rebanho é de fato apropriado e reproduzido, não a terra; que, no entanto, é sempre temporariamente utilizada de forma comunitária em cada um dos locais de permanência. (MARX, 2011)

Marx ainda afirma sobre as supostas coletividades comunistas primitivas:

Em todos os estágios anteriores da sociedade, a produção era essencialmente coletiva e o consumo se realizava, também, sob um regime de distribuição direta dos produtos, no seio de pequenas ou grandes coletividades comunistas. Essa produção coletiva era levada a cabo dentro dos mais estreitos limites, mas, ao mesmo tempo, os produtores eram senhores de seu processo de produção e de seus produtos. Sabiam o que era feito do produto: consumiam-no, ele não saía de suas mãos. E, enquanto a produção se realizou sobre essa base, não pôde sobrepor-se aos produtores, nem fazer surgir diante deles o espectro de poderes estranhos, como sucede, regular e inevitavelmente, na civilização.

Nesse modo de produzir, porém, foi-se introduzindo lentamente a divisão do trabalho. Minou a produção e a apropriação em comum, erigiu em regra dominante a apropriação individual, criando, assim, a troca entre indivíduos (já examinamos como, anteriormente). Pouco a pouco, a produção mercantil tornou-se a forma dominante. (MARX, 2011)

Neste sentido há um ponto de surgimento (perspectiva centralista) e uma idealização das comunidades domésticas primitivas, como exposta acima pelo autor, ao entender a produção e consumo das comunidades comunistas primitivas como essencialmente coletivistas e indivisíveis, que impossibilitava qualquer alienação e possibilitava o auto-consumo de sua própria produção. Fato que se reproduzirá na versão da proposição comunista. É da diferenciação dentro da próprias coletividades originárias comunistas que sur-

giu também a troca mercantil, na medida em que a divisão do trabalho pouco a pouco minou a apropriação e produção comum, e consequentemente dissolve as relações clientelistas e patriarcais.

Na perspectiva de Marx e Engels a propriedade privada está imobilizada até o aparecimento da manufatura e, fundamentalmente, da indústria. Quando o trabalho se desvincula da terra e se tem a separação agricultura e manufatura, a propriedade móvel aparece na mesma medida em que o trabalho livre, libertando toda a potencialidade do desenvolvimento das forças produtivas.

Tal e qual a propriedade privada é a mera expressão sensorial do fato de o homem ser ao mesmo tempo um fato objetivo para si mesmo e tornar-se um objeto estranho e não-humano para si mesmo; tal e qual sua manifestação de vida é também sua alienação da vida e sua realização própria uma perda da realidade, o aparecimento de uma realidade estranha, assim também a revogação positiva da propriedade privada, i. é, a apropriação sensorial da essência humana e da vida humana do homem objetivo e das criações humanas, pelo e para o homem, não devem ser consideradas exclusivamente na acepção de fruição imediata e exclusiva, ou na de possuir ou ter. O homem apropria seu ser multiforme de maneira global, e portanto como homem integral. (MARX, 2011)

Neste sentido, o autor destaca o desenvolvimento do industrialismo como o desenvolvimento integral do homem, mesmo que os indivíduos estejam alienados. Também Engels reafirma e ainda destaca a diferenciação da comunidade doméstica primitiva que se desenvolve numa sociedade de produtores isolados, pouco a pouco veio a introduzir o novo modo de produção.

Nessa sociedade de produtores Isolados, de produtores de mercadorias, veio a Introduzir-se mais tarde o novo modo de produção. Em meio àquela divisão elementar do trabalho, sem plano nem sistema, que imperava no seio de toda a sociedade, o novo modo de produção implantou a divisão planificada do trabalho dentro de cada fábrica; ao lado da produção individual surgiu a produção social Os produtos de ambas eram vendidos no mesmo mercado e, portanto, a preços aproximadamente iguais. (ENGELS, 2013)

E continua sobre o surgimento da família e da propriedade privada:

A forma de família que corresponde à civilização e vence definitivamente com ela é a monogamia, a supremacia do homem sobre a mulher, e a família individual como unidade econômica da sociedade. A força de coesão da sociedade civilizada é o Estado, que, em todos os períodos típicos, é exclusivamente o Estado da classe dominante e, de qualquer modo, essencialmente uma máquina destinada a reprimir a classe oprimida e explorada. Também são características da civilização: por um lado, a fixação da oposição entre a cidade e o campo como base de toda a divisão do trabalho social e, por outro lado, a introdução dos testamentos, por meio dos quais o proprietário pode dispor de seus bens ainda depois de morto. Essa instituição, que era um golpe direto na velha

constituição gentílica, não foi conhecida em Atenas, mesmo no tempo de Solon; foi introduzida bastante cedo em Roma, mas ignoramos em que época, (5) Na Alemanha, implantaram-na os padres, para que os cândidos alemães pudessem, sem dificuldade, deixar legados para a Igreja. (ENGELS, 2013)

O destaque são as sucessivas divisões do seio da comunidade reverberando por divisões econômicas e do processo de trabalho. O comunismo é a fase de negação da negação e é, por conseguinte, para a próxima etapa da evolução histórica, um fator real e necessário na emancipação e reabilitação do homem. O comunismo é a forma necessária e o princípio dinâmico do futuro imediato, mas o comunismo não é em si mesmo a meta da evolução humana - a forma da sociedade humana.

Também para Engels se mantinha uma Sociedade de Produtores Isolados que não produzia intercâmbio e, portanto, estável, e mesmo paralisada, do ponto de vista sociotécnico, na medida em que não havia divisão do trabalho, e se mantinha uma produção e apropriação coletiva.

O comunismo na perspectiva marxista é a expressão positiva da propriedade privada universal, concentrada no Estado, que dissolverá todas as antigas relações de produção. A história da humanidade é sobre esta perspectiva o desenvolvimento do trabalho alienado, da separação homem-natureza

A agência da questão em Marx, Engels e Kautsky está no capital, nas transformações sócio-técnicas. A dissolução do comunismo primitivo com a influência da produção de mercadorias, do sistema mercantil. “As formas tradicionais de ganhar a vida desorganizaram-se, ocorrendo a desintegração que em todos os lugares acompanha a transação de uma economia de troca para uma economia de mercado” e “Este isolamento absoluto das comunidades – que criou no país interesses iguais, mas de nenhum modo comuns – é a base natural do despotismo oriental; da Índia à Rússia, em todo parte esta forma social predominou; ela o originava e sempre encontrou nele seu complemento.”

Portanto, a preferência por grandes unidades de produção, portadoras da socialização às custas das pequenas, repousando sobre o individualismo, é uma ideia fixa que reaparece na literatura marxista. O industrialismo se configura como uma concepção de necessidade histórica para que se realize a revolução a partir das contradições entre forças produtivas e relações de produção. A coletivização nesse caso, o comunismo futuro, é entendido como um todo coletivo indivisível, cabendo nesse sentido ao Estado na acepção marxista a distribuição justa, de acordo com as necessidades de cada indivíduo, a distribuição da riqueza já produzida coletivamente, ainda que os trabalhadores estejam alienados pelo processo de produção da mercadoria. Culminando, em certo aspecto, com o desenvolvimento do homem integral, enquanto ser multiforme global.

A produção, tornando-se cada vez mais social, rejeita mais e mais o envelope das relações jurídicas, isto é, a apropriação privada do produto social. É neste sentido que o desenvolvimento da grande indústria, levaria a dissolução de formas pretéritas.

Marx afirma:

De tudo que dissemos, infere-se, pois, que a civilização é o estágio de desenvolvimento da sociedade em que a divisão do trabalho, a troca entre indivíduos dela resultante, e a produção mercantil — que compreende uma e outra — atingem seu pleno desenvolvimento e ocasionam uma revolução em toda a sociedade anterior. (MARX, 2011)

A grande propriedade capitalista, seja ela sob as rédeas do Estado ou de um proprietário privado, é forma de produção mais próxima do socialismo. A grande empresa é entendida pelo seu caráter coletivo integrador e universal. Desse ponto de desenvolvimento por Marx e Engels que se desenvolveu a perspectiva de Kautsky a cerca do papel do proletariado e do campesinato e da ação política da socialdemocracia alemã.

Marx nos manuscritos econômicos filosóficos de 1844 afirma: “o capital industrial é a forma concretizada da propriedade privada. Assim, vemos que é só nesta etapa que a propriedade privada pode consolidar seu domínio sobre o homem e torna-se, em sua forma mais genérica, uma potência na história universal”

Engels também afirma: “Tínhamos que salientar, face a face os nossos opositores, o princípio mestre (o lado econômico) por eles negado, e nem sempre havia tempo, lugar e oportunidade para fazer justiça às demais consideração envolvidas e por ele afetadas”

O “MIR” RUSSO

Na final década de 1860, no interior da AIT foi realizada uma grande discussão política e teórica sobre a questão agrária. Nestes congressos da Internacional a proposição proudhoniana foi vencida em favor da proposta coletivista dos bakuninistas no congresso da Basileia por “una mayoría colectivista antiautoritaria contra las minorías proudhoniana y marxista”. Essa proposta declarava: “que la sociedad tiene el derecho de abolir la propiedad individual de la tierra, y hacer de modo que ésta entre en la comunidad. Declara, además, que hay necesidad de hacer que la tierra sea propiedad colectiva” (GARCIA, 1964).

Por sua vez, a abolição da servidão na Rússia em 1861 abriu um forte debate sobre o desenvolvimento político e econômico do país e o papel do campesinato neste processo, particularmente a questão da comuna rural Russa. Assim, o marxismo e o bakuninismo ofereceram interpretações distintas para a questão agrária, em particular sobre a Rússia. Na década de 1880 em diálogo com Vera Zaslitch, do partido Terra e Liberdade, da

Rússia, Marx retoma o debate sobre a questão agrária e camponesa e sua relação com o desenvolvimento do capitalismo. A tese de proletarização do campesinato e nacionalização das terras é recebida com muitos questionamentos pelo movimento socialista russo. O tema também foi debatido por Bakunin na obra *Estatismo e Anarquia*, de 1873, que influencia em grande parte Marx a escrever *Crítica ao Programa de Gotha*.

Para Marx no caso russo existe a possibilidade da simultaneidade da existência do desenvolvimento capitalista com o Mir, diferentemente de outros países. A comuna e o campesinato aparecem apenas como forma de produção arcaica. Entretanto, Marx teoricamente supõe a possibilidade de um caminho alternativo para a comuna russa. Essa alternativa está vinculada ao desenvolvimento das forças produtivas a partir do centro do capitalismo, ou seja, ainda assim é o desenvolvimento tecnológico e técnico e as formas de organização técnica do trabalho capitalista que possibilitaria um caminho alternativo, que não a instauração de propriedades individuais camponesas e seu posterior processo de desaparecimento.

A partir desta perspectiva, a comuna rural russa como via alternativa de desenvolvimento do capitalismo está associada a ação das forças produtivas e do Estado, para que houvesse o processo de modernização e nacionalização da Comuna Arcaica. Esse processo tenderia a acabar com o isolamento, a crise econômica e a forma de trabalho agrícola do Mir. Tais questões são sucessivamente debatidas e reafirmadas por Engels nas suas correspondências com Danielson (FERNANDES, 1982).

Após Marx escrever *Crítica ao Programa de Gotha*, em parte em resposta ao livro *Estatismo e Anarquia*, de Bakunin, Engels publica a *Questão Social na Rússia* no jornal *Der Volksstaat*, em 1875, as seguintes observações sobre a revolução na Rússia:

[...] existem todas as condições para uma revolução; esta revolução será iniciada pelas classes superiores da capital e, inclusive, talvez, pelo próprio governo, mas os camponeses a desenvolverão, tirando-a rapidamente do marco de sua primeira fase, da fase constitucional; esta revolução terá grande importância para toda a Europa, sobretudo porque destruíra de um só golpe a última e ainda intacta reserva da reação européia. (ENGELS, 1982)

De novo afirma: “Daí resulta que a iniciativa para a transformação da comuna russa não pode sair do seu interior, mas unicamente do proletariado industrial do ocidente. A vitória do proletariado da Europa Ocidental sobre a burguesia”. Dentro dessa perspectiva, insere isso dentro de um novo período de revoluções conduzidas de cima para baixo, que começaram na Alemanha, e, com elas, um período de crescimento do socialismo em todos os países europeus. A Rússia participou do movimento geral”.

Engels publica em 1894 o “Epílogo à Questão Social na Rússia”, onde afirma: “Não seria possível tomar esta propriedade comum como ponto de partida de uma ação nacional que, saltando sobre todo o período capitalista, passasse do comunismo camponês russo diretamente para a propriedade socialista moderna, enriquecendo-a com as aquisições técnicas da era capitalista” (ENGELS, 1982).

Para Bakunin a questão era distinta da proposição marxista. Neste sentido, há um deslocamento da análise econômica do Mir e do desenvolvimento capitalista, para a análise do papel do camponês enquanto agente revolucionário nas condições históricas atuais com base em experiências históricas das lutas anteriores do povo russo. A questão passa a ser o **associativismo** e **ação política** com vista à destruição do Estado e da estrutura fundiária. Para o autor é a própria ação sociopolítica do campesinato o vetor fundamental da revolução, efetivamente lutando contra a política estatal e patrimonialista, de centralização e dominação, que possibilitaria a luta contra o modo de produção capitalista.

Neste sentido, fica mais evidente a posição industrialista-centralista da visão socialdemocrata / comunista onde aparece a indivisibilidade da terra, passando da idealização da coletivização do “comunismo primitivo” para a proposição do comunismo moderno. Essa posição significa que a partir de um centro se difundiria a grande indústria capaz de promover mudanças sociais. Nesta perspectiva o problema da crise econômica do Mir, na medida em que existe um aumento da taxação do Estado sobre o Campesinato e ao mesmo tempo não se tem um forte aumento de produção, é a falta de intervenção do capital que possibilite superar essa crise da comuna rural russa. Para Bakunin é justamente a exploração e dominação sobre o campesinato que possibilita ação coletiva revolucionária de destruição do Estado czarista. Neste contexto, a política socialdemocrata continua a ser de defesa da nacionalização das terras camponesas, mantendo uma continuidade das obras dos anos 1840 e do programa da Liga dos Comunistas.

Por sua vez, no “Nosso Programa”, programa lançado por Bakunin e Jukosvki na Revista A Causa do Povo, afirmava: “3. (...) A terra pertence a quem nela trabalha, à comuna rural. O capital e os instrumentos de trabalho pertencem aos operários, as associações operárias; 4. O futuro regime político deve ser uma federação livre de artéis (associações) operários, rurais e fabril-manufatureiros.”

Neste pequeno trecho pode-se constatar, em comparação aos programas da Liga dos Comunistas e do Partido Socialdemocrata a diferença existente entre as duas perspectivas e o ponto central da teoria e política anarquista. Primeiro a inexistência de uma ideia de centro difusor, tanto político como econômico, e segundo a associação descentralizada, da auto-organização dos

trabalhadores, como contraponto fundamental a centralização do Estado e do Capital. É a partir justamente desta perspectiva e da experiência histórica do campesinato russo que Bakunin enumera três aspectos fundamentais do ideal revolucionário do campesinato russo:

O primeiro e o principal destes aspectos é a convicção, partilhada por todo o povo, de que a terra, esta terra regada de suor e fecunda com seu trabalho, pertence-lhe de modo integral. O segundo, não menos importante, é ainda a convicção de que o direito à fruição do solo pertence, não ao indivíduo, mas a toda comunidade rural, ao mir, que reparte a terra, a título temporário, entre os membros da comunidade. O terceiro destes aspectos, de importância igual à dos dois precedentes, é a autonomia quase absoluta do, ao mesmo tempo em que a gestão comunitária do mir e, em consequência, a hostilidade manifesta deste último para com o Estado. (BAKUNIN, 2003)

Estes três aspectos revolucionários presente no ideal do camponês russo que são o modo integral devido ao seu trabalho, o direito do solo pertencer a comunidade rural, ao Mir, e a autonomia da gestão comunitária do Mir em relação ao Estado é por sua vez obstaculizado por outro três aspectos,

[...] que desnaturam seu caráter e complicam ao extremo, retardando-a, sua realização; aspectos, que devemos, por conseguinte, combater com toda nossa energia, e que são bem possíveis de combater, visto que o próprio povo já engajou no combate, Estes três aspectos são: 1) o Estado Patriarcal; 2) a absorção do indivíduo pelo mir; 3) a confiança no czar. (BAKUNIN, 2003)

Diferentemente da proposta centralista/estatista e industrialista marxista que propõem como modelo alternativo de desenvolvimento a ação das forças produtivas sobre o Mir, no caso da proposta anarquista podemos inseri-la numa espécie de **radicalismo federalista**, com base na **associação** dos agentes, sendo o campesinato um agente importante para o processo de destruição do estado e da propriedade privada.

Em sua proposição uma preocupação fundamental é a **luta pela existência**, que significa ao mesmo tempo lutar contra a centralização do poder e pela efetiva liberdade do campesinato russo, contra a dominação do estado sobre a comuna rural. O centro da questão, desse modo, não é a possibilidade do desenvolvimento econômico do Mir a partir da sua relação com o capitalismo em desenvolvimento na Rússia, mas justamente demonstrar que esses processos estariam interligados, como causas da dominação sobre o campesinato, conjuntamente com o Estado centralizando as comunas rurais. Para o autor, não há possibilidade de que uma centralidade econômica e estatal provocariam mudanças sociais que levariam a extinção do Estado patriarcal e do capitalismo na Rússia, muito menos a possibilidade de um modelo alternativo para a Rússia, ainda que hipoteticamente.

Em contraponto, a centralização do poder, representado pelo Estado, a expansão do modo de produção capitalista e concentração de capitais na agricultura, Bakunin destaca a centralidade da associação para se chegar a uma socialidade igualitária e livre, anárquica.

Para tal, os trabalhadores têm apenas um meio: a associação. *Através da associação, instruem-se, esclarecem-se mutuamente e põem fim, por si próprios, a esta fatal ignorância que é umas das principais causas da sua escravatura. Através da associação, aprendem a se ajudarem, a se conhecerem, a se apoiarem mutuamente, e acabarão por criar um poder muito maior do que o de todos os capitalistas burgueses e poderes políticos juntos. A associação tornou-se, pois, a palavra de ordem dos trabalhadores de todos os ofícios e de todos os países, sobretudo nestes últimos vinte anos, e toda a Europa está minada, como que por encanto, por uma multidão de associações operárias de todos os tipos. [...] Mas a experiência destes mesmos vinte anos provou que as associações isoladas eram quase tão impotentes como os trabalhadores isolados, e que mesmo a federação de todas as associações operárias de um país apenas não bastam para criar um poder capaz de lutar contra a coligação internacional de todos os capitais exploradores, do trabalho na Europa; a ciência demonstrou, por outro lado que a questão da emancipação do trabalho não se trata de uma questão nacional; que nenhum país, mesmo que seja grande, poderoso, rico, pode, sem se arruinar e sem condenar todos os seus habitantes à miséria, empreender nenhuma transformação radical das relações do capital e do trabalho, se transformação não se fizer igual e simultaneamente pelo menos na maior parte dos países mais industrializados da Europa, e que, consequentemente, a questão da libertação dos trabalhadores do jugo do capital e dos seus representantes, os burgueses, é uma questão eminentemente internacional. Daqui resulta que a solução só é possível no quadro do internacionalismo.* (BAKUNIN, 2003)

Desta maneira o autor desloca o centro da questão da esfera da produção, e da continuação de um suposto comunismo primitivo, ou de uma propriedade coletiva arcaica, para uma forma superior, propiciado pelo desenvolvimento do capitalismo e do trabalhador coletivo, para a associação entre os trabalhadores nas suas diferentes formas organizativas, que contraporaria tanto a centralização estatal como a centralização de capitais.

Esse é um ponto crucial de diferenças entre as perspectivas socialdemocrata/comunista e anarquista/bakuninista. Marx identifica o avanço do capital com um duplo objetivo, ao mesmo tempo em que ele é destruidor de modos de existência pretéritos é também regenerador. A introdução de base tecnocientífica capitalista tem como missão criar a base material do mundo novo, entretanto esta nova base é assentada na perspectiva industrialista da teoria e prática socialdemocrata/comunista. É neste sentido que a produção, o modo capitalista, ao converter mais e mais em proletários a imensa maioria dos indivíduos de cada país, cria a força que, se não quiser perecer, está obrigada a fazer essa revolução.

Outra circunstância favorável à conservação da comuna russa [como via de desenvolvimento] consiste em que ele a não só é contemporânea da produção capitalista [nos países ocidentais], mas que sobreviveu à época em que o sistema social ainda se apresentava intato, que , ao contrário, ela o encontra, na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, em luta com a ciência, com as massas populares e com as próprias forças produtivas por ele engendradas. [Em suma, que ele se transformou em arena de antagonismos gritantes, conflitos e desastres periódicos, que ele se revela, mesmo aos mais cegos, como um sistema de produção transitório, destinado a ser eliminado pelo retorno da sociedade ‘...’] Então, ela o encontra numa crise que só terminará com a sua eliminação, com retorno da sociedade moderna tipo arcaico da propriedade comum, forma em que — como disse um autor americano absolutamente insuspeito de tendências revolucionárias, financiado em seu trabalho pelo governo de Washington - (“o plano superior”) o novo sistema para o qual tende a sociedade moderna “será um renascimento (a revival) em uma forma superior (in a superior forma) de um tipo social arcaico. Portanto, não há porque ter medo da palavra arcaico. (MARX, 1982)

A possibilidade de socialização dos meios de produção está contraditoriamente no desenvolvimento das forças produtivas, que no caso Russo significa um desenvolvimento com base nas comunas russas alternativo ao caso inglês.

Isso porque segundo Marx

A Rússia é o único país europeu onde a comuna agrícola manteve-se em escala nacional até os nossos dias. Ela não é presa de um conquistador estrangeiro, como as Índias Orientais. Tampouco vive isolada do mundo moderno. Por um lado, a propriedade comum da terra permite-lhe transformar direta e gradualmente a agricultura parcelar e individualista em agricultura coletiva e os camponeses russos já praticam nas pradarias indivisas; a configuração física dos seus solos convida a exploração mecânica em grande escala; (MARX, 1982)

Essa possibilidade se ergue devido a caráter comunista arcaico do Mir, segundo Marx, que ao entrar em contato com o capitalismo poderá passar do trabalho parcelar ao trabalho cooperativo. Sobre esta questão mais especificamente Marx afirma:

Uma circunstância bastante favorável, do ponto de vista histórico, à conservação da comuna agrícola pela via de seu desenvolvimento ulterior, consiste em que ela não somente é contemporânea da produção capitalista ocidental (de modo que ela) e pode assim apropriar-se dos seus frutos sem sujeitar-se a seu modus operandi, mas também que sobreviveu à época em que o capitalismo ainda se apresentava intato, e que, ao contrário, ela o encontra, na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, em luta com as massas trabalhadoras, com a ciência e com as próprias forças produtivas que ele dá origem — enfim, em uma crise que terminará por sua eliminação, por um retorno das sociedades modernas a uma forma superior de um tipo arcaico da propriedade e da produção coletiva. (MARX, 1982)

É um princípio profundamente verdadeiro logo que o consideramos sob o seu verdadeiro aspecto, isto é, sob um ponto de vista relativo, mas que, visto e posto de uma maneira absoluta, como o único fundamento e a primeira fonte de todos os outros princípios, como o faz esta escola, torna-se completamente falso. O estado político de cada país... é sempre o produto e a expressão fiel da sua situação econômica: para mudar o primeiro só é necessário transformar esta última. Todos os segredos das evoluções históricas, segundo o Sr. Marx está lá. Ele não toma em consideração os outros elementos da história, tais como a reação contudo evidente, das instituições políticas, jurídicas e religiosas sobre a situação econômica. Ele diz: 'A miséria produz a escravidão política, o Estado'; mas não se atreve a revirar esta frase e a dizer: 'A escravidão política, o Estado, reproduz por sua vez e mantém a miséria, como uma condição de sua existência; de modo que para destruir a miséria, é preciso destruir o Estado. (BAKUNIN, 1989)

Portanto, Bakunin faz uma crítica a visão economicista/industrialista da teoria socialdemocrata e comunista demonstrando que a defesa de um programa político com base no centralismo do Estado e na elevação de uma forma sócio-técnica a uma plano superior levaria, em seu pleno desenvolvimento, a uma política eurocêntrica e anti-camponesa. Essa visão industrialista combinada a defesa do Estado, engendra uma política contra as minorias e outras formas de existências que não a capitalista.

No manuscrito intitulado “A Alemanha e o Comunismo de Estado” o autor afirma.

Sabem como este ódio e este desprezo sistemático pelos escravos são propagados atualmente pelos chefes do partido da democracia socialista no próprio seio do proletariado da Alemanha? Para sabê-lo, basta abrir o “Volksstaat”, órgão oficial deste partido, redigido por Liebknecht sob a inspiração diretora de Marx. Em 1869 e 1870, ele publicou uma série de artigos, nos quais se encontrou desenvolvido o seguinte pensamento: os escravos são uma raça essencialmente agrícola, por consequência retrógrada e reacionária. Devemos excluí-los da Internacional, porque eles permanecem completamente estranhos à civilização moderna, fundada na produção por meio dos capitais. Nunca tendo sabido desenvolver uma burguesia em seu seio, ficaram de fora deste movimento econômico da concentração dos capitais produtores entre as mãos burguesas; consequentemente, sua indústria, se é que existe, não é a grande indústria comanditada pelos grandes capitais burgueses, a qual produz para o mercado mundial. É uma indústria bárbara, primitiva; para sair da gleba, primeiro precisam passar pelo monopólio burguês, que é a única coisa capaz de criar o dinheiro para a revolução moderna, o proletariado dos grandes estabelecimentos industriais e das cidades. (BAKUNIN 2014)

Assim, o desenvolvimento da base sociotécnica capitalista tem a centralidade presente na teoria socialdemocrata/comunista e na possibilidade de engendrar a concentração de capital e verdadeiras revoluções. Esse determinismo econômico levava a consequências políticas: o industrialismo e a defesa de uma superioridade política-cultural inerente ao operariado industrial, questões fundamentalmente criticadas por Bakunin.

Em contraste, Bakunin interpretou o atraso russo, expresso em miséria e dominação social, como o fator desencadeante de uma revolução social que tinha como ideal a destruição do Estado e, junto à emancipação social, a introdução de elementos como a autonomia política das comunidades rurais e a federação como modelo da organização política (VENTURI, 1981). Por conseguinte, no esquema teórico de Bakunin, ressalta a dimensão política e sociológica que conceitualiza o *Mir* como núcleo social com vida própria e com capacidade para resistir às ingerências do Estado e do modelo patriarcal-familiar, de lutar contra ele e de destruí-lo. Resumindo, a valoração dada por Bakunin a respeito do *Mir* dependia de suas relações com o Estado: a ambiguidade do *Mir* para o autor estava relacionado a capacidade de **ação** e **associação** do campesinato de a partir dos elementos autônomos da própria comuna rural, do seu antiestatismo, destruir os elementos estatistas, centralizadores e dominadores do Estado e da organização social patriarcal.

Enquanto a teoria e prática marxista deram ênfase ao desenvolvimento das forças produtivas como meio de destruição dos modos de produção anteriores, como a comuna rural, o *Mir*, no caso da Rússia, a teoria e prática anarquista procuraram intensificar o **associativismo** e o ativismo político dos agentes, no caso o campesinato, como sujeito da destruição das relações de opressão e exploração que estavam presentes no *Mir*. No caso comunista-social democrata a conversão da comuna se faria pela ação econômica e estatal exterior, de um centro de expansão do capital capaz de desenvolver e modernizar a comuna russa. Neste sentido, destruindo as relações de produção e sociais passadas e incorporando os aspectos positivos do capitalismo.

Ainda no “Epílogo a Questão Social da Rússia” Engels reafirma estas questões, e mantém o ponto de conexão com os marxistas russos e que de certa maneira influencia a ação dos marxistas russos. Ele afirma:

Uma coisa, porém, é certa: o que resta destas comunidades somente será conservado se o despotismo tsarista for derrocado por uma revolução na Rússia. Esta revolução não só retiraria a grande massa do país, os camponeses, do isolamento de suas aldeias, do mir, que é o seu mundo, e as colocaria no grande cenário onde poderiam aprender a conhecer o mundo exterior. (MARX, 1982)

O DESENVOLVIMENTO DO INDUSTRIALISMO: QUESTÕES POLÍTICAS E TEÓRICAS

Ao mesmo tempo em que a proposição de Marx e Engels é relativamente clara em relação aos aspectos apresentados acima, ela está inserida dentro de um contexto de grandes transformações econômicas, políticas e sociais

por que passaram o capitalismo, inclusive com a superação da grande depressão de 1873-1895, que afetou em grande parte o campesinato. Nesta situação e condição os líderes socialistas da Europa começaram a debater uma série de pressupostos, tendo em vista o avanço parlamentar da socialdemocracia, especialmente na Alemanha. Este debate foi realizado nas seções da AIT vinculadas a Marx que haviam defendido nos congressos da associação a constituição de grandes unidades produtivas e a nacionalização terra. Na década posterior há um importante debate de Marx e Engels com os populistas russos e na década de 1890, já no âmbito da II Internacional, fundada em Paris, em 1889, é que continuam debates importantes, como por exemplo a ideia do colapso revolucionário, a participação eleitoral, o fim do campesinato e a determinação do processo de concentração do capital.

Segundo Berman (2006) os partidos socialistas e a Internacional Socialista estava consumida pelos debates sobre cooperação com os partidos burgueses e grupos sociais não proletários, do valor da democracia e como lidar com o nacionalismo.

Dentro deste período, é possível perceber uma continuidade nos escritos de Marx e Engels mantendo as formulações ainda desenvolvidas no programa da Liga dos Comunistas. As teses dos autores demarcam uma continuidade entre uma suposta forma arcaica de produção e apropriação coletiva, o comunismo primitivo, com o desenvolvimento de uma “forma superior” de produção e apropriação coletiva, o comunismo moderno. Essa proposição é marcada pela ideia do coletivo como unidade indivisa, que se conecta a formulação de trabalho coletivo, forma superior ao trabalho parcelar. Na nossa interpretação, a tese de Marx e Engels do comunismo primitivo é idealista, na medida em que postula uma explicação antinatural e anti-histórica para a origem da sociedade, neste sentido rompendo com o próprio materialismo histórico na busca pelo centro difusor do desenvolvimento econômico que vislumbrará no futuro o comunismo no reino da liberdade, que seria, como afirma Marx em carta a Vera Zasulitch, uma forma superior do tipo mais arcaico, uma nova forma de produção e apropriação coletiva, do arcaico comunismo do reino da necessidade para o comunismo moderno, do reino da liberdade. “Em suma, o Estado favoreceu o desenvolvimento precoce dos meios técnicos e econômicos mais apropriados para facilitar a exploração do cultivador, ou seja, da maior força produtiva da Rússia, e para enriquecer os “novos pilares sociais” (MARX, 1982).

Neste sentido, para que houvesse um desenvolvimento alternativo a partir da comuna russa era necessário que através do Estado fosse fortalecida a tendência de desenvolvimento dos camponeses médios e dos assalariados rurais. Essa alternativa via comuna russa do desenvolvimento do capitalismo no país, diferentemente do modelo inglês, se daria devido

a escala nacional da comuna russa. Neste sentido, é que podemos entender a seguinte frase de Marx a Vera Zasulitch: “Para salvar a comuna russa, é preciso uma revolução russa.”

Nos congressos da socialdemocracia alemã de Stuttgart (1870) e de Gotha (1875) se mantém a linha ortodoxa marxista, desta maneira mantém-se a perspectiva, já implícita no “18 Brumário”, do proletariado como dirigente do campesinato, tendo em vista a situação de transitoriedade de classe do campesinato e a perspectiva isolacionista que Marx e Engels, e a socialdemocracia, mantinham a respeito do modo de vida camponês.

Essas posições seriam também desenvolvidas dentro da AIT e gerando uma polarização entre o anarquismo e a socialdemocracia entre 1890 e 1920. De maneira geral as posições da socialdemocracia seriam defendidas por Engels e Kaustki.

Nesse congresso [1894] se repetiu a tese da proletarianização necessária do camponês. Ao mesmo tempo, o partido assumiu a defesa dos camponeses enquanto contribuintes. Engels [...] Distingue claramente o pequeno camponês do médio e do grande, expressando a opinião de que lhe parecia quase uma traição se o partido promettesse as duas últimas categorias a manutenção estável da Independência econômica: também elas devem sucumbir em consequência da formação da propriedade capitalista e da produção mais competitiva de capitais. O partido não deve pois, apoiar-se nestes estratos mas sim nos trabalhadores assalariados. [...] Na formação do ponto de vista marxista sobre a questão agrária, um papel não negligenciável coube ao Congresso da Segunda Internacional realizado em 1896, que entrou na história como o congresso da ruptura total com o anarquismo [...]. (HEGEDUS, 1984)

O debate político teórico realizado no interior da socialdemocracia europeia quanto à visão anticamponesa e industrialista é bem claro. O antidualismo, neste sentido, é um texto fundamental, uma vez que é produzido por Engels para expressar a posição materialista histórica de Marx em disputa com determinadas proposições socialistas que surgiam no interior da socialdemocracia alemã. Portanto, é um texto fundamental para consolidação do marxismo sobre as posições socialdemocratas/comunistas. Seguindo no debate sobre a questão agrária e do desenvolvimento capitalista, no Antidualismo o autor afirma

A concepção materialista da história parte da tese de que a produção, e com ela a troca dos produtos, é a base de toda a ordem social; de que em todas as sociedades que desfilam pela história, a distribuição dos produtos, e juntamente com ela a divisão social dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz e pelo modo de trocar os seus produtos. (ENGELS, 2013)

Em outro trecho do mesmo livro Engels (2013) continua: “O papel histórico do modo capitalista de produção e seu portador – a burguesia – consis-

tiu precisamente em concentrar e desenvolver esses dispersos e mesquinhos meios de produção, transformando-os nas poderosas alavancas produtoras dos tempos atuais.”

A centralidade da produção na concepção materialista da história e ao mesmo tempo o papel do modo capitalista de produção, como forma de centralização dos capitais e de substituição do trabalho cooperativo pelo trabalho coletivo, destruindo a sociedade de produtores isolados e instaurando uma nova forma de produção ficam bem demarcadas pelo autor.

Em outro trecho o autor diz:

Nessa sociedade de produtores Isolados, de produtores de mercadorias, veio a Introduzir-se mais tarde o novo modo de produção. Em meio àquela divisão elementar do trabalho, sem plano nem sistema, que imperava no seio de toda a sociedade, o novo modo de produção implantou a divisão planificada do trabalho dentro de cada fábrica; ao lado da produção individual surgiu a produção social. (ENGELS, 2013)

A instauração da produção social por meio do modo de produção capitalista é condição fundamental para instauração do socialismo, que aparece como meio de superar a incapacidade do capitalismo de dirigir as forças produtivas por ele desenvolvida.

A contradição entre a produção social e a apropriação capitalista manifesta-se agora como antagonismo entre a organização da produção dentro de cada fábrica e a anarquia da produção no seio de toda a sociedade. [...]

De um lado, o modo capitalista de produção revela, pois, sua própria incapacidade para continuar dirigindo suas forças produtivas. De outro lado, essas forças produtivas compelem com uma intensidade cada vez maior no sentido de que resolva a contradição, de que sejam redimidas de sua condição de capital, de que seja efetivamente reconhecido o seu caráter de forças produtivas sociais. (ENGELS, 2013)

Neste sentido, existe uma tese industrialista/centralista que subordina a situação da comuna. O industrialismo é apresentado como meio fundamental de concentração dos meios de produção em substituição a sociedade de produtores isolados. Assume ponto central na teoria marxista enquanto aspecto central do modo de produção capitalista e neste sentido como tendência monopolista de concentração de capital que tem como contrapartida a proletarianização. A ênfase está nas forças produtivas, principalmente na tecnologia e organização.

Assim, a concentração dos meios de produção que gera o monopólio, a centralização e concentração de capitais – e de proletários – desenvolverá os germes do comunismo, da propriedade coletiva indivisa. Neste sentido o texto de Engels é fundamental para consolidação do marxismo, uma vez que fica muito claro a ideia de que a agência da transformação está no capital, no

desenvolvimento de sua base sociotécnica, que, no caso da comuna russa, pode ser a sua salvação e a base para uma alternativa de desenvolvimento capitalista. É dentro desta perspectiva que a comuna russa surge como possibilidade alternativa, na medida em que a uma intervenção do capital no campo possibilitaria resolver a sua crise econômica e do próprio sistema tributário.

No Antidhuring Engels afirma:

[...] Vemos, pois, que a divisão da sociedade em classes tem sua razão histórica de ser, mas só dentro de determinados limites de tempo, sob determinadas condições sociais. Era condicionada pela insuficiência da produção, e será varrida quando se desenvolverem plenamente as modernas forças produtivas. Com efeito, a abolição das classes sociais pressupõe um grau histórico de desenvolvimento tal que a existência, já não dessa ou daquela classe dominante concreta, mas de uma classe dominante qualquer que seja ela, e, portanto, das próprias diferenças de classe representa um anacronismo. (ENGELS, 2013)

Para Prezworski (1985) a revolução social para os socialdemocratas era necessária devido ao desenvolvimento irracional e injusto do capitalismo. Por isso, enfatizam a necessidade do socialismo científico para combater o caos da anarquia da produção e a contradição entre produção socialista e apropriação capitalista.

Mantém-se a teoria da concentração de capital e da sua contrapartida, a proletarianização, como ponto principal da política social-democrática e ao mesmo tempo da estatismo como elemento importante no plano político para distribuição igualitária da produção coletiva. **O determinismo econômico, que se expressa no industrialismo, deriva da centralidade que assume o processo de produção e a teoria da alienação na teoria marxista.** Neste sentido, o texto de Engels reforça este aspecto, uma vez que desenvolve a análise a partir da teoria da alienação e da especificidade do conceito de trabalho em Marx. Esse aspecto é fundamental, uma vez que é o desenvolvimento das forças produtivas que possibilita o comunismo, e, portanto, é no próprio processo de produção, na mediação do trabalho, que o homem se aliena, sendo assim fundamental para emancipação o Partido e o Estado, uma vez que o desenvolvimento das forças produtivas tornará anacrônica a existência das classes.

No texto “Os Bakuninistas em Ação”, sobre o processo insurrecional espanhol em 1872/1873, Engels retoma as proposições marxistas a cerca da dupla função do desenvolvimento das forças produtivas, tal como descrita por Marx para o caso da Índia: a destrutiva e regeneradora, e novamente reafirma a situação de isolamento das vilas espanholas.

Ao passo que a política anarquista para Espanha foi justamente incentivar a ação coletiva revolucionária e o associativismo entre os camponeses

e o operariado urbano. Assim, Bakunin propunha duas políticas fundamentais: a distribuição das terras para quem nela trabalha; a libertação das obrigações de pagamento de tributos e trabalho aos proprietários rurais. A política para a luta dos camponeses foi sintetizada na palavra de ordem “Terra e Liberdade”.

O sindicalista revolucionário e anarquista suíço James Guillaume,² contemporâneo de Bakunin e Marx, formula a política anarquista para a questão agrária. Esse texto apresenta as posições bakuninistas-coletivistas sobre a terra e questão agrária. A proposição teórica anarquista com um programa político coletivista se contrapunha a teoria marxista ao programa comunista de estatização.

Guillaume afirma:

O caráter da revolução precisa ser, a princípio, destrutivo. Em vez de modificar certas instituições do passado, ou adaptá-las a nova ordem, ele vai acabar com elas totalmente. Por essa razão, o governo será extirpado, junto com a Igreja, o Exército, os tribunais, as escolas, os bancos e suas instituições subservientes. Ao mesmo tempo a revolução tem um objetivo positivo, que os trabalhadores tomem o controle de todo o capital e ferramentas da produção. Deixe-nos começar com os camponeses e os problemas relativos a terra. Em muitos países, particularmente na França, os padres e a burguesia tentam ameaçar os camponeses contando a eles que a Revolução tomará suas terras. Esta é uma mentira ultrajante inventada pelos inimigos do povo. A Revolução tomaria exatamente um sentido oposto. Ela tomaria a terra da burguesia, dos nobres e padres e daria aos camponeses sem-terra. Se um pedaço de terra pertence a um camponês que o cultiva ele próprio, a Revolução não tocaria nela. Ao contrário, ela garantiria a livre posse e liquidaria os débitos da terra. Esta terra que uma vez enriqueceu o tesouro e foi sobrecarregada com impostos e arruinadas por hipotecas, como o camponês seria emancipada. Não mais taxas, não mais hipotecas, a terra torna-se livre, apenas como o homem. Como a terra propriedade da burguesia, o clero, os nobres —terra cultivada até agora pelos trabalhadores sem-terra para benefício dos seus senhores — a revolução retornará esta terra roubada a seus proprietários por direito, os trabalhadores agrícolas. (GUILHAUME, 1971)

Dessa maneira, a questão agrária, e camponesa, anarquista é bem clara: supressão da propriedade fundiária da terra, nobiliárquica, clerical e burguesa, distribuição da terra, eliminação do peso das hipotecas e taxas (tributo e rendas pagas) e da exploração do trabalho agrícola.

2 **James Guillaume** (Londres, 16 de fevereiro de 1844, - Paris, 20 de novembro de 1916) foi uma das lideranças da Federação do Jura da Primeira Internacional. Pertencente a ala coletivista foi um dos expulsos junto com Bakunin pelo Conselho Geral na Cisão da Primeira Internacional em 1872. Teve papel fundamental na fundação da Internacional Antiautoritária sediada na cidade de St. Imier na Suíça

Nós consideraremos como os camponeses derivarão o maior benefício possível dos seus meios de produção, a terra. Imediatamente depois da revolução os camponeses serão confrontados com uma situação híbrida. Aqueles que já são pequenos proprietários manterão seus lotes de terra e continuarão a cultivá-lo com suas famílias. Os outros, a eles são de longe a grande maioria, que arrenda a terra dos grandes latifundiários ou foram simplesmente assalariados agrícolas empregados pelos proprietários, tomarão a posse coletiva de vastas terras e as trabalharão em comum. Qual desses é o melhor sistema? Em uma região que tem sido ocupada antes da Revolução pelos camponeses detentores de pequenos sítios, onde a natureza do solo não é desejável para cultivos extensivos de larga-escala, onde a agricultura tem sido conduzida da mesma maneira por décadas, onde a maquinaria é desconhecida ou raramente utilizada — em uma tal região os camponeses irão naturalmente conservar a forma de propriedade que eles estão acostumados. Cada camponês continuará a cultivar a terra como ele fazia no passado, com esta singular diferença; seus antigos trabalhadores assalariados, se ele tinha algum, tornariam seus parceiros e compartilhará com ele os produtos do seu trabalho comum extraídos da terra. [...] Por outro lado, em operações agrícolas de larga escala, onde um grande número de trabalhadores agrícolas cultivam vastas áreas, onde a coordenação e cooperação são absolutamente essenciais, trabalho coletivo irá naturalmente conduzir a propriedade coletiva. Uma coletividade agrícola pode abarcar uma comuna inteira (unidade autônoma regional) e, se economicamente necessário para eficiência e maior produção, muitas comunas. (GUILHAUME, 1971)

Neste trecho é possível ainda perceber a proposição política dos coletivistas com base no associativismo e na federalização das comunas e das unidades produtivas. É neste conflito no movimento operário-socialista internacional que as proposições anarquistas/coletivistas e socialdemocratas/comunistas se cristalizam. Por um lado, temos a política socialdemocrata a favor da proletarianização e estatização (nacionalização) da terra, desenvolvendo no máximo uma política de capitalização da pequena agricultura que se torna um ramo da agricultura capitalista. A política coletivista anarquista defende que os trabalhadores tenham o controle coletivo sobre a terra, mesmo que em propriedades individuais eles não podem explorar o trabalho e logo gerar nem renda, nem lucro. Dessa forma, o coletivismo do anarquismo implica o reconhecimento do campesinato como sujeito coletivo; a ação coletiva de luta por terra e liberdade, pela coletivização da terra e contra a exploração, que implica sua distribuição aos trabalhadores que podem explorar a mesma de forma coletiva ou individual. Do ponto de vista político-organizativo nas duas últimas décadas do século XIX, pós-rompimento na Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), os comunistas-socialdemocratas continuaram a política de construção de organizações partidárias e de avanço nas disputas eleitorais, enquanto os anarquistas passaram à construção de organismos de associação da classe para organização da Greve Geral, que deu origem as Confederações Nacionais de Trabalhadores.

A SOCIALDEMOCRACIA E O MARXISMO ORTODOXO

A cristalização das posições anarquistas e sociais-democratas avançam. No interior desta que se passa a ter um conjunto de posições relativamente diferentes. No final do século XIX se desenvolve de forma prática e teórica o que seria chamado por Lenin e Kaustky de revisionismo do marxismo ortodoxo. (BERMAN, 2006). Procurando, sobretudo responder, de um lado o crescimento eleitoral dos partidos socialdemocratas em grande parte da Europa e por outro as perspectivas teóricas legadas por Marx e Engels, e desenvolvida e defendida por Kautsky. E será a política a ser adotada em relação a participação eleitoral e ao campesinato, mas alargadamente a questão agrária que será debatida no interior da socialdemocracia nesse contexto e será essencial para a nova linha. Por outro lado, a própria vertente revolucionária do marxismo desenvolvida por Lenin é, na perspectiva de Berman (2006), uma revisão, na medida em que o líder bolchevique desenvolve uma estratégia baseado num político de transição ao socialismo, e não econômico. Nesse sentido a transição ao socialismo é um esforço político-militar liderado por uma vanguarda revolucionário, o Partido Comunista.

Na Alemanha “revisionismo democrático” (BERMAN, 2006) aparece de forma teórica através de Bernstein, um dos principais líderes do Partido Socialdemocrata alemão. Sobretudo, ele criticaria a ideia de colapso revolucionário (ESPING-ANDERSEN, 1985), chamando atenção para a nova “dinâmica social capitalista” e as novas configurações de classes, onde passa a defender uma política para os camponeses.

Essa revisão em favor de uma política partidária que defendesse interesses do campesinato é logo rechaçada por Engels. Para o autor:

Revolução proletária, solução das contradições: o proletariado toma o poder político e, por meio dele, converte em propriedade pública os meios sociais de produção, que escapam das mãos da burguesia. Com esse ato redime os meios de produção da condição de capital, que tinham até então, e dá a seu caráter social plena liberdade para Impor-se. A partir de agora já é possível uma produção social segundo um plano previamente elaborado. O desenvolvimento da produção transforma num anacronismo a sobrevivência de classes sociais diversas. À medida que desaparece a anarquia da produção social, vai diluindo-se também a autoridade política do Estado. Os homens, donos por fim de sua própria existência social, tornam-se senhores da natureza, senhores de si mesmos, homens livres. (ENGELS, 2013)

Engels afirma em 1894: “a grande produção agrícola passará sobre a pequena exploração como uma estrada de ferro esmaga um carrinho de mão... E o sentido do desenvolvimento econômico inevitável”

Para Vergopoulos

Engels pensa, ao mesmo tempo, que o que é mais capitalista encontra-se objetivamente mais próximo do socialismo. A grande empresa pensa ele, já é uma forma de socialização objetiva do processo de produção. Eis porque apresenta a grande empresa como progressista, enquanto considera a pequena como uma forma de obstruir o progresso da história. Dá-se o mesmo propósito de sua problemática sobre a questão camponesa. (VERGOPOULOS, 1974)

Neste sentido, o “homem do campo era sempre encarado pelos sociais-democratas como um patrão proscrito ou proletário futuro” (VERGOPOULOS, 1974). Assim podemos entender que é partir da centralização de capital e do estado que se defende a passagem mais fácil, no caso da agricultura, para a proposição de nacionalização.

A partir destas questões que a ortodoxia marxista se desenvolve através de Engels e Kautsky em resposta as discussões em torno do programa do Partido Socialdemocrata da Alemanha e dos partidos operários socialistas da França, o Partido Socialista da França (PSdF) e o Partido Socialista Francês (PSF). Kautsky mantém as principais formulações ortodoxas a respeito da questão agrária: a proletarianização do campesinato, a instauração do trabalho coletivo por meio do capitalismo, e sua vinculação ao mercado capitalista. Essas disputas entre um ortodoxismo e um revisionismo aparece de forma prática conforme os partidos socialistas passam a atuar no parlamento. Assim, as discussões no interior dos partidos sociais-democratas se concentravam em ajustar a prática política em curso com a linha teórica revisionista que criticava o industrialismo e a perspectiva de colapso revolucionário para se alcançar o socialismo. No congresso da Internacional Socialista em 1900, em Paris, é fortemente debatido a participação eleitoral e a coligação com partidos burgueses, passando a resolução de que em circunstâncias excepcionais seria aceitável a aliança com determinados partidos (BERMAN, 2006). A complexidade das divergências e alianças entre diversos setores do movimento operário e das questões nacionais impactou o movimento socialista francês, particularmente em torno da questão agrária. Sobre isto o Partido Operário Francês (POF), que seguia orientação marxista, foi duramente criticada pela II Internacional e Engels se referiu a política para os camponeses adotados nos congressos de Marselha e Nantes como inconsistente, fútil e oportunista.

A proposição política para a campesinato dentro uma perspectiva pragmática eleitoral conjugada com a crítica a ideia de colapso revolucionário caminham lado a lado nas discussões da Internacional Socialdemocrata.

Esse são os principais pontos debatidos tanto pelos “guedistas”, marxistas, como pelos socialistas independentes, representados por Jaurés. Estes defendiam mais abertamente uma política para os pequenos produtores e camponeses, desviando da questão clássica marxista a respeito da naciona-

lização da terra. Enquanto na França a situação aparecia de forma “prática” nos debates dentro do congresso, na Alemanha houve também um forte debate teórico a respeito da questão. Este debate é realizado ainda no congresso de Frankfurt (1894) que mereceu resposta de Engels e em 1899 é abordado por Kautsky na Obra “A Questão Agrária”. Mesmo ano que Lênin elaborou “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia”.

Diz Kaustky acerca da questão agrária:

Introduzir a cooperação na produção só é possível aos elementos que apenas têm a perder os seus grilhões, esses elementos que a exploração capitalista formou no trabalho em comum, em quem a luta organizada contra exploração capitalista desenvolveu virtudes sociais: a confiança na coletividade dos camaradas, o devotamento à comunidade, a subordinação voluntária à sua lei. É preciso passar por todos os estágios da evolução. A grande massa dos homens comuns não pode passar diretamente, nas condições normais, da exploração do artesão ou camponês, à grande exploração cooperativa. A propriedade individual dos meios de produção se opõe a isso... Não é pelos que possuem, mas pelos que não possuem que se fará a passagem à produção cooperativa... somente o proletariado vitorioso poderá tomar a iniciativa da produção cooperativa e realizar as condições que permitirão aos artesãos e camponeses passar... à grande produção pela cooperativa. (KAUSTKY, 1971)

Kaustsky aprofunda os elementos da definição de classe a partir exclusivamente do próprio processo de trabalho, assim a iniciativa revolucionária vem do lugar ocupado no processo de produção. Ao mesmo tempo responde a Bernstein, ao criticar sua ideia de cooperação como uma associação jurídica tão importante como o desenvolvimento das forças produtivas. Ao passo que Kautsky procurar reafirmar a ideia de colapso revolucionário desenvolvido pela contradição entre a organização da produção, com sua centralização e concentração, e a anarquia do mercado como inevitável para se chegar ao socialismo, tal qual afirmara Engels no debate sobre a questão agrária, em 1894, e no texto *Antidhuring*. Bernstein crítica a ideia de colapso e propõe a ação política de expansão da democracia social como condição fundamental para se alcançar o socialismo, protegendo e incentivando a pequena produção camponesa.

Kautsky reafirma a ortodoxia marxista ao vincular a questão agrária a escala econômica e a industrialização da agricultura, ou seja, a tendência à concentração de capital e função integradora do industrialismo contra o atomismo das comunidades agrícolas. Haveria uma divisão sociotécnica do trabalho como na indústria. Isso levaria ao desaparecimento do campesinato, assim como aconteceu com os artesãos. Mantinha-se a perspectiva marxista ortodoxa de proletarianização que significa a instauração do trabalhador coletivo, por meio do desenvolvimento da indústria. Condição necessária para o sucesso do socialismo. (ESPING-ANDERSEN, 1985)

Para esse setor da socialdemocracia, o campesinato era essencialmente conservador, satisfeito com seu modo de existência. Como é do interior do próprio processo de trabalho que surge a propriedade privada, portanto do trabalho alienado, e que a possibilidade de chegar ao socialismo passa necessariamente pelo desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo, e os camponeses estão isolados em suas unidades produtivas, não é possível que eles sejam agentes políticos, uma vez que estão fora do processo industrial. Neste sentido, a proposição política de Kautsky é a manutenção da proposição de Marx e Engels: ou seja, a estatização da terra, uma vez que existe um processo de proletarianização em curso. O programa político para a questão agrária debatida no interior do partido socialdemocrata alemão é definido como proposições que acabem com direitos semi-feudais e garantam de alguma maneira o avanço do capitalismo nas áreas rurais.

Em contraposição a política ortodoxa do Partido socialdemocrata alemão Edward Bernstein propôs uma política de proteção e incentivo a pequena produção camponesa e o desenvolvimento da propriedade como fundamento da “democracia”, incorporando formulação do socialismo fabiano inglês. Primeiro o autor faz uma pesada crítica a ideia de “colapso” revolucionário, fortemente presente na obra de Marx, e mais ainda em Engels, quando este defende a perspectiva de “desaparecimento do estado” e da formação de grandes unidades industriais que levariam ao comunismo. Nesse sentido, o líder socialdemocrata propõe o rompimento com a política de enfrentamento de classes, e portanto, defende uma cooperação inter-classes dentro da disputa eleitoral, propondo: controle do mercado e política de defesa comercial para os camponeses.

Bernstein faz a crítica a própria filosofia da história marxista a partir a ideia inevitabilidade do movimento histórico e da determinação da vontade. Nesse sentido, o “revisãoismo democrático” (BERMAN, 2006) caminha para uma ideia de primazia da política dentro do Estado e fora dele, como a organização dos sindicatos e cooperativas.

O autor afirma: “O materialista resulta ser, assim, um calvinista sem Deus. Se não crê numa predestinação ordenada por uma divindade, acredita, contudo, e deve acreditar que, a partir de um determinado ponto escolhido do tempo, todos os eventos posteriores são, através do conjunto de matéria existente e das direções de força nos seus elementos, previamente determinados”

Para o líder socialdemocrata alemão a consciência e a vontade humana são bastante subalterno e dependentes das condições de produção, tanto em Marx e mais ainda em Engels. Faz neste sentido uma pesada crítica a influência determinante das forças econômica. O autor afirma: “O materialismo filosófico, ou materialismo da ciência natural, é determinista, num

sentido mecânico. A concepção materialista da história não o é. Atribui ao fundamento econômico da vida das nações uma influência determinante, mas condicionada, sobre as formas que essa vida adquire.”

Por sua vez, a tese revisionista de Bernstein articula a proteção e incentivo a pequena produção camponesa e desenvolvimento da propriedade como fundamento da “democracia social”, observando as mudanças recentes nos países europeus, principalmente Alemanha e Inglaterra, tanto do ponto de vista político como econômico, a partir do diálogo como os socialistas fabianos e os utilitaristas ingleses. O socialismo para o autor passa ser entendido como o desenvolvimento de uma economia cooperativa de base municipal. Neste sentido, o autor faz uma apropriação do conceito de associação nos seguintes termos: “A mais exata caracterização será, em todo caso, aquela que principiar pelo conceito de associação, por que ela expressa tanto uma relação econômica – no sentido mais amplo do termo – como jurídica, ao mesmo tempo.”

O autor observa a presença de pequenas e médias propriedades na agricultura e critica a ideia de centralização da produção como pré-condição para o socialismo. Demonstra a diferenciação dentro do proletariado e defende a ideia de cooperação desenvolvida tanto pelos sindicatos como pelas cooperativas. Neste sentido reafirma a crítica a socialdemocracia, dizendo: “Mas a carta no anteprojeto do Programa de Gotha (1875) de novo soa muita mais cética a respeito das associações, e esse ceticismo reina desde 1875 sobre toda a literatura marxista.”

Continua a observar no materialismo histórico: “a teoria da sociedade que principia pela produção como, em última análise, fator decisiva da forma da sociedade.” E estabelece a importância dos pequenos agricultores para a democracia social e desta para a produção agrícola: “É importante que a democracia social, em vez de andar pescando nas estatísticas provas para demonstrar a teoria preconcebida da ruína da classe dos pequenos lavradores, examine, antes, com atenção, o problema do movimento cooperativo no país e a sua importância.”

A partir da ideia do poder cooperativo, intermediado pelo Estado, e do desenvolvimento da democracia pelo voto universal defende uma perspectiva que essa primazia da política arrastaria as outras mudanças, como o fim de relações tradicionais no campo, e levaria o caminho para o socialismo.

Assim, sobre influência do Federalismo Liberal que articula a ideia de democracia e dos Socialistas Fabianos e utilitaristas ingleses, defende a ideia que o desenvolvimento das organizações liberais se dá rumo ao socialismo em virtude da atuação política dos sindicatos, cooperativas e dos partidos socialistas.

Percebe um “o enorme desenvolvimento da democracia social” e que a importância da “assistência ao camponês como lavradores independentes contra o capitalismo” articulando essa visão cooperativa também a importância eleitoral dos camponeses na Alemanha. A proposição de Bernstein destaca avanço da democracia como essencial para o avanço do socialismo, tanto quanto as grandes transformações técnicas.

A democracia tem, nas zonas rurais, se quiser existir, de atuar no espírito do socialismo. Considero a democracia em conjugação com os resultantes das grandes transformações no sistema de comunicações de transportes, uma alavanca mais poderosa na emancipação dos trabalhadores rurais mais do que as próprias transformações técnicas nos processos da lavoura. (BERNSTEIN, 1983)

Como proposição política para a socialdemocracia reafirma sua posição favorável ao Programa de Erfurt, o autor afirma:

1) A luta contra todo todos os remanescentes e representantes atuais dos senhores feudais da terra e a luta pela democratização da comuna e do distrito.

2) Proteção e auxílio as classes trabalhadoras da agricultura. A cláusula abrange a proteção aos trabalhadores no mais estreito significado; abolição dos regulamentos para servos, limitação das horas de trabalho para as várias categorias de assalariados, regulamentação da política sanitária, sistema de educação, bem como medidas que liberam os pequenos camponeses como contribuinte

3) Medidas contra o absolutismo da propriedade e para o progresso do cooperativismo. Exigências como “limitação dos direitos de propriedade privada no solo”, com vista a promover: a) a supressão do acrescentamento de terras a terras; b) o cultivo da terra; c) a prevenção contra a doença” (Kautsky);” a redução de rendas exorbitantes por tribunais estabelecidos para esse fim” (Kautsky); a construção pela paróquia de alojamentos saudáveis e confortáveis para os camponeses; “facilidades para uniões cooperativas, por meio de legislação apropriada” (Kautsky); o direito da paróquia à aquisição de terras, por compra ou expropriação, cedendo-as a uma renda barata aos trabalhadores e associações de trabalhadores. (BERNSTEIN, 1983)

Bernstein avança na questão destacando a principalmente a questão da cooperação, dos sindicatos e armazéns cooperativos conjugado a uma plataforma política de disputa eleitoral que prioriza a utilização dos municípios como ponto de apoio do projeto socialista de reforma. O autor afirma: “Pela sua natureza global, o socialismo municipal é ponto de apoio indispensável para a formação ou realização completa do que, no último capítulo, chamei “direito democrático do trabalho”

Por sua vez, a tese leninista faz uma heterodoxia teórica conciliando as teses da primeira internacional sobre a aliança operário-camponesa com a visão etapista e a política de Bernstein de incentivo a pequena propriedade

que seria colocada em prática com a NEP. Em um primeiro momento, a política leninista também segue a observação de Engels, de 1894, “Epílogo à Questão Social na Rússia”, quando este afirma:

Não pretendo saber se foi conservado o suficiente destas comunidades a ponto de que elas, como Marx e eu esperávamos, embora em 1882, possam servir de ponto de partida de uma evolução comunista, em consonância com uma revolução na Europa Ocidental, caso este ocorra. Uma coisa, porém, é certa: o que resta destas comunidades somente será conservado se o despotismo czarista for derrocado por uma revolução na Rússia. Esta revolução não só retiraria a grande massa do país, os camponeses, do isolamento de suas aldeias, do Mir, que é o conhecer o mundo exterior, e a conhecer-se nele, conhecer sua própria condição e os meios de livrar-se de sua pobreza atual, como um novo ímpeto ao movimento da classe trabalhadora do Ocidente e a colocaria em melhores condições para a luta. Deste modo ela apressaria a vitória do proletariado industrial moderno, sem o qual a Rússia contemporânea não pode escapar da comunidade nem do capitalismo para dirigir-se rumo a uma nova transformação socialista. (MARX, 1982)

A publicação deste ensaio foi o último lance público da longa controvérsia travada com os Narodniks russos. Este texto, particularmente, dirigido as polêmicas travada pelos marxistas russos. Neste ponto, Lenin mesmo mantendo certa ortodoxia teórica e concordando com as tendências fundamentais desenvolvidas por Marx, Engels e Kaustsky “foi sempre sensível, em compensação, aos mais diversos imperativos da realidade no plano político.” (AMIN, 1974) Segundo Berman: “In the Leninist revision of Marxism historical materialism and class struggle were replaced by the primacy of politics and revolutionary vanguards”. Especificamente sobre a obra “A Questão Agrária”, diz Lênin:

Este livro, (que recebemos quando a maior parte de nossa obra já estava composta) constitui, depois do Livro Terceiro de O Capital, o acontecimento mais notável na literatura econômica moderna. Kautsky analisa as “tendências fundamentais” da evolução capitalista da agricultura e examina diversos fenômenos da agricultura contemporânea como “manifestações particulares de um único processo geral. (LENIN, 1982)

Em um primeiro momento Lenin também aponta para o desenvolvimento do capitalismo no campo e a tendência da proletarianização dos produtores e formação de uma burguesia rural. A revolução por etapa proposta pela socialdemocracia no plano internacional e russo.

Em 1905 Lênin mantinha as seguintes posições:

1 – O MPC [modo de produção capitalista] desenvolve-se rapidamente na agricultura russa, sendo suprimidos os vestígios feudais, particularmente a propriedade senhorial e os mir – comunidades camponesas

2- a relação de propriedade fundiária não constitui obstáculo ao desenvolvimento do MPC

3 – o campesinato reduz-se a um mundo a parte, a concentração na agricultura engendra a proletarianização dos camponeses e o êxodo rural. A contradição fundamental do MPC reproduz-se no meio rural, instaurando aí duas classes sociais com interesses opostos. (VERGOPOULOS, 1974)

Entretanto, o contexto político russo, com a experiência da revolução de 1905, e situação de 1914 faz com que passe a defender a nacionalização também como meio para acabar com atividade especuladora.

Ainda que sua obra abordasse a questão em concordância com vários aspectos desenvolvidos por Kautsky, como a tendência a concentração de capital e a proletarianização, Lênin também abordou o processo de dissolução do Mir, mantendo assim a perspectiva de Marx e Engels sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Entre os camponeses aborda o processo de proletarianização, com aumento do assalariamento, e a permanência de um setor do campesinato que também é explorado, é neste sentido passa a ser importante para a política bolchevique na Rússia.

No texto, “Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos”, de 1915, o líder bolchevique destaca a passagem dos “latifúndios escravistas, incultos em 9/10, à pequena agricultura mercantil Não agricultura fundada no trabalho familiar” passa a destacar o aumento do assalariamento e as modificações técnicas na agricultura. As modificações advindas do desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Segundo o autor:

Ora, o que significam estes investimentos? Significam modificações técnicas introduzidas na agricultura, sua intensificação, a passagem a sistemas superiores de cultura, a utilização massiva de adubos artificiais, o aperfeiçoamento dos instrumentos e máquinas, a ampliação de seu emprego, o recurso crescente ao trabalho assalariado, etc. Considerando apenas a superfície, não é possível expressar todos estes processos complexos e diversos, quando é precisamente o seu somatório que caracteriza o processo geral do desenvolvimento do capitalismo na agricultura. (LENIN, 1980)

COMPARADO A AGRICULTURA EUROPEIA E AMERICANA AFIRMA

A agricultura europeia se desenvolve, sobretudo sob a forma intensiva, não pelo crescimento da quantidade de terra cultivada, mas pela melhoria da qualidade do trabalho e da terra, pelo aumento do capital investido. E é esta via fundamental do desenvolvimento da agricultura capitalista (que se torna, gradualmente, também a americana) que perdem de vista aqueles que se limitam a comparar as explorações unicamente de acordo com a sua superfície. (LENIN, 1980)

E define a questão fundamental do desenvolvimento da agricultura capitalista que “consiste precisamente em que a pequena exploração, perma-

necendo pequena pela extensão de terra, transforma em grande exploração pelo volume da produção, desenvolvimento da pecuária, quantidade de adubos utilizados, desenvolvimento do emprego de máquinas, etc.

Faz neste sentido outra importante observação:

Tanto na indústria quanto na agricultura ocorre uma redução percentual das empresas médias, cujo número cresce mais lentamente que o das grandes e pequenas. Tanto na indústria quanto na agricultura o número das pequenas empresas aumenta mais lentamente que o das grandes. (LENIN, 1980)

E conclui:

O indicador essencial do capitalismo na agricultura é o trabalho assalariado. É possível constatar o desenvolvimento do trabalho assalariado, bem como o aumento do emprego de máquinas, em todas as regiões do país e em todos os ramos da agricultura. O aumento do número de operários assalariados supera o de população rural e o da população total do país. O crescimento do número de farmers atrasa-se em relação ao crescimento da população rural. As contradições de classe aprofundam-se e exacerbam-se. (LENIN, 1980)

Essa perspectiva se coaduna a ideia de revolução por etapas da social-democracia russa, neste sentido a luta ao lado do campesinato está inserida dentro das reivindicações antifeudais e antiabsolutistas como um tudo dentro do quadro da revolução democrática burguesa.

Para Lenin existia empobrecimento e desenvolvimento capitalista, assim do ponto de vista da luta democrática os socialdemocratas se colocavam ao lado dos camponeses, mas do ponto de vista socialista apoiava as parcelas da população rural que “encontravam em identidade com o proletariado urbano”, essa parcela era o campesinato mais empobrecido, que Lênin destaca na sua obra como explorado também pelo capitalismo.

Neste sentido, enquanto a socialdemocracia alemã ampliava sua expressão eleitoral e sua representação nos meios sindicais operários, a socialdemocracia russa convivia sob uma forte repressão do Estado czarista, com a ação agrarista dos populistas russos, que olhava de maneira positiva a resistência camponesa à penetração capitalista, e com uma tradição popular rebelde do campesinato russo.

O X congresso do PC (B) R que reconheceu a repartição da terra e o fortalecimento do campesinato médio, importando teses e política do anarquismo e do populismo russo. Mesmo assim sua política pós-revolução de 1917 retornou ao modelo socialdemocrata de Kautsky, para com fim da guerra civil adotar uma política semelhante as teses de Bernstein, expressadas na NEP, para em 1928 o PC retornar a ortodoxia marxista e iniciar a coletivização.

Se por um lado, o apoio ao campesinato na Alemanha e França gerava fortes críticas de Engels e Kautsky, pois sua expressão eleitoral do partido ampliava a pressão no interior da social democracia para angariar apoio no campo, na Rússia, a socialdemocracia, particularmente os Bolcheviques, procuram apoio do campesinato dentro do quadro de uma aliança de classe por uma revolução democrática nacional e sua fração mais empobrecida eram aqueles que eles procuravam mobilizar.

Na perspectiva marxista desenvolvida pela socialdemocracia se amplia dois componentes limitadores da ação coletiva: as associações limitadas pelo poder do capital e a consciência limitada devido ao processo de atomização do processo de trabalho, decorrente da alienação. O capitalismo criar o sujeito de sua destruição, mais limita sua constituição e ação, assim é necessário o protagonismo estatal. Na vertente reformista revisionista, de Bernstein, é necessária ampliar a cooperação entre os trabalhadores seja por meio dos sindicatos e das cooperativas, principalmente de consumo, em conjunção com o fortalecimento eleitoral do Estado democrático liberal. Na vertente revolucionário, representada pelo Bolchevismo, é necessária a tomada violenta do aparato Estatal para que se inicie o processo de nacionalização da terra e proletarização.

A prática política socialdemocrata vai anulando o sujeito político e impossibilitando sua autodeterminação em favor da constituição contraditória das forças produtivas. Neste sentido o capital, alienante, mas produtor do trabalhador coletivo, e o Estado, regulador da redistribuição, se tornam efetivos sujeitos. Desta maneira a agência política dos sindicatos e associações de trabalhadores serão diferentes da proposição coletivista anarquista.

Mesmo a aliança operária camponesa de Lenin mantém uma perspectiva industrialista, com o proletário industrial no centro da ação política, o único capaz de conduzir uma política verdadeiramente democrática-revolucionária e universal, através do Partido, que garantiria a explosão revolucionária nas massas. Segundo Linhart

Cabe ao proletariado organizar os camponeses pobres que são seus aliados naturais no campo. As formulações de Lenin mostram, entretanto, que ele atribuiu ao movimento dos camponeses pobres um papel subordinado: o proletariado apoia-se os camponeses pobres em sua ação nos vilarejos; mas os camponeses pobres não constituem, em si mesmos, uma força dirigente da luta das classes no campo. Isto é muito importante: a partir deste momento, a política agrária soviética não tem mais como fundamento o movimento revolucionário das massas rurais. Tente suscitar este movimento para apoiar suas próprias ofensivas, o que é muito diferente. (LINHART, 1983)

Dentro de um contexto de formação do novo governo, de guerra civil e crise de abastecimento de alimentos a política bolchevique se volta contra o camponês médio, um dos principais agentes da revolução de 1917, com a

teoria do camponês trabalhador e explorador. Coloca no centro da questão a subordinação política do campesinato a política de industrialização conduzida pelo proletariado industrial. Sobre a política industrial bolchevique Castoriadis afirma:

A filosofia deles é uma filosofia do desenvolvimento das forças produtivas; e, também quanto a isso, são os fiéis herdeiros de Marx – ou pelo menos, de um aspecto de Marx que é o aspecto dominante nas obras da maturidade. O desenvolvimento das forças produtivas é, se não um fim último, certamente o meio absoluto, no sentido de que tudo o mais deve resultar desse desenvolvimento como consequência e de que tudo deve estar subordinado a esse desenvolvimento. (CASTORIADIS, 1985)

CONCLUSÃO

A concepção marxista assume o industrialismo como ponto central do desenvolvimento da sociedade. Neste sentido, essa perspectiva assume o desenvolvimento e crescimento das forças produtivas de um tipo de padrão técnico-científico, supostamente mais eficiente, que na verdade favorece uma classe, um estado, um gênero e uma etnia. Assim se torna eurocêntrica na medida em que o desenvolvimento das forças produtivas toma um estatuto central e aparece, como afirma Castoriadis (1985), como meio absoluto que subordina tudo e todas outras formas de vida. Essa concepção está fortemente presente nos governos populares, populistas ou de esquerda, e por isso em grande parte gera uma contradição entre esses governos e os movimentos camponeses e indígenas. Uma vez que coloca no centro da questão a subordinação política do campesinato e todas outras condições de vida a política de industrialização conduzida pelo proletariado industrial, conduzida pelo Estado.

Essa reflexão histórica é fundamental para compreendermos processos contemporâneos. No Brasil por exemplo, toda uma linha de interpretação tenta explicar os destinos do sindicalismo brasileiro e sua integração na política desenvolvimentista a partir da tese de que existe uma “traição” da política do governo Lula. Apesar de CUT e outras centrais terem afirmado sua política a favor da reforma agrária e a demarcação das terras indígenas em nenhum momento esse compromisso foi central.³ A tese da traição simplifica os caminhos escolhidos pela CUT e pelo sindicalismo brasileiro, seu grupo dirigente e as suas bases e gera uma série de análises equivocadas dos caminhos cutistas, a principal delas a tese da traição da direção cutista.

Nesse sentido é importante compreender que o modelo socialdemocrata internacional e o republicanismo foram em grande parte as concepções que se basearam os fundadores da CUT, sem esquecer os militantes e grupamen-

3 Realizaremos a análise mais detalhada da política da CUT na Tese de Doutorado, em andamento,

tos de origem católicas, que flertam com o Republicanismo e o Marxismo. Em comum esse republicanismo e marxismo socialdemocrata compartilham o combate às vertentes revolucionários, insurrecionais, seja no campo do próprio marxismo, como do anarquismo. A teoria socialdemocrata está assentada nessa concepção industrialista que defende como principal política econômica para modernização a industrialização e traz como principal sujeito da transformação o operário industrial. Neste caso, o Estado atua como agente para o desenvolvimento econômico e para a melhor distribuição da riqueza por meio de políticas de criação de emprego através do processo de industrialização.

O campo e o campesinato são sempre vistos como representantes do atraso, mesmo quando ocorre alguma consideração sobre uma possível participação do campesinato e dos modos de produção pré-capitalistas para a construção do socialismo, isto só pode acontecer com a difusão das forças produtivas (como no debate de Marx com os populistas russos no caso de um desenvolvimento alternativo do capitalismo e da revolução na Rússia).

E ainda importante destacar que a socialdemocracia tem mediado através do Estado a conciliação de classe a partir do desenvolvimento do capitalismo no setor agrário e industrial. O principal exemplo ocorreu na Suécia no pós-crise de 1929 na aliança entre o Partido Social Democrata e os partidos burgueses, como a Liga Camponesa (atual Partido de Centro). No caso do Brasil, a CUT e o PT reproduziram essa visão industrialista e aplicaram uma política de defesa da grande indústria nacional, principalmente o setor metalúrgico vinculado às montadoras, que pela sua articulação com o agronegócio, possibilitou a expansão do setor automobilístico e da agroindústria. Essa aliança dos operários da indústria com o capital industrial ficou explícita a partir de 2008, quando a CUT fez um pacto de proteção do emprego combinado com a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas (ABIMAQ). Logo, muito além da traição o que ocorre é uma política de favorecimento da indústria e da industrialização da agricultura que visa eliminar o campesinato e os modos de produção pré-capitalistas. Essa política dentro de um contexto político e econômico específico neoliberal que levou ao estabelecimento de uma economia do agronegócio. Essa política está ancorada numa longa tradição socialdemocrata de fetichização do operariado industrial e de aliança com a burguesia nacional para promoção da industrialização. No caso brasileiro, esse projeto está associado ao desenvolvimento de grandes projetos energéticos e agroindustriais que tende a adequar a economia nacional a nova divisão internacional do trabalho e ao sistema interestatal capitalista. Logo, as ofensivas contra povos indígenas e camponeses na América Latina, realizada sob Governos de Esquerda, tem profundas raízes no pensamento liberal e socialdemocrata que defendem a modernização pela industrialização. A reforma agrária passa a ser uma política social de governabilidade, e não uma política central de redistribuição fundiária

e mesmo de desenvolvimento econômico. A crítica coletivista, de Bakunin por exemplo, já apontava no século XIX que a política socialdemocrata levava a uma dupla política de opressão, do campo pela cidade e das minorias nacionais pelos Estados. Nesse sentido a leitura da questão agrária dessa ótica pode ser uma importante forma de crítica dos processos contemporâneos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: EDUSP, 2007.

AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. *Questão agrária e capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

BAKUNIN, Mikhail. *Consideraciones filosóficas*. 2. ed. cibernética, 2003a. Disponível em: <<http://www.antorcha.net/>>. Acesso em: dez. 2008.

_____. *De baixo para cima e da periferia para o centro: textos políticos, filosóficos e de teoria sociológica de Mikhail Bakunin*. Niterói: Alternativa, 2014.

_____. *Estatismo e Anarquia*. São Paulo: Imaginário, 2003.

_____. *Federalismo, socialismo y antiteologismo*. 2. Ed. cibernética, 2003b. Disponível em: <<http://www.antorcha.net/>>. Acesso em: set. 2010.

_____. *Oeuvres Complètes*. International Institute of Social History, Netherlands Institute for Scientific Information Services, Royal Netherlands Academy of Arts and Sciences, 2000. (CD-ROM)

_____. *Considerações filosóficas sobre o fantasma divino, sobre a natureza e sobre o homem*. 1870.

_____. *A política da internacional*. IN: socialismo libertário. São Paulo: Global, 1979.

BAKUNIN, Mikhail; JUKOVSKI, N. I. O Nosso programa. In: FERNANDES, Rubens César Fernandes (Orgs.). *Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas Russos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. Terra e liberdade. In: FERNANDES, Rubens César Fernandes (Orgs.). *Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas Russos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BERMAN, Sheri. *The Primacy of Politics: Social Democracy and the Making of Europe's Twentieth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

BERNSTEIN, Eduard. *Socialismo evolucionário*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BIHR, Alan. A herança: o modelo socialdemocrata do movimento operário.

In: _____. *Da grande noite a alternativa: movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo, 2010.

BETTELHEIM, Charles. *A luta de classes na União Soviética*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CASTORIADIS, C. *A experiência do movimento operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DROZ, Jacques. *A Associação Internacional dos Trabalhadores*. In: _____. *Historia geral do socialismo*. Liboa: Horizonte Universitário, 1977. v. 3. p. 819-861.

_____. *As origens da social democracia alemã*. In: _____. *Historia geral do socialismo*. Liboa: Horizonte Universitário, 1977. v. 3. p. 623-683.

_____. *A socialdemocracia alemã (1875-1914)*. In: _____. *Historia geral do socialismo*. Liboa: Horizonte Universitário, 1979. v. 4.

ENGELS, F. *A Anti-Dühring*. ed. virtual. Disponível em: <<http://www.marxists.org/>>. Acesso em: set. 2013.

_____. *Os bakuninistas em ação*. ed. virtual. Disponível em: <<http://www.marxists.org/>>. Acesso em: set. 2013.

_____. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. ed. virtual. Disponível em: <<http://www.marxists.org/>>. Acesso em: set. 2013.

_____. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan*. ed. virtual. Disponível em: <<http://www.marxists.org/>>. Acesso em: set. 2013.

_____. *Para a Crítica do Projecto de Programa Socialdemocrata de 1891*. ed. virtual. Disponível em: <<http://www.marxists.org/>>. Acesso em: set. 2013.

_____. *A questão camponesa em França e na Alemanha*. ed. virtual. Disponível em: <<http://www.marxists.org/>>. Acesso em: set. 2013.

_____. *Carta a Nikolai Frantsevitch Danielson*. In: FERNANDES, Rubens César (Org.). *Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas Russos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *Questão social na Rússia*. In: FERNANDES, Rubens César (Org.). *Dilemas do Socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas Russos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *Epilogo à questão social na Rússia*. In: FERNANDES, Rubens César (Org.). *Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas Russos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ESPING-ANDERSEN, Gösta. *Politics against Markets: The Social Democratic Road to Power*. Princeton: Princeton University Press. 1985.

_____. *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

FERNANDES, Luís. *O enigma do socialismo real: um balanço crítico das principais teorias marxistas e ocidentais*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. *Ordem e anarquia na Sociologia: percepções da mudança social e luta política: Tutela e resistência indígena: etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado brasileiro*. 2007. Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

_____. Trabalho e ação: o debate entre Bakunin e Marx e sua contribuição para uma sociologia crítica contemporânea. *Em Debate: Revista Digital*, Florianópolis, n. 4, p. 1-23, 2010.

_____. *Teoria do poder, da reciprocidade e a abordagem coletivista: Proudhon e os fundamentos da ciência social no anarquismo*. ed. virtual. Acessado no site: Disponível em: <<http://www.marxists.org/>>. Acesso em: set. 2013.

GOUREVITCH, Peter. Keynesian Politics: The Political Sources of Economic Policy Choices. In: HALL, Peter. (Org.). *The Political Power of Economic Ideas: Keynesianism across Nations*. Princeton: Princeton University Press, 1989.

_____. *Políticas Estratégicas em tiempos difíciles: Respuestas comparativas a las crisis económicas internacionales*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUILHAUME, James. *Ideias sobre a organização social*. Paris: Portugal Libertário, 1971.

GURVITCH, Georges. *Proudhon e Marx*. Lisboa: Presença, 1980.

_____. *Proudhon*. Lisboa: Edições 70, 1983.

_____. *Dialética e sociologia*. São Paulo: Vértice, 1987.

HAUPT, G. Marx e marxismo. In: HOBBSBAWM, Eric. *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. v. 1.

HEGEDUS, Andras. A questão agrária. In: HOBBSBAWM, Eric. *História do marxismo: o marxismo na época da Segunda. Internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1984. v. 4.

KAUTSKY, Karl. *The Class Struggle*. New York: W. W. Norton, 1971.

_____. *A questão agrária: os economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LENIN, Vladimir. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril, 1982.

_____. *Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América*: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo: Debates, 1980.

_____. *O Estado e a Revolução*. 1917. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/08/estadoerevolucao/index.htm>>.

MARX, Karl. Primeiro rascunho de carta a V. Zaslitch. In: FERNANDES, Rubens César (Org.). *Dilemas do socialismo*: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas Russos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. Carta a V. Zaslitch. In: FERNANDES, Rubens César (Org.). *Dilemas do socialismo*: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas Russos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *O Capital*: O processo da produção do capital. São Paulo: Civilização Brasileira, 2008. v. 1, 2.

_____. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Nova Cultural. 1988.

_____. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Crítica ao Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MANUSTRICOS econômicos e filosóficos. ed. vitruai. Disponível em: <<http://www.marxists.org/>>. Acesso em: setembro 2013.

PASSETTI, Edson; RESENDE, Paulo Edgar. Proudhon. In: FERNANDES, Florestan. *Grandes cientistas sociais*. São Paulo: Ática, 1986.

PROUDHON, Pierre Joseph. *La capacidad política de las clases obreras*. 2003. Disponible em: <<http://www.antorcha.net/>>. Acessado em: jan. 2014.

_____. *O que é a propriedade*. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1975.

_____. *De la création de l'ordre dans l'humanité ou principes d'organisation politique*. Besançon, 1843.

_____. *Do princípio federativo*. São Paulo: Imaginário, 2001.

_____. *Sistema das contradições econômicas ou filosofia da miséria*. São Paulo: Icone, 2000. t. 1.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalism and Social Democracy*. New York: Cambridge University Press, 1985.

VEIGA, José Eli. *O desenvolvimento agrícola*: uma visão histórica. São Paulo: EDUSP, 2007.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Social Change*: the colonial situation. New York: John Wiley & Sons, 1966.

Parte II

Autonomias e insurgências camponesas-indígenas na periferia do capitalismo

A construção da autonomia no Movimento Zapatista de Chiapas: discursos e práticas

Dolores Camacho Velázquez

Traduzido por Ariel Carriconde Azevedo¹

O movimento zapatista² viveu várias etapas na sua formação: a primeira delas como movimento armado; depois, - frente ao fim dos enfrentamentos armados - mudam sua estratégia e iniciam os diálogos que resultam nos acordos de San Andrés; a etapa seguinte se inicia quando o governo nega os acordos do diálogo, e os zapatistas se fecham no seu território para começar a sistematizar suas formas de vida e de governo; finalmente, inicia outro momento com o anúncio da construção das Juntas do Bom Governo; e nas últimas duas etapas é quando o projeto político zapatistas se consolida.

O projeto político zapatista segundo expresso por eles mesmos, tem objetivos imediatos que podem ser alcançados por sua própria iniciativa e outros que são de longo prazo, em ambos, a luta por autonomia e democracia é fundamental pois acreditam que, com sua prática em todas as relações político-culturais, poderão resolver outros aspectos da vida social, esta transcendência que é dada à autonomia e à democracia foi refletida nos diálogos do acordo de San Andrés.

Nos “diálogos” o debate sobre a autonomia se originou por que para os zapatistas esta vai mais além de um direito que devem exercer os indígenas, por se configurar como um povo originário, - o que em alguns casos foi interpretado como excludente de outros setores, já que os índios que são excluídos e mar-

1 Graduado em Ciências Sociais pela UnB e mestrando no CPDA-UFRRJ. Membro do NEP.

2 Este artigo foi apresentado na discussão do Encontro Internacional “A criação humana”, realizado na cidade do México nos dias 5, 6 e 7 de outubro de 2011. Uma versão em espanhol foi publicada em: Tarântula. Instituição e fazer pensante pela autonomia, Castoriadis na trama latino-americana entre a academia e a política, publicação da “Casa Chata”, México DF, 2014.

ginalizados pelo Estado mexicano. O zapatismo defende uma ideia de autonomia que está intimamente ligada ao conceito de democracia concebido por eles e que em grande medida é determinada pela liberdade individual das pessoas dentro de uma base coletiva, uma ideia que encontrei explicada por Castoriadis, quando este faz referência ao âmbito da política entendida de forma complexa e que tem como característica a existência de cidadãos democráticos que são aqueles que possuem a característica de ser reflexivos e deliberativos.

O CONCEITO DE AUTONOMIA NO MOVIMENTO ZAPATISTA

Os “diálogos” foi o processo social mais complexo, mais intenso e que mais trouxe aportes para o projeto político da democracia zapatista. Nesses espaços se definiram muitas de suas estratégias de luta, discutiram-se conceitos, demandas e projetos. Os encontros formais entre o governo e o EZLN, com o acompanhamento da Cocopa e a intermediação da Conai,³ foram relevantes no âmbito nacional e internacional, e concedeu ao zapatismo respeito e credibilidade como movimento social.

No debate acadêmico originado nos diálogos através da participação de assessores, sobressaíram duas posições, que vinham se enfrentando anteriormente: a “comunalista” como se denominou o processo autonomista de Oaxaca e a posição das Regiões Autônomas Pluriétnicas (RAP).

No marco da primeira mesa de discussão oficial, esse enfrentamento foi muito claro, Hernandez (1997) assessor do EZLN no processo e apontado como defensor da posição comunalista, propõe a comunidade como o primeiro espaço de autonomia; relembra que Díaz Polanco também assessor do EZLN introduziu no debate sua proposta da RAP, a qual em grande medida priorizava a existência de um campo intermediário nos níveis de governo, entre o município e o Estado. Uma espécie de região que juntasse os municípios com maior população indígena e que contasse com representação de diferentes grupos socioculturais. Para ele o fundamental era modificar as constituições, para que o novo nível de governo tivesse reconhecimento.

Foram discussões longas e complexas, porém produtivas, sobretudo quando as organizações indígenas, camponesas e populares do país se somaram a este debate, convidadas pelo EZLN a serem participantes do diálogo sob uma modalidade informal. Por consequência se realizaram diversos fóruns em diversas partes do país, atividades que permitiram que todas estas organizações intervissem no debate sobre a autonomia. Algumas dessas organizações traziam como bagagem os debates da campanha dos quinhentos

3 O Congresso criou em março de 1994 a Lei para o Diálogo, a Negociação e a Paz Digna em Chiapas e cria a Comissão legislativa de Concordia e Pacificação (Cocopa) e Comissão Nacional de Intermediação (Conai).

anos, dessa forma defendiam o conceito de “autonomia indígena” (autonomia em relação ao Estado), mas outros grupos como os zapatistas, não tinham a autonomia como uma demanda específica ainda, mas como vimos posteriormente todas as suas demandas e suas lutas estiveram orientadas para a busca de uma visão complexa de autonomia.

Tal afirmação fica evidenciada no dia 19 de dezembro de 1994 quando o EZLN informa a construção de 30 municípios rebeldes, chamados Municípios Rebeldes Zapatistas, e não “autônomos”, diferentes de como seriam chamados as RAP (Regiões Autônomas Pluriétnicas).

A IMPORTÂNCIA DE CONSTRUIR A AUTONOMIA NA VIDA COTIDIANA

Pouco a pouco o conceito de autonomia foi impondo-se não só nos debates e nas demandas zapatistas, mas também tomou sentido na prática, as bases zapatistas e inclusive o EZLN o retomaram e lhe deram significações próprias. Isso aconteceu quando se deram conta que suas demandas, no geral, coincidiam com muita das propostas do Movimento Indígena constituído e também quando entenderam que essa demanda os unificava com essas diversas lutas. Posteriormente, os chamados municípios rebeldes foram renomeados como Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas (MAREZ). Essa mudança para “autônomos” marca não só uma decisão política, mas expressa o resultado de um processo de aprendizagem intenso nas comunidades e povos. Quando os participantes zapatistas nos “diálogos” levam o debate⁴ para as comunidades para que estas aprovelem ou não as propostas governamentais, houve um intenso processo de aprendizagem, por que ali se discutia a nível micro as propostas das mesas de diálogo formal e também aquelas surgidas nos diálogos informais através dos Fóruns.

Desta forma, todos os zapatistas estavam imersos no debate e a autonomia começou a ser reconhecida como um conceito de luta e de projeto. Este processo de aprendizagem permitiu que se tomassem decisões com suficiente informação do que se estava discutindo, além disso, o conhecimento gerado nesses debates transferido para as comunidades permitiu a criação de ideias e formas para reconstruir suas práticas políticas a fim de democratizá-las. A partir do momento que as comunidades fizeram a sua definição da autonomia, esta se converteu em um dos conceitos básicos de sua luta.

Esta é uma das características a se ressaltar do movimento zapatista, estes não assumem uma demanda ou uma luta que ainda não é sentida pela população. Quando assumem, como no caso da autonomia, é por que todos ou a maior parte dos integrantes dos seus povos tem plena consciência de sua importância, o que lhes garante êxito.

4 As chamadas consultas zapatistas.

O contrário ficou evidenciado pelos defensores das Regiões Autônomas declaradas pela Assembleia Estatal Democrática do Povo de Chiapas (Aedpch) em 1995, que não funcionaram por que os municípios que a conformavam enfrentaram conflitos no seu interior pelas várias posições que se discutiam a respeito da autonomia e da participação eleitoral. As pessoas não tinham clareza da profundidade que engloba o conceito de autonomia e a definiam como uma demanda para o Estado ou até outros atores políticos. Estes fatos demonstraram o erro que pode significar tomar uma decisão “por cima” sem que exista pleno conhecimento por parte dos envolvidos no projeto que se pretende construir.

Os zapatistas logo declararam que não se envolveriam na luta eleitoral, por que não compartilhavam os modelos da luta partidária e de representação tal como entende a democracia eleitoral, já as organizações indígenas que militavam nas RAP, defendiam a participação eleitoral e viam como um direito ocupar cargos de representação política. Estes fatores foram dividindo a luta indígena nacional e local, até chegar na ruptura entre a luta do EZLN e as organizações indígenas de Chiapas já integradas na Assembleia Nacional pela Autonomia (ANIPA).

Gomez (1999), afirma que a ruptura e a debilidade posterior do movimento indígena local, especificamente entre as RAP e o EZLN, se deram pela intolerância deste último. Mas o que se pode perceber ao analisar as posições e declarações, é que apresentavam diferenças irreconciliáveis, alguma das quais são teóricas – já as mencionamos – mas outras particulares são as seguintes: as RAP tinham como uma de suas normas a participação nas eleições, tal como Gomez o confirma:

As RAP, diferente dos irmãos do EZLN, consideram que a via eleitoral é um caminho até a democracia que deve ser explorado; além disso, para as RAP, diferente do EZLN, a luta dos indígenas é para conquistar espaços públicos, que estão dentro da estrutura do Estado [...]. (GOMEZ, 1999, p. 206, tradução nossa)

Para estes líderes as cotas para cargos de representação para os indígenas, é um direito, tal como propuseram na Convenção Nacional Democrática,⁵ onde também exigiram que o governo lhes outorgasse maior quantidade de recursos para diversos programas assistencialistas.

A justificativa estava dada por que:

Para as RAP, diferente do EZLN, os recursos do Estado são do povo e nos corresponde exigir que o governo cumpra suas obrigações com os cidadãos mexicanos e

5 Convocada pelo EZLN, a Convenção Nacional Democrática foi realizada em agosto de 1994 nos territórios zapatistas, onde a mesa indígena foi a mais cheia e com debates mais acalorados devido às posições diferentes a respeito da autonomia.

especialmente com os indígenas, que foram marginalizados historicamente. (GÓMEZ, p. 1999, 206, tradução nossa)

Todas estas posições levaram que sua concepção de autonomia tergiversasse com a proposta dos intelectuais acadêmicos de Anipa, com quem supostamente coincidiam. Estas organizações indígenas locais pareciam lutar por algo diferente, como demonstra sua proposta de governo autônomo.

Para nós ser governo autônomo significa a capacidade de resolver problemas e de dar soluções às necessidades das pessoas. Nas comunidades e municípios autônomos das RAP, os dirigentes das organizações são aqueles que devem projetar soluções, resolver os problemas, organizar as pessoas para se autogovernarem. (Gómez, 1999, p. 205, tradução nossa)

Esta afirmação confirma que as organizações davam suma importância aos dirigentes e líderes, algo que o zapatismo pretendia combater, este discurso coincidia com o de sempre, levaram a luta no nível comum, uma luta pelo poder.⁶ Estas posições explicam o rompimento dentro do movimento indígena local. Já não era possível a convergência entre ambas as posições, a partir daí os zapatistas iniciaram seu próprio caminho para construir sua proposta de autonomia que os levaria a definir uma concepção de democracia. O processo se complica, por que os acordos firmados com o governo não são cumpridos e tiveram que se construir em condição de resistência,⁷ ainda assim avançaram e se diferenciaram cada vez mais de outras lutas pela autonomia.

A AUTONOMIA PARA OS ZAPATISTAS

Algo tão fácil de dizer, mas complicado na prática, pois significa transformar muitas de suas práticas políticas e culturais, do âmbito individual ao coletivo. A partir do momento que se fizeram conscientes do que buscavam no seu projeto político futuro, iniciaram modificações nas suas práticas políticas e culturais, onde umas das principais foi o questionamento dos Conselhos de Anciões que em muitos povos indígenas prevaleciam como grupos privilegiados, possuindo justificativas culturais, mas se converteram em grupos de poder com ampla relação com os partidos políticos perdendo assim seu valor original; ou aquelas onde o plebiscito se apresenta como parte dos costumes e tradições para tomar decisões, mas na realidade só reproduz práticas de clientelismo e corporativismo próprias da cultura política nacional dominante.

6 Inclusive há uma notória diferença entre este discurso com o da ANIPA e dos teóricos da RAP

7 A resistência implica em não aceitar o projeto do Governo, não esperar pela criação e modificação de leis para poder exercer os seus direitos, e mais ainda significa construir novas formas de se relacionar entre si e com os outros, buscar formas de autogoverno, de resolver seu problema coletivo, ou seja, se trata de resistência criativa.

Por isso e em coerência com seu discurso, os zapatistas combateram aquelas práticas políticas e culturais que reproduzem formas de controle e domínio, e implementaram aquelas que de acordo com seu discurso inclusivo, como os regate do valor dos idosos, por sua sabedoria pela experiência e conhecimento do passado, nunca por sua relação com o sistema político, esses grupos devem guiar o debate e não se constituir em grupo privilegiado que toma as decisões.

Em assembleia para tomar uma decisão os idosos são escutados e respeitados, mas também os jovens e as mulheres têm direito a opinar, e se sentem afetados pelas decisões podem se opor a suas conclusões. Assim, se conseguiu que as decisões fossem tomadas por todos, o que permitiu a convivência de respeito mútuo.

Desta maneira também se resolveu um problema antigo nos povos indígenas, relacionado a oposição indivíduo x coletivo, por que ainda que as decisões sejam coletivas pela importância do Bem Comum, a decisão coletiva está baseada nas posições individuais. A forma prática de tomar estas decisões é realizar uma contagem das posições, mas estas são discutidas, dando possibilidade primeiro, a manutenção do respeito a individualidade no coletivo e segundo, a argumentação que se alcança conforme mais experiência se tem nestes tipo de reuniões, também permite o desenvolvimento de habilidade como a reflexão e a autoinstituição.

A formação que é adquirida com estas práticas garante que qualquer um deles possa exercer cargos de governo (Conselhos Autônomos dos Municípios nas Juntas do Bom Governo), mas esses cargos não são de representação, são de conexão, levam e trazem informações, e quando tomam decisões nesses níveis estas são o resultado das consultas efetuadas nas comunidades.

A forma de governo que inclui a todos é uma de suas práticas políticas mais avançadas na sua proposta de democracia, por que implica o fim do exercício do governo como sinônimo de domínio e se generaliza a ideia de governar como sinônimo de serviço e trabalho. Este é o “mandar obedecendo”.

AUTONOMIA: COMO PRINCÍPIO POLÍTICO DEMOCRÁTICO E COMO PRÁTICA

Ainda que o conceito de autonomia como princípio político dentro do movimento zapatista tenha um único significado, a forma como os zapatistas o definem possui muitas interpretações. Quando perguntamos a estes camponeses “o que é a autonomia para eles?”, apenas riem e respondem que é viver assim, com direitos para ir a escola, ter clínicas de saúde, terra onde trabalhar e uma forma de governo aceita por todos; também ajudar-se e apoiar-se. “A autonomia não é uma palavra, é o direito a educação, saúde, trabalho, terra etc.” (JUNTA..., 30 dez. 2006)

Em resposta a pergunta feita sobre o que entendem por autonomia, a Junta do Bom Governo de Oventic respondeu:

É isto o que vêm, é não aceitar dinheiro do governo, tomar nossas próprias decisões, eleger livremente nossas autoridades, aprender a resolver nossos problemas e os problemas com os quais não estão de acordo conosco, isso é o que temos feito e isso é autonomia para nós. (JUNTA..., maio 2006, tradução nossa)

Efetivamente, por muito elementar que pareça estes apontamentos se comparados com as grandes discussões teóricas sobre autonomia, o processo de construção cotidiana é o mais difícil de realizar. Como em toda realidade social, as contradições e conflitos são constantes. Em um informe dos municípios autônomos de cada uma das Juntas do Bom Governo ocorrido em dezembro de 2006, foi posto em público a dificuldade da construção de novas práticas políticas no exercício de poder, pois romper com a inércia é complicado, por que ainda permanecem alguns traços de clientelismo e de abuso de poder.

Também tem sido difícil que os povos se governem sem a intervenção do EZLN, na sua figura de exército. Por incrível que pareça lutar para obter o direito de decidir é muito mais simples do que aprender a tomar nossas próprias decisões, o subconsciente se impõe, temos ideias arraigadas e formas de funcionamento social e cultural nas quais não somos conscientes até que reflexionemos, e isso os zapatistas já experimentaram.

Na aplicação da justiça e do funcionamento do autogoverno houve avanços, mas sempre haverá problemas para resolver, por que os conflitos nunca são iguais. Um representante da comissão de justiça do Caracol de “La Realidad” na reunião de Oventic, dizia:

Todos os casos em que são cometidos delitos são diferentes e por isso as soluções não podem ser iguais nos dois casos, se avalia as circunstâncias, as razões e o dano causado e o prioritário é reparar o dano e não castigar. (JUNTA..., 30 dez. 2006)

Esses princípios de execução de justiça se aplicam a todos os territórios, mas não há uma única forma reparar o dano ou de aplicar castigos quando é necessário.

Em caso de estupro ou assassinatos que são delitos graves, além de reparar o dano são tomadas outras medidas, mas nenhuma corresponde a violação do direito das pessoas. Ainda com estes acordos mínimos sobre a administração da justiça há problemas como menciona um representante da comissão de justiça da zona norte:

Castigo a um estupro, se é da organização é expulso caso não se chegue a um acordo pacífico, mas em qualquer caso se escuta o que pede a parte afetada, as vezes pede dinheiro, todavia não há essa cultura. (JUNTA..., 30 dez. 2006)

Ou seja, o funcionamento da justiça e do autogoverno zapatista tem princípios básicos que devem ser seguidos em todos os territórios e âmbitos do governo, esses princípios surgiram dos diálogos e acordos de todas as comunidades zapatistas, mas não existe um regulamento que especifique exatamente o que e como resolvê-lo. Nesse sentido as formas dependem da particularidade de cada caso, naqueles onde a parte afetada exige uma reparação do dano que implica retroceder a práticas que o zapatismo pretende extinguir dos seus territórios – como o exemplo mencionado – há uma intervenção das autoridades e em alguns casos das assembleias para dialogar com a envolvida ou envolvido e fazê-lo ver seu erro. As resoluções nestes casos são diferentes por que se busca que nestas situações se respeite a autonomia da pessoa na coletividade e o direito e obrigação da coletividade para sustentar os princípios zapatistas defendidos por todos. Assim, como disse Beto, representante da JBG de Morelia:

A autonomia não é o que diz o dicionário e tampouco é o que diz a carta magna e tampouco isso que vamos dizer aqui... a autonomia é o que vai dizer as mesas de educação e saúde, nos próximos dias. Vivemos a autonomia em todos os lados e em nossas casas. (JUNTA..., 30 dez. 2006)

Os projetos de educação e saúde são fundamentais para que essa forma de autonomia pela qual estão lutando se fortaleça.

EDUCAÇÃO:

Em todo projeto político a educação é parte fundamental para assentar as bases sobre as quais se formam as características do tipo de cidadãos que se pretendem construir. Por tanto si se cria um projeto alternativo dentro do âmbito de outro, é prioritário transformar as formas e os conteúdos da educação. Assim, a educação dentro do zapatismo, não se refere só a escola, e sim a todos os espaços da vida, porque é necessário educar para o exercício da democracia. Os espaços para essa educação ou aprendizados, são todos, desde o privado até o público, mas é no espaço público onde o aprendizado para a democracia tem sua máxima expressão, por que aqui se reflete o que se faz na esfera privada.

Mas é o espaço da escola, onde se formam os futuros cidadãos, como é lógico e pode ser comprovado, quando os cidadãos receberam educação a partir da escola, que corresponde ao projeto político que defendem e de qual fazem parte, como é o caso dos jovens zapatistas, as relações sociais nestas sociedades são menos violentas e pode-se falar que surgiu um verdadeiro processo de transformação, por isso, é tão importante esta questão dentro de um projeto alternativo, como diz Bertely:

[...] a educação para a democracia ativa e solidária por um lado se esforça para contrariar as relações de dominação e submissão, mediante a construção de uma relação libertadora e democrática, e por outro lado, busca encarnar mediante a prática uma visão positiva da justiça e da igualdade; uma práxis. (BERTELY, 2007, p. 42, tradução nossa)

O projeto de educação autônomo em Chiapas não é totalmente novo sobre tudo na selva, onde devido ao analfabetismo existente entre os indígenas e o rechaço a educação formal que oferece o Estado mexicano que prepara os jovens para abandonar o campo. A *Aric Unión de Uniones* já havia feito esforços para implementar sua própria forma de educação, de fato, lutou durante um tempo para que fora reconhecida pela SEP. O que o zapatismo faz é retomar esta experiência dado que muitos zapatistas foram parte dela. A necessidade de uma educação por e para os indígenas era muito clara, por que requer que as crianças e os jovens garantam a continuidade de seus povos,⁸ para esse objetivo a educação deve estar relacionada à terra e sua história, e proporcionar as ferramentas universais para conhecer e enfrentar o mundo.

Variam as matérias e os conteúdos dados em uma e outra escola, dependendo das regiões, apesar disso, não há diferenças de fundo, por que partem da mesma lógica, e estão determinadas em função do projeto político zapatista, tal como menciona Baronet, que fez uma minuciosa pesquisa sobre uma comunidade da zona de “La Garrucha”.

A organização dos conhecimentos que circulam nas escolas zapatistas está estreitamente ligada ao tipo de gestão administrativa e pedagógica baseada fundamentalmente nas estruturas e mecanismos locais de exercício do autogoverno indígena. (BARONNET, 2011, p. 379)

A educação nesta lógica, não visa apenas desenvolver uma habilidade (base da educação formal atual), mas sim formar sujeitos na condição de resistência como estratégia para modificar as relações de dominação social, econômica, política e cultural, junto a isso, nesse processo foram conquistados avanços para construir lógicas totalmente opostas às propagadas pela educação oficial, ao priorizar o desenvolvimento e conhecimento, mas em função da vida local. Ou seja, as crianças e jovens aprendem a história do México e universal, mas o fazem em função de sua história como povos indígenas e não contrário, aprendem a democracia, a partir do que eles vivem; a organização do tempo na escola é em função do tempo de suas atividades produtivas, neste caso, o campo.

A escola não é mais o espaço fechado onde os alunos aprendem e o professor ensina, é um lugar onde todos aprendem. Outro importante avanço nas comunidades zapatistas é que as meninas vão à escola, onde desenvolvem as mesmas atividades que os meninos, o que necessariamente está repercutindo na formação de uma nova geração de mulheres nos povoados indígenas.

A infraestrutura para a educação aumenta a cada dia, fala-se que no território zapatista existam cerca de 600 escolas de educação primária, 5 escolas

8 Não aceitam que o único futuro que lhes resta seja abandonar o campo, para mudar as condições de vida e converter-se em força de trabalho barata nas cidades. Esta é a lógica imersa no processo educativo atual nacional.

secundárias e uma preparatória. Para atender as escolas formam-se promotores de educação,⁹ muitos dos egressos das escolas por sua vez se converteram em promotores para ampliar a oferta educativa. Na atualidade é uma das principais conquistas, que já está na terceira geração, e ainda assim não conseguiram cobrir a totalidade da defasagem.

As disciplinas educacionais são: História regional, local, da luta zapatista, do México e mundial. Línguas: línguas locais e o espanhol. Matemática. Agroecologia: cuidado do meio ambiente, prática de produção orgânica e rechaço das sementes transgênicas. (Entrevistas a: representante da comissão de educação, JBG, Oventik, dezembro de 2007 e da JBG de Morelia, julho de 2007).

Como vemos não se trata de aplicar uma educação baseada apenas no local, mas ao contrário, a proposta zapatista é recuperar o conhecimento criado em outras sociedades e aproveitá-los para o bem estar da população, portanto não estão formando jovens marginais, mas sim jovens com um horizonte mais amplo que revalorizam sua cultura, ou seja, “conhecer o outro a partir daqui”. Apesar dos avanços, ainda falta muito por fazer, ainda há zonas onde as comunidades não contam com escolas primárias, e nestes casos as crianças vão às escolas oficiais, se estiverem próximas. Enquanto isso se continua avançando até essas zonas mais distantes como algumas comunidades de Roberto Barrios.

Também se discute a possibilidade de ofertar o ensino superior, que é um sonho principalmente para os jovens que ao terminar o ensino médio tem que se separar temporariamente da luta para continuar seus estudos na cidade.

O assunto é delicado porque os estudos dos egressos das escolas autônomas não possuem validade oficial, portanto não podem continuar seus estudos fora das comunidades zapatistas. Isso trouxe algumas divergências nas comunidades, por que está criando diferenças de oportunidades entre aqueles que estudam nas escolas oficiais e os que estudam nas autônomas, por isso a necessidade de construir uma universidade.

Em entrevista com um zapatista de uma comunidade de San Andrés que estuda uma licenciatura na cidade, diz:

Eu não fui aluno da educação autônoma, que agora existe na comunidade, mas antes não. Eu estudei na oficial, mas sou base desde criança, e penso que minha melhor forma de apoiar a luta é terminando minha carreira e regressar à minha comunidade e apoiar a ideia de fazer uma universidade. Não sei por que há divergência e descon-

9 Ser promotor é possuir um cargo, uma responsabilidade e significa realizar serviços, pela qual é uma das responsabilidades mais reconhecidas na comunidade.

fiança das pessoas em relação a nós que estamos fora da comunidade, mas somos vários que estamos na mesma situação e acredito que podemos contribuir muito. Nós não mudamos, por que desde meninos somos educados como zapatistas e a graduação me ajudou muito a entender melhor nossas ideias zapatistas, meus pais estão de acordo com esta forma que penso de apoiar a luta. (MOY, 15 out. 2010)

Beto, promotor de educação menciona: “Temos (escola) primária, secundária e queremos preparatória e até uma universidade, mas não queremos uma como a UNAM, queremos uma que seja do povo e que não destrua a natureza” (JUNTA..., 30 dez. 2006).

Esta proposta está sendo discutida e criando diversas reações, no entanto, é importante reconhecer que as prioridades são outras que tem a ver com a educação básica, que está relacionada a satisfazer a demanda e a construção de infraestrutura.

A maioria dos espaços para realizar as aulas, são simples construções de madeira e papelão, alguns inclusive com teto de folhas ou nylon, neste sentido esforços estão sendo feitos para construir salas de aula com materiais locais ou cimento.

Para desenvolver os projetos de educação, o zapatismo teve que passar por vários processos, primeiro retomaram o que era feito na Selva como já mencionamos, logo diversos coletivos nacionais e internacionais se envolveram apoiando de diferentes formas, seja com recursos para a infraestrutura ou com serviços e conhecimentos, até os professores dissidentes do CNTE colaboraram, como menciona Marcos:

[...] em algumas partes as bases zapatistas fizeram acordos com professores da seção democrática do sindicato do magistério (ou seja, os que não estão com Gordillo) para que não façam o trabalho de contrainsurgência e respeitem os conteúdos recomendados pelos Conselhos Autônomos Zapatistas como são em si, estes professores democráticos aceitaram o acordo e o cumpriram totalmente. (Treceava estela quinta parte)

Com estes acordos e apoios de diversos atores sociais, o EZLN criou o Sistema Educativo Rebelde Autônomo Zapatista de Libertação Nacional, nos Altos e busca criar o sistema global que coordene os sistemas regionais.

Na há dúvida da importância do projeto, não só pelas implicações já comentadas, mas também como disse Baronet:

Na contracorrente da política nacional, a autonomia educativa naqueles territórios em que “manda o povo” tende a ser uma solução endógena e flexível para enfrentar a contradição representada pela importância de escolarizar as crianças, e simultaneamente, evitar a intervenção de atores alheios às comunidades, a suas aspirações e sua cultura. (BARONET, 2011, p. 2011, tradução nossa)

Desta forma se garante a liberdade dos povos indígenas de criar suas próprias formas educativas que lhes permitem a reprodução social, mas até que ponto pode ter êxito nas condições de guerra? Acredito que o problema não está se o projeto educativo é bom ou não, mas sim quais são as condições em que está se desenvolvendo, dependem em grande medida do apoio internacional para a construção de infraestrutura e o acesso à educação das crianças está limitada pela condição de marginalidade e pobreza, que ainda enfrentam nas comunidades indígenas.

Existe muita defasagem no acesso à educação e as razões são muitas; a falta de infraestrutura suficiente para absorver toda população zapatista é uma das carências fundamentais, mas também a falta de promotores de educação, além da dificuldade que decorre de viver em condição de guerra, cercados por grupos paramilitares e projetos contrainsurgentes.

Quando as pessoas enfrentam problemas tão sérios que ameaçam sua vida, o que abandonam primeiro é o interesse pela escola de seus filhos, alguns jovens que podem ser promotores preferem estudar ou trabalhar na cidade, por que não veem opções.

Ainda com estes problemas o desenvolvimento do projeto educativo é fundamental para garantir a continuação do projeto político zapatista. Se tudo isto está sendo feito com tão poucos recursos, nos perguntamos que poderia ser feito se o Estado mexicano tivesse uma política de educação que respeitasse o direito dos povos indígenas de construir seus próprios modelos educativos.

SAÚDE:

Um dos resultados mais importantes é que as doenças mais comuns nos seus territórios foram eliminadas. A estratégia de saúde está baseada na prevenção, através de cursos de cuidado ambiental e de salubridade, e os povoados foram conscientizados da necessidade de cuidar da limpeza do que é consumido. Também é ensinado a consumir o que é benéfico para evitar a desnutrição, problema grave em todos os povoados indígenas; na atualidade já não é comum a morte por diarreia ou infecções nas vias respiratórias, principal causa da morte de crianças.

Existem casas de saúde na maioria de seus territórios que são atendidas por promotores que contam com medicamentos necessários para enfrentar as doenças. Os especialistas mencionam que o sucesso foi a mudança na gestão da saúde, os promotores que são originários das comunidades sabem que o principal obstáculo que sofrem os indígenas ao chegar ao hospital – se é que existe um perto – é a língua e o tratamento desrespeitoso que recebem. Assim ao ser atendido por seus próprios companheiros que falam sua língua e conhecem sua cultura, se supera o primeiro temor de pedir ajuda em tempo.

Por outro lado, o tratamento com o doente e sua família é de maneira compreensiva e de apoio, prática que cria confiança no paciente, principal elemento para alcançar uma relação de respeito. Em muitas casas de saúde zapatistas são atendidos não só os membros da organização, mas também aqueles que solicitam seus serviços. É comum encontrar pacientes que se assumem como “priistas”, “perredistas”¹⁰ ou de nenhuma organização política, esperando sua vez para a consulta. Os promotores cobram apenas uma cota de reabastecimento pelos medicamentos.

Foram construídas clínicas especializadas onde são realizadas intervenções cirúrgicas, com o apoio de organizações internacionais que investem neste campo, constantemente existem médicos que ficam temporadas para realizar operações. Ainda assim, não é suficiente, este é um dos aspectos que requerem maior investimento. É importante o apoio dado pelos estagiários de medicina e odontologia da UNAM e UAM, que constantemente prestam seus serviços nas comunidades zapatistas.

Mas ainda há situações graves, onde tem que recorrer aos hospitais das cidades, como no caso de San Cristóbal, as ambulâncias zapatistas chegam de vez em quando com um doente grave, para o qual exigem tratamento de qualidade. É interessante observar a disposição dos médicos do hospital de San Cristóbal quando são requisitados para atender um paciente zapatista, pois demonstram interesse para resolver o problema médico do paciente para evitar denúncias na imprensa sobre sua negligência ou incapacidade, o que nem sempre conseguem porque apesar dos esforços as restrições nos equipamentos e nos medicamentos nos hospitais são sérias.

Existe um estudo que concede alguns dados para comparar as condições de desnutrição e saúde entre comunidades zapatistas e não zapatistas, apesar dos pesquisadores não terem acesso suficiente das comunidades zapatistas para coletar a informação, seus resultados são valiosos. O informe é de *Physicians for Human Rights*, o estudo foi realizado em comunidades indígenas de Chiapas nos anos 2000 e 2001, onde foi possível observar que as condições de saúde, desnutrição e condições de vida nas comunidades não zapatistas e zapatistas são similares, a pesar de que estas últimas não utilizaram nenhum dos projetos governamentais, inclusive são mostrados dados como: 74% das moradias em comunidades zapatistas ou mistas usam vaso sanitário, enquanto que em comunidade pró-governo é de 54%. Em relação ao atendimento pré-natal, 63% das mulheres em comunidades de oposição tem acesso, contra 35,3 e 36,4% nas comunidade pró-governo ou mistas (SÁNCHEZ-PÉREZ, 2006, p. 32-33).

10 Como são conhecidos os membros ou votantes dos dois maiores partidos políticos do México: PRI (Partido Revolucionário Institucional) e PRD (Partido Revolucionário Democrático).

Em relação à desnutrição e à taxa de mortalidade infantil os resultados oferecidos pelo estudo demonstram que não há mudanças significativas entre as regiões, contudo a taxa global de problemas de crescimento é duas vezes maior que assinalada pelas estatísticas oficiais e a mortalidade é três vezes maior que a nacional (SÁNCHEZ-PÉREZ, 2006, p. 39).

Quanto à cobertura de vacinação, se verificou que as zonas zapatistas são as que possuem a maior proporção de esquemas completos de vacinação (SÁNCHEZ-PÉREZ, 2006, p. 39). Algumas explicações que se pode dar às leves melhorias nas zonas indígenas zapatistas é que alcançaram um alto nível organizativo, onde a população se fez responsável por sua própria vida. A distribuição de terra foi recuperada, a criação de formas produtivas coletivas, a educação zapatista, as clínicas autônomas – donde se conscientiza sobre a problemática da nutrição e da higiene – permitiram que apesar dos limitados serviços ofertados tivessem mais avanços que as comunidades onde os serviços governamentais tiveram forte investimento de recursos.

Como fica demonstrado por esta descrição, os projetos de educação e saúde são parte essencial do projeto de autonomia definido no projeto político zapatista. Assim, a autonomia zapatista não se trata só de uma experiência exitosa de autogestão local, mas também de avanço na construção de um projeto político complexo e de transcendência global. Neste trabalho retomamos a concepção de autonomia de Castoriadis com o fim de embasar essa afirmação.

O CONCEITO DE AUTONOMIA EM CASTORIADIS

A autonomia é a atuação reflexiva de uma razão
que se cria em um movimento sem fim,
ao mesmo tempo individual e social.
(*Cornelius Castoriadis, 1996*)

A autonomia para Castoriadis só se estabelece quando os membros de uma sociedade assim o decidem, não é uma norma que se impõe a um indivíduo ou sociedade. Outros não podem decidir que sejamos autônomos; a necessidade ou o desejo de construir autonomia tem que partir de nós mesmos. Porque para ser autônomo é necessário construir um novo marco histórico-social e isso só é possível quando existe a decisão consciente de criar novas instituições sociais, as quais se constituem pela participação ativa dos indivíduos que compõem essa sociedade. Assim, é impossível que com a aplicação de normas institucionais extra-sociais, impostas pela religião, leis, dentre outras, se possa chegar a uma sociedade autônoma. A autonomia só é possível quando “... uma sociedade é capaz de instituir-se explicitamente e de por em xeque suas instituições dadas e sua representação do mundo estabelecida” (CASTORIADIS, 2009, p. 140).

Desde esta perspectiva, uma sociedade autônoma é o objetivo mais complexo que se pode definir, pois nossas culturas políticas são precisamente uma constante repetição de práticas surgidas em uma sociedade instituída no passado, por isso não participamos no processo de instituição.

Para Castoriadis (2009, p. 138) a autonomia é: “[...] que todos aprendam a se governar individualmente e coletivamente; e só se pode desenvolver a capacidade de se governar participando em pé de igualdade, de maneira igual, no governo das coisas comuns, dos assuntos comuns”.

Mas para que os membros de uma sociedade considerem a necessidade de aprender a governar e se governar, ou seja, em participar na tomada de decisões dos assuntos que lhes dizem respeito, é necessário um processo reflexivo individual e coletivo, algo difícil de existir.

É necessária a existência de formas de organização social, que permitam a participação dos cidadãos no espaço público e a flexibilidade da instituição social, a qual por sua vez deve ser criada pela sociedade mesma e a história, para construir uma sociedade autoinstituída.

A sociedade e a história criam a sociedade instituinte em oposição a sociedade instituída, sociedade instituinte, ou seja, imaginário social no sentido radical do termo. A autoinstituição da sociedade é a criação de um mundo humano, um mundo de coisas, de linguagens, de normas, de valores, de modos de vida e de morte, de objetos pelos quais morreremos [...] e desde já, a criação do indivíduo humano em quem está massivamente incorporada a instituição da sociedade. (CASTORIADIS, 2009, p. 99)

O objetivo é que os cidadãos tenham a capacidade de reinventar sua instituição continuamente, por que se reger por normas eternas apenas propicia a permanência da sociedade estabelecida, fazendo com que os cidadãos não se reconheçam nela. Castoriadis considera que muitos dos conflitos que atravessam nossa sociedade atual, como o egoísmo, o ódio contra o outro, portanto o não reconhecimento do outro, se deve à diminuição das instâncias coletivas, do espaço público. A democracia procedimental individualizou a tomada de decisões e evitou que os cidadãos sejam conscientes de que eles são os responsáveis e aqueles que possuem o direito de modificar o marco social em que vivem.

A existência do espaço público não é tão simples, se só se modificam normas e se criam leis para desenvolvê-lo, este não funciona por que os cidadãos não sabem utilizá-lo, por isso é fundamental que antes exista a reflexão do cidadão, para que este espaço se converta no lugar da discussão e onde se exerça a liberdade de opinar e debater sobre os aspectos que são inerentes à vida social.

Para isso a educação dos cidadãos é fundamental, mas não se trata de educação nos termos comuns, “significa em primeiro lugar e antes de tudo

cobrar consciência de fato de que a polis também somos nós e que seu destino depende também da nossa reflexão, do nosso comportamento e de nossas decisões; em outras palavras, é a participação na vida política” (CASTORIADIS, 2009, p. 123).

Estes cidadãos reflexivos surgem no momento em que se questionam sobre seu passado, a origem de suas leis e normas. Nesse momento percebem que são os únicos responsáveis sobre sua vida e da instituição que os rege, e por tanto são responsáveis pela criação de uma sociedade instituinte.

Quando este tipo de cidadão existe, surge o germe da autonomia, a partir dali se pode falar da existência de um projeto de sociedade autônoma. Porque não devemos esquecer que uma sociedade autônoma é aquela onde “[...] a sociedade se reconhece como fonte de suas normas” (CASTORIADIS, 1996a, p. 124).

Por isso a autonomia não pode se dar de maneira isolada, não pode alguém decidir que é autônomo dentro de uma sociedade heterônoma. Poderão realizar tentativas de construir cidadãos autônomos, mas se estes vivem em sociedade heterônomas, apenas serão esforços isolados, por que não estarão decidindo sobre aspectos que os dizem respeito a um nível mais geral, como as leis ou as normas.

Para Castoriadis (2009, p. 141), a autonomia dos indivíduos é igual a liberdade. Liberdade implica questionar a si mesmo e a participação igualitária no poder.

Para sermos autônomos e portanto livres é necessário igualdade, igualdade para decidir sobre tudo o que é social, se não há essa igualdade e só alguns decidem sobre as questões públicas, não é possível alcançar a autonomia. A igualdade não significa apenas igualdade de oportunidades para votar ou para ser votado, neste aspecto:

A igualdade dos cidadãos é uma igualdade frente a lei (isonomia), mas em essência é muito mais que isso. Essa igualdade se resume, não no fato de conceder direitos iguais ou passivos, mas a participação geral e ativa nos assuntos públicos. (CASTORIADIS, 1996a, p. 117, tradução nossa)

Dessa maneira, o que vemos é que os direitos de liberdade e igualdade tão defendidos pelas sociedades autodenominadas “liberais” são praticados com pouca ou muita superficialidade nas sociedades atuais; se são consideradas com a profundidade explanada por Castoriadis, necessariamente uma sociedade liberal deveria ser uma sociedade autônoma.

O INDIVIDUAL E O COLETIVO NA AUTONOMIA:

Castoriadis aponta que a autonomia é ao mesmo tempo autonomia individual e autonomia social, uma não pode existir sem a outra, tal como já mencionamos e como afirma o parágrafo seguinte:

Semelhante sociedade autônoma é inconcebível sem indivíduos autônomos e vice-versa. É uma falácia grosseira opor sociedade e indivíduo, autonomia do indivíduo e autonomia social, visto que quando decidimos individualmente nos remetemos a um aspecto da instituição social e quando falamos de instituição social nos referimos a algo cujo o único portador efetivo, capaz e concreto é a coletividade dos indivíduos. (CASTORIADIS, 2009, p. 141)

Quando esta discussão passa ao âmbito da compreensão política, Castoriadis diz:

O objetivo da política não é a felicidade, mas sim a liberdade. A liberdade efetiva (não me refiro aqui a liberdade “filosófica”) é o que chamo de autonomia. A autonomia da coletividade, que não pode se realizar a não ser pela autoinstituição e o autogoverno explícitos, é inconcebível sem a autonomia efetiva dos indivíduos que a compõe. A sociedade concreta, que vive e funciona, não é outra coisa que os indivíduos concretos, efetivos, “reais”.

Mas o contrário é igualmente verdadeiro: a autonomia dos indivíduos é inconcebível sem a autonomia da coletividade. (CASTORIADIS, 1996a)

Ou seja, no projeto autônomo é indispensável que os indivíduos sejam participantes da construção da sociedade e suas instituições, nesse sentido a sociedade deve ser continuamente transformada de acordo com as necessidades dos cidadãos que a constituem, mas isso só poder ser feito por cidadãos reflexivos e deliberativos.

Este demonstra a importância da construção de sujeitos com estas características. Castoriadis ressalta o valor da existência de sujeitos com essas capacidades.

Essas reflexões nos permitem avaliar a importância dos grupos de indivíduos que questionam a instituição e se perguntam que tipo de sociedade se quer construir; com o simples ato de questionar, estão intensificando reflexão. As instituições sociais têm regras e instituições diferentes, portanto, uma sociedade não precisa ser igual a outra. Nesse sentido, os membros de uma sociedade têm o direito de construir e reconstruir, e isso será autônomo e, portanto democrático se for feito sob todos os mecanismos que permitam a participação efetiva.

Castoriadis, diz a esse respeito, que cada sociedade tem o direito de dizer que tipo de vida quer, o que entende pelo bom viver e pelo bem comum, preocupação constante da vida pública. Não é aceitável que exista uma concepção universal destes conceitos, a qual se imponha a todas as sociedades, por que cada uma delas é diferente e, portanto, tem o direito e as condições de construir suas próprias concepções de vida e de futuro.

De fato Castoriadis (1996a) considera que um dos principais problemas da Humanidade se deve à pretensão de que existem verdades únicas e universais, neste sentido questiona os antigos filósofos por pretender impor uma única forma de entender a felicidade e o bem comum, e por tanto uma forma de democracia. Obviamente há direitos humanos universais que não podem ser violados sob nenhuma circunstância, e que por serem universais normalmente foram aceitos por todos os grupos sociais.

Ou seja, todos aspiramos o bem-viver mas não há uma única forma de fazê-lo, e a democracia deve permitir a liberdade de divergir nisso. Assim, em uma sociedade democrática deve existir a liberdade sobre o futuro individual e coletivo, sobre o sentido da vida e da felicidade, o que é possível a partir da tomada de consciência pelos cidadãos fazendo com que possam construir eles mesmos suas normas e instituições de acordo com suas aspirações. Portanto, a autonomia é um projeto e não um fim, por que a sociedade autônoma e também democrática não é igual felicidade e a um ponto de chegada, e sim uma constante reflexão e transformação.

COMENTÁRIOS FINAIS:

Estas reflexões de Castoriadis me parecem precisas para avaliar em um âmbito amplo e global a proposta zapatista e também suas práticas, por que o que estão fazendo não é apenas melhorar suas condições de vida em seus territórios, que já é algo digno a ser reconhecido, mas sim ao mesmo tempo construir e defender um projeto de sociedade autônoma e, portanto democrática. Os conflitos e problemas que enfrentam são parte do processo de estar em permanente reflexão e construção social.

Ser cidadãos reflexivos que buscam construir uma nova sociedade implica uma grande responsabilidade, devem saber o risco disso, e conhecer que tanto, os atores sociais estão prontos para se constituir em cidadãos com capacidade de decisão. Um dos principais argumentos dos reacionários e defensores da democracia representativa, é que a maioria das “massas” que se mobilizam, não tem capacidade de tomar decisões por que para isso se requer uma capacitação especial, são ignorantes e podem oferecer perigo a ordem estabelecida se o poder de decisão for deixado em suas mãos. Por isso é necessária a existência de representantes do povo que tenham essas capacidades, assim se justifica a democracia representativa. Quando maioria das sociedades adotou esta forma de democracia se tornou muito difícil modificar as práticas políticas que se derivam delas, e essas são as principais complicações quando se pretende modifica-la.

Com a análise das práticas e da cultura política no espaço dos territórios indígenas zapatistas, pretendo demonstrar que as capacidades necessárias para tomar decisões são possíveis de serem desenvolvidas quando questionam a ordem estabelecida e se tem por objetivo e determinação transformar

as práticas e a cultura política produto de uma sociedade histórica, que se repete no tempo, e assim, difícil de transformar. Ao zapatismo, não tem sido fácil, custou anos de luta, inclusive consigo mesmo, romper costumes e práticas não é fácil, há avanços e retrocessos. Uma comandante em um informe anual dizia “é difícil mudar de um dia pro outro, de um ano pra outro, mas o importante é que já sabemos o temos que fazer, ser livres e responsáveis de nossas decisões custa, e muito” (JUNTAS..., jul. 2007a).

A respeito da experiência zapatista surgem outras perguntas: Para conseguir esses avanços é necessário romper com o governo, deixar de receber a política social? Realmente é necessário se isolar das relações de poder não só políticas como econômicas? Os zapatistas estão avançando assim, mas insistiram que outros podem fazer-lo sem romper com o governo e o poder econômico, mas para isso é necessário transformar as formas de se relacionar, ou seja, transformar as práticas políticas.

Frente a dificuldade de modificar as práticas políticas, alguns se perguntam, é utópico que os cidadãos possam ser responsáveis por suas ações? As experiências parecem indicar que é difícil, porém possível e indispensável. Apenas quando as práticas políticas respondam a ações de liberdade, poderemos falar da construção de uma cultura política democrática e só assim poderemos construir instituições verdadeiramente democráticas.

REFERÊNCIAS

BARONNET, Bruno. La Autonomía zapatista en su lucha por otra educación: un reto a la política educativa indígena en México. In: CAMACHO Dolores, et.al (Coord.). *Pueblo sin dios, autonomía y organizaciones sociales*: Amer-Proimmse-IIA-UNAM (El campo mexicano sin fronteras. Alternativas y respuestas compartidas, México, D.F., 2011. v. 4.

_____. *Autonomía y educación indígena*: las escuelas zapatistas de las cañadas de la Selva Lacandona de Chiapas, México. 2009. Tesis (Doctorado) - Ciencia Social, COLMEX y Universite Paris III, Sorbonne Nouvelle, México, D.F., 2009.

BERTELY, Busquets María. *Conflicto intercultural, educación y democracia activa en México*: Ciudadanía y derechos indígenas en el movimiento pedagógico intercultural bilingüe en los altos, la Región Norte y la Selva Lacandona de Chiapas. México, D.F.: Ciesas, 2007.

CASTORIADIS, Cornelius. *La democracia como procedimiento y como régimen*. 1996a. Disponível em: <<http://www.globalizacion.org/biblioteca/CastoriadisDemocracia.htm>>. Acesso: 12 dic. 2011.

_____. Poder, política y autonomía. *Ensayo y error. Revista de pensamiento crítico contemporáneo*, Santa Fe de Bogotá, v. 1, n. 1, nov. 1996b. Disponível em: <<http://www.omegalfa.es/downloadfile.php?file=libros/poder-politica-autonomia.doc>>. Acesso em: 15 mayo 2012.

_____. Los dominios del hombre las encrucijadas del laberinto. Barcelona: Gedisa, 2009.

GÓMEZ, Nuñez Marcelino. Regiones Autónomas Pluriétnicas (RAP) los muchos senderos de las autonomías de facto. In: BURGUETE, Cal; MAYOR, Aracely (Coord.). *México: experiencias de Autonomía Indígena*. Guatemala: IWGIA, 1999. p. 192-209.

HERNÁNDEZ, Navarro Luis. La *autonomía indígena como ideal*. Notas a La rebelión zapatista y La autonomía, de Héctor Díaz Polanco. México: Era, 1997. p. 101-114.

SÁNCHEZ-PÉREZ, Héctor Javier et al. *Excluded people, eroded communities. Realizing the right to health in Chiapas, México (Pueblos excluidos, comunidades erosionadas. La situación Del derecho a La salud en Chiapas, México)*. Boston: Physicians for Human Rights, El Colegio de La Frontera Sur, Centro de Capacitación en Ecología y Salud para Campesinos-Defensoríadel Derecho a la Salud, 2006.

Documentos

EZLN. Subcomandante Marcos. *Chiapas: la treceava estela* (siete partes). Comunicados del EZLN, Jul. 2003.

Entrevistas realizadas

MIEMBRO DE COMISIÓN DE EDUCACIÓN. Oventic, dic. 2006.

MIEMBRO DE LA COMISIÓN DE EDUCACIÓN. Oventic, jul. 2008.

JUNTA de Buen Gobierno “Oventic”. Corazón Centrico De Los Zapatistas Delante Del Mundo, en el caracol Resistencia y rebeldía por La humanidad. 2007, 2008, 2009a.

JUNTA do Bom Governo de Oventic . *Entrevista a JBG*. maio 2006.

JUNTAS de Buen Gobierno “Morelia”. Junta Corazon Del Arcoiris De La Esperanza, Caracol Torbellino de nuestras palabras. 2007, 2008, 2009b.

JUNTA do Bom Governo La Realidad. 30 dezembro de 2006. Informes de Oventic .

MOY. Simpatizante zapatista, S.C.L.C. Chiapas, 15 out. 2010.

Discursos apresentados em encontros

INFORMES de Comisiones (Beto Nichel) en Encuentro de Pueblos Zapatistas y los Pueblos del Mundo realizado em Oventic, del 29 de diciembre del 2006 al 2 de enero del, 2007a.

INFORMES de comisiones en el *Encuentro Intercontinental* por la Humanidad y contra el Neoliberalismo encuentro, Caracol de la realidad, Julio del 2007b.

INFORMES de comisiones *Encuentro Intercontinental* por La Humanidad y contra el Neoliberalismo. Caracol de Morelia, Julio del 2007c.

A justiça comunitária na gestão do Autogoverno Indígena Originário-Camponês na Bolívia: balanço de sua aplicação

Kathia Zamora Márquez

Traduzido por Ariel Carriconde Azevedo¹

INTRODUÇÃO:

A crise dos Estados nos últimos trinta anos na América Latina encarnou processos de reformas institucionais nos quais incorporaram um grande número de instituições novas, produto da reorganização estatal. As variantes de seus modelos e a aplicação dos mesmos vem operando de forma combinada entre antigos mecanismos já incorporados a suas constituições – como é o caso de procedimentos da democracia representativa dentro do Estado de direito – com novíssimas formas institucionais como a democracia participativa e/ou direta – que vem motivando todo tipo de análise em seu processo de construção.

Ao contrário do restante da América Latina, a Bolívia, a partir das demandas sociais dos povos indígenas da década de 1990 e dos processos de reorganização cidadã emergentes da sociedade civil nos anos 2000 e seguintes, passou por momentos de grande instabilidade política provocada pela crise de Estado de 2002, instabilidade esta liquidada pela mudança de governo em 2005 e pelas contribuições da Assembleia Constituinte instauradas em 2006-2007. As mudanças na reorganização estatal estipuladas na Constituição boliviana de 2009 foram de grande importância na filosofia do “sujeito de Estado” e da composição do território. As novíssimas instituições do novo Estado Plurinacional Autônomo, como no caso do pluralismo

1 Graduado em Ciências Sociais pela UnB e mestrando no CPDA-UFRRJ. Membro do NEP.

jurídico e das diferentes e complexas autonomias territoriais-culturais do Estado das Autonomias, entre outras instituições, têm diferentes escopos e projeções, e ainda não têm procedimentos de aplicação claros, de modo que é necessário um balanço.

O Estado Plurinacional da Bolívia definido no Art. I da Constituição Política do Estado,² reconhece os direitos coletivos dos povos indígenas dentro da noção de “sujeito plurinacional” estatal. Quase cinco anos após a institucionalização desses direitos na Constituição boliviana, é necessário mostrar o progresso gerado, bem como avaliar as dificuldades de aplicação. A condição dos direitos coletivos é a premissa para discutir a qualidade do Estado Plurinacional, pois sem a sua incorporação à carta constitucional não se teria cumprido o requisito de ter na estrutura do Estado o princípio do pluralismo jurídico para a função judicial, que contém entre os seus pilares; a justiça comum e a justiça comunitária em igualdade de condições e de hierarquia (BOLÍVIA, 2009, art. 179).

Da mesma forma, os direitos coletivos dos povos indígenas, constituem desde a Autonomia Indígena Originaria Camponesa (AIOC) – que faz parte da estrutura organizacional do Estado das Autonomias³ – uma qualidade de autogoverno, entendida como a capacidade política para exercer autoridade estatal. Neste caso, e a partir da instância autônoma subnacional indígena, os direitos coletivos aplicados nesta jurisdição não requerem um reconhecimento

2 A denominação de Estado Plurinacional no Art. I da Constituição Boliviana outorgada pela Assembleia Constituinte realizada na Bolívia entre 2006-2007, , responde a um longo debate sobre a característica que deve adquirir o Estado boliviano em relação a sociedade diversa do continente, debate que se inscreve na relação Estado-Sociedade. O Pacto da Unidade, que trabalhou articulado à Assembleia Constituinte (bloco de alianças democráticas entre organizações sociais, movimentos sociais e povos indígenas para a mudança), validou o sujeito indígena originário camponês e fez a proposta da plurinacionalidade, com o entendimento que o reconhecimento dos direitos coletivos de diferentes nações e povos indígenas devem modelar o Estado em forma de uma composição plural das diferentes nações entre si que convivem em um território comum e outorgam o caráter pluralista do Estado. Ver neste sentido os trabalhos de Alvaro Garcia Linera, Luis Tapia Mealla e Raúl Prada Alcoveza (2007).

3 O Estado das Autonomias na Bolívia e especificamente as autonomias indígenas, originárias, camponesas, são resultado de um pacto de interdiscursividade constitucional entre propostas da “meia lua” (denominação do bloco de departamentos do oriente e do sul boliviano que propuseram a autonomia departamental) e as autonomias indígenas criadas por povos indígenas das terras baixas e altas da Bolívia, que encontraram a oportunidade histórica no espaço constituinte da Assembleia de 2006 para definir seu autogoverno.

to maior que o constitucional, dado que são reconhecidos no estado unitário de direitos plurais, ou pelo menos esse é o seu espírito; por isso a sua justiça é exercida sob o princípio de uso e procedimentos próprios, sendo chamada de “justiça comunitária”. É necessário esclarecer que as AIOC, são as únicas autonomias na Constituição boliviana que possuem um reconhecimento explícito do dispositivo de autogoverno⁴ (BOLÍVIA, 2009, art. 289). Sobre este princípio falaremos mais a frente.

Um terceiro aspecto que garante o reconhecimento dos direitos coletivos dos povos indígenas se encontra na dimensão política democrática e institucionalizada que estes adquirem quando participam na tomada de decisões, tanto no modo e na forma que eles adquirirem no sistema de governo na Bolívia, como pelo alcance que estes direitos representam na institucionalização da política e na tomada de decisão em relação ao poder político. É, portanto, através da democracia participativa e/ou direta, a democracia representativa e democracia comunitária (art. 11 EPC), onde seu caráter político é aperfeiçoado. Este aspecto incremental de democracia boliviana tem maior incidência em relação à democracia participativa, e ainda mais em relação a democracia comunitária, por considerar esta última como um mecanismo democrático que responde aos costumes, práticas e procedimentos próprios dos povos indígenas (art.11 p.II CPE).

Se essas características são os requisitos, de acordo com Ferrán Requejo (2002),⁵ para que um Estado receba ou não a denominação de Plurinacional, no que diz respeito ao reconhecimento e à proteção dos direitos coletivos dos povos indígenas, a Constituição boliviana cumpre plenamente com a definição do Estado Plurinacional, fornecendo status de plurinacionalidade desde onde os direitos coletivos dos povos indígenas são reconhecidos.

4 No Estado das Autonomias da CPE de 2009 o discutido termo “autogoverno” obteve uma definição clara para as autonomias indígenas originarias camponesas. É importante ressaltar que o sentido do termo está relacionado com os processos autônomos surgidos nos 2000. No art. 289, a constituição boliviana asinala: “A autonomia indígena originária camponesa consiste no autogoverno como exercício da livre determinação das nações e povos indígenas originário camponeses”, concordando com o art. 2 constitucional; no parágrafo II do art. 290 continua seu tratamento: “O autogoverno das autonomias indígenas originário camponesas, se exercerá de acordo a suas normas, instituições, autoridades e procedimentos”.

5 Ferrán Requejo (2002) assinala que nas novas democracias liberais as transformações no reconhecimento do pluralismo nacional são seus alcances mais modernos, quer dizer, para além do fato de que todas as democracias liberais hoje se fundam no pluralismo cultural, não todas alcançam o pluralismo nacional, que implica: “Um novo desenho da estrutura institucional da “polity”, o reconhecimento constitucional e a regulamentação dos direitos das minorias nacionais, assim como a qualidade do autogoverno das entidades nacionais minoritárias em um contexto de globalização”.

Agora, uma vez que o dispositivo constitucional plurinacional está definido nas disposições legais normativas e processuais para por em funcionamento o novo desenho estatal autônomo, resta avaliar a sua implementação. Com todas as ressalvas que isso implica, especialmente quando se trata de um primeiro processo em movimento e em um período histórico ainda muito curto.

Como premissa inicial, apresento a avaliação sob o argumento político do autogoverno que utiliza a constituição boliviana para as autonomias indígenas como transversal na análise e com base em três perspectivas temáticas com as quais se avalia a AIOC, particularmente abordando o tema da justiça comunitária nas terras baixas da Bolívia.

Os eixos temáticos que servem como ponto de partida para o balanço são os seguintes: a) A gestão do território autônomo indígena originário camponês; b) A justiça comunitária no marco do pluralismo jurídico: superando o conflito do pluralismo unitário; c) Garantias do governo central e dos governos subnacionais para assegurar e reconhecer a justiça indígena: acordos e agendas. Estes três aspectos correspondem a uma abordagem metodológica que tem implicações políticas, resgatando algumas sondagens realizadas.

O PRINCÍPIO DO AUTOGOVERNO COMO ROTA DE ANÁLISE PARA O BALANÇO DAS AUTONOMIAS INDÍGENAS

Um dos princípios da autonomia na Bolívia está relacionado com o muito discutido termo de “autogoverno”. Naturalmente, por distintos processos políticos e históricos na organização e estrutura do governo e do Estado, os conteúdos do termo autogoverno carecem de um significado preciso. No entanto, nos últimos 20 anos na Bolívia houve diferentes abordagens do termo; os processos que vão desde as primeiras experiências de descentralização e participação popular nos anos de 1994-95; as demandas de autonomia-autogoverno dos departamentos da chamada “meia lua” para os anos de 2002-2005 e os dispositivos para a autonomia departamental na Constituição Política de 2009.

No que concerne às lutas indígenas, o critério da autodeterminação dos povos é o vetor de crítica ao Estado e as formas de governo, como uma reivindicação constante dos séculos XIX e XX. Esta perspectiva se assenta em um discurso emancipador dos povos com distintos matizes nas doutrinas marxistas, indigenistas-indianistas e kataristas que se desenvolvem desde os anos sessenta na Bolívia, junto a categorias renovadas como a de colonialidade (QUIJANO, 2007), dos pluriversos (MINGOLO, 2005; TAPIA, 2001) e de uma modernidade que dá lugar a um pensamento pós-moderno e opositor (SANTOS, 2004, 2005). Estas propostas para os anos 2000 na Bolívia tem como percurso teórico pensar os processos de emancipação dos povos indígenas fora do contexto da modernidade e em processos críticos

a mesma, e/ou de arranjos conciliatórios entre a violência da conquista e o desenvolvimento da pós-modernidade (CANCLINI, 1997).

Para as lutas indígenas dos anos 1990, em particular dos povos indígenas das “terras baixas” do oriente, os discursos reivindicativos vem orientados com consignas vitais que se apresentam nas lutas pela vida, terra e território, o controle dos recursos naturais e outras demandas que se agregam à causa indígena; estas demandas se articulam frente a necessidade da defesa do território como espaço de reprodução da vida cultural, produtiva, social e de equilíbrio com a natureza, que na Constituição toma forma na busca do “bem viver”. Nestas lutas, a abordagem do autogoverno advém da autodeterminação dos povos, que na atualidade e no Estado das Autonomias, se inscreve na gestão territorial do governo autônomo indígena com uma denominação constitucional mais restrita, que é a de “livre determinação”.⁶

O argumento da “livre determinação” que estipula a Constituição boliviana, estipula que a autonomia indígena é territorial-cultural e que tem seus limites nas margens do território departamental; por isso, os alcances da justiça indígena comunitária tem aplicação “no, por e para” unicamente na jurisdição do território indígena originário camponês e não mais além.⁷ Percebe-se que esta é a visão institucionalizada do acordo constitucional.

Destrinchar o sentido de autogoverno no novo tempo das autonomias parece urgente, tendo em vista que não foi estabelecido um percurso de análise e menos ainda do alcance do termo autogoverno para o nível médio das autonomias departamentais, mas apenas e unicamente para a autonomia indígena. Nos parece que o autogoverno como “livre determinação” deixou de ser uma rota crítica emancipadora nos termos do processo de mudança liderado por Evo Morales, para se acomodar em um processo institucional normativo do Estado constitucional. A pretensão na gestão do Estado das Autonomias é que estas mantenham um nível de coordenação entre o nível central e os níveis subnacionais.

Pode-se dizer, então, que o conceito de autogoverno das AIOC, está relacionado com o sentido da autonomia que define a constituição. No entanto, o processo autônômico já vem superando as bases constitucionais e

6 No art. 289 da CPE se assinala: “ A autonomia indígena originária camponesa consiste no autogoverno como exercício da livre determinação das nações e povos indígenas originários camponeses” concordando com o art. 2 constitucional; No parágrafo II do art. 290 continua sua definição: “O autogoverno das autonomias indígenas originário camponesas, se exercerá de acordo com suas normas, instituições, autoridades e procedimentos”. (BOLÍVIA, 2009).

7 Esta declaração “en, por y para el territorio indígena”, se encontra nos termos da lei de demarcação jurídica que define os “limites” do autogoverno.

ingressando em uma etapa de gestão do território em seu mais amplo sentido; aqui se apresenta uma disjunção de critérios entre os atores políticos e líderes indígenas que tem distintas interpretações do contexto autonômico, assim, do autogoverno indígena. Isto veremos mais adiante a partir dos discursos que se foram gestando em relação a viabilidade das autonomias indígenas. Por outro lado, o conceito de autogoverno parece já não estar relacionada unicamente com a eleição de representantes, com a capacidade política decisória, o poder legislativo e administrativo dos recursos dos povos indígenas, que foram suas propostas iniciais; menos com um processo puro e simples de descentralização. Pensar seu horizonte a partir dos atores que vem desenhando seus estatutos autonômicos, requer redefinir seus ideais de Estado, pensar suas identidades, definir suas instituições, e seus recortes político-partidários, e contrastá-los com os objetivos do Estado Plurinacional constitucional. De modo que voltar às atas da constituinte, relacionar seus conteúdos com o debate atual, parece dar sentido a este novo tempo de definições na construção autônoma, no que se trata de compreender os alcances da implementação da justiça comunitária.

Para aprofundar o seu estudo no futuro, sugere-se para iniciar a análise em vários níveis temáticos:

i) Discutir o conceito [autogoverno] em relação ao governo subnacional territorial e o Estado central;

ii) Definir seus alcances na Constituição e os limites da mesma a certos níveis de autonomia;

iii) Relacioná-lo e/ou diferenciá-lo dos processos de descentralização e de autonomias com os novos caminhos de autodeterminação que marcam os processos de emancipação;

iv) Aprofundar seu conteúdo em relação ao poder e à identidade, assim como as necessidades de autoidentificação;

v) Definir o seu verdadeiro alcance no Estado Plurinacional Unitário.

Destes pontos de análise interessa para o presente trabalho os dois primeiros, posto que se relacionam com a gestão do território nos marcos do Estado das autonomias atual e das nações e povos indígenas que tem seus direitos coletivos reconhecidos, fundamentalmente, o da justiça indígena. Demarcando estes pontos, deixamos aberta a perspectiva emancipadora para outros trabalhos.

A GESTÃO DO TERRITÓRIO AUTÔNOMO INDÍGENA, ORIGINÁRIO, CAMPONÊS

Para o caso do nosso estudo tomaremos como referência geral os processos autonômicos dos povos indígenas bolivianos que intervíram voluntariamente no referendun autônomo de 2006, em particular, os processos

de gestão do território de autonomias e comunidades do Povo Guarani na perspectiva da justiça comunitária. Isto quer dizer que tomaremos como premissa o território e a cultura dos povos indígenas que habitam o território autônomo, dentro do Estado das autonomias, assim como o território e a cultura comum das comunidades ou povos indígenas que não se acomodam ao Estado das autonomias, mas que participam do Pluralismo Jurídico do Estado Plurinacional. Ressaltamos que são as comunidades indígenas as que possuem “território”, diferente das unidades camponesas que só possuem “terra”, entendendo o território como o direito coletivo dos povos indígenas onde se reproduzem suas práticas culturais, sociais e políticas; e a terra, como variante do direito de propriedade individual.

Primeiramente vejamos o que se entende por autonomia e por autonomia indígena originária camponesa. A Constituição em seu art. 272 aponta: “a autonomia implica a eleição direta de suas autoridades pelos cidadãos, e o exercício das faculdades legislativas, regulamentária, fiscalizadora e executiva, por seus órgãos do governo autônomo no âmbito de sua jurisdição e competência, como de suas atribuições”. Em seu art. 289 no capítulo da Autonomia Indígena Originária Camponesa (AIOC) menciona: “A autonomia indígena originária camponesa consiste no autogoverno como exercício da livre determinação das nações e povos indígenas originários camponeses, cuja população compartilha território, cultura, história, línguas e organização, ou instituições jurídicas, políticas, sociais e econômicas próprias”. No mesmo sentido, o art. 290 parágrafo I diz: “A conformação da autonomia indígena originária camponesa se baseia nos territórios ancestrais, atualmente habitados por esses povos e nações, e de acordo com a vontade de sua população expressa em consulta de acordo com a Constituição e a Lei”. O parágrafo II assinala: “O Autogoverno das autonomias indígena originário camponesas se exercerá de acordo com suas normas, instituições, autoridades e procedimentos, conforme suas atribuições e competências, em harmonia com a constituição e a lei”.

O Estado autônomo,⁸ que decorre da descentralização política composta (cultural e territorial), tornou mais complexa a engenharia territorial nacional e sub-nacional e de gestão dos territórios autônomos. Para Carlos Romero (2009), o primeiro Ministro das Autonomias, o maior desafio a se resolver

8 A descentralização dos anos de 1994-1995 na Bolívia foi insuficiente por se referir somente a área administrativa e de gestão. A descentralização política como conquista do campo político-decisório para a formação do governo local e nacional, as conquistas pela administração e controle dos recursos, assim como a criação de direito positivo do órgão legislativo departamental e local, vêm com as demandas das regiões pelo Estado de autonomia, que nos processos políticos de 2003 à constituição de 2009, alcançam na Constituição 2009 os seus objetivos na palavra de “Estado descentralizado com autonomias”.

é na gestão administrativa e na gestão pública do território autônomo, que se coloca entre os interesses da questão nacional e da regional. A dimensão política é resolvida sob a forma de governo subnacional, que na atualidade continua a ser uma denominação em construção nos estatutos das autonomias, mas de nenhuma maneira tem uma institucionalização consolidada.

Outro aspecto que aumenta a complexidade da gestão territorial é a dimensão étnico-cultural do território, porque a “livre determinação”, que define a categoria de autogoverno indígena, não avança no sentido de institucionalização e processos administrativos com base nos usos e procedimentos próprios da cultura dos povos indígenas. A capacidade de gestão dos recursos naturais renováveis no seu território – com as quais tem responsabilidade às autonomias indígenas - são escassas, se não nulas, e os processos para institucionalizar a justiça comunitária não são verificadas como reivindicações decorrentes dos próprios líderes dos povos indígenas.

Em resumo, pode-se argumentar que a inovação institucional da AIOC não vai implantar uma gestão do território indígena bem sucedida, esta dificuldade na prática, faz com que os caminhos das autonomias indígenas sejam enquadradas nos procedimentos administrativos da autonomia municipal, na melhor das hipóteses.

Assim mesmo, não existe por parte do governo central uma proposta de modelo fiscal que distribua para os povos indígenas uma porcentagem dos recursos naturais existentes no seu território devidamente rentabilizados. Isso envolve o cálculo, para dar uma determinação, de quanto vale a riqueza natural do território autônomo indígena e que montante desse valor seria atribuído aos povos indígenas, como uma vantagem indígena (AYO, 2013, p. 12).

Além disso, os recursos do Fundo de Desenvolvimento Indígena, criada para apoiar os processos dos povos indígenas, não têm uma distribuição baseada em critérios técnicos que contribuam para a consolidação da institucionalização Autônoma indígena e do funcionamento da gestão dos territórios com base nas características identificadas pela Constituição. Em primeiro lugar, porque ainda não tem os estatutos das autonomias indígenas constitucionalmente aprovados, exceto em alguns casos, e não há o andamento da gestão autônoma. Em segundo lugar, a falta de um acordo claro para uso destes fundos entre as organizações indígenas CSUTCB, Bartolinas Sisas, a CIDOB e CONAMAQ,⁹ faz com que a concentração desses recursos fiquem em caixa e bancos (AYO, 2013, p. 12) .

9 Estas organizações de origem indígena se conformaram em distintos tempos históricos, umas com trajetórias mais longas como a CSUTCB (Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia) e as mais recentes como a BARTOLINAS (associação de mulheres trabalhadoras camponesas-indígenas); a CIDOB (Confederação Indígena do Oriente Boliviano) e CONAMAQ (Conselho Nacional de Marcas e Ayllus), desde os anos 1990.

A qualidade do autogoverno indígena, entendida como a capacidade de definir políticas e autoridade administrativa no território autônomo, avança sem o complemento de receitas fiscais e carece de regras fiscais claras; se acrescentarmos uma situação nacional politizada, as decisões dos líderes indígenas apresentam grande interferência do partido do governo MAS (Movimento ao Socialismo). Isso ocorre em maior grau entre os líderes dos povos indígenas das terras altas.

A este respeito, Wilfredo Plata e John Cameron (2013), em sua pesquisa sobre os desafios da autonomia indígena, aponta que as autoridades constituídas sob os costumes dos povos indígenas autônomos, são cooptados pelo partido no poder e se beneficiam da ligação política com o MAS. Isso faz com que venham considerando como o caminho mais fácil de autogoverno indígena a gestão do caminho autônomo em municípios indígenas e nas gestões da política administrativa municipal. Este caminho na construção das autonomias indígenas viabiliza o recebimento de recursos econômicos pelas AIOC sem critérios técnicos distributivos, evitando o complexo processo de trazer para a gestão uma nova institucionalização, deixa do as autonomias sem uma estrutura organizativa clara, nem um planejamento estratégico do território.

A condição política dos povos indígenas em relação à política nacional – em sua maioria – é a adesão ao partido no poder, apesar das fissuras resultantes entre o Estado e os direitos coletivos, como ocorreu no caso do TIPNIS;¹⁰ isso se deve à razão de Estado que prevalece na gestão nacional, elemento responsável pela falta de garantias necessárias para o exercício dos direitos coletivos. No entanto, no caso do partido do governo, o MAS, que está em seu segundo mandato 2009-2014, as relações entre os povos, movimentos e setores populares não foram quebradas, no sentido de gerar nas iniciativas de autogoverno indígena um impulso para lutar contra à política nacional. Aqui surge a questão de saber se o autogoverno dos povos indígenas tem vindo a construir uma rota autônoma a partir de suas práticas e procedimentos de bases inovadoras, e/ou processo está sendo acomodados com as diretrizes do partido do governo MAS.

É importante notar que, o pacto inicial com os movimentos indígenas do partido MAS de Evo Morales para a Assembleia Constituinte de 2006-2007, que contribuiu para consolidar um governo progressista, não distingue

10 Disputa iniciada em 2011 até os dias atuais, entre indígenas e governo devido a construção de uma rodovia que atravessa o coração do território indígena de chimanes, yuracaré e moxeños. Nesta controvérsia entre os direitos coletivos dos povos indígenas e a planificação governamental ocorreram sérios enfrentamentos que tiveram por resposta do governo a aplicação de uma “consulta prévia” tardia (mecanismo de democracia participativa) sem maiores expectativas para o território indígena.

os interesses da autonomia indígena com os interesses do governo, dado que o governo do MAS foi construído com a premissa de ser um “governo dos movimentos sociais”.¹¹ Nos parece que os primeiros objetivos do governo do MAS, em termos de concessão de garantias para os direitos indígenas, não coincidem com as metas do segundo mandato.

Além disso, a construção política do pensamento indígena em articulação com o Estado Nacional de 1952 foi cimentado a partir do Sindicato Camponês,¹² razão que o fez se apresentar como o “Estado-pai” e o gerador das políticas públicas. Este vínculo histórico faz com que ainda não se tenha claro os limites do gerenciamento de Estado na região e das autonomias indígenas. O Estado ainda é a forma mais eficaz em que os povos indígenas entendem a política e esperam soluções de seu nível central (PLATA; CAMERON, 2013). No que se refere ao campo do poder, o novo Estado Plurinacional e Comunitário que desconstrói o Estado-Nação monocultural, aponta novas construções de diferentes graus de subjetividade, ampliando a representação em termos da democracia representativa, mas sem procedimentos claros em relação à prática da “democracia étnica”. Ele reconheceu sete deputados indígenas de sete distritos indígenas com os critérios estabelecidos na base das minorias indígenas; no entanto, para a escolha desses deputados, não se tem definido quais são os procedimentos próprios dos indígenas e como estes se articulam com a democracia representativa, no sentido de introduzir processos avançados para a tão comentada democracia intercultural.

Em outro sentido do campo do poder e a partir da pluralidade cultural em disputa pelos espaços do Estado, as pretensões das lideranças nos setores de origem cultural indígena, como a CIDOB, CONAMAC, BARTOLINAS, CSUTCB não desvirtuam nem se desconectam em nada com as formas em que são definidas as relações de poder e busca de hegemonia política. O Estado Plurinacional constitui um novo campo de luta política e interesse de classe (PAZ, 2013).¹³

11 Este é o discurso constante do presidente Morales ao longo de seus dois mandatos, com especial ênfase n, legitima a criação o primeiro mandato que vai de 2005 a 2009.

12 O Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) que emerge na insurreição popular de 1952, legitima a criação dos sindicatos camponeses a partir desta data e o amparo da Revolução Nacional de 1952 e da reforma agrária de 1953, de tal maneira que parte do movimento indígena-camponês não alcança uma identidade própria independente do Estado para reivindicar os direitos de seu setor. O paradoxo senhorial que é uma constante nos povos indígenas, que abrange os indígenas de terras baixas do oriente boliviano, vê o Estado como o projeto maior que o próprio projeto indígena, no qual cabe ao Estado Pai resolver. Daí resulta a estreita articulação estreita com o Estado.

13 Artigo apresentado no Congresso de Estudos Bolivianos realizado no final de julho de 2013 no Arquivo Nacional de Sucre, Bolívia.

A pesquisa de Paz aponta que os excluídos que aspiram fazer parte do Estado Plurinacional, fundamentam suas razões no princípio da legitimidade de suas lutas e no fato de terem tomado parte nos movimentos e grupos que apoiaram a mudança de Estado da década de 2000 até os dias de hoje. A partir desses direitos extraordinários de poder, o estado torna-se um campo de disputa de interesses entre aqueles que definem os seus direitos e pressionam através dos espaços de poder do Estado. Participam neste leilão desde a antiga classe política decadente (empresários privados que apreciam os benefícios do Estado) até os colonizadores ou mineiros corporativistas ou assalariados que não perdem de vista o seu espaço de poder estatal, sem esquecer os indígenas originários camponeses ou mulheres “Bartolinas Sisas” que também disputam espaços no Estado plurinacional.

Estas afirmações de Sarela Paz esclarecem e nos respondem por que as AIOC não pretendem uma luta aberta no processo de construção de um modelo autônomo para seus territórios subnacionais, pelo menos no atual período histórico do governo Evo Morales.

Se por um lado os benefícios econômicos que adquirem os novos atores políticos têm apresentado soluções imediatas para os líderes da região indígena autônoma, sem regras claras estabelecidas, por outro lado a construção das instituições de autonomias indígenas, com base em um autogoverno pleno - apresenta dificuldades reais de gestão e planificação da autonomia, particularmente no processo de institucionalização da justiça indígena que é ainda uma realidade apenas discursiva.

Esta radiografia da gestão do território indígena levanta a seguinte questão: A luta pelos espaços de poder do Estado e a integração dos líderes indígenas para o partido do governo nacional leva a uma descaracterização das lutas autônomas dos povos indígenas? Esperamos que não. Um argumento que ressurge constantemente nos povos indígenas é sobre o baixo poder real de decisão no Estado Plurinacional, que não basta expandir a representação – que como mencionamos é cooptada e restringida – esta deve incidir nos caminhos onde os costumes e procedimentos próprios da cultura indígena estão questionando a prática democrática e a construção do Estado Plurinacional de direitos coletivos, para além da situação política interna atual.

Em todo caso e no curto prazo, todas estas regiões autônomas devem finalizar e aprovar suas cartas estatutárias de acordo com os princípios da Constituição boliviana e do Estado Plurinacional. Nesse sentido, existem diferenças no tempo de conclusão de seus estatutos e de compatibilidade e controle constitucional. Um exemplo é apresentado pelo caso da região autônoma indígena de Huacaya (território Guarani) que tem um avanço con-

clusivo nos seus estatutos autônomos, mas carece de planejamento e gestão do desenvolvimento, e até à data, não tem clara a institucionalização de sua justiça comunitária.¹⁴

Outro problema que surge a partir do Censo realizado em 2012, tem a ver com o fundamento central do autogoverno indígena. Neste se apresenta uma diferença evidente nas respostas que os povos indígenas deram em relação à questão do pertencimento a algum povo indígena. O Censo de 2001, mostrou que 60% dos entrevistados se identificava a algum povo indígena, o Censo 2012 mostra um índice de 31% de identificação, dessa forma, é evidente um problema substancial de auto identificação (BOHRT, 2013).

Que fatores condicionaram a queda da porcentagem a quase menos da metade numa diferença de 12 anos da aplicação de um censo a outro? Esta é uma reflexão que é necessária resolver, uma vez que os fundamentos do Estado Plurinacional de base camponesa originária e indígena tem a sua justificação essencial no sujeito indígena e no território que lhe corresponde como comunidade cultural; tanto para a gestão dos recursos nos territórios autônomos, bem como pela aplicação da justiça comunitária.

Esta informação é extremamente relevante para o autogoverno das regiões autônomas indígenas originárias e camponesas, com todas as suas variantes e justificativas da conjuntura política que interpretam friamente os dados. Certamente é uma questão a considerar no autogoverno indígena, porque os seus modos e costumes são apresentados como uma variante substancial de identidade do território autônomo, especialmente quando se trata de aplicar a justiça comunitária que se refere a um âmbito valorativo cultural dos povos indígenas.

Contudo, de acordo com a necessidade que se tem de avançar e não perder a oportunidade histórica de articular um projeto político de autonomia indígena faz-se necessário impulsionar a partir da gestão de território autônomo indígena as seguintes medidas: a) Fortalecer a autoridade do governo indígena; b) Administração da justiça como harmonia territorial; c) o planejamento do desenvolvimento baseado no “bem viver” e em coordenação com o nível central; d) Coordenar e firmar com o nível central os fundamentos do pacto fiscal para determinar recursos da autonomia indígena.

14 O Encontro de Camiri de Agosto de 2013 demonstrou estas avaliações feitas pelos dirigentes do Povo Guaraní, na ocasião do Encontro nacional entre autoridades indígenas do povo guarani e as autoridades do Conselho da Magistratura para o tema da Justiça.

A JUSTIÇA INDÍGENA ORIGINÁRIA CAMPONESA SOB O PRINCÍPIO DO PLURALISMO JURÍDICO: SUPERANDO O CONFLITO DO PLURALISMO UNITÁRIO

Na gestão do território autônomo se apresenta a Justiça Comunitária dentro da jurisdição camponesa indígena, que como apontamos decorre da disposição constitucional sobre o princípio do pluralismo jurídico para a função judicial. A justiça indígena é reconhecida pelas AIOC, assim como, para todas as nações e os povos indígenas, com base em seu território e cultura, que praticam através de seus costumes e procedimentos, a sua própria justiça. Antes de entrar no balanço da justiça comunitária e sua execução, é importante destacar a discussão sobre pluralismo jurídico como um elemento central para a compreensão de um novo direito que desafia o Estado Plurinacional em sua implementação.

Quando falamos sobre o pluralismo jurídico interpretamos a justiça e sua administração como a concorrência competitiva e contraditória de diferentes sistemas jurídicos que regem um espaço geopolítico. A este respeito, o seu critério definidor, tendo em vista os conflitos, como a coexistência de formas jurídicas, apresenta uma polisistemia simultânea (BOHRT apud ZAMORA, 2012), onde o conceito de sistema jurídico é questionado. Aqui a ideia de sistema jurídico não tem lugar para a complexidade envolvida na especificação dos elementos que devem cumprir as normas que fazem parte desse sistema. Por isso recomenda-se a não entrar na discussão do sistema jurídico.

A melhor maneira de interpretar o pluralismo jurídico da Constituição boliviana, em relação às características do Estado Plurinacional – que é descentralizado, com autonomias, mas também unitário - é utilizar as categorias de André Hoekema (2012 apud BOHRT 2013)¹⁵ na distinção feita entre pluralismo unitário e pluralismo igualitário. Para Hoekema, de acordo Bohrt, o pluralismo igualitário é quando o direito indígena substitui o Estado e a comunidade indígena impõe a sua decisão sobre o Estado, porque este é despojado da decisão sobre os direitos e, portanto, se rompe com o Estado de Direito. No pluralismo igualitário, o Estado se apresenta como um Estado de Direitos, no plural, e não como o Estado de Direito.

Nesta linha argumentativa, o Estado boliviano para além de ser Plurinacional é Unitário e se reserva o direito de decisão sobre os direitos. Nesse sentido, o Tribunal Constitucional, no seu trabalho de controle da constitucionalidade, se baseia na justiça constitucional de ambos os direitos, determinado pela jurisdição dos tribunais comuns e da jurisdição da justiça comuni-

15 Artigo sobre Pluralismo Jurídico em Sucre, durante o Seminário de Pluralismo Jurídico realizado na faculdade de direito, ciências políticas e sociais da Univesidade São Francisco Xavier e Chuquisaca, Maio de 2011.

tária, assegurando as garantias dos direitos e da supremacia da constituição (Art. 196 p. I). Portanto, constitui um Estado de Direito, pois corresponde a um pluralismo unitário; em outras palavras, aceitar várias justiças, mas reserva-se a aplicação dos direitos para ambas as justiças.

Consequentemente, a Constituição boliviana de 2009, de acordo com Bohrt (2013),¹⁶ se enquadra mais ao Pluralismo Unitário que ao pluralismo igualitário, já que se considerarmos a segunda opção estaríamos falando de um pluralismo jurídico que é um Estado de Direitos e, portanto, deveria ter diferentes constituições, o que não é o caso.

Em outra análise da interligação e da dimensão intercultural jurídica, é possível falar de um Estado Unitário, mas complementado pela justiça comunitária e os tribunais comuns (ROJAS, 2010). Processo onde o direito já não é tão taxativo sendo mais poroso, e as leis são um conjunto de materiais para desenvolver uma política constitucional. Consequentemente, o pluralismo jurídico, a partir da abordagem de Rojas, deve ser visto a partir da interlegalidade, como proposta que conecta diferentes culturas em uma aprendizagem permanente das formas jurídicas, onde as culturas bebem uma das outras implementando um processo crítico, que visa reformular direitos.¹⁷

Em qualquer perspectiva do pluralismo unitário ou da pretendida interlegalidade, onde esta última é um desafio para o pluralismo jurídico, superar o debate sobre o pluralismo unitário é iniciar a aplicação das bases constitucionais para alcançar o funcionamento e o andamento da jurisdição indígena, que é o desafio do AIOC. Parte do sucesso da gestão do território autônomo dos povos indígenas na questão da justiça indígena foi assegurar a harmonia social e a formação de valores de comunidade e respeito, e é a base para lançar uma nova forma jurídica de debate permanente (por direitos diferenciados), que no futuro podem questionar com outros paradigmas o positivismo normativo em que se baseou todo o direito moderno de conteúdo monista, positivista e individual.

Nessa perspectiva, vejamos a disposição sobre justiça estabelecida pela Constituição: o art.179 p. I diz: “a função judicial é única” e é exercido pelos tribunais comuns, a jurisdição indígena e jurisdição agroambiental. Aqui o dispositivo constitucional sustenta a função judicial sob o princípio do pluralismo unitário, com alcances em diferentes jurisdições.

16 Idem.

17 O horizonte de críticas em Farit Rojas tem bases na desconstrução do pensamento pós-moderno de Jacques Derrida. Com estas contribuições, inclusive o pensamento hermenêutico do pós-modernismo e de Boaventura de Sousa Santos, a proposta Farit é um passo claro no desenvolvimento do interculturalismo jurídico, resgatando a ideia de interlegalidade para a administração da justiça como uma forma de interpretar a justiça comunitária e ordinária.

O art. 190 p. I defende o pluralismo jurídico no reconhecimento dos costumes, valores e procedimentos dos povos indígenas, quando ele diz: “As nações e povos indígenas originários camponeses exercerão as suas funções judiciais e competências através das suas autoridades, e aplicarão os seus princípios, valores normas e procedimentos culturais”. Segue o art. 191 p.I, afirmando: “A jurisdição indígena originária camponesa é fundada sobre um vínculo particular de pessoas que são membros de uma respectiva nação ou povo indígena originário e camponês”. Este parágrafo se refere aos conteúdos culturais e de identidade dos povos indígenas, que torna possível a aplicação de uma justiça de mesmo conteúdo, daí a importância do vínculo como uma comunidade de valores. No entanto, na arte p.II. 191 define o âmbito da jurisdição camponesa indígena nas áreas de vigência pessoal, material e territorial, notando que tal regulamento será regulada pela “Lei de Deslinde Jurisdiccional”, ou Lei de Demarcação Jurisdiccional.

Interpretando os artigos da Constituição, a jurisdição indígena originária e camponesa se aplica às relações e fatos jurídicos que ocorrem dentro da jurisdição de um povo indígena, não necessariamente um AIOC. Isto significa que a justiça comunitária tem alcance dentro de um território autônomo definido como um nível subnacional do estado autônomo, bem como um povo indígena não autônomo. Nisto reside o elemento mais poderoso da justiça comunitária. O que interessa então, em qualquer território indígena, seja autônomo ou não, é a gestão das suas autoridades para aplicar a justiça comunitária. Esta gestão, em princípio, é vista em termos de autogoverno e autonomia jurídica de base indígena e não apenas como uma obrigação das AIOC que tem bases institucionais no Estado das autonomias.

Além disso, há problemas a serem superados entre as autoridades indígenas e as autoridades do Poder Judiciário, especialmente o Conselho da Magistratura, que sob o ponto de vista constitucional afirma que só há uma justiça, que reconhece por sua vez os tribunais comuns e justiça comunitária em igualdade de condições e de hierarquia. O fato é que a caracterização da justiça comunitária, na Lei de Demarcação Jurisdiccional, que fixa as competências em matéria de administração da justiça comunitária, paralisou a projeção autônoma das AIOC, das nações e povos indígenas originários camponeses, restringindo muitas delas à sua tradicional esfera de aplicação e não dando possibilidade para que o princípio do autogoverno possa ter maior alcance na questão de justiça.¹⁸ Até o momento não há acordo sobre Lei de Demarcação Jurisdiccional.

18 A lei 073 de demarcação jurisdiccional de 29 de dezembro de 2010 estabelece no Art. 10 (Âmbito de Vigência Material), em seu parágrafo I da seguinte forma: “A jurisdição indígena originária camponesa reconhece os assuntos ou conflitos que histórica e tradicionalmente ocorreram no âmbito das suas regras, procedimentos próprios e saberes, de acordo com sua livre determinação”. No parágrafo II do

Na verdade, qualquer inovação que tende à institucionalização e / ou codificação destas práticas tradicionais que podem complementar os tribunais comuns não é reconhecida. Também não há um avanço sobre as práticas e procedimentos próprios, uma vez que a justiça comunitária assume a forma oral e não escrita, e a partir deste princípio prático atualmente se discute se é conveniente pensar em sua positivação ou não. Na versão de Xavier Albo (2013),¹⁹ o autor expressa a necessidade de discutir a justiça comunitária separando o critério de sua positivação, ou seja, transformá-la em direito. A recomendação de Albo é trabalhar guias de aplicação para resgatar a memória de justiça dos povos indígenas, que não resulta necessariamente na sua positivação, uma vez que a justiça comunitária não é “nem tão oral, nem tão escrita”. A este respeito, há exemplos de justiça comunitária em comunidades no departamento de Oruro em que foi conciliada aspectos escritos e orais com a presença da autoridade departamental constituída.²⁰ A investigação desses casos pode contribuir para pensar a proposta de Xavier Albo.

Entretanto, e em paralelo, a Lei de Demarcação Jurisdicional que é a lei do Estado e, portanto, a aplicação do sistema judicial, não oferece grandes avanços na justiça comunitária.

GARANTIAS DO GOVERNO CENTRAL E DOS GOVERNOS SUBNACIONAIS PARA ASSEGURAR E RECONHECER A JUSTIÇA INDÍGENA: ACORDOS E AGENDAS

A execução da justiça indígena originaria camponesa na gestão das AIOC e das autoridades das nações e povos indígenas, parece não ter avançado. Enquanto a justiça comunitária baseada no princípio do pluralismo jurídico para o sistema judicial não demonstrou qualquer aplicação.

Pensar a justiça comunitária em relação ao princípio da integralidade da pluralidade, isto é, conviver com os tribunais comuns sob o princípio de uma só justiça, parece ser o espírito constitucional. Neste contexto: Quais são as propostas das nações e povos indígenas? Integrar a justiça comunitária nos

mesmo artigo todas as matérias em que essa competência não se aplica são listados. Entre eles, de acordo com inc. c) deste parágrafo são: «Direito do Trabalho, Direito Previdenciário, Direito Tributário, Direito Administrativo, Direito Minerário, Direito de Hidrocarbonetos, Direito Florestal, Direito de Informática, Direito Internacional Público e Privado e Direito Agrário, exceto a distribuição interna das terras nas comunidades que têm a propriedade legal ou propriedade coletiva sobre elas”

19 Conferência ao Pleno do Conselho de Magistratura sobre as formas e procedimentos da justiça comunitária. Junho, 2013.

20 Entrevista a Carlos Bohrt, sobre as aplicações escritas da justiça comunitária ocorridas sua gestão de prefeitura em 1996 (novembro, 2013).

tribunais comuns ou aplicar o seu próprio direito, com o suposto controle constitucional do Estado? Em que medida estão avançando acordos sobre questões de justiça?

O Art. 192 da Constituição estabelece que seja a Lei de Demarcação Jurisdicional que determine os mecanismos de coordenação e cooperação entre as jurisdições estabelecidas por lei. Quem ou quais instâncias deverão implementar esta lei? Aqui volta a questão da responsabilidade das AOIC e das nações e povos indígenas originários camponeses para conduzir sua institucionalização.

No entanto, a responsabilidade está no órgão judicial do estado. Se as atribuições do Conselho da Magistratura – como instância de políticas de gestão para as jurisdições do estado – é a instituição formal que estabelece os mecanismos de interjurisdição para o avanço do pluralismo jurídico; sem a ação desta instância, a figura de co-governo entre as autoridades dos governos indígenas e camponeses e as autoridades do Conselho da Magistratura, é quase impossível.

Até o momento, no que diz respeito aos povos indígenas originários camponeses das terras baixas, especificamente do povo Guarani, só tem ocorrido reuniões entre as duas instâncias, mas não tem se tem chegado a avanços significativos para o funcionamento da jurisdição indígena originária e camponesa. A Justiça indígena não é uma preocupação para as autoridades do governo judicial, exceto para o governo central e não tem o impulso necessário das autoridades das comunidades indígenas para a sua execução. Isto pode ser resumido a seguir:

a) Nenhum setor possui capacidade para implementar a justiça indígena, por um desconhecimento geral sobre o andamento do pluralismo jurídico no Estado Plurinacional, Autônomo e Unitário.

b) O governo Central não toma decisões para assegurar a gestão dos territórios autônomos em relação a sua justiça, que permita a harmonização do território com base nas garantias da administração da justiça e à proteção dos direitos individuais e coletivos.

c) Não existe um planejamento sério que disponha de equipes especializadas que concretizem acordos interjurisdicionais para a aplicação do pluralismo jurídico.

d) Não se gestou um autogoverno camponês originário indígena das AOIC, que tivesse autoridade suficiente entre as nações e povos indígenas para seguir o caminho da autonomia territorial e da gestão do território para a harmonização dos povos indígenas, e destes com o Estado Nacional.

No entanto, o que expomos acima tem algumas agendas pendentes. A agenda resultante do encontro nacional entre autoridades do Conselho da

Magistratura e do Tribunal Constitucional, realizada em Camiri,²¹ em agosto de 2013, estabeleceu os seguintes pontos:

1. Formar um Conselho Nacional Interjurisdiccional entre os representantes da Justiça Plural para promover o desenho e a implementação de políticas e formar mecanismos concretos para a coordenação Interlegal.

2. Estabelecer um cronograma de trabalho conjunto entre representantes dos tribunais comuns e da justiça indígena Guaraní para fortalecer seus processos de relacionamento com a jurisdição ordinária e agro ambiental em igual hierarquia.

3. Realizar um mapeamento territorial de aplicação justiça indígena originária no país.

4. Continuar com os processos de diálogo Interlegal no âmbito da Justiça Plural, com todas as nações que aplicam a justiça indígena originária, envolvendo instituições do Poder Judiciário, Ministério Público, Polícia, Municípios com Autonomia Indígena, Defensoria Pública e todas as entidades ligadas ao Sistema Judicial Plural da Bolívia. Com uma primeira atividade que é a reunião do Sistema Plural de Justiça, incluindo todas as nações indígenas e instituições do sistema de justiça civil para o mês de novembro de 2013.

5. Desenvolver níveis departamentais e locais de coordenação e cooperação em matéria de justiça de arbitragem e de protocolos para a gestão intercultural da justiça plural. Apoiar a criação do Conselho de Justiça da Nação Guaraní²² (Resolução da Assembleia do Povo Guaraní, agosto de 2013).

Desta reunião e planos não se tem ainda o progresso dos resultados. No entanto, e para simplificar a gestão, o Conselho da Magistratura acreditou ser pertinente levar adiante um acordo interjurisdiccional com os seguintes objetivos:

1. Analisar a partir de um enfoque intercultural os sistemas de justiça na Bolívia para uma cooperação e coordenação interjurisdiccional eficaz:

- 1.1. Analisar as estruturas organizacionais das diferentes jurisdições.

- 1.2. Identificar pontos de interação entre as diversas jurisdições.

21 No dia 31 de agosto de 2013 ocorreu a reunião dos povos em Camiri Bolívia, através de suas capitánias, cujos membros são de regiões: Izoso Alto, Alto Parapetí, Bajo Soso, Charagua Norte, GKKlupaguasu, Kaaguasu, Kaami, Parapitiguasu, Takovo Mora e todo o ÑUVAITI de Justicias.

22 Acordos do primeiro ñuvaiti de justiça comunitária Guaraní, nação Guaraní – Conselho de Magistratura do Estado Plurinacional de Bolívia, na Assembleia do Povo Guaraní. Documento resultante do encontro de Camiri, agosto de 2013, devidamente rubricado por autoridades indígenas e autoridades do Conselho de Magistratura.

1.3. Propor mecanismos para tornar viável a cooperação e coordenação entre as diferentes jurisdições.

1.4. Construir uma proposta de diretrizes, mecanismos e ações para alcançar a igualdade hierárquica de diferentes jurisdições, com a contribuição de cada um dos componentes plurais do sistema judicial.

1.5. Instaurar o Conselho Interjurisdicional Plurinacional da Justiça.

1.6. Identificar a agenda de responsabilidades para a implementação das diretrizes, mecanismos e ações propostas.

Os objetivos destas linhas de trabalho estão enquadradas dentro de uma primeira etapa que visa o intercâmbio nos avanços e perspectivas da justiça indígena e sob a forma de exposições entre as jurisdições comuns, a comunitária e a especial. Na data da publicação deste trabalho, ainda não possuíamos os resultados da última agenda nacional.

CONCLUSÕES

A inovação no caminho de construção das autonomias indígenas e das justíças indígenas acaba por ser o horizonte do futuro dos povos indígenas camponeses originários, seja buscando processos de maior emancipação, como as rotas de suas próprias utopias, ou para uma integração mais justa na construção do Estado Plurinacional da Bolívia, especialmente quando falamos sobre o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas que são uma novidade na prática e significado. A manutenção do *status quo*, de modo nenhum garante que os povos indígenas tenham um futuro melhor e mais brilhante, avançar com os critérios do pluralismo jurídico, será sempre um passo para reforçar os direitos coletivos.

Se o autogoverno é o reconhecimento dos povos indígenas para exercer a autoridade no território, inclusive se isso for limitado, tal como apresentado no critério da “livre determinação” dos povos e / ou leis como a de demarcação jurisdicional, a gestão do território é o que importa quando se trata de resultados, tanto para demandar tarefas do governo central como para encontrar o sucesso na justiça. As contribuições nesta área devem restabelecer o princípio do autogoverno indígena principalmente para a recuperação da memória como o uso de práticas de povos indígenas, seja para reformular o debate da positivação de sua justiça ou para buscar novos caminhos que já se está discutindo na ainda fraca proposta da interculturalidade-interlegalidade.

O acordo de coordenação, liderados pelo Conselho de Magistratura como um órgão disciplinar de Estado, desempenha um papel importante no fortalecimento do pluralismo jurídico e justiça comunitária reconhecida pela Constituição. As agendas de trabalho de coordenação dos setores, como a crítica da lei – como é o caso da lei de demarcação jurisdicional – e organi-

zação de pesquisa de materiais avançado sobre a justiça comunitária, são os termômetros para o avanço da justiça indígena. De outro modo, se adverte a suspensão do chamado pluralismo jurídico que vem ficando nominal.

A Justiça depende, indiscutivelmente, da boa gestão dos governos ou autogovernos indígenas em um Estado ou um território indígena, sua implementação e garantia dos direitos que emanam da Constituição, dependerá da harmonia de seus povos e do território. Um Estado de garantias é aquele que está comprometida com a defesa dos direitos individuais e coletivos. Se o Estado Plurinacional da Bolívia é um estado que pode ser definido como plural de direitos, não há dúvida de que deverá assumir a garantia dessa pluralidade.

REFERÊNCIAS

AYO, Diego. ¿Son viables las autonomías indígenas? *Nueva Crónica y buen Gobierno*, La Paz: PRISMA y PLURAL, n. 125, jun. 2012.

BOHRT, Carlos. *El censo nacional de Población y el sistema de representación*. La Paz, 2013. Mimeo.

BOLIVIA. *Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolivia*. La Paz, 2009. Disponible: <<http://www.harmonywithnatureun.org/content/documents/159Bolivia%20Constitucion.pdf>>.

_____. *Ley nº 073, de 29 de diciembre de 2010. Ley de deslinde jurisdiccional*. La Paz, 2010.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas: estrategias para entrar y salir de la modernidad*. Sao Paulo: EDUSP, 1997.

LINERA, Alvaro Garcia; TAPIA, Luis; ALCOREZA, Prada. *La transformación pluralista del Estado*. La Paz: Muela del Diablo, 2007.

PLATA, Wilfredo; CAMERON, John. *La autonomía indígena originaria campesina desde la perspectiva de los actores políticos y autoridades locales en zonas de Chuquisaca y La Paz*. Estudio realizado por fundación tierra, Sucre (BO), jul. 2013. (Ponencia del autor en el congreso de Estudios Bolivianos).

PAZ, Sarela. *Las clases sociales y su desarrollo orgánico: el Estado Plurinacional como un campo de lucha*. Sucre (BO), jul. 2013. Mimeo. (Ponencia en el congreso de Estudios Bolivianos).

REQUEJO, Ferrán. *Las federaciones democráticas plurinacionales frente a las diversidades políticas: ¿O es al revés?* Barcelona: Universidad Pompeu Fabra, 2002. p. 288.

ROMERO, Carlos. *Autonomías: se hace camino al andar*. La Paz: FES_ILDIS, FBDM, PNUD, 2009.

ROJAS, Farit. *Deconstruir la Constitución, en Pluralismos*: once tesis. La paz: Centro de estudios constitucionales (CEC), 2013.

SANTOS, Buenaventura de Sousa *Democracia de alta intensidad*: apuntes para democratizar la democracia. La Paz: CNE, 2004.

_____. *Reinventar la democracia*: reinventar el estado. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

TAPIA, Luis et. al. *Pluriverso*: teoría política boliviana. La Paz: Muela del diablo, 2001.

ZAMORA, Kathia. *Debates y dilemas del Pluralismo jurídico boliviano*. La Paz: Nueva Crónica y buen Gobierno, n. 107, jul. 2012.

A “Hánaiti Ho’Únevo Têrenoe” (Grande Assembleia Terena): o protagonismo indígena e suas reformulações etnopolíticas

Mario Ney Rodrigues Salvador

INTRODUÇÃO

Neste texto, em que analiso o surgimento da Grande Assembleia Terena, reflito sobre a referida organização indígena como parte do contexto de levante e reconfiguração de organizações etnopolíticas recentes no Brasil, assim como, pelo viés dos movimentos insurgentes que se levantaram “violentamente” para conter o avanço capitalista e mostrar as incongruências das políticas estatais e do projeto de “desenvolvimento” a qualquer custo em curso no país. A Grande Assembleia Terena é uma proposta reconfigurada e ampliada das reuniões Terena visando fortalecer os laços interétnicos, fazer ouvir a voz Terena e traçar objetivos e interesses comuns para os grupos indígenas no Mato Grosso do Sul, através da participação do movimento de base, da aproximação das lideranças, das pessoas e das aldeias uma das outras, e da luta e ação direta. Do ponto de vista macro, retrata de forma singular a interconexão local-global da sociedade moderna e os limites da mundialização da economia, na medida em que a postura, o discurso e os conflitos interétnicos trazem à tona os problemas mundiais.

Pretendo analisar a sociogênese da Grande Assembleia Terena, os desafios e as perspectivas desse etnomovimento que surge na onda de movimentos contra-hegemônicos emergentes no Brasil nos últimos anos. Procuro dialogar com proposições epistemológicas construtivas de uma sociedade onde a emergência de movimentos insurgentes é efetiva. Como fruto da articulação e consolidação da base local, procuro salientar que a Assembleia Terena tem alcançado notoriedade regional e nacional por representar camadas sociais específicas em ação, e não somente minorias em situação de vítimas e submissão. Em alguma medida expressam formas de resistência. Tal

notoriedade ocorre também porque as instituições dominantes passaram a (pre)ocupar-se com esses movimentos insurgentes. Os Terena, por exemplo, tidos como “índios mansos”, há pouco mais de dez anos decidiram retomar por conta própria suas terras tradicionais, e não mais esperar a vontade do Estado. Por essa razão tem se confrontado diversas vezes com as instituições estatais (principalmente contra forças policiais) e com a estrutura política e fundiária regional (a elite agrária regional, as fazendas e seus “seguranças”).

A incompreensão deste “reaparecimento” sociopolítico dos indígenas tem produzido efeitos sociais práticos e cognitivos. Em diversas esferas (social, política e acadêmica), e sob diversos olhares, voltou a se debater a questão indígena. Isso demonstra que as mobilizações e organizações indígenas atingiram o objetivo de atrair a atenção da sociedade para os seus problemas. Mas de forma notavelmente hegemônica temos observado a reprodução de pensamentos colonialistas e ideias dominantes, onde os problemas concretos (invasão da terra indígena, matança de lideranças indígenas, precarização da saúde e da educação, subordinação econômica, insustentabilidade das reservas indígenas, etc.) dão lugar a problemas abstratos (questionamento da identidade e da cultura indígena, busca da “paz no campo”, a ideia de que os índios não querem terra, mas sim trabalho e bens materiais, reaparece o “velho” discurso integracionista, etc.). Sob esta visão, ao fazer o enfrentamento de seus problemas pela *ação direta*, um dos obstáculos enfrentados pelas mobilizações é a titulação/rotulação de que são promotores do caos social, da violência, da desordem, do atentado à democracia, da repulsa ao diálogo, etc. No mesmo sentido, a negligência das questões fundamentais (que muitos insistem em desconhecer) somente fortalece o preconceito sobre os indígenas e perpetua a ignorância.

Busco não apenas explorar sociologicamente a Assembleia Terena, mas também, e principalmente, destacar a importância deste tipo de organização no tensionamento da “harmonia” social ao fazer embates políticos, enfrentar a estrutura econômica e lutar por justiça social. Não se trata aqui de adentrar no conteúdo das Assembleias, nem tampouco de aprofundar a análise de seus documentos finais, mas de observar o seu significado no contexto político enquanto movimentos insurgentes. Falo com certa propriedade porque pertencço ao grupo étnico Terena, e me coloco nesta condição diante do leitor, mas firmo o compromisso de rezar pela difícil tarefa do distanciamento do objeto que espero ser suficiente para tratar deste tema.

RAÍZES DO LEVANTE INDÍGENA

É ilusão pensar que a Constituição Federal de 1988 marcaria o fim das injustiças contra os povos indígenas no Brasil. O Brasil herdou, desde o período colonial, raízes e estruturas sócio-econômicas das classes dominantes

(da nobreza, das oligarquias, e, por fim, da elite capitalista) cujos sistemas e estratégias de dominação e manutenção do poder permaneceram atuantes mesmo com a promulgação da Constituição, numa espécie de *continuum* da obsessão de intelectuais pelo positivismo de Auguste Comte. Nem precisamos dizer ao leitor que o problema (que estimula a emergência de movimentos insurgentes) está, exatamente, na patologia estrutural e intelectual que acompanhou a formação do Brasil desde 1500, e que culminou com a ideia de que uma Constituição “democrática” pudesse efetivar a crença (utópica) do Estado como ente regulador social e promotor do desenvolvimento. Ignorar esta não ruptura com a herança patológica significa alienar os indivíduos ao sistema e aniquilar as infinitas possibilidades de ação. Além disso, seguirá gerando expectativas, nada mais nada menos, e infelizmente, a uma massa de ignaros, míopes, reféns de sua ambição materialista, e a inúteis ditos intelectuais cuja sabedoria foi relegada, deixando somar-se a uma multidão de tapados que não veem para além do próprio umbigo. Nem de perto me refiro aos analfabetos e iletrados, mas à massa – de doutos e “letrados” e outros que se acham burgueses – incapazes de romper-se com a mera dualidade e partidarismo político contemporâneo, menos ainda, com o sistema que os domina. Enquanto isso, a ambiciosa elite do poder, escancarados inimigos do povo, ditos “representantes do povo” na democracia elitista, apoiado pelos autointitulados “produtores de riqueza” e *promoters* do “desenvolvimento”, agem tão em desacordo com a sonhada Carta Magna, que é possível crer que ela não existe (e de fato não existe para quem dela realmente precisa).

Ainda assim, acreditando mais uma vez no Estado, os indígenas fizeram constar na Constituição Federal dois artigos comprometendo-o a “reparar” os danos, garantir direitos e assumir responsabilidades, como forma de amenizar os irreparáveis quatro séculos de destruição, dominação e etnocídio¹. Certamente um dos mais perfeitos contratos sócio-legal dentre os Estados-Nação do mundo moderno, a Constituição brasileira produziu a expectativa de colocar fim nos séculos de injustiças contra os povos indígenas. Mas tudo se resumiu na expectativa, pois quem a opera está lá (no poder) há mais de quatro séculos, e não há razão para abdicar de seus interesses. Muitos imaginam hoje a Constituição como um conjunto de ordenamentos menosprezados por inúteis e escarniciosos ditos “representantes do povo” e “homens da lei”, corruptos, que violam não só os direitos indígenas, mas os direitos de todo o povo brasileiro. A prova disso está todos os dias nos telejornais. É ilusão, portanto, esperar que haja justiça por quem historicamente sobreviveu da injustiça e da dominação.

1 Não se trata aqui de “levantar a bandeira” pró-indígena, mas de reconhecer historicamente que nenhuma política, por melhor que seja, recompensará as perdas dos grupos indígenas.

Diante da continuidade da invisibilização social, econômica e cultural indígena (razão da violência, insegurança, injustiça social e territorial, e do retrocesso nos seus direitos), marcantes no período posterior à Constituição de 1988, surgiram dentre os povos indígenas organizações etnopolíticas próprias, com propostas e posturas políticas mais consistentes, grupos mais conscientes, mobilizados, articulados e cientes da necessidade da construção de ações e estratégias de *lutas* conjuntas, com a participação ampla e efetiva dos seus membros, dentre as quais a Grande Assembleia Terena. Seria ingenuidade crer que a situação de subalternidade fosse resultado da ausência do Estado. Ao contrário disso, a situação indígena atual só tem sentido no contexto da ação do Estado, e mais, de um Estado cujos interesses seguem alinhados aos do capital. Por outro lado, também é importante salientar que o Movimento Indígena Brasileiro (MIB) na sua forma “organizada” fica aquém diante do Estado em experiência na colonização e processo de dominação étnica. São forças incomparáveis e extremamente assimétricas. Ainda assim, as *novas organizações etnopolíticas* não deixam de representar avanços de experiências iniciadas em outros momentos da luta indígena (que iniciou em final dos anos 1970). É o que veremos no item seguinte.

PROTAGONISMO INDÍGENA E O LEVANTE NOS ANOS 1970

O incentivo e as condições dados pelo Estado brasileiro ao capitalismo foram decisivos para o avanço das injustiças contra os indígenas no Brasil. No século XX, o Estado exerceu o papel central na condução das políticas (econômica e sociais), e, portanto, decidiu sobre o rumo do país e sobre a política de colonização e ocupação dos territórios indígenas. Como tentativa de amenizar o impacto de sua intervenção, o Estado brasileiro adotou algumas iniciativas, ancorado no discurso de “defesa” e “proteção” dos índios, que, por outro lado, estrategicamente visava sua “integração” à sociedade nacional e, principalmente, a formação de uma massa de mão de obra para os projetos de ocupação do território brasileiro. As intervenções mais significativas foram a política de criação de reservas e a criação do órgão responsável por conduzir a política indigenista estatal, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

Para os Terena, essas duas intervenções significaram, na verdade, o confinamento territorial e a concretização do absoluto controle do Estado sobre o grupo, que, por sua vez, facilitaria a liberação de suas terras tradicionais para as frentes de colonização (criação das fazendas) e os subordinariam economicamente, para que viessem a ser “integrados” à sociedade através do trabalho,² sendo este assalariado ou não. Entretanto, o leitor deve estar se perguntando, com razão, se em alguma medida tais políticas também não

2 Para saber mais sobre este período, sugiro ler a dissertação de Salvador (2012).

foram positivas. Vale reconhecer que foram fundamentais para a preservação do pouco que restou dos grupos indígenas no período posterior à guerra do Paraguai, inclusive para o reagrupamento daqueles que viviam nas fazendas já instaladas em suas terras, mas ainda assim, foram insuficientes e ineficazes diante do estrago que o processo de colonização, inclusive a Guerra, provocou para os grupos indígenas da região do atual Mato Grosso do Sul. Como principal mentor destes processos, o Estado foi cúmplice e/ou diretamente responsável pelo estrangulamento do modo de vida e das formas autônomas de subsistência étnicas existentes no país.

Ao observar o recente levante dos grupos indígenas no Brasil, é possível dizer que o Estado cometeu pecado ao ignorar as consequências dos processos de repressão, sutil e violenta, praticadas pelas instituições de poder em outras partes do mundo, que culminaram em revoluções e levante populares violentos contra os grandes impérios. Da mesma forma, como estratégia de luta e resistência, o saber científico eurocêntrico acionado no processo de dominação étnica vem substancialmente sendo confrontado pela afirmação dos saberes tradicionais *subalternos*, como saberes legítimos de conformação social. A condição de superioridade e a ideia de absoluto controle fazem transparecer as “fraquezas” do Estado pela subestimação da capacidade de seu povo, visto de forma clara ao “despreocupar-se” com a mobilização indígena. Isto é bastante notório ao analisar os movimentos sociais no período da ditadura, em que, ao se organizarem, os indígenas talvez foram os únicos a não sofrer com as represálias violentas dos militares, favorecendo o surgimento do Movimento Indígena Brasileiro (MIB) neste período.

O Movimento Indígena Brasileiro, enquanto “movimento organizado”, é bastante recente, no Brasil. Segundo Baniwa (2006) e Bicalho (2009), a forma organizada e politizada do MIB tornou-se visível a partir da década de 1970. A imposição de um novo modo de vida (de apropriação dos recursos naturais, de mudança nas relações sociais, de imposição de nova organização política, etc.) durante mais de cinco séculos, a invasão territorial, o genocídio, o estrangulamento do sistema tradicional de subsistência, a imposição religiosa, a discriminação, a destruição dos recursos naturais, a disseminação da pobreza entre os indígenas, o ataque à saúde indígena, a desestruturação social, etc., impulsionaram o *despertar indígena* e a “mobilização indígena organizada” do final dos anos 1970. Bicalho (2009) sugere que tenha havido uma “tomada de consciência” dos grupos indígenas quanto às precarizações provocadas pela política indigenista e à profunda crise social em que foram submetidos. É justamente nos anos 80 que explode o *protagonismo étnico* apoiado por diversas organizações. E neste contexto é importante mencionar o papel fundamental da Igreja Católica, que através do CIMI apoiou logisticamente e facilitou a realização das reuniões de lideranças indígenas. Mas isso se deve

também a uma nova postura da Igreja Católica em relação aos indígenas (quase como uma reparação histórica dos seus atos), depois de muito contribuir com a colonização e com a formação do Estado – através da catequização – que resultou no massacre de milhares de indígenas em todo o país. Nesse sentido, o termo “*tomada de consciência*” serve também para a própria Igreja em relação ao seu “papel evangelizador” e à busca do bem comum. Os grupos indígenas passaram a propor e exigir que a *condição étnica* fosse minimamente reconhecida e respeitada pelo Estado e pela sociedade nacional. O levante indígena deste período (final do século XX) fortaleceu ainda mais com as propostas de redemocratização nacional em que os indígenas visaram garantir seus direitos na nova Constituição do país.

No que tange ao órgão criado para atuar em prol dos indígenas, o SPI, após uma série de irregularidades administrativas foi substituída pela FUNAI. Renovou-se o órgão, mas não renovou a política indigenista praticada pelo Estado. A postura político-ideológica estatal continuou sendo a da integração/assimilação dos indígenas à comunhão nacional, ordenamento estes da Constituição de 1934 e 1967. Apesar de constar nos textos das Constituições brasileiras do século XX e de ser “assegurada aos silvícolas a posse permanente das terras que habitam e reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nelas existentes” (CF/1967), os conflitos atuais mostram que tal garantia não prevaleceu nas relações entre indígenas e não indígenas.

Ficou claro, no início do século XX – através do “grande certo de paz” (SOUZA LIMA, 1995; apud LOPES, 2011), ou, das “guerras de conquista” pelas “técnicas de pacificação” (SOUZA LIMA, 1995; apud BICALHO, 2009; LOPES, 2011) – a verdadeira face da ideologia positivista imperialista do Estado de integração/civilização indígena e a transformação deste em trabalhador nacional. Estas formas de agir e a ideia de “proteção” pregada pelo Estado significavam, por um lado, respeitar os modos tradicionais de vida indígena, e por outro, retirava-lhes as condições necessárias para preservação e reprodução dos modos e cultura tradicional. A invasão europeia sobre as terras indígenas levaram vários grupos à extinção e à pobreza rural generalizada daqueles que resistiram ao avanço do capitalismo ocidental.

A partir dos anos 70 os indígenas passaram a contestar de forma mais incisiva esta política imperialista do Estado sobre seus territórios. A “tomada de consciência” (BICALHO, 2009) aproximou diversos grupos indígenas na luta por seus direitos, colocando em cheque a legitimidade do órgão tutelar do Estado na representação dos interesses indígenas. Para estes novos atores políticos, o SPI/FUNAI descumpria com sua função, e, portanto, seria necessária a intervenção paralela dos indígenas na defesa de seus interesses. Note que apesar de muitos já acharem contraditório o papel do SPI/FU-

NAI, houve em diversos momentos (e até hoje) a defesa do órgão e o pedido de fortalecimento do mesmo (político e financeiro). Talvez um dos grandes dilemas do Movimento Indígena seja justamente a busca pela autonomia *versus* reconhecimento da autoridade do Estado e a busca constante por fazer parte deste Estado ou mesmo do sistema, como por exemplo, a ocupação de cargos políticos. A mobilização das lideranças indígenas, no final do século XX, convergiu para a formação de uma organização indígena própria, capaz de reunir as demandas indígenas e de representar os mais diversos grupos indígenas nas relações institucionais. No final dos anos 1970 surge a UNI (União das Nações Indígenas), uma das principais organizações indígenas representativa desse movimento, bem como forma de resistência e contraponto à exclusividade do órgão tutelar. Além de representar os grupos indígenas, a UNI se encarregou de enfrentar politicamente o sistema vigente, inclusive a estrutura do Estado que tinha como órgão representativo dos índios o SPI/FUNAI.

Deste período, Bicalho (2009) destaca a emergência de várias lideranças indígenas que tiveram presença marcante no cenário político brasileiro e na luta em defesa dos direitos de seus povos, dentre os quais se destacam Mario Juruna, Álvaro Tukano, Marcos Terena, entre outros. A atuação, enquanto indígenas e representantes de grupos tradicionais, garantiu o “empoderamento” dessas lideranças e o acúmulo de um capital político-simbólico até hoje reconhecido nacional e internacionalmente, mas que, por outro lado, serviu como estopim para a reconfiguração pela base de movimentos locais, como é o caso (que queremos tratar aqui) do líder indígena Marcos Terena, do Mato Grosso do Sul. Marcos Terena se destacou, nos anos 80 e 90, como representante do povo Terena no cenário político. A trajetória de Marcos e o que ele enfrentou enquanto indígena de fato é marcante enquanto pessoa e enquanto liderança. Formou-se em Administração, serviu a Força Aérea Brasileira, aprendeu a profissão de aviador, foi um dos fundadores do movimento indígena e um dos articuladores dos direitos indígenas na Assembleia Constituinte. Dentre as principais atividades destacam a participação e organização de diversos eventos envolvendo a temática indígena (organizou a Conferência Mundial dos Povos Indígenas, 1992; discursou na Conferência Regional das Américas, 2006); ocupou vários cargos na esfera pública (assumiu a gerência do Memorial dos Povos Indígenas em Brasília em 2007; foi Chefe de Gabinete da Fundação Nacional do Índio; é membro da Comissão Brasileira de Justiça e Paz; é Presidente do Comitê Intertribal e Coordenador do programa VIATAN – Central de Informações indígenas; é Coordenador do Fórum Indígena Internacional sobre Biodiversidade e do tema Conhecimento Tradicional e Espiritualidade na Cátedra Indígena Internacional). É reconhecido interna-

cionalmente por defender os povos indígenas e lutar pelos seus direitos (é articulador dos direitos indígenas junto à Organização das Nações Unidas, à Organização dos Estados Americanos e aos programas dos bancos de fomento multilaterais). Dedicou-se às causas indígenas na posição de líder indígena, e por essa razão optou por viver em Brasília, capital federal, sendo o princípio do distanciamento da base de sustentação da liderança.

Todavia, como se pode perceber, o enfrentamento às instituições de poder somado ao acúmulo de capital político-simbólico levou-o a ocupar, sem nenhuma objeção crítica, estes mesmos espaços de poder (de dominação e aniquilamento dos povos indígenas), ou seja, tomou posse de um saber e deixou ser incorporado por este saber compatibilizado aos interesses do capital. Tornar parte do sistema que outrora combatia, sem qualquer estratégia coletiva de ocupação desses espaços de poder, foi, certamente, a abertura do abismo entre o líder Marcos Terena e a base, em que as opções individuais apenas contribuíram para a criação de um campo de conflitos. Há uma crítica e uma forte resistência por parte de várias lideranças não só no Mato Grosso do Sul, mas em todo o Brasil, no que tange a Marcos Terena enquanto líder e representante dos povos indígenas no Brasil e no exterior. Não se trata de uma posição meramente política de grupos específicos, mas de fato um aspecto crucial que pode orientar novas direções e reconstruções do movimento indígena brasileiro. Segundo várias lideranças Terena do Mato Grosso do Sul, as situações enfrentadas atualmente pelos indígenas não carecem de lideranças “estrelas”, mas de “guerreiros” que vivenciam o dia a dia da comunidade. Fica claro neste discurso a tensão interna do movimento indígena, que não exclui a tensão também com o Estado. As reformulações etnopolíticas recentes são consequências exatamente do agravamento da tensão entre representante e representados, que ao longo da história deixaram as importantes ações e intervenções serem ofuscadas por um pareamento de interesses. A tensão pode ser vista em relação ao Estado enquanto tutor, e vai se estender para dentro do movimento indígena no questionamento da atuação de importantes lideranças, como a mencionada acima.

Ainda que importante para o Movimento Indígena, a atuação “isolada” de Marcos Terena mostrou-se mais propícia à prevalência da subjetividade, da individualidade e do interesse privado (mas que não isenta as diversas lideranças destes aspectos) do que ao fortalecimento do MIB. Diante disso, uma recente corrente de lideranças do movimento Terena, e também do MIB, observou que o *status* e o poder conquistado por Marcos não convergem com as atuais necessidades indígenas. O que várias lideranças no Mato Grosso do Sul questionam é que o “estrelismo” separou o líder de suas comunidades, e tal distância impossibilita acompanhar as demandas atuais dos povos indígenas (que não diz respeito somente à questão territorial). O

que se pode observar nas reorganizações etnopolíticas como a dos Terena, é a preocupação do Movimento Indígena em não deixar as novas lideranças “isoladas”. A periodicidade (dois por anos) da Assembleia Terena parece ser pensada justamente para preencher este quesito. Apesar de várias lideranças ocuparem uma posição de destaque, há uma mudança em relação à proximidade de sua base e intenso diálogo com a realidade local. Foi exatamente neste contexto que emergiram novas formas de organização e representação política, tanto em nível local quanto nacional (por exemplo, Assembleia Terena e APIB, respectivamente).

A fraqueza do “líder isolado” está em ser menos resistente às armadilhas do Estado e do capital, usado para defender interesses privados. O “isolamento” é propício para o Estado acionar estratégias de cooptação, integração ao aparelho do Estado, oferta de cargos públicos, como forma de calar a voz de lideranças importantes. No exemplo aqui tratado, o capital político-simbólico garantiu uma posição estável no aparato do Estado, mas não garantiu esta mesma estabilidade diante do povo ao qual pertence e representa. O caso Marcos Terena é bastante emblemático nesse sentido.

A GRANDE ASSEMBLEIA TERENA COMO MOVIMENTO INSURGENTE

Em maio de 2012, acompanhei a primeira reunião, na aldeia Imbirussu, município de Aquidauana-MS, da Grande Assembleia Terena (Hánaiti Ho’Únevo Têrenoe, na língua Terena), hoje em sua sétima edição uma das mobilizações mais importantes do calendário Terena. Tomei conhecimento da Grande Assembleia Terena quando ainda estava no Rio de Janeiro e a primeira impressão foi a de que seria apenas mais uma *facção*, como das que constam no trabalho de Ferreira (2007), dentre tantas outras, que se desponsava na tentativa de *mobilizar* e *organizar* os indígenas em um contraponto a outras facções, instituições, inclusive ao próprio Estado. Sim e não. Não se tratava apenas uma mobilização faccional, mas também de uma forma bem mais articulada e pensada que o Movimento Indígena Terena local encontrou para tratar de questões relativas aos indígenas.

Nas semanas que antecederam aquele primeiro encontro, lideranças indígenas³ recorreram as aldeias, na região de Miranda, Aquidauana, Nioaque e Sidrolândia, objetivando *conscientizar* os Terena quanto à importância política de se realizar uma Grande Assembleia e da necessidade de mobilização em prol dos direitos indígenas, constantemente ameaçados, e/ou não efetivados, pelo governo e outras instituições (entenda estes como um conjunto de forças de grande poder econômico atuantes na política e na forma de gestão do Estado). Antes, vale salientar que esta mobilização não era a primeira

3 Dentre eles Lindomar Terena, Zacarias, Dionedson, Luiz Eloy, dentre outros.

nem a única dos Terena, mas notoriamente, chegava nas pessoas como uma possibilidade concreta de sair de certa “imobilidade política” e responder com propriedade às autoridades governamentais e às instituições (políticas e econômicas) que atentavam contra seus direitos.

O que se pode ver na aldeia Imbirussu foi uma forma única de organização etnopolítica, talvez nunca havido dentre os Terena. Havia representantes de várias aldeias e de outras etnias, do Mato Grosso do Sul. A recente Assembleia incluía uma quantidade significativa de indígenas,⁴ caciques e lideranças que buscavam fortalecer-se e envolver suas comunidades, e também, de respaldar e legitimar suas ações. Além de trazer na bagagem experiências de ações de retomadas,⁵ de conflitos em reintegração de posse, de participação em protestos e manifestações públicas e de diálogos/negociações com autoridades de diversas esferas do poder, os Terena contavam também com uma rede de relações que envolvia Igreja Católica (CIMI), indiretamente o apoio de ONGs, organizações indígenas (APIB, Aty Guasu), acadêmicos e professores universitários, profissionais indígenas graduados e qualificados,⁶ FUNAI local (de certa forma meio que “forçada” a apoiar) e alguns servidores públicos que se colocam não apenas solidários à causa indígena, mas que deixam transparecer uma análise crítica e sensata das situações de exclusão e injustiças.⁷ Na assembleia de maio de 2012, além de tratarem sobre a participação na Rio+20, os Terena debateram questões claras e pontuais (território, saúde, educação, políticas públicas, etc.) que por si só justificavam a convocação daquela reunião. Mas o fato que articula com este texto foi o que poderíamos chamar de *ruptura* dentro do movimento indígena local que se replicou na ocasião da Cúpula dos Povos, em junho de 2012, no Rio de Janeiro: ou seja, o sentimento de *insatisfação política*, não só contra os poderes e as políticas estatais, mas também contra a atuação política do líder indígena Marcos Terena, que no entendimento da maioria dos presentes naquela ocasião não compactuava com os interesses da coletividade, senão a projetos políticos individuais e subordinados/alinhados aos interesses do Estado. Marcos Terena foi acusado de frequentemente negociar com o governo em nome dos povos indígenas do Brasil, e de aceitar propostas, sem, contudo, consultar as comunidades de base. A existência de um abismo entre Marcos e o povo Terena pode ser percebido

4 Me refiro aqui aos indígenas “comuns”, aqueles que pouco se envolvem nas reuniões mesmo em suas aldeias, daí a importância que a Assembleia tem, de conseguir mobilizar essas pessoas.

5 As retomadas são as ocupações voluntárias das terras tradicionais indígenas.

6 Importante destacar a qualificação acadêmica/intelectual dos próprios indígenas, nos padrões da eurociência, porque marca uma nova fase do Movimento Indígena.

7 Cabe aqui destacar o Procurador da República Emerson Kalif.

em diversas falas por razões da priorização dos interesses privados de Marcos ante o coletivo. Apesar de algumas lideranças naquela ocasião enfatizarem este discurso, o repúdio a Marcos Terena não constou no documento final da I Assembleia Terena, mas constou no documento final do Acampamento Terra Livre realizado, na ocasião da Cúpula dos Povos, concomitante à Rio+20. Mais de 1800 lideranças, representantes de povos e organizações indígenas do Brasil e da América Latina, declararam publicamente no documento final do IX Acampamento Terra Livre (ATL), repúdio ao indígena Marcos Terena como representante dos povos indígenas no Brasil, como segue:

Repudiamos a atuação de Marcos Terena que se apresenta como líder indígena do Brasil e representante dos nossos povos em espaços internacionais, visto que ele não é reconhecido como legítimo representante do povo Terena, como clamado pelas lideranças deste povo presentes no IX Acampamento Terra Livre. (DECLARAÇÃO FINAL..., 2012)

Quem acompanhou o evento, na Cúpula dos Povos, em junho de 2012, no Rio de Janeiro, deve recordar-se da dupla representação do Movimento Indígena. Havia, de um lado, o ATL, realizado pelas organizações indígenas como APIB, COICA, CAOI, CICA e CCNAGUA,⁸ e as mais de 1800 lideranças, segundo o documento final; e, de outro, o Comitê Intertribal, presidido pelo indígena Marcos Terena, organizando outra ala do Movimento Indígena, no local denominado Kari-Oca, em Jacarepaguá.

Segundo participantes do ATL, o governo brasileiro quis garantir a participação do Movimento Indígena na Cúpula dos Povos, porém conferindo-lhes alguns condicionantes para esta participação. No entendimento do Movimento Indígena, a intenção do governo brasileiro era de “maquiar” a verdadeira realidade dos indígenas no Brasil (o alto índice de assassinatos de lideranças, a não demarcação territorial, os conflitos por terras, o avanço do agronegócio nas terras indígenas, as precárias condições da saúde indígena, o elevado índice de desnutrição infantil indígena, o baixo desempenho da educação escolar indígena, a precariedade econômica das terras indígenas, etc.). No entendimento da APIB, o ATL e a Cúpula dos Povos são:

*Espaços autônomos voltados a enfrentar os graves problemas com que se defrontam a humanidade e o planeta” e “os povos indígenas não podem mais ser vistos só como portadores de valiosas manifestações culturais e espirituais, componentes do folclore nacional inclusive, ou como fontes de sabedoria ancestral suscetível de ser explorada pelo mercado capitalista.”*⁹

8 APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, COICA – Coordenadora de Organizações Indígenas da Bacia Amazônica, CAOI – Coordenadora Andina de Organizações Indígenas, CICA – Conselho Indígena da América Central, CCNAGUA – Conselho Continental da Nação Guaraní

9 Carta Pública – APIB rumo à Rio+20

Isso demonstra o sistema e a autoridade sendo confrontado por saberes subalternos. O ato de repúdio, ocorrido no evento Rio+20, demonstrava, além da ruptura com uma política indígena obsoleta, uma nova postura dos indígenas com relação a sua representação e participação nas atividades políticas. O enfrentamento do saber colonizador deveu-se à percepção por parte dos colonizados, de que o discurso e a prática do líder-autoridade não convergiam com os interesses e demandas das comunidades de base, senão em benefício próprio e promoção pessoal, de acúmulo de poder e capital simbólico.

O encontro com as lideranças de outros povos do Brasil, no Rio de Janeiro, fortaleceu a luta Terena e os aproximou ainda mais dos Guarani, do sul do estado de Mato Grosso do Sul. A organização legítima que pudessem expressar o pensamento dos Terena, a partir de decisões e deliberações pautadas no consenso coletivo, se fortaleceu. A partir de 2012, ficou, então, constituída a “Hánaiti Ho’Únevo Têrenoe” (Grande Assembleia Terena), organização informal, com uma postura bastante próxima do Conselho Aty Guasu (sendo este atuante há mais tempo), práticas etnopolíticas de participação e representação dos dois maiores grupos indígenas do estado de Mato Grosso do Sul. Na verdade, a Hánaiti Ho’Únevo Têrenoe não é efeito direto e exclusivo do evento Rio+20, mas uma luta que já vinha sendo construída por lideranças locais descontentes com as “velhas” práticas políticas de lideranças que almejam dominar as relações políticas e de poder locais, para negociar status e poder político regional e nacional. Na primeira Hánaiti Ho’Únevo Têrenoe, em 2012, foi visível o descontentamento dos Terena com o “parente” Marcos Terena (fato que se repetiu no evento Rio+20, como vimos acima), e a necessidade de se construir novos caminhos para apresentar com maior legitimidade as demandas e a realidade indígena à sociedade e aos governantes. Isso não significa isenção de oposição, especialmente dentro do próprio movimento indígena local, mas é hoje a organização mais bem articulada dos Terena.

Os debates construídos nas Assembleias mostram que os indígenas acompanham de perto a política e a problemática indígena e têm explícito conhecimento de que o governo brasileiro muito se dedicou ao avanço do agronegócio e à política de “desenvolvimento” do país, mas pouco avançou no compromisso de garantir a autonomia dos povos indígenas, de respeitar e a preservar seus modos particulares de vida, e principalmente, de demarcar as suas terras tradicionais dentro do prazo de cinco anos, como foi pactuado na Constituição de 1988. É a emergência de um saber político conquistado graças ao processo de descolonização do conhecimento e do acesso quantitativo e qualitativo de indígenas nas universidades brasileiras. Há, portanto, a posse de sistemas cognitivos, tradicionais e não tradicionais (nas universidades) e o uso desses sistemas nos discursos e ações de resistências. A principal

bandeira de luta que move o Movimento Indígena ainda é a demarcação dos territórios tradicionais, desde as primeiras Reuniões de Chefes Indígenas (BICALHO, 2009) até as mais recentes mobilizações, como a que deu origem à Assembleia Terena.

A Hánaiti Ho’Únevo Têrenoe busca, ainda, contribuir com o movimento nacional aproximando-se de outras etnias indígenas. Nos documentos finais das Assembleias Terena consta a presença de, além da etnia Terena, representantes do povo Ofaié, Kadiwéu, Kinikinau, Guarani-Kaiowá, Atikum, Tupinambá e Pataxó. A interação com outros povos, a troca de experiências, a unificação da luta fortalece o Movimento Indígena e permite ampliar as possibilidades de ação e *resistências cotidianas* (FERREIRA, 2007). Estes encontros têm permitido construir a política nacional indígena, unificar as pautas e parear o discurso de resistência indígena contra o sistema de opressão ao qual vêm sofrendo. Devido à dificuldade de enviar suas mensagens nos meios de comunicação áudios-visuais (rádio e televisão), outras formas de protestos são utilizadas como forma de chamar a atenção e transmitir a mensagem, como o fechamento da BR 262 pelos participantes da Assembleia Terena, em maio de 2014, em repúdio à audiência convocada pelos ruralistas e seus deputados, em Campo Grande-MS. As ações de retomada são os casos mais emblemáticos dos recursos que os indígenas adotam para chamar a atenção para a morosidade dos processos de demarcação das terras indígenas no Mato Grosso do Sul. Por tais motivos a luta/organização frequentemente é taxada como desordem e afronta à paz e à justiça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho pudemos notar que predomina nessas organizações o processo de apropriação do saber usado como ferramenta nas sociedades subalternas. Há ainda a luta e *resistência* às políticas implantadas pelo Estado Nacional, e as *formas cotidianas de resistência* (SCOTT, 1986 apud FERREIRA, 2007). Frequentemente se passa do discurso para as ações de retomada, fechamento de BRs, manifestações de rua, ocupação de prédios públicos, etc.

Este trabalho propôs, ainda, uma nova forma de visualizar a história indígena. É possível olhar os indígenas não a partir da visão da submissão/subordinação somente, mas principalmente a partir da própria ação concreta e política a que os indígenas se propuseram como forma de garantir e fazer valer seus direitos conquistados. Podemos destacar ainda a afirmação dos conhecimentos considerados “não científicos” fazendo parte do discurso de autoafirmação identitária e cultural. Os indígenas saíram da posição de meras vítimas para construir sua própria história de lutas, mesmo que ainda

se reconheça que são de fato vítimas do Estado e da sociedade nacional. Reconhece-se, contudo, que o MIB enfrenta os percalços e o conflito de posições, ideias e ideologias ao qual nenhum movimento está isento. Ainda que o processo de submissão/subordinação não seja descartado, o estudo do Movimento Indígena contribui para recolocar a história indígena num outro viés de percepção e questionar determinadas visões pessimistas, de que os indígenas estão em fase de transição e/ou extinção.

O abismo existente entre o que está consumado na CF/88 e demais leis, e o que se vê de fato (ou seja, o não cumprimento das leis) reacendeu a luta dos povos indígenas nas últimas décadas, e obrigou, de certa maneira, os indígenas a renovarem suas formas de ação de organização. Neste contexto, o MIB atuou de diferentes formas: atuação de lideranças, formalização de organizações indígenas, criação de associações indígenas, rearticulação de lideranças e organizações, novas práticas e modelos etnopolíticos de ação, etc. De toda maneira, transitou entre duas possibilidades de autonomia, que segue ainda como dilema do movimento indígena, qual seja a autonomia através do Estado e a autonomia através das próprias ações, ou seja, descon siderando a existência do Estado.

Há um movimento de reaparecimento sociopolítico dos indígenas e cada vez mais estão protagonizando uma nova história, que em uma sociedade etnocêntrica não poderia ser esperado sem preconceito. É assim que estão nas ruas das cidades e no campo, enfrentando a violência do Estado opressor (e suas forças armadas), as injustiças políticas e sociais, e o poder econômico das multinacionais. Estão, também, pintados e trajados nos Tribunais, no Congresso Nacional, nos Ministérios, nas organizações internacionais, nas Assembleias e reuniões locais, e em qualquer lugar onde há espaço para requerer, mobilizar-se e garantir seus direitos.

A análise do Movimento Indígena permite minimizar a centralidade da corrente marxista, enquanto concepção ideológica apta a explicar a luta indígena contra o capital e o Estado, na medida em que enfatiza a reação ao sistema vigente (o avanço capitalista) a partir da luta por direitos e justiça social, e pela luta por igualdade de direitos em relação aos demais cidadãos nacionais; além de defenderem o direito à diferença cultural, que é peculiar à sua sobrevivência, busca-se a autoafirmação da identidade e a construção de uma identidade coletiva nacional, capaz de abalar as estruturas nacionais dominantes. Nesse sentido há uma forte razão para pensar movimentos indígenas como movimentos insurgentes em Foucault ou mesmo uma contra proposta ao materialismo de Marx em Bakunin.

É notório o interesse do Estado em perpetuar (através de trocas clientelistas) a relação com certas correntes do movimento indígena. Mas a insurgência de grupos expõe as limitações da continuidade das políticas dominantes.

REFERÊNCIAS

BICALHO, Poliene S. S. *Protagonismo indígena no Brasil, movimento, cidadania e direitos (1970-2009)*. 2010. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, 2010.

BENITES, Tonico. *Rojeroky hina ha roike jery tekohape (Rezando e lutando): o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha*. 2014. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - UFRJ/MN, Rio de Janeiro, 2014.

ENGELS, Friedrich. Os bakuninistas em ação. *Der Volksstaat*, 5 nov. 1873. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1873/11/05.htm>>

FERREIRA, Andrey C. *Tutela e Resistência Indígena: etnografia e história entre as relações de poder entre os Terena e o Estado brasileiro*. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - UFRJ/MN – PPGAS, Rio de Janeiro, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LOPES, Danielle Bastos. *O movimento indígena na Assembleia Nacional Constituinte (1984 – 1988)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) – UERJ, Rio de Janeiro, 2011.

LUCIANO, Gersem dos Santos. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

ORGANISTA, José Henrique C.; SANTOS, Carina da Cunha; CAMPOS, Carlos Almeida. *Movimentos Sociais: aportes teóricos*. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.uff.br/ivspsr/images/Artigos/ST09/ST09.1%20Jose%20Henrique%20Carvalho%20Organista.pdf>>.

PROUDHON, Pierre-Joseph. *Do princípio federativo*. São Paulo: Imaginário, 2001.

Documentos consultados:

II HÁNAITI HO’ÚNEVO TÊRENOE. Aldeia Moreira, Miranda (MS), 16-18 nov. 2012.

III HÁNAITI HO'ÚNEVO TÊRENOE. Acampamento Terra Vida. Terra Indígena Buriti, Dois Irmãos do Buriti. 8-11 maio 2013.

IV HÁNAITI HO'ÚNEVO TÊRENOE. Aldeia Brejão. Terra Indígena Nioaque, Nioaque (MS), 13- 16 nov. 2013.

V HÁNAITI HO'ÚNEVO TÊRENOE. Aldeia Babaçu. Terra Indígena Cachoeirinha, Miranda (MS) 07-10 maio 2014.

DECLARAÇÃO FINAL do IX Acampamento Terra Livre: Bom viver/vida plena. Rio de Janeiro, 15-22 jun. 2012.

Parte III

Insurreições e autonomias nos centros e periferias urbanas

Luta de classes e insurgências no Brasil: o mito da classe média, a aristocracia operária e o proletariado marginal no capitalismo flexível

Andrey Cordeiro Ferreira

Os protestos de junho de 2013 no Brasil, que configuraram aquilo que chamamos de insurreição invisível (FERREIRA, 2015) e que pode ser considerado como um tipo específico de processo político, a insurgência, suscitaram uma série de questões de natureza teórico-política. Uma das principais foi sobre a caracterização sociológica dos atores coletivos e sua condição ideológica e econômica. O problema das classes sociais, de sua definição, de sua ação, consciência e formas de organização, o lugar de um “subproletariado ou precariado” na sociedade brasileira e seu impacto sobre as estruturas sociais e políticas pode ser considerado como o tema mais relevante surgido em 2013. Esse tema diz respeito a quem pode ser considerado como sujeito da ação política e como as características sociológicas das classes influenciam as formas de governo, as possibilidades de mudança social e relações entre reforma e revolução. É o que discutiremos aqui.

1 – CLASSES SOCIAIS E AÇÃO POLÍTICA: A DIALÉTICA CONTRA O DETERMINISMO ECONÔMICO E O INDIVIDUALISMO TEÓRICO

Podemos falar que as diversas interpretações surgidas sobre junho de 2013 (a governista, a ultraliberal, a fascista, a oposição de esquerda estatista) colocam determinadas teses sobre as classes sociais: 1) a interpretação governista e ultraliberal, seguindo e/ou convergindo com o pós-modernismo, falam do fim das classes sociais ou – o que é o mesmo – reduzem as classes sociais a categorias nominais de renda ou status (seguindo assim a escola weberiana e seu paradigma empirista), e vão falar de classes como agregados de indivíduos que compartilham a mesma renda e, conseqüentemente, as mesmas orientações e valores para ação; 2) outros intelectuais vinculados a interpretações governistas ou da oposição de esquerda estatista, irão retomar

um conceito, o de lumpemproletariado da tradição marxista (que mesmo sendo vaga, se referia a uma categoria de trabalhadores assalariados não ou semi-qualificados, de estabelecimentos híbridos). Tal categoria tem pouca elaboração científica e uma forte conotação moral, abrangendo uma suposta franja degradada e oportunista dos trabalhadores. Diversos intelectuais vão utilizar tal conceito para explicar os protestos de junho atualizado pelas categorias de “subproletariado” ou “precariado”.

Desse modo, as interpretações acionam diferentes tradições intelectuais (weberianismo, marxismo, pós-modernismo), mas todas convergem num aspecto fundamental: elas negam a qualidade de classe aos atores que tomaram parte nos protestos no levante de 2013. Essa negação é parte da invisibilização da própria insurreição e de manifestações da ação de classe (SHANTZ 2012; FERREIRA, 2015), pois nega a participação nas revoltas dos setores subalternos e explorados pelo capital e pelo Estado.

Nesse sentido, podemos falar que o problema das classes sociais foi levantado, ou negado, de dois pontos de vista distintos: 1º) o ponto de vista do mito da classe média, compartilhado pelos organismos de Estado, empresariais, alguns partidos e movimentos sociais. É o discurso do Império e do capitalismo flexível, que afirma que o mercado promove a distribuição de riqueza por meio da mobilidade social ascendente em escala mundial, de forma que os indivíduos estão ascendendo à condição de classe média no Brasil e no mundo e, ao fazerem isso, estão assimilando os valores do capitalismo moderno (individualismo, consumismo, empreendedorismo); 2º) as diferentes tradições marxistas, ao negarem que o indivíduo é o principal agente de mudança social, retomaram o que podemos chamar de fetiche do proletariado industrial (BIHR, 1998), na qual a classe trabalhadora se resume aos assalariados da grande indústria que teriam uma propensão instintiva ao socialismo por pertencerem ao setor da divisão do trabalho em que as relações de produção são mais concentradas e centralizadas. Essa visão cria uma equivalência entre a centralidade da indústria no desenvolvimento do capitalismo com a centralidade do proletariado industrial na política revolucionária. Consequentemente, como os protestos não foram convocados pelo proletariado industrial eles só poderiam ou ser efetivamente de classe média/pequena-burguesia ou serem do lumpemproletariado (ou de uma combinação dos dois), reforçando assim o discurso e as práticas repressivas de Estado (policiais e cognitivas).

A teoria anarquista clássica, por sua vez, e a grande tradição anarquista na qual estão incluídos os saberes políticos de organizações sindicais, coletivos, movimentos de trabalhadores e os saberes científicos elaborados por intelectuais anarquistas, formularam uma visão distinta das classes sociais. Em primeiro lugar, Bakunin e os coletivistas tinham um conceito amplo de classe social, que não se reduzia ao proletariado industrial (VAN DER

WALT, 2016; HIRSCH; VAN DER WALT, 2010). Bakunin (2014) por exemplo, define os trabalhadores rurais e camponeses como classe trabalhadora e entende esta como sinônimo de povo. Dessa forma, ao contrário de Marx e Engels, da socialdemocracia e das abordagens dos economistas liberais e mesmo conservadoras, Bakunin (seguindo nisso Proudhon) reconhecia o estatuto teórico e político da ação das classes sociais, que não era reduzida a uma interpretação econômica e nem diluída no individualismo. E mais que isso, a revolução social somente poderia ser realizada por meio da aliança dos operários/explorados das cidades e dos camponeses, como apresentado em livros como “O Império Knuto-Germânico e a Revolução Social”, “Cartas a um Francês” e outros (BAKUNIN, 2014). Dessa forma, o debate sobre o conceito e papel das classes sociais é central. No auge da polêmica com Marx, Bakunin fez algumas afirmações que iremos reproduzir aqui:

Existe nesse programa uma outra expressão que nos é profundamente antipática, a nós, anarquistas revolucionários, que desejamos francamente a completa emancipação popular: é o proletariado, o mundo dos trabalhadores apresentado como classe, não como massa. Sabeis o que isso significa? Nem mais nem menos que uma nova aristocracia, a dos operários das fábricas e das cidades, à exclusão dos milhões que constituem o proletariado dos campos e que, nas previsões dos Senhores social-democratas da Alemanha, tornar-se-ão propriamente os súditos em seu grande Estado pretensamente popular. Classe, Poder, Estado são três termos inseparáveis, cada um deles supondo necessariamente os dois outros, e todos juntos se resumem definitivamente por essas palavras: subjugação política e exploração econômica das massas. Os marxistas pensam que, assim como no século passado a classe burguesa havia destronado a classe nobiliária para tomar seu lugar e para absorvê-la lentamente em seu corpo, partilhando com ela a dominação e a exploração dos trabalhadores, tanto das cidades quanto dos campos, o proletariado das cidades é chamado hoje a destronar a classe burguesa, absorvê-la e partilhar com ela a dominação e a exploração do proletariado dos campos, esse último pária da história, exceto se este se revoltar e demolir todas as classes, todas as dominações, todos os poderes, e, em uma palavra, todos os Estados, mais tarde [...].

Por flor do proletariado, quero dizer, principalmente, essa grande massa, esses milhões de não-civilizados, deserdados, miseráveis e analfabetos que o Sr. Engels e o Sr. Marx (a designam ordinariamente por essa palavra, ao mesmo tempo desprezível e pitoresca, lumpemproletariado, o “proletariado esfarrapado”, os gueux) pretendem submeter ao regime paternal de um governo muito forte sem dúvida, para sua própria salvação, como todos os governos não foram estabelecidos, é evidente, no próprio interesse das massas. Por flor do proletariado, refiro-me precisamente a essa carne de governo eterno, essa grande canalha popular, que, sendo mais ou menos virgem de toda civilização burguesa, traz em seu seio, em suas paixões, em seus instintos, em suas aspirações, em todas as necessidades e misérias de sua posição coletiva, todos os germes do socialismo do futuro, o que só ela é hoje bastante poderosa para inaugurar e fazer triunfar a Revolução social. (BAKUNIN, 1989)

Bakunin sintetiza aqui um posicionamento muito específico que pode ser decisivo para uma reformulação crítica da teoria das classes sociais. Porém, é preciso advertir que aqui Bakunin está enunciando algumas teses ético-políticas e não formulando conceitos sociológicos propriamente ditos. Isso significa que a tarefa de transitar dessas teses aos conceitos sociológicos mais precisos precisa ser realizada e aqui tentaremos avançar nesse sentido. Em primeiro lugar, dessas considerações de Bakunin, podemos extrair algumas caracterizações estratégicas: 1) a classe trabalhadora não era homogênea e o capitalismo não tendia a homogeneizá-la, seja pela mobilidade social, seja pela proletarianização. Na realidade o proletariado tendia a se polarizar internamente, conforme avançava o desenvolvimento capitalista, entre uma “aristocracia” vinculada à civilização burguesa e uma “massa” marginalizada por ela; 2) a divisão campo-cidade, divisão do trabalho, tendia a ser aprofundada pela política social-democrata, de forma que os camponeses seriam o objeto e alvo de governo de uma aristocracia operária que deveria ser assimilada pelo poder da burguesia; 3) o que o marxismo chamava de lumpemproletariado (pobres, miseráveis ou mendigos) constituía para Bakunin, não em razão de sua condição econômica apenas, mas por sua relação de marginalidade em relação à sociedade/civilização burguesa, um sujeito político potencialmente revolucionário; 4) Bakunin faz a distinção de “classe e massa”, mas o mais importante do que a nomenclatura (pois Bakunin usa o termo classe no sentido de massas em certas situações, e não apresenta uma definição de massa, mas usa com o sentido de amplos e diversificados sujeitos coletivos) é a ideia de que é preciso negar uma política corporativa-fechada interna ao proletariado, rechaçando a organização como uma “classe-corporação” particular, como dos operários industriais, que resultaria numa aristocracia, em favor de uma associação ampla que unificasse os trabalhadores mais pobres e explorados do campo e da cidade como classe-massa ou classe-povo, ao invés de classe-corporação profissional.

Disso decorre uma análise crítica do capitalismo e das ações coletivas. O capitalismo não resolvia suas contradições, nem elevava o nível de vida, ao contrário, gerava uma polarização dentro da classe trabalhadora; ao mesmo tempo, a organização de uma categoria num corpo separado, “classe-corporação”, configura um processo de formação de uma aristocracia operária. Esse conceito de uma camada privilegiada de trabalhadores, em relação de cooperação com a burguesia e compartilhando a exploração do proletariado rural e do proletariado miserável (por hora usaremos esse termo e proporemos uma definição no momento oportuno), é uma criação da crítica anarquista-coletivista. É também uma categoria sociológica fundamental para analisarmos as classes sociais. Podemos dizer que essa elaboração é uma tese que correlaciona uma leitura do capitalismo, um posicionamento filosófico

crítico do determinismo econômico e da economia liberal. Mas Bakunin não sistematizou uma teoria específica das classes sociais, pelo menos não até onde exploramos seu arquivo.

Essa tarefa de teorizar as classes sociais foi adotada por Georges Gurvitch, sociólogo coletivista, especialmente no seu livro “As Classes Sociais”. Podemos dizer que três aspectos são fundamentais para entendermos a proposta e definição de classes sociais de Gurvitch (1968; 1982):

- 1º) As classes sociais são parcelas das estruturas sociais globais, ou seja, são partes de uma totalidade englobante, no caso, do sistema capitalista, uma parte essencial que expressa as relações fundamentais do sistema; elas não são meramente profissões, categorias de renda, ou agregados ocupacionais. Ao falar de classes sociais falamos dos grupos que estão em posição dominante ou dominada, e no capitalismo dominar significa explorar, daí a importância da economia e do trabalho, mas não significa reduzir a definição de classe à economia;
- 2º) Sendo sociedades parciais, as classes são macrocosmos de agrupamentos subalternos, ou seja, falar de classe social é falar de um grupo de fato (não necessariamente de direito, nem voluntário, os subgrupos e subculturas são colocadas nessa posição por imposição do sistema), à distância (as classes no capitalismo são nacionais e mundiais), que englobam grupos culturais, de parentesco, territoriais e toda uma multiplicidade infinita de outros grupos. Mas aqui é que a abordagem apresenta sua vantagem: todos os grupos, por mais particulares que sejam, estão referenciados na estrutura de classes global, daí para determinar as condições de dominação e de sua liberação, eles precisam compreender sua posição na estrutura social global, ou seja, sua posição de classe;
- 3º) As classes sociais, sendo sociedades parciais, não tem uma expressão organizativa e de consciência unitária, sendo diversificadas (cultural, ocupacional, geograficamente) essas diferenças tendem a se expressar organizativamente, e por outro lado, formas de consciência unitárias podem ter diferentes expressões organizativas e vice-versa. Ou seja, a ideia de que a classe é representada por um “partido” ou uma única forma de organização é uma quimera; a classe pode permanecer como grupo de fato e a distância sem se estruturar em organizações e nem por isso perde seu caráter de classe; sua estruturação jamais será unitária ao ponto de se resumir a uma única forma organizativa. As classes, sendo sociedades parciais, se expressam de forma tão complexas quanto uma sociedade.

Gurvitch na sua obra se preocupou em questionar o individualismo liberal, o conservadorismo elitista, o marxismo e suas diferentes teorias das

classes. Ele dá continuidade assim à crítica do economicismo e do individualismo, ressaltando ao mesmo tempo o papel das coletividades reais e da estrutura de exploração na organização das classes, na sua consciência e ação.

Podemos dizer então que nossa proposição aqui irá articular a elaboração teórico-política de Bakunin, que visualizou a correlação entre o processo de polarização e diferenciação interno à proletarianização (com a divisão do trabalho e a formação de consciência e organização aristocrática de trabalhadores, com a caracterização propriamente sociológica das classes sociais de Gurvitch). Podemos resumir então a nossa proposição da seguinte maneira:

- 1) A análise de classes sociais foi uma conquista do saber subalterno e insurgente, pois ela revelou as relações entre a condição particular e a estrutura geral do capitalismo (negado pelas explicações por categorias como raça, nacionalidade, cultura), denunciando uma estrutura de hierarquização superposta à divisão do trabalho, que produziu uma profunda desigualdade, estrutura que está assentada na exploração do trabalho, na opressão e discriminação;
- 2) A análise de classes não pode ser reduzida, como foi, nem a uma análise economicista, nem individualista, nem mesmo ser “superada” como advoga o pós-modernismo, pois as classes sociais são no sentido aqui considerado unidades pluralmente determinadas (econômica, política e culturalmente) e são totalidades reais, e não levar em consideração essas totalidades é não visualizar os sujeitos e as condições de emancipação frente à estrutura de dominação;
- 3) As relações de classes são contraditórias e conflituosas, não somente existe uma polarização entre burguesia e proletariado, mas diferentes tipos de segmentação e polarização dentro do proletariado; a formação de aristocracias operárias associadas às burguesias é um processo recorrente. Não há somente conflitos entre dominantes e dominados (formas de dominação vertical), mas relações de dominação horizontais (dentre os próprios dominantes e entre próprios dominados) são essenciais aos processos reais de conflito, e se expressam por meio do racismo, do nacionalismo e formas culturais de opressão;
- 4) A diferenciação dicotômica entre burguesia e proletariado não é excludente assim com a multiplicidade de organizações. Entendemos que as classes sociais no capitalismo, a burguesia e o proletariado, organizados mundialmente, são divididas por sociedades parciais de diferentes tipos e escalas: os Estados nacionais, que dividem essas classes, as famílias e comunidades no plano local, as culturas, grupos étnicos, de gênero, grupos profissionais, de renda e etc.
- 5) As classes nunca agem de forma absolutamente unitária, elas compor-

tam diferentes expressões de consciência e organização, de modo que a ação de classe é sempre relativamente estruturada (ou seja, assentada sobre formas organizativas diversas, locais e parciais) e estruturante (tentando criar formas organizativas que possam expressar uma unidade mais extensa na ação política e expressar novos projetos).

Nossa tese aqui é simples: os protestos de junho de 2013 não foram realizados nem por uma classe média, nem pelo precariado/lumpemproletariado, nem pela pequena burguesia. Eles foram realizados por uma fração específica do proletariado que pode ser considerada como variável estrutural na história, mas que foi ampliada e generalizada pelo capitalismo flexível contemporâneo, que podemos chamar de proletariado marginal. Essa fração ocupa hoje um lugar estratégico e a reação das organizações existentes (Partidos e Sindicatos, a chamada “esquerda”) foi a reação da aristocracia de trabalhadores assalariados produzida pela estrutura do Estado e capitalismo flexível, combatendo uma forma de ação política de outra fração do proletariado. Esse conflito então expressa a pluralidade de dimensões da realidade (econômicas, políticas, culturais, organizativas) que influenciam na ação política.

No nosso entendimento, a recuperação desse debate é fundamental pois nos conceitos de classe média e precariado (ou lumpemproletariado)¹ é reafirmada uma leitura do mundo, dada como única possível, mas que na realidade está assentada não na descrição dos planos reais e concretos, mas numa idealização do que o capitalismo e a classe trabalhadora deveriam ser e não no que elas efetivamente são nas condições históricas concretas. Por isso iremos fazer, antes de propor uma análise a partir dos pressupostos aqui estabelecidos, uma reflexão crítica mais detalhada sobre essas duas visões das classes sociais. O primeiro passo então é demonstrar o caráter completamente artificial da narrativa sobre mobilidade social no Brasil e mesmo no mundo e a sua leitura alternativa, o medo da irracionalidade supostamente intrínseca do precariado.

2 – O MITO DA CLASSE MÉDIA: INSTRUMENTO EMPRESARIAL E DE GESTÃO IMPERIAL

1 Podemos citar aqui alguns exemplos de como intelectuais e dirigentes marxistas pensaram os protestos de junho como realizados por um lumpem ou subproletariado. José Maria do PSTU escreveu um texto afirmando que “a classe trabalhadora entra em cena” em Julho de 2013, exatamente por considerar que em Junho de 2013 não eram trabalhadores os atores; André Singer fala sobre um o subproletariado irresponsável e Giovani Alves sobre o “lumpemprecariado”. Todos enfatizam a suposta irracionalidade dos manifestantes de junho, a falta de consciência de classe e sua propensão aos extremismos.

Analise os dois grandes polos de produção do discurso governamental sobre a “classe média”: a sociologia funcionalista e a economia liberal. Estas foram as grandes construtoras do mito da classe média no Brasil. Qual a primeira constatação que devemos fazer quando analisamos o fenômeno da “classe média”? Devemos observar dois elementos fundamentais: 1º) o conceito de classe média e a tese de que existe uma mobilidade social em direção à “classe média” é um produto do sistema mundial, das elaborações da ONU, OCDE, Banco Mundial e outros organismos; 2º) classe média não é um conceito científico, mas sim uma forma de gestão das populações; é uma “estrutura oficial ou semi-oficial” que divide a população em categorias e ao mesmo tempo estabelece políticas para as mesmas (assim como foi a estrutura de castas, de estamentos e outras). Logo, quando ouvimos falar de “classe média” devemos saber que não se trata de um dado da natureza, mas é uma forma como o capital e o Estado querem que a sociedade olhe para si própria e pense a si própria.

Marcelo Neri pesquisador da FGV nos seus livros sobre classe média nos dá importantes pistas sobre a noção e como ela é construída e utilizada:

A presente pesquisa analisa as classes econômicas brasileiras [...] e a mais importante a C que batizamos em pesquisa anterior de nova classe média brasileira. Essas classes são definidas por suas rendas per capita de todas as fontes [...] a análise da crise e da saída da mesma lançando mão de dados frescos da PME permite testar o estado dos amortecedores da sociedade brasileira a choques de grande magnitude a que a economia mundial foi submetida. (NERI, 2010)

O que o autor entende por classes? São **classes econômicas**, ou seja, ele reduz as classes sociais à dimensão econômica e reduz a dimensão econômica à renda e indicadores de consumo. Além disso, como podemos observar, os principais argumentos acima apresentados dialogam com um tema fundamental: a crise mundial do capitalismo, agudizada pelos eventos de 2008. A ideia do autor é apresentar então como mesmo num cenário de crise internacional, o crescimento do Brasil continuaria e estava sendo comprovado por “profundas mudanças sociais”, especialmente pela redução da pobreza e das desigualdades sociais que indicariam a melhoria da vida “O Brasil está como se diz na gíria bombando. A desigualdade de renda vem caindo desde 2001. Entre 2001 e 2009, a renda per capita dos 10% mais ricos aumentou 1,49% ao ano, enquanto a renda dos mais pobres cresceu a uma notável taxa de 6,79%” (NERI, 2010, p. 10).

O texto de Marcelo Neri e as pesquisas do Centro de Políticas Sociais da FGV então tentam apresentar uma nova realidade: o Brasil estaria passando por uma grande transformação estrutural, da qual o principal traço seria a melhoria da renda e a elevação de grandes parcelas da população da condição de pobres à condição de “classe média”. A convergência da sua tese com a

tese do próprio Governo Dilma, do PT, ajuda a explicar o porque da apropriação das pesquisas da FGV pelo próprio Estado, o que permitiu que o mesmo Marcelo Neri ocupasse cargos no Governo Federal.²

O crescimento da classe média seria assim o principal indicador da estabilidade econômica e do desenvolvimento, principais promessas do capitalismo internacional. Curiosamente, e por coincidência, em junho de 2013, a BBC publicou em seu site uma reportagem intitulada

A emergência da classe média global, [em que] As Nações Unidas descrevem como uma mudança histórica não testemunhada em 150 anos. A nova classe média na China, Brasil e Índia impulsionou suas economias a um tamanho igual ao dos países industrializados do G7. (YUEH, 2013)

Então, o que é a “classe média” segundo a ONU e OCDE? A reportagem diz:

Quem é contabilizado como classe média? De acordo com organizações como as Nações Unidas e a Organização de Desenvolvimento Econômico e Cooperação(OCDE), é alguém que ganha ou gasta entre \$10 e US \$100 por dia. É quando você tem renda disponível e dinheiro suficiente para consumir coisas como geladeiras, ou pensar em comprar um carro. (YUEH, 2013)

A resposta é ao mesmo tempo reveladora e intrigante. A classe média ganha entre 300 e 3.000 dólares por mês (ou entre 674 reais e 6747 reais por mês nos valores de abril de 2014) e consegue comprar “geladeiras e carros”, segundo a OCDE. O caráter controverso da definição é internacional. Nos EUA, onde o conceito e a ideologia da classe média tem uma função central, também inexiste uma definição clara, e na realidade isso expressa também o significado do conceito e da ideologia da classe média em termos globais (RHODES, 2011).

No Brasil no ano de 2011 essas definições internacionais de classe média foram transformadas em instrumentos oficiais de classificação da população. Foi constituído no âmbito da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República um Grupo de Trabalho responsável pela elaboração de um conceito de classe média que pudesse ser utilizado pelo Estado como instrumento de gestão, que resultou no “Relatório da Comissão para definição de classe média no Brasil” (RDCM), publicado em 2012 diz que “De

2 Não por coincidência Marcelo Neri era ministro-chefe interino da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) e presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) durante junho de 2013. Ele afirmou que suspeitava da presença de pobres em manifestações e afirmou “Ele não des-carta, porém, que entre os manifestantes possam estar também pessoas da “nova classe média”, aquelas que ascenderam à nova classe C há cerca de 10 anos, e que hoje pedem avanços também na educação e na saúde. Segundo ele, as aspirações de consumo são potencializadas pela internet” (SÁ, 2013).

modo a desenvolver uma definição para a nova classe média, a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) instituiu por meio da Portaria Ministerial nº 61, de 27 de setembro de 2011, um Grupo de Trabalho com esse objetivo”. A análise desse relatório e outros documentos nos permitirão então explicitar o real conteúdo do conceito de classe média. O RDCM começa colocando com clareza qual o problema por detrás da definição de classe média:

O Brasil vem, ao longo da última década passando por diversas mudanças sociais e econômicas importantes. A maior dessas mudanças é, possivelmente, redução da extrema pobreza à metade em apenas cinco anos. Embora estimativas precisas dependam da forma como a linha de pobreza é definida, há consenso de que cerca de 15% da população brasileira superou a linha de pobreza entre 2003 e 2009 junção de crescimento econômico com redução da desigualdade. (BRASIL, 2012, p. 4)

Como consequência dessa diminuição da pobreza e do crescimento acentuado da renda nos extratos mais pobres, uma grande parcela da população ascendeu a uma classe com renda intermediária. Associado ao fato da renda das famílias nas classes média e alta ter se dado de modo mais lento, houve um alargamento da classe média brasileira sem precedentes na história. (BRASIL, 2012, p. 6)

Temos aqui dois componentes fundamentais: 1º) a classe média surge como um conceito para medir a diminuição da pobreza; 2º) ela se articula com metas definidas por agências internacionais para “medir” o desenvolvimento de cada país. Ao mesmo tempo, tal definição partilha da crença no “crescimento/desenvolvimento”, indicado a partir de critérios econômicos bem determinados (renda, renda per capita, PIB e outros). Logo, o principal objetivo da teoria da classe média assim formulada é provar o desenvolvimento econômico afirmado pelo Estado e pela ONU, através da aferição de indicadores específicos, especialmente a redução da pobreza.

Vejamos então como é definido o conceito de classe média. O RDCM apresenta algumas observações metodológicas interessantes.

Embora o termo classe média seja de uso comum, sua definição continua a desafiar os cientistas sociais. Ao contrário do conceito de pobreza e, em particular, de extrema pobreza, cujas definições têm sido alvo de intensos debates e, por conseguinte, há algum consenso, no caso da classe média as definições utilizadas são, em geral, arbitrárias e com pouca base teórica ou conceitual para sustentá-las. A opção por categorizar o contínuo é evidente no Critério Brasil³ (que divide a população nas classes A, B, C, D

3 Segundo a ABEP: “A metodologia de desenvolvimento do Critério Brasil que entra em vigor no início de 2015 está descrita no livro Estratificação Socioeconômica e Consumo no Brasil dos professores Wagner Kamakura (Rice University) e José Afonso Mazzon (FEA /USP), baseado na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do IBGE. A regra operacional para classificação de domicílios, descrita

e E), proposto pela ABEP (Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa), e extensamente utilizado por empresas envolvidas em pesquisas de opinião e padrão de consumo. No caso governamental, dada a proliferação de faixas de renda utilizadas para determinar os beneficiários de programas sociais, a opção por categorizar as famílias é evidente. Para efeito de acessar recursos do PRONAF, as famílias são organizadas em 5 grupos; para o Programa Minha Casa Minha Vida as famílias são organizadas em 4 grupos. (BRASIL, 2012, p. 8)

O que podemos ver pela informação explicitada acima? A categorização da população em classes foi elaborada pela prática de pesquisa empresarial, especialmente pesquisas de opinião para auxiliar a orientação das intervenções e abordagens sobre grupos de consumidores e populações. Logo os conceitos de classe “A, B, C, D, E” estão implicados nos interesses empresariais e também na própria ideologia das empresas. O Estado usa essas definições também para orientar as políticas públicas, de forma que existe uma clara mercantilização dos instrumentos de Estado. Mas o mais revelador e significativo é que, conscientes dessa situação, o que a comissão do RDCM propõe? A subordinação da definição de classe média à prática classificatória e ideologia das empresas que formularam o sistema de estratificação. Vejamos:

O uso da denominação “classe” é certamente inadequado. Embora o conceito possa admitir múltiplas interpretações, é pouco provável que o grupo reconhecidamente heterogêneo que resultou das múltiplas mudanças sociais ocorridas recentemente no País satisfaça qualquer das definições existentes. (BRASIL, 2012, p. 11)

Devemos ir por partes. Em primeiro lugar, o “grupo” que resultou das mudanças sociais brasileiras não preenche nenhuma das definições sociológicas de classe social. O fenômeno real da mobilidade da pobreza para uma posição superior da “pirâmide social” não pode assim ser pensado a partir das teorias de classes existentes, de acordo com o relatório. Na realidade, o conceito significa apenas o “grupo do meio” de uma pirâmide social imaginária que mede indicadores selecionados.

Logo, os membros da Comissão são conscientes de que o termo classe média tal como usado não possui nenhuma base e fundamentação científica. Não mantém nenhum compromisso com uma análise das classes sociais, suas relações, antagonismos e possibilidades de ação política. O uso do termo “classe média” tem a única função de descrever a mobilidade social dos setores que estavam na linha da pobreza e extrema pobreza e sua ascensão até a categoria “intermediária” de uma pirâmide de renda. O relatório se adéqua então ao conceito derivado das práticas empresariais de pesquisa e à

a seguir, resulta da adaptação da metodologia apresentada no livro às condições operacionais da pesquisa de mercado no Brasil”. ABEP (2015), Critério de Classificação Econômica Brasil.

ideologia das empresas, que definem classe média como um grupo de consumidores hierarquizado por poder aquisitivo. São conceitos ou instrumentos de classificação e poder simbólico empresarial (de mercado) e de política pública (Estado). Ou seja, o conceito de classe média oficial é um conceito anticientífico, ele apenas expressa a força de uma ideologia que produziu um senso comum, a partir das práticas empresariais, sobre as relações entre ricos e pobres na sociedade brasileira.

Mas o trabalho da Comissão do RDCM não para por aí. Não somente eles submetem o uso do conceito ao domínio da ideologia oriunda das empresas de pesquisa, como subordina a definição dessa classe média ou grupo do meio a necessidades práticas da própria gestão. Ou seja, apesar de reconhecerem que reduzir a definição dos critérios para medir a mobilidade dentro de uma pirâmide social é reducionismo, é exatamente isso que eles fazem:

Dado o interesse por uma definição simples, de fácil aplicação e interpretação, e que seja pouco exigente em termos da disponibilidade de informações, optamos por buscar uma definição para classe média baseada em critérios unidimensionais. Reconhecemos que, idealmente, a definição de classe média deveria decorrer da análise de informações sobre uma variedade de dimensões. Contudo, avaliamos que os ganhos da multidimensionalidade não compensam seus custos sobre a simplicidade, requerimento informacional e, conseqüentemente, sobre a sua praticidade. (BRASIL, 2012, p. 16)

Chegamos aqui à identidade entre os critérios oficiais e os critérios da pesquisa empresarial. A renda é critério para qualificar a pirâmide social. Firmado esse conceito geral de renda, o RDCM apresenta então seu fundamento: a renda bruta mensal normalmente recebida, domiciliar, per capita.

Quais as críticas que poderíamos apresentar? Inúmeras. Mas iremos reduzir a dois conjuntos: 1º) esse sistema de classificação falseia deliberadamente a realidade, optando por critérios que possam permitir a afirmação de uma mobilidade social ascendente massiva entre “classes”, mas definindo essas classes em função de um critério unidimensional (renda) em relação a um padrão arbitrário (ideal) de necessidades, que não expressa o custo de vida real; 2º) ao negar o debate teórico das classes sociais, tenta se naturalizar um sistema de desigualdade, já que a única distribuição de renda possível nas classes apresentadas é um sistema de distribuição entre trabalhadores, ela não retrata a distribuição total entre capital e trabalho como vários instrumentos estatísticos do IBGE o fazem, por exemplo, o Cadastro Central de Empresas. Logo, essas formas de falar da classe média produzem um duplo efeito de ocultação: da desigualdade social e das relações entre capital e trabalho.

Mas o principal é que o relatório oficial que define a classe média rebaixa, silenciosamente, os critérios de renda necessários, de forma que induz uma visão falseada da realidade. É por isso que uma análise séria do fenômeno da

mobilidade e estratificação social exige a observação da evolução histórica de pelo menos três indicadores: 1) salário mínimo vigente, ou seja, a renda real do trabalhador no momento histórico; 2) renda-teto que define as classes de renda, ou seja, quanto de renda é necessária para pertencer a cada camada da classificação oficial; 3) salário necessário, ou seja, a distância entre a renda real do trabalhador e a renda para a satisfação de necessidades básicas.

Abaixo apresentamos o gráfico 1 que explora a relação entre essas variáveis através do que denominaremos **Curva Marini/Gunder-Frank** (Curva MGF), exatamente para medir a relação do sistema de estratificação oficial com a economia real. A figura 1 mostra a evolução do teto de renda que define a classe média e também a evolução da relação entre o Salário Mínimo Vigente (SMV) e o Salário Mínimo Necessário (SMN) para se atingir o critério de classe média. O que estamos chamando de **Curva MGF** mostra quantitativamente a distância entre variáveis co-relacionadas, por exemplo a curva MGF da Classe Média mostra quantos salários mínimos eram necessários para pertencer a classe média em 2001 e em cada ano até 2012. Qualitativamente ele mede a distância entre a economia política burguesa e a realidade, por um lado, e por outro, sua vontade de ocultar o fenômeno da superexploração e dos baixos salários.

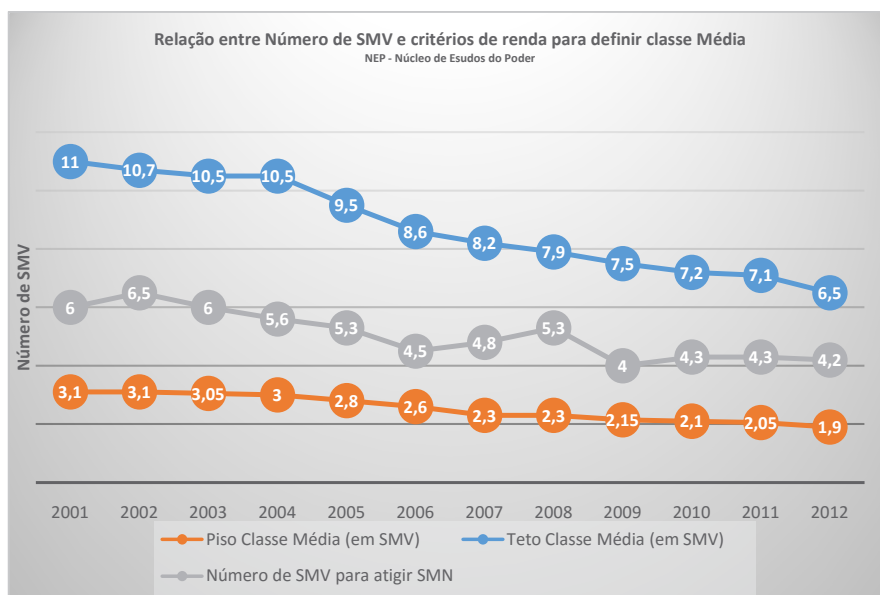


Gráfico 1 - Mudança nos critérios oficiais produzem “boom” da classe média no Brasil

Em 2001, uma família de 4 pessoas precisaria receber 560 reais (140, o piso de renda per capita x 4) para ser considerada de classe média, o que era equivalente a pouco mais de três salários mínimos. Em 2012 uma família de 4 pessoas para ser considerada de classe média deveria receber 1164 reais (291 piso de renda per capita x 4), o que é equivalente a menos de dois salários mínimos. Enquanto em 2001 para uma família pertencer à classe média era necessário ganhar 3,1 salários mínimos vigentes, em 2012 bastava algo em torno de 1,9 salários mínimos. O mesmo movimento ocorre com o teto do sistema de estratificação. Em 2001 uma família que tivesse renda de 11 salários mínimos já era considerada como rica ou classe alta. Em 2012, uma família para ser considerada rica precisava ganhar algo próximo de 6,5 salários mínimos. O segredo do “boom” brasileiro e a mágica do crescimento da classe média brasileira está aí. Numa mudança do piso e teto da definição de classe média.

Não são as famílias que tem mobilidade, são os critérios de estratificação. Quando observamos a evolução histórica da relação entre SMV e SMN o que podemos concluir é que não se consegue diminuir substancialmente a distância entre o salário mínimo vigente e o salário mínimo necessário, ou seja, a população continua ganhando muito abaixo do necessário. Ocorreu alguma melhora? Sim. Enquanto em 2001 eram necessários seis salários mínimos vigentes, em 2012 se alcançava o salário mínimo necessário com 4.2 salários vigentes. Ou seja, a superexploração continua em altas taxas, mas toda a economia política vê o crescimento da classe média, diminuição da pobreza e da desigualdade porque está preocupada com índices nominais de renda baseada em critérios arbitrários definidos para o mundo por organismos de planejamento, critérios estes que não dialogam com a economia real de cada país e se 10 dólares por dia são suficientes para sobreviver ou não.

A curva MGF tenta colocar à luz do dia o que a ideologia da classe média e os dados sobre mobilidade ascendente tentam ocultar: a complexidade das relações entre renda, condições de vida, salário vigente e necessário, ocupação e educação. Todas as associações realizadas pelos critérios da prática de pesquisa empresarial e estatal e dos organismos multinacionais simplificam, quando não distorcem e falsificam essas relações e usam assim as categorias como instrumentos de saber e de poder. Por isso, como o próprio RDCM aponta, eles falam de uma realidade que, em última instância, não existe; criam um objeto de governo para tentar enquadrar a realidade nestas categorias ideais. Como vimos, grandes categorias de setores operários e trabalhadores manuais, se considerarmos os critérios de estratificação vigentes, seriam a “classe média e mesmo classe alta” do Brasil que o governo diz ter sido o protagonista dos protestos. *Mutatis mutandis*, chegamos a contradição em que a oposição entre classe média *versus* classe trabalhadora revela que a

classe trabalhadora, especialmente o setor operário industrial, é que seria a classe média potencialmente fascista!

Por isso podemos afirmar que as “classes médias” não existem. Elas são os produtos ideológicos do desenvolvimentismo, do imperialismo e das formas de governo e pesquisas de mercado. O conceito vazio de “classe média” (ou agrupamento do meio) expressa a negação da luta de classes e da dominação do capital sobre o trabalho, uma vez que o capital desaparece da sociedade, dos critérios de estratificação, aparecendo apenas o “consumidor” abstrato. David Rhodes, jornalista do *New York Times* e ganhador do prêmio Pulitzer apresenta exatamente essa dimensão ideológica do conceito de classe média num dos seus textos: “Por décadas, glorificar a classe média tem sido o marco da política americana. Os candidatos prometem defender a classe média e acusam seus adversários de traí-la. Mas o que, exatamente, é a “classe média?” (RHODES, 2011). Ou seja, a noção de classe média é um componente fundamental da política do Império, dos países centrais, mas mesmo lá ela não encontra uma definição satisfatória. O movimento para definir a classe média e medir o surgimento de uma “classe média global” partiu da OCDE e da ONU, que em janeiro 2010 lançaram os critérios para tal definição e medição no documento “*The emerging middle class in developing countries*”, de autoria de *Homi Kharas*; ainda em 2010 o governo dos EUA organizou uma força tarefa com a missão de buscar uma definição, e publicou “*Middle class in America*”. O jornalista David Rhodes observa, não sem uma ponta de ironia que

O mais próximo que a força-tarefa chegou de uma definição de classe média foi o relatório Classe média na América. O estudo não dá um nível de renda exata para a “classe média”. Ao invés disso, ecoando estudos acadêmicos sobre o assunto, conclui o documento que “as famílias de classe média são definidas mais por suas aspirações do que sua renda. O relatório lista as aspirações típicas da classe média norte-americana como “aquisição de casa própria, um carro, a educação universitária de seus filhos, segurança, saúde e aposentadoria, e férias ocasionais em família. A obtenção destes objetivos é mais difícil para as famílias de classe média americanas do que tem sido em décadas anteriores, argumenta o relatório, porque o custo dos cuidados de saúde, ensino superior e habitação subiram muito mais rápido do que os salários. (RHODES, 2011)

Vemos sem muita surpresa que os critérios que fazem parte da vaga noção de “classe média” nos EUA são coincidentemente os mesmos que os empregados pela ABEP e assimilados pelos órgãos governamentais: propriedade de uma casa, satisfação de necessidades básicas de saúde e educação e consumo de bens não-duráveis.⁴ Dessa forma o conceito de classe média

4 Como veremos adiante, esses valores são tão gerais que não são somente aspirações de uma sociedade burguesa, na realidade estão profundamente imbricadas

nos EUA sugere um “cidadão comum” e nada mais que isso, e esta é definida de forma subjetiva pelo “desejo de ter” e não pelo “fato de ter”. Mas o documento da OCDE é ainda mais explícito, pois ele é que cria os critérios de definição da classe média global que estaria surgindo nos países em desenvolvimento. E o núcleo dessa ideologia está aí explicitado:

A classe média tem desempenhado um papel especial no pensamento econômico ao longo dos séculos. Ela surgiu da burguesia no final do século XIV, um grupo que, embora ridicularizado por alguns por seu materialismo econômico, forneceu o impulso para uma expansão da economia de mercado capitalista e do comércio entre nações. Desde então, a classe média tem sido considerada como a fonte de empreendedorismo e inovação, as empresas de pequeno porte que fazem uma economia moderna prosperar. Valores da classe média também enfatizam a educação, o trabalho e a poupança. Assim, a classe média é a fonte de todos os insumos necessários para o crescimento em uma economia neoclássica - novas idéias, acumulação de capital físico e acumulação de capital humano. (KHARAS, 2010)

Eis que, finalmente, o rei está nu. A classe média é o tipo ideal de capitalista, o modelo de família-unidade empreendedora do capitalismo concorrencial, ilustrada, que inova e acumula, que não somente aspira esse padrão de vida (como indica o governo dos EUA), mas que o realiza pela sua renda. A classe média seria assim a pequena-burguesia contemporânea. Esquece o documento da OCDE de indicar que a propriedade que definia a burguesia não era de valores de uso (como uma casa), mas de valores de troca, ou seja, capital. Esse documento tenta transformar todos os que satisfazem necessidades básicas em pequeno-burgueses, subvertendo o próprio conceito, rebaixando-o para fazer com que todos se auto-identifiquem como pequeno-burgueses. O objetivo da OCDE é mostrar então que nos países em desenvolvimento teremos em 30 ou 40 anos uma sociedade tão desenvolvida, ou seja, pequeno-burguesa e eurocêntrica, quanto na Europa e EUA. Ao mesmo tempo, pretende difundir a ideia de que o capitalismo estava realizando sua missão progressista, difundindo o progresso tecnológico e social ao final do século XX.

Por isso as teses da classe média não pretendem ser científicas. Elas pretendem ser úteis. A função da noção e ideologia da classe média não é tornar claro quem pertence à classe média, mas sim tornar impossível ver quem pertence a qualquer outra definição de classe (trabalhadora, burguesia e mesmo pequena-burguesia, diluindo essa noção e confundindo-a com quem tem propriedades elementares à sobrevivência), pois pretendem mostrar que os ideais capitalistas estariam sendo assimilados e o mundo todo

no “direito de existência” que constituiu as práticas revolucionárias de baixo em diferentes momentos.

sendo transformado numa república de pequeno-burgueses, à imagem e semelhança do que supostamente são Europa/EUA. E nesse sentido a classe média, brasileira e global, existe e não existe; ela existe como instrumento de saber e poder, como forma de impor uma visão de mundo e um projeto de governo; ela não existe como agrupamento sociológico real, pois ninguém consegue defini-la e quando conseguem, reduzem os níveis de renda para que os pobres se transformem em classe média simplesmente por comprar uma geladeira ou um carro.

Apontamos aqui algumas fragilidades de natureza teórica e metodológica das caracterizações governamentais e empresariais sobre a estrutura social e as classes. Resta ainda a tarefa de sistematizar uma análise alternativa para esta mesma realidade.

2.1 – O PRECARIADO: ENTRE O LUMPENPROLETARIADO E O FETICHISMO DO PROLETARIADO INDUSTRIAL

Podemos dizer que outras vertentes das ciências sociais não aderiram ao triunfalismo das análises da classe média. Essa leitura crítica observou que na realidade a globalização e o neoliberalismo estavam produzindo uma nova forma de exploração, que denominaram de precarização. Do processo de precarização, chegou-se ao conceito de precariado que passou a orientar as análises críticas do efeito do neoliberalismo sobre as relações de trabalho e sobre os trabalhadores.

Aqui iremos nos concentrar especialmente no que a caracterização do precariado tem de potencial crítico e como está profundamente presa ao que chamamos de fetiche do proletariado industrial. Para isso iremos considerar como um dos teóricos do precariado, Guy Standing, formula o conceito e a problemática e por sua vez como a apropriação desse conceito vem sendo realizado por autores marxistas no Brasil e como estas leituras repercutiram na interpretação das insurgências.

A categoria precariado passa a ocupar um lugar cada vez mais destacado a partir dos anos 2000, em razão da articulação do movimento *euromayday* e do impulso da teorização do precariado por alguns sociólogos e economistas. Dentre os teóricos usados como referência no Brasil está Guy Standing que elabora a definição do conceito de precariado.

Ao menos que o precariado seja entendido, há um perigo de que seu aparecimento possa levar a sociedade para uma política de inferno. Precisamos urgentemente acordar para o precariado global. O precariado pode ser um prenúncio de uma boa sociedade do século XXI. (STANDING, 2013, p.11)

O precariado é apresentado assim como marcado por um dualismo sociológico. Essa dualidade se apresenta sob uma espécie de contradição moral

inerente à condição de precariedade. Esta por sua vez seria o principal produto do neoliberalismo e a principal marca da sociedade global do século XXI:

O resultado tem sido a criação de um precariado global, que consiste em muitos milhões de pessoas ao redor do mundo sem uma ancora de estabilidade. Eles estão se tornando uma nova classe perigosa. [...] o verdadeiro sucesso da agenda neoliberal criou um monstro político incipiente. É necessário agir antes que o monstro ganhe vida. (STANDING, 2013, p. 15)

A análise de Standing também é marcada por uma ambiguidade: ele oscila entre uma caracterização socioeconômica do precariado e uma espécie de análise moral da condição de precariedade. Nesse sentido, podemos dizer que a abordagem de Standing comunga do fetiche do proletariado industrial, sob a forma de uma idealização e generalização de certos padrões do fordismo nas sociedades ocidentais como tipo ideal do proletariado industrial.

O precariado para Standing seria uma nova classe social, produzida pela fragmentação da estrutura de classes provocada pelo neoliberalismo. Essa fragmentação teria produzido uma nova classe perigosa. Segundo ele o precariado não tem uma identidade pelo trabalho, não tem uma identidade de comunidade ocupacional.

[...] as ações e atitudes derivadas da precariedade tendem ao oportunismo [...]. O precariado é definido pelo imediatismo, que pode evoluir para uma incapacidade de massa de pensar a longo prazo, induzida pela baixa probabilidade de progresso pessoal ou construção de uma carreira [...]. O precariado sofre do que em inglês chamamos de 4 A: anger (raiva), anomia, ansiedade e alienação[...]. A condição de precariedade está assentada especialmente sobre a não existência de formas de segurança no trabalho nos termos da cidadania industrial [e em outro momento] outra característica do precariado é a renda precária e um padrão de renda que é diferente daquele de todos os outros grupos. (STANDING, 2013, p. 31, 39, 41)

Podemos dizer que o precariado nesse sentido, seria uma espécie de produto da globalização. Como é possível perceber, existe um tom alarmista: o crescimento do precariado é visto como uma ameaça à ordem social. A ideia da novidade histórica do precariado deriva da sua ênfase sobre o regime salarial fordista e sua tendência a segurança e estabilidade. O modelo de uma sociedade ideal, de pleno emprego, estável, assentada sobre comunidades profissionais dá a reflexão de Standing um tom idílico.

Além disso, ele vê no precariado uma manifestação da anomia da globalização. Essa aura moralista que identifica nessa condição de precariedade um estado anômico inato mostra um comportamento relativamente antigo das ciências que não conseguem se desvencilhar do discurso dominante: o precariado, o *guex*, *voyous*, *booligan*, a canalha. Essa mescla de moralismo aristocrático com categorização sociológica mostra toda a dificuldade de analisar

as estruturas sociais do capitalismo flexível. Ao mesmo tempo, criam uma imagem idílica de comunidades profissionais, corporações de trabalhadores que teriam uma elevada condição moral no regime fordista. Ao mesmo tempo, e contraditoriamente, negam as expressões conflituosas dentro da própria classe trabalhadora. Longe da luta de classes, temos uma espécie de disjunção moral entre uma pequena parcela de trabalhadores remanescentes e uma crescente patologia da precariedade que desfaz a antiga coesão.

Essa visão entra em franca contradição com diversas abordagens que enfatizaram a polarização interna do proletariado, especialmente as teorias da aristocracia operária e da superexploração do trabalho. Muitos dos elementos da condição de precariedade podem ser encontrados na condição de grande parte das classes trabalhadoras, sendo o regime fordista um arranjo determinado e restrito da luta de classes. A teoria da superexploração, elaborada na periferia do capitalismo, já havia chamado a atenção para essa camada. Apesar de todas as virtudes da abordagem de Standing, ela tem o grave problema de só considerar a precarização e a superexploração com o desmonte do *Welfare State*. Essa leitura vem carregada por uma visão ambígua entre o caráter regenerador e perigoso dessa suposta “nova classe social”.

É por isso que a análise pode ser considerada como um tipo de fetiche do proletariado industrial, mais especialmente das relações industriais da sociedade fordista que fornece um protótipo de classe trabalhadora. Ela usa um modelo idealizado de classe trabalhadora, que só existiu na Europa Ocidental e EUA durante um curto período de tempo, como se fosse o modelo geral da classe trabalhadora.

Essa abordagem do precariado foi realizada também no Brasil por autores como Giovanni Alves e Ruy Braga. Para esses autores o processo de precarização também foi uma chave fundamental para refletir criticamente sobre as relações de trabalho e de classes no Brasil, enfatizando o caráter exploratório do capitalismo neoliberal. Entretanto, Giovanni Alves, por exemplo, ao falar dos protestos de 2013 vai caracterizá-la como uma revolta do precariado, por entender exatamente que os principais atores foram uma camada de trabalhadores discriminados em termos geracionais no mercado de trabalho e apresentando essa disjunção entre status educacional (qualificação), renda e estabilidade. Mas seguindo uma linha similar à de Standing, ele conclui pela leitura do precariado como uma “classe perigosa” e cunha o termo *lumpemprecariado* para designar uma franja de trabalhadores submetidos a uma alienação típica da condição de precariedade, de forma que esse precariado não teria condições de se constituir num sujeito político (ALVES, 2000; 2013; 2014). Ou seja, o precariado que rompe com os parâmetros idealizados pelo marxismo como da classe trabalhadora típica do fordismo é reduzida a uma condição de irracionalidade/alienação.

Giovanni Alves faz essa associação e abre então uma discussão teórica sobre classes sociais, seu papel, suas formas de ação e retoma o problema da “consciência” como podemos ver:

Por um lado, a parcela do precariado despolitizado e indignado torna-se refém das ideologias reacionárias de direita ou extrema direita. Por outro lado, a parcela do precariado mais politizada e inquieta com a condição de proletariado tende a assumir, em sua ampla maioria, a ideologia do proletariado radicalizado que encontra no esquerdismo seu leito natural. Estes são os pólos antípodas da alma do precariado, manipulados, em seus limites antitéticos, pelas forças políticas da esquerda e extrema esquerda (por exemplo, comunistas revolucionários, anarquistas ou anarcoliberais) e, na outra ponta do espectro político, pelas forças políticas da direita liberal, reacionária e neofascista. (ALVES, 2013)

A inexistência de direção política (relação partido/sindicato) apenas indica a “carência de futuridade” que é apenas outra forma de afirmar a irracionalidade intrínseca da condição de classe do “precariado”. Essa irracionalidade coloca-se numa posição “ambígua”, suscetíveis a ideologia de “classe média” e do “consumismo” que seria assim a forma pela qual esses movimentos seriam “cooptados”. Logo, a estrutura de classes e a própria atividade de classe em si não tem lugar, daí a delegação para o Estado (e o governo e coalizões partidárias) da tarefa histórica de realizar as transformações sociais. Fora desse âmbito o “precariado” apenas é uma espécie de marionete nas mãos de vanguardas e elites. Essa definição de classe de Giovanni Alves, no entanto não contraria o enunciado da irracionalidade imanente das manifestações, ao contrário, teoriza sobre essa irracionalidade ao atribuir a uma contradição entre a condição de precarização nas relações de produção, posição de classe (ou a objetividade da classe em si) e a forma “psicológica” da classe para si, que desprovida de uma capacidade de produzir um projeto (a carência da futuridade intrínseca), fica à mercê das manipulações das vanguardas. Ou seja, o processo de precarização e reestruturação produtiva teriam ao destruir a suposta classe trabalhadora tradicional, produzido uma “não classe”, uma classe incapaz de do ser e do devir político. Desse modo, o conceito de precariado foi adaptado pelos marxistas e passou a cumprir o mesmo papel que o conceito de lumpemproletariado cumpria anteriormente. Essa associação da figura do lumpem ao precariado foi uma forma de enquadrar determinadas discussões contemporâneas na teoria marxista tradicional.

Na inexistência de uma classe trabalhadora estável, ou seja, o proletariado industrial, os grandes sindicatos centralizados e o Partido para realizar a mediação com o Estado, tais abordagens consideram as manifestações de resistência da classe trabalhadora do capitalismo flexível como perigosas e irracionais no limite. Essa análise de classes é determinante nas interpretações de Junho de 2013.

Apesar da grande vantagem de revelar o caráter desigual do capitalismo, mostrando o avanço da precarização, essa noção peca pela imprecisão conceitual e por projetar um tipo particular de estrutura social, o do capitalismo organizado fordista, como matriz universal do capitalismo, o que não é correto. Entretanto, essa disjunção entre a condição de trabalhador qualificado e a condição de precariedade deve ser retida como um processo real que deve ser problematizado.

3 – “AO PÉ DA FORÇA”:⁵ A CONDIÇÃO REAL DOS MANIFESTANTES E A PLURALIDADE DE CONTRADIÇÕES NO CAPITALISMO FLEXÍVEL

Tais análises de classes foram aplicadas na explicação de Junho de 2013, mas elas não produziram dados empíricos confiáveis, nem fizeram a crítica dos dados governamentais existentes. Tais análises ficaram restritas a uma visão economicista ao abordaram a complexa diferenciação econômica e política interna ao proletariado (que foi reduzida a uma diferença de renda ou uma diferença de posição precária ou não no capitalismo neoliberal, sendo supostamente essa posição precária a base de desqualificação de sua ação política). Ao mesmo tempo não usaram os dados disponíveis, e assimilaram com muita facilidade informações jornalísticas sem base científica, oriundas de pesquisas de opinião que como vimos, segue um padrão ideológico determinado. Foi esse um dos motivos que nos levaram a organizar uma pesquisa com participantes das manifestações de 2013, de forma a poder investigar em que medida tais análises de classes dialogavam com a realidade histórica.

Uma reflexão necessária que não foi realizada ainda é sobre a real condição econômica, política e social do proletariado brasileiro. Uma pesquisa realizada com manifestantes que participaram dos protestos de 2013⁶ nos permitiu observar algumas características desconstroem os mitos da classe média e a fetichização do proletariado industrial. Abaixo apresentamos exatamente alguns dados socioeconômicos sobre os manifestantes que nos permitirão explicitar a fragilidade das leituras sobre a natureza do capitalismo brasileiro.

-
- 5 A música “Ao Pé da Força”, da Banda de hardcore Ratos de Porão, ironiza o pedantismo intelectual e sua incapacidade de ler a realidade: “Cururu, envaidecido, pensar é óbvio, quero ver sentir-se/indignado, oprimido, ao pé da força, como a gente aqui”. Ela chama a atenção para a disjunção entre a visão academicista e as condições reais de vida.
 - 6 Os dados aqui apresentados foram obtidos por meio de questionários do *Survey Monkey*, plataforma online de pesquisa. Estamos nos baseando num resultado parcial da investigação de abril de 2015. A pesquisa no total reuniu 297 questionários, com diversos itens sobre demografia, economia, renda, educação, cultura e participação política. Os questionários foram distribuídos anonimamente por email ou link de internet na página do NEP, onde podem ser encontrados os relatórios parciais de 2015.

O perfil demográfico dos pesquisados nos permite já apontar alguns elementos importantes. Os pesquisados que participaram dos protestos de 2013 estão distribuídos de forma quase que proporcional entre aqueles que se declaram “brancos” (60%) e os “não-brancos” (negros, amarelos, vermelhos e outros) e entre homens (52%) mulheres e LGBTQT (48%, ver figura 1 e 2). Isso significa que o perfil do pesquisado que participou dos protestos reflete segmentos historicamente subalternos e oprimidos na sociedade brasileira, ou seja, mulheres e população “não-branca”, sendo um componente que já coloca sérios problemas aos argumentos que definem os mesmos como de “classe média”.

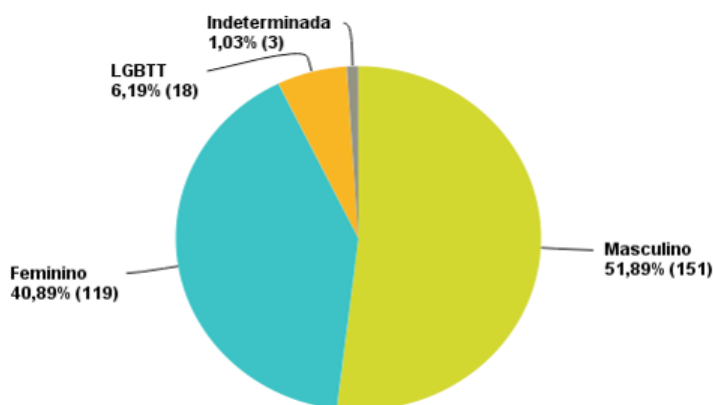


Gráfico 2 - Gênero e sexualidade

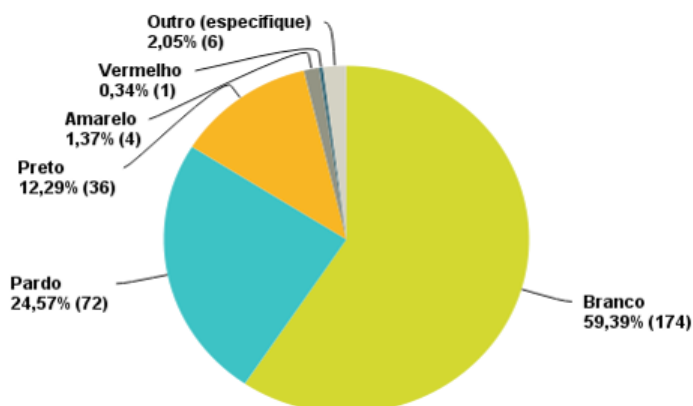


Gráfico 3 – Cor

O mesmo é válido para a ideia de que os protestos foram protagonizados pela “juventude” (ver figura 3). Se considerarmos jovens até 29 anos e como não-jovens a população acima de 30 anos, 1/3 dos pesquisados que participaram das manifestações de junho não eram “jovens”. Além disso, observando os dados podemos ver que cerca de 150 pesquisados, ou pouco mais da metade, está na faixa dos 20-29 anos, exatamente um momento de liminaridade entre a vida doméstica e dependência da renda familiar e a inserção no mercado de trabalho. Ou seja, atribuir à “juventude” a composição dos protestos seria reducionismo sociológico, invisibilizando a participação importante de um segmento demográfico, além das transições específicas de segmentos geracionais.

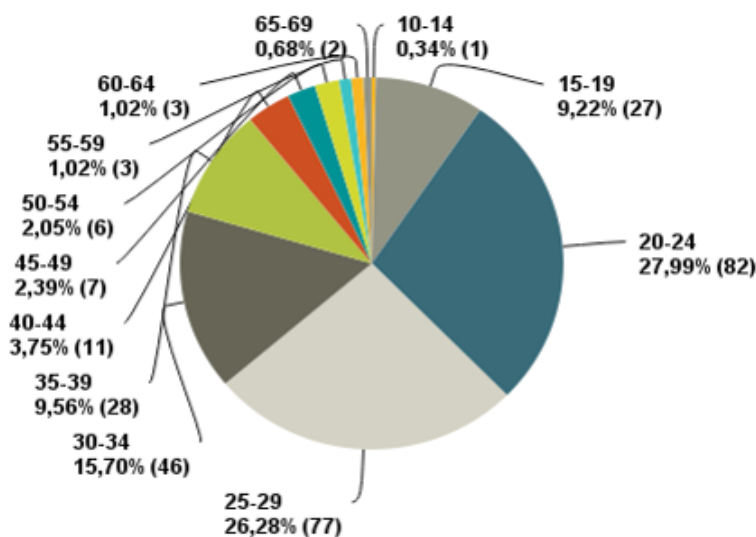


Gráfico 4 - Faixa etária

No caso, 44% dos pesquisados declararam não morar na mesma cidade em que nasceram e 21% não moram no mesmo estado em que nasceram. Essa informação é extremamente importante pois reflete outra característica da população: a mobilidade territorial do migrante interno (entre regiões de um estado ou entre regiões do país). Dessa maneira grande parte dos pesquisados também está colocada na condição de migrante interno que é também, historicamente, uma condição de precariedade social e econômica. Além disso, pode-se indicar a força de atração das grandes metrópoles sobre as cidades da região metropolitana e interiorana e as demandas sociais que isso gera.



Gráfico 5 - Mora na mesma cidade de nascimento

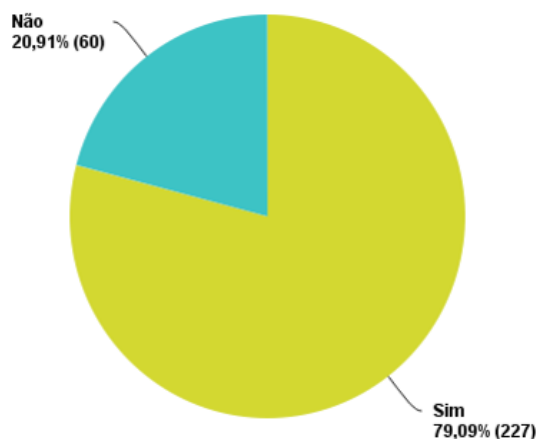


Gráfico 6 - Mora na UF de nascimento

Os dados sobre a estrutura do grupo doméstico são também reveladores (FERREIRA, 2015a). Podemos observar que entre os pesquisados a tendência da co-residência de 4 pessoas na mesma unidade habitacional se distribui especialmente nas casas, apartamentos e sobrados, sendo que as unidades domésticas em que coabitam filhos e pais, irmãos e irmãs e marido e/ou mulher com filhos predominam, tendo pouca frequência o número de coabitantes com outras relações de parentesco ou amizade, apesar de ser importante. Dessa forma poderíamos levantar a questão de que o caráter de “juventude” do protesto, quando observado do ponto de vista da estrutura do grupo doméstico, mostra que essa juventude não está logrando a autono-

mia familiar, não está constituindo, antes dos trinta anos, unidades domésticas próprias, tendo ainda uma grande importância a estrutura da família nuclear de origem. Logo, se um dos componentes fundamentais atribuídos à classe média é a possibilidade de autonomia individual materializada na compra de casa própria e residência individual, isso não se verifica na composição demográfica dos pesquisados. E por outro lado contraria a tese do precariado que supõe que estes não possuem “laços sociais ou comunitários”, uma vez que o grupo doméstico nuclear ou extenso é um laço fundamental para os pesquisados.

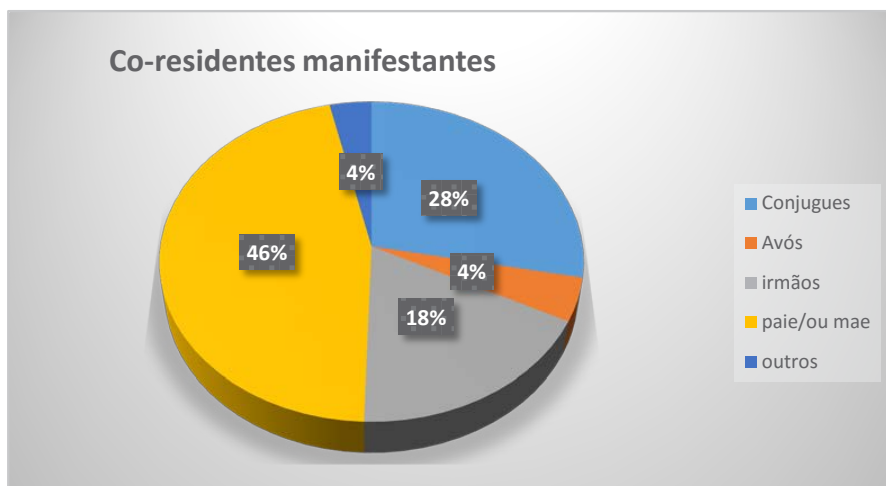


Gráfico 7 - Estrutura do grupo doméstico – tipo de família

A situação ocupacional é extremamente interessante. Entre 2008 e 2013 há um aumento dos empregados em relação aos trabalhadores eventuais e desempregados, sendo que a categoria que tem menor redução é a de desempregados sem procurar emprego (refletindo talvez a característica demográfica do predomínio de jovens em inserção no mercado de trabalho). O salário junto com pagamentos avulsos é a mais importante fonte de renda da maioria dos pesquisados, sendo que os auxílios governamentais diretos têm pouca importância, apesar de que alguns pesquisados declararem receber bolsa-família. Em termos de grupos de renda familiar, se dividirmos os pesquisados em dois grandes grupos, podemos ver que pelo menos 60% ganham entre 1 e 5 salários mínimos e cerca de 40% recebem entre 5 e 10 salários mínimos ou mais. Mas apesar da formalização do emprego entre 2008 e 2013, esse processo não significou o acesso a direitos trabalhistas, como é possível ver pela figura 8, 73% tem acesso a Carteira de Trabalho, mas apenas 50% a FGTS, 64% a 13º salário e 35% a reajustes salariais na data-base.

Formalização do emprego não exclui, desse modo, a precarização do trabalho em termos de relações trabalhistas. Dessa forma, a renda familiar tende a ser mais expressiva que a renda individual e isso pode explicar em parte porque a estrutura familiar nuclear permanece tendo uma importância expressiva.

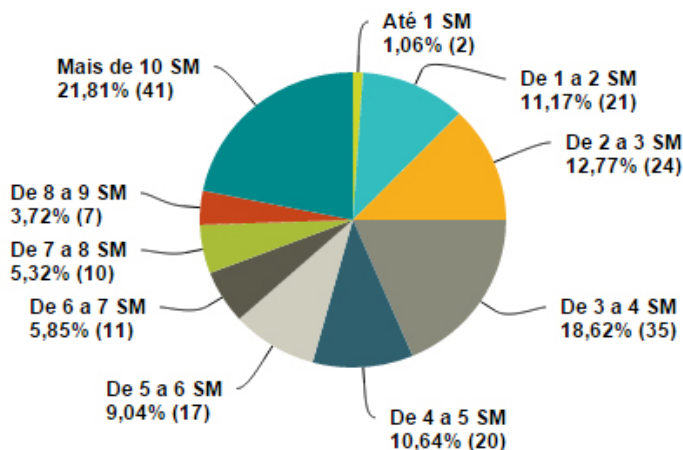


Gráfico 8 - Renda familiar mensal em 2014-2015

Tabela 1 - Acesso a direitos trabalhistas

Opções de resposta	Respostas	
Carteira de Trabalho	73,37%	146
FGTS	50,75%	101
Férias	67,84%	135
13º Salário	64,82%	129
Auxílio Transporte	67,34%	134
Auxílio Creche	4,52%	9
Auxílio Alimentação	50,75%	101
Seguro Desemprego	29,65%	59
Licença Maternidade	5,03%	10
Participação nos Lucros	17,59%	35
Reajustes Salariais na Data-Base	35,18%	70
Horas Extras Pagas	29,65%	59
Periculosidade	7,04%	14
Insalubridade	6,53%	13
Total de respondentes: 199		

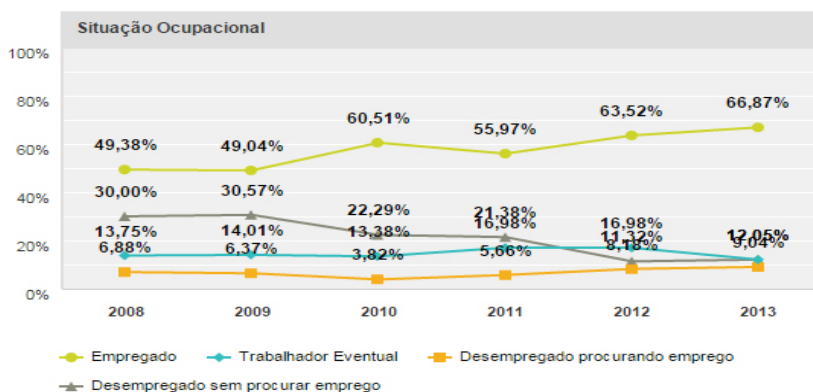


Gráfico 9 - Situação no mercado e trabalho 2008-2013

Gostaríamos então de observar como os dados empíricos são fundamentais para questionar o mito da classe média e o fetiche do proletariado industrial em diversos aspectos. Mas o primeiro deles diz respeito à condição social dos manifestantes. Quando observamos a nossa amostra ela revela:

- uma participação nos protestos muito variada em termos de geração (mesmo trabalhando com um conceito de juventude amplo, 1/3 dos manifestantes não seriam jovens), gênero e localidade, de forma que não condiz com a imagem de uma “classe média branca”;
- uma característica compartilhada é a experiência de ingresso no mercado de trabalho que caracteriza parte significativa dos manifestantes, um ingresso que se faz, mesmo com um nível alto de escolarização, com baixos salários e numa condição de precariedade, ou seja, sem garantias de estabilidade e segurança ocupacional como pudemos ver pelo baixo acesso aos direitos trabalhistas.

Nesse sentido, o que os dados permitem afirmar é exatamente a superposição de duas condições, a social e ocupacional, característica do capitalismo flexível neoliberal: os trabalhadores jovens, os mais escolarizados, são diversificados em termos de geração, cor, gênero e origem e essa sua condição se cruza com uma inserção subalterna no mercado de trabalho, em que a escolarização ou qualificação profissional não são suficientes para eliminar a superexploração e a precariedade. Nesse sentido, a condição real dos manifestantes era a de quem viviam em famílias nucleares, ainda dependentes da renda dos pais, com uma inserção precária no mercado de trabalho, normalmente em condições comparativamente piores do que das gerações familiares anteriores (FERREIRA, 2015a; b).

A apresentação dos dados acima nos permite apreender um aspecto fundamental da realidade: para além do discurso empresarial e governamental, existe um processo de superexploração que se reflete nas condições reais de vida e na formação dos diferentes grupos sociais. Todo critério unidimensional é reducionista; seja o determinismo econômico marxista, seja o determinismo da renda ou tecnológico da abordagem liberal, ignoram ou subestimam a transformação da estrutura de classes e/ou os processos de polarização e diferenciação dentro do proletariado. Dessa forma podemos usar os dados acima para formular de forma mais precisa uma interpretação para a relação entre as tendências de crise do capitalismo flexível e a ocorrência de lutas de classe e sua evolução para as situações de insurgência.

Podemos concluir que a estrutural social do capitalismo brasileiro é condicionada 1) por uma série de discriminações geracionais, sexuais e raciais, que se refletiram nos protestos de junho de 2013 com a participação de setores historicamente discriminados (dimensão sociopolítica); 2) e tal estrutura social induz a uma organização social e padrão de residência, em que as gerações mais jovens tendem a depender mais tempo do núcleo familiar de origem, indicando a impossibilidade ou dificuldade de formar novos núcleos por meio dos projetos e inserção no mercado, negando assim a existência de mobilidade social ascendente; 3) e induz a expulsão dos locais de origem, de forma que um grande número de jovens tem de migrar de cidades pequenas para maiores e do interior para capitais-metrópoles, e as suas famílias passam a residirem em bairros pobres-periferias, de modo que a imigração anula o efeito renda ou escolarização sobre a mobilidade social; 4) e restringe o papel da escolarização e qualificação profissional, que não garantem uma inserção no mercado de trabalho no setor estruturado, de modo que “formalizar” não é garantir acesso a direitos ou salários maiores, sendo possível precarizar formalizando no mercado de trabalho.

4 – POLARIZAÇÃO E MARGINALIZAÇÃO: CONTRADIÇÕES DE CLASSES NO CAPITALISMO FLEXÍVEL BRASILEIRO

As características acima não são particularidades ou excepcionalidades brasileiras, mas tendências do capitalismo e da sociedade contemporânea teorizados por diversos sociólogos, economistas e geógrafos, tendências estas que são: 1º) a extensão da superexploração, através dos mecanismos de terceirização, precarização, flexibilização e discriminação (nacional, racial, sexual); 2º) a concentração de capitais e financeirização, ocorrendo uma simbiose entre diferentes formas de capital no mercado internacional; 3º) instituição de um modelo neoliberal do Estado, que leva à contínua necessidade de reformas para aumentar a liberdade do “mercado”, deixando ao Estado o papel de Empresário Industrial e assumindo o de “Corretor Financeiro” e

de “Estado Policial”; 4º) internacionalização da economia, com a conquista de terras, trabalho e mercados para exploração pelas empresas monopolistas, num modelo que pode ser chamado de capitalismo desorganizado, pós-fordismo ou acumulação flexível (Harvey 1994; Chesnais 1996; Alves 1999; Alves 2000; Harvey 2004; Boito Jr 2006; Alves 2007).

Esses processos de reestruturação econômica e reformas políticas têm como principal característica a expansão da condição de marginalidade, informalidade e subordinação, expressos no mercado de trabalho pela ampliação de uma categoria de trabalhadores chamada em determinadas abordagens de precariado ou subproletariado e que aqui chamamos de proletariado marginal; na multiplicação de formas discriminatórias em relação a grupos étnicos e mulheres, intensificação da criminalização da pobreza e dos grupos marginalizados (HARVEY, 1994, 2004; CHESNAIS, 1996, 1999; ALVES, 1999, 2007, 2014; WACQUANT, 2001).

A imagem produzida pelo mito da classe média e pelo fetichismo do proletariado industrial retrata Junho de 2013 como um acontecimento realizado por uma classe média produzida pelo desenvolvimentismo dos governos do PT ou como uma franja lumpem do processo de precarização global.

Essas duas leituras não estão amparadas em dados empíricos e numa pesquisa rigorosa das condições de vida das classes sociais no Brasil, na realidade apenas tomam aspectos que considerados isoladamente são sem sentido e em conjunto são contraditórios, reafirmando pré-conceitos ideológicos que muito lembram o medo das classes perigosas. O que nós tentamos mostrar aqui é que existe uma relação orgânica entre os diversos processos que se expressam nas múltiplas dimensões da constituição das classes sociais: a social, a espacial e a ocupacional. Grande parte dos manifestantes pesquisados pertenciam a categorias de gênero e cor oprimidas na sociedade brasileira; mesmo os brancos pertencem a uma juventude que mora em áreas urbanas segregadas e periféricas, sendo muitas vezes migrantes internos; além da opressão e segregação espacial, vivenciam a experiência característica da globalização, de uma inserção precária no mercado de trabalho.

Nesse sentido, estamos propondo aqui uma nova análise de classes. Entendemos que o capitalismo-imperialismo sempre operou por meio de uma segmentação de classe ou o do que viemos chamando de duplo mercado de trabalho, ou seja, um mercado de trabalho hierarquizado não somente com base na divisão entre capital e trabalho, mas em divisões étnicas, raciais, de gênero e espaciais (MEILLASSOUX, 1976; FERREIRA, 2013). Para compreendermos junho de 2013 devemos compreender então como todos esses fatores se entrecruzam na estrutura de classes, nas formas de estratificação social e como a renda, status educacional e qualificação se relacionam não somente na esfera econômica, mas também política, relacionando duas tendências:

- 1ª) a do aprofundamento da superexploração e precarização que se manifesta nas relações de trabalho, produção e consumo, constituindo assim um processo de **polarização** interno à classe trabalhadora;
- 2ª) a **marginalização estrutural**, que opera por uma pluralidade de critérios (geracional-espacial-ocupacional-sexual-cultural) estende a polarização interna à própria classe trabalhadora para domínios múltiplos (modos de vida, organização social e ação política).

Essas duas tendências se materializaram nos últimos anos, na consolidação de uma aristocracia de trabalhadores e na expansão de um proletariado marginal. Essa tendência de conformação de uma aristocracia não pode ser apenas concebida como um fenômeno econômico; ele é um fato social total.

Quando falamos das classes sociais, preservamos no caso da sociedade capitalista a divisão dual entre duas classes, uma classe trabalhadora ou proletariado e uma classe burguesa. Essas classes constituem sociedades parciais em relação de complementaridade e antagonismo (GURVITCH, 1968; 1982; 1987). Mas essa divisão dual não esgota toda a composição interna. Podemos usar o conceito de fração de classe para indicar duas dimensões das classes sociais:

- 1) diferenciações de ordem econômica, técnico-produtiva, que influenciam na visão de mundo, condicionadas pela divisão do trabalho na sociedade capitalista. As frações nesse sentido econômico, são o proletariado industrial, o proletariado rural, a burguesia financeira e etc.;
- 2) diferenciações no sentido sociopolítico, e aqui então a polarização representa um processo de divisão e antagonismo de interesses no interior da classe trabalhadora, que resulta na formação de duas frações: a aristocracia de trabalhadores e o proletariado marginal, entendido como uma fração que é marginalizada e dominada por outras frações e grupos de trabalhadores.

As relações entre as duas dimensões é forma dialética, não linear, nem uniforme, de modo que uma fração sociopolítica não corresponde de forma estrita a uma fração econômica do proletariado. Abaixo apresentamos uma figura 1 que ajuda a explicitar a análise de classes tal como concebemos. Não somente existe uma divisão entre burguesia e proletariado, e segmentações oriundas da divisão do trabalho capitalista, mas das da atividade sociopolítica das classes, que faz com que exista a tendência de formação de uma aristocracia de trabalhadores organicamente ligada ao Estado e capital e compartilhando as ideias e valores do sistema capitalista. Esse processo de polarização e marginalização interno à classe trabalhadora é fundamental.



Figura 1 - Análise de Classes

Para entender tal processo de polarização, devemos compreender como o capitalismo brasileiro não somente não rompeu com o neoliberalismo e não entrou numa era pós-neoliberal, como ele ajudou a consolidar o que podemos chamar de um regime de acumulação industrialista-financeirizador dirigido pelo que chamamos de indústria logístico-automobilística. Esse regime é industrialista porque o centro da economia brasileira está na industrialização, e dentro da indústria, a cadeia mercantil da logística (indústria extrativa e energética especialmente) são os setores determinantes. Por isso, empresas como a Petrobras, Vale, e as grandes empresas da área de Energia são as grandes operadoras da economia nacional. Ao mesmo tempo, esse processo de produção centrado na indústria só se realiza no processo de inserção dependente do Brasil no processo de financeirização da economia mundial, com a abertura dos capitais das empresas, privatização e expansão do capital bancário. Esse regime foi consolidado especialmente depois de 2008 quando a crise mundial desencadeou um grande deslocamento de capitais das economias centrais para o Brasil. Esse processo permitiu o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), um plano de intervenção estatal na economia direcionado para fortalecer os setores logístico e automobilístico, que impulsionou os gastos públicos direcionados ao setor de logística por meio do Sistema Financeiro Nacional, especialmente da ação dos bancos estatais como o BNDES. Paralelamente se deu um processo de expansão da precarização e superexploração, sendo que as organizações sindicais e partidárias de representação dos trabalhadores atuaram para criar setores aristocráticos, que ganhariam privilégios com esse regime de acumulação.

Podemos ver o avanço da polarização na esfera econômica por meio de dois indicadores principais: 1º) o avanço da terceirização e as tentativas de regulamentação; 2º) a forma como se criou uma série de mecanismos legais de proteção exclusiva de dirigentes sindicais. A tabela abaixo mostra a evolução da economia brasileira por setor desde 2003. Os governos do PT não alteram em nada a participação na produção dos valores, a não ser

sob dois aspectos: aumento dos gastos públicos e a participação do setor chamado “outros serviços”. Como podemos ver, depois de 2007 há uma grande expansão desses setores, mostra de como a crise mundial alavancou o desenvolvimento capitalista brasileiro. O setor “outros serviços” agrega as empresas que atuam nos serviços de locação de mão de obra no Brasil, ou seja, nas atividades de terceirização, além da terceirização das atividades produtivas propriamente ditas. Quando observamos o quadro abaixo podemos ver a expansão de tal setor:

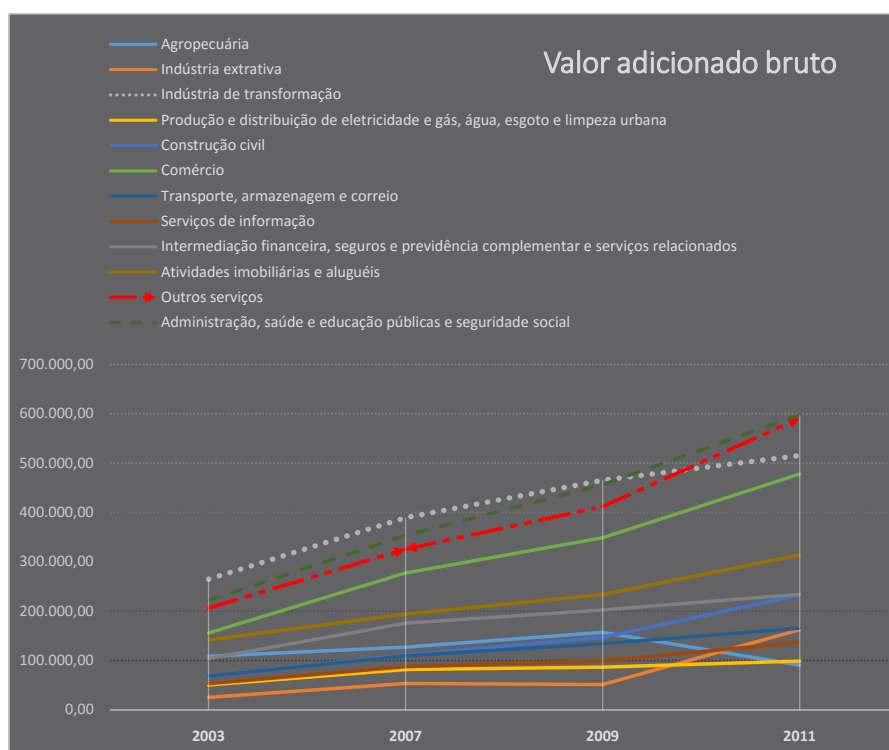


Gráfico 10 - Elaborado a partir de dados do Sistema de Contas Nacionais-IBGE

Entre o segundo governo Lula e o primeiro mandato de Dilma, e depois da crise de 2007-2008, é possível observar a grande expansão dos gastos públicos e do setor de outros serviços, juntamente com a expansão da indústria de transformação e indústria extrativa e construção civil, que tem um crescimento arrojado no período. Ou seja, o setor que abrange os serviços de locação de mão-de-obra e terceirização se expande paralelamente à grande expansão da atividade industrial no Brasil entre 2007 e 2012. As estimativas

do DIEESE e Ministério do Trabalho apontam para a existência de 8,5 milhões de trabalhadores terceirizados em 2013 contra 34 milhões de trabalhadores contratados diretamente. Os dados abaixo, elaborados pelo DIEESE/CUT (2014), indicam como as características da terceirização são exemplares do processo de precarização:

Tabela 2

Condições de Trabalho	Setores tipicamente contratantes	Setores tipicamente terceirizados	Diferença terceirizado/contratante
Remuneração Média (R\$)	2.361,15	1.776,78	-24,7
Jornada semanal contratada (Horas)	40	43	7,5
Tempo de emprego (anos)	5,8	2,7	-53,5
Taxa de rotatividade	33	64,4	Dobro

Fonte: DIEESE/CUT, 2014.

Nesse sentido, a terceirização apesar de não ser o único indicador da precarização, pode ser considerado como um dos principais. A flexibilidade e rotatividade no emprego são maiores, a jornada de trabalho é maior e os salários são 25% menores em média.

Aqui chegamos ao ponto principal do nosso argumento. O mito da classe média e o fetiche do proletariado industrial não conseguem apreender a dinâmica do capitalismo contemporâneo e ajudam a ocultar esse processo complexo. Elaboramos o quadro abaixo para mostrar como o regime de acumulação industrialista-financeirizador produziu esse fenômeno de polarização e marginalização. Comparamos as “classes de renda” oficiais e um sistema de estratificação por grupo de atividade econômica. Vejamos o resultado:

SISTEMA DE CLASSES OFICIAL DO GOVERNO FEDERAL		REDA QUE DEFINE CLASSES DE RENDA	SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA (SALÁRIOS MÉDIOS E POSSÍ- ÇÃO DE “CLASSE”. FONTE IBGE E FAO/INCRA)	SALÁRIO MÉDIO DO SETOR (R\$)
ALTA CLASSE	Alta classe alta	R\$ 12.988	-	-
	Baixa classe alta	R\$ 4.845	Elettricidade e gás	5.125,90
CLASSE MÉDIA	Alta classe média	R\$ 2.813	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	3.847,38
			Organizações internacionais e outras instituições extraterritoriais	3.610,61
			Indústrias extrativas	3.173,32
			Informação e comunicação	3.098,83
	Média classe média	R\$ 1.925	Administração pública, defesa e seguridade social	2.257,46
			Atividades profissionais, científicas e técnicas	2.115,89
			Educação	1.944,63
			Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	1.793,22
	Baixa classe média	R\$ 1.540	Transporte, armazenagem e correio	1.568,21
			Saúde humana e serviços sociais	1.560,12
			Atividades imobiliárias	1.491,95
			Artes, cultura e serviços sociais	1.347,53
CLASSE BAIXA OU POBRE	Vulneráveis	R\$ 1.030	Outras atividades de serviços	1.221,84
			Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	1.037,54
			Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1.022,94
			Atividades administrativas e serviços complementares	973,06
	Pobres	R\$ 648	Alojamento e alimentação	779,58
	Extremamente pobres	R\$ 227	Camponeses/Agricultores Familiares do Sul	276,25*
			Camponeses/Agricultores Familiares do Centro Oeste	253,58*
			Camponeses/Agricultores Familiares do Sudeste	225,25*
			Camponeses/Agricultores Familiares do Norte	161,25*
			Camponeses/Agricultores Familiares do Nordeste	96,58*

Quadro 1 - Sistema de estratificação comparando critérios de definição de classes alta, média e baixa com os rendimentos médios do CEMPRE-IBGE

Como podemos observar, os setores que poderiam ser considerados como classe de renda alta seriam exatamente os setores de logística (eletricidade e gás, indústria extrativa) e atividades financeiras. Ou seja, exatamente os setores dirigentes do processo de acumulação no capitalismo flexível brasileiro. Quando colocados no sistema de renda, a “classe média” não corresponde ao modelo do ideário liberal (que seriam os colarinhos brancos e trabalhadores não-manuais, como profissionais da educação e administrati-

vos, que seriam a baixa classe média, aqueles que tem maior risco de cair na condição de pobreza), nem à expectativa do olhar marxista, pois quem ocupa o topo desse sistema são exatamente os trabalhadores do setor das indústrias de base, de logística, que podem ser considerados como uma classe operária tradicional. Na classe de renda pobre ou baixa estariam camponeses, assalariados rurais e trabalhadores não-qualificados do setor de serviços. Esse sistema, construído sobre indicadores reais, coloca de cabeça para baixo as pré-noções existentes sobre a estrutura de classes no Brasil.

Assim, existe um conjunto de categorias de trabalhadores que estão organicamente ligadas à expansão do capital, especialmente, aos setores das cadeias mercantis das indústrias logística e financeira, que são os setores em que a expansão da acumulação de capital mais se intensificou nos últimos anos. Esse processo forneceu as bases objetivas para a formação de uma aristocracia de trabalhadores

Desse modo, o que gostaríamos de indicar aqui é que esse processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, especialmente entre 2007-2013, foi marcado por um processo de polarização de classes, de concentração de renda, direitos, salários, benefícios, especialmente nos setores dirigentes do processo de acumulação de capital.

Muitos autores observam e mesmo denunciam esse processo. Mas eles abstraem a totalidade das relações e antagonismos. Pois na realidade esse processo de terceirização e precarização neoliberal avançou graças ao governo de tipo socialdemocrata (do PT e seus aliados, como o PCdoB), e ao sindicalismo de tipo socialdemocrata de Estado e não contra ele. Nesse sentido, devemos observar fundamentalmente como ao lado desse processo de precarização existe outro, de formação de uma aristocracia de trabalhadores profundamente comprometida e interessada na defesa do regime de acumulação industrialista-financeirizador. A crítica da precarização como um processo meramente econômico não fala das condições sociopolíticas reais em que ela ocorre. Nesse sentido, o primeiro elemento que devemos observar é o seguinte: ao contrário do que aconteceu nos países centrais, o neoliberalismo no Brasil nos últimos anos não se deu “enfraquecendo” os sindicatos (ou seja, fazendo declinar as taxas de sindicalização e número de sindicatos), ao contrário do que aconteceu na Europa, ele fortaleceu esse modelo de sindicalismo de Estado corporativo.

Isso pode ser explicado por diversos motivos, mas gostaríamos de salientar dois. Em primeiro lugar, a estrutura do sindicalismo de Estado corporativista que historicamente atuou como força de apoio do capital na redução da massa salarial global; em segundo lugar, a constituição de um capitalismo sindical (ZIBECHI, 2012), na qual dirigentes sindicais e as organizações sin-

dicais tornam-se parte das estruturas de governo e gestão capitalista. Ao contrário do neoliberalismo de determinados países centrais que foi “anti-sindical” e se expandiu quebrando os sindicatos, no Brasil o neoliberalismo se expandiu por meio da incorporação de um grande número de dirigentes sindicais, partidos de oposição e movimentos sociais na estrutura de gestão. Esse processo de formação de um neoliberalismo que se expande por meio do capitalismo sindical, criando uma aristocracia de trabalhadores no poder das organizações e compartilhando interesses com as organizações de Estado e empresas, na realidade está amparada nas condições econômicas específicas do regime de acumulação.

Da mesma forma existe nesse processo a constituição de uma camada do proletariado que é marginalizada das principais instituições de governo e de representação política estatal por uma necessidade intrínseca do exercício da dominação, que precisa ser burocrática, de minorias. Um dos aspectos fundamentais pelos quais podemos observar essa marginalização política é pela taxa de sindicalização e não-sindicalização no Brasil. Os dados para o ano de 2009 permitem que dimensionemos o grau de marginalidade de grande parte da classe trabalhadora brasileira em relação ao sindicalismo de Estado.

Sindicalizados			Não-Sindicalizados	
	Números absolutos	%	Número absoluto	%
Brasil	16.450.356	17,7	76.238.897	82,3
Norte	973.113	14,1	5.915.911	85,9
Nordeste	4.692.661	19,3	19.673.979	80,7
Sudeste	6.717.191	17,0	32.874.905	83,0
Sul	3.068.034	20,7	11.733.578	79,3
Centro-Oeste	999.357	17,7	6.040.524	82,33

Quadro 2 - Elaborado a partir de dados do DIEESE, 2009.

Como podemos ver, a maioria absoluta dos trabalhadores não é sindicalizada. Esse fenômeno pode ser ingenuamente considerado como falta de “consciência” ou “alienação”. No nosso entendimento essa marginalização dos trabalhadores não somente no sistema econômico, mas também político-representativo do sindicalismo de Estado, em que 82% dos trabalhadores estão fora da estrutura de representação sindical,⁷ é resultado do processo de

7 O mesmo pode ser dito sobre a relação com os partidos políticos, já que há uma tendência estrutural de não voto, como comprovado pelas eleições de 2014 no Brasil.

polarização e marginalização estrutural. E tal processo está vinculado a uma estratificação de rendimentos possibilitada pelo domínio de determinadores setores na indústria que garantiram a distribuição de salários e participação nos lucros, além de cargos de cogestão no Estado e nas empresas fazendo nascer assim uma ampla aristocracia sindical e operária, no mesmo movimento em que por meio da terceirização e outros mecanismos, expandiu a marginalização.

No nosso entendimento esses dados servem exatamente para confirmar alguns aspectos centrais da estrutura de classes no Brasil e dos processos de polarização e marginalização. Como tal análise de classes nos ajudar e ter uma melhor visão sobre Junho de 2013?

Em primeiro lugar, as noções de classe média e precariado aplicadas à análise de 2013, apenas afirmam a irracionalidade do acontecimento. Na abordagem marxista tradicional tivemos uma assimilação do conceito do precariado ao de lumpem. Basicamente, tal conceito foi integrado tendo duas características: 1) compartilhando a visão de Standing de que a “classe trabalhadora modelo” é o proletariado industrial do tipo fordista, esse conceito foi aplicado tentando qualificar os efeitos do neoliberalismo no Brasil teriam sido análogos aos verificados na Europa, com a desestruturação desse proletariado industrial; 2) em segundo lugar, eles assimilam a visão de que o precariado tem uma tendência anômica, ou seja, não é capaz de formular um projeto político próprio. Assim, Junho de 2013 teria sido desorganizado, irracional, apolítico por ser expressão de uma classe social incapaz de se organizar por si, daí as críticas e ataques as instituições dos Partidos e Sindicatos. A reificação do fetiche do proletariado industrial, único sujeito supostamente revolucionário, é a base dessa análise de classes (ALVES, 2000; 2007; 2013). Do ponto de vista governamental e empresarial, Junho ou foi a expressão de uma “classe média” que aspirava individualmente mais renda e mais mobilidade social, ou uma inexplicável e perigosa manifestação psicológica de raiva contra as instituições (FIGUEIREDO, et al., 2014).

Como demonstramos, essas leituras falham na sua base empírica e teórica. De acordo com nossa leitura, e apoiado nos dados da pesquisa com manifestantes e a leitura crítica dos dados socioeconômicos governamentais, Junho de 2013 pode ser lido de forma mais correta como uma complexa luta entre frações econômicas e políticas de classe trabalhadora e entre capital e trabalho. Como vimos pelos dados, grande parte dos manifestantes fazem parte de uma geração de trabalhadores escolarizados-qualificados, que entrou no mercado de trabalho em condições precárias, especialmente no setor de serviços – exatamente aquele que está mais próximo da base da pirâmide de estratificação de renda. Por outro lado, as frações que foram mais privilegiadas pelo regime de acumulação – do setor industrial e financeiro – não tem necessariamente

um comportamento político homogêneo, mas estas categorias geraram uma fração política, uma aristocracia, que além de ter privilégios da relação salarial, exercem o controle de organizações sindicais e tem forte presença em organismos de Estado.⁸ Desse modo, essa fração aristocrática foi gerada por uma combinação de condições objetivas e subjetivas. Exatamente como as classes sociais não tem uma expressão organizacional simples ou linear, a organização de classe pode se expressar numa multiplicidade de grupos de diferentes naturezas. Foi isso que no nosso entendimento se esboçou em Junho de 2013: as organizações temporárias, grupos de autodefesa, de advogados, oposições sindicais e etc. esboçaram um tipo de organização de classe, ao contrário das organizações profissionais-corporativas integradas no Estado capitalista (os sindicatos e organizações representativas de Estado ou socialdemocratas existentes). Assim, ao contrário da visão que nega às formas organizativas por suas características de informalidade, espontaneidade o caráter de classe, afirmamos justamente o contrário, essas propriedades são típicas de um processo inicial de estruturação das classes sociais, que lutam não somente contra o capital, mas contra uma aristocracia econômico-política organicamente ligada a ele. Esse é um aspecto central de Junho de 2013, seu principal substrato e que só por meio de uma análise de classes pode ser alcançado.

5 – AS CLASSES SOCIAIS E AS INSURGÊNCIAS

O debate sobre as classes sociais tem então múltiplos significados. Primeiramente, do ponto de vista político e ideológico, podemos dizer que os protestos de Junho de 2013 colocaram em cena o mito da classe média e o fetiche do operário industrial. Essas duas categorias se mesclaram com o estereótipo do lumpem e da turba, da multidão irracional e das classes perigosas. Esse sentido político se articula com o sociológico, em que existe uma meta-narrativa sobre as características do capitalismo e da sociedade contemporânea entre dois tipos de triunfalismo que acabam convergindo: o triunfalismo do desenvolvimentismo e o triunfalismo do liberalismo econômico, que tentam apresentar a sociedade em processo de modernização e crescimento econômico, de forma que os conflitos sociais só podem ser patológicos ou irracionais.

Foi no interior de uma das maiores crises do capitalismo, depois de 2008, que os governos e empresas do mundo, em meio aos processos de reestruturação produtiva, desemprego e avanço da superexploração, come-

8 Estamos nos referindo aqui especialmente à CUT e ao PT, mas também ao PCdoB e à CTB e a todos os partidos políticos de base sindical e centrais sindicais que produziram uma relação privilegiada com as empresas e o Estado, tendo interesses comuns e uma relação associativa íntima.

çaram a tentar demonstrar a expansão da classe média global, exaltando as virtudes do capitalismo e sua capacidade de gerar crescimento econômico. Tentamos desmistificar essa leitura a partir de dados empíricos que mostram como essas abordagens não somente não analisam a realidade, como atuam deliberadamente para falseá-la, de forma que podemos considerar que esses saberes fazem parte de um sistema de cognição-repressão.

Do ponto de vista sociológico, demonstramos que existe uma tendência de polarização socioeconômica na classe trabalhadora (que a divide da ótica sociopolítica entre uma aristocracia e um proletariado marginal), sendo que esta polarização não pode ser reduzida a um critério unidimensional qualquer, mas deve levar em consideração as múltiplas dimensões. O regime de acumulação industrialista-financeirizador permitiu que se formasse uma aristocracia de trabalhadores que conseguiram um pacto salarial junto aos setores dirigentes do processo de acumulação e ao Estado. Ao mesmo tempo, tal aristocracia engloba um grupo dirigente nas organizações de representação sindical e partidárias, e uma elite dirigente do Estado, que atuou para aprofundar a distância entre a aristocracia econômico-política de trabalhadores e o proletariado marginalizado na esfera econômica e política, mantendo os privilégios da primeira.

Dessa forma, todas as teses sobre a irracionalidade ou alienação dos protestos de Junho de 2013 tomam como dado natural o fetiche do proletariado industrial (no qual a classe trabalhadora se resume ao proletariado industrial e deveria agir dentro dos canais de representação estatais instituídos), apenas reificando um conjunto de preconceitos de uma aristocracia profundamente comprometida política e cognitivamente com um o capitalismo sindical, uma das facetas do capitalismo flexível.

A precarização e marginalidade não são apenas fenômenos econômicos ou das relações de trabalho. A volatilidade do mercado e das relações de trabalho criam exatamente uma condição de liminaridade, ou seja, amplos segmentos sociais ocupam um limbo de status transitando entre diversas posições, de assalariado a trabalhador por conta própria, deste a trabalhador familiar e assim sucessivamente. Toda a experiência social é condicionada por esses processos, apesar de não poder ser explicada somente por eles. Essa marginalização implica na expropriação não somente dos meios de produção e vida, mas de expressão e representação política. Consequentemente, essa condição implica que o uso da violência coletiva não-letal é praticamente uma pré-condição da ação e expressão política.

Daí a importância da teoria das classes sociais. Enquanto vertentes do pensamento pós-moderno, liberal e do marxismo se batem inutilmente, ou na negação da existência das classes sociais, ou na redução das classes a um fenômeno de produção ou de renda, é preciso tomar as classes sociais como

macrocosmos de agrupamentos sociais, constituídas por uma pluralidade de relações, subgrupos e contradições e com expressões políticas ainda mais heterogêneas, mas com uma unidade subjacente nos processos de polarização e marginalização que resultam também em formas de ação e emancipação.

As insurgências têm então suas raízes em contradições sociais estruturais, especialmente nesses processos de polarização e marginalização. O desenvolvimento de um proletariado marginal às estruturas e compromissos do capitalismo flexível e seu regime industrialista-financeirizador é um componente fundamental para entendermos as formas de resistência e consciência de classe. Assim, não é possível compreender as insurgências se não levamos em consideração esses processos sociais em profundidade, que não são visibilizados pelos saberes hegemônicos. A dialética entre a aristocracia de trabalhadores e o proletariado marginal tende a se relacionar diretamente às insurgências; os grupos que tomam parte nas insurgências tendem a ser não homogêneos, mas são exatamente aqueles marginais em relação a múltiplas dimensões de integração no regime de acumulação e na estrutura social do capitalismo, incluindo o Estado. Nesse sentido, a elaboração de Bakunin no século XIX foi fundamental: o estatismo tenderia a formar uma aristocracia de trabalhadores intimamente vinculada à sociedade burguesa e teria tantos interesses na manutenção desta quanto a própria burguesia. A dialética entre reforma e revolução depende por sua vez do desenvolvimento desse proletariado marginal e sua luta contra a aristocracia e a burguesia.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. *Trabalho e mundialização do capital*. São Paulo: Praxis. 1999.
- _____. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- _____. *Dimensões da reestruturação produtiva*. Londrina: Praxis, 2007. (Ensaio de Sociologia do Trabalho).
- _____. A revolta do precariado no Brasil. In: _____. (Ed.). *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013. A revolta do precariado no Brasil.
- _____. *O enigma do precariado e a nova temporalidade histórica do capital*. São Paulo, 2014. v. 13.
- BAKUNIN, M. *Escritos contra Marx: conflito de titãs na Internacional*. São Paulo: Novos Tempos. 1989.
- _____. *De baixo para cima e da periferia para o centro: textos políticos, filosóficos e de teoria sociológica de Mikhail Bakunin*. Niterói: Alternativa, 2014.

(Coleção Pensamento Insurgente, v. 1).

BRASIL. C. P. D. D. C. M. N. *Relatório para definição de classe média no Brasil*. Presidência da República - Secretaria de Assuntos Estratégicos Brasília, 2012.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã 1996.

_____. *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã. 1999.

FERREIRA, A. C. *Tutela e resistência indígena: etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 2013.

_____. *Luta de classes e insurgências no Brasil: relatório de pesquisa número 01: perfil demográfico e socioeconômico e o mito da classe média*. Rio de Janeiro: Núcleo de Estudos do Poder-UFRRJ, mar. 2015a. p. 36.

_____. *Luta de classes e insurgências no Brasil: relatório de pesquisa número 02: comportamento eleitoral, político e sociocultural dos manifestantes*. Rio de Janeiro: Núcleo de Estudos do Poder-UFRRJ, mar. 2015b. p. 37.

FIGUEIREDO, R. et al. *Junho de 2013: a sociedade enfrenta o Estado*. São Paulo: Summus, 2014.

GURVITCH, G. *Determinismos sociais e liberdade humana*. Rio de Janeiro: Forense. 1968.

_____. *As classes sociais*. São Paulo: Global, 1982.

_____. *Dialética e sociologia*. São Paulo: Vértice, 1987.

HIRSCH, S.; VAN DER WALT, L. *Anarchism and syndicalism in the colonial and postcolonial world, 1870-1940: the praxis of national liberation, internationalism, and social revolution*: Brill, v.6. 2010.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1994. v.2.

_____. *Novo imperialismo (O)*. São Paulo: Loyola, 2004.

KHARAS, H. *The emerging middle class in developing countries*. OECD Development Centre Working Papers, 2010.

MEILLASSOUX, C. *Mulheres, celeiros e capitais*. Porto: Afrontamento, 1976.

MORAES, W. *Brasil e Venezuela: histórico das relações trabalhistas de 1889 até Lula e Chávez*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

NERI, M. *A nova classe média: O lado brilhante dos pobres (The New Middle Class: The Brilliant Side of the Poor)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Instituto Brasileiro de Economia, Centro de Políticas Sociais, 2010.

RHODES, D. What do we mean by “middle class”? Reuters 2011. Disponible: <<http://blogs.reuters.com/david-rohde/2011/12/29/what-do-we-mean-by-middle-class/>>.

SÁ, Giovanni. Brasil: Ministro diz que protesto nas ruas não são feitos pelos mais pobres. *Farol de Notícias*, 28 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.faroldenoticias.com.br/site/brasil-ministro-diz-que-protesto-nas-ruas-nao-sao-feitos-pelos-mais-pobres/>>.

STANDING, G. *O precariado: a nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

VAN DER WALT, Lucien. Anarchism, Syndicalism and Marxism. In: JUN, N. (org.), *The Brill Companion to Anarchist Philosophy*, Brill, 2016.

WACQUANT, L. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

YUEH, L. *The rise of the global middle class*: BBC News. 2013. Disponible: <<http://www.bbc.com/news/business-22956470>>.

ZIBECHI, R. *Brasil potência: entre a integração regional e um novo imperialismo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

A revolta dos governados do inverno-primavera de 2013 no Brasil e suas interpretações

Wallace Moraes

O período entre junho de 2013 e julho de 2014 foi um dos mais importantes da história da mobilização política e social do Brasil, em particular, do Rio de Janeiro. Os maiores protestos da história do país, greves de garis, rodoviários e professores a despeito da orientação das direções sindicais em contrário. “Rolezinhos” de moradores de favelas e periferias para explicitar o, por vezes, dissimulado *apartheid* brasileiro. Em função do péssimo serviço dos transportes e da forte repressão policial discriminatória, populares fizeram barricadas em seus bairros, favelas e quebraram trens, ônibus, barcas e metros. Até os jogadores da elite do futebol brasileiro cruzaram os braços e protestaram antes, durante e depois das partidas. Vimos os oligopólios de comunicação, a polícia, o Estado, todos os governantes, partidos políticos, sindicatos, transportes públicos e os bancos serem amplamente contestados/rechçados. Um ano *sui generis*. Deve entrar para a história, mas sobretudo deve ter preservada a sua memória com uma análise problematizadora. Esse é o nosso objetivo.

As jornadas insurgentes do inverno-primavera de 2013, cujo paroxismo aconteceu nas manifestações da semana de 17 a 23 de junho, já podem ser computadas como as maiores da história do Brasil. Nada se iguala em número de pessoas nas ruas, ainda que se considerem os levantes populares e suas diversas revoltas isoladas. *Pari passu*, em nenhum momento houve tantos enfrentamentos simultâneos com a polícia, praticamente em todas as capitais no país e em grandes cidades na mesma semana, consubstanciando-se em evidência do teor da revolta popular.¹

1 A Artigo 19 (2013) fez um levantamento sobre os protestos no ano de 2013, chegando às seguintes conclusões: entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2013

Normalmente, as sociedades que passam por processos insurrecionais deixam um gérmen de um novo mundo e é claro que em disputa com o velho e moribundo.² Trata-se de um movimento único, muito rico e que precisa ser teorizado, pormenorizado e registrado nos anais da História.

Como o Brasil é um país continental e as manifestações aconteceram simultaneamente em todos os estados da federação, foi impossível a qualquer observador participante acompanhá-las em tempo real. Portanto, o que segue são reflexões sobre a Revolta dos governados na cidade do Rio de Janeiro, embora os motivos, o *modus operandi*, e as características tenham sido muito similares em todo o país pelo que podemos constatar a partir do midiativismo.³

Comentando sobre os protestos na Turquia, Slavoj Žižek disse o seguinte:

A luta pela interpretação dos protestos não é apenas 'epistemológica'; a luta dos jornalistas e teóricos sobre o verdadeiro teor dos protestos é também uma luta 'ontológica', que diz respeito à coisa em si, que ocorre no centro dos próprios protestos. Há uma batalha acontecendo dentro dos protestos sobre o que eles próprios representam.

Igualmente, no Brasil, há uma grande disputa sobre a narrativa do levante popular de 2013. Por razões ideológicas e político-eleitorais, diversos intelectuais participam de uma querela sobre os motivos da revolta de junho de 2013, bem como suas características. Objetivamos apresentar as diferentes interpretações sobre as jornadas insurgentes e apontar elementos para identificar o que está por trás de cada uma. Faremos um debate sobre as formas de construção da história dos fatos. Depois, discutiremos as análises propriamente em disputa. No bojo dessa discussão, apresentaremos nossas teses a partir da observação participante. Pretendemos dar voz aos setores populares mais atuantes do Levante popular de 2013 no Brasil, por meio da tradução de sua ação direta que deixou perplexos e atônitos, num primeiro momento, os governantes de um modo geral, tanto da direita, quanto da esquerda, institucionais.

ocorreram: 691 protestos; 15 manifestações com mais de 50 mil pessoas; 16 manifestações com mais de 10 feridos; 10 usos de armas de fogo; 8 mortes; 837 feridos; 2608 pessoas detidas; 117 jornalistas agredidos ou feridos; 10 jornalistas detidos.

- 2 Castoriadis (2002) faz uma boa reflexão sobre o resultado que movimentos de insurgências deixam como legado: “Na maioria das vezes esses movimentos levaram à instituição formal de certos direitos, liberdades e garantias sob os quais continuamos a viver. Em outros casos, sem nada instituir no sentido formal, deixam marcas profundas na mentalidade e na vida efetiva das sociedades.”
- 3 O midiativismo foi outro fenômeno produzido pelo Levante popular, numa espécie de retroalimentação, quando diversos coletivos passaram a transmitir ao vivo as manifestações sempre denunciando as ações truculentas das forças de repressão. Muitos apoiadores dos protestos, às vezes, por não poderem ir em função de diversos motivos, ficavam assistindo as manifestações onde estivessem.

Antes de apresentarmos os fatos propriamente, cumpre explicarmos nossa opção teórica e as respectivas ressalvas metodológicas.

1. MÉTODOS E CONCEITOS PARA ANÁLISE DO LEVANTE DE 2013

Boaventura de Souza Santos (2011, p. 29) assevera que vivemos nas ciências sociais, hoje, a monocultura do saber e do rigor que preconiza como único dado rigoroso o científico; por consequência, todo o conhecimento alternativo, popular, é destruído. Ele denomina este fenômeno de “epistemicídio.”

Utilizaremos o conceito vislumbrado por Santos com propósitos um pouco mais amplos, na busca por apreender outros aspectos da ciência social, pois o epistemicídio não nega apenas o conhecimento produzido fora da Universidade, sem o rigor científico, como refletiu Santos - fato que já é gravíssimo –, mas para além disso, corroborando para o aumento do grau de gravidade, ele assassina no nascedouro todas as opções teóricas-metodológicas produzidas na academia que negam o Estado e o capitalismo enquanto instituições legítimas e necessárias para o bem-viver da humanidade. Em outras palavras, sobrevivem ao epistemicídio, hoje, somente as teorias, produzidas na academia e/ou nos grandes oligopólios de comunicação de massa, que concebem o capitalismo e suas instituições, principalmente o Estado, como legítimos e no máximo passíveis de reformas. Não se constitui, portanto, em mero preconceito em relação àquilo que é produzido fora da academia, mas a todo conhecimento crítico ao *establishment*.

Certamente, se a produção intelectual for de fora do mundo acadêmico e ao mesmo tempo contestar o sistema como um todo será mais facilmente rejeitada por esses *doutos* em defender o Estado, a desigualdade e a limitação da liberdade para alguns. Todas as teorias que se enquadram no princípio geral de conceber as instituições estatais como resultado do progresso e da razão são aceitas. São elas: o liberalismo, a social-democracia, o marxismo reformista e o conservadorismo. Todas concordam em torno da existência do Estado e consequentemente da dicotomia entre governantes e governados. Pode-se pensar em diferentes formas de exercício do poder estatal, mas jamais na sua negação. São os fantasmas hobbesiano-hegelianos impondo suas assombrações.⁴

Destarte a ciência social oficial realiza o epistemicídio, cujas principais características são a idolatria do Estado, que chamaremos daqui em diante

4 Tanto Thomas Hobbes, quanto Hegel são expoentes do pensamento político que concebe o Estado como uma instituição absolutamente necessária para a melhor organização da sociedade.

por estadolatria⁵, bem como, o impedimento de se pensar em outras organizações sociais para além dos limites do capitalismo como se existisse uma camisa de força que obstasse reflexões mais generosas para a diáde: autonomia-emancipação.

Por conseguinte, o epistemicídio ataca todas as experiências populares e teóricas que não se enquadram nos padrões de exaltação do Estado, do capitalismo e não se encontra dentro dos moldes “científicos” acadêmicos, positivistas, amplamente parciais sob a égide da neutralidade axiológica.

No mesmo diapasão, Castoriadis (2007, p. 69) ressalta que grande parte dos pensadores tentou ocultar o fato de que a sociedade se autoinstitui, buscando apresentar suas instituições como tendo uma origem extra-social, divina, racional ou como sendo fundada em leis da história. O principal objetivo dessa ocultação é retirar por completo o papel dos homens na criação do seu próprio mundo. É a obliteração da crítica das instituições existentes bem como da possibilidade de criar/resgatar novas formas de convívio social. Partimos do princípio, por consequência, de que a sociedade deve ter a liberdade de se autoinstituir. Com efeito, a história deve ser tratada como autoinstituição dos homens.

Outro tema central da análise libertária é o estudo do papel exercido pelos revolucionários, pelos movimentos sociais autônomos, pelas revoltas contra os opressores por igualdade, liberdade e sobrevivência. Com efeito, faremos o resgate da memória dos movimentos e/ou dos lutadores do povo que deve servir pedagogicamente como contraponto à história dos reis, das cortes, dos governantes e dos ricos e poderosos realizada pela historiografia oficial.

Em síntese, o método anarquista baseia-se na ideia de que a ação direta dos governados constitui-se enquanto motor da história, isto é, é o movimento popular autônomo tomando as ruas, fazendo greves, organizando-se coletivamente, que pode fazer as mudanças substantivas para melhoria da qualidade de vida, como um verdadeiro processo de autoinstituição. Nesse sentido, o nosso diferencial é estabelecer uma teoria das ruas e não uma teoria para as ruas. Uma teoria das ruas deve estar comprometida com os sinais emitidos por elas, problematizando-os, tentando decifrá-los. Diferente de outras perspectivas que querem tutelar os governados, dizendo a eles o

5 Essa tradição ganha força durante o renascimento italiano, sendo reforçada a posteriori pelos teóricos modernos. Suas principais características foram: 1) legitimar retrospectivamente o Estado e toda sua estrutura de poder e coerção; 2) considerar a vida do Estado como central para a história; 3) estabelecer o raciocínio histórico como se não fosse possível vivermos sem ser governados por outros.

que deveriam ter feito ou devem fazer, nós queremos entender os seus sinais. A primeira perspectiva parte de um plano pré-estabelecido; a nossa, deve aprender junto e construir coletivamente o novo mundo. Deixemos os governados se autoinstituírem.

Do ponto de vista metodológico, existem três maneiras de se produzir teorias sobre a revolta dos governados de 2013 no Brasil. Uma dessas é pela lente da televisão. Em outras palavras, caso o analista tenha ficado em casa assistindo parte dos acontecimentos que foram transmitidos, alguns deles ao vivo, produzirá uma análise enviesada pela censura das câmeras e pelos comentários dos jornalistas muito bem pagos para criminalizar toda e qualquer revolta popular contra o *establishment*. É necessário lembrar que todos os repórteres identificados nas passeatas foram imediatamente expulsos pelos manifestantes, pois estes sabiam como as notícias eram tendenciosamente produzidas contra o movimento. As imagens, com efeito, foram produzidas por jornalistas disfarçados, do alto dos prédios e/ou por helicópteros das emissoras. Quase a totalidade das resenhas publicadas nos diversos jornais e revistas ou mesmo divulgadas por entrevistas e comentários nas televisões, rádios e internet sobre o processo foram produzidas a partir das lentes televisivas e com a sua já sabida censura.⁶ As análises sob estas condições, salvo raríssimas exceções, incorreram em erros absurdos e colaboraram diretamente para a reprodução dos preconceitos difundidos pelos oligopólios midiáticos.

Feitas essa ressalva metodológica, passemos às principais argumentações desenvolvidas por diferentes intelectuais sobre o Levante popular de 2013.

2. ANÁLISES EM CONFLITO SOBRE A REVOLTA POPULAR DE 2013

Ao examinarmos a insurreição popular de 2013 no Brasil, identificamos a existência de pelo menos cinco interpretações puras e algumas outras que se constituem como amálgama de duas delas ou mais. Das cinco, duas são oficiais pois caminham dentro dos limites da institucionalidade vigente, são elas: ultraliberal e a governista (petista).⁷ As principais características de suas análises foram clamar pela integridade: do Estado, das instituições, da democracia representativa, enfim, do *status quo*. Essas partiram dos postulados da democracia minimalista e apresentaram o capitalismo e o Estado, com suas

6 Os oligopólios de comunicação de massa no Brasil historicamente assumiram uma postura antípoder popular, criticando suas reivindicações, greves, passeatas etc.

7 Da nossa parte, não lemos o governo do partido dos trabalhadores como parte da esquerda estatista, pois através de suas políticas públicas implementa um programa muito similar ao partido neoliberal que o antecedeu no poder, o PSDB, de Fernando Henrique Cardoso. Ambos partidos, embora se apresentem como oposições um ao outro, implementam uma política muito semelhante em todos os sentidos.

instituições, como último estágio e mais avançado da história da humanidade como impassíveis de alterações. Elas foram amplamente divulgadas pelos oligopólios de comunicação de massa no Brasil. As outras três análises vieram: da esquerda estatista, dos integralistas (fascista) e dos setores revolucionários.

Passemos em revista agora os aspectos metodológicos, teóricos e as interpretações do levante por essas diferentes perspectivas. Começemos pelas análises oficiais.

2.1 CARACTERÍSTICAS DAS ANÁLISES OFICIAIS

Ao longo da história da humanidade, a ampla maioria dos historiadores/cientistas sociais produziu uma historiografia/ciência social, que chamamos de oficial,⁸ com um objetivo muito claro: legitimar e justificar o poder estabelecido.⁹ Sob essa perspectiva, muitos *pseudo*-teóricos, ou mesmo alguns renomados, sob o manto da isenção (atualmente, conhecida como neutralidade axiológica), “teorizaram” sobre a realidade do ponto de vista mais ideológico imaginável, abordando-a da maneira mais irreal possível e apontando soluções pitorescas para seus problemas.

As disputas entre as correntes ultraliberais e governistas reduzem-se ao modelo de gestão adotada por cada uma: ambas disputam o amparo dos grandes banqueiros, industriais, empreiteiros e representantes de peso dos capitalistas, donos do “mercado”. Os oligopólios de comunicação de massa apresentam as teses dessas oposições quase que exclusivamente para a sociedade como se fossem as únicas. No entanto, no que concerne à interpretação sobre o Levante, elas convergem em larga escala porque foram igualmente contestadas/rechaçadas pelas ruas. Trataremos inicialmente dos seus postulados comuns e depois abordaremos as características idiossincráticas de cada uma. Quando falarmos sobre o que possuem em comum, a denominaremos por interpretação oficial. Começemos.

Do ponto de vista teórico, a interpretação oficial é guiada pela perspectiva liberal e, particularmente, pela teoria da democracia minimalista, segundo a qual as manifestações de rua atrapalham o bom andamento da democracia, pois colocam demandas para o governo que ele não pode

8 A historiografia oficial construiu a história jogando luz sobre o papel das Cortes, do Estado, da burguesia e das leis. As revoltas, os levantes, as revoluções, normalmente não aparecem, mas quando é inevitável, são apresentadas como acidentes da história que obstaculizam “o bom percurso do progresso da humanidade”.

9 Certo é que legitimar o poder político e econômico nunca foi exclusivo dos historiadores, mas indubitavelmente certificado por eles. Na Idade Média, por exemplo, os padres cumpriam um papel mais importante; e na contemporaneidade, a grande mídia. Para bela reflexão sobre este assunto, ver Fontana (2004).

atender em função dos seus compromissos com as contas e as leis do mercado (*accountability*). Isto é, os interesses do mercado, dos capitalistas, estão acima das reivindicações da população. Na teoria política são muito comuns essas análises. Autores como Schumpeter (1984), Lipset (1963) e diversos outros são expoentes daquilo que poderíamos chamar de teóricos da democracia minimalista.

Da perspectiva metodológica, é mister ressaltar que a filiação ideológica do autor foi fundamental para suas escolhas. Em sendo liberal, conservador, simpatizante do governo, ou crítico deste a partir das teses ultraliberais tendeu a buscar meios de criticar o mais fortemente as manifestações, sobretudo por aspectos moralistas. Mesmo que por vezes cinicamente alegasse que eram legítimas. Apresentou suposições para dizer que os protestos não foram populares, mas de classe média que não teria o que reivindicar, pois possui condições de obter seus direitos através do mercado.

Outro aspecto desse campo intelectual foi a defesa autoritária das instituições estatais e de mercado existentes, como se elas expressassem o último estágio da evolução humana e, portanto, portadora da razão, no termo de Hegel. Essa opção analítica está embebida tanto pela ideia do fim da História, completamente guiada por uma miragem evolucionista, como, ademais, busca negar, por completo, o conceito de autoinstituição. Ou seja, não é permitido à sociedade negar as instituições existentes, pois estas significam o que há de mais avançado, racional, evoluído e democrático, asseveraram. Um absurdo incomensurável e conservador que obsta o papel da humanidade de construir e recusar o *establishment*. Nega o papel aos homens de construírem sua própria história.

Essas análises partem de um postulado pré-estabelecido: defender o governo ou a sua oposição oficial, bem como, as instituições do Estado e do capital. Assim, buscam as fontes com interrogações que possibilitem apenas legitimar seus objetivos iniciais em favor dos governantes. Os historiadores até o início do século XX eram guiados por essas perspectivas, chamados por Fontana (2004) de legitimadores dos donos do poder.

Os oligopólios de comunicação de massa, os governistas e seus jornalistas e intelectuais orgânicos, nunca quiseram o povo nas ruas, por questões óbvias. Porém, como não podiam passar por autoritários, usaram um discurso ambíguo defendendo que a população podia se manifestar, contudo sem direcionar toda sua raiva acumulada por anos de subordinação e exploração contra quem lhes ataca. Eles usaram os termos: depredação e “vandalismo” para depreciar os governados que revidaram os ataques policiais e por consequência quebraram vidraças de bancos e de prédios estatais. Um discurso moralista e criminalizante contra a revolta popular, centrado na perspectiva do “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda (2001) e seus seguidores,

ou mesmo do Brasil ordeiro, cujas elites dominantes são generosas com seus subordinados no veio de Gilberto Freyre (1998) e outros. O fio condutor dessas análises partiu do ponto de vista da manutenção do *status quo*, sem mudanças substantivas.

No início do movimento, esses setores simplesmente ignoraram que existia a manifestação. Depois que ela cresceu em função da nova comunicação pelas redes sociais, passaram a divulgá-la, entretanto buscando controlar sua orientação. Esta visão tentou, também, deturpar suas demandas sociais e colocar como prioritário algo que não esteve presente, ou exacerbar aquilo que figurou apenas lateralmente, como dizer que a população necessitava de uma reforma política e lutava contra a corrupção. Algo absolutamente dentro do sistema e que efetivamente não apontava para mudanças concretas para o bem-estar dos trabalhadores. Assim, tratava-se de uma reivindicação fluida que fugia do principal. Essa corrente interpretativa “esqueceu” que a luta começou pelo passe livre – tarifa zero – por um transporte sem roletas e depois se ampliou com uma pauta abrangente que incluía dentre outras coisas uma crítica contundente a todos os partidos e políticos em geral, e contra muitos dos pilares do mercado capitalista existente no Brasil, como mostraremos mais à frente. Além disso, os conservadores criticaram a ausência de líderes que conseguissem representar a todos, ignorando que essa ausência era a maior expressão do movimento apresentando-se como horizontal e múltiplo, constituindo-se em sua maior riqueza.

No afã de atacar a Revolta dos governados, desmerecendo-a, várias leituras desse campo chegaram ao desatino de asseverar que “elas não tinham nada demais” (OLIVEIRA, 2013) ou possuíam um caráter fascista (SANTOS, 2014). Um erro grosseiro que demonstra simultaneamente o descuido ou o total desconhecimento do analista tanto das ideias e ações fascistas;¹⁰ quanto da história popular brasileira e dos seus signos produzidos nos últimos anos. Esta perspectiva é guiada indubitavelmente por um veio eurocentrista, buscando encontrar no Brasil as mesmas glosas europeias.

Esse tipo de julgamento abriu margem para a construção de um *pseudo* consenso com vistas a criminalizar os setores mais radicalizados anticapitalistas, dos estudantes e populares que participaram das manifestações na linha de frente. Em resumo, tratou-se da tentativa dos ocupantes dos altos postos políticos do país e de alguns intelectuais orgânicos de dividir os

10 As perspectivas fascistas caracterizam-se pelos seguintes aspectos: hierarquização social com claro comando centralizado representado por um líder (*führer*) através de partido político único, forte disciplina, nacionalismo extremado. Aspectos que sem dúvida a horizontalidade e a clara negação de qualquer comando centralizado do processo durante os protestos no Brasil refutam por si só.

manifestantes em dois grupos: os “bonzinhos” que exerceram seu papel de cidadania ordeiramente, foram para as passeatas de verde e amarelo, pintaram o rosto, portaram bandeiras brasileiras e cantaram entusiasticamente o hino nacional. Em suma, mais uma vez a ideologia do nacionalismo foi usada para subordinar o povo. Do outro lado, segundo essa visão, estavam os maus, os bandidos, os vândalos, os anarquistas, os *Black blocs* que queriam depredar o patrimônio público e estabelecer a desordem no país, desrespeitando suas instituições (SANTOS, 2014). Sorrateiramente tiraram todo o conteúdo reivindicativo e qualquer possibilidade de auto-instituição (CHAUÍ, 2013; OLIVEIRA, 2013; MUSSE, 2013; SINGER, 2014), buscando deslegitimar a ação direta popular nas ruas contra anos de opressão estatal e capitalista.

Essa tese, formando quase um consenso, foi amplamente divulgada pelos grandes oligopólios de comunicação de massa no Brasil; por diversos políticos tanto dos poderes Executivos, quanto dos Legislativos e seus respectivos partidos (PT, PMDB, PCdoB, PSDB, DEM, PTB, PDT, PPS e outros menores); por grande parte dos empresários, empreiteiros e banqueiros que se locupletam das políticas públicas e de contratos vantajosos com o Estado. Simultaneamente, de forma cínica pronunciaram que todos tinham o direito de se manifestar.

Outra polêmica girou em torno da classe social dos manifestantes. Para as interpretações governistas, interessava explicar que não se tratava do povo indo às ruas, mas de uma classe média que possui tudo do bom e do melhor. Ela foi às ruas sem motivos, apenas por *hobby* (CHAUÍ, 2013), ou por interesses políticos de um campo obscuro como se fossem de direita e fascistas para desestabilizar o governo (SINGER, 2014). Assim, essas interpretações tentaram emplacar a ideia de que as manifestações eram de classe média seja por uma perspectiva positiva (MARICATO, 2014), seja negativa (CHAUÍ, 2013; SINGER, 2014), ou mesmo mostrando-se perplexo com o fato de a classe média reivindicar direitos que lhes são amplamente disponíveis pelo mercado (CARDOSO, 2013).¹¹ Entendemos que se trata de uma discussão absolutamente estéril que tem como resultado principalmente retirar o foco do essencial. Só interessa entrar nesse debate quem não quer discutir exatamente os sinais emitidos pelos manifestantes. Até porque, de acordo com os dados oficiais, o conceito de classe média não tem mais vinculação com a percepção popular, segundo a qual, seria formada por pessoas com confortável modo de vida com casa própria, carro novo etc. Esse conceito foi ressignificado pelo próprio governo de modo a incluir o maior número de

11 Todas essas análises amparam-se em números divulgados pelos oligopólios de comunicação de massa com a sua já sabida tentativa de desmerecer os protestos.

peças pobres como parte da classe média, criando uma farsa a partir da estatística. Com efeito, somente pode-se considerar pobre aquele que recebe uma renda per capita inferior a R\$140 por mês, equivalente a R\$4 por dia. Sinceramente, com esse valor não é possível fazer nem duas refeições diárias. A classe média receberia entre R\$291,00 e R\$1019 per capita. Nesse contexto, uma empregada doméstica que recebe um salário mínimo no Rio de Janeiro, R\$ 874,75, e tem dois filhos para sustentar é considerada como classe média pelo governo.

2.1.1 ANÁLISES ULTRALIBERAIS ATRAVÉS DOS OLIGOPÓLIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

Podemos dividir a postura do pensamento ultraliberal sobre o Levante popular em três diferentes momentos: 1º) tentou ignorar que havia protestos; 2º) disputou a direção do movimento; 3º) defendeu a criminalização dos que eles chamaram de “vândalos”. Chegamos a essas conclusões a partir da análise dos discursos de Arnaldo Jabor, representante do quadro jornalístico da Rede Globo e um dos símbolos do pensamento ultraliberal no Brasil. Vejamos.

Arnaldo Jabor, jornalista da Rede Globo,¹² transformou-se, num primeiro momento, em ícone às avessas da Revolta dos governados. Na sua fala de 12 de junho de 2013, Jabor (2013a) arrazou vários argumentos que ficaram marcados e que foram retomados por diferentes intelectuais ao longo do processo. Percebamos como todos estes tinham por objetivo deslegitimar os protestos: 1) defendeu que o movimento não tinha motivos legítimos para ir às ruas, que R\$0,20 era muito pouco;¹³ 2) disse que a composição era de meninos de classe média e que não havia pobres que necessitassem dos R\$ 0,20; 3) associou o quebra-quebra das manifestações a ataques de organização criminosa; 4) colocou os policiais que ganham muito mal, segundo ele, como vítimas dos meninos de classe média, ameaçados com coquetéis *molotov*; 5) atrelou os descontentamentos a uma imensa ignorância política; 6) afirmou que os manifestantes não tinham causas, nem pauta; 7) no final da sua fala, sugeriu que lutassem pelo fim da PEC 37;¹⁴ 8) esbravejou: “os que lutam defendem o socialismo da década de

12 Maior conglomerado de mídia na América Latina. Seu império foi construído durante a ditadura militar, com amplo apoio recíproco. Sempre se colocou contra as manifestações populares no país. Em 2013 não foi diferente.

13 R\$ 0,20 foi o valor do aumento do transporte público que serviu de estopim para o início dos protestos.

14 A PEC 37 sugeria incluir um novo parágrafo ao Artigo 144 da Constituição Federal com a seguinte redação: “A apuração das infrações penais de que tratam os §§ 1º

1950”); 9) aproveitou e fez críticas ao governo federal em função da inflação alta etc.; 10) terminou dizendo: “realmente esses revoltosos de classe média não valem nem R\$0,20.”

Esse discurso gerou uma grande indignação na sociedade que foi para a rua dizer que “não era por apenas R\$0,20, mas por direitos.” Vários cartazes continham essa frase. Essa intervenção de Jabor, conhecido ícone do pensamento ultraliberal no Brasil, pautou muitos dos pronunciamentos subsequentes de intelectuais governistas, da esquerda estatista e da direita neoliberal. Com o enorme crescimento do movimento, Jabor teve que fazer a mea-culpa, mas continuou a propor um pleito da democracia minimalista, idólatra do Estado mínimo, e, evidentemente, dentro da institucionalidade (JABOR, 2013b).

Inaugurava-se o segundo momento da postura do pensamento ultraliberal sobre os protestos. Em suma, a grande mídia sentiu a perda de espaço e se apresentou como se estivesse ao lado dos manifestantes.

A tergiversação de Jabor representou a de toda a grande mídia. Ela aconteceu por vários motivos: 1) o número de pessoas nas ruas aumentava exorbitantemente; 2) os protestos eram os principais assuntos das redes sociais; 3) em função da postura dos grandes oligopólios de comunicação de massa, os manifestantes os viam como verdadeiros inimigos. A título de exemplo, carros das emissoras foram queimados e jornalistas foram prontamente expulsos dos protestos; 4) a credibilidade da grande mídia nunca esteve tão abalada nacionalmente. Por tudo isso ela teve que tergiversar sua posição.

As análises de Jabor (2013c) representaram bem esse transformismo. Ele começou como toda a mídia a endossar as reclamações, mas impondo as suas postulações como a do movimento, significando a apologia da institucionalização da luta. Nesse sentido, acastelou que houvesse líderes e ideias institucionais, escolheu alvos de ação, como a luta contra a PEC 37 e propôs ainda a vigilância permanente do Congresso. Recomendou a ligação com a imprensa que, segundo ele, é séria (JABOR, 2013d, 2013f) e criticou com veemência a violência dos protestos, opondo-se exatamente àquilo que poderia transformar tudo e possibilitar a auto-instituição (DUPUIS-DÉRI, 2014; LUDD, 2002; GELDERLOOS, 2011).

Enfim, a grande mídia disputou a direção do movimento e apresentou suas solicitações como se fossem a de todos. Foram os oligopólios de comunicação de massa os responsáveis pela organização de um grande setor nacionalista e institucional nas passeatas. Esses indivíduos portavam ban-

e 4º deste artigo, incumbem privativamente às polícias federal e civis dos Estados e do Distrito Federal, respectivamente”. A “grande” sugestão de Arnaldo Jabor resumia-se ao fato de o Ministério Público ficar de fora das investigações.

deiras nacionais, pintavam o rosto de verde e amarelo e bradavam contra a violência e os partidos políticos. Sua pauta foi bastante difusa e apresentou a corrupção como o principal problema do país. Só para dar uma ideia de como isto aconteceu, no programa RJ-TV da Rede Globo os jornalistas ensinaram como o manifestante tinha que se comportar e ainda dizia sobre a suposta pauta do movimento.

No terceiro momento, depois dos maiores protestos da história brasileira, os oligopólios de comunicação de massa, começaram a criticar os “vândalos”, segundo eles, “formados por punks, marginais e radicais bolcheviques que queriam acabar com o movimento”. Essa foi a estratégia da grande mídia: separar os manifestantes em legítimos, que portam verde e amarelo, e os ilegítimos que ela denominou de “vândalos”,¹⁵ os quais atacam os prédios símbolos do governo, do grande capital e resistem aos ataques policiais.

Em novembro de 2013, Jabor (2013e) já defendia que “as manifestações se esvaíram por causa dos fascistas mascarados Black Blocs.” Essa afirmação precisa ser problematizada. Primeiro, chamar os Black Blocs de fascistas constitui-se em uma enorme demonstração de ignorância. Segundo, esse foi o discurso hegemônico utilizado pela grande mídia para culpar os mais combativos pelo fim das manifestações. Terceiro, esta postura isentava os governos, comandantes dos polícias, pela forte repressão sobre os manifestantes, como responsáveis pela saída dos jovens das ruas, preocupados com a integridade física.

As teses de Jabor consubstanciam-se como a melhor representação do pensamento ultraliberal no Brasil, que inclusive, conseguem a proeza de criticar os governos petistas pela direita, como os partidos políticos PSDB, DEM, PPS e outros.

2.1.2 ANÁLISES GOVERNISTAS

Dentro desse veio analítico, estão vários intérpretes. Começamos com o discurso oficial da presidente da República, proferido no dia 21 de junho de 2013. Neste, ela buscou condenar com toda força a violência de vários manifestantes contra as instituições e curiosamente estabeleceu uma orientação para o movimento:

[...] A mensagem direta das ruas é pacífica e democrática. Ela reivindica um combate sistemático à corrupção e ao desvio de recursos públicos. [...] Esta mensagem exige ser-

15 Termo pouco preciso, mas amplamente utilizado pelos oligopólios de comunicação de massa no Brasil para depreciar os manifestantes que se defendiam dos ataques policiais e quebraram vidraças de bancos por consequência. Depois de exaustiva campanha de grande mídia, o termo vândalo virou quase um insulto público.

viços públicos de mais qualidade. Ela quer escolas de qualidade; ela quer atendimento de saúde de qualidade; ela quer um transporte público melhor e a preço justo; ela quer mais segurança. Ela quer mais. E para dar mais, as instituições e os governos devem mudar. (ROUSSEFF, 2013)

Tratava-se apenas de um discurso para acalmar os ânimos populares, bastante exaltados, mas de concreto pouco foi realizado.

Parte dos intelectuais reproduziram acriticamente o estabelecido pela maior representante do Executivo no país, negando a tão cara e necessária independência de pensamento.

No interior desse campo esteve ainda a interpretação do porta-voz da presidência da República sob o governo Lula (2003-2007), André Singer (2014). Segundo ele, estavam nas ruas a classe média e o novo proletariado “favorecido pelo governo petista”. Na azáfama desesperada de defender o governo, mas procurando se apresentar o mais isento possível, o autor traz números sobre a idade dos manifestantes, dentre outras insignificâncias, e conclui que “apenas 2% deles tinham mais de 60 anos” – nos protestos confrontacionais com a polícia. Desnecessário perdermos tempo explicando essa evidência estúpida. Ele ainda sugere uma hipótese bastante surreal: o governo petista, como de esquerda, vítima da direita nas ruas que queria menos impostos.

Ricardo Musse (2013), apresentando-se como defensor da criação de uma frente da esquerda partidária, incluindo o governo, afirma que o descrédito dos partidos políticos e dos parlamentares e governantes em geral é uma criação da grande mídia, como se fosse uma conspiração para desqualificar o sistema representativo e abrir espaço para regimes autoritários. O autor ignora que a crise da representação política constitui-se enquanto fenômeno mundial. Musse (2013) chega ao desatino de classificar os governos de Rousseff e de Lula da Silva como nacional-desenvolvimentista e de “embrião do Estado de bem-estar social”, respectivamente. Trata-se de uma interpretação típica governista sem nenhum amparo no teórico, muito menos no real.

É importante citar que os petistas, bem como os militantes do PCdoB também defenderam essa ideia. Argumentaram nas plenárias populares, quando não foram expulsos, que os fascistas dirigiam o movimento e preparavam um golpe militar contra o governo federal. Esses setores tentaram difundir a política do medo e, ao mesmo tempo, colocar o governo como grande vítima de uma conspiração de extrema direita no Brasil. Nada mais idílico.

A única diferença dessa tese para a de Arnaldo Jabor é que esta isentou o governo de qualquer responsabilidade, enquanto Jabor primou por criticá-lo sempre que pôde. Façamos agora a análise das interpretações da esquerda estatista.

2.2 CARACTERÍSTICAS DAS ANÁLISES DA ESQUERDA OFICIAL-ESTATISTA

A interpretação da esquerda oficial-estatista segue a tradição de Marx e Engels (principalmente sobre o que propuseram no Manifesto Comunista), depois ressignificada e materializada por Kautsky, Berstein e inúmeros outros teóricos que propuseram a chegada ao socialismo por meio da participação institucional. Normalmente resumem tudo a um problema de gestão. Ela é propalada pela esquerda institucional. Estão em grande medida juntas as análises do PSTU, de setores majoritários do PSOL, PCB, e dos sindicatos e intelectuais alinhados às suas ideias. Por isso a principal demanda dos partidos e sindicatos da esquerda oficial foi “fora esse e aquele governante”, apresentando-se como solução eleitoral para ocupar o lugar mal gerido pelo político da situação. Enfim, tudo foi resumido a uma contenda eleitoral. Uma boa parte dos aparelhos sindicais, dos centros acadêmicos estudantis e todos os partidos reformistas trabalharam para divulgar essa tese. Em função dessa lógica, eles precisaram estar em certa medida conectados com aquilo que foi amplamente divulgado pela grande mídia e com o impreciso conceito de opinião pública. Como não podiam se opor totalmente aos ditames midiáticos, suas posturas tenderam a ser centristas, fato que ajudou lateralmente a criminalizar os movimentos mais combativos da Revolta dos governados.

As análises reformistas, geralmente ligadas a partidos políticos eleitorais, tiveram uma interpretação ambígua do levante. Por um lado, vislumbraram a revolta como positiva, pois colocou em xeque os erros do governo (situação), ampliando suas possibilidades de se colocar como alternativa eleitoral (oposição). Por outro lado, como a insurreição popular nunca esteve sob seu controle, se mostrando arriediamente indomável, e, ainda, desaprovando todos os partidos políticos, esse viés interpretativo a criticou como sem direção, sem demandas claras, sem pauta, sem líderes, enfim, sem rumo.

Essa maneira de lê a conjuntura está diretamente embasada na perspectiva de que ele se julga como portador das únicas e boas conceituações e consequentemente das soluções ideais para todos. Esse campo se apresenta como herdeiro do marxismo-leninismo com todos seus projetos centralizadores, hierárquicos, estatistas, e embebido do juízo segundo o qual a vanguarda do proletariado deve dirigir todo e qualquer processo de insurgência. Não respeitá-la, nem se subordinar a ela constitui-se como uma aberração imperdoável. Na verdade o que está posto é que esse setor não consegue criticar profundamente a hierarquização social, por consequência, legítima a dicotomia entre direção e base, em resumo, entre governantes e governados. É claro que o comando do processo deve lhes pertencer, pois do contrário, segundo pensam, ele será inconsequente. Essa esquerda se coloca como portadora da verdade revolucionária (mesmo estando estritamente ligada ao

dogma institucional-conservador) e, como verificamos ao longo do Levante não esteve aberta a fazer uma crítica de suas ações.

Num primeiro momento, esses partidos apoiaram o movimento. Inclusive, é importante dizer, muitos de seus militantes foram valiosos para que ele ocorresse. Sem embargo, no ápice dos protestos, trabalhadores e estudantes não pertencentes a partidos políticos compunham a extrema maioria e isso assustou a esquerda tradicional, sobretudo, porque o “povão”, com razão, não entende os seus signos reformistas. Por consequência, esses para-governistas que tentaram dirigir o processo foram amplamente rechaçados nas passeatas em todo o Brasil, não conseguindo controlar de forma alguma a revolta popular, muito menos a sua pauta. Como resultado, mudaram o discurso. Passaram a interpretar as passeatas com ressalvas. Argumentavam que existiam três setores nas manifestações: 1) de direita (também chamado de: extrema-direita, nacionalista, e até fascista), sem uma reivindicação clara, sem comando, enfim, sem rumo, diziam, que gritavam “sem partido”; 2) dos radicais inconsequentes da esquerda revolucionária, também sem comando e sem rumo, diziam; 3) da esquerda “revolucionária” consequente, composta por eles mesmos, com comando e organização exemplares.

É importante entender que existe uma forte crítica ao papel exercido pelos militantes de partidos políticos nos sindicatos, nos centros acadêmicos e principalmente nos parlamentos, prefeituras, enfim, nos governos, não sem motivos, pela população. Normalmente, eles se apresentam para dirigir os demais, segundo as teses de seus mentores intelectuais, Marx e Engels, Lenin, Trotsky, Stalin, buscando aparelhar toda associação para seus anseios políticos-eleitorais, mas apresentados curiosamente como revolucionários. Nas próprias manifestações tentaram dirigi-las, colocando-se inclusive, nas primeiras passeatas, a frente de todos os demais, como que efetivamente liderassem seus “seguidores”. Um oportunismo sem tamanho que deixa outros setores indignados. Discutiremos isso quando expressarmos nossa análise do processo mais adiante.

2.2.1 ANÁLISES DA ESQUERDA OFICIAL-ESTATISTA

No interior das análises da esquerda estatista está a pesquisa de Osvaldo Coggiola (2013) que faz uma leitura bastante crítica e persuasiva com relação aos governos expressando suas responsabilidades. Também faz um ótimo histórico do movimento sobretudo da cidade de São Paulo. Sua interpretação passou em revista todas as forças políticas, todavia chamou bastante a atenção como esse historiador esqueceu de algumas das mais emblemáticas de todo o movimento: os anarquistas, os autonomistas e aqueles que se juntavam e compunham a tática black bloc. Por que desconsiderar os setores mais combativos? Infelizmente, é muito comum historiadores marxistas ol-

vidarem do papel exercido por anarquistas e por outros revolucionários ao longo da História (ROCKER, 2007; LEHNING, 2004; FONTANA, 2004).

A interpretação de Mauro Iasi (2013), candidato a Presidente da República pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro) nas eleições de 2014, expressa perfeitamente a preocupação da esquerda institucional marxista do processo, pois comunga uma perspectiva revolucionária do processo em associação com leituras reformistas/estatistas e governistas. A questão da ausência de direção do Levante aparece em seu texto como um grande problema: “Por isso, não nos espanta que a explosão social se dê da forma como se deu e traga os elementos contraditórios que expressa: despolitizada e sem direção, ainda que com alvos precisamente definidos: os governos e aquilo que representa a ordem estabelecida” (IASI, 2013).

Chama a atenção como Iasi compreende bem que os alvos dos manifestantes são os governos e tudo que representa a ordem estabelecida. Mas paradoxalmente assevera que a manifestação é despolitizada! Como ele pode dizer que a manifestação é contra o governo e a ordem estabelecida, porém despolitizada ao mesmo tempo? Uma pista para entendermos essa incongruência é que a utilização do termo despolitizado só pode ser entendida junto com a ausência de direção. Assim, a politização só pode vir associada com o comando estabelecido, uma espécie de comitê central: “A despolitização se expressa de várias formas, mas duas delas se apresentam com mais evidência: violência e antipartidarismo.” É o velho preconceito marxista-leninista contra as organizações horizontais e sem vanguardas estabelecidas. A politização só pode existir, de acordo com esse setor, se tiver sob o comando de um partido político marxista, supostamente revolucionário.

Não obstante, é necessário ressaltar que Iasi faz uma análise bastante radicalizada e justifica a violência dos manifestantes contra as instituições do Estado burguês, típica do campo revolucionário, pois, afinal de contas, deveria ser óbvio para todos, pensamos, que aquilo que caracteriza uma revolução é a liquidação das velhas instituições existentes.

Fora a criação do fantasma do fascismo, bem como a crítica à ausência de direção do movimento, a análise de Iasi (2013b) é exemplar e consegue compreender a rejeição de todos os partidos políticos pelos governados como algo justificável, sobretudo pela experiência que os populares têm com relação a representação política e à tentativa oportunista de partidos apresentarem-se como dirigentes do processo com vistas a capitalizá-lo para efeitos eleitorais.

Em diapasão diferente, mas dentro do veio reformista/estatista, estão as análises dos intelectuais ligados ao PSTU.¹⁶ É impressionante como um

16 Partido de orientação trotskista que se apresenta como revolucionário -, embora sua prática mostre uma profunda contradição em termos.

texto de Valério Arcary (2013), intelectual ligado à agremiação, criticou veementemente o grito do “sem partido”, mas defendeu a palavra de ordem do “sem violência”, ambas propaladas pelos nacionalistas nas passeatas. Essa postura ajudou a legitimar a repressão sobre os coletivos e indivíduos mais radicalizados da linha de frente.

Essa, aliás, foi a linha adotada pelo PSTU em todo o processo. Como um partido vertical, centralizado e hierarquizado, as opiniões públicas de seus militantes não podem destoar daquilo que é estabelecido pela direção do partido. Pelo que podemos ver pelas atitudes de seus filiados e textos divulgados, os anarquistas, autonomistas e mesmo grupos marxistas revolucionários foram considerados quase como inimigos de classe, combatidos com toda a força pela aglomeração política. **No intuito de desqualificar o anarquismo, Henrique Canary (2013a), também dirigente do PSTU, tentou, da maneira mais grotesca possível, associar o anarquismo com o liberalismo de Margareth Thatcher.**

Marcelo Badaró (2013), dirigente do PSOL, no dia 22 de junho de 2013, dois dias após a maior manifestação da história brasileira, vaticinou que os protestos não poderiam prosseguir enquanto a esquerda oficial-estatista não detivesse a direção, pois o risco da reação conservadora dirigir o movimento era grande demais. Vejamos sua defesa.

*Frente à contra-ofensiva da reação conservadora burguesa, porém, o terreno das ruas está agora bastante minado para essas mesmas esquerdas e seus movimentos. Para manter-se nele será preciso um salto: é necessário construir unidade em torno de um programa mínimo de intervenção e só se pode convocar novas manifestações com um grau de organização muito maior. Fóruns, plenárias e espaços de articulação precisam ser criados imediatamente. **Novas manifestações não poderão ter apenas o (belo) perfil de festa popular, sem liderança coletiva ou objetivos claramente delimitados (onde começar, onde e quando parar e para quê), pois a reação conservadora aprendeu a lidar com os atos, disputou sua direção e pode tomá-los para seus objetivos políticos.** (BADARÓ, 2013, grifos nossos)*

Essa análise foi a primeira de um intelectual dirigente do maior partido da esquerda estatista após o 20 de junho. Suas articulações políticas colaboraram para levar ao desbarate do levante popular no Brasil. Todos os partidos dessa oposição institucional se reuniram em uma plenária no SEPE-RJ,¹⁷ no dia 24 de junho, e definiram aquilo que achavam correto acontecer: “acabar com o movimento até que a esquerda detivesse a sua direção.” Passaram

17 Sindicato estadual dos profissionais da educação do Rio de Janeiro, dirigido em comum acordo por sindicalistas ligados aos partidos políticos da esquerda-estatista.

por cima da plenária que vinha construindo os atos até então, sem o menor pudor, e disseram para elas aquilo que deveria ser feito: “as manifestações tinham que ficar a cargo dos sindicatos”, que todos sabemos são extremamente conservadores. Vejamos na exata continuidade do trecho de seu texto supracitado a indicação:

A entrada em cena dos sindicatos, ainda muito tímida, a presença do MST nos atos de ontem e as ações de outros movimentos sociais urbanos, como MTST, apontam para a possibilidade concreta de que tal salto se materialize numa frente da nova geração de manifestantes com as parcelas ainda combativas dos movimentos organizados da classe trabalhadora. Quando isso acontecer, deixaremos de ser uma multidão para ganharmos um perfil de classe. Por enquanto, isso é só uma possibilidade. (BADARÓ, 2013, grifos nossos)

Como em mais um trecho desse texto histórico e contra-insurgente, ele finaliza com maior clareza impossível: “as ruas precisam voltar a ser nossas” (BADARÓ, 2013).

Como em uma auto profecia que se cumpre, as ruas voltaram a ser da esquerda oficial-estatista quase que exclusivamente, pois o povo ficou amedrontado com o fantasma do fascismo tão propalado pelos intelectuais desse campo. Todos os atos foram cancelados, pois até então ocorriam manifestações as segundas-feiras e as quintas-feiras. Eles decidiram marcar uma nova manifestação apenas para o dia 11 de julho, 21 dias depois. Isso foi importante para acabar com a ascensão do movimento e desafogar os governos que estavam completamente acuados. É fundamental resgatar que naquela semana do dia 20 e junho, que Badaró alertou que o movimento não pertenceu à esquerda, foi justamente o da maior vitória quando ocorreu a revogação dos aumentos dos preços dos transportes públicos em grande parte do país, em função da pressão popular nas ruas.

No dia marcado para a manifestação, 11 de julho de 2013, todas as centrais sindicais estavam, algumas delas com diversos “militantes” pagos e muitos seguranças, enquanto a grande massa popular esteve ausente. É importante frisar que uma parte do Black Bloc esteve na linha de frente desse ato no Rio de Janeiro. Quando a polícia começou a reprimir os Black Blocs, os mesmos sindicatos colocaram o hino nacional para tocar. Os sindicalistas não fizeram nenhuma denúncia e ainda pegaram e entregaram alguns revoltosos para a polícia. Em função disso, seus carros de som tiveram que sair em disparada da manifestação, expulsos pelos populares e pelo Black Bloc.

Após esse dia, ampliava-se o fosso que dividia a esquerda estatista burocratizada dos setores combativos. Depois da traição da esquerda oficial, foi difícil trazer os populares novamente para as ruas e os coletivos revolucioná-

rios perceberam que não podiam confiar nos estatistas.¹⁸

Nesse interim, os grandes oligopólios de comunicação de massa no país, que em sua grande maioria apoiaram contundentemente a ditadura civil-militar (1964-84), aproveitaram para usar o discurso governista, referendado pelos representantes da esquerda institucional, dizendo que o movimento continha elementos de fascismo, pois atacava as instituições democráticas. Incubava-se o discurso criminalizador de todo o movimento combativo, forjando um suposto consenso na sociedade.

Fato é que o movimento de maio de 1968 na França, por exemplo, guarda muitas semelhanças com a Revolta dos governados no Brasil. O Partido Comunista francês tratou de minar toda a luta popular tentando controlá-la a todo custo. Posturas similares aconteceram também nas lutas populares e autônomas das últimas décadas desde pelos menos o Levante Zapatista de Chiapas (1994), passando pela Ação Global dos Povos (AGP) 1999-2001, Primavera árabe (2011-13) e os movimentos de *Occupy* (2011). Em comum, os partidos da esquerda estatista tentaram controlar e capitalizar com o movimento e como não conseguiram se opuseram a ele (DUPUIS-DÉRI, 2014; LUDD, 2002; HERNANDEZ, 2008; GELDERLOOS, 2011; GRAEBER, 2002).

Por fim, essas análises, ao criticarem a insurreição popular por não possuírem uma direção definida com um comando centralizado, bem como o apreço por alguns signos nacionalistas, cometeram duplamente o epistemicídio e a negação da auto-instituição da sociedade. Também foram portadores da “miopia política” (BRINGEL, 2013) que restringe a vida política a sua dimensão institucional-eleitoral. O fato de trazerem prontas as formas de lutas constituem igualmente uma imposição aos insurgentes, que não é tolerada pelos diversos coletivos autônomos, horizontais, nem por populares. Talvez isso explique parte do rechaço dos manifestantes aos partidos políticos oficiais.

2.3 A INTERPRETAÇÃO DOS INTEGRALISTAS (FASCISTAS)

O Brasil, diferente de outras partes do mundo, não tem uma tradição de grupos numerosos ou de um pensamento pujante de orientação fascista. Fizemos uma pesquisa para encontrá-los, mas infrutífera. Se existem, são grupos minúsculos e com pouquíssima penetração social. Nas principais universidades do país desconhecemos intelectuais que assumam com clareza essa postura. Na história política brasileira, o grupo de orientação fascista que

18 Somente em outubro, por conta da greve dos professores, tivemos novas manifestações de massa no Rio. Entretanto, outras menores pipocaram por todo o segundo semestre, em aproximadamente duas manifestações por dia.

mais se destacou foi a Ação Integralista Brasileira (AIB) na década de 1930, sob a liderança de Plínio Salgado. Esse grupo surgiu na esteira do fascismo europeu e mesclava tons fortemente nacionalistas, hierárquicos, disciplinadores e autoritários com alguns toques típicos da nossa origem tupiniquim. Atualmente, os herdeiros de Plínio Salgado estão organizados na Frente Integralista Brasileira e será sobre seus textos públicos que faremos a análise da postura fascista atual sobre o Levante.

Eduardo Ferraz (Membro do Conselho Diretivo Nacional e Secretário de Expansão da Frente Integralista Brasileira) acusa a esquerda oficial de ter realizado atos de vandalismo nos protestos, mostrando uma foto do PSTU com algumas pessoas queimando objetos na rua. Vejamos: “Conforme pode ser observado na imagem acima, atos generalizados de vandalismo foram registrados enquanto organizações de esquerda monopolizavam os primeiros protestos” (**FERRAZ, 2013**).

A passagem acima está totalmente fora da realidade, demonstrando que realmente os integralistas não estavam nos protestos pelo simples motivo: o PSTU e seus militantes não participaram de nenhum ato de ataque às instituições, nem compuseram a resistência popular diante dos ataques das forças policiais, muito ao contrário. O texto ainda condena o confronto com a polícia, bem como os ataques às instituições realizados pelo MPL e outros coletivos libertários e combativos.

Depois de serem acusados pela esquerda oficial de terem-na massacrado nas ruas, o presidente dos integralistas, Barbuy (2013b) escreveu afirmando que estavam nas ruas de cara limpa, uma referência as camisas nos rostos depois utilizadas por black blockers.

Os integralistas fizeram uma manifestação no início de julho de 2013 para testar a sua popularidade, já que a esquerda estatista e os governistas atribuiu-lhe um enorme poder. Em alguns estados apareceram algumas pouquíssimas pessoas não chegando nem a duas dezenas. A maior concentração aconteceu em São Paulo que não contou com mais de cem participantes.

A verdade é que os integralistas não tem a força que a esquerda lhes atribuiu, nem estavam pregando a destruição das instituições como alardearam; todavia, defendiam uma intervenção militar, típico de suas características, senão, vejamos:

*[...] aqueles (nos nossos protestos) que pediam uma intervenção militar não desejavam a implantação de uma ditadura, mas sim que as Forças Armadas, **visando preservar a lei, a ordem e as instituições**, fizessem cair por terra um (des) governo que viola a lei e é incapaz de assegurar a ordem e de defender as instituições, devolvendo o poder aos civis assim que possível. (BARBUY, 2013)*

Além de reivindicar um golpe militar para garantir a ordem e as instituições, os integralistas, através de seu presidente, também reivindicaram uma nova Constituição.¹⁹

Como era de se esperar, os integralistas agiram como legítimos filhos do fascismo e não como equivocadamente textos de governistas e da esquerda oficial atribuíram-lhe. Dada a falta de força e de penetração social daqueles, especialmente no Rio de Janeiro, suas demandas sequer tiveram eco nas manifestações insurgentes.

2.4 CARACTERÍSTICAS DAS ANÁLISES REVOLUCIONÁRIAS

A quinta possibilidade de interpretação é a revolucionária e almejamos contribuir para a sua sistematização. Estão nesse campo as análises anarquistas, de alguns grupos marxistas revolucionários, portanto, não eleitoreiros, e de muitos pequenos coletivos autonomistas e populares sem uma clara definição ideológica. Defendem o socialismo, uns com total liberdade e outros com um poder popular ainda gerido por alguns representantes. Eles tentaram transformar esse processo em revolução social (BAKUNIN, 2008; KROPOTKIN, 2007) ou auto-instituição social (CASTORIADIS, 1982) ou poder constituinte da multidão (HARDT; NEGRI, 2001) por meio da ação direta (MAKHNO, 2001; GELDERLOOS, 2011).

Esse campo não tem penetração nos aparelhos sindicais, não tem verbas dos partidos políticos, espaço nos meios de comunicação de massa e nem políticos nas casas legislativas. Os intelectuais alinhados a eles são em número muito pequeno se comparado com os outros campos. Essa leitura é a única que defende o levante popular como ele foi. Suas críticas são pontuais, mas não desmerecem o todo. Criticam veementemente os principais pilares do *status quo*: o Estado e todas as suas instituições de controle, como a polícia; a democracia representativa, com todos seus políticos e partidos, e sua corrupção endêmica; os oligopólios de comunicação de massa e suas mentiras; e o capital, em geral, seja representado nos bancos, seja nos donos das empresas de transportes. Essas análises amparadas fortemente no histórico de exploração, subjugação das classes populares não condena a sua resistência aos ataques policiais e entende perfeitamente a revolta contra as instituições estatais e do capital que historicamente foram as responsáveis pela sua subordinação. Para esse viés, o Levante foi algo muito saudável para os anseios de democratização política, econômica e social no Brasil.

19 “Proclamamos a imperiosa necessidade de criação de um novo Movimento Constitucionalista, que lute por uma Constituição realista, clara e enxuta, que seja o espelho do Brasil Profundo e de suas mais lídimas tradições, assim como pela instauração, em nosso País, de um Estado de Direito que não seja apenas um Estado de Legalidade, mas também um Estado de Justiça” (BARBUY, 2013).

Exaltam, destarte, as reivindicações e a resistência popular, consequentemente entendem o enfrentamento com a polícia, como forma de autodefesa, não criminalizando a quebra das vidraças dos bancos e outras instituições do Estado opressor. A redescoberta da ação direta popular foi absolutamente vangloriada.

Estão nesse campo, as análises de Ferreira (2015), MPL (2013), Bringel (2013), Vainer (2013) e da coletânea de estudos da Universidade Nômade organizada por Cava e Cocco (2014), com escritos de trinta intelectuais/militantes na mesma linha, abordando diferentes aspectos. Começemos pela análise do próprio movimento impulsionador da Revolta – Movimento Passe Livre de São Paulo (MPL).

O Movimento Passe Livre, que impulsionou as jornadas de Junho, se coloca independente de todos os partidos políticos e em oposição clara às políticas adotadas pelo petismo (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013; LOWY, 2014).

Vejamos a auto definição do movimento:

Um movimento social de transportes autônomo, horizontal e apartidário, cujos coletivos locais, federados, não se submetem a qualquer organização central. Sua política é deliberada de baixo, por todos, em espaços que não possuem dirigentes, nem respondem a qualquer instância externa superior. (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013)

No interior dessa perspectiva de negação da institucionalidade e de valorização da ação direta nas ruas, entendendo que somente ela faz a mudança da política, o movimento inclusive se negou a conversar com a presidente da República.

Para construção de suas teses, o movimento resgatou todas as lutas contra o aumento das tarifas no Brasil. Ao fazê-lo, percebeu que todas as vitórias aconteceram em função da ação direta. Ao mesmo tempo, denunciou como:

Entidades estudantis aparelhadas por grupos partidários se colocaram como lideranças e passaram a negociar com o poder público em nome dos manifestantes. Após barganhar meias concessões com os governantes, sem atingir a revogação do aumento, utilizaram-se de todos os meios possíveis para desmobilizar a população. (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, p. 14)

Diferente das análises oficiais, o MPL exaltou aquilo que ocorreu de concreto: a reversão do aumento das passagens em mais de cem cidades do país, fruto simplesmente da ação direta. Governadores e prefeitos de todos os partidos, independente da coloração ideológica, tiveram que atender as reivindicações das ruas.

O texto do movimento termina com o seguinte trecho que nos dá uma completa dimensão do debate:

A organização descentralizada da luta é um ensaio para uma outra organização do transporte, da cidade e de toda a sociedade. Vivenciou-se, nos mais variados cantos do país, a prática concreta da gestão popular. Em São Paulo, as manifestações que explodiram de norte a sul, leste a oeste, superaram qualquer possibilidade de controle, ao mesmo tempo que transformaram a cidade como um todo em um caldeirão de experiências sociais autônomas. A ação direta dos trabalhadores sobre o espaço urbano, o transporte, o cotidiano da cidade e de sua própria vida não pode ser apenas uma meta distante a ser atingida, mas uma construção diária nas atividades e mobilizações, nos debates e discussões. O caminho se confunde com esse próprio caminhar [...]. (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, p. 17-18)

Carlos Vainer (2013^a, p. 39) é outro que leu as manifestações como algo muito positivo para o país. Sua análise discute os diversos modelos de cidade que estão em jogo, sobretudo a neoliberal “de exceção como democracia direta do capital”. Depois de elencar uma série de fatores impostos pelo neoliberalismo, como a “favelização, informalidade, serviços precários ou inexistentes, desigualdades profundas, degradação ambiental, violência urbana, congestionamentos e custos crescentes de um transporte público precário e espaços urbanos segregados”, conclui da seguinte maneira: “nesse contexto, o surpreendente não é a explosão, mas que ela tenha tardado tanto”.

A construção das teses de Vainer (2013b) leva em conta os diversos movimentos populares existentes no país, que na maioria das vezes são simplesmente ignorados pelas outras matrizes teóricas. Por fim, sua leitura indica as limitações que os partidos políticos encontram no contexto atual de representação social em função da falta de legitimidade junto à sociedade, por isso pede que eles não se apresentem como dirigentes do movimento justamente para não frear a luta.

Bringel (2013) ampliou o debate para questões metodológicas. Assim, formulou, com bastante propriedade, algumas miopias presentes nos debates sobre o Levante e destacamos duas delas como forma de ajudar a entender o processo:

- 1) miopia temporal presente/passado: segundo a qual as gerações de militantes buscam valorizar mais os movimentos insurrecionais nos quais participaram com maior veemência. Assim, as gerações que participaram de lutas sociais no passado no Brasil em destaque para aquelas em contrário à ditadura civil-militar tendem a valorizá-las mais em detrimento do levante atualmente. As novas gerações ativas no processo de 2013 tendem a fazer exatamente o oposto. Em ambos os casos, afirma Bringel, há um problema sério de memória histórica e de transvase intergeracional na militância.
- 2) miopia da política: “restringe a vida política à sua dimensão político-institucional, limitando as possibilidades de compreensão da rein-

venção da política e do político a partir das práxis sociais emergentes” (BRINGEL, 2013). Associada a essa, destacamos aquilo que Bringel chamou de miopia dos resultados, mas que podemos incluí-los aqui, pois tende a restringir a interpretação das revoltas populares a impactos políticos no cenário eleitoral.

Bringel relata muito bem como os manifestantes dirigiram suas críticas mais contundentes aos banqueiros e especuladores, ao sistema representativo, aos partidos tradicionais e às formas convencionais e hierárquicas de organização política, como sindicatos e movimentos sociais ligados ao aparelho estatal. Nesse sentido, ele faz um pertinente paralelo com o *Occupy* nos EUA.

A partir dos resultados de suas entrevistas, Bringel relata que as pessoas demonstraram seu descontentamento principalmente contra o funcionamento dos serviços públicos como: transportes, saúde, educação e outros:

[...] apelam aos altíssimos custos (não somente econômicos, mas também sociais, ambientais, culturais e políticos) da Copa e dos Megaeventos a serem realizados no país, com destaque para o Rio de Janeiro; jovens da classe média baixa e das periferias indignam-se pela persistência profunda das desigualdades e revelam uma indignação de classe e de opressão permeada pelas fraturas, as segmentações e o classismo e racismo da sociedade brasileira [...]. (BRINGEL, 2013)

Além disso, esse autor alerta para o fato de que “mobilizações de massa nem sempre são controladas pelas organizações sociais e políticas, menos ainda em nossos tempos, onde emerge um novo tipo de ação política viral, rizomática e difusa.”

Ele constatou ainda que os jovens querem participar da vida política do país, mas não encontram espaços para isso: “para muitos deles, conselhos, fóruns e espaços institucionalizados não são suficientes e mostraram seus limites nos últimos anos.”

Indubitavelmente, Bringel percebe que o espírito de 1968 ecoa nas mobilizações sociais do Brasil, sobretudo, concepções de política, formas de organização e de ação coletiva:

Os participantes criticaram a centralização, a hierarquização e as perspectivas de mudança social da velha esquerda, defendendo a autonomia, a organização horizontal e reticular, a pluralidade de identidades associadas à política do cotidiano e a importância de uma mudança social que contemple a transformação do próprio indivíduo. (BRINGEL, 2013)

Outra interpretação nesse mesmo veio, está organizada no livro de Cava e Cocco (2014). Com base na metodologia e nos conceitos defendidos por Hardt e Negri (2001) e Negri (2002), três dezenas de autores (militantes e

intelectuais) versam sobre diferentes temas diretamente ligados ou que passam sobre a Revolta. Desde o papel das redes sociais até os Black blocs constituídos. Todos valorizaram a revolta como ela foi, apenas com críticas pontuais, quando as tinham. Muitos fizeram questão de relacionar a luta no Brasil com o novo ciclo de luta planetária e suas novas perspectivas por fora da institucionalidade. A luta e a horizontalidade do movimento foram vangloriadas.

Hardt (2014), no prefácio do livro, apresenta duas teses sobre a organização do movimento em um mesmo parágrafo. Dividiremos em duas partes para podermos discuti-las separadamente, embora tenham profunda conexão. A saber:

Dizer que as revoltas surgidas nas ruas de Rio e São Paulo, em 2013, foram organizadas na forma da multidão significa dizer que, - em vez de dirigidas pelo partido ou uma direção centralizada ou mesmo um comitê de lideranças acima das massas, - os movimentos foram auto organizados, conectados horizontalmente pelo território social. (HARDT, 2014)

Essa interpretação está corretíssima, resumindo muito bem a perspectiva adotada pelos demais autores do livro, e em consonância com as demais leituras do campo que denominamos de autonomista.

Todavia, a continuidade do parágrafo encontra problemas de análise, vejamos:

Os movimentos não foram (e não se esforçam por ser) unificados e homogêneos, mas sim encontraram meios adequados para exprimir suas diferenças e antagonismos internos – e apesar de (ou por causa de) suas diferenças, descobriram maneiras de compartilhamento e cooperação, gerando uma série de demandas e perspectivas agrupadas na luta. Tal multidão não é desorganizada e não se forma espontaneamente, ao invés disso, ela requer uma atividade constante e intensa de organização. (HARDT, 2014)

A argumentação de Hardt é real apenas em parte, pois de uma maneira ou de outra a maioria dos movimentos tentou impor a sua pauta como a de todos. Por incrível que possa parecer, foi exatamente essa tentativa que impediu que um movimento se impusesse a outro, pois nenhum tinha força suficiente para hegemonizar a revolta. Aqueles que mais trabalharam para impor a sua pauta aos outros foram os militantes dos partidos políticos eleitorais. Todavia, justamente por isso, foram rechaçados pela multidão – que gritou “sem partido”. Ao mesmo tempo, o levante mostrou o quanto os partidos eleitorais carecem de legitimidade social ou mesmo de força popular. No meio da multidão seu número era absolutamente irrelevante e por isso alguns deles apanharam nas ruas em contendas com grupos que não queriam a presença de bandeiras de partidos políticos nos protestos. Esses grupos políticos não ganharam solidariedade popular nem nesse momento.

No fundo, como tradicionalmente dirigiram o movimento institucional de reivindicação e protestos, estes não se contentaram em participar do levante como mais uma força atuante, mas por defenderem a centralização, a hierarquia e, por terem contato direto com o poder relacionando-se com ele sempre que necessário, buscaram se apresentar como representante da massa. Assim, a perspectiva de Hardt para esse caso exclusivo não se confirma. Ela se confirma no que diz respeito aos movimentos mais libertários que têm ojeriza a todo tipo de direção, mas para os demais, a tentativa de impor a sua pauta foi constante. Mesmo os black blocs impuseram a sua pauta por meio da ação direta. Todos puderam ver aquilo que eles almejavam, ou eram contrários por meio de suas ações, que também se impuseram ao movimento. *Pari passu*, os anarquistas, autonomistas, e marxistas revolucionários tinham sim uma pauta e a contrapuseram o tempo todo a dos partidos políticos eleitorais em todos os fóruns e nas próprias ruas. Os chamados nacionalistas foram os que mais rechaçaram os partidos políticos através de gritos do “sem partido”. Estes também tinham uma pauta, mas bem recuada e no interior da institucionalidade, tal como os partidos, embora as pautas fossem distintas.

As análises de Cocco (2014) chamam a atenção para a legislação criada *ad hoc* para enquadrar os manifestantes criminalmente; Toledo (2014) toca na forma de existência e de atuação da polícia nos protestos, refutando-as e relacionando-as com a guerra instaurada para garantir o poder. Uma guerra contra os pobres e os insurgentes.

Por uma perspectiva revolucionária e amparado nos argumentos e teses da antropologia política e, particularmente, resgatando alguns aspectos da cultura brasileira utilizando-se, ainda, de conceitos de Bakunin e fazendo um debate com Roberto da Mata, Andrey Ferreira (2015) chamou a atenção para o fato de “o movimento multitudinário semi-insurrecional de Junho de 2013” ter explodido durante uma festa popular (Copa das Confederações) “expressando em todos os domínios (política, cultura, economia) as contradições entre uma estrutura social hierárquica e centralizadora e uma antiestrutura que se pretende horizontal, democrática e igualitária (nas formas dos Black Bloc, Mídias Alternativas, Oposições Sindicais)” Assim, Ferreira produz uma forma específica de análise da Revolta dos governados associando a “festa popular” com as manifestações, segundo os quais “os protestos de junho devem ser interpretados como parte de um processo de transformação cultural e simbólico, como uma revolta associada à ruptura com um aspecto central da cultura hegemônica, o mito da pátria de chuteiras”.

Em resumo, Ferreira (2015) interpretou o ataque dos manifestantes contra os bancos como resultado da luta do trabalhador contra o poder da financeirização, iniciando uma espécie de revolução cultural, justamente du-

rante aquilo que tinha tudo para ser a maior festa popular brasileira (Copa do Mundo da “pátria de chuteiras”), constitui-se no maior levante da História do país. Por consequência, o autor se enquadra e colabora para aquilo que chamamos de interpretação revolucionária da revolta dos governados.

Feitas a discussão bibliográfica sobre o Levante, passemos às nossas considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos ao longo da pesquisa, diferentes modelos de análises do mesmo fenômeno, sendo determinante o reconhecimento da posição político-ideológica do autor para identificarmos o seu foco, críticas e elogios sobre a revolta. Também observamos que é possível justificar diferentes e até antagônicas leituras do mesmo processo.

Vimos que as interpretações oficiais (governistas e ultraliberais) e da esquerda estatista, apesar de pequenas nuances idiossincráticas, tiveram uma lamentável convergência, ajudando a destruir o movimento. Apresentamos algumas delas: 1) desqualificaram o Levante como sem pauta e sem direção; 2) defenderam a ideia de que o movimento estava sendo influenciado/dirigido por fascistas e/ou por grupos de direita; 3) negaram que a classe trabalhadora esteve massivamente presente no processo afirmando que se tratava de uma classe média; 4) advogaram pela preservação dos símbolos do Estado burguês e das instituições chamadas por antífrase de democráticas. As três primeiras teses buscaram desqualificar o movimento por uma *pseudo* composição social/política: classe média, direita e/ou fascistas; e por sua forma de organização: horizontal e descentralizada. A quarta tese convergente diz respeito a crença desses setores na institucionalidade burguesa e na democracia representativa por participarem como concorrentes eleitorais, legitimando, evidentemente, todo o processo com suas instituições e aberrações.

Os intelectuais, representados nas análises de Jabor tentaram usar o Levante para desgastar o governo petista e com total apoio dos oligopólios de comunicação de massa, que durante dois anos de intensa campanha desde 2013, sagraram-se vitoriosos, ao mobilizar muitas pessoas somente na cidade de São Paulo, pelo “Fora Dilma” em março de 2015. Já os governistas buscaram resguardar o governo federal de qualquer responsabilidade, mas sem apoio popular organizado e com a grande mídia como adversária, foi uma tentativa infrutífera. Tratou-se de claro entendimento da miopia da política (BRINGEL, 2013).

A perspectiva de análise revolucionária da Revolta dos governados de 2013 no Brasil foi a única que se caracterizou pelas ausências das amarras institucionais que normalmente reduzem a leitura a uma disputa eleitoral. Com efeito, pôde valorizar o Levante como ele foi.

Por fim, do nosso ponto de vista, a revolta dos governados, principalmente a partir da nossa experiência na cidade do Rio de Janeiro, deverá ficar na história como aquele que teve como alvos principais os símbolos do Estado, do capitalismo, da democracia representativa e dos oligopólios de comunicação de massa. O Brasil entrou no calendário de lutas contra o capital e o Estado por meio da ação direta e com a tentativa de autoinstituição. Além do mais, percebemos que os protestos no Brasil seguiram uma tendência dos novos tempos iniciada nos EUA (1999) com as lutas da Ação Global dos Povos. Se em Seattle a descentralização apresentou-se como a ideologia do movimento sendo positivamente interpretada (GRAEBER, 2011; DUPUIS-DÉRI, 2014, LUDD, 2002), podemos dizer que no Brasil não foi diferente. Procuramos com esse texto reparar uma dívida dos intelectuais com os diversos coletivos autônomos, evitando a prática tão comum na academia do epistemicídio.

REFERÊNCIAS:

ARCARY, V. Brasil: não deixem abaixar as bandeiras vermelhas. *Correio da Cidadania*, 2013. Disponível em: <<http://www.correiodacidade.com.br/>>. Acesso em: 27 jul. 2014.

BADARÓ, M. M. *A multidão nas ruas*: construir a saída de esquerda para a crise política, antes que a reação imprima sua direção. 2013. Disponível em: <http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8528:submanchete250613&catid=63:brasil-nas-ruas&Itemid=200>.

BAKUNIN, Michael. A comuna de Paris e a noção de Estado. In: _____. *O princípio do Estado e outros ensaios*. São Paulo: Hedra, 2008.

BARBUY, V. E. V. *Resposta ao portal último segundo*. 2013. Disponível em: <<http://www.integralismo.org.br/?cont=781&ox=235>>. Acesso em: 27 jul. 2014.

_____. *Um fantasma ronda o Brasil*. 2013. Disponível em: <<http://www.integralismo.org.br/?cont=781&ox=237>>. Acesso em: 27 jul. 2014.

BRINGEL, B. Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013. *Insight inteligência*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 62, p. 42, jul.-set. 2013. Disponível em: <<http://insightinteligencia.com.br/pdfs/62.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2014.

CANARY, H. *Anarquismo e socialismo*: o individual e o coletivo na luta de massas. 2013a. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19465>>. Acesso em: 27 jul. 2014.

_____. *Marxismo e anarquismo*. 2013b. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/20138>>. Acesso em: 27 jul. 2014.

CARDOSO, A. As jornadas de junho e a mercantilização da vida coletiva. *Insight inteligência*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 62, p. 22, jul.-set. 2013. Disponível em: <<http://insightinteligencia.com.br/pdfs/62.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2014.

CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

_____. *Figuras do pensável*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CHAUÍ, M. *Uma nova política é possível?* 2013. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/manifestacoes-de-junho-de-2013-na-cidade-de-sao-paulo>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

CHOMSKY, Noam. *Mídia: propaganda política e manipulação*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

COGGIOLA, O. *O Brasil foi para a rua: e agora?* 2013. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/08/23/o-brasil-foi-para-a-rua-e-agora/>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

DUPUIS-DÉRI, F. *Black Blocs*. São Paulo: Veneta, 2014.

FERRAZ, E. *Resposta a uma crise*. 2013. Disponível em: <<http://www.integralismo.org.br/?cont=781&ox=231>>. Acessado em: 11 ago. 2014.

FERREIRA, Andrey C. *A festa e a revolta: confrontando as leituras de junho de 2013 com uma antropologia política das rebeliões populares*. Núcleo de Estudos do Poder, 2015. Disponível em: <<https://nepcpda.wordpress.com/2015/06/18/a-festa-e-a-revolta-confrontando-as-leituras-de-junho-de-2013-com-uma-antropologia-politica-das-rebelioes-populares/#more-581>>.

FONTANA, J. *A história dos homens*. Bauru: EDUSC, 2004.

FREYRE, G. *Casa grande & senzala*. 34. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GRAEBER, D. The new anarchists. *New Left Review*, v.13, p. 61-73, Jan./Feb. 2002.

_____. *Fragmentos de uma antropologia anarquista*. Porto Alegre: Deriva, 2011.

GELDERLOOS, Peter. *How a nonviolence protects the state*. Cambridge: South End, 2007.

HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HERNANDEZ, H. Maio de 1968: o início de uma luta prolongada? In: _____. *Maio de 68: os anarquistas e a revolta da juventude*. São Paulo: Imaginário, 2008. p. 25-64.

HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

IASI, M. Pode ser a gota d'água: enfrentar a direita avançando a luta socialista. *Blog da Boitempo*, 26 jun. 2013a. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/06/26/pode-ser-a-gota-dagua-enfrentar-a-direita-avancando-a-luta-socialista/>>. Acesso em: 3 ago. 2014.

_____. A rebelião, a cidade e a consciência. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013b.

JABOR, A. Arnaldo Jabor fala sobre onda de protestos contra aumento nas tarifas de ônibus. *Globo Play*, 12 jun. 2013a. Vídeo de internet (2 min.). Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/2631566/>>. Acesso em: 27 jul. 2014.

_____. *Passe Livre' vale mais*: errei na avaliação do primeiro dia das manifestações contra aumento das passagens. *O Globo*, 17 jun. 2013b. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/passe-livre-vale-mais-8717407>>. Acesso em: 27 jul. 2014.

_____. De repente, o Brasil virou um mar. *CBN*, 18 jun. 2013c. Áudio de internet (1:40 min.). Disponível em: <<http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/arnaldo-jabor/2013/06/18/DE-REPENTE-O-BRASIL-VIROU-UM-MAR.htm>>. Acesso em: 27 jul. 2014.

_____. Se derem moleza, tudo vira pó. *CBN*, 19 jun. 2013d. Áudio de internet (2:28 min.). Disponível em: <<http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/arnaldo-jabor/2013/06/19/SE-DEREM-MOLEZA-TUDO-VIRA-PO.htm>>. Acesso em: 27 jul. 2014.

_____. O que pode esvaziar o Passe Livre? *CBN*, 21 jun. 2013f. Áudio de internet (1:53 min.). Disponível em: <<http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/arnaldo-jabor/2013/06/21/O-QUE-PODE-ESVAZIAR-O-PASSE-LIVRE.htm>>. Acesso em: 27 jul. 2014.

_____. Black Blocs são aliados do que há de pior no Brasil. *CBN*, 22 nov. 2013e. Áudio de internet (3min.). Disponível em: <<http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/arnaldo-jabor/2013/11/22/BLACK-BLOCS-SAO-ALIADOS-DO-QUE-HA-DE-PIOR-NO-BRASIL.htm>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

KROPOTKIN, P. *Os princípios anarquistas e outros ensaios*. São Paulo: Hedra, 2007.

_____. *Palavras de um revoltado*. São Paulo: Imaginário, 2005.

LIPSET, S. M. *Political Man: The Social Bases of Politics*. Garden City: Anchor Books, 1963.

LOWY, M. O movimento passe livre. *Blog da Boitempo*, 23 jan. 2014. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2014/01/23/o-movimento-passe-livre/>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

LUDD, N. (Org.). *Urgência das ruas: Black Block, Reclaim The Streets e os Dias de Ação Global*. Coletivo Sabotagem, 2002. Disponível em: <<https://we.riseup.net/assets/70965/Urgencia-Das-Ruas-Coletivo-Baderna.pdf>>. Acesso em: 5 ago. 2014.

MAKHNO, Nestor. *Nestor Makhno e a revolução social na Ucrânia*. São Paulo: Imaginário, 2001.

MARICATO, E. et al. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

MARICATO, E. Quando novíssimos atores entram em cena conquistas inesperadas acontecem. *Blog da Boitempo*, 5 set. 2013. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/09/05/quando-novissimos-atores-entram-em-cena-conquistas-inesperadas-acontecem/>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

MUSSE, R. A potência das manifestações de rua. *Blog da Boitempo*, 10 jul. 2013. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/07/10/a-potencia-das-manifestacoes-de-rua/>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. In: MARICATO, E. et al. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

NEGRI, A. *Poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

OLIVEIRA, F. de. Entrevista concedida a Ricardo Galhardo. *IG*, 7 jul. 2013. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2013-07-07/as-manifestacoes-nao-foram-nada-diz-o-sociologo-francisco-de-oliveira.html>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

ROUSSEFF, D. Pronunciamento da Presidenta da República, Dilma Rousseff, em cadeia nacional de rádio e TV. *Portal do Planalto*, Brasília, 21 jun. 2013. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv>>. Acesso em: 11 ago. 2014.

SANTOS, W. G. A nova era da violência. *Revista Carta Maior*, 2014. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-nova-era-da-violencia/4/30257>>. Acesso em: 3 ago. 2014.

SINGER, A. Rebellion in Brazil. *New Left Review*, v. 85, p 19-37, Jan./Feb. 2014.

VAINER, C. Quando a Cidade vai às Ruas. In: MARICATO, E. et al. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013a.

_____. Mega-eventos, mega-negócios, mega-protestos. *Blog da Boitempo*, 2 set. 2013b. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/09/02/mega-eventos-mega-negocios-mega-protestos/>>. Acesso em: 27 jul. 2014.

Sobre os autores

Andrey Cordeiro Ferreira

Professor de Antropologia Social no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade vinculado ao Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Desenvolve pesquisas sobre temas como resistência, conflitos territoriais e ambientais e autonomia. Publicou o livro “Tutela e Resistência Indígena” (2013). Coordenador do Núcleo de Estudos do Poder.

Rômulo de Souza Castro

Professor de Sociologia do CEFET-RJ e Doutorando em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade vinculado ao Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Coordenador do Núcleo de Estudos do Poder.

Selmo Nascimento da Silva

Professor do Departamento de Sociologia do Colégio Pedro II. Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela UERJ. Mestre em Ciências Sociais pela UERJ. Doutorando em História pela UFF. Coordenador do Núcleo de Estudos do Poder (NEP-UFRRJ) e membro do Núcleo de Pesquisa do Ensino de Sociologia (NUPES-CPII).

Mário Ney Rodrigues Salvador

Doutorando em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade vinculado ao Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Membro do Núcleo de Estudos do Poder.

Dolores Camacho

Doutora em Estudos Latino-americanos e Investigadora Titular da Universidade Autônoma do México, San Cristobal de Las Casas, Chiapas. Desenvolve pesquisas sobre movimentos sociais, resistência e democracia, autonomia, conflitos agrários e estudos rurais. Atualmente desenvolve projeto de pesquisa sobre resistências territoriais e megaprojetos na fronteira Chiapas-Guatemala.

Kathia Zamora

Professora de ciência política na Universidade San Francisco Xavier de Chuquisaca, advogada e politóloga, doutoranda no CIDES/Universidade Maior de San Andrés, Bolívia. Publicou o livro “Culturas Bolivianas” (2001). Desenvolve pesquisas sobre justiça, cidadania e desigualdade. Atualmente coordena o projeto “Autonomias para Chuquisaca: visões e projeções para sua aplicação”.

Lucien van der Walt

Professor do departamento de Sociologia da Universidade de Rhodes na África do Sul, desenvolve estudos sobre história do anarquismo e da esquerda, sociologia do trabalho e economia política. Publicou o livro “Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870-1940”, e diversos artigos sobre história dos trabalhadores e do anarquismo.

Pierre-Joseph Proudhon

Pensador clássico da teoria anarquista do século XIX, com vasta obra filosófica, de economia política e sociologia. Foi um dos pensadores mais influentes do movimento operário do século XIX e do início do século XX e considerado como um dos precursores da sociologia moderna.

Wallace dos Santos de Moraes

Professor do Departamento de Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ. Pesquisador do INCT/PPED. Possui mestrado em Ciência Política pelo IUPERJ (2003), pós-graduação lato sensu em História Contemporânea pela UFF (2001), bacharelado e licenciatura em História pela UFRJ (1999). Autor do livro: Brasil e Venezuela – histórico das relações trabalhistas de 1889 até Lula e Chávez (2011). Atualmente desenvolve pesquisas sobre Junho de 2013 e anarquismo.

*ESTE LIVRO FOI COMPOSTO EM GARAMOND,
CORPO 10/12, E HELVÉTICA, 10/24,
NO FORMATO 160 X 230 MM.*